00100.086338/2018-50

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 97, SÁBADO, 30 DE JUNHO DE 2018



BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)
2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)
1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 5ª REUNIÃO, EM 29 DE JUNHO DE 2018

1.1 – ABERTURA 7

1.2 – EXPEDIENTE DESPACHADO (ART. 155, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO) 7

1.3 – ENCERRAMENTO 7

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 5ª REUNIÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Despacho da Presidência

Tramitação em conjunto dos Ofícios "S" nºs 27 e 28/2018. 9

2.1.2 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 74/2018 (nº 1.373/2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vida e Cidadania – ACVC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, Estado do Ceará.* 11

Projeto de Decreto Legislativo nº 75/2018 (nº 1.560/2014, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Angical para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Massapê do Piauí, Estado do Piauí.* 13

Projeto de Decreto Legislativo nº 76/2018 (nº 617/2017, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Joanopolense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Joanópolis, Estado de São Paulo.* 15

Projeto de Decreto Legislativo nº 77/2018 (nº 630/2017, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Sócio-Cultural Maria de Souza Campos "Dona do Maracatu" para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Japaratuba, Estado de Sergipe.* 17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

Projeto de Decreto Legislativo nº 78/2018 (nº 631/2017, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Concórdia FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina.* 19

Projeto de Decreto Legislativo nº 79/2018 (nº 669/2017, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária Cravinhos FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cravinhos, Estado de São Paulo.* 21

Projeto de Decreto Legislativo nº 80/2018 (nº 870/2017, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marituba, Estado do Pará.* 23

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 74 a 80/2018. 25

2.1.3 – Mensagens do Presidente da República

Nº 356/2018, na origem **(Mensagem nº 60/2018, no Senado Federal)**, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, à República de Djibuti e à República do Sudão do Sul. 27

Nº 357/2018, na origem **(Mensagem nº 61/2018, no Senado Federal)**, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique e, cumulativamente, ao Reino da Suazilândia e à República de Madagáscar. 142

Nº 358/2018, na origem **(Mensagem nº 62/2018, no Senado Federal)**, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ANTONIO AUGUSTO MARTINS CESAR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, à República Federal Islâmica das Comores e à República de Seicheles. 251

Nº 359/2018, na origem **(Mensagem nº 63/2018, no Senado Federal)**, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália e, cumulativamente, às Ilhas Salomão, ao Estado Independente de Nova Guiné, à República de Vanuatu, à República de Fiji e à República de Nauru. 345

2.1.4 – Ofício da Câmara dos Deputados

Nº 105/2018, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 212/2016. 493

2.1.5 – Ofício do Ministro de Estado da Fazenda

"S" nº 30/2018 (nº 2/2018, na origem), que encaminha o Relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, referente ao mês de maio de 2018. 495

2.1.6 – Término de prazos

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 580/2015. 502

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

Término do prazo, ontem, com apresentação de uma emenda, perante a Mesa, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 57/2018; e de uma emenda ao Projeto de Decreto Legislativo nº 59/2018. 502

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 72/2018. 502

PARTE III

3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA 508

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 510

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 513

6 – LIDERANÇAS 514

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 518

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 531

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 535

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 584

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 5ª Reunião, em 29 de junho de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim.

(Inicia-se a reunião às 9 horas e encerra-se às 9 horas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No plenário não há número regimental para a abertura da sessão, não podendo essa ser realizada. Nos termos do §2º do art. 155 do Regimento Interno, será despachado o expediente que se encontra sobre a mesa.

Está encerrada a reunião. Obrigado a todos.

(*Levanta-se a reunião às 9 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 5ª REUNIÃO

EXPEDIENTE

Despacho da Presidência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

A Presidência determina, nos termos do art. 48, § 1º, do Regimento Interno, a tramitação em conjunto dos Ofícios "S" nºs 27 e 28, de 2018.

As matérias vão à CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 74, DE 2018

(nº 1.373/2013, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vida e Cidadania – ACVC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, Estado do Ceará.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo
- Projeto original
  http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1175199&filename=PDC-1373-2013
- Informações complementares
  http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1091111&filename=TVR+562/2013

DESPACHO INICIAL: À CCT.

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vida e Cidadania – ACVC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 175, de 21 de março de 2012, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Comunitária Vida e Cidadania - ACVC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 75, DE 2018

(nº 1.560/2014, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Angical para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Massapê do Piauí, Estado do Piauí.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo
- Projeto original
  http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1286565&filename=PDC-1560-2014
- Informações complementares
  http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1275366&filename=TVR+829/2014

DESPACHO INICIAL: À CCT.

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Angical para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Massapê do Piauí, Estado do Piauí.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato previsto na Portaria n° 293, de 27 de setembro de 2013, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Comunitária de Angical para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Massapê do Piauí, Estado do Piauí.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 76, DE 2018

(nº 617/2017, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Joanopolense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Joanópolis, Estado de São Paulo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo
- Projeto original
  http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1545870&filename=PDC-617-2017
- Informações complementares
  http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1460458&filename=TVR+97/2016

DESPACHO INICIAL: À CCT.

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Joanopolense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Joanópolis, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato previsto na Portaria n° 2.952, de 30 de julho de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 7 de agosto de 2013, a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Joanopolense para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Joanópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2018

(nº 630/2017, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Sócio-Cultural Maria de Souza Campos "Dona do Maracatu" para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Japaratuba, Estado de Sergipe.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo
- Projeto original
  http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1547890&filename=PDC-630-2017
- Informações complementares
  http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1430278&filename=TVR+50/2016

DESPACHO INICIAL: À CCT.

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Sócio-Cultural Maria de Souza Campos "Dona do Maracatu" para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Japaratuba, Estado de Sergipe.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato previsto na Portaria n° 64, de 21 de fevereiro de 2014, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Sócio-Cultural Maria de Souza Campos "Dona do Maracatu" para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Japaratuba, Estado de Sergipe.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 78, DE 2018

(nº 631/2017, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Concórdia FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo
- Projeto original
  http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1547893&filename=PDC-631-2017
- Informações complementares
  http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1430400&filename=TVR+70/2016

DESPACHO INICIAL: À CCT.

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Concórdia FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.496, de 16 de junho de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 10 de junho de 2011, a permissão outorgada à Rádio Concórdia FM Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 79, DE 2018

(nº 669/2017, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária Cravinhos FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cravinhos, Estado de São Paulo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo
- Projeto original
  http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1560842&filename=PDC-669-2017
- Informações complementares
  http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1460575&filename=TVR+122/2016

DESPACHO INICIAL: ÀCCT.

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária Cravinhos FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cravinhos, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato previsto na Portaria n° 3.639, de 19 de agosto de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 30 de maio de 2013, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária Cravinhos FM para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cravinhos, Estado de São Paulo.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 80, DE 2018

(nº 870/2017, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marituba, Estado do Pará.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo
- Projeto original
  http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1633092&filename=PDC-870-2017
- Informações complementares
  http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1611838&filename=TVR+206/2017

DESPACHO INICIAL: À CCT.

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marituba, Estado do Pará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato previsto na Portaria n° 55, de 1° de fevereiro de 2016, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marituba, Estado do Pará.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

Os Projetos de Decreto Legislativo nº 74/2018 a 80/2018, serão apreciadas terminativamente pela CCT, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", do Regimento Interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mensagens do Presidente da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 60, DE 2018

(nº 356/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, junto à República do Djibuti e à República do Sudão do Sul.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mensagem nº 356

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia, e cumulativamente, junto à República do Djibuti e à República do Sudão do Sul.

Os méritos do Senhor Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de junho de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EM nº 00149/2018 MRE

Brasília, 19 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO**, ministro de segunda classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, junto à República do Djibuti e à República do Sudão do Sul.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de **LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO*
CPF.:287.726.441-68
ID.: 8034 MRE

1963	Filho de Luiz Villarinho Pedroso e Maria Rosita de Aguiar Pedroso, nasce em 19 de junho, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1984	CPCD - IRBr
1995	CAD - IRBr
2010	CAE - IRBr - O recente fenômeno imigratório de nacionais brasileiros na Bélgica: um caso singular no contexto das Comunidades Brasileiras no exterior. Análise e perspectivas de sua inserção na sociedade belga
Cargos:	
1985	Terceiro-secretário
1990	Segundo-secretário
1999	Primeiro-secretário, por merecimento
2005	Conselheiro, por merecimento
2010	Ministro de segunda classe
Funções:	
1986	Embaixada no Panamá, terceiro-secretário em missão transitória
1986	Divisão de Imigração, assistente
1987	Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assistente
1991	Embaixada em Madri, segundo-secretário
1995	Embaixada em Beirute, segundo-secretário, primeiro-secretário, conselheiro, comissionado, e encarregado de negócios
2000	Divisão do Oriente Próximo, assistente
2002	Embaixada em Port-of-Spain, encarregado de negócios em missão transitória
2003	Divisão do Pessoal, assessor
2003	Embaixada em Damasco, encarregado de negócios em missão transitória
2005	Coordenação-Geral de Planejamento de Pessoal, coordenador
2005	Embaixada em Bruxelas, encarregado de negócios em missão transitória
2006	Embaixada em Bruxelas, conselheiro
2009	Consulado-Geral em Beirute, cônsul-geral adjunto e encarregado do consulado-geral
2014	Embaixada em Atenas, ministro-conselheiro
2016	Embaixada em Atenas, encarregado de negócios

Condecorações:	
1997	Ordem Nacional do Cedro, República Libanesa, Oficial
2004	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2012	Medalha Mérito Tamandaré (Marinha do Brasil)
Publicações:	
2011	"O Recente Fenômeno Imigratório de Nacionais Brasileiros na Bélgica" - Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG/MRE), Brasília/DF

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA FEDERAL DA ETIÓPIA







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS SOBRE A ETIÓPIA	
NOME OFICIAL:	República Democrática Federal da Etiópia
GENTÍLICO:	etíope
CAPITAL:	Adis Abeba
ÁREA:	1.104.300 km²
POPULAÇÃO:	105 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS:	Amárico (oficial); Inglês (corrente)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristãos ortodoxos (43,5%), muçulmanos (33,9%), cristãos protestantes (18,6%), animistas (2,6%), outras religiões (1,4%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República Federativa Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral. A) Casa da Federação (Yefedereshein Mikir Bete): 153 membros indiretamente eleitos pelas assembleias estaduais para mandatos de 5 anos. B) Casa dos Representantes do Povo (Yehizb Tewokayoch Mekir Bete): 547 eleitos diretamente por 5 anos, com
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Mulatu Teshome Wirtu (desde out/2013)
CHEFE DE GOVERNO:	Abiy Ahmed Ali (desde abr/2018)
CHANCELER:	Workneh Gebeyehu (desde nov/2016)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US$ 79,7 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US$ 195,77 bilhões
PIB NOMINAL *PER CAPITA*:	US$ 860,55
PIB PPP *PER CAPITA*:	US$ 2.112,97
VARIAÇÃO DO PIB :	8,5% (2017); 8% (2016); 10,4% (2015); 10,3% (2014); 9,9% (2013); 8,7% (2012); 11,4% (2011); 10,6% (2010); 10,0% (2009)
IDH:	0,448; (174ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	64,6 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO:	49,1% (PNUD)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	16,8% (PNUD)
UNIDADE MONETÁRIA:	Birr (Br$)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Sinknesh Ejigu (desde abr/2014)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Cerca de 300
EMBAIXADOR EM ADIS ABEBA:	Octávio Henrique Côrtes

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-ETIÓPIA **(*fonte: MDIC*)** **US$ milhões FOB**

BRASIL➔ ETIÓPIA	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**
Intercâmbio	5,17	13,84	8,23	35,51	37,44	47,92	34,28	62,81	22,06	30,58

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Exportações	5,16	13,77	8,21	35,37	37,40	47,88	34,23	62,74	21,96	30,25
Importações	0,01	0,07	0,02	0,13	0,03	0,03	0,05	0,06	0,10	0,33
Saldo	5,15	13,7	8,19	35,23	37,37	47,84	34,18	62,68	21,86	29,92

Informação elaborada em 14/5/2018, por Augusto César Teixeira Leite (DIAOS). Revisada pelo Ministro Pulo Rocha Cypriano, Chefe da DIAOS, em 14/5/2018.

APRESENTAÇÃO

Segundo país mais populoso da África e 10ª economia do continente, a Etiópia tem figurado, ao longo dos últimos anos, entre os países com maior crescimento econômico no mundo. No plano político, ao abrigar a sede da União Africana (UA) e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), Adis Abeba projeta-se como importante polo diplomático e desempenha papel relevante nos processos de paz regionais. Para o Brasil, essas credenciais têm tornado a Etiópia parceiro de crescente importância no continente africano.

Em função de sua estratégia de desenvolvimento, o Brasil é identificado pela Etiópia, por sua vez, como importante parceiro emergente, o que levou aquele país a abrir Embaixada em Brasília, em fevereiro de 2011 – sua única representação na América do Sul –, em reciprocidade à abertura da Embaixada brasileira em Adis Abeba, em 2005. O governo etíope nutre expectativas elevadas em relação ao Brasil, em particular nos campos da cooperação intergovernamental e da atração de investimentos.

A Etiópia é considerada o único país africano que logrou manter-se livre de jugo colonial, à exceção do curto período de ocupação italiana, de 1936 a 1941, quando impôs derrota à Itália. A Etiópia tornou-se o primeiro país africano membro da Liga das Nações. Posteriormente, muitas nações africanas adotaram as cores da Etiópia na confecção de suas próprias bandeiras nacionais e Adis Abeba foi escolhida como sede do projeto da integração africana.

No âmbito político, o país chegou a passar por transições de poder turbulentas. Em 1974, o imperador Haile Selassie, que reinava desde 1930, foi deposto por junta militar, o Derg, que estabeleceu estado autocrático de orientação socialista. O Derg foi derrubado por coalizão de forças rebeldes chamada Frente Popular Democrática do Povo Etíope, em 1991. Em 1994, foi adotada constituição e, em 1995, foi realizada a primeira eleição multipartidária do país.

O "Tigray People's Liberation Front" (TPLF) desempenhou papel protagonista na transição política e, com isso, garantiu à minoria étnica tigrínia, de apenas 6,5% da população etíope, domínio sobre as principais instâncias de poder. O TPLF liderou a criação de três partidos que representam grupos étnicos e conformam, em conjunto, o "Ethiopian Peoples' Revolutionary Democratic Front" (EPRDF). Essa espécie de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

"federalismo étnico" permitiu, por 27 anos, que o TPLF assegurasse sua ascendência sobre a vida política do país. Com a morte do primeiro-ministro Meles Zenawi, em 2012, o viceprimeiro-ministro, Hailemariam Desalegn ascendeu ao poder, fato que marcou a primeira transição de poder pacífica em décadas.

No domínio econômico, o governo etíope desempenha importante papel de interventor e de indutor do crescimento econômico. A economia etíope figura, até hoje, entre as economias mais estatizadas do continente africano. Desde 2005, o país adota planos de desenvolvimento socioeconômico cujo principal objetivo é erradicar a pobreza, mediante o estímulo à produtividade agrícola, ao desenvolvimento industrial, e à realização de grandes projetos de infraestrutura. A política de atrair investimentos estrangeiros de países emergentes com liquidez (sobretudo da China, da Índia e da Turquia) para o desenvolvimento da infraestrutura, da agricultura de exportação e de manufaturas garantiu à Etiópia taxas de crescimento em torno de 10% a.a. entre 2004 e 2015, e acima de 8% em 2016 e 2017. O país constitui, ademais, um dos maiores recipiendários, na África, da ajuda para o desenvolvimento proveniente dos países ocidentais.

O sistema político vigente, contudo, não foi capaz de atender a contento as crescentes demandas da população etíope por melhores condições de vida. A percepção de concentração das oportunidades econômicas nas mãos da elite dirigente tornou-se crítica em nov/2015, quando os oromos, maior grupo étnico do país, tomaram as ruas em protesto. As lideranças da oposição pediram ampliação do espaço político e criticaram alegados privilégios econômicos da elite tigrínia. Em jul/2016, os amaras, segundo maior grupo étnico, somaram-se às manifestações. O governo reconheceu publicamente a gravidade da situação e a necessidade de reformas. Em 15/2/2018, o primeiro-ministro Hailemariam Desalegn renunciou. Após mais de quarenta dias de impasse, o partido governista indicou novo primeiro-ministro. A escolha recaiu sobre Abiy Ahmed, primeiro oromo a liderar o país nos 27 anos do regime.

Em poucas semanas à frente do governo, o primeiro-ministro Abiy Ahmed levantou o estado de emergência vigente; deu passos rumo à normalização das relações com a vizinha Eritreia; e anunciou a intenção de promover a abertura parcial das empresas estatais à participação da iniciativa privada, nacional e estrangeira. Esses passos constituem marcos históricos que denotam projeto de governo voltado para reformas de peso na vida econômica e política do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PERFIS BIOGRÁFICOS

MULATU TESHOME WIRTU
Chefe de Estado
Presidente



Nasceu em 1957 na vila de Arjo, no oeste da Etiópia. Estudou na China, onde obteve bacharelado em Economia Política (1982) e doutorado em Direito Internacional, ambos pela Universidade de Pequim. Exerceu vários cargos no Governo etíope: Vice-Ministro do Desenvolvimento Econômico e Cooperação, nos anos 1990; Ministro da Agricultura, em 2001; Presidente da Câmara Federal (Senado), entre 2002 e 2005. No mesmo ano, foi nomeado Embaixador da Etiópia no Japão e, em 2006, foi designado Embaixador na Turquia.

Em outubro de 2013, quando exercia suas funções na Turquia, foi eleito Presidente da Etiópia por voto parlamentar unânime. O TPLF ("Frente de Liberação do Povo de Tigray", partido majoritário) indicara o seu nome para o pleito. Como seus predecessores, Mulatu pertence à etnia oromo, a maior do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ABIY AHMED ALI
Chefe de Governo
Primeiro-Ministro



ABIY AHMED ALI nasceu em Beshasa, em 1976. Formado em ciências da computação, é PhD em mediação de conflitos. Ingressou na carreira militar em 1993, e atuou nas áreas de inteligência e de comunicação. Abiy Ahmed Ali pertence à etnia oromo, e iniciou sua carreira política pela Organização Democrática do Povo Oromo (OPDO), partido no poder na região de Oromia desde 1993 e integrante do "Ethiopian Peoples' Revolutionary Democratic Front" (EPRDF). Em 2010, foi eleito membro do Parlamento. Em 2015, foi reeleito. No mesmo ano, assumiu o cargo de ministro da Ciência e Tecnologia. Em abril de 2018, após renúncia do antecessor, Hailemariam Desalegn, ascendeu a primeiro-ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Etiópia vem-se constituindo, nos últimos anos, como importante parceiro brasileiro na região do Chifre da África. Por abrigar a sede da União Africana (UA), Adis Abeba projeta-se como capital diplomática da África, além de exercer relevante papel para a estabilidade em seu entorno regional. Com elevadas taxas de crescimento, em torno de 10% de 2004 a 2015, segundo o Banco Mundial, o país se converteu em uma das economias mais dinâmicas da África Oriental e do mundo.

Em maio de 1951, foi criada a Legação do Brasil junto ao Império da Etiópia, com sede no Cairo. Em 1956, a Embaixada do Brasil em Beirute passou a exercer ação cumulativa da Legação. Nos anos 1960, a representação brasileira foi elevada à categoria de Embaixada, passando a ter sede em Adis Abeba. Ao final daquela década, contudo, a embaixada brasileira na Etiópia foi desativada.

Até a década de 2000, registraram-se esparsas visitas de alto nível entre os dois países. Destaca-se a visita do Imperador Haile Selassie (1930-1974) ao Brasil em 1960, no governo de Juscelino Kubitschek. Durante sua estada em território brasileiro, ocorreu tentativa frustrada de golpe de estado na Etiópia.

Esse quadro foi alterado, no início deste século, quando os dois países passaram a dar prioridade à dimensão sul-sul em suas políticas externas. A embaixada brasileira foi reaberta em Adis Abeba, em 2005. Em 2011, a legação etíope foi inaugurada em Brasília, única daquele país na América do Sul.

A reabertura da embaixada do Brasil em Adis Abeba deu novo impulso ao relacionamento bilateral e inaugurou processo de intensificação da troca de visitas de alto-nível. A iniciativa brasileira teve importância não apenas para o estreitamento das relações com a Etiópia, mas também para a intensificação do diálogo com a União Africana (UA). Ainda em 2005, o então ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, realizou visita de trabalho à capital etíope, acompanhado de delegação integrada por representantes do ministério da Saúde, da EMBRAPA e do setor privado brasileiro. Na ocasião, o chanceler brasileiro manteve audiências com seu então homólogo, Seyoum Mesfin, com o então Presidente da Comissão da UA, Alpha Oumar Konaré, e com o Secretário-Executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), também sediada em Adis Abeba.

A abertura da Embaixada da Etiópia em Brasília, em 2011, denotou, por sua vez, a expectativa etíope com relação ao Brasil, identificado como importante parceiro emergente, ao lado de China, Índia e Turquia. A Etiópia vê na cooperação com o Brasil importante instrumento não apenas para tornar viável seu projeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desenvolvimento, particularmente nas áreas agrícola, energética e de infraestrutura, mas também para o fortalecimento de suas políticas públicas sociais.

Com a abertura da missão etíope em Brasília, os contatos de alto nível tornaram-se ainda mais frequentes. O então Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-III do Itamaraty, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, visitou Adis Abeba regularmente como representante brasileiro nas Cúpulas da UA (janeiro de 2011, janeiro de 2012, julho de 2012, janeiro e maio de 2013), bem como no funeral do então Primeiro-Ministro Meles Zenawi, em agosto de 2012. Nessas ocasiões, manteve encontros bilaterais com altas autoridades etíopes.

Em abril de 2012, o então chanceler Antônio Patriota realizou visita oficial à Etiópia, ocasião em que foi recebido pelo então primeiro-ministro Meles Zenawi e manteve encontro de trabalho com seu então homólogo, Hailemariam Desalegn. Desalegn manifestou interesse em atrair investimentos brasileiros, principalmente para projetos de infraestrutura, energia e mineração. Durante a visita, foram também assinados cinco atos bilaterais, entre os quais o Acordo de Cooperação Técnica, em etapa de promulgação pelo lado brasileiro. O Acordo é essencial para a alavancagem do potencial de cooperação existente entre os dois países, principalmente nas áreas de agricultura, combate à pobreza e à fome, biocombustíveis e saúde.

A visita da então Presidente Dilma Rousseff a Adis Abeba, em maio de 2013, por ocasião das comemorações do Jubileu de Ouro da União Africana, foi a primeira de Chefe de Estado brasileiro à Etiópia. Na ocasião, foram celebrados quatro novos atos bilaterais, dos quais se destacam o Acordo de Cooperação Educacional e o Acordo de Serviços Aéreos, ambos em tramitação no Congresso Nacional. Outro instrumento assinado, o Acordo de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, está em fase de promulgação.

Em jul/2013, a Ethiopian Airlines, empresa estatal etíope, passou a operar a rota aérea Adis Abeba - São Paulo, fato que constituiu gesto claro de confiança no potencial das relações com o Brasil. Trata-se do primeiro voo comercial a conectar a África Oriental ao Brasil e, segundo a companhia, a conexão mais rápida entre a América do Sul e a China. A Ethiopian é considerada a maior empresa aérea africana, com frota de cerca de 80 aeronaves, e ambiciosos planos de expansão, que incluem o aumento de 300% de seu faturamento até 2025, o que a torna potencial cliente da EMBRAER. Em jun/2015, o "Acordo para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros de Transporte Aéreo e Marítimo Internacional", que teve vigência imediata, passou a isentar a Ethiopian de pagar ao governo brasileiro imposto de renda como pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

Em março de 2016, o então chanceler brasileiro, embaixador Mauro Vieira, visitou Adis Abeba e manteve encontro com o então ministro dos Negócios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Estrangeiros, Tedros Adhanom Ghebreyesus. No contexto da visita, foi assinado MdE para a promoção do comércio e dos investimentos e também tiveram início as tratativas para a assinatura do ACFI entre os dois países. As negociações do acordo foram concluídas em ago/2017.

Desdobramento mais recente nas relações bilaterais foi a visita do Subsecretário-Geral da África e do Oriente Médio, embaixador Fernando José Marroni de Abreu, a Adis Abeba, em abril de 2018, quando co-presidiu, com sua homóloga etíope, reunião de consultas políticas. Na ocasião, foi assinado o ACFI com a Etiópia.

Embora as relações com a Etiópia tenham experimentado inédito processo de adensamento nos últimos quinze anos, há vasto espaço para a ampliação e diversificação do relacionamento bilateral, em especial nos planos econômico-comercial, no âmbito da cooperação técnica e do diálogo político.

Há perspectivas de parcerias sólidas no campo da cooperação, com destaque para a agricultura, os biocombustíveis e a troca de experiência na formulação e implementação de políticas sociais. Vale ressaltar que, por abrigar a Etiópia a sede da União Africana, projetos bem-sucedidos desenvolvidos naquele país tendem a ter maior visibilidade e repercussão junto a outros países africanos.

Cooperação técnica

Até a entrada em vigor do acordo de cooperação técnica, ações de cooperação com a Etiópia deverão continuar a ocorrer ao abrigo de ato firmado com a UA, em 2007. A cooperação em agricultura é especialmente relevante para a Etiópia, tendo em conta a vulnerabilidade do país às intempéries naturais e a necessidade de fortalecer a segurança alimentar no país. Segundo "think tank" de especialistas etíopes, o Brasil seria "a melhor referência para o contexto etíope". Assim, a ABC tem intermediado parceria entre a EMBRAPA e o Instituto Etíope de Pesquisa Agrícola (EIAR).

Em fev/2012, delegação do EIAR visitou o Brasil, após o que o governo etíope apresentou proposta de cooperação nas áreas de solos ácidos, manejo sustentável de florestas, pecuária, mecanização, produção de frutas e legumes, algodão e cana-de-açúcar. Em dezembro de 2013, foram assinados projetos de cooperação: "Apoio técnico ao manejo de solos ácidos para uso agrícola", e "Fortalecimento da Capacidade Técnica Etíope na Exploração e Manejo Sustentável de Florestas".

O projeto "fortalecimento da capacidade técnica etíope na exploração e manejo sustentável de florestas" foi privilegiado e teve início em 2013 em parceria com a Embrapa Florestas. Tem como objetivo contribuir para a sustentabilidade da exploração florestal na Etiópia, mediante o aumento da capacidade técnica das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

instituições e dos agricultores na manutenção das florestas nativas e o reflorestamento de espaços degradados. Em mai/2015, foi enviada missão da Embrapa, com o objetivo de elaborar inventário das espécies florestais economicamente viáveis na Etiópia. Em seguida, foi realizada a capacitação de técnicos do EIAR, no Brasil. Até dez/2018, quando expira o prazo de execução do projeto, a ABC deverá finalizar sua última etapa, que inclui a compra de equipamentos para serem instalados no laboratório do EIAR.

Apesar de o projeto na área florestal ter sido implementado primeiro, o governo etíope atribui especial importância ao prosseguimento da iniciativa referente a manejo de solos ácidos para incremento de produtividade, assinado com a ABC e a EMBRAPA também em 2013. Em nov/2017, após a Embrapa manifestar concordância com o início do projeto, a ABC decidiu dar seguimento às atividades previstas, com a programação de missão para mapeamento e atualização de cenários e confirmação de demanda. O projeto prevê capacitação do corpo técnico do EIAR em áreas como metodologias e tecnologias de gestão de solos ácidos, melhoramento de variedades resistentes a solos ácidos e técnicas de mapeamento de solos ácidos.

A experiência brasileira em cafeicultura, de grande êxito, também despertou o interesse etíope. Em dez/2017, delegação chefiada pelo então ministro da Agricultura e Recursos Naturais da Etiópia, Eyasu Abraha Alle, visitou o Brasil para pesquisa e aprendizagem sobre boas práticas na área agrícola, com enfoque especial na produção do café. A missão teve apoio da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO).

Em fins de mar/2018, foi realizada missão técnica da Etiópia ao estado de São Paulo, chefiada por assessor do ex-primeiro-ministro Hailemariam Desalegn, para conhecer a experiência brasileira com a produção de bioenergia. O entusiasmo etíope pelo setor não é recente. Em fev/2016, após manifestação de interesse, por Adis Abeba, em assinar acordo de cooperação na área de biocombustíveis, vistos como alternativa à elevada dependência de combustíveis fósseis importados, foi proposto memorando de entendimento (MdE) entre os dois governos, de cuja implementação o Ministério de Minas e Energia participaria, em conjunto com outros órgãos de governo. A minuta do dispositivo se encontra sob análise pelo MME.

Vinculado à questão agrícola, está o combate à fome e à pobreza. Os programas de transferência de renda e combate à pobreza brasileiros, como o Bolsa-Família e o Fome Zero têm atraído especial interesse das autoridades etíopes.

No plano humanitário, em 2011, a Etiópia foi incluída entre os beneficiários da Lei 12.429/2011, que autoriza o poder Executivo a doar, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), estoques públicos de alimentos. Naquele ano, foram doadas 500 toneladas de feijão, no valor de cerca de US$ 445 mil. Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2012, foram enviadas à Etiópia 21.500 toneladas de arroz, com valor estimado em mais de 10 milhões de dólares. No ano seguinte, foram doadas 1.500 toneladas de arroz, no valor de pouco mais de US$ 700 mil dólares.

Desde 2012, a Etiópia também é parte do programa PAA África ("Purchase from Africans for África"). Trata-se de iniciativa conjunta entre o Brasil, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o PMA, com apoio do Reino Unido, para promover as compras locais de alimentos como instrumento de sustentabilidade da assistência alimentar.

Também no âmbito da cooperação humanitária prestada pelo governo brasileiro, deve-se registrar a contribuição de US$ 300 mil ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para atender refugiados do conflito somali na Etiópia, em 2011, bem como doação, naquele mesmo ano, de US$ 100 mil ao Fundo de População das Nações Unidas para desenvolvimento, na Etiópia, de projeto de prevenção às diferentes formas de violência sexual, entre mulheres e meninas deslocadas em zonas de conflito.

A Etiópia também tem demonstrado interesse em contar com capacitação brasileira para a realização do próximo censo, em especial para utilização de metodologia de coleta eletrônica de dados. Segundo o governo daquele país, 95% do território já foi mapeado, mas o questionário elaborado para a próxima edição do recenseamento permitirá a obtenção de novas informações, entre as quais dados sobre conectividade e população de emigrantes etíopes residindo no exterior.

Nesse contexto, em mar/2017, missão técnica da Agência Central de Estatísticas etíope (CSA) visitou a sede do IBGE, no Rio de Janeiro, com financiamento do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Após o evento, a delegação do CSA manifestou interesse em identificar formas de apoio adicional do governo brasileiro ao censo populacional etíope, em especial no que diz respeito a avaliação dos dados ("Post Enumeration Survey") e a segurança e proteção dos dados contra invasões externas e "hacking".

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira na Etiópia é atendida pela Embaixada do Brasil em Adis Abeba. Não há consulados honorários. A comunidade brasileira na Etiópia é estimada em 20 cidadãos.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos oficiais brasileiros concedidos à Etiópia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

POLÍTICA INTERNA

Histórico

O território onde hoje se situa a Etiópia passou por diversas divisões políticas ao longo da história. No primeiro século da era cristã, chegou ao apogeu, na região, o Império Aksumita, do qual gregos, romanos, bizantinos, árabes e persas tinham conhecimento.

Tanto a cunhagem de moedas quanto a religião cristã chegaram à região como consequência da expansão das relações comerciais do Império Aksumita com o mundo mediterrâneo de então. O Catolicismo foi adotado como religião oficial em princípios do século IV d.C., o que faz da Etiópia a nação cristã mais antiga do mundo, após a Armênia.

No final do século XIX, consolidou-se na região sistema monárquico sob o Imperador Menelik I. No mesmo período, por volta de 1870, a região passou a ser cobiçada pela Itália, que procurava juntar-se às demais potências europeias na corrida pela partição da África. Em 1896, os italianos estabeleceram colônia na região da atual Eritreia. Não conseguiriam, no entanto, conquistar a Etiópia. O Imperador Menelik II derrotou a potência colonizadora europeia na batalha de Adwa.

Em 1930, Haile Selassie assumiu o trono da Etiópia, para se defrontar com nova ofensiva expansionista da Itália. Os etíopes não resistiram aos ataques de Benito Mussolini e o país foi ocupado entre 1936 e 1941. Nesse ano, com o apoio de tropas britânicas, forças nacionalistas etíopes expulsaram os italianos, e Selassie reassumiu o trono. A Etiópia permaneceu, assim, o único país da África que jamais foi colonizado por potência europeia.

Em 1952, foi criada a Federação da Etiópia e Eritreia, à qual se seguiu a anexação do segundo país pelo primeiro, em 1962. O Imperador Selassie empreendeu reformas para modernizar o Estado, mas o envolvimento da Etiópia em disputa territorial com a Somália, aliado a sucessivas revoltas camponesas, desgastaram o regime progressivamente. No final dos anos 1960, o quadro era de descontentamento generalizado, alimentado por estagnação econômica, altas taxas de inflação e desemprego.

O fracasso do regime imperial de Haile Selassie em lidar com os problemas da Etiópia tornou-se evidente com a seca de 1973, quando se estima que cerca de 300 mil pessoas tenham morrido de inanição. Incontáveis acusações de corrupção, além da incapacidade do governo de reverter a crise econômica, conduziram o regime a seus limites máximos de impopularidade. Em fevereiro de 1974, greves generalizadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

na capital e rebeliões nas Forças Armadas forçaram a renúncia do Primeiro-Ministro Aklilu Wold, no cargo desde 1961.

O Derg

Ainda em 1974, o Imperador foi deposto e morreu em menos de um ano. Os militares assumiram o poder, que era controlado pelo Conselho Administrativo Militar Provisório (PMAC) ou "Derg", nome amárico para "comitê", integrado por 120 membros egressos das Forças Armadas.

Após período de conflitos internos, que culminou no assassinato do Presidente do Conselho e Chefe de Estado, General Aman Andon, o Derg consolidou-se na vanguarda da revolução e, por influência de intelectuais de esquerda retornados do exílio, anunciou, em dezembro de 1974, sua opção pelo modelo socialista, aproximando-se da União Soviética e de Cuba. Dois meses depois, mais de cem companhias estrangeiras foram nacionalizadas ou parcialmente ocupadas. Após longo debate interno, o Derg optou pela linha marxista-leninista adotada pelo All Ethiopia Socialist Movement ou "Me'ei Sone", partido apoiado pelo Vice-Presidente, Coronel Mengistu Haile Mariam, favorável à manutenção do regime militar.

Em consequência, o Partido Revolucionário do Povo da Etiópia (EPRP), também socialista, que defendia o estabelecimento de governo popular civil, bem como a autodeterminação da Eritreia, passou à oposição. No final de 1976, a deterioração da situação política levou o regime a lançar ofensiva total contra o EPRP, o que iniciou o período conhecido como "terror vermelho". Em fevereiro de 1977, após eliminar a dissidência interna no Derg, contrária ao endurecimento do regime, Mengistu assumiu a Presidência e intensificou a repressão.

Com a eliminação do EPRP, a oposição refugiou-se em Tigray, região norte do país, onde estabeleceu a Frente de Libertação do Povo do Tigray (TPFL), que se aliou aos separatistas eritreus na luta de guerrilha contra o governo estabelecido em Adis Abeba. Enquanto isso, o Derg procurou consolidar a revolução socialista, mediante a criação, em 1984, do Partido dos Trabalhadores da Etiópia, que tinha por modelo o Partido Comunista soviético. Em 1987, foi promulgada nova Constituição, que instituiu a República Democrática da Etiópia. A partir de 1989, o afastamento do aliado soviético resultou no progressivo enfraquecimento do regime. As forças rebeldes de Tigray (TPFL), incorporadas à coligação "Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia" (EPRDF) e aliadas aos separatistas da Eritreia, passaram então a obter vitórias sucessivas e lançaram ofensiva decisiva contra o regime em 1991.

Em maio daquele ano, os insurgentes conquistaram Adis Abeba e assumiram o poder, estabelecendo governo de transição liderado pelo comandante do TPFL, Meles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Zenawi. Mengistu refugiou-se no Zimbábue, onde se encontra até hoje, apesar de condenado pela justiça etíope, in absentia, por genocídio.

A Ascensão do EPRDF e o atual Sistema Político da Etiópia

Em julho de 1991, foi realizada conferência de paz, patrocinada por EUA e Reino Unido, em que se acordou a independência da Eritreia, formalizada por referendo popular em 1993. No plano interno, iniciou-se processo de descentralização, pelo qual foi concedida maior autonomia às regiões administrativas do país. Em 1995, realizaram-se eleições para as assembleias e governos locais, com ampla vitória da EPRDF. Paralelamente, o governo de transição iniciou programa de reformas econômicas com o objetivo de restabelecer a economia de mercado e reintegrar o país à economia mundial.

Desde então, a coligação agrupada em torno da EPRDF tem ocupado posição de proeminência na política etíope. Apesar de ser composta por dois partidos com bases étnicas majoritárias (OPDO, da etnia oromo, que representa 35% da população; e ANDM, da etnia Amara, que corresponde a 27% dos etíopes), a coligação era controlada, até recentemente, pelo partido "Frente de Libertação do Povo do Tigray" (TPFL; da etnia tigrínia, que corresponde a 6,1% da população).

O sistema político etíope tem por base a repartição do poder entre nove regiões administrativas delimitadas segundo critérios étnicos (Tigray, Oromia, Amara, Estado dos Povos do Sul, Somali, Afar, Benshangul-Gumaz, Gambela e Harar), duas municipalidades (Adis Abeba e Dire Dawa) e um Parlamento forte, integrado por câmara baixa (Conselho de Representantes do Povo com 547 representantes) e por senado (Conselho Federal, que conta com 110 assentos). Os Representantes do Povo são eleitos por voto popular direto, para mandatos de 5 anos, enquanto os membros do Conselho Federal são escolhidos pelos conselhos das regiões administrativas igualmente para mandato de 5 anos.

O Presidente da República, chefe do estado, exerce funções protocolares, e é designado pelo parlamento para mandato de 6 anos. O primeiro-ministro, chefe de governo, é o mandatário de fato, e também é designado pelo poder legislativo.

A Constituição, promulgada em agosto de 1995, formalizou o sistema de "federalismo étnico" em vigor até o presente, ao conceder relativa autonomia às regiões administrativas, que têm, inclusive, direito de votar pela secessão. Na prática, contudo, as regiões estão fortemente submetidas ao controle financeiro e político do governo central.

O Governo de Meles Zenawi (1991-2012)

Meles Zenawi (TPFL), comandou o país desde 1991 até sua morte, em 2012. Foi primeiro-ministro entre 1995 e agosto de 2012.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em 2000 e 2005, foram realizadas eleições, que reconfirmaram a EPRDF no governo, e a continuidade de Meles Zenawi no cargo de Primeiro-Ministro. Os opositores, embora tenham aumentado sua participação no parlamento, e tenham chegado a ocupar 171 das 547 cadeiras, contestaram o resultado das eleições de 2005. Os representantes da oposição recusaram-se a assumir os assentos conquistados. As manifestações de rua contrárias ao desfecho do pleito foram reprimidas e resultaram em estimadas 200 mortes entre os manifestantes. Ademais, ocorreram milhares de detenções, até mesmo de importantes lideranças oposicionistas. Em 2006, a justiça etíope começou a conceder "perdão", de forma paulatina, a parcela dos presos.

Analistas apontam a desarticulação da oposição, após os protestos de 2005, como importante fator para a expressiva vitória do EPRDF nas eleições de 2010. O partido conquistou 499 das 547 cadeiras do parlamento federal. A oposição conseguiu apenas duas cadeiras e os assentos restantes ficaram com membros de partidos aliados à EPRDF. O resultado do pleito permitiu, novamente, que Meles Zenawi se mantivesse no cargo de primeiro-ministro.

Em setembro de 2011, o governo etíope deteve importantes políticos de partidos de oposição e jornalistas, supostamente por envolvimento em atividades terroristas. As detenções ocorreram três meses após a edição de lei específica sobre anti-terrorismo, por meio da qual foram declaradas organizações políticas terroristas os partidos de oposição "Ginbot 7", a "Frente de Libertação de Oromo" e a "Frente Nacional de Libertação de Ogaden".

Durante o período em que Zenawi esteve à frente do país, foi mantida relativa estabilidade política. Analistas e organizações não-governamentais, contudo, apontam para o relativo crescimento de restrições às liberdade individuais no país, sobretudo após os protestos de 2005. No que se refere à economia, os mandatos de Zenawi se caracterizaram por elevadas taxas de crescimento (acima de 10% entre 2004 e 2012).

Etiópia pós-Zenawi

Com a morte de Zenawi (ago/2012), a Etiópia passou por importante teste de transição política. Devido à baixa participação relativa de etnias majoritárias na coligação governista, alguns analistas chegaram a alertar para o risco de violenta disputa interna para a escolha do novo PM. Adotou-se, contudo, saída legalista, em processo estável e pacífico. Tratou-se, então, da primeira transição pacífica no país nas últimas décadas.

Em set/2012, o vice-primeiro ministro Hailemariam Desalegn, de partido de minoria étnica do sul do país (SEPDM), foi confirmado como novo PM até 2015, quando foram realizadas novas eleições. A confirmação de Desalegn no cargo contou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com o apoio internacional, e mesmo de setores da oposição etíope, que defenderam a posse imediata de Desalegn.

Em novembro de 2012, o Parlamento aprovou reforma ministerial proposta por Desalegn. Foram criados, ademais, três cargos de vice-primeiro ministro, os quais passaram a ser responsáveis pela coordenação do trabalho de vários ministérios agrupados em: a) Economia, Tecnologia, Informação e Comunicações; b) Governança e Serviços Públicos; e c) Temas Sociais e Educação. Alguns ministérios, contudo, continuaram a responder diretamente ao PM, que também ficou encarregado da supervisão das principais obras de infraestrutura em andamento no país.

A reforma ocorreu, principalmente, em razão da redistribuição mais equânime de poder dentro da coligação governista. Cada um dos três principais partidos regionais que compõem a coalizão (TPFL, OPDO e APDM) passou a ter um vice-pm, enquanto o cargo de primeiro-ministro ficou nas mãos de representante da região sul.

A transição no país foi completada, em outubro de 2013, com a eleição, pelo parlamento, de Mulatu Teshome para o cargo de presidente, em substituição a Girma Woldegiorgis, que havia permanecido no cargo por 12 anos. Como seu antecessor, Teshome pertence à etnia oromo, a maior do país.

Desalegn e representantes da coalizão governista deram continuidade às políticas da administração anterior. Dessa forma, a implementação do plano quinquenal etíope ("Plano de Transformação e Crescimento da Etiópia") para o período 2010-2015, foi eleita prioridade do então novo governo. Foi atribuída particular atenção ao desenvolvimento agrícola; à continuidade dos grandes projetos de infraestrutura; e à necessidade de melhora na qualidade da educação e na prestação de serviços.

Eleições legislativas de 2015

Em conformidade com o calendário eleitoral vigente, a Etiópia realizou, em maio/2015, eleições parlamentares. Analistas políticos apontaram para a desarticulação da oposição como fator explicativo da vitória da EPRDF e de seus aliados. Novas agremiações opositoras, organizadas por meio de redes sociais e com significativo poder de atração de setores da juventude urbana não tiveram impacto significativo nas eleições.

O Governo de Hailemariam Desalegn (2012 - 2018)

A gestão Desalegn foi marcada pela continuidade em relação ao período anterior. A criação dos três cargos de vice-primeiro-ministro, distribuídos entre os três principais partidos regionais que compõem a coalizão governista, conjugada ao fato de Desalegn ser de minoria étnica do sul do país, contribuiu para conferir maior representatividade ao governo. A preocupação da EPRDF em se apresentar como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

coalizão de diferentes grupos étnicos não modificou, contudo, a efetiva predominância dos tigrínios na tomada de decisões no país.

Como era esperado, para a Legislatura eleita em mai/2015, a coligação EPRDF obteve vitória acachapante, de modo que, pela primeira vez no regime vigente, não foi eleito um único representante da oposição. Os partidos da oposição, por sua vez, criticaram a coalizão governista e o regime político etíope, argumentando que o multipartidarismo etíope seria apenas ficção.

Ao longo dos últimos anos, os bons resultados da economia etíope (taxas de crescimento do PIB de cerca de 10% a.a.), sempre com forte participação estatal, foram essenciais à estabilidade do regime político. Em seu segundo mandato, Desalegn reuniu as políticas públicas para o desenvolvimento etíope no "Segundo Plano de Crescimento e Transformação 2015-2020" (GTP-II), o qual se associou aos conceitos da Agenda de Desenvolvimento pós-2015.

Mesmo com crescimento econômico acima de 8% ao ano, em 2016 e 2017, contudo, não foi possível acabar com o descontentamento popular. A combinação de crises regionais e intra-partidária levaram à renúncia do primeiro-ministro Desalegn.

Ao longo de meses, aprofundaram-se questões intra-partidárias que dificultaram a sustentação política do primeiro-ministro. Comentaristas indicam que, em nível superficial, ocorreram desentendimentos internos no EPRDF sobre como lidar com as revoltas regionais que atingiam o país desde 2016 (nas regiões da Oromia e de Asmara, que concentram as duas maiores etnias do país). Em nível mais profundo, os analistas apontam para o aprofundamento da controvérsia em torno de como fazer sobreviver os modelos de crescimento e de distribuição de recursos estatais montados a partir 1995.

Nesse quadro, mesmo a libertação de figuras relevantes da etnia oromo, entre o fim de janeiro e o começo de fevereiro, como Merere Gudina, presidente do Congresso Federalista Oromo, e Bekele Gerba, outra liderança expressiva, não impediu que prosseguissem episódios pontuais de manifestações e violência em todo o território da Etiópia, nunca totalmente interrompidos desde 2016.

Fevereiro de 2018 foi marcado pela realização de greve geral na Oromia, pela realização de bloqueios aos principais acessos a Adis Abeba e por enfrentamentos com vítimas entre a polícia e manifestantes em diversas regiões do país. Opositores ao governo insistiam em convocar novos protestos e continuar a exigir, com intensidade e confiança, não apenas a mudança do governo, mas também o fim do predomínio tigrínio no poder.

Hailemariam Desalegn finalmente renunciou, incapaz de ao mesmo tempo fazer algumas das reformas exigidas por parte da população, controlar opositores no EPRDF e manter os modelos econômico e político. Ao fazê-lo, o primeiro-ministro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em seu discurso, defendeu que, com seu ato, pretendia ser "parte da solução" e "contribuir para o êxito das reformas" que deveriam ser levadas a cabo no país.

O Governo de Abiy Ahmed Ali (2018 -)

Após alguma tensão, o Conselho do partido EPRDF, pavimentou o caminho para a escolha de Abiy Ahmed como novo primeiro-ministro. Confirmado no cargo pelo Parlamento etíope em 2/abr/2018, Ahmed proferiu discurso, transmitido por televisão que reverberou no país nos dias subsequentes.

O novo primeiro-ministro transmitiu mensagem de unidade para uma sociedade, que reconheceu estar politicamente fraturada e polarizada. Pediu desculpas explicitamente às vítimas "da agressão estatal" e estendeu as mãos aos etíopes exilados, convidando-os a voltarem para casa. Prometeu iniciar o processo de "cicatrização das feridas" através do caminho da reconciliação. Por fim, Ahmed defendeu o restabelecimento da paz com a Eritreia - tema considerado até então como tabu por analistas. Em jun/2018, a promessa se concretizou com o anúncio da plena aceitação do "Acordo de Argel", de dezembro de 2000, que havia encerrado a guerra com aquele país vizinho.

No plano econômico, o novo governo etíope anunciou que o comitê executivo do partido governista, o EPRDF, decidiu tomar medidas de cunho liberalizante na economia, considerada uma das mais estatizadas do continente africano. Com a nova orientação, participações minoritárias da iniciativa privada, nacional e estrangeira, serão abertas nas maiores empresas estatais do país.

O parlamento etíope também aprovou, em junho de 2018, a recomendação feita pelo Conselho de Ministros para suspender o "Estado de Emergência" vigente no país desde fevereiro último.

Todas essas medidas, significativas por si só, constituem claras indicações do caráter reformista e inovador do governo do novo primeiro-ministro Abyi Ahmed Ali.

POLÍTICA EXTERNA

A Etiópia adota o pragmatismo como um dos princípios norteadores de sua política externa, voltada para a preservação da integridade territorial e para o desenvolvimento socioeconômico do país. Adis Abeba abriga as sedes da União Africana (UA) e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), além de significativo número de representações diplomáticas (137, segundo dados do governo etíope), razão pela qual é considerada como “capital diplomática” da África.

Cercado por focos de tensão, o país busca projetar-se como “ilha de estabilidade” na região do Chifre da África e tem privilegiado o relacionamento com parceiros dispostos a prestar-lhe ajuda econômica ou militar, bem como cooperação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

técnica. O papel da Etiópia nos processos de promoção e manutenção da paz e segurança no entorno regional vem sendo amplamente reconhecido pela comunidade internacional como crucial. Maior contribuinte global de tropas para operações de manutenção da paz da ONU, com cerca de 8.400 etíopes destacados para 5 diferentes missões (dados de abr/2018), Adis Abeba ainda participa, com significativo efetivo, de missões de paz africanas, sobretudo a AMISOM. No total, são mais de 12.000 militares empregados no exterior.

O engajamento no processo de transição na Somália, a mediação para o fim da crise no Sudão do Sul, a luta contra o extremismo e o terrorismo, entre outras frentes de atuação etíopes, têm sido recompensados com significativos auxílios externos ao desenvolvimento do país. A Etiópia figura entre os países que mais recebem ajuda externa no continente.

Além das relações com os tradicionais doadores internacionais, a Etiópia tem privilegiado o relacionamento com os grandes países emergentes, considerados potencialmente estratégicos para a alavancagem de seu desenvolvimento econômico e social.

Histórico

Durante o reinado de Haile Selassie (1930-1974), a Etiópia buscou inserir-se no Bloco Ocidental e manter relacionamento privilegiado com os EUA. O golpe de 1974 marcou o início de processo de afastamento progressivo do Ocidente, com o estabelecimento do Derg, regime de inspiração socialista. A tomada do poder pelo Coronel Mengistu (1977) e as violações de direitos humanos perpetradas em seu regime induziram os EUA a reduzirem a ajuda econômica e a suspenderem a cooperação militar com a Etiópia. No mesmo ano, tropas da Somália invadiram a região de Ogaden, ao leste da Etiópia, considerada pelo governo somali como parte de seu território. A URSS, que procurava consolidar sua esfera de influência na região e que, até então, sustentava o regime da Somália, passou a apoiar a Etiópia, país que se tornou o principal aliado de Moscou no Chifre da África. Graças à ajuda militar soviética e cubana, a invasão somali foi repelida, passando o Derg a concentrar esforços no combate ao separatismo eritreu e aos movimentos rebeldes contrários ao regime.

Reaproximação dos EUA

A Etiópia permaneceria na órbita soviética até o final da década de 1980, quando a "perestroika", a "glasnost" e a subsequente dissolução da URSS levariam ao fim da parceria estratégica entre os dois países. A deposição do regime de Mengistu, em 1991, e a retirada da URSS da região ocasionaram nova mudança de rumo na política externa etíope, que voltou a privilegiar o relacionamento com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EUA. A Etiópia tornou-se, desde então, um dos maiores recipiendários de ajuda bilateral norte-americana na África subsaariana (cerca de US$ 1 bilhão anuais).

Os atentados de 11/9 reforçaram a parceria com o Ocidente e com os EUA, em particular, que passou a ver Adis Abeba como aliada-chave na "guerra contra o terror", devido, principalmente, a sua posição estratégica no Chifre da África. Operações conjuntas nos planos militar e de inteligência foram intensificadas. A intervenção etíope na Somália, em 2006, com o objetivo de minar a ação de forças islâmicas consideradas extremistas, ajudou a cimentar as relações com os Estados Unidos.

Em outubro de 2011, chegou-se a noticiar a existência de base militar norte-americana na Etiópia, para o lançamento de aviões não-tripulados ("drones"), munidos de armamento, com o objetivo de combater grupos radicais em território somali.

Apesar de divergências na área dos direitos humanos, analistas apontam que os EUA continuarão a privilegiar a cooperação com a Etiópia, dado seu papel fundamental na estabilidade política e no combate ao terrorismo no Chifre da África.

Relações com a China

A China constitui, atualmente, o principal parceiro comercial etíope, com volume de comércio total de cerca de US$ 5,5 bilhões, em 2017, dos quais mais de US$ 5 bilhões referentes a importações de produtos chineses. O déficit comercial com a China tem sido compensado pela concessão de créditos ao país. O país asiático desponta como o maior provedor de financiamentos à Etiópia. Os recursos subsidiados obtidos pela Etiópia são normalmente direcionados para projetos executados por empresas chinesas, em especial nos setores agrícola, de infraestrutura e de energia.

Além da concessão de financiamento, a China desponta como importante investidor no país. Destaca-se, nesse contexto, a instalação na Etiópia de fábricas automotivas e de equipamentos agrícolas. Trata-se de parceiro-chave para o projeto "Belt and Road Initiative" (BRI), que envolve gastos vultosos em infraestrutura, com o objetivo de revigorar antigas rotas comerciais chinesas.

O elevado fluxo do comércio bilateral, bem como a crescente concessão de créditos e aportes de investimentos diretos, torna a China prioridade natural para a diplomacia etíope. Nesse contexto, os dois países vêm passando por processo de grande intensificação do relacionamento, que se tem refletido em grande número de visitas bilaterais de parte a outra.

Questão da Bacia do Nilo / Egito

A questão do aproveitamento das águas da bacia do Nilo é central para a política externa etíope, uma vez que o país considera o investimento no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aproveitamento hidrelétrico como estratégico para o desenvolvimento socioeconômico. A construção da "Usina Hidrelétrica do Grande Renascimento Etíope" (GERD), no Nilo Azul, maior hidrelétrica a entrar em operação na África, possibilitará ao país atender crescente demanda energética e exportar o excedente gerado, o que também contribuirá para mitigar sua escassez de divisas.

Contudo, a construção da GERD tem levantado susceptibilidades junto aos países à jusante da represa, em especial o Egito, que tem no Nilo 95% de seu abastecimento de água e em cujas margens concentram-se 92% das terras aráveis do país, que acompanha com especial preocupação a construção da represa, iniciada em 2011. Os egípcios temem a redução da vazão do trecho do Nilo que percorre seu território, em decorrência da construção de GERD.

Com vistas a superar o diferendo relativo à construção da represa, Etiópia, Egito e Sudão, em 2015, assinaram "declaração de princípios" em que se comprometem a alcançar acordo sobre número de anos para preenchimento do reservatório e sobre método de operação, a partir de relatório técnico elaborado por empresa independente.

Contudo, em que pesem as diversas reuniões até o momento realizadas entre as partes, a questão permanece inconclusa.

Sudão e Sudão do Sul

O relacionamento bilateral com o Sudão já foi tenso, com acusações por parte das autoridades de Cartum de que Adis Abeba apoiava a guerrilha do Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA), braço armado do Movimento de Libertação do Sudão (SPLM), principal força política do Sudão do Sul.

A relação entre os dois países deu salto qualitativo em 2003, quando a Etiópia concordou em resolver disputa fronteiriça com o Sudão, que já se arrastava há tempos, e em desocupar a região em litígio. O Sudão, por sua vez, ofereceu melhores condições de acesso à cidade portuária Port Sudan. A participação da Etiópia na mediação das negociações do Acordo Abrangente de Paz, em 2005, entre o Norte e o Sul do Sudão, e, mais recentemente, o engajamento do país na UNISFA (Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei, região disputada por Sudão e Sudão do Sul), composta em sua maioria por militares etíopes (cerca de 4350 tropas), contribuíram significativamente para a proximidade entre os dois países. O ativo papel desempenhado por Adis Abeba no âmbito da Intergovernmental Authority on Development (IGAD), constitui mais um fator de aproximação com Cartum.

A eclosão de conflito civil no Sudão do Sul, em dezembro de 2013, levou a Etiópia a participar ativamente da mediação conduzida pela IGAD, com vistas a alcançar solução política entre as facções em conflito que permita a cessação efetiva das hostilidades naquele país. Até o momento, contudo, a mediação do organismo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

apesar de seguidos acordos assinados em Adis Abeba entre as partes beligerantes, não obteve resultados concretos para a estabilização do Sudão do Sul. A Etiópia é a quinta maior contribuinte de tropas para a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS).

Para Adis Abeba, a estabilização da região é estratégica, entre outros fatores, pelo fato de que o petróleo proveniente do Sudão e do Sudão do Sul ser importante para a economia etíope.

Relações Etiópia-Eritreia

Após quase três décadas de luta para obter soberania, a Eritreia tornou-se independente da Etiópia em 1993. A partir de 1990, a aliança estratégica entre o EPRDF e o movimento separatista eritreu foi fundamental para a queda do Derg. Com a independência da Eritreia, Asmara e Adis Abeba passaram a manter relacionamento amigável, motivados pela interdependência econômica, chegando inclusive a manter uma moeda comum. Em 1997, a Eritreia decidiu adotar moeda própria, o nafka. Essa medida aumentou consideravelmente os custos das transações comerciais etíopes com o país vizinho, em especial no tocante à utilização do porto eritreu de Assab, principal ponto de escoamento do comércio externo etíope. As tensões na esfera econômica contribuíram para a deterioração política do relacionamento bilateral. Em maio de 1998, os dois países entraram em guerra, deflagrada por disputa pelo controle da localidade fronteiriça de Badme.

Somente em dezembro de 2000, com a ativa participação da presidência de turno da Argélia da então Organização da Unidade Africana (OUA), negociações entre Etiópia e Eritreia resultaram em acordo de paz assinado em Argel e saudado pela comunidade internacional.

Em que pese a obtenção do acordo, o relacionamento entre Adis Abeba e Asmara permanence tenso, e as relações diplomáticas cortadas. Ambos os países se acusam reciprocamente de apoio a movimentos rebeldes no território um do outro. Apesar desse quadro, especialistas consideravam pouco provável que a tensão entre os dois países pudesse desencadear uma retomada na guerra de fronteira, já que a Eritreia não estaria em condições financeiras para sustentar novo conflito armado.

Em passo político histórico para a superação das rivalidades entre Etiópia e Eritreia, o novo primeiro-ministro, Abyi Ahmed Ali, defendeu em seu discurso de posse, em abril de 2018, o restabelecimento da paz com a Eritreia. Clamou pelo fim de "anos de desentendimentos" e instou os dirigentes do país vizinho a "adotar a mesma posição". Declarou, ainda, que o país está pronto para resolver as diferenças entre os dois povos, que "não estão apenas entrelaçados em interesses, mas também em sangue" - em referência à predominância, no país vizinho, da etnia tigrínia também presente na Etiópia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em seguimento a essas declarações iniciais, foi anunciada, em junho de 2018, pela agência de notícias estatal etíope, iniciativa do Comitê Executivo do partido do governo de aceitar em sua plenitude o "Acordo de Argel", de dezembro de 2000, que encerrou a guerra com a Eritréia.

Recorde-se que o Acordo de Argel criara comissão da ONU responsável pela elaboração de laudo técnico sobre as áreas em litígio. O resultado foi favorável à Eritréia (2002), mas não foi implementado pela Etiópia, que manteve até hoje suas tropas nas áreas de fronteira disputadas pelos dois países.

Relações Etiópia-Djibuti

Em decorrência da guerra com a Eritreia, na década de 1990, a Etiópia perdeu o acesso ao porto de Assab e teve de redirecionar seu fluxo de comércio para o Djibuti. A partir de então, as relações bilaterais tornaram-se mais intensas. Atualmente, cerca de 95% do volume de comércio exterior etíope passa pelo Djibuti. Empresas etíopes, por sua vez, controlam parte do setor de logística no país.

Apesar de, mais recentemente, o governo etíope ter dado mostras de que deseja assegurar pontos de escoamento alternativos, como comprovam a aquisição de 19% do porto de Berbera, na autoproclamada república da Somalilândia, e os planos de aumentar a utilização de Port Sudan, no Sudão, no curto e no médio prazos a relação entre Etiópia e Djibuti permanecerá simbiótica. O Djibuti importa do país vizinho quase toda eletricidade e água potável, e depende em larga medida, da renda gerada pelos serviços portuários prestados à Etiópia.

Recorde-se, ainda, que a nova ferrovia eletrificada, primeira deste tipo a ligar dois países africanos, entre a Etiópia e o Djibuti, com extensão total de 756 quilômetros, iniciou oficialmente suas operações comerciais na primeira semana de janeiro de 2018. A obra foi financiada com recursos da China, que vê o projeto como "colheita inicial" da iniciativa "Belt and Road".

Os trens eletrificados destinam-se ao transporte tanto de passageiros quanto de cargas (inclusive, e crucialmente, combustível), o que deverá encurtar o tempo de trajeto de mercadorias entre o porto de Djibuti e a Etiópia de três dias para doze horas.**Somália**

Em dezembro de 2006, após meses de escalada nas tensões entre os dois países, a Etiópia interveio na Somália, com o objetivo de dar suporte ao Governo Federal de Transição (GFT) em seu confronto com a União das Cortes Islâmicas (UIC). Ao longo desse ano, a UIC havia tomado controle de boa parte do sul da Somália, incluindo a capital Mogadíscio e o porto de Kismayo, deixando o GFT isolado em sua base em Baidoa. A invasão etíope foi rápida e bem sucedida. Derrotados após dez dias de batalha, os militantes da UIC foram, em grande parte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deslocados em direção à fronteira com o Quênia, havendo o GFT se instalado em Mogadíscio.

Em outubro de 2008, a implementação dos acordos de paz entre o GFT e a frente oposicionista Aliança para a Relibertação da Somália (ARS) resultou na retirada das tropas etíopes do país. Os acordos previam a saída gradual de forças militares, que seria completada até janeiro de 2009, o que de fato ocorreu, permanecendo a estabilização interna da Somália a cargo das forças da Missão da União Africana para a Somália (AMISOM).

Em novembro de 2011, tropas etíopes novamente realizaram incursão na Somália, em cooperação com a AMISOM e o governo de transição somali. A ação conjunta da Etiópia, da AMISOM e do governo somali permitiu importantes vitórias frente a grupos radicais, em especial o Al-Shabaab. Desde então, tropas da Etiópia se mantêm presentes no país vizinho, tendo sido incorporadas ao contingente da AMISOM em janeiro de 2014. A Etiópia é atualmente o terceiro maior contribuinte de militares da missão para essa missão da ONU.

Apesar dos sinais de agravamento da violência, em 2017, a UA e o CSNU definiram cronograma de desengajamento gradual de tropas da AMISOM, entre 2017 e 2021. Essa redução de tropas é percebida com cautela pelo governo etíope, o qual receia que o desengajamento possa desencadear retrocessos no processo de estabilização da Somália.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia etíope baseia-se fundamentalmente no setor agrícola. A exportação de produtos primários configura-se como componente essencial da pauta de exportação etíope (75% do total), tendo sido o setor agrícola responsável por cerca de 35% do PIB etíope em 2017.

Em 2017, a Etiópia registrou crescimento de 8,2%, configurando-se como o país do leste africano com maior índice de crescimento do ano passado. Em todo o continente africano, a Etiópia só deverá apresentar crescimento, em 2018, menor do que Gana (8,3%). A expansão da agricultura e do setor de serviços foi responsável pela maior parte desse crescimento, que também foi impulsionado pelo aumento da demanda interna, consequência de investimentos públicos e ampliação do consumo privado.

Com vistas a dinamizar a economia do país, o governo etíope pretende implementar segunda fase do plano de desenvolvimento Growth and Transformation Plan (GTP II). O GTP II, que terá início em 2019/20, visa a dar continuidade ao trabalho em infraestrutura por meio de projetos de investimento público e transformar a Etiópia em um centro de produção industrial. As metas de crescimento do PIB são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de 11% ao ano. Em linha com a estratégia de manufatura, também espera-se que o setor industrial cresça em média 20%.

Vale sublinhar o desempenho dos novos setores industriais no país (como têxteis, calçados e aparelhos elétricos), o qual indica progressiva maturação de investimentos e elevação da capacidade exportadora etíope. Ressalta-se, por exemplo, a exportação, voltada ao mercado africano, de aparelhos celulares feitos na Etiópia, que ultrapassou US$ 54 milhões em 2017. No entanto, o crescimento das exportações de manufaturados situa-se ainda muito aquém das necessidades impostas pela dependência quase generalizada de importações, indicando que a superação dos déficits na balança comercial ainda constituirá principal desafio do governo etíope nos próximos anos.

No que se refere à balança comercial, a Etiópia apresenta saldo historicamente deficitário, principalmente pela dependência da importação de petróleo, máquinas e produtos manufaturados. As importações etíopes se concentraram em máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos; combustíveis minerais; veículos automotores; e máquinas, aparelhos e materiais elétricos. Já os principais produtos exportados pela Etiópia foram café e chá; produtos hortícolas, sementes, e plantas vivas. Como resultado dos planos de desenvolvimento implementados pelo governo, as importações etíopes diminuíram 10,8% em 2017 (totalizando US$ 15 bilhões), e suas exportações aumentaram em 9,4% (totalizando US$ 2,9 bilhões), o que resultou na queda de 14,5% do déficit comercial do país, cujo total passou de US$ 14,2 para US$ 12,1 bilhões.

A China constitui o principal parceiro comercial etíope, sendo o principal destino das exportações e a principal origem das importações do país. Os maiores fornecedores da Etiópia são China (31%), EUA (9,4%) e Índia (7,9%). Já em referência às exportações etíopes, os maiores compradores são China (13,6%), Somália (10,4%) e Arábia Saudita (7,1%). O Brasil consta como o 32º principal fornecedor para a economia etíope e o 76º destino de suas exportações.

Comércio e fluxos de investimentos bilaterais

O comércio bilateral com a Etiópia, fortemente desequilibrado em favor do Brasil, sofreu sensível queda nos últimos anos. Após atingir o pico histórico de US$ 62,6 milhões, em 2013, reduziu-se em 78,1% entre aquele ano e 2016, quando somou US$ 13,7 milhões. Em 2017, o saldo foi de US$ 30,5 milhões (aumento de 123% em relação ao ano anterior). Apesar da recuperação, o comércio bilateral ainda é modesto (menos de 0,01% do comércio do Brasil com o mundo). Os principais produtos de exportação do Brasil para a Etiópia foram, em 2017, partes de turbinas (52%) e combustíveis e lubrificantes para aeronaves (22%), em decorrência da cooperação entre unidade da GE, em Petrópolis, com o centro de manutenção da Ethiopian

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Airlines, em Adis Abeba, seguidos de fumo (7%). Os principais produtos exportados pela Etiópia ao Brasil foram, no mesmo período, itens de vestuário (46%) e polímeros (45,4%).

Em um contexto de estratégia de desenvolvimento que inclui grandes obras de infraestrutura, o lado etíope tem manifestado reiteradamente interesse em atrair investimentos brasileiros para projetos estratégicos para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do país, sobretudo nas áreas de infraestrutura, energia e mineração.

Até o momento, não há registro de investimentos brasileiros na Etiópia. Entre as empresas interessadas, destacam-se a Vicunha (têxteis), a Eurofarma (medicamentos genéricos), a Randon (reboques e semireboques), a Marcopolo (carrocerias para ônibus) e o Grupo Matarazzo (produção de sementes, fármacos, piscicultura e cafeicultura, principalmente). Além disso, a Brazmarte, de gestão brasileira, com sede em Nairóbi, tem filial na cidade de Bahir Dar (estado de Amhara), envolvida em projetos de mecanização agrícola. A empresa também tem parceiro etíope em Adis Abeba, dedicado à importação de produtos brasileiros, com contratos de representação comercial de marcas de materiais de construção, silos para grãos, tratores e máquinas agrícolas, além de utensílios domésticos.

No setor de infraestrutura, até o momento, empresas brasileiras não conseguiram levar adiante sua participação em grandes projetos. Em fev/2018, consórcio de engenharia integrado pela empresa brasileira "Intertechne Consultores" participou de licitação para supervisão de obras da hidrelétrica de Koysha, no sul da Etiópia. Embora não tenha vencido, a empresa reiterou seu interesse em participar de outras licitações no setor elétrico etíope, não somente no que tange à produção hidrelétrica, mas também à energia solar, eólica e geotérmica, além de linhas de transmissão e subestações. A Queiroz Galvão, que mantinha, até recentemente, representante permanente na Etiópia, decidiu encerrar suas atividades de prospecção em 2017. A Andrade Gutierrez chegou a ganhar licitação, em 2012, para construir ferrovia de 496 km ligando Adis Abeba a Bedele (sudoeste da Etiópia), porém desistiu do negócio após não ter conseguido chegar a um acordo com o governo etíope quanto às garantias necessárias para o financiamento do projeto.

Estima-se haver, igualmente, espaço para aquisição de aeronaves civis e militares brasileiras pela Etiópia.

Espera-se que a assinatura do ACFI Brasil-Etiópia, ocorrida em abril de 2018, contribua para elevar o interesse de empresas brasileiras por investir na Etiópia. O acordo inova ao consagrar a cooperação entre os governos e o apoio prático e constante destes aos investidores (facilitação) como elementos-chave da promoção de investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
400a.C.- 750	Formação, consolidação e declínio do Império Aksumita onde hoje é a Etiópia
1270	Yekuno Amlak estabelece a dinastia salomônica sobre o Império da Etiópia
1490-1529	Guerras entre muçulmanos e cristãos
1889	Consolida-se de monarquia única na região, sob a égide do Imperador Menelik I
1896	Governo etíope derrota o exército italiano na famosa Batalha de Adwa, impedindo temporariamente o expansionismo europeu
1930	Haile Selassie assume o trono etíope
1936-1941	Etiópia é ocupada por tropas italianas
1952	Criação da Federação da Etiópia e Eritreia
1962	Anexação da Eritreia pela Etiópia
1974	Imperador Haile Selassie é deposto e assume o poder governo militar (Derg), de orientação socialista
1977	Ascende ao poder o Coronel Mengistu Haile Mariam
1977-91	Instaura-se o "terror vermelho", período de grande repressão e violência
1991	Queda do Derg. Ascensão do governo liderado pela Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia (EPRDF)
1993	A Eritreia torna-se independente
1995	Primeiras eleições após a derrubada do Derg, com ampla vitória da EPRDF. Meles Zenawi assume o cargo de Primeiro-Ministro
1998-2000	Guerra entre a Etiópia e a Eritreia, deflagrada por disputa fronteiriça
2001	Estabelecida a Zona de Segurança Temporária entre a Etiópia e a Eritreia (UNMEE)
2002	Instituída, pelas Nações Unidas, comissão para demarcação das fronteiras entre Etiópia e Eritreia (*UN Eritrea-Ethiopia Boundary Comission -EBBC*)
2003	A EBBC apresenta relatório alegando que a cidade de Badme (sob administração etíope por décadas) pertence à Eritreia. O governo etíope rejeita as conclusões divulgadas e o processo de demarcação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	fronteiras é interrompido
2005	Manifestações contra resultado das eleições são violentamente reprimidas e levam à prisão de inúmeros opositores do governo
2006-2009	A Etiópia invade a Somália para dar suporte ao Governo Federal de Transição em seu confronto com a União das Cortes Islâmicas
2007	A EBBC encerra seus trabalhos mesmo não tendo sido finalizado o processo de demarcação de fronteiras entre a Etiópia e a Eritreia
2008	O mandato da UNMEE expira e as tropas da ONU são retiradas
2010	Novas eleições dão vitória inconteste e absoluta ao EPRDF. Meles Zenawi permanece no cargo de Primeiro-Ministro
2011	Criação da Força Interina de Segurança para Abyei (UNISFA)
2011	Início da construção da Usina Hidrelétrica do Grande Renascimento Etíope (GERD), no Nilo Azul
2012	Morte de Meles Zenawi em agosto. Em setembro, Halemariam Desalegn é confirmado como primeiro-ministro até 2015.
2013	Mulatu Teshome Wirtu é eleito Presidente da Etiópia
2015	Eleições parlamentares. Nova vitória do EPRDF
2014-2016	Manifestações contrárias ao governo nas regiões da Oromia e de Asmara, que concentram as duas maiores etnias do país
Fev/2018	Greve geral na Oromia. Renúncia do primeiro-ministro Halemariam Desalegn
Abr/2018	Abril. Nomeação de Abiy Ahmed Ali
Jun/2018	Anúncio da plena aceitação do Acordo de Argel, que deu fim à guerra com a Eritreia
Jun/2018	Anúncio de medidas de cunho liberalizante na economia
Jun/2018	Suspensão do "Estado de Emergência" vigente no país desde fevereiro de 2018

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1951	Criação da Legação do Brasil junto ao Império da Etiópia, com sede no Cairo
1960	Visita oficial do Imperador Haile Selassie ao Brasil
Início dos anos 60	Elevação da representação à categoria de Embaixada, com sede em Adis Abeba
Final dos anos 60	Fechamento da embaixada em Adis Abeba
2004	Visita da Subsecretária-Geral Política e do Diretor do Departamento de África do Itamaraty a Adis Abeba
2005	Reabertura da Embaixada do Brasil em Adis Abeba
2005	Visita de trabalho do então Chanceler Celso Amorim a Adis Abeba,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	com representantes do Min. da Saúde, da EMBRAPA e do setor empresarial
2007	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-II, embaixador Roberto Jaguaribe
2010	Reunião de Consultas Aeronáuticas Brasil-Etiópia, em Montreal
2010	Concessão de "agrément" a Wutelaw Hailemarian Nigussie como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao governo brasileiro
Jan/2011	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba, como representante brasileiro na XVI Cúpula da UA
2011	Reabertura da Embaixada da Etiópia no Brasil
2011	Missão de prospecção da ABC e da Embrapa é enviada a Adis Abeba
Jan/2012	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba, como representante brasileiro na XVIII Cúpula da UA
Fev/2012	Visita de integrantes do Instituto Etíope de Pesquisa Agrícola (EIAR) à Embrapa
Mar/2012	Missão conjunta da ABC e Embrapa à Etiópia
Abr/2012	Visita do então Ministro das Relações Exteriores, embaixador Antonio Patriota, a Adis Abeba
Jun/2012	Visita do então primeiro-ministro Meles Zenawi ao Brasil, chefiando delegação etíope à Conferência Rio+20
Jul/2012	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba como representante brasileiro na XIX Cúpula da UA
Ago/2012	Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, representa o governo brasileiro no funeral do PM Meles Zenawi
Jan/2013	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba como representante brasileiro na XX Cúpula da UA
Mai/2013	Visita da então presidente Dilma Rousseff a Adis Abeba para participação, como convidada de honra, das comemorações do Jubileu de Ouro da UA. Na ocasião, a então presidente da República manteve encontro com o PM Hailemarian Desalegn
Dez/2013	Visita do ministro do Desenvolvimento Urbano etíope, Mekuria Haile, a Brasília
Jul/2013	Abertura do voo Adis Abeba - São Paulo pela *Ethiopian Arilines*, empresa estatal etíope
Abr/2014	Visita do vice-primeiro-ministro Demeke Hassen a Brasília, à frente de missão de estudos na área de ciência e tecnologia
Jun/2015	Assinatura do **"Acordo para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros de Transporte Aéreo e Marítimo Internacional"**, com vigência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	imediata
Mar/2016	Visita do então chanceler brasileiro, embaixador Mauro Vieira, a Adis Abeba, ocasião em que manteve encontro com o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Tedros Adhanom Ghebreyesus
Abr/2018	Visita do Subsecretário-Geral da África e do Oriente Médio, embaixador Fernando José Marroni de Abreu, a Adis Abeba, quando co-presidiu, com sua homóloga etíope, reunião de consultas políticas. Na ocasião, foi assinado o ACFI com a Etiópia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ACORDOS BILATERAIS

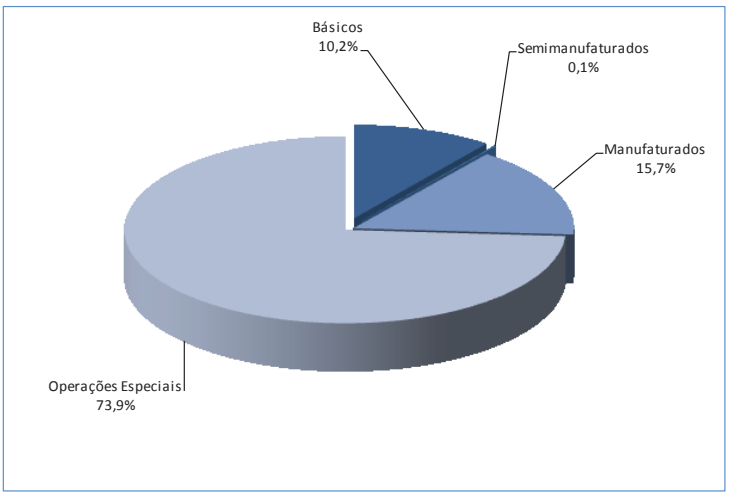
TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	STATUS
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia	23/04/2012		Tramitação MRE
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia	24/05/2013		Tramitação Congresso Nacional
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação.	24/05/2013		Em promulgação
Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia.	24/05/2013		Tramitação Congresso Nacional
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros do Transporte Aéreo e Marítimo Internacional	22/06/2018	22/06/2015	Em vigor
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática Federal da Etiópia.	11/04/2018		Tramitação MRE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

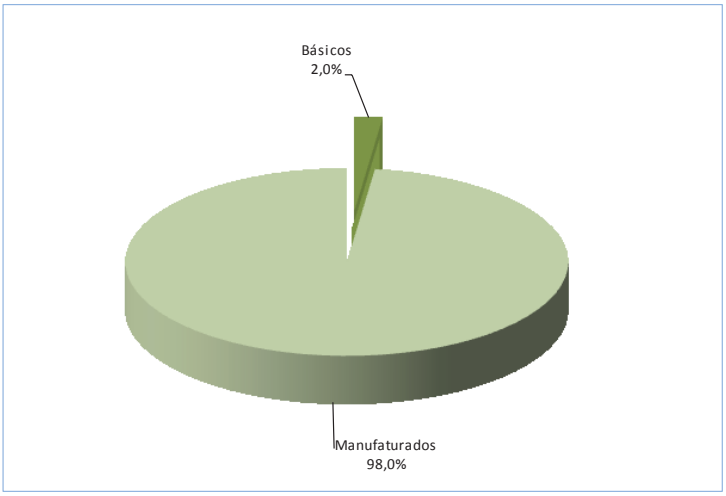
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

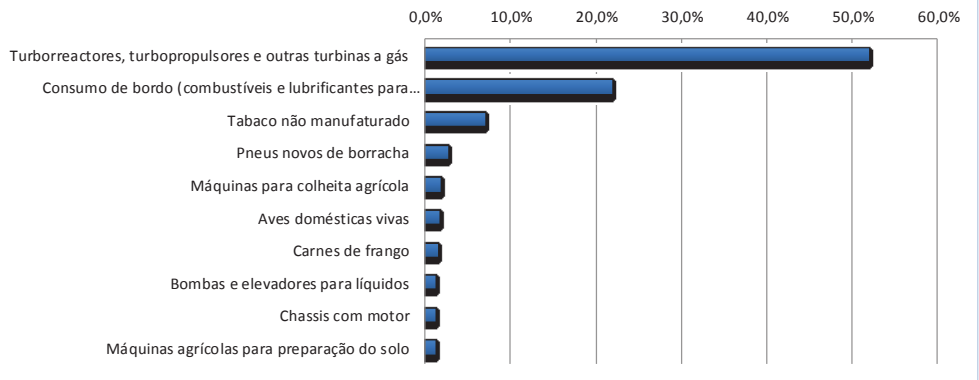
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações brasileiras para a Etiópia (SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Turborreactores, turbopropulsores e outras turbinas a gás	0	0,0%	0	0,0%	15.729	52,0%
Consumo de bordo (combustíveis e lubrificantes para embarcações e aeronaves)	686	3,1%	652	4,8%	6.640	21,9%
Tabaco não manufaturado	2.291	10,4%	4.042	29,6%	2.118	7,0%
Pneus novos de borracha	310	1,4%	972	7,1%	791	2,6%
Máquinas para colheita agrícola	411	1,9%	353	2,6%	532	1,8%
Aves domésticas vivas	0	0,0%	252	1,8%	503	1,7%
Carnes de frango	31	0,1%	521	3,8%	436	1,4%
Bombas e elevadores para líquidos	5	0,0%	18	0,1%	373	1,2%
Chassis com motor	0	0,0%	174	1,3%	352	1,2%
Máquinas agrícolas para preparação do solo	793	3,6%	592	4,3%	350	1,2%
Subtotal	**4.525**	**20,6%**	**7.576**	**55,5%**	**27.823**	**91,9%**
Outros	**17.437**	**79,4%**	**6.072**	**44,5%**	**2.437**	**8,1%**
Total	**21.962**	**100,0%**	**13.647**	**100,0%**	**30.260**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017



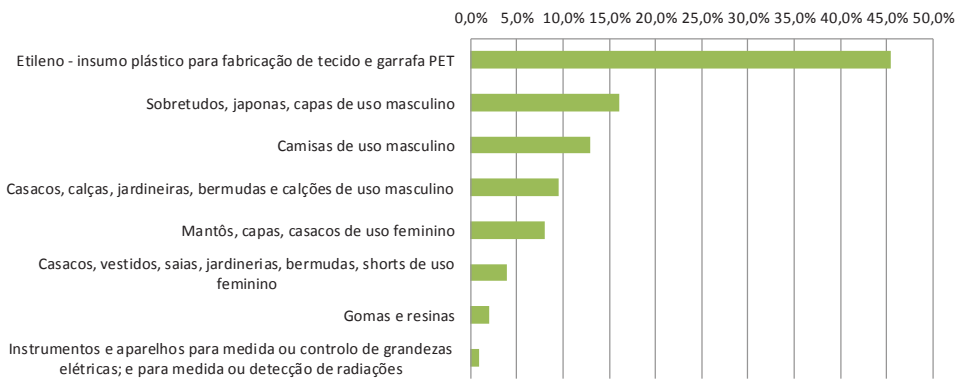
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações brasileiras originárias da Etiópia (SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	0	0,0%	0	0,0%	150	45,4%
Sobretudos, japonas, capas de uso masculino	0	0,0%	0	0,0%	53	16,1%
Camisas de uso masculino	51	52,7%	37	68,4%	43	12,9%
Casacos, calças, jardineiras, bermudas e calções de uso masculino	0	0,0%	0	0,0%	31	9,5%
Mantôs, capas, casacos de uso feminino	0	0,0%	0	0,0%	26	8,0%
Casacos, vestidos, saias, jardinerias, bermudas, shorts de uso feminino	0	0,0%	0	0,0%	13	3,9%
Gomas e resinas	37	38,4%	15	27,1%	7	2,0%
Instrumentos e aparelhos para medida ou controlo de grandezas elétricas; e para medida ou detecção de radiações	0	0,0%	0	0,0%	3	0,9%
Subtotal	**88**	**91,1%**	**51**	**95,5%**	**326**	**98,8%**
Outros	**9**	**8,9%**	**2**	**4,5%**	**4**	**1,2%**
Total	**97**	**100,0%**	**54**	**100,0%**	**330**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

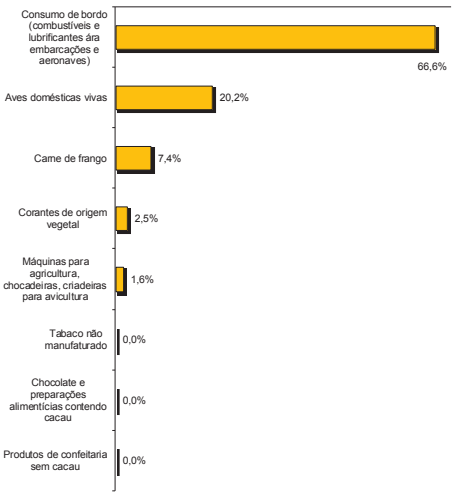


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil

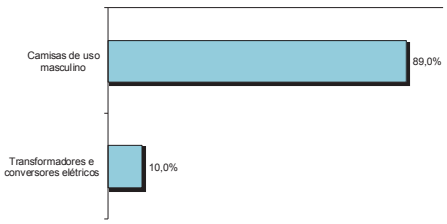
Grupos de produtos	2017 (janeiro)	Part. % no total	2018 (janeiro)	Part. % no total
Exportações				
Consumo de bordo (combustíveis e lubrificantes ára embarcações e aeronaves)	138	16,5%	787	66,6%
Aves domésticas vivas	0	0,0%	239	20,2%
Carne de frango	116	13,9%	87	7,4%
Corantes de origem vegetal	0	0,0%	30	2,5%
Máquinas para agricultura, chocadeiras, criadeiras para avicultura	0	0,0%	19	1,6%
Tabaco não manufaturado	523	62,3%	0	0,0%
Chocolate e preparações alimentícias contendo cacau	45	5,4%	0	0,0%
Produtos de confeitaria sem cacau	16	1,9%	0	0,0%
Subtotal	**839**	**100,0%**	**1.162**	**98,3%**
Outros	**0**	**0,0%**	**20**	**1,7%**
Total	**839**	**100,0%**	**1.182**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018



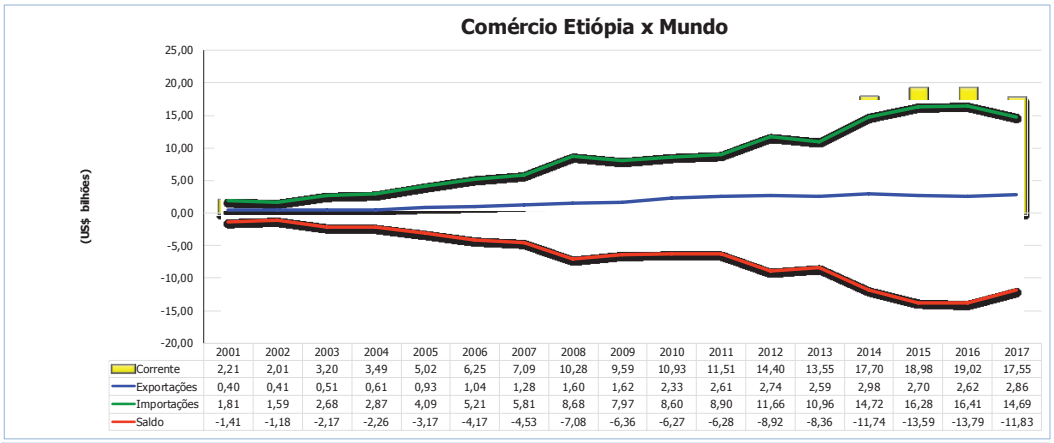
Grupos de produtos	2017 (janeiro)	Part. % no total	2018 (janeiro)	Part. % no total
Importações				
Camisas de uso masculino	9,08	99,6%	6,48	89,0%
Transformadores e conversores elétricos	0,00	0,0%	0,73	10,0%
Subtotal	**9,08**	**99,6%**	**7,21**	**99,0%**
Outros produtos	**0,03**	**0,4%**	**0,07**	**1,0%**
Total	**9,12**	**100,0%**	**7,29**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente	2,21	2,01	3,20	3,49	5,02	6,25	7,09	10,28	9,59	10,93	11,51	14,40	13,55	17,70	18,98	19,02	17,55
Exportações	0,40	0,41	0,51	0,61	0,93	1,04	1,28	1,60	1,62	2,33	2,61	2,74	2,59	2,98	2,70	2,62	2,86
Importações	1,81	1,59	2,68	2,87	4,09	5,21	5,81	8,68	7,97	8,60	8,90	11,66	10,96	14,72	16,28	16,41	14,69
Saldo	-1,41	-1,18	-2,17	-2,26	-3,17	-4,17	-4,53	-7,08	-6,36	-6,27	-6,28	-8,92	-8,36	-11,74	-13,59	-13,79	-11,83

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

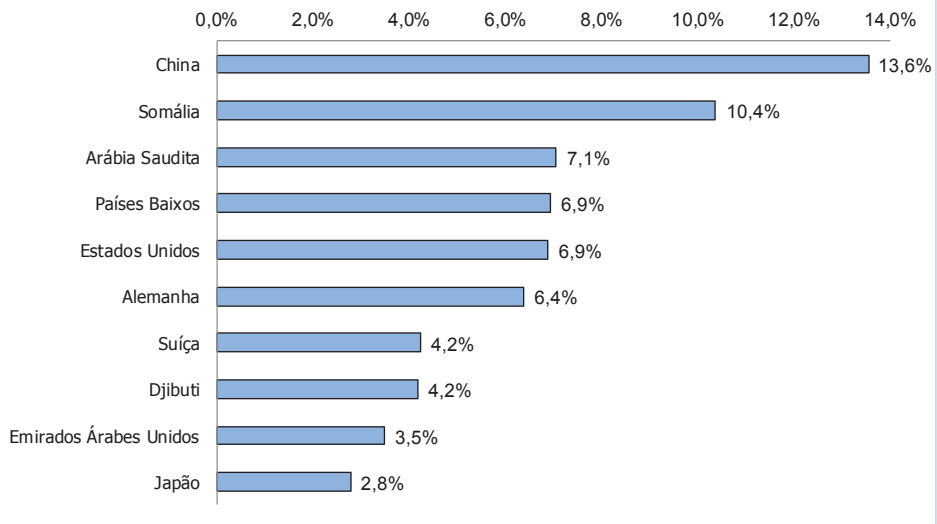
37
Parte integrante do Avulso da MSF nº 60 de 2018.
Página 41 de 115

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais destinos das exportações da Etiópia
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
China	355	13,6%
Somália	271	10,4%
Arábia Saudita	185	7,1%
Países Baixos	181	6,9%
Estados Unidos	180	6,9%
Alemanha	167	6,4%
Suíça	111	4,2%
Djibuti	109	4,2%
Emirados Árabes Unidos	91	3,5%
Japão	73	2,8%
...		
Brasil (76º lugar)	**0,4**	***0,0%***
Subtotal	**1.723**	**65,9%**
Outros países	**893**	**34,1%**
Total	**2.616**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

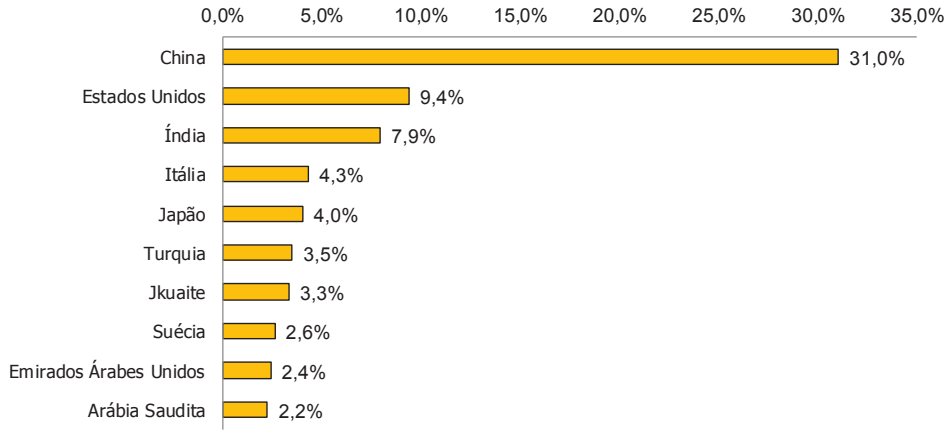


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais origens das importações da Etiópia
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
China	5.089	31,0%
Estados Unidos	1.537	9,4%
Índia	1.302	7,9%
Itália	705	4,3%
Japão	659	4,0%
Turquia	574	3,5%
Jkuaite	546	3,3%
Suécia	429	2,6%
Emirados Árabes Unidos	394	2,4%
Arábia Saudita	369	2,2%
...		
Brasil (32º lugar)	***63***	***0,4%***
Subtotal	**11.666**	**71,1%**
Outros países	**4.742**	**28,9%**
Total	**16.408**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

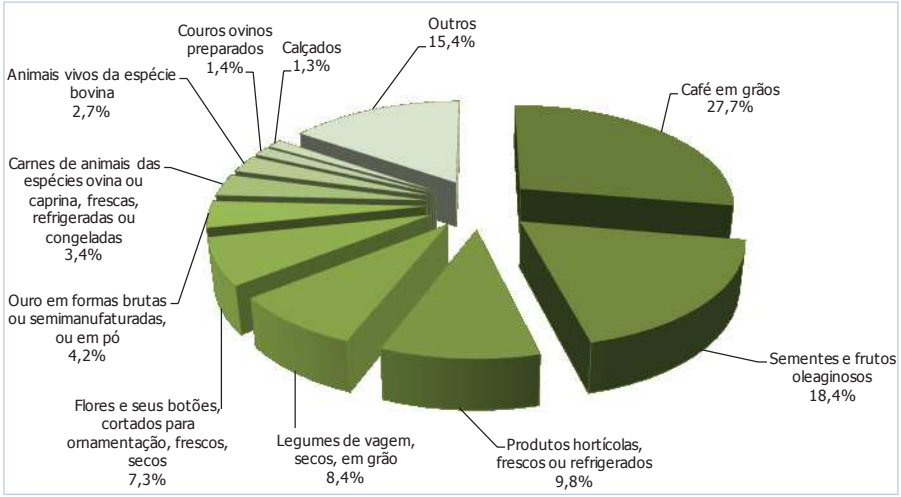


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações da Etiópia (SH4)
US$ milhões

Grupos de Produtos	2017	Part.% no total
Café em grãos	725	27,7%
Sementes e frutos oleaginosos	480	18,4%
Produtos hortícolas, frescos ou refrigerados	257	9,8%
Legumes de vagem, secos, em grão	221	8,4%
Flores e seus botões, cortados para ornamentação, frescos, secos	191	7,3%
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	109	4,2%
Carnes de animais das espécies ovina ou caprina, frescas, refrigeradas ou congeladas	90	3,4%
Animais vivos da espécie bovina	70	2,7%
Couros ovinos preparados	37	1,4%
Calçados	34	1,3%
Subtotal	**2.214**	**84,6%**
Outros	**402**	**15,4%**
Total	**2.616**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



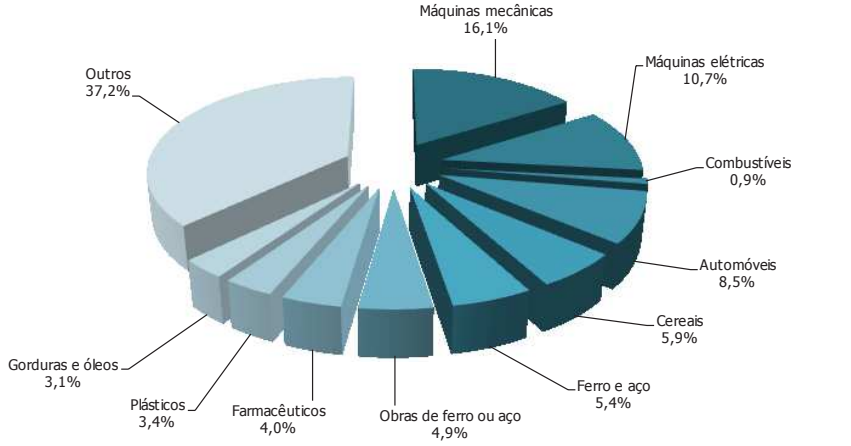
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações da Etiópia (SH2)
US$ milhões

Grupos de produtos	2017	Part.% no total
Máquinas mecânicas	2.637	16,1%
Máquinas elétricas	1.750	10,7%
Combustíveis	145	0,9%
Automóveis	1.393	8,5%
Cereais	964	5,9%
Ferro e aço	892	5,4%
Obras de ferro ou aço	801	4,9%
Farmacêuticos	661	4,0%
Plásticos	554	3,4%
Gorduras e óleos	512	3,1%
Subtotal	**10.309**	**62,8%**
Outros	**6.100**	**37,2%**
Total	**16.408**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

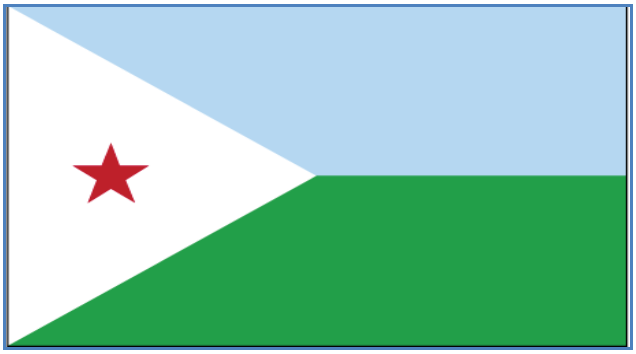
10 principais grupos de produtos importados



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO DJIBUTI







ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Junho de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS SOBRE O DJIBUTI

NOME OFICIAL:	República do Djibuti
GENTÍLICO:	Djibutiano
CAPITAL:	Cidade de Djibuti
ÁREA:	23.200 km²
POPULAÇÃO:	865.000 (est. 2017)
IDIOMAS OFICIAIS:	Árabe e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (94%) e cristianismo (6%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencial misto
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento unicameral, composto por 65 membros eleitos para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Ismail Omar Guelleh (desde 8 de maio de 1999)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Abdoulkader Kamil Mohamed (desde 1º de abril de 2013)
CHANCELER:	Mahamoud Ali Youssouf (desde 22 de maio de 2005)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI, 2017)	US$ 2,18 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (FMI, 2017):	US$ 3,63 bilhões
PIB *PER CAPITA*:	US$ 1.998,7
PIB PPP *PER CAPITA* :	US$ 3.559,4
VARIAÇÃO DO PIB :	6,9% (2017); 6,5% (2016); 6,5% (2015); 6,0% (2014); 5,0% (2013); 4,84% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016):	0,473 (172ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	62,3 anos (PNUD, 2016)
ALFABETIZAÇÃO:	73,8% (CIA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ÍNDICE DE DESEMPREGO:	53,9 (PNUD, 2016)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco djibutiano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Ayeid Mousseid Yahya (desde maio de 2010 - Residente em Havana)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	1 brasileira a serviço das Nações Unidas
EMBAIXADOR DO BRASIL NO DJIBUTI:	Octávio Henrique Côrtes (cumulativo)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – DJIBUTI (fonte: MDIC) **US$ milhões FOB**

BRASIL ➔ DJIBUTI	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**
Intercâmbio	**9,32**	**2,04**	**8,15**	**4,14**	**10,29**	**25,92**	**14,41**	**7,95**	**14,34**	**62,19**
Exportações	9,32	2,04	8,15	4,14	10,29	25,92	14,41	7,95	14,33	62,18
Importações	-	-	-	-	-	-	-	-	0,008	0,007
Saldo	9,32	2,04	8,15	4,14	10,29	25,92	14,41	7,95	14,33	62,17

Informação elaborada em 12 de junho de 2018, pelo PS Augusto César Teixeira Leite (DIAOS), e revisada pelo Ministro Paulo Cypriano, chefe da DIAOS, em 13 de junho de 2018.

APRESENTAÇÃO

Um dos menores países da África em termos populacionais (cerca de 860 mil habitantes, jul/2017), o Djibuti tem localização estratégica como ponto privilegiado de ligação entre o continente africano e a Península Arábica. O país tem perfil político moderado em relação a temas da agenda regional e internacional, bem como papel construtivo de mediador e contribuinte de tropas para os esforços de pacificação na Somália. Esses fatores contribuem para que o país seja considerado importante parceiro da comunidade internacional em região tradicionalmente conturbada (além da Etiópia, tem fronteiras com a Eritreia e Somália, além de estar a apenas 30 km do Iêmen).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Antigo Território Francês dos Afares e dos Issas, o Djibuti se tornou independente da França em 1977, por meio de referendo popular. Em 1981, Hassan Gouled Aptidon foi eleito primeiro presidente do país e, no mesmo ano, instaurou regime de partido único, o que consolidou o monopólio do "Rassemblement Populaire pour Le Progrès" (RPP), mesmo após a introdução do multipartidarismo, em 1992, com a adoção da nova constituição. Aptidon seria reeleito consecutivamente por mais duas vezes para mandatos de seis anos, em 1987 e 1993. Desde 1999, seu sobrinho e chefe de gabinete, Ismail Omar Guelleh, passou a ocupar o cargo, ao vencer 4 eleições consecutivas, a última em 2016 (quarto mandato).

Ao longo de sua história independente, o Djibuti obteve, contudo, progressos na consolidação de suas instituições e na abertura do sistema político. No início da década de 1990, a insatisfação do clã afar chegou a levar a confrontos armados contra as forças governamentais, dominadas pelo clã issa. A paz foi selada em 1994 e levou ao abrandamento do regime. Foi acordada a partilha de poder entre issas e afares que passaram a dividir as chefias de estado e de governo. Em meados da década de 2010, conflitos com a oposição levaram a novo entendimento entre as forças políticas no sentido de aprofundar reformas no sistema eleitoral.

No domínio econômico, o Djibuti tem recebido significativos investimentos externos na área de infraestrutura, o que tem permitido ao país apresentar elevadas taxas de crescimento nos últimos anos (cerca de 7%, em 2017). O país também depende de forma marcada das receitas provenientes dos serviços prestados em seu porto de águas profundas, bem como da ajuda internacional. Também significativa fonte de receitas constitui o arrendamento de áreas para instalação e operação de bases militares estrangeiras (China, EUA, França, Itália, Japão).

O Djibuti também se caracteriza, economicamente, por fatores que contribuem para a concentração da renda e da população ativa no setor de serviços: a) a maior parte da população vive em áreas urbanas (75% na capital); b) ocorrem secas constantes e o percentual de terras aráveis é diminuto (4%), o que limita a produção de alimentos; c) não há registro de recursos naturais significativos; e d) a atividade industrial é reduzida.

Além da área de portos, registram-se investimentos importantes na área de transportes. Parceiros estrangeiros, como a China, contribuem não somente para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a ampliação e modernização da capacidade portuária como também no sistema ferroviário, o que tem tornado possível ao país o melhor aproveitamento do potencial de sua posição privilegiada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PERFIS BIOGRÁFICOS

ISMAIL OMAR GUELLEH
Presidente da República



Ismail Omar Guelleh nasceu em 1947, em Dire Dawa, Etiópia. Na década de 1960, mudou-se para o Djibuti. Iniciou sua carreira profissional como servidor público da administração colonial francesa.

Em 1974, começou a militar na Liga Popular Africana, que buscava a independência do Djibuti. Trabalhou no jornal pró-independência "Djibouti Today". Em 1976, participou como delegado de seu país nas negociações ocorridas em Paris sobre a independência do Djibuti.

Em 1977, após a independência, foi nomeado chefe de gabinete do

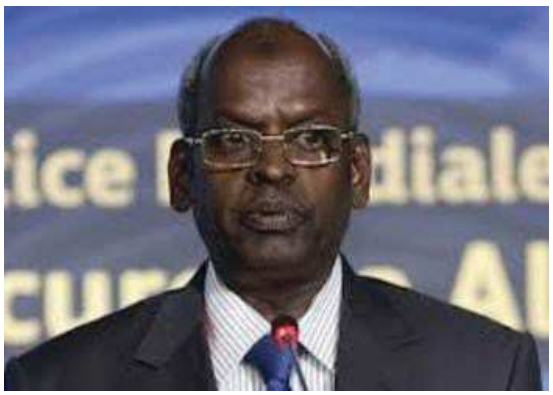
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

presidente da República, seu tio, Hassan Aptidon. Tornou-se membro do Bureau Político do Djibuti, em 1987. Em 1996, ocupou a Terceira Vice-Presidência do Bureau Político.

Foi eleito Presidente do país, em 1999, e reeleito, em 2005, sob boicote da oposição. Reelegeu-se novamente, em 2011, após emenda à Carta Constitucional que possibilitou o terceiro mandato. Em 2017, voltou a ser eleito para quarto mandato.

ABDOULKADER KAMIL MOHAMED
Primeiro-Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Abdoulkader Kamil Mohamed, do clã afar, nasceu em Souali, no norte do Djibuti, em 1951. Muçulmano sunita, é membro-histórico do partido "Rassemblement Populaire pour le Progrès" (RPP), que domina o cenário político do Djibuti, desde a independência em 1977.

É formado em Ciências Técnicas, com especialização em gerenciamento hídrico, pela Universidade de Limoges, na França. De 1978 a 2005, exerceu o cargo de diretor-geral da Autoridade de Águas do Djibuti. Foi ministro da Agricultura, Pastoralismo e Recursos Hídricos de 2005 a 20011; ministro da Defesa de 2011 a 2013; e presidente da coalização pró-governo "Union pour la Majorité Présidentielle" (UMP) desde 2012.

Foi nomeado primeiro-ministro em março de 2013, em substituição a Dileita Mohamed Dileita, que havia permanecido no cargo por 12 anos (2001-2013).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações com o Djibuti em outubro de 1996. Em que pesem os esforços de aproximação nos últimos anos, o relacionamento bilateral é ainda incipiente.

Em maio de 2005, o presidente do Djibuti, Ismail Omar Guelleh, esteve no Brasil para participar da Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), ocasião em que manteve encontro bilateral com o então presidente Lula. Em maio de 2010, o embaixador djibutiano em Havana, Ayeid Mousseid Yahya, apresentou cartas credenciais como embaixador não-residente do Djibuti no Brasil. Durante a permanência em Brasília, o embaixador Yahya manteve encontros com interlocutores no Itamaraty, a quem expressou desejo de seu país de abrir embaixada residente em Brasília, com a condição de que o Brasil instalasse antes missão residente no Djibuti.

Em junho de 2010, foi trasferida a cumulatividade da Embaixada do Brasil no Djibuti, de Nairóbi para Adis Abeba. A medida contribuiu para facilitar os contatos bilaterais, dada a maior proximidade e conectividade aérea entre o Djibuti e a Etiópia.

Em agosto de 2011, o Djibuti foi incluído entre os países beneficiários da Lei 12.429, que regulamenta a doação de estoques públicos de alimentos pelo governo brasileiro. Naquele ano, o governo djibutiano declarou apoio à candidatura do professor Graziano da Silva à DG da FAO.

As tratativas de cooperação técnica com o Djbuti iniciaram-se, em 2010, durante visita do então embaixador djibutiano não residente, Ayeid Mousseid Yahya, à Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Nessa ocasião, Yahya manifestou interesse do governo de seu país em receber cooperação brasileira em áreas como gestão de águas, combate à desertificação e saúde (nesse último caso, como forma de fortalecer os quadros docentes da primeira universidade de medicina do país, fundada em 2010).

Em outubro de 2011, a Embaixada do Brasil em Nairóbi recebeu Nota da chancelaria djibutiana, com a formalização das principais áreas de interesse para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cooperação com o Brasil (inclusive aquelas já sugeridas pelo embaixador não-residente do Djibuti), a saber: saúde; agricultura; água; irrigação nas áreas rurais ("rural hydraulics"); educação; solidariedade nacional ("national solidarity"); eletricidade nas áreas rurais; pesquisa científica para capacitação e parceria com o Djibuti Research Centre, CERD; desenvolvimento social, em parceria com a Djibuti Agency for Social Development ADDS.

Em janeiro de 2012, o acordo de cooperação técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Djibuti foi assinado pela então embaixadora do Brasil em Adis Abeba, Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, e pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros do Djibuti, Mahmud ali Youssouf, por ocasião da apresentação das cartas credenciais da embaixadora brasileira no país. O acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional em 2018. Trata-se do primeiro acordo assinado bilateralmente entre os dois países, instrumento jurídico necessário à implementação de projetos de cooperação técnica bilaterais.

Em junho de 2012, o então PM Dileita Mohamed Dileita esteve no Brasil para representar seu país na Rio+20. Na ocasião, Dileita manifestou interesse na aquisição de aeronaves EMBRAER. Em maio de 2013, estiveram no Brasil o Delegado Permanente do Djibuti junto à UNESCO, embaixador Rachad Farah, acompanhado do embaixador djibutiano em Havana e, cumulativamente, junto ao Brasil, Ayeid Mousseid Yahya. A visita teve por objetivo obter o apoio brasileiro à candidatura do embaixador Rached Farah à direção-geral da UNESCO. Não há registro de troca de visitas de alto nível entre os países desde então.

Apesar do caráter embrionário das relações bilaterais, há potencial de investimentos no setor de transportes, energia e, sobretudo, na construção e modernização de portos no Djibuti. O país pretende tornar-se o maior entreposto de mercadorias da África com quatro portos: i) Djibuti; ii) Tadjoura; iii) Doraleh; e iv) Goubet. Até 2007, a Odebrecht participou da construção das instalações portuárias da Cidade do Djibuti. A construtora também atuou na construção do porto de Doraleh. Atualmente, a China tem participado ativamente das obras de infraestrutura naquele país.

ASSUNTOS CONSULARES

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os assuntos consulares do Brasil no Djibuti são tratados pela Embaixada em Adis Abeba (cumulativa). Não há registro de casos de assistência consular no país. Atualmente a única brasileira residente no país está à serviço das Nações Unidas.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos ou financiamentos brasileiros ativos no Djibuti, tampouco há lançamentos, no Banco Central, relativos a investimentos brasileiros diretos naquele país ou de investimento estrangeiro direto djibutiano no Brasil.

POLÍTICA INTERNA

Após a independência, Hassan Gouled Aptidon foi eleito o primeiro presidente do Djibuti, em 1981, quando introduziu regime de partido único no país (“Rassemblement Populaire pour Le Progrès” - RPP). Com o fim da interdição à existência de outras legendas, em 1992, o RPP passou a integrar coalizão governamental, a "Union pour la Majorité Présidentielle" (UMP), que domina, até hoje, o cenário político djibutiano. Aptidon foi reeleito consecutivamente por mais duas vezes para mandatos de seis anos, em 1987 e 1993.

No começo da década de 1990, o movimento “Frente pela Restauração da Unidade e da Democracia” (FRUD), de composição clânica afar, entrou em confronto armado contra as forças governamentais, dominadas pelos issas, deflagrando uma guerra civil. Pressionado, o governo de Gouled Aptidon optou por abrandar o regime, e fez concessões à FRUD. Foi aprovada nova constituição por referendo em 1992, o que permitiu a criação de outros partidos políticos.

Em 1994, a FRUD e o RPP assinaram um acordo de paz, que encerrou o conflito armado. O acordo de partilha de poder entre issas e afares estipulou que os cargos de presidente e de primeiro-ministro não seriam ocupados por pessoas do mesmo clã, isto é, issas e afares dividiriam as chefias de estado e de governo.

Em 1999, com a saída de Aptidon, foi eleito presidente Ismail Omar Guelleh, sobrinho e ex-chefe de gabinete do seu antecessor. Durante seu governo, foi aprofundado o processo de conciliação entre as facções dissidentes do país. Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2005, 2011 e 2017, Ismail Guelleh foi reeleito para a presidência do país.

Em fevereiro de 2013, após quase uma década de boicote, a oposição participou das eleições legislativas no país. Na ocasião, a UMP obteve cinquenta e cinco assentos, enquanto a coalizão da oposição "União pela Salvação Nacional" (USN) obteve dez. O retorno dos partidos oposicionistas foi possível em razão de mudanças no sistema político do país, após a aprovação, em novembro de 2012, de novo modelo eleitoral. Até então, o sistema eleitoral possibilitava que a agremiação mais votada recebesse a totalidade das vagas em disputa. Em março de 2013, o Presidente Omar Guelleh nomeou Abdoulkader Kamil Mohamed como novo Primeiro-Ministro, em substituição a Dileita Mohamed Dileita, que havia permanecido no cargo por mais de uma década (2001-2013).

A USN, contudo, não aceitou o resultado das eleições e instou seus apoiadores a se manifestarem, o que gerou confrontos com a polícia na capital e na cidade de Balbala. Os deputados da oposição boicotaram as sessões do parlamento nas eleições de 2013. Em setembro de 2014, o chanceler do Djibuti, encarregado pelo presidente Guelleh de conduzir negociações com a oposição logrou alcançar acordo que permitiu o retorno dos deputados ao parlamento. Em dezembro de 2014, após dezoito meses de negociações, o governo djibutiano e a USN assinaram acordo-quadro que pôs fim ao movimento parlamentar oposicionista e possibilitou o dialogo político em torno de reformas do sistema eleitoral do país.

Entre os principais pontos do acordo-quadro alcançado, figuram: a interrupção de qualquer ato que possa conduzir a situações de tensão entre o governo e os militantes de oposição; o compromisso de ambas as partes de observar a ordem constitucional, as leis e as liberdades fundamentais; e a adoção de reformas democráticas e institucionais imediatas.

Contudo, até o momento, as mudanças políticas mais profundas propostas no documento não foram efetivadas. Analistas sugerem que, ainda que implementado em sua totalidade, o acordo-quadro terá limitado efeito sobre a hegemonia política que o partido governista exerce no parlamento.

Poder Legislativo

O Parlamento djibutiano é unicameral. Consiste de Assembleia Nacional única, (“Assemblée Nationale”), composta por 65 deputados, eleitos diretamente, com mandatos de cinco anos. Do total de parlamentares, 52 são eleitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diretamente, por maioria simples dos votos e treze são eleitos diretamente por votos de representação proporcional.

POLÍTICA EXTERNA

Sua localização estratégica, o perfil político moderado de seu regime em relação a temas da agenda regional e internacional, bem como o papel de mediador e contribuinte de tropas para os esforços de pacificação da Somália conferem ao Djibuti o status de parceiro do Ocidente na região.

Nesse contexto, o país tem se caracterizado pela crescente presença de bases militares estrangeiras em seu território, posicionado estrategicamente no estreito de Bab-al-Mandab, na entrada sul do Mar Vermelho, corredor que concentra parcela significativa do comércio mundial. Ademais, encontra-se geograficamente à frente do Iêmen, país foco de ações militares dos países do Golfo nos últimos anos, e é vizinho da Somália, da Etiópia e da Eritreia.

Atualmente, hospeda bases militares dos seguintes países: China (única base militar fora do território chinês), EUA (única base fixa na África), França, Itália, Japão (única base militar fora do território japonês). Também se encontra em negociação com a Arábia Saudita o arrendamento de área para instalações militares daquele país. A instalação da base chinesa despertou as potências ocidentais, anteriormente instaladas no Djibouti, para o fato de que não mais operam sozinhas no Chifre da África. Além de hospedar bases militares, o Djibouti é contribuinte de tropas, como já observado, para a missão da União Africana para a Somália (AMISOM).

Relações com a França

No cerne da política externa djibutiana estão laços especiais com a França, que se destaca como importante investidor externo, prestador de assistência e cooperação e parceiro comercial. A ex-metrópole também é garante da integridade territorial do país africano e ali mantém base naval com efetivo de quase três mil homens, que serve como ponto estratégico entre o território francês e seus entrepostos no Oceano Índico.

No entanto, as relações entre os dois países chegaram a ser abaladas pelos desdobramentos da morte de juiz francês, Bernard Borrel, em 1995, na capital

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Djibuti. Em março de 2008, a justiça francesa alegou que o magistrado teria sido vítima de homicídio, e condenou dois altos oficiais do país à prisão. O episódio despertou ressentimentos contra a França, e provocou, entre outros incidentes, a expulsão de jornalistas franceses do território djibutiano.

No início de 2015, as relações com a França foram novamente estremecidas quando o presidente Guelleh criticou, em entrevista, a tímida presença econômica e a política da França para o país. Na ocasião, o mandatário djibutiano queixou-se dos poucos investimentos e da não ocorrência de visita ministerial francesa ao Djibuti em muitos anos.

Relações com os Estados Unidos

Na esteira dos ataques de 11 de setembro, o Djibuti foi escolhido pelos EUA como parceiro especial na “guerra contra o terror”, e instalou base militar no país africano. Vale mencionar que o Djibuti é o país da África subsaariana que mais recebe ajuda financeira dos EUA em termos per capita. A localização do Djibuti também o eleva à condição de parceiro inescapável para lidar com temas de segurança no Mar Vermelho e no Chifre da África.

O Djibuti sedia o Campo Lemonnier, única base permanente dos Estados Unidos na África Subsaariana, onde estão cerca de quatro mil militares de todas as Forças (Exército, Marinha, Força Aérea e Fuzileiros Navais), servindo ademais de base para "drones", que atuam na África Oriental e no Oriente Médio. A concessão do Campo Lemonnier aos Estados Unidos foi renovada por trinta anos, em 2014.

Relações com a China

A China, maior parceira comercial do Djibuti, vem-se constituindo também em importante financiadora de projetos de infraestrutura no país. Em janeiro de 2013, o governo do Djibuti concluiu negociações para a venda, por US$ 185 milhões, de 23,5% do Porto Multiuso de Doraleh (PMD), a companhia estatal chinesa. A China também é a planejadora e financiadora das maiores obras de integração do Djibuti com a Etiópia. Os investimentos externos em infraestrutura têm sido apontados como o principal motor para o elevado crescimento econômico apresentado pelo Djibuti nos últimos anos.

O Djibuti inaugurou oficialmente o PMD, que ampliará significativamente a capacidade do país de receber mercadorias e navios de grande porte, em maio de 2017. O PMD é considerado o mais avançado de todo o continente africano. A China

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

foi a grande financiadora do projeto (detém, como acima observado, 23,5% do capital da empresa controladora do porto).

O PMD está conectado à nova estrada férrea Djibuti-Etiópia, também construída com assistência técnica e financiamento chinês, o que denota a integração de projetos de logística entre os dois países, bem como a centralidade da China em sua execução. A nova ferrovia é totalmente eletrificada e tem extensão total de 756 quilômetros. A estrada de ferro iniciou oficialmente suas operações comerciais na primeira semana de janeiro de 2018. A China vê o projeto como "colheita inicial" da iniciativa "Belt and Road".

Relações com a Etiópia

Indicação da importância dada pela Etiópia ao vizinho foi a recente visita do novo primeiro-ministro da Etiópia, Abiy Ahmed, em 28 e 29 de abril passado, sua primeira viagem ao exterior desde que assumiu o cargo, no início de abril de 2018. Abiy Ahmed se reuniu, na ocasião, com o presidente do Djibuti, Omar Guelleh e discursou no Parlamento.

As relações entre os dois países têm sido muito próximas e fluidas tanto no nível diplomático quanto no comercial. Recorde-se que, quando a Eritreia conquistou sua independência da Etiópia, em 1993, esta última tornou-se um país sem litoral e, portanto, dependente de vizinhos – especialmente o Djibuti - para ter acesso aos mercados internacionais. O porto do Djibouti, atualmente, é responsável por 95% das importações e exportações da Etiópia, o que cria marcada interdependência econômica entre os dois países. Recorde-se, também, que o porto do Djibouti tem ligação comercial crucial com o mercado etíope, para a qual foi inaugurada recentemente, como já mencionado, nova ferrovia, a Adis Abeba-Djibouti, erguida com capitais chineses.

A Etiópia anunciou, ademais, recentemente, planos de adquirir participação no porto de Djibuti. As duas nações concordaram, durante a recente visita do primeiro-ministro etíope ao Djibuti, em trocar participações em empresas públicas estratégicas em uma tentativa de aumentar a integração econômica. As trocas incluem empresas aéreas e de telecomunicações, assim como o porto. O Djibuti deve receber, por exemplo, participação na maior companhia aérea em receitas da África, a Ethiopian Airlines.

Relações com a Eritreia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Djibuti chegou a cortar relações com a Eritreia em 1998, mas as restabeleceu em 2000, com o fim do conflito entre a Eritreia e a Etiópia. Entre 2004 e 2006, o relacionamento entre o Djibuti e a Eritreia voltou a estreitar-se, com a assinatura de acordos políticos, econômicos e militares, mas sofreu novo revés em abril de 2008, quando o Djibuti acusou tropas eritreias de haverem violado seu território. O incidente provocou intensa movimentação militar na fronteira, apesar de tentativa de mediação da Liga Árabe e do Catar. Em junho de 2008, ocorreram fortes choques na região fronteiriça de Ras Doumeira.

Em janeiro de 2009, o CSNU adotou a Resolução 1862, com o fim de solucionar o conflito entre o Djibuti e a Eritreia. Com a persistência da instabilidade na região, o CSNU viu-se impelido a adotar, em dezembro de 2009, a Resolução 1907, que impôs sanções à Eritreia pelo seu envolvimento na crise da Somália e pelo descumprimento das determinações sobre o conflito fronteiriço com o Djibuti, previstas pela Resolução 1862.

Em junho de 2010, graças a esforços de mediação do Catar, foi assinado novo acordo entre Djibuti e Eritreia para a resolução do conflito fronteiriço. Entre as principais previsões do acordo, constam a verificação pelas tropas cataris da retirada das forças eritreias da região, o monitoramento da fronteira pelo Catar e o compromisso de solução, também sob supervisão do Catar, dos aspectos relativos a desaparecidos e prisioneiros de guerra.

Relações com países do Golfo

Além da forte presença econômica chinesa, tem sido crescente o aporte de investimentos de países do Golfo (Kuwait e Arábia Saudita) tanto na construção de infraestrutura portuária, quanto em refinarias de petróleo no país. Embora apenas pequena parcela da população seja de origem étnica árabe – a maioria proveniente do Iêmen –, o Djibuti se tem proclamado "Estado árabe" em suas relações com o exterior, adotando postura ativa em organismos como a Liga Árabe e em instituições internacionais ligadas ao Islã, o que lhe rende dividendos em termos de investimentos.

O interesse estratégico dos países do Golfo pela região do Chifre da África explica-se, entre outros fatores, pela presença do estreito de Bab-al-Mandab, importante entreposto comercial para a exportação de petróleo do Golfo para a Europa, bem como por sua proximidade em relação ao Iêmen (cerca de 30 km), onde, desde 2015, a Arábia Saudita lidera coalizão de países árabes contra os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

rebeldes houtis. Desde o lançamento da operação, nota-se aumento da presença militar dos países do Golfo na região. Em 2015, os EAU concluíram acordo com a Eritreia para o estabelecimento de base militar no porto de Assab. Em 2017, os EAU anunciaram que estavam construindo base militar no porto de Berbera, na região autônoma da Somalilândia. Também se encontra em negociação, como já observado, o estabelecimento de base militar da Arábia Saudita no Djibuti.

Relações com o Iêmen

O país também vinha trabalhando em conjunto com o governo do Iêmen com o objetivo de construir uma ponte que conecte os dois territórios através do Mar Vermelho.

Em relação à instabilidade no Iêmen, o Djibouti tem recebido centenas de cidadãos de diferentes nacionalidades buscando escapar da zona de conflito. Frente a tal cenário, o presidente Guelleh formou um comitê de crise para lidar com a repatriação de seus cidadãos e com a entrada de estrangeiros que fogem do conflito civil iemenita. Segundo o governo djibutiano, o país tem reduzida capacidade para lidar com a situação dos refugiados e necessita de ajuda internacional.

IGAD

No plano regional, o Djibuti tem atuado com empenho no âmbito da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). Organismo fundado em 1986, com sede na capital djibutiana, a IGAD foi idealizada pelo ex-Presidente Hassan Aptidon e teve, em sua origem, por objetivo precípuo, coordenar políticas e estratégias de combate à seca e de promoção do desenvolvimento. Posteriormente, a IGAD passou a voltar sua atenção para a solução de conflitos regionais, como nos casos da Somália, do Sudão e do Sudão do Sul. A IGAD constitui atualmente importante foro político sub-regional no continente africano. Além de Djibuti, integram a IGAD: Eritreia, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão do Sul, Sudão e Uganda.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Um dos menores países da África em termos populacionais (cerca de 860 mil habitantes), o Djibuti, por sua localização estratégica, tem recebido importantes investimentos externos na área de infraestrutura, o que tem permitido ao país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

apresentar elevadas taxas de crescimento nos últimos anos (acima de 6% entre 2014 e 2017).

Não obstante, o Djibuti ainda se defronta com o desafio de promover a diversificação de sua economia. O setor de serviços responde por cerca de 75% do PIB, em virtude do peso das atividades portuárias e da presença de bases navais no país (EUA, França, China e Japão). O Djibuti pode ser considerado foco de estabilidade em meio a entorno regional tradicionalmente conturbado (Somália, Eritreia, Iêmen), o que também constitui fator decisivo para a obtenção de investimentos em sua infraestrutura.

No médio prazo, consolidar o Djibuti como centro comercial e logístico regional deverá continuar a ser o principal objetivo do governo de Guelleh. Essa meta é sustentada por esquemas de infraestrutura ambiciosos, historicamente financiados por contratação de dívida pública. Devido à alta dívida externa assumida nos últimos anos, o governo djibutiano tem buscado substituir a política de investimento financiado por dívida pública por uma focada na captação de investimentos externos.

O país mantém estreitas relações com a Etiópia, que responde por mais de 80% do tráfego nos portos do Djibuti (por ser desprovida de litoral) e abastece o país com água potável e energia hidrelétrica, o que reduz a dependência do Djibuti de petróleo importado. No geral, a integração entre os vizinhos é benéfica aos dois países, mas observa-se certa vulnerabilidade djibutiana na medida em que qualquer revés na economia etíope reverberaria fortemente em sua economia.

Outro grande parceiro é a China, que se configura como importante fonte de financiamento, já que o Djibuti oferece fácil acesso ao mercado etíope, pelo qual a China nutre especial interesse. No entanto, investimentos chineses podem sofrer quedas com o crescente interesse etíope em diversificar seu acesso ao mar. Diante disso, o Djibuti continuará buscando relações econômicas mais profundas com parceiros não tradicionais, como o Egito ou o Japão.

No que se refere à balança comercial, o Djibuti apresenta grande déficit comercial estrutural, impulsionado pela importação de bens para o mercado doméstico (principalmente alimentos, combustíveis e eletricidade). O Djibuti é praticamente desprovido de terras aráveis, com pouco desenvolvimento nos setores agrícola e industrial e força de trabalho em grande parte não qualificada. Suas exportações se resumem a animais vivos, café, chá e madeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em 2017, mais de 52% das importações do Djibuti provieram da China, seguida pela Indonésia (4,8%) e Índia (4,7%). Já com referência às exportações, os maiores compradores foram Arábia Saudita (37,7%) Estados Unidos (23,6%), e Países Baixos (4,1%). O Brasil consta como o 14º principal fornecedor para a economia do Djibuti e o 54º destino de suas exportações.

O comércio bilateral entre Brasil e Djibuti é pouco expressivo, correspondendo apenas a 0,000005% das importações e a 0,029% das exportações brasileiras com o mundo. Os principais produtos exportados pelo Brasil são açúcar refinado (74%) e carne de frango (11%). Peixes vivos correspondem a 99% das importações brasileiras.

A área de infraestrutura mostra-se a mais promissora para operação de empresas brasileiras, embora o Brasil demostre histórico de atuação restrita. Registre-se a construção de terminal de contêineres no Porto de Djibuti pela Construtora Odebrecht, com investimentos em torno de US$ 300 milhões, até 2007, bem como participação na construção de terminal para combustíveis no mesmo porto, em parceria com empresa dos Emirados Árabes Unidos, concluído em 2005.

Também há potencial, em princípio, de cooperação com o Brasil na área energética. O país busca prospectar reservas de petróleo e gás em seu território e, por outro lado, investir em fontes alternativas de energia, em especial a energia geotérmica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1888	Colônia francesa da Somalilândia estabelecida na região.
1892	Djibuti se torna a capital da Somalilândia Francesa.
1946	O Djibuti se torna território ultramarino dentro da União Francesa, com legisladores próprios e representantes no parlamento francês.
1958	Djibuti vota a favor de se tornar parte da Comunidade Francesa.
1967	Realização de referendo, no qual os afares e os europeus votam a favor da manutenção do território como parte da Comunidade Francesa. A Somalilândia Francesa passa, então, a se chamar Território Francês dos Afares e dos Issas.
1977	Realização de novo plebiscito torna o Território Francês dos Afares e dos Issas independente, sob o nome de Djibuti. Hassan Gouled Aptidon assume o cargo de presidente após a independência.
1981	O Djibuti torna-se estado unipartidário: União Popular pelo Progresso (RPP).
1992	Adotada constituição que permite sistema multipartidário limitado. Início de conflitos no norte do país entre tropas do governo e a Frente pela Restauração da Unidade e da Democracia (FRUD). Deflagra guerra civil.
1994	O governo e a facção principal da FRUD assinam acordo de partilha de poder que deveria por fim à guerra civil. Facção radical da FRUD, no entanto, mantem-se na luta armada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1999	Presidente Aptidon anuncia que não concorrerá às eleições presidenciais. Ismail Omar Guelleh, sobrinho e chefe de gabinete de Aptidon, é eleito seu sucessor.
2000	O governo e a facção radical da FRUD assinam acordo de paz que finalmente põe fim à guerra civil.
2005	O presidente Guelleh concorre novamente às eleições presidenciais como único candidato, sob boicote dos candidatos da oposição.
2008	Eclosão de conflitos entre tropas djibutianas e eritreias na região em disputa de Ras Doumeira.
2010/abr	O parlamento aprova emenda constitucional que permite que o presidente concorra a um terceiro mandato.
2010/jun	Eritreia e Djibuti entram em acordo para resolução pacífica de questões fronteiriças.
2011	Presidente Guelleh vence mais uma eleição sob boicote da oposição.
2013	Após sucessivos boicotes eleitorais, candidatos de oposição concorrem às eleições parlamentares, e conquistam 10 dos 65 assentos. A oposição, no entanto, acusou o governo de fraude nas eleições e iniciou boicote às sessões parlamentares.
2015	Assinatura de acordo-quadro entre governo e oposição, em dezembro de 2014, 8 parlamentares da oposição são reintegrados às sessões.
2017	Presidente Guelleh vence a quarta eleição.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1996	Estabelecimento de relações diplomáticas por meio de assinatura de comunicado conjunto pelos Representantes do Brasil e do Djibuti junto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	à ONU.
2005	Visita ao Brasil do presidente do Djibuti, Ismail Omar Guelleh, para participar da I Cúpula América do Sul–Países Árabes (ASPA).
2010	A Embaixada brasileira em Adis Abeba (Etiópia) substitui a Embaixada brasileira em Nairóbi (Quênia) na função de representar cumulativamente o Brasil junto às autoridades djibutianas.
2011	Djibuti é incluído no rol de beneficiários da Lei 12.429, que regulamenta a doação de estoques públicos de alimentos pelo Governo Brasileiro.
2012	Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica na Chancelaria djibutiana, por ocasião da apresentação de credenciais da Embaixadora brasileira não residente.
2013	Visita ao Brasil do Embaixador Rached Farad, Delegado Permanente do Djibuti junto à UNESCO, acompanhado do Embaixador do Djibuti em Havana, Ayeid Mousseid Yahya, com o objetivo de obter o apoio brasileiro à candidatura do Embaixador Farah à Direção Geral da UNESCO.

ACORDOS BILATERAIS

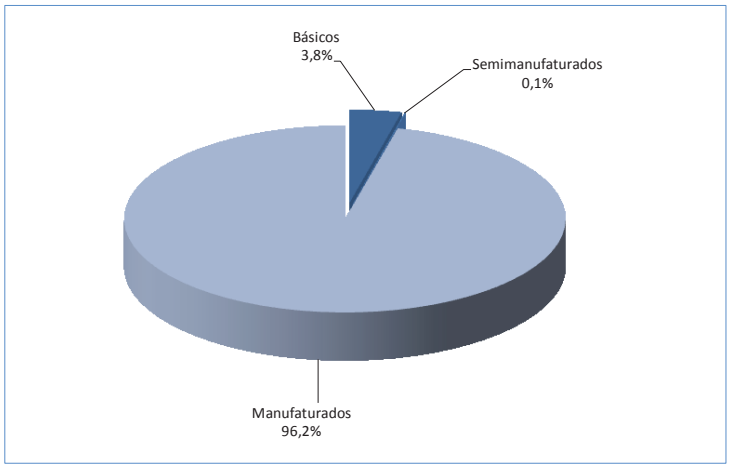
TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	STATUS
Acordo De Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Djibuti	14/02/2012		Aguarda ratificação da outra Parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

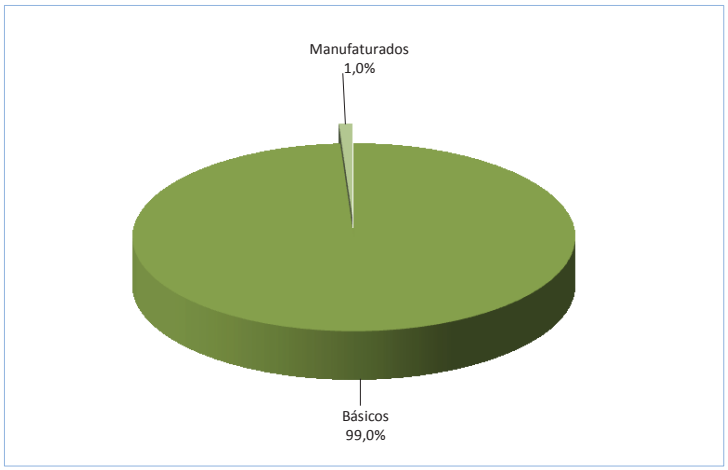
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

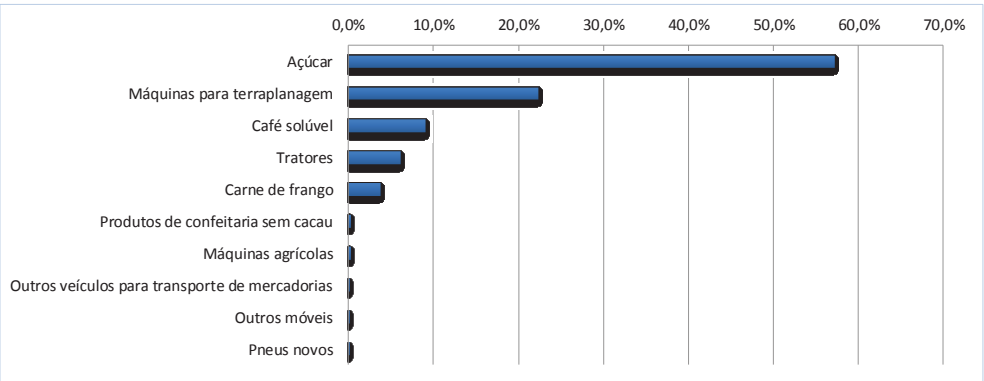
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações brasileiras para o Djibuti (SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	3.840	26,8%	79.533	87,8%	35.606	57,3%
Máquinas para terraplanagem	0	0,0%	0	0,0%	13.865	22,3%
Café solúvel	5.811	40,5%	7.272	8,0%	5.661	9,1%
Tratores	1.304	9,1%	1.523	1,7%	3.803	6,1%
Carne de frango	2.064	14,4%	1.532	1,7%	2.359	3,8%
Produtos de confeitaria sem cacau	128	0,9%	122	0,1%	206	0,3%
Máquinas agrícolas	0	0,0%	0	0,0%	175	0,3%
Outros veículos para transporte de mercadorias	0	0,0%	0	0,0%	98	0,2%
Outros móveis	49	0,3%	53	0,1%	94	0,2%
Pneus novos	136	0,9%	220	0,2%	91	0,1%
Subtotal	**13.332**	**93,0%**	**90.255**	**99,6%**	**61.958**	**99,6%**
Outros	**1.008**	**7,0%**	**323**	**0,4%**	**227**	**0,4%**
Total	**14.340**	**100,0%**	**90.578**	**100,0%**	**62.185**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017



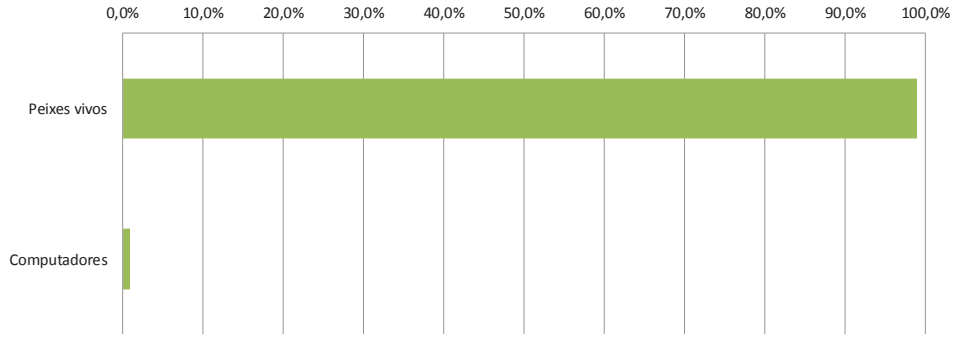
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações brasileiras originárias do Djibuti(SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Peixes vivos	0,00	0,0%	7,83	98,4%	6,85	99,0%
Computadores	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,07	0,9%
Outras obras de borracha vulcanizada	9,46	100,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Subtotal	**9,46**	**100,0%**	**7,83**	**98,4%**	**6,91**	**100,0%**
Outros	**0,00**	**0,0%**	**0,13**	**1,6%**	**0,00**	**0,0%**
Total	**9,46**	**100,0%**	**7,96**	**100,0%**	**6,92**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

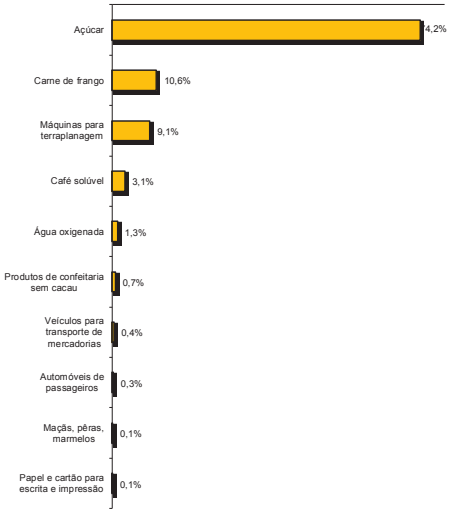


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil

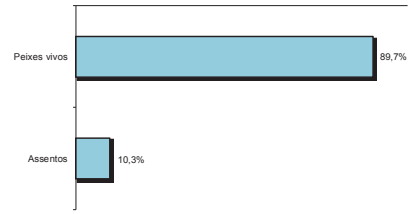
Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-abr)	Part. % no total	2018 (jan-abr)	Part. % no total
Exportações				
Açúcar	15.698	75,0%	9.500	74,2%
Carne de frango	824	3,9%	1.363	10,6%
Máquinas para terraplanagem	0	0,0%	1.164	9,1%
Café solúvel	3.286	15,7%	392	3,1%
Água oxigenada	0	0,0%	162	1,3%
Produtos de confeitaria sem cacau	0	0,0%	96	0,7%
Veículos para transporte de mercadorias	49	0,2%	50	0,4%
Automóveis de passageiros	0	0,0%	39	0,3%
Maçãs, pêras, marmelos	0	0,0%	16	0,1%
Papel e cartão para escrita e impressão	42	0,2%	11	0,1%
Subtotal	**19.899**	**95,1%**	**12.793**	**99,9%**
Outros	**1.030**	**4,9%**	**9**	**0,1%**
Total	**20.929**	**100,0%**	**12.802**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018



Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-abr)	Part. % no total	2018 (jan-abr)	Part. % no total
Importações				
Peixes vivos	1,57	93,2%	7,50	89,7%
Assentos	0,00	0,0%	0,86	10,3%
Subtotal	**1,57**	**93,2%**	**8,36**	**100,0%**
Outros produtos	**0,11**	**6,8%**	**0,00**	**0,0%**
Total	**1,68**	**100,0%**	**8,36**	**100,0%**

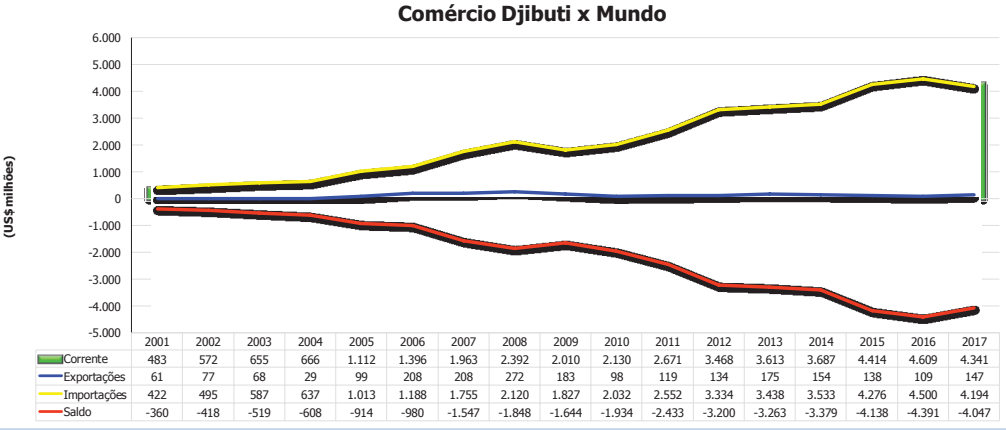
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Página 73 de 115 Parte integrante do Avulso da MSF nº 60 de 2018.
69



	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente	483	572	655	666	1.112	1.396	1.963	2.392	2.010	2.130	2.671	3.468	3.613	3.687	4.414	4.609	4.341
Exportações	61	77	68	29	99	208	208	272	183	98	119	134	175	154	138	109	147
Importações	422	495	587	637	1.013	1.188	1.755	2.120	1.827	2.032	2.552	3.334	3.438	3.533	4.276	4.500	4.194
Saldo	-360	-418	-519	-608	-914	-980	-1.547	-1.848	-1.644	-1.934	-2.433	-3.200	-3.263	-3.379	-4.138	-4.391	-4.047

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

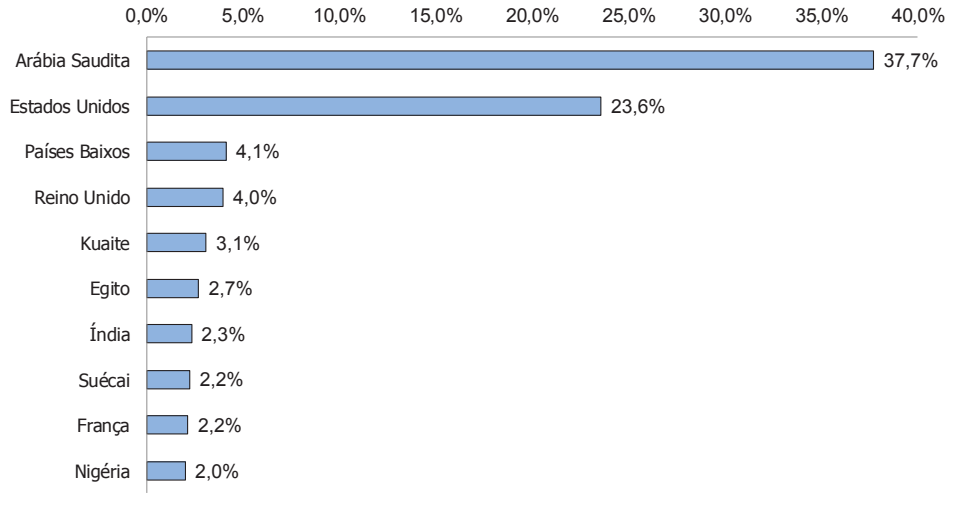
Djibuti não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais destinos das exportações do Djibuti
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
Arábia Saudita	55,47	37,7%
Estados Unidos	34,67	23,6%
Países Baixos	6,07	4,1%
Reino Unido	5,85	4,0%
Kuaite	4,57	3,1%
Egito	4,00	2,7%
Índia	3,43	2,3%
Suécai	3,31	2,2%
França	3,17	2,2%
Nigéria	2,97	2,0%
...		
Brasil (54º lugar)	**0,01**	***0,005%***
Subtotal	**123,51**	**84,0%**
Outros países	**23,60**	**16,0%**
Total	**147,11**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
Djibuti não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

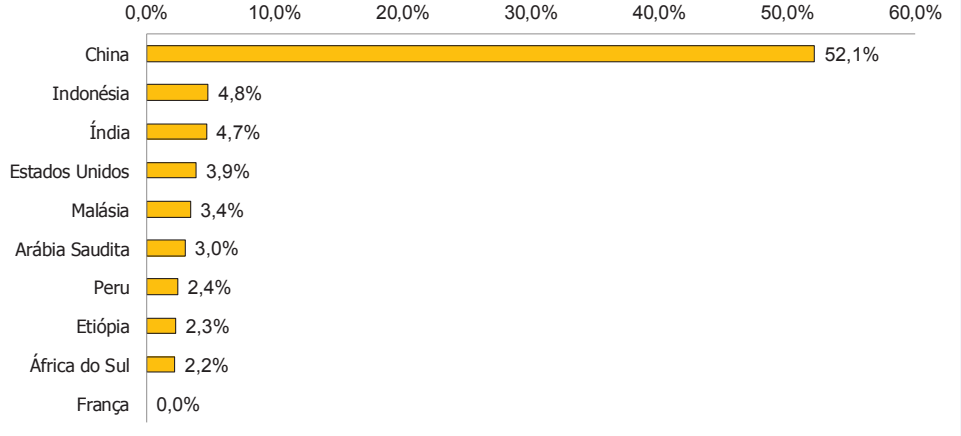


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais origens das importações do Djibuti
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
China	2.187	52,1%
Indonésia	202	4,8%
Índia	196	4,7%
Estados Unidos	163	3,9%
Malásia	144	3,4%
Arábia Saudita	126	3,0%
Peru	103	2,4%
Etiópia	96	2,3%
África do Sul	93	2,2%
França		0,0%
...		
Brasil (14º lugar)	***62***	***1,5%***
Subtotal	**3.372**	**80,4%**
Outros países	**822**	**19,6%**
Total	**4.194**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
Djibuti não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



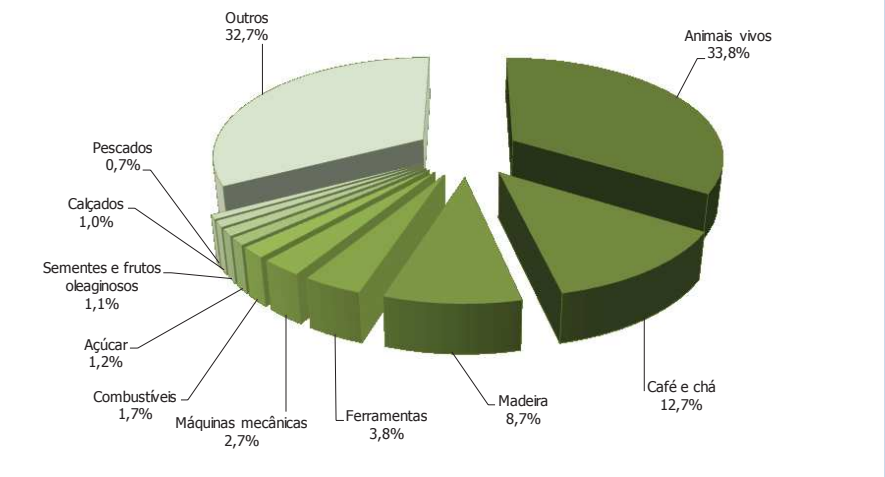
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações do Djibuti (SH2)
US$ milhões

Grupos de Produtos	2017	Part.% no total
Animais vivos	49,67	33,8%
Café e chá	18,64	12,7%
Madeira	12,73	8,7%
Ferramentas	5,60	3,8%
Máquinas mecânicas	3,95	2,7%
Combustíveis	2,57	1,7%
Açúcar	1,73	1,2%
Sementes e frutos oleaginosos	1,65	1,1%
Calçados	1,48	1,0%
Pescados	1,04	0,7%
Subtotal	**99,06**	**67,3%**
Outros	**48,05**	**32,7%**
Total	**147,11**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Djibuti não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

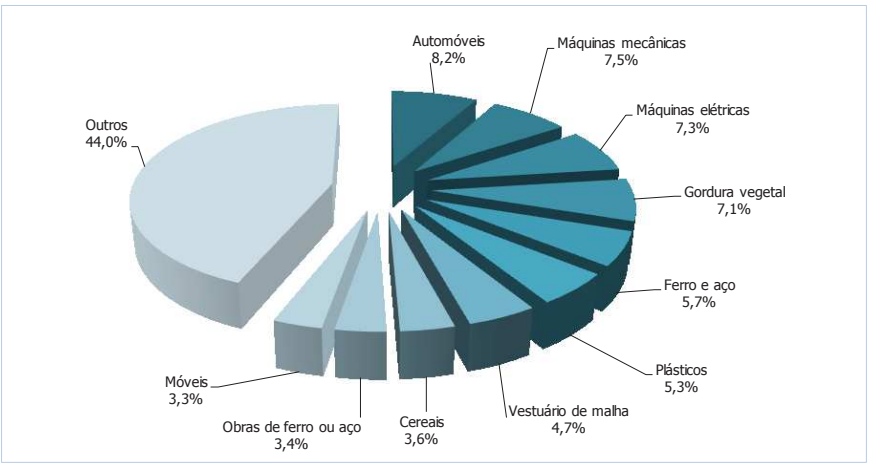
Composição das importações do Djibuti (SH2)
US$ milhões

Grupos de produtos	2017	Part.% no total
Automóveis	343	8,2%
Máquinas mecânicas	315	7,5%
Máquinas elétricas	307	7,3%
Gordura vegetal	297	7,1%
Ferro e aço	237	5,7%
Plásticos	224	5,3%
Vestuário de malha	196	4,7%
Cereais	152	3,6%
Obras de ferro ou aço	141	3,4%
Móveis	138	3,3%
Subtotal	**2.350**	**56,0%**
Outros	**1.844**	**44,0%**
Total	**4.194**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Djibuti não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos importados



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUDÃO DO SUL







ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Junho de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE O SUDÃO DO SUL	
NOME OFICIAL:	República do Sudão do Sul
GENTÍLICO:	Sul-sudanês
CAPITAL:	Juba
ÁREA:	619.745 km²
POPULAÇÃO:	13.026.129 (CIA, 2017)
IDIOMAS OFICIAIS:	Inglês (oficial); árabe (dialetos locais); mais de 60 línguas nativas (entre as quais o Dinka, falado por cerca de 2 milhões)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo (60,5%); Islamismo (6,2%); crenças autóctones e religiões sincréticas (32,9%); outras (0,4%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral; casas da Legislatura Nacional (National Legislature): Assembleia Nacional Legislativa (National Legislative Assembly) e Conselho dos Estados (Council of States)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Salva Kiir Mayardit (desde 9/7/ 2011)
CHANCELER:	Deng Alor Kuol (desde 2016)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI, 2017):	US$ 2,87 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (FMI, 2017):	US$ 18,74 bilhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PIB *PER CAPITA* (FMI, 2017):	US$ 228,03
PIB PPP *PER CAPITA* (FMI, 2017):	US$ 1.489,08
VARIAÇÃO DO PIB:	-6,3% (2017); -13,8% (2016); -0,2% (2015)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (PNUD, 2016)	0,418 (181ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2016)	56,1 anos
ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2016)	31,9 %
ÍNDICE DE DESEMPREGO	n.d.
UNIDADE MONETÁRIA	Libra sul-sudanesa
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Não designado
BRASILEIROS NO PAÍS	Não há registro
EMBAIXADOR DO BRASIL NO SUDÃO DO SUL	Octávio Henrique Côrtes (cumulativo)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – SUDÃO DO SUL (fonte: MDIC) **US$ mil FOB**

BRASIL ➔ SUDÃO DO SUL	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**
Intercâmbio	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**29,1**	**692**	**216,9**
Exportações	-	-	-	-	-	-	-	29,1	692	192,1
Importações	-	-	-	-	-	-	-	0	0	24,8
Saldo	-	-	-	-	-	-	-	29,1	692	167,3

Informação elaborada em 12 de junho de 2018, pelo PS Augusto César Teixeira Leite (DIAOS), e revisada pelo Ministro Paulo Cypriano, chefe da DIAOS, em 13 de junho de 2018

APRESENTAÇÃO

A República do Sudão do Sul, país mais jovem do mundo, tornou-se independente em 9 de julho de 2011, com extensivo apoio da comunidade internacional. A independência do país foi uma decorrência da divisão histórica do antigo Sudão ao longo de linhas étnicas e religiosas –O norte majoritariamente árabe e muçulmano e o sul cristão ou animista- o que levou, por mais de 50 anos, a recorrentes conflitos civis, os quais podem ter custado a vida de 2,5 milhões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pessoas. O país é membro das Nações Unidas (ONU), da União Africana (UA), bem como de outros organismos e mecanismos de concertação regionais, como a Comunidade da África Oriental (EAC) e a Autoridade Intergovernamental de Desenvolvimento (IGAD).

Apesar da conclusão exitosa do processo de secessão e da criação, em 2011, da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), a história independente do Sudão do Sul esteve marcada, desde seu início, por instabilidades e por conflitos armados localizados. Em dezembro de 2013, eclodiu conflito civil de proporções nacionais no Sudão do Sul, motivado pela cisão entre as principais facções do governo recém-constituído, ligadas aos dois maiores grupos étnicos do país: dinka e nuer. Em que pesem os esforços de mediação da IGAD, que conduziram à assinatura, em 2015, do Acordo sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul (ARCSS), a crise política e de segurança no Sudão do Sul permanece preocupante, com graves consequências no plano humanitário. Em 2017, foi estimado em 4,6 milhões o número de refugiados e de deslocados internos no Sudão do Sul. Segundo projeções do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), ao fim de 2018, o número de refugiados sul-sudaneses deverá ultrapassar 3 milhões. Segundo o ACNUR e o Escritório das Nações Unidas para Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), a crise sul-sudanesa poderá tornar-se a maior crise de refugiados na África desde o genocídio de Ruanda (1994).

A economia do Sudão do Sul é baseada na agricultura de subsistência e na exploração do petróleo, cujas reservas, estimadas em 3,5 bilhões de barris, são consideradas as terceiras maiores da África subsaariana. O recrudescimento do conflito civil prejudicou fortemente a economia do país, sobretudo devido à queda na produção de petróleo. Em 2017, a economia sul-sudanesa retraiu-se em 11%.

O Sudão do Sul foi reconhecido pelo Brasil no dia de sua independência (9/7/2011). A instabilidade política e de segurança no Sudão do Sul impediu, contudo, maior aproximamento bilateral.

PERFIS BIOGRÁFICOS

SALVA KIIR MAYARDIT

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Presidente



Salva Kiir Mayardit, de etnia dinka, nasceu em 1951, na região de Bahr el Ghazal, oeste do Sudão do Sul. Em fins da década de 1960, ingressou no grupo separatista sul-sudanês "Anya Nya", que lutaria contra as forças de Cartum durante a I Guerra Civil Sudanesa. Em 1983, junto com outros líderes sul-sudaneses, fundou o "Movimento de Libertação do Povo do Sudão" (SPLM), principal agrupamento de facções rebeldes a lutar pela secessão do sul do Sudão durante a II Guerra Civil Sudanesa.

Durante a década de 1990, Salva Kiir exerceu a função de Comandante do Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA), braço armado do SPLM. Após a assinatura do "Acordo Abrangente de Paz" (AAP) entre o Governo do Sudão e o SPLM, que pôs fim à guerra civil sudanesa, em janeiro de 2005, Salva Kiir assumiu o cargo de Vice-Presidente da região autônoma do Sul do Sudão. No entanto, apenas três semanas depois, com a morte do líder John Garang, coube a Salva Kiir ocupar o cargo de Presidente do Sul do Sudão e de Primeiro-Vice-Presidente do Sudão, conforme os termos do AAP. Em 2010, Kiir foi reeleito para a Presidência do Sul do Sudão, com 93% dos votos, o que levou o Presidente do Sudão, Omar Al-Bashir, a indicá-lo novamente ao posto de Primeiro-Vice-Presidente do Sudão.

Com a secessão do Sudão do Sul, Salva Kiir assumiu, em 9 de julho de 2011, o cargo de Presidente do novo país. Inicialmente previsto para encerrar-se em 2015, o mandato do presidente Salva Kiir foi estendido até julho de 2018 pelo Parlamento sul-sudanês, devido à eclosão de conflito civil no país, em 2013, que tornou muito difícil a realização de eleições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil situou-se entre os primeiros países que reconheceram o Sudão do Sul e estabeleceram relações diplomáticas com o país, em 9/7/2011, no próprio dia de sua independência. O Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre o Brasil e o Sudão do Sul foi assinado em Juba pelo então Subsecretário-Geral para Assuntos Políticos III do Itamaraty, responsável pelas relações do Brasil com a África e o Oriente Médio, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, representante brasileiro à cerimônia de independência do país, e pelo então Chanceler sul-sudanês Deng Alor.

A abertura de embaixada sul-sudanesa em Brasília chegou a ser anunciada por nota verbal ao Itamaraty em dezembro de 2011. Contudo, o recrudescimento das tensões entre o Sudão e o Sudão do Sul no período pós-independência do Sul, as fortes restrições orçamentárias enfrentadas por Juba em função da interrupção temporária da produção de petróleo do país, entre 2012 e 2013, bem como a eclosão, em dezembro de 2013, de conflito civil no país, impediram o país de efetivar um relacionamento mais atuante com relação ao Brasil, inclusive no que diz respeito à abertura de embaixada residente em Brasília.

Em fevereiro de 2013, foi criada, por meio do Decreto nº 7914, a embaixada brasileira em Juba, cumulativa com a Embaixada em Adis Abeba.

Cooperação técnica

Em função, sobretudo, de constrangimentos impostos pelo cenário político doméstico no Sudão do Sul, não há projetos ou iniciativas de cooperação em negociação ou implementação entre os dois países. Juba já expressou, contudo, seu desejo de beneficiar-se de cooperação com o Brasil, que é visto como um parceiro potencialmente estratégico para o desenvolvimento sul-sudanês. Autoridades sul-sudanesas mencionaram as seguintes áreas como prioritárias para eventual início da cooperação: agricultura, pecuária de corte e leiteira, bem como exploração petrolífera. O Sudão do Sul tem a percepção de que o desenvolvimento agrícola, como vetor de promoção da segurança alimentar, da inclusão social e da preservação ambiental, é crucial para o país. Há, dessa maneira, oportunidades para uma presença brasileira no país a médio e longo prazos, nesse campo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Uma parceria na área agrícola com o Brasil poderia dar-se, na visão de ambos os países, não somente no campo da cooperação técnica, mas também no campo econômico-comercial, seja por meio de investimentos, seja por meio da aquisição, em bases comerciais, de maquinário, insumos e tecnologias agrícolas. O governo do Sudão do Sul chegou a manifestar seu desejo de enviar a Brasília missão de alto nível para os primeiros contatos com o Governo brasileiro nessa área. Foi igualmente discutida proposta de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica bilateral, a qual não teve encaminhamento devido ao cenário de conflito civil por que passa o Sudão do Sul.

Cooperação humanitária

Em 2012, a cooperação brasileira com o país deu-se no contexto da cooperação humanitária em apoio às atividades do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Sudão e no Sudão do Sul. A contribuição brasileira (de US$ 300 mil) ao ACNUR visou ao apoio a ações emergenciais empreendidas no Sudão e no Sudão do Sul (com valor dividido igualmente), em favor de refugiados, deslocados internos e pessoas em situação de vulnerabilidade nos dois países.

Em 2016, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em caráter de cooperação humanitária, destinou US$ 100.000 ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), em apoio ao projeto PRRO South Sudan 200572 "Food and Nutrition Assistance for Relief and Recovery, Supporting Transition and Enhancing Capabilities to Ensure Sustainable Hunger Solutions". O projeto possui como objetivo central a execução de programas de recuperação, transição e resiliência em áreas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Âmbito multilateral

Na esfera multilateral, o Brasil manifestou nos foros apropriados, em especial no Conselho de Segurança, seu apoio ao Acordo Abrangente de Paz (AAP), assinado em 2005, entre o Governo do Sudão e rebeldes do Sul, que veio a permitir a realização do referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul. O Brasil também cooperou para a implementação do AAP ao enviar missão de observadores às eleições gerais de 2010, composta de parlamentares (os então Deputados Nilson Mourão e Washington Luiz) e de diplomata brasileiro. Por ocasião do referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul, em janeiro de 2011, o Brasil novamente enviou missão de observadores, composta de dois diplomatas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Brasil também apoiou o processo de paz entre Sul e Norte por meio do envio de policiais e oficiais à Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS), substituída, após a independência do Sudão do Sul, pela Missão de Assistência das Nações Unidas para o Sudão do Sul (UNMISS). Atualmente, 6 policiais, 5 observadores militares e 5 oficiais do Estado Maior brasileiros integram a Missão. O Brasil também mantém 2 observadores militares, que integram a Força Interina das Nações Unidas em Abyei (UNISFA), região em disputa entre o Sudão e o Sudão do Sul.

ASSUNTOS CONSULARES

A jurisdição consular do Brasil no Sudão do Sul corresponde à Embaixada em Adis Abeba (cumulativa). Não há repartições consulares honorárias em território sul-sudanês. Não há outras informações sobre perfil e estimativa de tamanho da comunidade brasileira no Sudão do Sul.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil ao Sudão do Sul.

POLÍTICA INTERNA

Antecedentes

A história recente do Sudão do Sul é marcada por conflitos com o vizinho ao norte, o Sudão, os quais culminaram com a secessão sul-sudanesa em julho de 2011. As duas regiões, embora unidas por mais de 50 anos em um mesmo país, apresentam características distintas. O Norte possui população predominantemente árabe e muçulmana. O Sul é povoado por diversas etnias subsaarianas, entre as quais predominam o cristianismo (ação de missionários cristãos que também difundiram a língua inglesa) e crenças animistas.

Os motivos para as dissensões entre as duas regiões remontam ao ano de 1821, quando o otomano Mohamed Ali Pasha dominou o Egito e o Sudão. O sul do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sudão era integrado à economia egípcio-sudanesa, para a qual fornecia, principalmente, escravos, madeira e marfim. O controle político turco-egípcio sobre o Sudão, contudo, nunca se firmou de forma plena sobre o sul, em razão das dificuldades de governar estrutura social caracterizada por múltiplos centros tribais e imensa diversidade cultural. Estima-se que a região do atual Sudão do Sul fosse povoada, no início do século XIX, por cerca de 13 milhões de indivíduos, agrupados em mais de 150 etnias.

Em 1875, Ismail Pasha, descendente de Mohamed Ali Pasha, sob então forte influência britânica, contratou o militar inglês George Chinese Gordon para consolidar o domínio turco-egípcio sobre o sul. Gordon tornou-se Governador da província de Equatoria no atual Sudão do Sul e, mais tarde, Governador-Geral do Sudão. Nessa condição, Gordon impôs a abolição da escravidão para todo o Sudão, ainda que, em diversas regiões do sul, o tráfico de escravos se tenha mantido. A ação, no entanto, surtiu efeitos imediatos. A dependência sudanesa em relação à comercialização de escravos era tamanha que a decisão do britânico causou severa crise econômica e revoltas diversas. Essa situação foi aproveitada pelo sudanês Muhammad Ahmad Al-Mahdi, que uniu vasto exército islâmico e derrotou os ingleses, libertando o Sudão do domínio turco-egípcio e reinstituindo a escravidão. O Sul voltou a ser importante fonte de marfim, madeiras e escravos.

A área que corresponde aos atuais estados do Sudão e do Sudão do Sul foi reconquistada por exército anglo-egípcio, liderado pelo britânico Lord Kitchener, em 1898. Desde então, todo aquele território foi governado, até 1956, pelo Condomínio Anglo-Egípcio. Os ingleses, contudo, ao perceberem as profundas diferenças culturais entre o norte e o sul, decidiram separar formalmente a administração das duas regiões. Sucessivas leis determinaram a necessidade de obter-se permissão para visitar ou comercializar no sul do Sudão, inclusive para indivíduos do norte. A língua oficial adotada para a região foi o inglês, juntamente com línguas locais como o Dinka, o Nuer, o Shilluk e o Azande.

Em 1946, no entanto, quando os ingleses começaram a preparar sua retirada do Sudão, as autoridades coloniais decidiram consolidar no norte a administração de toda a região que corresponde hoje aos dois estados. A decisão tinha por premissa a percepção de inviabilidade da independência do território ao sul. Ademais, também foram levadas em conta as pressões exercidas pelo Egito, que ansiava pela manutenção de seu domínio sobre o Sudão, e desejava assegurar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

maior extensão de terras por onde o Nilo corresse. Deve-se ressaltar que a decisão foi tomada à revelia dos habitantes do sul.

Em 1954, após onda de protestos nacionalistas em Cartum, foi criado o parlamento sudanês, o que marcou o início do processo de independência do Sudão, obtida em 1° de janeiro de 1956. O Governo do Sudão foi formado pela elite urbana de Cartum, de origem árabe, sem participação relevante do sul nos processos decisórios do país.

Primeira guerra civil sudanesa

A resposta do sul aos movimentos de Cartum veio um ano antes da independência. Em 1955, na cidade de Torit, militares do Equatoria Corps - o "exército" sulista criado pelos britânicos em 1917 - recusaram-se a cumprir ordens de se deslocar para o Norte.

O motim de Torit é considerado o início da primeira guerra civil sudanesa. Começou, então, o conflito entre Cartum e o movimento rebelde Anya Nya (nome que significa "veneno de serpente", adotado, em 1963, pela guerrilha semiorganizada dos povos do sul sob a liderança de Joseph Lagu). Em 1969, com a tomada do poder em Cartum pelo Coronel Gaafar Nimeiry, abriu-se a possibilidade de se negociar a paz. O novo governo do militar sudanês desejava, como gesto inaugural, terminar o conflito, que consumia recursos e vidas.

Em 1972, foi assinado o Acordo de Adis Abeba entre o Anya Nya e Cartum, o qual dava autonomia relativa ao sul do Sudão. Conseguiu-se que a região fosse governada como uma só entidade, sem divisões e com grande independência face ao governo de Cartum. Membros do Anya Nya seriam integrados ao Exército sudanês e determinou-se que, no sul do Sudão, as forças armadas seriam compostas, equitativamente, por 6.000 sulistas e 6.000 nortistas. O Acordo também estipulava valores para projetos de desenvolvimento no sul.

Segunda guerra civil sudanesa

Ao final da década de 1970 e início da década de 1980, contudo, a paz entre o norte e o sul do Sudão deteriorou-se, levando ao reinício do conflito em junho de 1983. A causa imediata da retomada das hostilidades foi a decisão de Cartum de redividir o sul em três regiões, tomada em junho de 1983 pelo presidente Gaafar Nimeiry. Analistas argumentam que a ação buscava enfraquecer a liderança única da região sul, com vistas a facilitar a exploração do petróleo, descoberto pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Chevron em 1978/79 na região de Bentiu, no sul do país. Ademais, também em 1983, Nimeiry adotou a charia em todo o território do país, e eliminou os códigos civil e penal então existentes, marginalizando a população sulista, em sua maioria cristã.

Em meio à deterioração da paz entre as duas regiões, alguns oficiais sulistas, sob a liderança do Tenente-Coronel John Garang de Mabior, fugiram para a Etiópia e fundaram, na cidade de Gambella, o "Sudan People's Liberation Army" (SPLA). O braço político do grupo denominou-se, por sua vez, Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLM).

Durante os governos dos Presidentes Nimeiry (1969-1985) e Sadiq Al-Mahdi (1986-1989), o exército sudanês estava enfraquecido, o que facilitou ao SPLA dominar quase todo o sul do Sudão. Em 1990, os rebeldes chegaram às portas de Juba e a algumas regiões do norte. A partir de 1991, contudo, o SPLA começou a perder força, em virtude de mudanças no contexto regional e de divisões internas. Parte dos revoltosos, os chamados unionistas, tinha interesse na refundação do Sudão em bases mais inclusivas para a população do sul, sem recurso à secessão. Outra parte, os ditos secessionistas, advogavam a independência do sul do Sudão. Durante a década de 1990, continuaram os enfrentamentos entre SPLA, exército sudanês e outros grupos rebeldes sulistas.

O Acordo Abrangente de Paz (AAP)

Em 1999, mudanças políticas fizeram com que as lideranças sudanesas adotassem postura mais flexível e pragmática quanto à possibilidade de se buscar a paz. As negociações para o fim do conflito contaram com a ativa participação do organismo sub-regional IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, com sede no Djibouti) e intensificaram-se a partir de 2002. Naquele ano, assinou-se o Protocolo de Machakos (Quênia), que estabeleceu governo semiautônomo no sul do Sudão (o GoSS, Governo do Sul do Sudão) e assegurou, aos sulistas, representação política em Cartum, bem como metade da renda total da produção de petróleo, concentrada no sul do Sudão.

O Protocolo de Machakos abriu caminho para acordo de caráter definitivo, o Acordo Abrangente de Paz (AAP), celebrado em Nairóbi, em janeiro de 2005, que estabeleceu a realização de referendo sobre a independência do sul do país em prazo de 6 anos, bem como de consulta específica à população da região de Abyei, zona petrolífera limítrofe entre o Sul e o Norte, sobre qual dos dois lados deveria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

integrar. As Partes, contudo, nos termos do AAP, deveriam empreender esforços para que a opção pela unidade fosse atrativa aos sul-sudaneses.

Assim como o Protocolo de Machakos, o AAP também estabeleceu termos para a representação política dos povos do sul, além de determinar o compartilhamento da riqueza advinda da extração de petróleo. O novo governo sudanês resultante do Acordo (o Governo de Unidade Nacional do Sudão) foi integrado por grupos políticos do Norte (NCP) e do Sul (SPLM), e tomou posse em julho de 2005. Previu-se, ademais, a realização de eleições gerais em 2010, tanto no sul quanto no norte.

Nesse contexto, o líder do SPLA, Salva Kiir Mayardit assumiu a presidência do GoSS e a primeira vice-presidência do Governo de Unidade Nacional do Sudão, em agosto de 2005, após a morte de John Garang em acidente de helicóptero em Uganda. Kiir negociou com as diversas dissidências do SPLA e, em janeiro de 2006, o presidente do GoSS assinou a Declaração de Juba, pela qual as forças milicianas seriam integradas aos quadros do SPLA.

Nas eleições gerais de 2010, Kiir reelegeu-se presidente do GoSS por ampla maioria, o que lhe garantiu, nos termos do AAP, a vice-presidência do Sudão. Esse fato, aliado aos bons resultados obtidos pelo SPLM no pleito, foram fatores importantes para a realização do referendo de autodeterminação do sul.

Secessão do Sudão do Sul

Nos termos do AAP, foi realizado, em janeiro de 2011, referendo sobre a independência do sul do Sudão, com 98,83% do eleitorado optando pela secessão. O presidente do Sudão, Omar Al-Bashir, aceitou os resultados e promulgou decreto que confirmou o referendo. Em 9 de julho de 2011, após período intermediário de seis meses estipulado pelo próprio AAP, foi emitida declaração formal de independência do Sudão do Sul, mais jovem país do continente africano. Salva Kiir assumiu a presidência do novo país.

A secessão sul-sudanesa tem importante caráter simbólico para a África. Trata-se do primeiro movimento endógeno no continente com vistas à redefinição de fronteiras, por votação e decisão consensuada de forma mútua (cumpre lembrar que a Eritréia, apesar de ter votado por sua independência em 1993, já havia existido como país autônomo antes de ser anexada pela Etiópia em 1962).

UNMISS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Um dia antes da independência do Sudão do Sul, o CSNU estabeleceu, por meio da Resolução 1996 (2011), a UNMISS (Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul). Entre os objetivos da missão, destacam-se o auxilio na consolidação de instituições sul-sudanesas, por meio da cooperação para a formulação de políticas nacionais em diversas áreas; a proteção da população civil; e a promoção da participação nos processos políticos, com o auxílio para a preparação e realização de eleições. A UNMISS conta, para isso, com uma das maiores forças (17 mil militares e 2,1 mil policiais autorizados a integrar a missão) e orçamentos (US$ 1.081 bilhão) entre as operações de manutenção de paz.

Fissuras políticas e focos de insurgência pós-secessão

Com a secessão sul-sudanesa, as diversas forças políticas do país, frequentemente agrupadas em torno de interesses comunitários com matizes étnicos, passaram a disputar espaço por maior participação política nas instituições governamentais do novo país. Com isso, começam a surgir crescentes fissuras no amálgama político que havia sido moldado pelo SPLM/A em torno da causa comum de resistência ao norte. Em cenário de dificuldades econômicas, frequentes denúncias de corrupção e de mau gerenciamento das receitas provenientes do petróleo, também aumentou o descontentamento de parte da população com o governo do SPLM/A.

Nesse contexto, o governo sul-sudanês passou a enfrentar focos de insurgência armada de diversos grupos que se sentiam alijados do poder. O exemplo mais conspícuo foi o do Exército de Libertação do Sudão do Sul (SSLA), então liderado por George Athor, ex-General do SPLM/A, com aspirações ao governo do estado de Jonglei, no sudeste do país. Nessa região, foram logo reavivadas, ao longo de 2011, primeiro ano da independência, tensões internas próprias da sociedade sul-sudanesa, baseadas, em grande medida, em interesses comunitários de matiz étnico. Essas características são responsáveis pela conformação dos múltiplos grupos identitários e das dezenas de milícias ainda atuantes no país.

Assim, a título de exemplo, já em janeiro 2011, seis meses antes da independência do Sudão do Sul, intensificaram-se, no estado de Jonglei, violentos confrontos entre tribos das etnias Nuer e Murle, pelo controle de terra e gado. Os confrontos intertribais logo se transformaram em conflitos entre milícias armadas. O SSLA passou a apoiar militarmente as tribos Murle, que constituem a base étnica do comando da milícia. Por sua vez, o Nuer White Army, milícia de etnia Nuer, deu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

declarações de que dizimaria os membros da etnia Murle. Focos de insurgência de características semelhantes irromperam em outras regiões do país.

A violência dos confrontos e as ameaças de assassinato em massa disseminaram, na comunidade internacional, o alerta de que os conflitos poderiam deteriorar em episódios de extermínio étnico, o que elevou as pressões para se alcançar uma resolução para a questão. Os esforços, por parte do governo sul-sudanês e da UNMISS, de repressão aos focos de insurgência e de intervenção nos confrontos tornaram-nos, contudo, alvos de recorrentes ataques armados.

Em 2012 e 2013 foram assinados acordos de paz entre o governo e diversos grupos insurgentes. Com isso, parte das tropas do SSLA e de outros grupos armados foi incorporada ao exército sul-sudanês. Os acordos não propiciaram, no entanto, solução definitiva para as clivagens estruturais, ainda latentes na sociedade do jovem país africano.

Racha no SPLM/A e o atual conflito civil

Em meados de dezembro de 2013, teve início o maior conflito civil desde a independência do Sudão do Sul, em 2011. Dessa vez, as hostilidades tiveram caráter predominantemente político. Tratou-se da divisão do SPLM/A em facções lideradas pelo presidente Salva Kiir e pelo ex-vice-presidente Riek Machar.

Ao longo de 2013, parcela do SPLM/A passou a atribuir os insucessos no plano econômico e a turbulência social à atitude apaziguadora do Presidente Salva Kiir em relação ao Sudão, bem como a seu autoritarismo à frente do governo. Com a reforma do gabinete, em julho de 2013, tornou-se pública a cisão no SPLM/A. Foram trocados todos os 29 ministros e secretários-executivos, além do próprio vice-presidente, Riek Machar.

O clima tornou-se mais tenso quando Riek Machar, figura política autônoma também associada ao sucesso da secessão, anunciou a intenção de concorrer à presidência do SPLM/A, possivelmente em preparação ao lançamento de candidatura para concorrer às eleições presidenciais de 2015. Assim, à medida que se aproximava o prazo para as eleições gerais no país, previstas para 2015, acirrou-se o quadro de duras disputas intrapartidárias no seio do SPLM.

Em 15/12/2013, homens armados não identificados iniciaram tiroteio na capital, Juba, próximo ao Palácio presidencial. O presidente Salva Kiir acusou Machar, em transmissão televisiva em cadeia nacional, de tentativa frustrada de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

golpe de estado. Apesar de negar a versão do presidente, Machar posteriormente assumiu o comando dos revoltosos, que passaram a intitular-se "SPLM/A na oposição". Mesmo com origem em divergências intrapartidárias, o atual conflito não deixou, contudo, de apresentar contornos interétnicos, em razão, em parte, de Kiir (etnia Dinka) e Machar (etnia Nuer) serem de etnias diferentes.

O conflito se arrasta até hoje e, segundo dados do Escritório de Coordenação para Assuntos Humanitários das Nações Unidas (OCHA), ameaça afetar diretamente metade da população do país. Estima-se que as hostilidades tenham resultado na morte de dezenas de milhares de pessoas, além de ter deslocado outras 1,5 milhão (est. 2018), e ainda forçado outras 2,4 milhões a se refugiarem em outros países.

Mediação para solução política e situação atual

O conflito no Sudão do Sul, de ampla repercussão regional e internacional, tem sido objeto de amplos esforços de mediação liderados pela Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). As violações dos sucessivos compromissos de cessar-fogo, bem como a multiplicação dos grupos envolvidos na disputa pelo poder constituem, contudo, desafios importantes no âmbito do atual processo de paz.

Em agosto de 2015, a IGAD auspiciou assinatura do Acordo sobre a Resolução de Conflito no Sudão do Sul (ARCSS), que previu, entre outras medidas, a formação de Governo Transitório de União Nacional. Foi estipulado, ademais, prazo até outubro de 2018 para a realização de novas eleições, com vistas à formação do novo governo. O ARCSS tem pautado, desde então, as negociações de paz no Sudão do Sul, as quais têm enfrentado, contudo, importantes obstáculos. A criação de governo de transição não foi capaz de impedir nova escalada de violência no Sudão do Sul a partir de 2016, quando novas cisões políticas também passaram a dificultar o processo de diálogo e reconciliação nacional. Em julho de 2016, Riek Machar, que havia sido reconduzido ao cargo de vice-presidente pelo ARCSS, novamente deixou o poder, exilando-se, pouco depois, na África do Sul. Além disso, observou-se, desde 2015, o surgimento de grupos políticos e militares, os quais não se encontram contemplados pela estrutura do Governo Transitório de União Nacional e reivindicam sua inclusão nas negociações de paz.

Nesse contexto, a IGAD lançou, em junho de 2017, revitalização do processo de paz do Sudão do Sul, com vistas à adoção de um cessar-fogo permanente e à adoção de cronograma realista para implementação do ARCSS, com vistas à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

realização de eleições democráticas no fim do período do Governo Transitório de União Nacional. A primeira fase do processo foi concluída em dezembro de 2017, com a assinatura de Acordo sobre Cessação de Hostilidades, Proteção de Civis e Acesso Humanitário. Em que pesem as violações do cessar-fogo, o acordo tem sido fundamental para garantir condições básicas de estabilidade no país. A segunda fase do processo, iniciada em fevereiro de 2018, chegou a ser suspensa, em razão da ausência de consenso entre as partes envolvidas no conflito, em especial no que concerne à convocação de eleições no final de 2018. Retomado em março de 2018, a iniciativa de revitalização do processo de paz tem como foco o mapeamento das partes em conflito e a promoção do diálogo entre elas. Riek Machar, como principal liderança da oposição, foi autorizado, em maio de 2018, a deslocar-se por outros países africanos, como forma de participar mais ativamente das negociações.

Apesar desses avanços, a realização de eleições no país em 2018 é considerada improvável. A expansão do território sob controle do SPLM, em decorrência de nova série de vitórias militares pelas forças governistas sobre as de oposição ao longo do último ano, é apontada como obstáculo adicional à promoção de diálogo inclusivo no Sudão do Sul, uma vez que o governo liderado pelo Presidente Salva Kiir passou a ter sua posição fortalecida, ao passo que hostes do adversário SPLM na Oposição se encontram, política e militarmente, fragmentadas.

Poder Legislativo

O poder Legislativo sul-sudanês tem estrutura bicameral, composta pelo Conselho dos Estados, estabelecido por decreto presidencial de 2011, com 50 assentos, e pela Assembleia Nacional Legislativa de Transição, estabelecida em ago/2016, como previsto pelo Acordo sobre a Resolução de Conflito no Sudão do Sul (ARCSS), de ago/2015, que conta com 400 representantes.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Sudão do Sul pautou-se, de início, pela negociação de questões pendentes com o vizinho do norte (República do Sudão), após o processo de secessão, sobretudo os termos de partição dos recursos prevenientes da venda de petróleo, cujo escoamento ainda se dá pelo território do norte, e a demarcação da fronteira comum. Com a eclosão do conflito interno sul-sudanês, que se estende até os dias de hoje, contudo, essas frentes de negociação perderam prioridade e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dinamismo, na medida em que a agenda internacional de Juba passou a centrar-se na mediação do conflito. A política externa do Sudão do Sul tem-se confundido, desde então, com o tratamento multilateral e regional concedido às crises política, securitária e humanitária no país.

Relacionamento Sudão do Sul - Sudão

Desde meados de 2012, as relações entre o Sudão do Sul e o Sudão têm registrado processo de distensão, que resulta de postura pragmática, tanto de Juba quanto de Cartum. Ao avaliar que o diálogo construtivo entre os dois países é condição essencial para a prosperidade de ambos, bem como para a paz e a estabilidade na região, as autoridades dos dois países têm obtido avanços nas negociações políticas das divergências em relação aos termos para o escoamento do petróleo sul-sudanês pelo território do Sudão e a demarcação da fronteira comum. Em setembro de 2012, mês marco nesse processo de distensão, os Presidentes do Sudão do Sul e do Sudão firmaram importante acordo em Adis Abeba, comprometendo-se a retirar suas tropas da área de fronteira e retomar a produção e escoamento de petróleo, entre outras medidas.

Divergência fronteiriça mais importante, que persiste até os dias atuais, refere-se à região de Abyei, situada em área disputada entre grupos nômades pastoris (Misseriya), de origem árabe, tradicionalmente aliados a Cartum, e tribos sedentárias (Ngok-Dinka), de origem sul-sudanesa, aliadas ao SPLM/A. A região tem também importância econômica, dada a presença de grandes reservas petrolíferas e infraestrutura para sua extração e transporte. No âmbito das negociações do AAP, assinou-se o Protocolo para a Resolução do Conflito de Abyei, que concedeu à região estatuto administrativo próprio e determinou a realização de referendo local para a definição de sua nacionalidade. A votação, contudo, foi adiada indefinidamente em razão de controvérsias quanto à participação eleitoral da população Misserya (nômades que migram sazonalmente para a região e que possuem vínculos com o Norte).

A fim de monitorar a desmilitarização e supervisionar a zona disputada, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou a Resolução 1990 (2011), que criou a Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA). No contexto do atual conflito no Sudão do Sul, as negociações sobre a questão de Abyei foram praticamente interrompidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A questão do escoamento do petróleo produzido no Sudão do Sul permanece como um dos temas mais importantes da pauta bilateral. Após a independência do Sudão do Sul, o novo país passou a deter cerca de 75% das reservas de petróleo que antes pertenciam ao Sudão unificado. O território ao norte (República do Sudão), por sua vez, concentra as infraestruturas necessárias para a exportação do hidrocarboneto, de modo que o Sudão do Sul passou a acumular dívida com o país vizinho relativa aos custos de escoamento da produção de petróleo.

Em 2012, o governo sul-sudanês chegou a anunciar a interrupção da produção de petróleo em seu território, em razão de valores, que considerava abusivos, cobrados pelo norte para escoamento e embarque de seu produto. O impasse ganhou contornos militares, mas, após alguns meses, ambos os países acordaram tarifas para escoamento da produção de petróleo sul-sudanesa. Embora tenham sido considerados planos de construção de oleoduto alternativo, com vistas à exportação da produção de petróleo sul-sudanesa pelo território da Etiópia ou do Quênia, o Sudão permanece, até o momento, como única alternativa logística.

Desde o recrudescimento da guerra civil no Sudão do Sul, em 2013, o Sudão passou a receber importante contingente de refugiados provenientes de zonas afetadas pelo conflito. O ACNUR estima em mais de 700 mil o número de refugiados sul-sudaneses no Sudão.

Grandes Lagos e Comunidade da África Oriental

O Sudão do Sul passou, com a independência, a fortalecer vínculos com a região dos Grandes Lagos, em particular com Uganda e Quênia, países que constituem alternativas, a médio prazo, para o escoamento da produção de petróleo sul-sudanesa e que possuem crescentes interesses econômicos no Sudão do Sul.

Uganda foi dos mais ativos apoiadores da secessão do Sudão do Sul. Preocupa o governo ugandense o risco de internacionalização do atual conflito civil sul-sudanês, além dos grandes deslocamentos humanos sul-sudaneses rumo a seu território. Estima-se em mais de 1 milhão o número de refugiados sul-sudaneses em Uganda. Tendo em conta o interesse concreto na estabilidade do governo sul-sudanês, Uganda realizou ações militares no país em janeiro de 2014, com vistas a bloquear a escalada do atual conflito civil. Devido ao seu já forte engajamento em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

outras crises regionais, sobretudo na Somália, Uganda logo passou a declarar, contudo, sua preferência pelo recurso à mediação na busca por solução para o conflito no Sudão do Sul.

Como meio de diversificar seu relacionamento bilateral e consolidar alternativas regionais a seus fortes vínculos históricos e econômicos com a República do Sudão, o Sudão do Sul solicitou, e obteve, adesão à Comunidade da África Oriental (EAC), mecanismo de integração abrangente dos países da região (Quênia, Ruanda, Uganda, Tanzânia e Burundi). O Sudão do Sul aderiu, também, a outros dois importantes organismos regionais: a IGAD e a Conferência Internacional Regional dos Grandes Lagos (CIRGL). A CIRGL, além do Sudão do Sul, tem por membros: Angola, Burundi, República Centro-Africana, República do Congo, República Democrática do Congo, Quênia, Uganda, Ruanda, Sudão, Tanzânia e Zâmbia.

Etiópia

A Etiópia, que atua intensamente nos esforços de mediação desenvolvidos pela IGAD, como já observado, tem interesses concretos na estabilidade sul-sudanesa. Desde o início dos confrontos, mais 400 mil sul-sudaneses se refugiaram no território etíope, segundo o ACNUR. Além do empenho em alcançar solução política para o conflito, o país é um dos maiores contribuintes de tropas para a UNMISS. A UNISFA (Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei), região disputada, como já mencionado, por Sudão e Sudão do Sul, é composta, em sua grande maioria por efetivos etíopes (cerca de 4350 tropas).

Relações extracontinentais

Logo após sua independência, o Sudão do Sul contou com boas relações com os países ocidentais, sobretudo com os Estados Unidos (EUA) e o Reino Unido, que participaram ativamente na articulação da autodeterminação sul-sudanesa. Desde 2011, EUA, Reino Unido, Holanda e Noruega constituem os principais fornecedores de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento para o Sudão do Sul.

Contudo, com a eclosão do atual conflito civil, o país passou a ser objeto de atenções redobradas de parceiros extrarregionais, que têm exortado os sul-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sudaneses a resolver suas diferenças de forma pacífica e em consonância com os esforços regionais de mediação. Nesse contexto, em 2014, os EUA editaram ordem executiva que estabelece sanções financeiras contra indivíduos e grupos que ameacem a paz, a segurança ou a estabilidade do Sudão do Sul. Em março de 2015, o CSNU adotou a Resolução 2206, que estabeleceu regime de sanções contra o país, com previsão de extensão às personalidades que não colaborassem para a solução do conflito.

Desde o início de 2018, o Sudão do Sul tem sido objeto de renovadas pressões internacionais para que o acordo de cessação de hostilidades assinado em dezembro de 2017 seja respeitado e as partes se engajem construtivamente nas negociações. Após o presidente da Comissão da IGAD declarar-se favorável à aplicação de sanções contra indivíduos que têm buscado obstaculizar o processo de paz no Sudão do Sul, em fevereiro de 2018, foi anunciada, naquele mês, a proibição da exportação de armas pelos EUA para o país africano, bem como a imposição de sanções contra autoridades sul-sudanesas pela União Europeia. Em maio de 2018, o CSNU adotou a Resolução 2418, que renovou, até 15 de julho de 2018, as sanções contra o Sudão do Sul e expressou a possibilidade de ser ampliado seu regime, bem como de ser imposto embargo de armas contra o país, caso não avance o processo de paz. Naquele mês, também foi anunciado que os EUA reavaliariam sua ajuda humanitária ao Sudão do Sul, devido à alegada falta de comprometimento do governo sul-sudanês com o atual processo de paz.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Desde sua independência, em julho de 2011, o Sudão do Sul tem enfrentado grandes desafios para sua estruturação econômica, em especial na área de infraestrutura. O país possui parca rede de estradas pavimentadas e a maior parte da geração de energia elétrica provém de geradores a diesel. O país carece, ademais, de quadros técnicos capacitados em diversas áreas e de instituições minimamente consolidadas. A eclosão do conflito civil, em 2013, impactou muito negativamente a economia do Sudão do Sul, ao minar os esforços de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desenvolvimento pós-independência, afastar investimentos produtivos e comprometer a exploração do petróleo, a qual responde por grande parte da renda do país.

Segundo o Banco Mundial, o Sudão do Sul é o país mais dependente do petróleo do mundo. As receitas provenientes da exploração de hidrocarbonetos representam cerca de 60% do PIB, 95% das receitas do governo (excluídos recursos oriundos de ajuda externa), além da quase totalidade (98%) das exportações do Sudão do Sul. Contudo, em função do conflito civil, a produção de petróleo sul-sudanesa tem apresentado resistente tendência à contração. Atualmente, a produção do país não supera 127 mil barris/ dia, metade da produção média registrada em 2011. Soma-se a esse cenário a queda do preço internacional do petróleo nos últimos anos (de US$ 110 o barril, em 2014, para US$ 50 o barril, em 2017), a qual também contribuiu para reduzir as perspectivas de crescimento sul-sudanês, tendo em vista a dependência de sua economia em relação a essa commodity.

Diante dessa conjuntura, o Sudão do Sul tem enfrentado severa crise econômica. Em 2017, a economia do país sofreu retração de 11%. Estima-se crescimento negativo de 3,8% do PIB sul sudanês em 2018. O PIB per capita do país, que havia sido de US$ 1.111 em 2014 foi reduzido a US$ 200 em 2017.

Altos índices inflacionários constituem outra grande preocupação do governo sul-sudanês. Em outubro de 2016, a inflação registrou pico histórico de 835,7% ao ano. Desde então, o governo tem buscado diminuir a impressão de moeda e controlar gastos públicos. Em 2017, a inflação foi de 116% ao ano, taxa consideravelmente mais baixa do que no ano anterior, embora ainda muito alta. Entre 2016, quando foi adotado o câmbio flutuante, e dezembro de 2017, a libra sul-sudanesa, que havia sido introduzida em 2011 com o mesmo valor da libra do Sudão, foi depreciada em 90%. Além disso, é crescente a discrepância entre a taxa de câmbio oficial e a taxa praticada no mercado paralelo.

Com mais de 2 milhões de deslocados internos e quase metade da população em situação de insegurança alimentar, a resolução do atual conflito e a criação de cenário de paz e segurança são vitais para o desenvolvimento e a prosperidade do país a longo prazo. Em segundo plano, o Banco Mundial tem recomendado reformas macroeconômicas com foco na criação de infraestrutura, na diversificação da economia e na geração de emprego e renda, como forma de alavancar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

crescimento do país. A eliminação dos subsídios e a dolarização da economia sul-sudanesa também são medidas defendidas pelo Banco Mundial como forma de combater a inflação e estabilizar as contas públicas nacionais.

Para fazer face às declinantes receitas do petróleo, o governo do Sudão do Sul planeja aumentar a renda proveniente de outros setores por meio de reforma tributária e diminuição de gastos governamentais com a retirada de subsídios à estatal petroleira Nilepet. Esta última medida, contudo, por implicar em aumento dos preços dos combustíveis, enfrenta resistências por parte da classe política e da população.

A agricultura e a pecuária são apontadas como as áreas mais promissoras para a promoção de uma necessária diversificação da economia do Sudão do Sul, tendo em vista a grande disponibilidade de terras férteis no país. Estudos da FAO divulgados por ocasião da independência do Sudão do Sul, em julho de 2011, dão conta de que apenas 4,5% das terras disponíveis para a agricultura são efetivamente cultivadas. Embora o país tenha elevado potencial agrícola, seu baixo aproveitamento faz com que o Sudão do Sul dependa da importação de alimentos, o que aumenta consideravelmente a exposição do país a choques externos.

Desde que alcançou a independência, o Sudão do Sul tem tido aumentos crescentes de ajuda internacional, sobretudo proveniente dos Estados Unidos e da União Europeia. A ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA, no acrônimo em inglês) constitui parcela significativa da economia sul-sudanesa. Segundo dados do Banco Mundial, essa ajuda correspondeu a cerca de $ 165 milhões, em 2015, valor equivalente a mais de 20% da renda nacional. O Sudão do Sul ocupa, desse modo, o 10º lugar no mundo e o 5º na África entre os países com maior porcentagem de ODA em comparação à renda nacional. Os doadores, contudo, têm-se mostrado cautelosos em razão dos persistentes problemas de governabilidade econômica e, sobretudo, diante do quadro de conflito civil em curso no país.

Apesar do recente quadro de queda na produção de petróleo, o Sudão do Sul apresenta balança comercial superavitária desde sua independência. Em 2017, parcela majoritária das exportações sul sudanesas de hidrocarbonetos foi destinada à China (93,5%). Já as principais origens das importações do país foram Quênia (53,8%), China (17,2%) e Paquistão (11,7%). O Brasil consta como o 26º principal fornecedor para a economia sul-sudanesa e o 13º destino de suas exportações.

Comércio bilateral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O comércio bilateral entre Brasil e Sudão do Sul é pouco expressivo e resume-se às exportações brasileiras de aves. A corrente bilateral atingiu o ápice em 2014 ($1,28 milhão) e decresceu desde então, tendo somado, em 2017, apenas $ 216 mil.

Embora o comércio seja ainda reduzido, a estabilização do país no futuro deverá gerar oportunidades comerciais para o Brasil, tendo em vista a competitividade das exportações brasileiras no mercado sul-sudanês.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1821	O otomano Mohamed Ali Pasha domina o Egito e o atual Sudão. Tribos do sul iniciaram contatos com os estrangeiros.
1899	Domínio inglês da região do Sudão. Sul e norte são separados em administrações distintas.
1946	Conferência de Juba decide consolidar em uma só entidade administrativa norte e sul do Sudão.
1954	Início do processo de independência do Sudão com a criação do parlamento.
1955	Motim no Sul dá início à Primeira Guerra Civil sudanesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1956	Independência do Sudão.
1972	Acordo de Adis Abeba põe fim ao conflito civil entre norte e sul. O sul passa a constituir entidade administrativa única a ser administrada com elevado grau de autonomia.
1983	Reinício do conflito civil. É fundado, na Etiópia, o Exército de libertação do Povo do Sudão (SPLA).
1999	Retomada das negociações entre Cartum e rebeldes do sul. Atuação da IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), organismo regional sediado no Djibuti.
2005	Assinatura, em Nairóbi, do Acordo Abrangente de Paz (AAP). Previsão de realização de referendo sobre a secessão do sul, em 6 anos. Retorno imediato da autonomia do Sul. Realização de eleições gerais em 2010. Repartição das receitas do petróleo e o estabelecimento de governo de unidade nacional.
2005/ago	Salva Kiir, fundador do SPLA assume a presidência do governo do Sul do Sudão e a vice-presidência no governo de Unidade Nacional.
2006	Governo do Sul do Sudão adota a Declaração de Juba, que previu a integração de milícias rebeldes ao SPLA.
2010	Reeleição de Salva Kiir como presidente do governo do Sul do Sudão, no âmbito das eleições gerais sudanesas.
2011/jan	Referendo sobre a independência do sul do Sudão, em que mais de 98% dos votos são favoráveis à separação.
2011/mai	Conflitos entre o sul e o norte culminam com a tomada de Abyei pelo Norte. Após acordo para a desmilitarização da região, CSNU criou a Força Interina das Nações Unidas para Abyei (UNISFA).
2011/jul	Independência do Sudão do Sul.
2012/jan	Governo sul-sudanês interrompe fornecimento de petróleo, em razão dos preços cobrados pelo Sudão para o escoamento e embarque do produto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2012/abr	Deterioração da situação na fronteira entre Sudão e Sudão do Sul.
2012/mai	Retomada das negociações entre os dois países.
2012/set	Assinados os Acordos de Adis Abeba, que estabelecem condições para retirada de tropas da região de fronteira, criação de zona desmilitarizada e retomada da produção de petróleo sul-sudanesa.
2013/abr	Retomada da produção de petróleo sul-sudanesa. O Presidente sudanês Omar Al-Bashir realiza a primeira visita a Juba após a independência.
2013/dez	Eclosão do atual conflito civil, opondo forças lideradas pelo presidente Salva Kirr às comandadas pelo ex-vice-presidente Riek Machar.
2014/jan	Sob os auspícios da IGAD, foi assinado o Acordo para a Cessação de Hostilidades, que se tornou uma das principais referências dos esforços de mediação política da crise sul-sudanesa. Não obstante os sucessivos compromissos de cessar-fogo firmados após esse acordo, jamais cessaram os episódios de enfrentamentos entre as partes em conflito.
2015/ago	Sob auspícios da IGAD foi assinado o Acordo sobre a Resolução de Conflito no Sudão do Sul (ARCSS), que previu a formação de Governo Transitório de União Nacional e estipulou prazo até outubro de 2018 para a realização de novas eleições.
2016/abr	Riek Machar retorna a Juba e assume a vice-presidência no novo governo de união. Em julho é demitido e volta ao exílio.
2017/jun	IGAD lança o Fórum de Alto Nível para a Revitalização do ARCSS, para discutir medidas necessárias ao cessar-fogo permanente e à revisão e adoção de cronograma realista para a realização de eleições democráticas.
2017/dez	Assinatura do Acordo sobre Cessação de Hostilidades, Proteção de Civis e Acesso Humanitário.
2018/fev	Início de nova fase da iniciativa da IGAD, ainda inconclusa, em razão da ausência de consenso entre as partes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

9/1/2011	Governo brasileiro envia missão de observadores ao referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul.
9/7/2011	Governo brasileiro é representado na cerimônia de independência do Sudão do Sul pelo então Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos III do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto. Na ocasião, o representante brasileiro assinou, juntamente com o Chanceler sul-sudanês, comunicado conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas do Brasil com o Sudão do Sul.
7/2/2013	Decreto nº 7914 cria a Embaixada brasileira em Juba, cumulativa com Adis Abeba.

ACORDOS BILATERAIS

Não há registros de acordos bilaterais assinados entre Brasil e Sudão do Sul. Em julho de 2011, os dois países assinaram Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas, que é, ainda, o único ato bilateral assinado entre as partes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

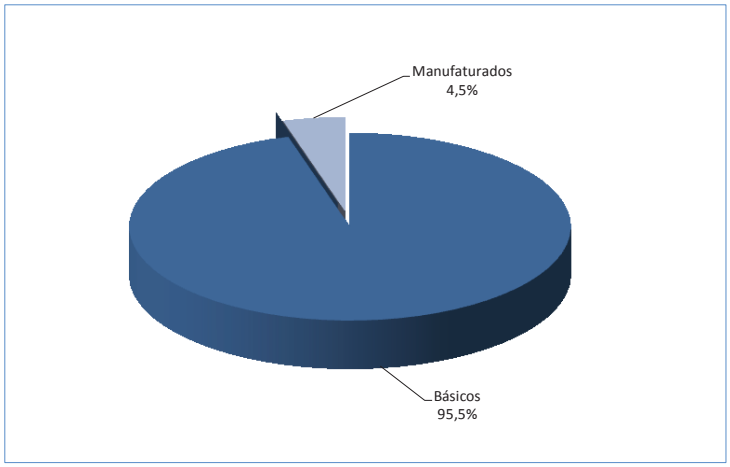
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

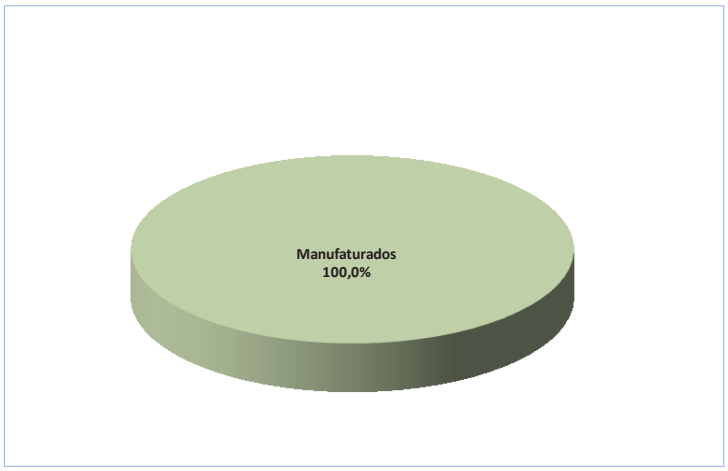
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

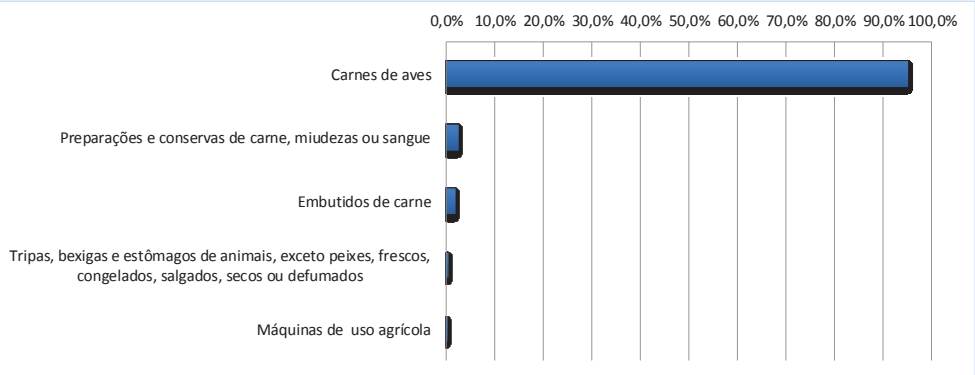
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações brasileiras para o Sudão do Sul (SH4)
US$

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes de aves	507.177	73,3%	240.605	36,2%	182.742	95,1%
Preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue	1.296	0,2%	0	0,0%	4.787	2,5%
Embutidos de carne	7.629	1,1%	3.475	0,5%	3.724	1,9%
Tripas, bexigas e estômagos de animais, exceto peixes, frescos, congelados, salgados, secos ou defumados	1.265	0,2%	0	0,0%	713	0,4%
Máquinas de uso agrícola	0	0,0%	0	0,0%	164	0,1%
Máquinas para terraplanagem	134.065	19,4%	419.274	63,0%	0	0,0%
Máquinas com função própria	0	0,0%	1.924	0,3%	0	0,0%
Ácidos para as indústrias fungicidas, de conservantes e de material de limpeza	40.497	5,9%	0	0,0%	0	0,0%
Produtos comestíveis de origem animal	73	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	**692.002**	**100,0%**	**665.278**	**100,0%**	**192.130**	**100,0%**
Outros	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**
Total	**692.002**	**100,0%**	**665.278**	**100,0%**	**192.130**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017



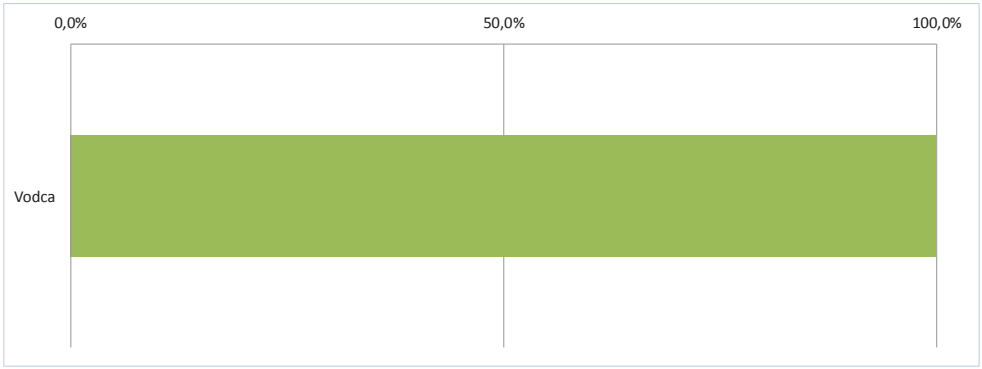
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações brasileiras originárias do Sudão do Sul (SH8)
US$

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Vodca	0	100,0%	0	100,0%	24.756	100,0%
Subtotal	**0**	**100,0%**	**0**	**100,0%**	**24.756**	**100,0%**
Outros	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**
Total	**0**	**100,0%**	**0**	**100,0%**	**24.756**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

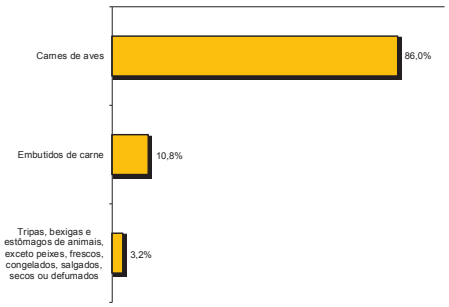


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$

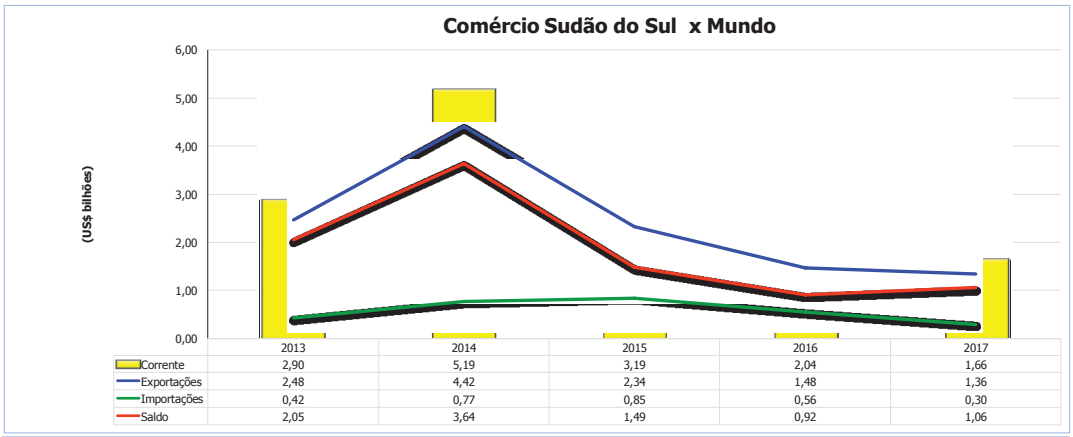
Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-abr)	Part. % no total	2018 (jan-abr)	Part. % no total
Exportações				
Carnes de aves	0	0,0%	58.719	86,0%
Embutidos de carne	0	0,0%	7.399	10,8%
Tripas, bexigas e estômagos de animais, exceto peixes, frescos, congelados, salgados, secos ou defumados	0	0,0%	2.189	3,2%
Subtotal	**0**	**100,0%**	**68.307**	**100,0%**
Outros	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**
Total	**0**	**100,0%**	**68.307**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente	2,90	5,19	3,19	2,04	1,66
Exportações	2,48	4,42	2,34	1,48	1,36
Importações	0,42	0,77	0,85	0,56	0,30
Saldo	2,05	3,64	1,49	0,92	1,06

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

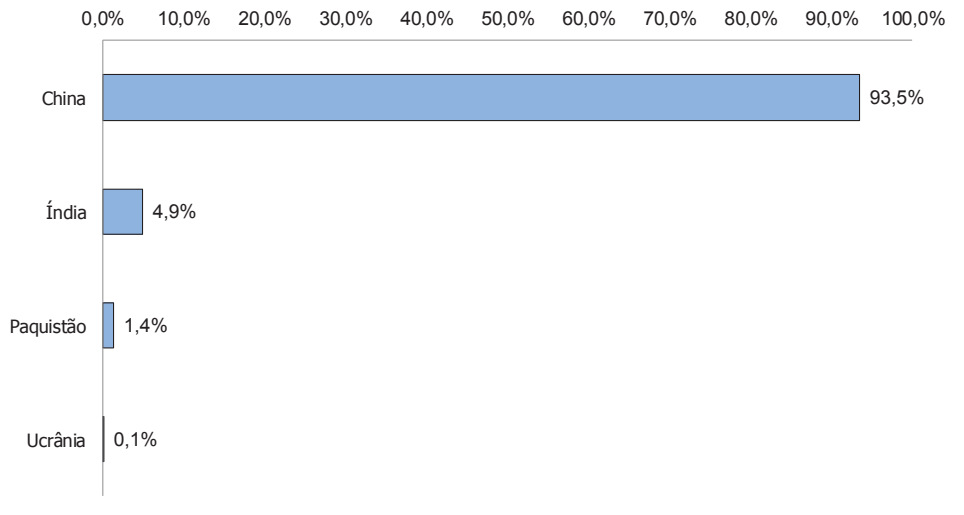
106
Parte integrante do Avulso da MSF nº 60 de 2018.
Página 110 de 115

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais destinos das exportações do Sudão do Sul
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
China	1.269	93,5%
Índia	67	4,9%
Paquistão	19	1,4%
Ucrânia	2	0,1%
...		
Brasil (13º lugar)	**0,03**	***0,0%***
Subtotal	**1.357**	**99,9%**
Outros países	**1**	**0,1%**
Total	**1.358**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

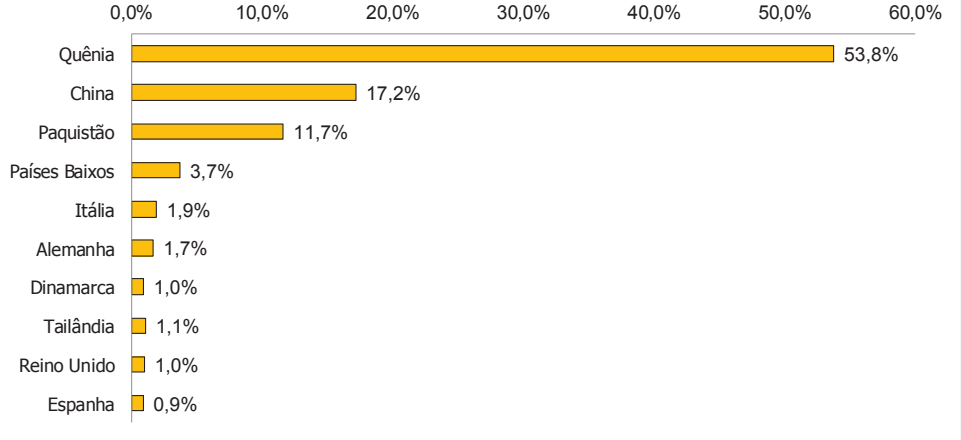


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais origens das importações do Sudão do Sul
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
Quênia	162,0	53,8%
China	51,9	17,2%
Paquistão	35,1	11,7%
Países Baixos	11,3	3,7%
Itália	5,8	1,9%
Alemanha	5,1	1,7%
Dinamarca	2,9	1,0%
Tailândia	3,3	1,1%
Reino Unido	3,1	1,0%
Espanha	2,8	0,9%
...		
Brasil (26º lugar)	***0,2***	***0,1%***
Subtotal	**283,5**	**94,1%**
Outros países	**17,9**	**5,9%**
Total	**301,3**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações do Sudão do Sul (SH4)
US$ milhões

Grupos de Produtos	2017	Part.% no total
Óleos brutos de petróleo	1.329	97,9%
Legumes de vagem, secos, em grão	11,14	0,8%
Algodão cru	6,58	0,5%
Madeira em bruto	6,05	0,4%
Madeira serrada e polida	1,22	0,1%
Turbinas a gás	1,19	0,1%
Subtotal	**1.355**	**99,8%**
Outros	**3**	**0,2%**
Total	**1.358**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais grupos de produtos exportados



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

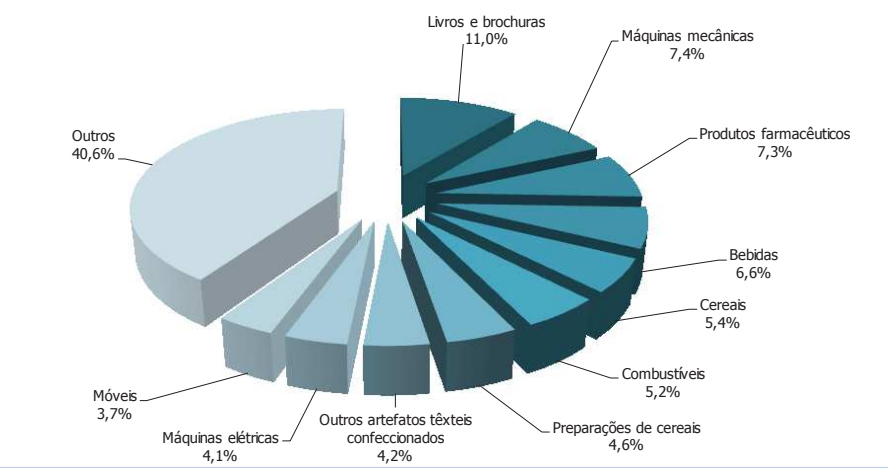
Composição das importações do Sudão do Sul (SH2)
US$ milhões

Grupos de produtos	2017	Part.% no total
Livros e brochuras	33,08	11,0%
Máquinas mecânicas	22,15	7,4%
Produtos farmacêuticos	21,87	7,3%
Bebidas	19,77	6,6%
Cereais	16,37	5,4%
Combustíveis	15,57	5,2%
Preparações de cereais	13,91	4,6%
Outros artefatos têxteis confeccionados	12,62	4,2%
Máquinas elétricas	12,26	4,1%
Móveis	11,30	3,7%
Subtotal	**178,90**	**59,4%**
Outros	**122,41**	**40,6%**
Total	**301,31**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos importados



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aviso nº 321 - C. Civil.

Em 27 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia, e cumulativamente, junto à República do Djibuti e à República do Sudão do Sul.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 61, DE 2018

(nº 357/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mensagem nº 357

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

Os méritos do Senhor Carlos Alfonso Iglesias Puente que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de junho de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EM nº 00155/2018 MRE

Brasília, 20 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE**, ministro de segunda classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE*
CPF.: 281.088.091-34
ID.: 9064 MRE

1963	Filho de José Alfonso Iglesias Puente e de Dirce Carvalho de Iglesias Puente, nasce em Poços de Caldas/MG
Dados Acadêmicos:	
1984	Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
1985	CPCD - IRBr
1994	CAD - IRBr
1994	Mestrado em Ciência Política pela University of Toronto, Canadá
2008	CAE - IRBr, A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento - CTPD - no período 1995-2005.
Cargos:	
1986	Terceiro-secretário
1991	Segundo-secretário
1999	Primeiro-secretário, por merecimento
2005	Conselheiro, por merecimento
2009	Ministro de segunda classe, por merecimento
Funções:	
1986-91	Secretaria Especial de Imprensa, assistente e assessor
1991-95	Consulado-Geral em Toronto, vice-cônsul e cônsul-adjunto
1995-97	Embaixada em Bonn, segundo-secretário
1997-2001	Embaixada em La Paz, segundo-secretário e primeiro-secretário
2001-06	Agência Brasileira de Cooperação, Coordenação-Geral de Acompanhamento Administrativo e Organizacional, e Coordenação-Geral de Acompanhamento de Projetos e de Planejamento Administrativo, coordenador-geral substituto
2005	Missão brasileira de cooperação técnica a Timor-Leste, nas áreas de Justiça, Legislativo, Educação, Saúde e Agricultura, Díli, chefe de delegação
2005-06	Consulado-Geral em Toronto, encarregado do Consulado-Geral em missão transitória
2006-10	Consulado-Geral em Barcelona, cônsul-geral adjunto
2010-12	Embaixada em Luanda, ministro-conselheiro
2012-16	Embaixada em Pretória, ministro-conselheiro
2013	III Forum de Cooperação de Cidades Irmãs e Governos Locais do BRICS, Durban, chefe da delegação
2013	II Forum de Urbanização do BRICS, Durban, chefe da delegação
2016	Embaixada em Dar es Salaam, embaixador do Brasil junto ao governo da República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, junto aos governos da União das Comores e da República de Seicheles, bem como representante do Brasil perante a Comunidade da África Oriental-EAC
Condecorações:	
2013	Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador
Publicações:	

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2010 A Cooperação Técnica Horizontal brasileira como Instrumento da Política Externa, FUNAG, Brasília

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

DADOS BÁSICOS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOME OFICIAL:	República de Moçambique
GENTÍLICO:	moçambicano
CAPITAL:	Maputo
ÁREA:	801 590 km^2
POPULAÇÃO (CENSO 2017):	28.861.863
LÍNGUA OFICIAL:	Português
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo; Islamismo; Protestantismo.
SISTEMA DE GOVERNO:	República Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia da República de Moçambique; Parlamento unicameral, composto por 250 membros, eleitos com mandato de 5 anos
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Filipe Nyusi (desde 15 de Janeiro de 2015)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Carlos Agostinho do Rosário (desde 17 de Janeiro de 2015)
CHANCELER:	José Condungua Pacheco (desde dez/2017)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US$ 12,35 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US$ 37,39 bilhões
PIB *PER CAPITA* (2017)	US$ 418
PIB PPP *PER CAPITA* (2017)	US$ 1.266
VARIAÇÃO DO PIB	4,75% (2017); 3,85% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,416 (180ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	50,3 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	58,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	25,04% (https://tradingeconomics.com/)
UNIDADE MONETÁRIA:	Metical (MZN)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Gamiliel Sepúlveda João Munguambe (*agrément* em 11/06)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 1500 brasileiros residentes em Moçambique

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões, FOB) – Fonte: MDIC

Brasil-Moçambique	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	**110,3**	**42,4**	**85,3**	**146,4**	**148,5**	**74,1**	**88**	**73,7**	**169,5**
Exportações	108,2	40,4	81,2	122,3	123,8	63,9	69,1	50,6	29,9
Importações	2,1	2	4,1	24,1	24,7	10,2	18,9	23,1	139,6
Saldo	**106,1**	**38,4**	**77,1**	**98,2**	**99,1**	**53,7**	**50,2**	**27,5**	**-109,6**

Informação elaborada em 19/06/2018, por Eduardo Roedel. Revisada por Vanessa Dolce de faria em 19/06/2018.

APRESENTAÇÃO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A República de Moçambique, com área superior a 800 mil km² e população de cerca de 29 milhões de habitantes, localiza-se na porção sudeste do continente africano. O país tem fronteiras terrestres com África do Sul, eSwatini (antiga Suazilândia), Zimbábue, Zâmbia, Malawi e Tanzânia. A leste de Moçambique, em frente a seu litoral de mais de 2.500 quilômetros no Oceano Índico, está a ilha de Madagascar.

Moçambique foi colônia de Portugal por mais de quatro séculos, desde que o território foi anexado pelo Império Português em 1505 até a vitória na luta pela independência em 1975. Dois anos após a independência, contudo, o país mergulhou em uma longa guerra civil que só chegaria a termo em 1992. As primeiras eleições presidenciais ocorreram em 1994 e, desde então, o país vem lutando para reconstruir-se e desenvolver-se, mantendo relativa estabilidade social e política.

Em razão de sua posição geográfica, o país recebeu significativa influência da cultura islâmica e, em menor medida, da hindu, que ainda hoje marcam aspectos da vida moçambicana, sobretudo na porção setentrional do território. O país é rico em recursos naturais, sendo que, nos últimos anos, algumas das maiores reservas de gás natural do mundo foram descobertas na província de Cabo Delgado, no extremo norte do país. A companhia Vale possui vultosos investimentos em Moçambique, incluindo mineração de carvão, ferrovias e terminal logístico no porto de Nacala.

PERFIL BIOGRÁFICO

Filipe Jacinto Nyusi - *Presidente da República*



Nascido em 9 de fevereiro de 1959, na província de Cabo Delgado, Filipe Jacinto Nyusi formou-se em engenharia mecânica (na antiga Tchecoslováquia) e administração (na Universidade de Manchester, na Inglaterra). Foi diretor-executivo da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), empresa pública que gere os sistemas ferroviário e portuário do país, tendo sido indicado para o conselho diretor da companhia em 1995.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Foi nomeado Ministro da Defesa em 2008. Em 2012, foi eleito para o Comitê Central da Frelimo. Em março de 2014, foi escolhido – com o apoio do Presidente Armando Guebuza – candidato da Frelimo à presidência de Moçambique nas eleições gerais daquele ano. Eleito em outubro de 2014, tomou posse em janeiro de 2015.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil mantém relações diplomáticas com Moçambique desde 15 de novembro de 1975, ano da independência do país. Em 1º de março de 1976, o então Consulado-Geral do Brasil em Lourenço Marques (antigo nome da capital Maputo) foi transformado na Embaixada do Brasil em Moçambique. A embaixada moçambicana em Brasília, por sua vez, foi aberta em janeiro de 1998.

Moçambique e seu povo têm grandes expectativas em relação ao Brasil. O passado colonial comum, a mesma língua e a forte identidade cultural compõem o pano de fundo a partir do qual a relação bilateral é percebida pelos moçambicanos. O Brasil é visto como país que alcançou estágio de desenvolvimento que permitiria contribuir para a superação de desafios econômicos e sociais em países "irmãos" como Moçambique.

Aliada a essa percepção positiva sobre o Brasil, temos presença ampla e abrangente no país, sobretudo nas áreas de cooperação e investimento. Moçambique é o maior beneficiário de cooperação brasileira, com projetos pioneiros e estruturantes. O estoque de investimentos brasileiros ultrapassa a casa de 9 bilhões de dólares, liderados pela Vale.

Visitas bilaterais

O caráter estratégico das relações bilaterais revela-se pela frequência de visitas de alto nível. O ex-Presidente Lula visitou três vezes o país – em 2003, 2008 e 2010. A ex-Presidente Dilma Rousseff visitou Moçambique em 2011. O então Vice-Presidente Michel Temer visitou Maputo em 2012, no contexto da Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O ex-Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira esteve em Maputo em 2015. O Ministro Aloysio Nunes Ferreira visitou Moçambique em maio de 2017.

Por outro lado, o ex-Presidente moçambicano Armando Guebuza também visitou o Brasil três vezes – em 2007, 2009 e 2012 (no contexto da Rio+20). O Presidente Filipe Nyusi, ainda na condição de candidato à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

presidência, esteve no Brasil em 2014. O ex-Chanceler Oldemiro Balói visitou o Brasil em novembro de 2016, por ocasião da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Cooperação técnica

Moçambique é o maior beneficiário da cooperação brasileira com recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), cobrindo áreas diversificadas (saúde, agricultura, educação, formação profissional, entre outros) e envolvendo projetos estruturantes, tais como a "Fábrica de Antirretrovirais e outros Medicamentos", o "Projeto da Universidade Aberta em Moçambique" e o ProSavana, em parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

As ações de cooperação técnica com Moçambique estão amparadas pelo Acordo Geral de Cooperação, promulgado em 15 de setembro de 1981; entretanto, devido ao intenso programa de cooperação entre os países, um novo acordo mais abrangente foi firmado em 30 de março de 2015, estando, no momento, em tramitação no Congresso Nacional.

Fábrica de Antirretrovirais e Outros Medicamentos – Projeto em que se investiram cerca de R$ 50 milhões, conforme dados do Ministério da Saúde. Foi inaugurada em 2012, quando da visita do então Vice-Presidente Michel Temer a Maputo, por ocasião da IX Cúpula da CPLP. Sua criação, com base em apoio de cooperação Sul-Sul, constitui iniciativa pioneira. Seu objetivo mais amplo é a promoção da autonomia moçambicana na produção de medicamentos essenciais à saúde pública nacional. Beneficia-se de transferência de tecnologia da Fiocruz (principal executora do projeto) e de capacitação técnica prestada pela ABC.

Situação atual da cooperação – Em 15 de março de 2018, o presidente da fábrica, formalmente denominada "Sociedade Moçambicana de Medicamentos" (SMM), foi recebido pelo ministro da Saúde, Ricardo Barros, e pelo secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Marco Fireman, ocasião em que agradeceu o governo brasileiro pelo aporte de R$ 5 milhões para o "Projeto Executivo para a Finalização da Inciativa de Instalação da Fábrica de Medicamentos em Moçambique", concedidos em 2017, e apresentou os avanços obtidos nos últimos meses, com a produção do primeiro lote de paracetamol no país. Após os testes de estabilidade, o medicamento estará disponível para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ministério da Saúde de Moçambique. Com o apoio técnico da Fiocruz, já foram feitos acordos com empresas privadas de Portugal, China e Índia, com o objetivo de receber tecnologia para produzir medicamentos de alto custo. A fábrica produziu, até o momento, lotes de 4 dos 14 medicamentos previstos.

O Ministro Ricardo Barros comunicou ao presidente da SMM a aprovação do apoio brasileiro para aquisição de uma máquina de granulação úmida, que permitirá ampliar o portfólio de remédios produzidos pela fábrica. O equipamento é necessário para que a SMM possa integrar um consórcio que envolve a Fiocruz e a farmacêutica alemã Merck para produção de praziquantel pediátrico, a fim de que se torne a produtora de referência para o continente africano. Há também necessidade de aporte de recursos para o custeio operacional da fábrica, no valor aproximado de US$400 mil para o ano corrente (2018). Além disso, Moçambique necessita fortalecer a formação de recursos humanos para atuar na fábrica, tendo solicitado o envio de um diretor de produção para trabalhar no local por um período de 18 meses, propostas que estão sob análise conjunta da ABC e da Fiocruz.

Em abril de 2018, a fábrica recebeu Certificado de Boas Práticas de Fabricação da Direção Nacional de Farmácia do Ministério da Saúde de Moçambique após vistoria e inspeção daquela direção e da OMS. Esse certificado outorga caráter sanitário à produção industrial. A participação da Fiocruz foi essencial para atingir o resultado positivo.

ProSavana - Inspirado no PRODECER (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), o ProSavana é resultado de parceria entre os governos brasileiro, moçambicano e japonês, para contribuir com o desenvolvimento agrícola e segurança alimentar em Moçambique, implantando-se, na região do Corredor de Nacala, agricultura competitiva, inclusiva e ambientalmente responsável.

Tem como pano de fundo a prioridade que o governo moçambicano atribui à questão agrícola. Os fatos de cerca de 70% da população viver no campo – a maior parte praticando agricultura de subsistência – e de apenas 15% das terras aráveis estarem hoje em produção evidenciam a urgência no aperfeiçoamento de políticas orientadas para o aumento da produtividade agrícola e para a comercialização de excedentes com vistas à geração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empregos e de renda, à segurança alimentar e à substituição de importação de alimentos.

Parte da sociedade civil moçambicana mostra-se contrária ao projeto, sob o argumento de que a iniciativa serviria para usurpar terras dos pequenos agricultores. Nesse contexto, entre outras medidas tomadas no âmbito do projeto, criou-se, em 2016, mecanismo de coordenação da sociedade civil para o desenvolvimento do Corredor de Nacala, que busca promover a incorporação de contribuições de entidades civis, além de mobilizar a atenção de parlamentares moçambicanos para as ações no âmbito do projeto.

Não obstante os esforços para fazer avançar o processo em coordenação com a sociedade civil moçambicana e os avanços alcançados, as críticas ao programa não foram totalmente dissipadas e ainda impõem desafios à sua implementação.

Cooperação Educacional

UAB Moçambique – O projeto, lançado em 2010, busca apoiar os esforços moçambicanos de formação de professores para atuarem em escolas de nível básico e médio, bem como formar quadros, também de nível superior, para atuarem em órgãos do governo, por meio do ensino a distância. Nesse sentido, foram implantados 3 polos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique (Maputo, Beira e Lichinga). Até o final de 2016, 690 alunos moçambicanos graduaram-se em matemática, biologia, pedagogia e administração pública. As cerimônias de colação de grau dos formados em administração pública (curso de menor duração, 4 anos) ocorreram em 2016.

Em 2013, em outro contexto orçamentário de lado a lado, chegou-se a cogitar a expansão do programa, com a previsão de uma segunda fase de formação de novos alunos em nove polos de educação a distância. No entanto, por razões diversas, não se deu seguimento à pretendida extensão. A continuidade do programa será objeto de discussão com o MEC e com a CAPES. A fase I do projeto teve suas atividades acadêmicas encerradas em 31 de dezembro de 2017. Quatro universidades brasileiras estiveram envolvidas nessa fase do projeto: UFF, Unirio, UFJF e UFG.

A Diretoria de Educação a Distância da CAPES comunicou, em 2017, que as ações previstas na segunda fase do Projeto UAB-Moçambique

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deverão ser descontinuadas, tendo em conta que a instituição brasileira, no contexto de restrição orçamentária, envida esforços para priorizar os programas nacionais de formação de professores da educação básica.

Em conversa telefônica com funcionário da Coordenação Geral de Programas e Cursos em Ensino a Distância (CGPC) da Capes, em 18/06/2018, a Divisão de Temas Educacionais do Itamaraty (DCE) foi informada de que a Capes ainda está aguardando o recebimento de relatório da Universidade Federal de Goiás (UFG) para redigir o relatório final da fase I do projeto. Com relação às pendências referentes às bolsas oferecidas aos profissionais moçambicanos participantes da ação, a Capes informou que está em processo de finalização dos compromissos remanescentes. Foi confirmada a informação de que a fase II do projeto não deve ter continuidade.

PEC-G/PEC-PG – Além do projeto UAB Moçambique, no campo educacional há o consagrado Programa de Estudante-Convênio, em nível de graduação e de pós-graduação (PEC-G e PEC-PG), que tem formado moçambicanos no Brasil, muitos dos quais posteriormente atuam em posição de relevo no governo e na esfera privada do país. Moçambique tem sido o principal país africano beneficiado pelo PEC-PG, tendo tido 420 participantes no programa entre 2000 e 2018 (66 somente em 2018). O país também é um dos principais países africanos participantes do PEC-G, tendo enviado 221 estudantes para participar do programa no mesmo período.

ProAfri – O Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) e o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP) moçambicano desenvolveram, com o apoio da Embaixada do Brasil em Maputo e da Divisão de Temas Educacionais do Itamaraty, o Programa de Formação de Professores de Educação Superior de Países Africanos (ProAfri), por meio do qual as universidades que integram o GCUB oferecerão vagas e bolsas de estudo em nível de mestrado e doutorado a professores de instituições de ensino superior de Moçambique.

O edital da primeira edição do ProAfri foi lançado em 13 de março de 2018. 27 universidades brasileiras ofereceram mais de 150 vagas e bolsas para o próximo ano letivo em cursos de pós-graduação para docentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

moçambicanos (a oferta de vagas e bolsas abrange 117 mestrados e 41 doutorados). Por se tratar de programa dedicado ao aprimoramento da qualidade de ensino superior oferecido em Moçambique, as universidades locais deverão obrigatoriamente endossar as candidaturas de seus docentes, de modo a permitir que as instituições de ensino possam orientar as demandas apresentadas ao ProAfri para áreas que sejam consideradas de maior carência ou de caráter estratégico.

O ProAfri tem o potencial de converter-se em valioso aporte ao desenvolvimento de longo prazo de Moçambique, uma vez que se trata de investimento intelectual com elevado potencial multiplicador. O objetivo do ProAfri é dotar Moçambique de autonomia para formação de professores e pesquisadores. Este programa poderá ter significativo impacto sobre a qualificação dos professores universitários moçambicanos.

As contrapartidas devidas pela parte moçambicana, contudo, poderão ser fator limitador do número de candidatos e vagas efetivamente aproveitadas. Cabe às instituições de ensino moçambicanas arcar com as despesas de viagem e seguro médico dos docentes selecionados. As universidades moçambicanas garantirão, ainda, a continuidade do pagamento de parcela dos salários dos professores pelo período em que estiverem no Brasil. Embora o desembolso devido pela parte moçambicana seja modesto, se comparado ao aporte das universidades brasileiras, é necessário ter em mente as carências materiais e o cenário de severas restrições orçamentárias do setor público vigentes em Moçambique.

A principal deficiência da educação superior oferecida no país é justamente a insuficiente qualificação do corpo docente. Na rede pública, a relação entre professores doutores e estudantes de graduação está na casa de um para 250; nas instituições privadas, a situação é pior: um doutor para cada 1200 alunos. Há 48 instituições de ensino superior legalmente constituídas no país, que contam com cerca de 5300 docentes em regime de dedicação integral. Destes, cerca de 540 são doutores e 1700, mestres. Os demais, quase 60% do total, possuem apenas a graduação. Além dos dados absolutos negativos, o sistema de ensino ressente-se da má distribuição dos recursos. As duas mais tradicionais universidades do país, Eduardo Mondlane e Pedagógica, ambas públicas, concentram mais de 80% dos doutores e mestres.

Nesta primeira edição do ProAfri, 224 moçambicanos se candidataram ao programa; desses, 169 foram aprovados na primeira fase

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de análise documental, 115 passaram pela análise de mérito e, ao final do processo, foram aprovados 59 candidatos, sendo 14 mulheres e 45 homens.

UNILAB – A Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB) é uma instituição vinculada ao Ministério da Educação voltada para capacitação das juventudes brasileira e africana, com sede em Redenção, no Ceará, e unidade em São Francisco do Conde, na Bahia. A UNILAB iniciou suas primeiras turmas de graduação em 2011, com a oferta dos cursos de Agronomia, Administração Pública, Ciências da Natureza e Matemática, Enfermagem e Engenharia de Energias e Letras. Participam da seleção nacionais dos PALOPs e de Timor Leste.

Em 2017, foram selecionados 15 alunos moçambicanos para a UNILAB.

Cooperação Educacional-Militar – Moçambique apresenta regularmente candidatos ao Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME), oferecido pelo Estado Maior da Armada (EMA), destinado à formação e ao aperfeiçoamento de Oficiais da Marinha Mercante provenientes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos culturais ou educacionais. O Programa oferece cursos de formação ministrados em português, com a inclusão de custeio de alojamento, alimentação, uniforme, auxílio financeiro, entre outras facilidades proporcionadas ao aluno.

No âmbito do PEPME 2018, foram selecionados 8 moçambicanos para participar dos cursos de graduação de Oficial de Náutica de Navegação (FONT) e de Oficial de Máquinas (FOMQ).

Cooperação em defesa

Há crescente cooperação bilateral na área de defesa, e espera-se que o diálogo na área possa ser fortalecido com a entrada em vigor, em 21/6/2015, do Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em 2009.

É notável, porém, a intensa cooperação em intercâmbio de oficiais para treinamento e capacitação. Nos últimos anos tem crescido o número de Oficiais moçambicanos indicados para cursos no Brasil, tais como o Curso da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), o Curso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Formação de Sargentos da Aeronáutica, o Curso de Estado-Maior da Marinha do Brasil, o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Força Aérea, além de formação na Escola Naval e no Instituto Militar de Engenharia (IME). Além disso, interessa ao Brasil aprofundar o apoio à revitalização de instituições militares moçambicanas, assim como aumentar a parceria na área de Indústria de Defesa.

No âmbito da CPLP, Moçambique participou do Exercício Felino, em setembro de 2017, na AMAN. O objetivo do Exercício Felino foi incrementar a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados-Membros da CPLP e treinar o emprego em operações de apoio à paz e de ajuda humanitária, sob o amparo da Organização das Nações Unidas (ONU). Os treinamentos da série Felino iniciaram-se no ano 2000 e são uma oportunidade de promoção da cooperação, amizade e união entre os países da CPLP. A cada biênio é escolhido um país diferente para sediar o evento.

Intercâmbio de Oficiais para Treinamento e Capacitação **–** Em 2017, 10 militares moçambicanos estiveram participando de cursos de formação no Brasil nas distintas forças armadas. Os referidos militares estiveram na Academia Militar das Agulhas Negras (3); na Escola Naval (1); na Escola de Especialistas da Aeronáutica (2); curso de sargentos de saúde da Escola de Sargentos de Logística (2); no curso de oficial de saúde da Escola de Saúde do Exército (1); e no Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (1 major).

Moçambique criou, em 2011, o Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF) de Moçambique. A instituição militar moçambicana manifestou interesse em estabelecer cooperação com as Escolas de nível estratégico das Forças Armadas brasileiras, com vistas a obter apoio na estruturação da grade curricular dos seus cursos. Há atualmente no ISEDEF, um representante do EB e um da MB como instrutores, fornecendo treinamento em todos os seus cursos.

Em 2017, 33 militares moçambicanos realizaram capacitação na área de segurança de autoridades, envolvendo: (i) a capacitação de 17 integrantes das Forças Armadas de Moçambique em estágio de motociclista militar (com ênfase na função de batedor), a ser organizado pelo Ministério da Defesa do Brasil, realizada entre 13 a 31 de março de 2017; e (ii) a participação de 16 militares em estágio de segurança de autoridades,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

organizado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), que ainda está tramitando o assunto internamente.

A iniciativa foi concebida pelo Presidente da República Filipe Jacinto Nyusi, que, ao visitar o Brasil na condição de candidato à Presidência em agosto de 2014, impressionou-se positivamente com o funcionamento dos serviços brasileiros de segurança de autoridades. O Contra-Almirante Joaquim Mangrasse visitou o Brasil em abril de 2016 para discutir com a então Casa Militar da Presidência da República a possibilidade de cooperação na área. O Chefe da Casa Militar de Moçambique manifestou por Ofício à Embaixada do Brasil em Maputo, em novembro de 2017, o interesse de dar seguimento às ações de cooperação na área.

Produtos de Defesa

Aquisição de Super Tucanos **–** O Governo de Moçambique manifestou interesse, em abril de 2011, na aquisição de três aeronaves A-29 Super Tucano, fabricadas pela Embraer. A empresa encaminhou propostas em 2011, em 2013, e em 2014 e em 2015, incluindo opcionais e treinamento de pilotos e técnicos. No continente africano, a aeronave já foi adquirida pelas Forças Aéreas de Angola, Burkina Faso, Mauritânia e Senegal.

As negociações não avançaram por dificuldades de financiamento das aeronaves.

Cancelamento do processo de doação de três aeronaves (T-27) Tucano **–** Foi anunciada, em 2009, pelo Ministro da Defesa do Brasil, a doação de três aeronaves de treinamento T-27 (Tucano) à Força Aérea de Moçambique, em uma operação que incluiria a formação de pessoal moçambicano para a operação dos aviões. A mensagem presidencial que solicita aprovação do Congresso Nacional para a doação foi encaminhada em 21 de outubro de 2013, como PL 6646/13.

No entanto, em 30 de agosto de 2016, o Governo brasileiro retirou o PL de tramitação, fato que mereceu grande repercussão na imprensa moçambicana. Por essa razão, o Governo brasileiro expressou, em oportunidades distintas, não ter havido mudança de orientação da política externa quanto à África, que segue sendo prioridade do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esclareceram que o cancelamento da doação, cuja justificativa está na mensagem oficial que acompanha o projeto de lei que cancelou as referidas doações e é de conhecimento público, respondeu a motivações de caráter meramente técnico e orçamentário. Ademais, afirmaram que o Ministério da Defesa está empenhado em buscar novas formas de cooperação com Moçambique, como o provimento de mais vagas para capacitação de militares em cursos no Brasil.

Está em fase de estudos, pela Chefia de Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, um pacote de medidas de reforço da cooperação com Moçambique no campo da Defesa, de modo a refletir a prioridade que o Brasil confere aos laços de amizade com todos os países da CPLP, e em especial com Moçambique. Essas medidas, entretanto, não teriam cunho compensatório de qualquer espécie. Como já exposto à parte moçambicana, a doação das aeronaves não se concretizou por questões técnicas, e que provavelmente representariam custos elevados à força aérea daquele país.

Centro de Análise Estratégica da CPLP **–** O Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE/CPLP) é o único organismo internacional com sede em Maputo do qual o Brasil faz parte. O órgão dedica-se a pesquisa, estudos e difusão de conhecimentos em matéria de defesa entre os membros da CPLP. Uma das principais atividades do CAE/CPLP tem sido a realização de seminários e encontros entre militares, representantes civis dos Ministérios da Defesa e diplomatas dos Estados-membros da CPLP representados em Maputo, com a eventual extensão de convite a não membros.

Nos referidos seminários, debatem-se temas relacionados à segurança internacional, como terrorismo e estratégias de defesa, ao papel das forças armadas e outras temas de interesse no segmento de defesa da CPLP.

O Conselho Consultivo do CAE reúne-se a cada mês de fevereiro, em reuniões que contam com a participação de representantes dos núcleos nacionais do CAE CPLP, que estão lotados em seus países de origem e funcionam como elo de ligação entre os Ministérios da Defesa de cada Estado-membro e o órgão do bloco lusófono. Nas reuniões, apresentam-se relatórios de prestação de contas e apontam-se rumos para a atuação futura do CAE CPLP.

Cooperação em Energia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Moçambique é um dos países com maior potencial energético da África. Possui grandes reservas estimadas de carvão (23 bilhões de toneladas) e de gás natural (mais de 180 trilhões de pés cúbicos), além de elevado potencial de geração de energias renováveis, como eólica (4.700 MW), solar (2.700 MW) e bioenergia (2.200 MW).

Ademais, o país é o sétimo maior produtor de energia hidrelétrica na África subsaariana (2.187 MW) e apresenta um dos maiores potenciais hidrelétricos no continente (19.000 MW), ainda pouco aproveitado, o que representa boa perspectiva para investimentos, tanto na construção de usinas quanto na implantação de linhas de transmissão, no que o país é particularmente carente.

A despeito do potencial energético, somente 40% (dados do governo, de 2014) da população de Moçambique tem acesso à eletricidade, apesar de o país produzir mais eletricidade do que necessitaria para o consumo interno - grande parte da produção moçambicana é destinada a vizinhos da África Austral, sobretudo a África do Sul. Estima-se que mais de 94% (2015) da população dependa de biomassa tradicional para cozinhar. Além de ineficiente, o uso acentuado dessas fontes tradicionais de energia causa impactos ambientais, como degradação florestal, e de saúde pública, quando utilizados para cocção alimentar. Quanto à geração elétrica, a maior parte advém de fontes renováveis, principalmente de usinas hidrelétricas (86%, 2015).

Moçambique apresenta forte aptidão agrícola, havendo grande potencial de produção de biocombustíveis, em razão de condições agroclimáticas favoráveis e da disponibilidade de terras aráveis (mais de 60 milhões de hectares), além de localização geográfica privilegiada para o escoamento da produção para Ásia e Europa e proximidade com a África do Sul, importante mercado potencial. Pode-se destacar o potencial do país para produção de bioetanol a partir de cana-de-açúcar, especialmente tendo em vista a existência de quatro grandes usinas de açúcar já instaladas no país, uma delas, a Açucareira de Sena, na província de Sofala, controlada pelo grupo brasileiro Guarani. Segundo levantamento da Fundação Getúlio Vargas no âmbito de estudo de viabilidade de produção de biocombustíveis em Moçambique (publicado em 2013), bastaria o uso de 0,8% das terras aráveis do país para que se produzisse o etanol necessário para suprir a demanda interna de mistura de 10% na gasolina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O uso da biomassa para a produção de combustíveis de transportes e cogeração de eletricidade, contudo, ainda é incipiente. Apesar de a legislação moçambicana prever a mistura de 10% de etanol à gasolina (E10), o governo tem enfrentado obstáculos para sua implementação, principalmente devido à carência de capacitação técnica em áreas como fiscalização e regulação.

Relações com o Brasil

Diante das oportunidades e dos desafios relacionados ao setor energético moçambicano, o Brasil apresenta grande potencial para cooperação e parceria, devido à experiência na regulação, em investimentos e na produção de distintas fontes de energia.

Nesse contexto, o Memorando de Entendimento (MdE) sobre a Cooperação na Área de Energias Renováveis, constitui importante instrumento para a ampliação da cooperação bilateral entre Brasil e Moçambique. O referido MdE foi firmado em 30 de março de 2015, após expiração, em 2011, do Memorando de Entendimento na Área de Biocombustíveis, de 2007. O novo MdE atualiza os objetivos da cooperação bilateral e conta com escopo mais amplo, ao incluir não somente biocombustíveis, mas também bioenergia e energias novas e renováveis em geral, como eólica, solar e hidroeletricidade. O documento também cria um Grupo de Trabalho bilateral, com o objetivo de promover e coordenar suas atividades.

Em uma primeira reunião exploratória do Grupo de Trabalho sobre Energias Renováveis (GTER), por videoconferência, em 20 de abril de 2016, as partes buscaram estabelecer entendimento para a construção conjunta de uma agenda de prioridades, que poderia, em princípio, incluir: o exame da possibilidade de desenvolvimento de projeto de cooperação técnica Brasil-Moçambique na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis, biogás, biomassa e co-geração elétrica; estudo de viabilidade de empreendimento em biocombustíveis e bioenergia; possibilidades de cooperação nas áreas de energia eólica e solar (incluindo mapeamento de potencial eólico e solar); dentre outros. Problemas técnicos, contudo, dificultaram a conclusão satisfatória dessa primeira reunião. Futuros encontros do GTER deverão debater formas de avançar na implementação paulatina da agenda, priorizando iniciativas que atendam ao interesse mútuo e à disponibilidade de cada parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ademais, Moçambique é um dos países fundadores da Plataforma para o Biofuturo, iniciativa de cunho multilateral, lançada, sob liderança do Brasil, durante a UNFCCC COP22 (Marraquexe, 16/11/2016). A iniciativa abrange 20 países engajados na ampliação dos mercados e aprofundamento da inovação em biocombustíveis avançados e biomateriais. A cooperação multilateral nesse tema é importante complemento à cooperação bilateral com o Brasil.

Gás Natural **–** a confirmação, em 2011, de vultosas reservas de gás natural na Bacia do Rovuma, no extremo norte do país, e o projeto de liquefação de gás deverão posicionar Moçambique entre os maiores exportadores mundiais de gás. Além das oportunidades que poderão surgir para empresas brasileiras nesse processo, o Brasil poderá seguir contribuindo com Moçambique no compartilhamento de experiências. Registre-se, nesse contexto, que teve lugar, em 2014, missão da Direção Nacional de Combustíveis do Ministério da Energia de Moçambique ao Brasil para conhecer o marco legal e a experiência brasileira na produção e consumo de gás natural veicular (GNV).

Em 13 de junho de 2018, foi realizado em Maputo o I Seminário Brasil-Moçambique de Petróleo e Gás, com participação de autoridades, empresários e pesquisadores de ambos os países. Estão previstos investimentos de até US$ 60 bilhões nos próximos anos nos campos de exploração de gás na Bacia do Rovuma, – o Brasil, no momento, ainda não conta com empresas envolvidas diretamente nos consórcios responsáveis pela exploração do gás em Moçambique. No seminário, foram debatidos temas diversos como os aspectos regulatórios, as políticas de conteúdo nacional e as parcerias com empresas que atuam no ramo de medições e certificações para a indústria do gás e do petróleo.

Investimentos

A presença econômica brasileira em Moçambique é marcante e diversificada. Segundo dados do Ministério da Planificação e Desenvolvimento de Moçambique, o Brasil é hoje o maior investidor estrangeiro no país. Teve papel crucial na construção desse cenário a participação da Vale no projeto do Corredor Logístico Integrado de Nacala. Estima-se que o investimento total da mineradora em Moçambique ultrapasse a casa dos US$ 8 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não há registro de fluxos recentes de investimentos moçambicanos no Brasil.

Corredor Logístico de Nacala – A Vale desenvolve em Moçambique seu segundo maior conjunto de investimentos no mundo, o projeto Moatize/Nacala, com valor total estimado em US$ 8,3 bilhões - que fica atrás, tão-somente, dos investimentos da mineradora em Carajás (PA). A operação da mina de Moatize foi iniciada em março de 2012.

Em jan/2017, a VALE fechou acordo para a venda de parte dos ativos do Corredor de Nacala à japonesa Mitsui, aprovado pelos governos moçambicano e malawiano. A operação era condição indispensável para a conclusão do projeto. Pelo acordo, a Mitsui adquiriu 15% da participação da Vale na mina de carvão de Moatize (a Vale detinha 95% da participação acionária da mina) e 50% dos 70% de participação da Vale no Corredor de Nacala, com o pagamento de US$ 770 milhões à VALE em contrapartida.

Em maio de 2018, a empresa divulgou comunicado informando que, pela primeira vez desde o início das operações em Moçambique, a empresa registrou caixa positivo. O resultado foi motivado pela alta do preço internacional do carvão e o aumento do volume produzido na mina de Moatize, que dobrou em relação a 2016. Foram pagos, no ano passado, US$ 30 milhões em "royalties" ao Estado moçambicano, alta de 200% em relação aos US$ 10 milhões pagos em 2016.

A extração de carvão da mina de Moatize, na província de Tete, somou, em 2017, 11,2 milhões de toneladas, comparados aos 5,6 milhões de toneladas em 2016, um crescimento de 100%. A previsão para 2018 é de extração de 15 milhões de toneladas. A mina de Moatize produz dois tipos de carvão, o térmico, vendido para termoelétricas, e o metalúrgico, usado na produção de aço. Os principais compradores são o Brasil e a Índia.

A apreciação do metical frente ao dólar em 2017 diminuiu o serviço da dívida em dólar, que soma cerca de US$ 8 bilhões, o que teve impacto positivo no resultado financeiro da empresa. O acumulado do resultado líquido da Vale Moçambique, no entanto, continua negativo, em 380 bilhões de meticais, cerca de US$ 6,3 bilhões.

O Corredor Logístico de Nacala, com extensão de 912 quilômetros (sendo 237 atravessando o território do Malawi), vem permitindo o aumento de produção e de competitividade do carvão moçambicano ao estabelecer uma capacidade de movimentação de 18 milhões de toneladas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de carvão por ano, a partir da mina de Moatize, atravessando o sul do Malawi, até chegar ao litoral nordeste de Moçambique, ponto em que o carvão passa a ser encaminhado aos mercados globais. A ferrovia também deverá transportar carga geral e, possivelmente, passageiros, incrementando o fluxo de pessoas, bens e serviços de Moçambique e do Malawi, com potencial redução de custos em importações e exportações de ambos os países. A inauguração oficial do Corredor de Nacala contou com a participação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, no dia 12 de maio de 2017.

A Vale Moçambique informou ainda, no comunicado, que emprega 6.427 trabalhadores, sendo 92% moçambicanos. Reiterou o compromisso com a sustentabilidade da operação e com o desenvolvimento social local. Ressaltou que possui cerca de 14 programas de gestão ambiental, incluindo qualidade do ar, gestão de ruídos, reabilitação de áreas degradadas, gestão de recursos hídricos, gestão de resíduos, monitoramento de fauna e flora, salvaguarda do patrimônio arqueológico e educação ambiental. Nos programas sociais, foram beneficiadas 1.028 pessoas, em projetos de avicultura, horticultura, doação de cabeças de gado e implantação de moageira para o fabrico de ração.

Além do Corredor de Nacala, a Vale também opera, em regime de concessão, a Linha do Sena, corredor logístico que liga a operação da mina de Moatize ao porto de Beira, compreendendo uma linha ferroviária de 575 km com capacidade de transporte de 6 milhões de toneladas de carga por ano. A referida linha também transporta passageiros.

Barragem de Moamba Major

A construção da barragem está a cargo da Andrade Gutierrez, com financiamento de US$ 320 milhões pelo BNDES e contrapartida local de US$ 110 milhões. Embora o BNDES tenha efetuado o desembolso de adiantamento no valor de US$ 64 milhões, possibilitando o início da obra, o lado moçambicano não fez o desembolso da contrapartida inicial de US$ 22 milhões, e os trabalhos têm sido mantidos em ritmo reduzido.

As parcelas do financiamento brasileiro vêm sendo pagas pelo governo de Moçambique, ainda que com atraso. O BNDES avalia a possibilidade de que haja liquidação antecipada do contrato, com saldo das pendências e transferência das obrigações de crédito barragem a terceiro agente financeiro (provavelmente, o China-Eximbank).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Financiamento às obras do Aeroporto de Nacala

As obras do Aeroporto de Nacala foram executadas pela Odebrecht e contaram com financiamento do BNDES no valor de US$ 125 milhões. A operação foi aprovada pelo Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações (COFIG) em 2010. A entidade tomadora do empréstimo foi a estatal moçambicana Aeroportos de Moçambique (ADM).

Embora as obras já tenham sido concluídas, o financiamento do BNDES, com prazo de 15 anos, ainda está sendo pago. As parcelas vencidas em 15/11/2016, 15/5/2017 e 15/11/2017, no valor aproximado de US$ 22,5 milhões, encontram-se em atraso, o que ensejou o "default financeiro" de Moçambique com o Brasil, levando o BNDES a acionar o Seguro de Crédito à Exportação do FGE.

Missão técnica do BNDES visitou Maputo em novembro de 2017, a fim de negociar o pagamento da dívida por parte de Moçambique. A dívida permanece, entretanto, pendente.

Programa Mais Alimentos (PMAI)

Em outubro de 2015, foram entregues as máquinas e equipamentos agrícolas brasileiros referentes à primeira tranche (US$ 32,5 milhões) do financiamento para Moçambique no âmbito do PMAI. Moçambique, no entanto, encontra-se inadimplente com outros financiamentos contratados junto ao governo brasileiro, e essa situação inviabiliza a aprovação de tranches futuras.

Comércio bilateral

Em 2017, o intercâmbio comercial bilateral alcançou US$169,5 milhões, sendo que, pela primeira vez desde o ano 2000, o saldo da balança comercial foi negativo para o Brasil (-US$109,67 milhões) – reflexo direto das operações da Vale em Moçambique, que geraram aumento das exportações de carvão (extraído das minas de Moatize) para US$136 milhões (97,7% do total), comparadas a US$21 milhões em 2016 e a US$17 milhões em 2015. Além do carvão mineral, tabaco não manufaturado compõe o segundo item da pauta de importações do Brasil, somando US$173 mil (2,2% do total).

As exportações brasileiras para Moçambique são diversificadas, somando, em 2017, US$29,9 milhões, sendo que o principal item da pauta de exportações foi óleo de soja (31% do total, com valor de US$9,2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

milhões), seguido de correias de transmissão (10% da pauta, US$3,1 milhões) e carne de frango (8,5% da pauta, US$2,5 milhões). O Brasil é o 25º maior exportador para Moçambique, com fatia de 0,6% do total das importações moçambicanas.

Acordos em trâmite

Acordo de Previdência Social – O acordo previdenciário, a exemplo dos outros acordos previdenciários bilaterais firmados pelo Brasil, visa a garantir o direito à previdência social previsto na legislação de ambos os países, provendo arcabouço legal comum quanto às obrigações e direitos previdenciários. O tempo de contribuição em um dos dois países é considerado como tempo de contribuição no outro, de tal forma que gere benefícios em ambos os países, proporcional ao tempo de contribuição em cada um deles. O acordo foi assinado pelos ministros Aloysio Nunes Ferreira e seu homólogo moçambicano em maio de 2017, estando atualmente sob análise do Ministério da Fazenda (desde novembro de 2017).

Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (AFCI)

O Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos assinado em março de 2015 aguarda ratificação pelo lado moçambicano.

Acordo de Cooperação Técnica

Assinado em março de 2015, está em tramitação no Congresso Nacional.

Informações consulares.

Estima-se em 1500 o número de brasileiros vivendo em Moçambique. O perfil da comunidade é formado por representantes do governo e de empresas brasileiras, por missionários e por cônjuges de nacionais moçambicanos(as).

POLÍTICA INTERNA

Colônia portuguesa por mais de 400 anos, Moçambique tornou-se independente em 1975. No entanto, o país viu-se mergulhado em guerra civil que opôs a Renamo (Resistência Nacional de Moçambique) ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

governo da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) até 1992, quando se assinou Acordo de Paz.

O fato de o Acordo de Paz ter sido implementado sem maiores turbulências conferiu prestígio internacional ao país. A realização de eleições multipartidárias (1994, 1999, 2004, 2009 e 2014) de forma regular, democrática e pacífica; o pleno funcionamento da Assembleia da República; e a liberdade de expressão, religiosa e de associação chegaram a situar Moçambique na posição de país modelo, a ser emulado por Estados em situação pós-conflito.

Apesar do Acordo de Paz e da realização regular de eleições, os desentendimentos entre a Frelimo e a Renamo nunca foram inteiramente superados. Persistem desavenças em certos assuntos, tais como o desarmamento total da Renamo e a incorporação de suas forças residuais nas Forças Armadas de Moçambique.

Poder Legislativo

A Assembleia da República de Moçambique é um parlamento unicameral, com 250 membros eleitos diretamente por um sistema de representação proporcional em lista fechada para mandatos de cinco anos. A última eleição legislativa foi realizada em outubro de 2014, sendo que, atualmente, três partidos estão representados no parlamento moçambicano: Frelimo (144 cadeiras), Renamo (89 cadeiras) e MDM (Movimento Democrático de Moçambique – 17 cadeiras).

Últimas eleições, recrudescimento de confrontos e negociações diretas

Nas eleições presidenciais e legislativas realizadas em 2014, o candidato da Frelimo, o ex-Ministro da Defesa Filipe Nyusi, sagrou-se vencedor com 57% dos votos. Afonso Dhlakama, líder histórico da Renamo e candidato pelo partido foi o segundo colocado com 37%. O novo presidente tomou posse em jan/2015. Os resultados foram contestados pela Renamo. Dhlakama anunciou que os deputados eleitos pelo partido (89 ao todo) não tomariam posse, e iniciou périplo pelas províncias do centro-norte do país para convencer a população local da ocorrência de fraudes eleitorais e para propor a formação de um "governo de gestão", no qual outros partidos, além de Renamo e Frelimo, poderiam participar. Propunha, igualmente, em tom mais virulento, governar, pela força, nas províncias onde os resultados lhe foram favoráveis, designadamente Sofala, Manica, Zambézia, Tete, Nampula e Niassa, todas na região Centro-Norte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do país. A bancada da Renamo chegou a submeter ao parlamento projeto que previa a possibilidade de o partido indicar os Governadores onde obteve maioria de votos nas eleições (em Moçambique, os governadores são indicados pelo Presidente da República). O projeto não passou no parlamento.

Menos de um mês após sua posse, o presidente Nyusi engajou-se diretamente em negociações com Afonso Dhlakama, ainda sob a égide do Acordo de Cessação das Hostilidades Militares de setembro de 2014. Com a lentidão das negociações, o abandono gradual do acordo de 2014 e a eclosão de novos enfrentamentos no interior do país, os contatos pessoais do presidente com Dhlakama foram escasseando até serem interrompidos e só vieram a ser retomados em dezembro de 2016. No fim daquele ano, foi decretada trégua provisória que foi sendo renovada até 4 de maio de 2017, quando foi convertida em cessar-fogo por prazo indeterminado, ainda vigente.

Situação atual – Acordo de descentralização e morte de Afonso Dhlakama

Em fevereiro de 2018, o presidente Filipe Nyusi anunciou ter sido alcançado consenso entre o governo moçambicano e a Renamo sobre projeto de revisão constitucional relativo à descentralização político-administrativa do Estado moçambicano. Será mantido o sufrágio universal e direto para a escolha do presidente da República, bem como dos membros da Assembleia da República, das Assembleias Provinciais e das Assembleias Autárquicas. Já os governadores provinciais, hoje cargos livremente providos pelo presidente, continuarão a ser nomeados pelo chefe de estado, que deverá, no entanto, observar a indicação de nome feita pelo partido, pela coligação partidária ou pelo grupo de cidadãos que lograr maioria nas Assembleias Provinciais. O governo central manterá o controle, nas províncias, das matérias de sua competência, como a definição de limites territoriais, a defesa nacional, a vigilância de fronteiras, as relações internacionais, a emissão de moeda, a exploração de recursos minerais, a produção de energia, tributos e a segurança pública. Além do governador, as províncias passarão a contar com um secretário de estado, a ser apontado pelo presidente como seu representante nas províncias.

No dia 3 de maio de 2018, o líder da Renamo Afonso Dhlakama faleceu em seu local de refúgio na Serra da Gorongosa, o que despertou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

preocupações sobre a viabilidade da implementação do acordo alcançado entre Dhlakama e Nyusi. Contudo, apesar da incerteza gerada com o falecimento de Dhlakama, a revisão constitucional foi aprovada pelo parlamento moçambicano no final de maio, após acordo entre a Frelimo e os demais partidos sobre o regime de transição aplicável à nomeação de administradores distritais. As mudanças na estrutura política das províncias começam a ser implementadas a partir das eleições gerais de outubro de 2019, devendo consolidar-se até as eleições de 2024.

No âmbito do processo de paz, permanece em aberto o tópico da integração do braço armado da Renamo nas Forças de Defesa e Segurança de Moçambique. As lideranças parlamentares da Frelimo e da Renamo lançaram apelos, em intervenções durante a sessão parlamentar que analisou a revisão constitucional, pela continuidade das discussões sobre o tema. A propósito, a Renamo informou, na sequência das sessões parlamentares, que já retomou o diálogo de paz com o governo depois da morte de Dhlakama.

Refugiados

No contexto do recrudescimento dos enfrentamentos entre as Forças de Defesa e Segurança (FDS) de Moçambique e membros armados da Renamo, verificou-se aumento no deslocamento de moçambicanos em direção ao Malawi. Em poucos meses, chegou a ser estimado em 20.000 o número de refugiados moçambicanos na África do Sul, Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Esse número reduziu-se significativamente ao longo do segundo semestre de 2016, sendo que atualmente estima-se haver cerca de 6.000 refugiados moçambicanos no Zimbábue e cerca de 3.000 no Malawi.

Ataques na Província de Cabo Delgado

Desde abril de 2017, a província de Cabo Delgado, no extremo norte de Moçambique, tem sido palco de ataques contra a população, repartições públicas e forças de segurança, possivelmente perpetrados por grupos adeptos de correntes radicais do islã. A presença muçulmana no norte de Moçambique remonta a vários séculos, e o convívio entre seguidores de diferentes correntes religiosas tradicionalmente vinha ocorrendo de maneira tolerante e pacífica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O descontentamento com a pobreza extrema e a crescente desesperança parecem ter contribuído para o lançamento de jovens às correntes radicais, possivelmente influenciadas por clérigos fundamentalistas baseados no sul da Tanzânia. Entre o fim de maio e o início de junho, novos ataques deixaram cerca de vinte mortos na região, incluindo crianças e mulheres. O presidente Filipe Nyusi – nascido na região – tem sido criticado por não ter obtido sucesso em fomentar a pacificação da região. A difusão de segmentos radicais do islã na região parece estar ligada a diversos fatores que vão desde a perda de influência política e econômica das antigas elites muçulmanas, passando pela crescente repressão policial às escolas islâmicas e mesquitas consideradas extremistas, até a desilusão com a aventada perspectiva de melhora na qualidade de vida e dos serviços públicos após a chegada de vultosos investimentos estrangeiros na região, que se seguiram às descobertas de importantes reservas de gás natural no vale do Rovuma.

POLÍTICA EXTERNA

Moçambique confere especial atenção às relações com os países de seu entorno regional. Outra vertente prioritária da política externa moçambicana é a relação com os chamados doadores tradicionais, que há muito tempo vinham financiando, em boa medida, o funcionamento do Estado moçambicano - até a interrupção da ajuda na esteira do episódio dos chamados "empréstimos ocultos" (ver seção "Economia"). Embora Moçambique venha buscando alternativas à sua dependência dos países desenvolvidos (China, por exemplo), ainda prevalece a percepção de que não há condições de prescindir do apoio dos doadores tradicionais.

África do Sul

Entre os parceiros africanos de Moçambique, a África do Sul ocupa posição de destaque. Embora as relações diplomáticas oficiais entre os dois países tenham sido estabelecidas apenas após o fim do *apartheid*, as intensas relações econômicas fazem da África do Sul o principal parceiro de Moçambique no continente africano.

Atualmente, a África do Sul é o principal parceiro comercial, absorvendo aproximadamente 20% das exportações moçambicanas e respondendo por quase 30% das importações moçambicanas (principal vendedor ao país), que se concentram em energia e automóveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apesar de intenso, o relacionamento bilateral vive, por vezes, momentos de tensão, como aquele vivido em abr/2015, quando o linchamento de emigrante moçambicano nos arredores de Joanesburgo, durante onda de xenofobia no país vizinho, gerou forte reação do governo Nyusi e pedido de desculpas formal por parte do presidente sul-africano.

Malawi

As relações entre Moçambique e Malawi são historicamente tensas. Durante a luta de independência moçambicana, o Malawi, sob a presidência de Hastings Banda, aliado das potências ocidentais na região, adotou postura ambígua, criando passivo que compõe importante elemento de fundo nas relações bilaterais.

A navegabilidade dos rios Shire (Malawi) e Zambeze (Moçambique) até o Índico constitui o principal foco de desentendimentos entre os dois países, havendo controvérsias no que diz respeito à sua utilização: enquanto o Malawi pretende utilizá-lo como outra forma (além da forma rodoviária por território moçambicano) de escoar sua produção e se conectar aos mercados internacionais, Moçambique demonstra interesse em continuar explorando seu potencial hidrelétrico (o que poderia comprometer a navegabilidade dos rios), além de demonstrar o velado desejo de manutenção do corredor terrestre para escoamento da produção malawiana, antevendo possível queda de receitas auferidas em taxas portuárias no porto moçambicano da Beira. Moçambique argumenta, ademais, não serem os rios naturalmente navegáveis, o que demandaria altos investimentos de dragagem, com forte impacto ambiental.

O presidente moçambicano Filipe Nyusi visitou o Malawi em maio de 2016, por ocasião de cimeira tripartite entre os dois países e a Zâmbia. Na ocasião, Nyusi visitou campos onde se encontravam refugiados moçambicanos que escaparam dos enfrentamentos militares e bloqueios de estrada nas regiões Centro e Norte de Moçambique. A questão dos refugiados adicionou novo atrito à tumultuada relação entre Moçambique e o Malawi, que chegou a ameaçar os refugiados moçambicanos de expulsão, situação hoje aparentemente contornada.

Nesse contexto, os investimentos da Vale no Corredor Logístico de Nacala, que atravessa parte do território malawiano, podem contribuir para o arrefecimento das tensões, na medida em que abrem oportunidades para o escoamento de produção agrícola do Malawi e ampliam os mercados de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

seus produtos, fomentando maior cooperação logística entre o Malawi e Moçambique.

Rússia

Moçambique encontrou-se na zona de influência soviética desde a independência, em 1975, até 1987, quando, após a recusa pela União Soviética de sua entrada no Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON, alcunhado de "Plano Marshall soviético), abandonou o socialismo e aproximou-se do governo de Ronald Reagan, adotando o Plano de Reestruturação Econômica no início da gestão do ex-presidente Joaquim Chissano (1985-2005).

Nos últimos anos, na esteira do crescente interesse russo por fazer-se mais presente na África, Moçambique e Rússia ensaiaram movimentos de reaproximação que culminaram com a assinatura de importantes acordos, sobretudo na área de cooperação militar, tendo a Rússia oferecido treinamento de pessoal e equipamentos militares para o governo moçambicano. Em novembro de 2017, a Rússia anunciou o perdão de 90% da dívida moçambicana (herdada em boa medida do período soviético), convertendo o restante (cerca de US$140 milhões) em créditos para projetos de cooperação.

Em março de 2018, o chanceler russo Sergei Lavrov foi recebido pelo presidente Filipe Nyusi e por seu homólogo moçambicano, José Pacheco. Em declarações à imprensa, as autoridades dos dois países confirmaram o interesse da empresa russa Rosneft em explorar as reservas de gás no norte de Moçambique – em consórcio também integrado pela Exxon Mobil. No final de maio último, o chanceler José Pacheco retribuiu a visita, tendo reiterado em Moscou a intenção de aprofundar os projetos de cooperação tanto na área de defesa quanto nos investimentos da Rosneft no norte de Moçambique.

Outro tema relevante no relacionamento bilateral diz respeito aos empréstimos do banco russo VTB a empresas moçambicanas, no chamado escândalo das "dívidas ocultas" – contraídas sem os requisitos formais exigidos pela legislação do país africano e que culminaram com a suspensão dos financiamentos por parte de diversos organismos internacionais, vitais para o orçamento moçambicano. A revelação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empréstimos e a consequente suspensão de importantes fontes de financiamentos causou graves problemas à economia moçambicana.

China

Nos últimos anos, a China tornou-se um dos principais credores de Moçambique e ampliou sua presença no país, que já era destinatário de tratamento preferencial chinês entre os países africanos de língua portuguesa. Notícias de imprensa dão conta de que, no período de 2000 a 2014, a China destinou a Moçambique 6,5 bilhões de dólares em cooperação e realizou investimentos da ordem de 1,6 bilhão.

O Presidente moçambicano realizou, em maio de 2016, visita à China, primeira visita de Chefe de Estado moçambicano àquele país em 3 anos. Durante a visita, ficou consolidada "parceira estratégica abrangente de cooperação" entre os dois países, e repisaram-se compromissos que preveem, entre outros aspectos, a concessão de 16 milhões de dólares para a aquisição de 80 ônibus para transporte público, a abertura de 200 poços artesianos e a construção de centro cultural sino- moçambicano, bem como doação chinesa de 10 mil toneladas de arroz em apoio à segurança alimentar de Moçambique.

Portugal

Os dois países mantêm relação cordial, ainda sob o espectro do passado colonial. Nada que impeça ser Portugal um dos principais investidores externos no país e manter com Moçambique um dinâmico intercâmbio educacional e cultural. Portugal é o interlocutor mais acessível a Moçambique no grupo de apoio programático ao orçamento moçambicano.

Em sua primeira visita de Estado como Presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa esteve em Maputo, em maio de 2016, o que bem denota a prioridade atribuída pela política externa portuguesa a Moçambique. Disso também é ilustrativo o fato de Rebelo de Sousa ter proposto a Nyusi, no atual momento de dificuldade econômica vivido no país, o estabelecimento de parceria estratégica, ainda que não se tenha especificado o conteúdo dessa possível relação privilegiada.

Estados Unidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os Estados Unidos anunciaram a suspensão de sua ajuda financeira direta a Moçambique, seguindo os passos de outros atores internacionais (FMI, Banco Mundial, União Europeia e outros). Ao justificar o anúncio, o Governo norte-americano manifestou preocupação com empréstimos secretos contraídos por empresas estatais moçambicanas (seção "economia").

Japão

O Japão é um dos grandes doadores e provedores de cooperação para o país. No entanto, alinhando-se com a posição dos países desenvolvidos e das instituições de Bretton Woods, pôs freios ao avanço do relacionamento com o país, em razão do escândalo do endividamento secreto de estatais moçambicanas (seção "economia"). Até que a auditoria externa ora em curso elucide o destino dos recursos malversados e os responsáveis pelas operações, os empréstimos japoneses a Moçambique estão suspensos.

União Europeia

Moçambique recebe expressivo apoio financeiro por parte da União Europeia. Em conjunto com os Estados-Membros, o bloco responde por cerca de dois terços da ajuda internacional ao país.

A ajuda europeia a Moçambique obedece aos termos do Acordo de Cotonou, que, assinado em 2000 e revisto em 2005 e 2010, rege a cooperação entre o bloco europeu e seus Estados-membros, de um lado, e os países do grupo ACP (África, Caribe e Pacífico), do outro. Sob a égide do Acordo de Cotonou, o Programa Indicativo Nacional para Moçambique do XI Fundo Europeu de Desenvolvimento previu recursos da ordem de 734 milhões de euros para o período de 2015 a 2020, com foco em boa governança e desenvolvimento rural.

A União Europeia integra o grupo de apoio programático ao orçamento moçambicano. Em razão do episódio em torno de empréstimos secretos contraídos por estatais moçambicanas, o bloco europeu anunciou a suspensão de sua ajuda financeira direta a Moçambique.

ECONOMIA

Moçambique vem enfrentando difícil situação financeira. A depreciação do metical, os elevados índices inflacionários, a queda no preço das commodities (especialmente o carvão, que apenas recentemente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tem dado sinais de melhoras) e a deterioração das contas públicas compõem cenário de grande pressão sobre o governo moçambicano. Como pano de fundo, heranças recebidas da administração anterior – sobretudo a dívida decorrente de polêmicos "empréstimos secretos", que não passaram por canais oficiais de aprovação – reduziram substancialmente a capacidade de financiamento do Estado e constituem o cerne das mais graves questões econômicas hoje enfrentadas pelo país.

O caso EMATUM e as "dívidas ocultas"

O caso EMATUM consiste na contratação, em 2013, de uma dívida de US$ 850 milhões junto a instituições financeiras suíças e russas pela EMATUM (empresa estatal moçambicana de pesca de atum) para a aquisição de embarcações francesas para as suas atividades. A dívida recebeu, em sua integralidade, garantia do Tesouro moçambicano. No entanto, do total contratado, somente US$ 350 milhões foram efetivamente destinados à aquisição de embarcações de pesca; os US$ 500 milhões restantes teriam sido destinados à compra de equipamento militar, com vistas ao estabelecimento de um novo sistema de defesa marítima.

O caso EMATUM, que inicialmente parecia isolado, acabou por desdobrar-se em extenso escândalo de "dívidas ocultas". Isso porque se descobriu, posteriormente, que as dívidas contraídas pelo Estado moçambicano para fins militares, e sem seguir os trâmites legais e políticos necessários, seriam muito maiores do que valor inicialmente reconhecido (US$ 500 milhões), chegando a algo em torno de US$ 2 bilhões. As "dívidas ocultas" não foram submetidas ao Parlamento, não passaram pelos demais canais de aprovação em Moçambique, nem foram comunicadas ao FMI, com quem o país obtivera um empréstimo em fins de 2015. A situação levou a grave crise financeira e de confiança. Em mai/2016, o FMI suspendeu os desembolsos referentes ao empréstimo de 2015, no que foi seguido por Estados Unidos e membros do G14 - Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, União Europeia, Canadá e países europeus - , que suspenderam a ajuda direta ao orçamento. FMI e parceiros passaram a exigir a realização de auditoria "internacional e independente" das dívidas ocultas para a eventual retomada do apoio ao país.

Impasse Fiscal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sem os desembolsos do FMI e sem a ajuda dos parceiros internacionais (que colaboram com aproximadamente 1/3 do orçamento), Moçambique vê-se mergulhado em crise fiscal, cuja gravidade poderia ser aliviada, no curto prazo, exatamente por meio da retomada desse apoio financeiro. Ocorre que a retomada desse apoio está condicionada ao retorno da dívida pública (que chega a 130% do PIB, de acordo com recente estudo da Standard & Poor´s) a níveis sustentáveis, constituindo situação de verdadeiro impasse: Moçambique, necessitando do urgente retorno do apoio externo, insiste em reestruturar as "dívidas ocultas", elemento necessário para recuperar a sustentabilidade da dívida; os credores, por sua vez, recusam-se a negociar antes da conclusão da auditoria das dívidas, processo atualmente em curso.

Há vozes dentro do governo, com indícios de assentimento implícito do FMI, favoráveis a marcar uma separação entre o conjunto das dívidas ocultas e aquelas de natureza bilateral (oficial), como as referentes às obras do aeroporto de Nacala e da barragem de Moamba Major, com o fim de trazer a dívida do país a níveis considerados sustentáveis.

Gás Natural

Se, no curto prazo, o governo moçambicano deposita esperanças na reestruturação da dívida e na normalização das relações com o FMI e demais parceiros, no longo prazo parece apostar nas receitas decorrentes da futura exploração do gás natural na província de Cabo Delgado.

Confirmadas em 2011, as imensas jazidas de gás natural da Bacia do Rovuma poderão fazer do país o terceiro maior exportador mundial do produto. As estimativas são de que os investimentos relacionados à exploração do gás chegariam, no longo prazo, à impressionante cifra de US$ 100 bilhões - montante muitas vezes superior ao PIB moçambicano (US$14,8 bilhões, em 2015, conforme últimos dados do Banco Mundial). Caso se confirmem os investimentos estrangeiros, o impacto na economia local deverá ser enorme. O FMI estima crescimento do PIB superior a 20% no primeiro ano após o início da comercialização do gás, que é esperado, no entanto, somente a partir 2022-2023.

A descoberta de uma das maiores jazidas de gás do mundo deverá ser o elemento mais importante do desenvolvimento econômico de Moçambique nos próximos anos. Ademais dos investimentos diretamente ligados à extração do gás e à sua exportação sob a forma liquefeita (GNL),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

toda uma série de oportunidades de investimento deverá surgir em outras áreas, como a infraestrutura, os transportes, a construção civil e os serviços em geral, que pode ser, inclusive, do interesse de empresas brasileiras.

Crescimento econômico

A taxa de crescimento do PIB moçambicano foi de 2,95% em 2017 (frente a 3,76% no ano anterior). Os dados refletem as dificuldades econômicas enfrentadas por Moçambique nos últimos anos, com forte desaceleração do crescimento, quando comparados ao crescimento registrado nos primeiros anos da década, na casa de 7% do PIB anualmente. O fraco desempenho é explicado pelo Banco Mundial em termos da queda de produção decorrente da tensão político-militar e dos eventos climáticos; e da redução das despesas de investimento e consumo resultante de fatores como a política monetária restritiva adotada a partir do segundo semestre de 2016, a contenção da despesa pública e a suspensão da ajuda externa que se seguiu ao escândalo das dívidas ocultas. Com o início do retorno dos investimentos na exploração de gás natural no norte do país, prevê-se um salto no PIB moçambicano a partir dos primeiros anos da próxima década.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1962	Nacionalistas moçambicanos exilados reúnem-se na Tanzânia e formam a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), liderada por Eduardo Mondlane.
1974	Revolução dos Cravos em Portugal. Novo governo português concorda com o fim do império. Portugal e FRELIMO assinam o Acordo de Lusaca.
1975	Moçambique se torna independente. A FRELIMO governa o país sob regime de partido único. Samora Machel é o Presidente da República.
1976	A capital Lourenço Marques passa a ser chamada Maputo. Forças da RENAMO, grupo de oposição à FRELIMO, são armadas e treinadas pelo Governo segregacionista de Ian Smith (Rodésia). Moçambique impõe sanções econômicas à Rodésia.
1977	A FRELIMO adota a doutrina marxista-leninista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1980	Com o fim do regime de Ian Smith na Rodésia, a RENAMO passa a ser apoiada pela África do Sul.
1984	O cessar-fogo é rompido e a RENAMO retoma as hostilidades.
1986	PR Samora Machel morre e é substituído por Joaquim Chissano.
1989	A FRELIMO abandona o marxismo.
1990	O Governo emenda a constituição e estabelece o multipartidarismo. Têm início as negociações entre o Governo e a RENAMO.
1992	PR Chissano e o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, assinam Acordo de Paz em Roma; estabelecida Missão de Paz da ONU para Moçambique (ONUMOZ).
1994	Chissano é reeleito.
1995	Moçambique se torna membro da *Commonwealth*.
Dez/99	Chissano derrota Dhlakama nas eleições presidenciais.
Jun/02	Chissano anuncia que não concorrerá a um terceiro mandato e a FRELIMO escolhe Armando Guebuza, veterano da independência, como candidato em 2004.
Fev/05	Guebuza vence Afonso Dhlakama nas eleições; na posse, o Governo brasileiro é representado pelo ex-Vice-Presidente José Alencar.
Jul/06	Banco Mundial cancela a maioria da dívida de Moçambique.
Fev/07	PR Hu Jintao visita Maputo e promete linha de crédito especial para as áreas de saúde, agricultura e infraestrutura.
Out/09	Eleições presidenciais, parlamentares e provinciais; Guebuza é reeleito.
Out/12	O líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, aquartela-se em antiga base militar do partido
Dez/2012	Governo aceita instituir mecanismo de diálogo com a RENAMO, porém diálogo esbarra em impasses.
Out/2013	Enfrentamentos entre a RENAMO e o governo atingem seu ápice.
Jan/2014	Retomada do diálogo político entre governo e RENAMO.
Ago/2014	Governo e RENAMO assinam declaração de cessação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	hostilidades.
Out/2014	Realizam-se eleições presidenciais e legislativas em Moçambique. Filipe Nyusi (Frelimo) é eleito presidente.
Jan/2015	RENAMO boicota a abertura do parlamento por contestar o resultado das eleições e ameaça criar governo paralelo.
Abril/2016	FMI e outros doadores suspendem ajuda a Moçambique após revelações das dívidas ocultas contraídas por Moçambique.
Jan-Ago/2017	Negociações diretas entre Filipe Nyusi e Afonso Dhlakama para definir modelo de descentralização do país.
Out/2017	Início dos ataques na Província de Cabo Delgado. Governo fecha mesquitas consideradas extremistas.
Fev/2018	Filipe Nyusi anuncia ter chegado a acordo com RENAMO sobre modelo de descentralização.
Maio/2018	Afonso Dhlakama, líder histórico da RENAMO, falece em seu refúgio na Serra da Gorongosa.
Maio/2018	Parlamento aprova revisão constitucional sobre descentralização política em Moçambique.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1975	Moçambique conquista a independência (25/jun); Brasil e Moçambique estabelecem relações diplomáticas (31/dez).
Jan/76	Abertura da Embaixada do Brasil em Maputo.
Jun/80	Visita do Ministro Saraiva Guerreiro a cinco países africanos, incluindo Moçambique.
Jan/98	Abertura da Embaixada de Moçambique no Brasil.
Jul/00	Visita oficial do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso a Maputo (III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP).
Jun/01	Visita oficial do ex-Presidente Joaquim Chissano a Brasília; o Presidente moçambicano participou também da Cúpula do Mercosul, em Assunção.
Ago/02	Visita do ex-Presidente Joaquim Chissano a Brasília (IV Cúpula da CPLP).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mar/03	Visita do ex-Ministro Celso Amorim a Maputo.
Nov/03	Visita oficial do ex-Presidente Lula a Maputo. Assinado o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Saúde, com vista à construção de laboratório para fabricação de medicamentos antirretrovirais genéricos.
Ago-set/04	Visita oficial do ex-Presidente Joaquim Chissano a Brasília, quando foi assinado acordo para o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique com o Brasil, no valor de US$ 280 milhões.
Mar/05	Visita do ex-Ministro Celso Amorim a Maputo.
Set/07	Visita do Presidente Armando Guebuza ao Brasil, na condição de convidado de honra nas comemorações do Dia da Independência.
Set/08	Visita do MNE Oldemiro Balói a Brasília.
Out/08	Visita do ex-Presidente Lula a Maputo; inauguração da sede provisória do Escritório da FIOCRUZ-África.
Jul/09	Visita do PR Guebuza ao Brasil.
Dez/09	Aprovação pela CAMEX e pelo COFIG de mecanismo de financiamento do BNDES para obras de infraestrutura em Moçambique, no valor de US$ 300 milhões.
Jun/10	V Reunião da Comissão Mista Bilateral, em Brasília.
Nov/10	Visita do ex-PR Lula a Maputo; inauguração da fase inicial de operações da Fábrica de Antirretrovirais e lançamento oficial dos três primeiros polos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique.
Jun/11	Visita do MNE Oldemiro Balói a Brasília.
Out/11	Visita da PR Dilma Rousseff a Maputo.
Abr/12	Visita do PM Aires Ali ao Brasil.
Jul/12	Visita do VPR Michel Temer a Maputo, por ocasião da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
Mar/2013	Presidente Dilma Rousseff encontra-se com seu homólogo moçambicano à margem da V Cúpula dos BRICS, em Durban.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ago/2014	Filipe Nyusi, então candidato à Presidência de Moçambique, realiza visita ao Brasil.
Março/2015	Ministro de Estado Mauro Vieira visita Maputo, ocasião em que é assinado novo Acordo de Cooperação.
Maio/2017	Ministro de Estado Aloysio Nunes Ferreira visita Maputo.

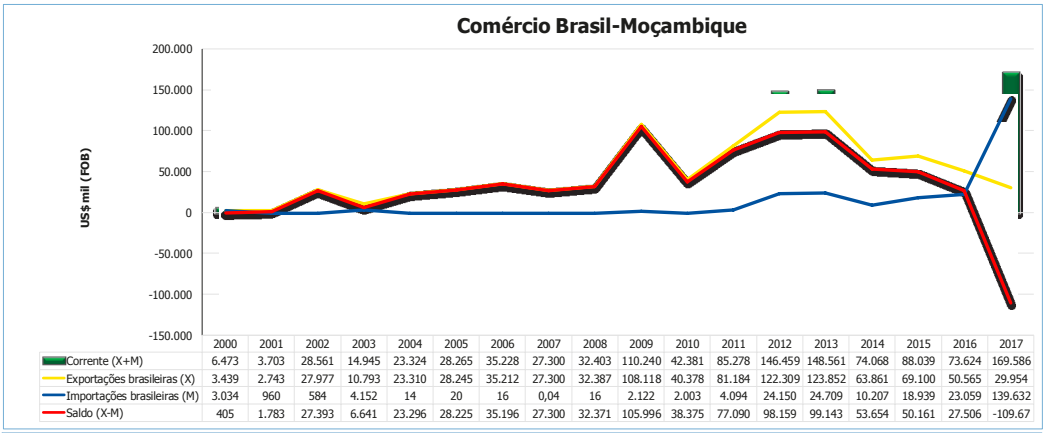
MAPA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS COMERCIAIS



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente (X+M)	6.473	3.703	28.561	14.945	23.324	28.265	35.228	27.300	32.403	110.240	42.381	85.278	146.459	148.561	74.068	88.039	73.624	169.586
Exportações brasileiras (X)	3.439	2.743	27.977	10.793	23.310	28.245	35.212	27.300	32.387	108.118	40.378	81.184	122.309	123.852	63.861	69.100	50.565	29.954
Importações brasileiras (M)	3.034	960	584	4.152	14	20	16	0,04	16	2.122	2.003	4.094	24.150	24.709	10.207	18.939	23.059	139.632
Saldo (X-M)	405	1.783	27.393	6.641	23.296	28.225	35.196	27.300	32.371	105.996	38.375	77.090	98.159	99.143	53.654	50.161	27.506	-109.67

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2018.

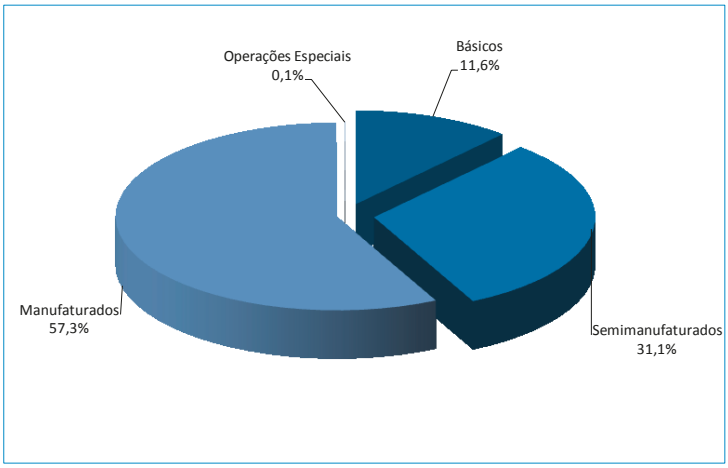
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mai)	8.778	41.979	50.757	-33.200
2018 (jan-mai)	7.251	86.223	93.474	-78.972

39
Parte integrante do Avulso da MSF nº 61 de 2018.
Página 42 de 109

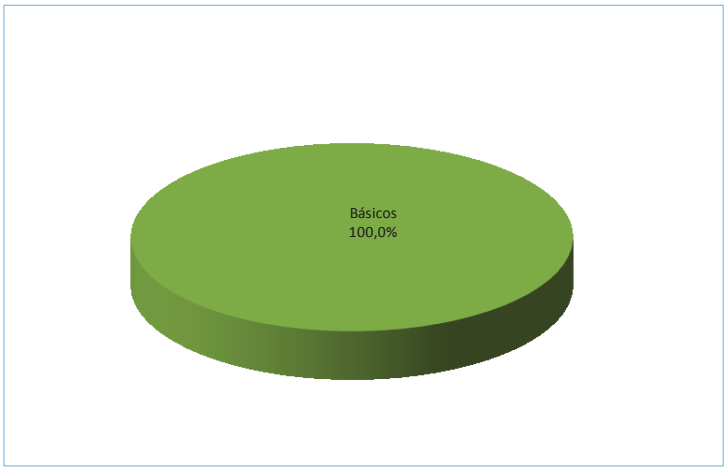
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Junho de 2018.

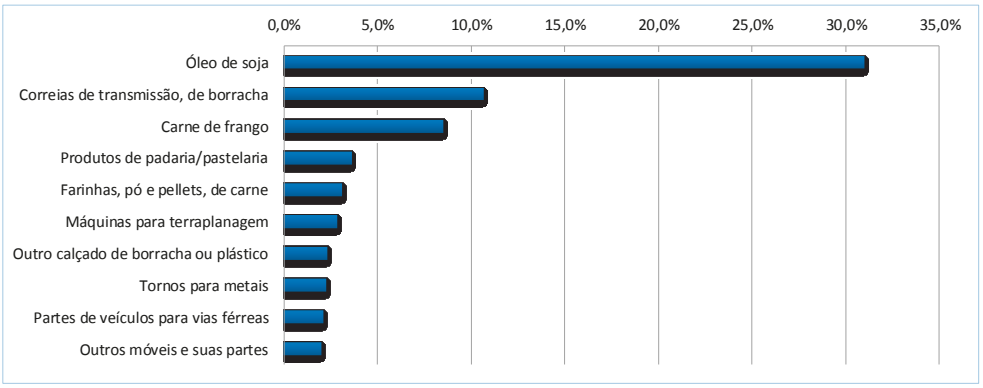
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações brasileiras para Moçambique (SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Óleo de soja	0	0,0%	30.163	59,7%	9.284	31,0%
Correias de transmissão, de borracha	42	0,1%	1	0,0%	3.198	10,7%
Carne de frango	8.858	12,8%	3.980	7,9%	2.550	8,5%
Produtos de padaria/pastelaria	1.310	1,9%	763	1,5%	1.091	3,6%
Farinhas, pó e pellets, de carne	931	1,3%	800	1,6%	929	3,1%
Máquinas para terraplanagem	164	0,2%	0	0,0%	856	2,9%
Outro calçado de borracha ou plástico	923	1,3%	362	0,7%	686	2,3%
Tornos para metais	0	0,0%	0	0,0%	671	2,2%
Partes de veículos para vias férreas	157	0,2%	106	0,2%	625	2,1%
Outros móveis e suas partes	781	1,1%	556	1,1%	592	2,0%
Subtotal	**13.166**	**19,1%**	**36.731**	**72,6%**	**20.482**	**68,4%**
Outros	**55.934**	**80,9%**	**13.834**	**27,4%**	**9.472**	**31,6%**
Total	**69.100**	**100,0%**	**50.565**	**100,0%**	**29.954**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017



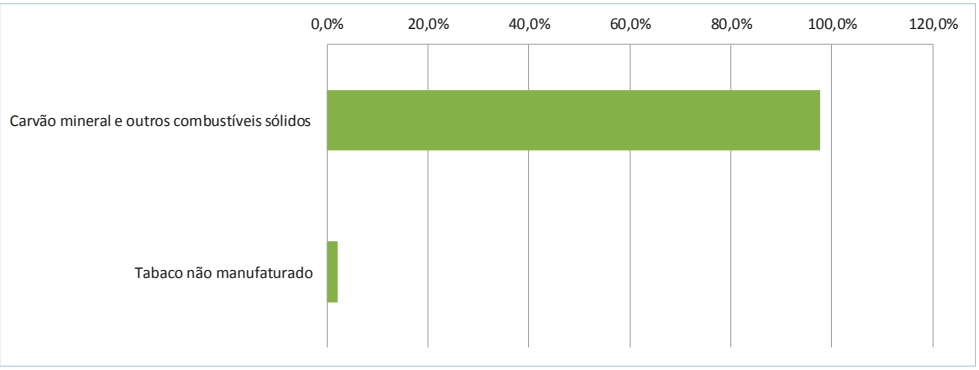
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações brasileiras originárias de Moçambique (SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carvão mineral e outros combustíveis sólidos	17.483	92,3%	21.614	93,7%	136.438	97,7%
Tabaco não manufaturado	1.374	7,3%	1.244	5,4%	3.021	2,2%
Subtotal	**18.857**	**99,6%**	**22.858**	**99,1%**	**139.459**	**99,9%**
Outros	**82**	**0,4%**	**201**	**0,9%**	**173**	**0,1%**
Total	**18.939**	**100,0%**	**23.059**	**100,0%**	**139.632**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

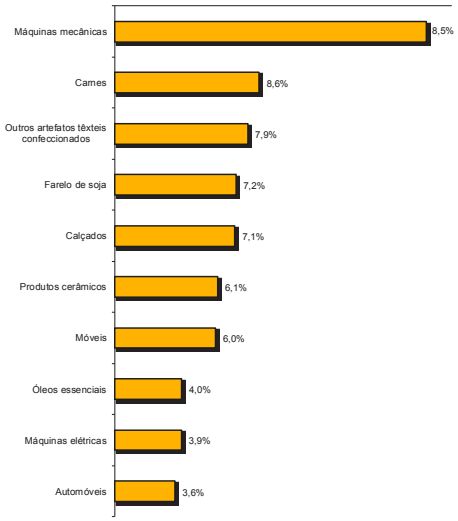


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil

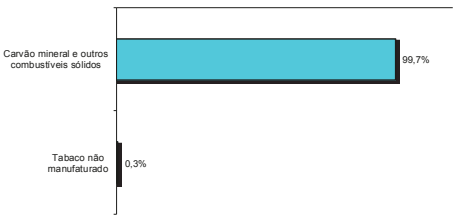
Grupos de produtos (SH2)	2017 (jan-mai)	Part. % no total	2018 (jan-mai)	Part. % no total
Exportações				
Máquinas mecânicas	1.389	15,8%	1.343	18,5%
Carnes	1.109	12,6%	621	8,6%
Outros artefatos têxteis confeccionados	0	0,0%	572	7,9%
Farelo de soja	343	3,9%	521	7,2%
Calçados	261	3,0%	517	7,1%
Produtos cerâmicos	342	3,9%	442	6,1%
Móveis	233	2,7%	433	6,0%
Óleos essenciais	134	1,5%	287	4,0%
Máquinas elétricas	97	1,1%	286	3,9%
Automóveis	81	0,9%	259	3,6%
Subtotal	**3.989**	**45,4%**	**5.281**	**72,8%**
Outros	**4.789**	**54,6%**	**1.970**	**27,2%**
Total	**8.778**	**100,0%**	**7.251**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018



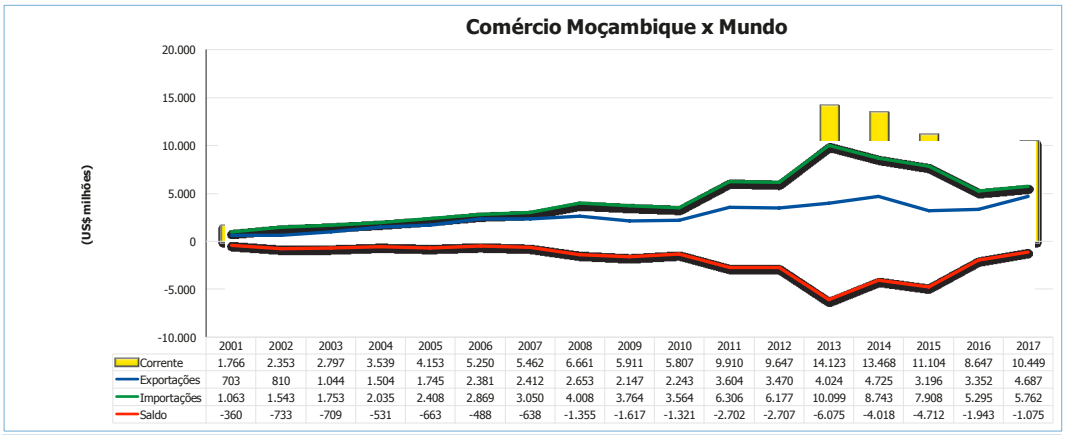
Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-mai)	Part. % no total	2018 (jan-mai)	Part. % no total
Importações				
Carvão mineral e outros combustíveis sólidos	39.542	94,2%	85.922	99,7%
Tabaco não manufaturado	2.395	5,7%	284	0,3%
Subtotal	**41.937**	**99,9%**	**86.206**	**100,0%**
Outros produtos	**42**	**0,1%**	**17**	**0,0%**
Total	**41.979**	**100,0%**	**86.223**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente	1.766	2.353	2.797	3.539	4.153	5.250	5.462	6.661	5.911	5.807	9.910	9.647	14.123	13.468	11.104	8.647	10.449
Exportações	703	810	1.044	1.504	1.745	2.381	2.412	2.653	2.147	2.243	3.604	3.470	4.024	4.725	3.196	3.352	4.687
Importações	1.063	1.543	1.753	2.035	2.408	2.869	3.050	4.008	3.764	3.564	6.306	6.177	10.099	8.743	7.908	5.295	5.762
Saldo	-360	-733	-709	-531	-663	-488	-638	-1.355	-1.617	-1.321	-2.702	-2.707	-6.075	-4.018	-4.712	-1.943	-1.075

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

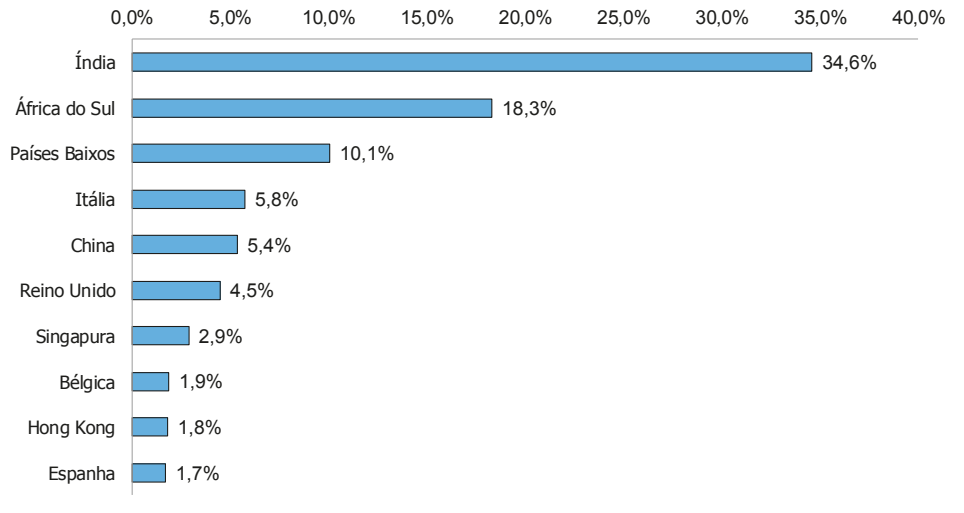
44
Página 47 de 109 Parte integrante do Avulso da MSF nº 61 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais destinos das exportações de Moçambique
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
Índia	1.622	34,6%
África do Sul	859	18,3%
Países Baixos	472	10,1%
Itália	270	5,8%
China	252	5,4%
Reino Unido	211	4,5%
Singapura	136	2,9%
Bélgica	89	1,9%
Hong Kong	86	1,8%
Espanha	81	1,7%
...		
Brasil (65º lugar)	**0,9**	***0,02%***
Subtotal	**4.079**	**87,0%**
Outros países	**608**	**13,0%**
Total	**4.687**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

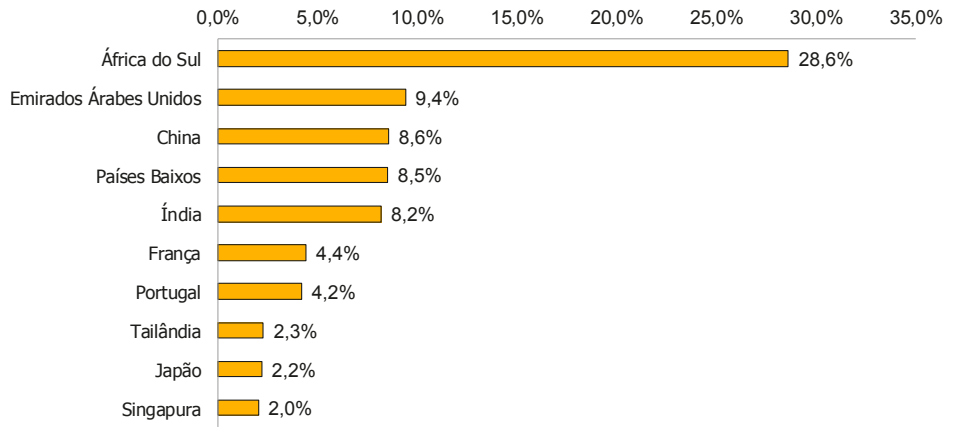


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais origens das importações de Moçambique
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
África do Sul	1.649	28,6%
Emirados Árabes Unidos	542	9,4%
China	493	8,6%
Países Baixos	491	8,5%
Índia	471	8,2%
França	255	4,4%
Portugal	242	4,2%
Tailândia	132	2,3%
Japão	127	2,2%
Singapura	117	2,0%
...		
Brasil (25º lugar)	***33***	***0,6%***
Subtotal	**4.552**	**79,0%**
Outros países	**1.210**	**21,0%**
Total	**5.762**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

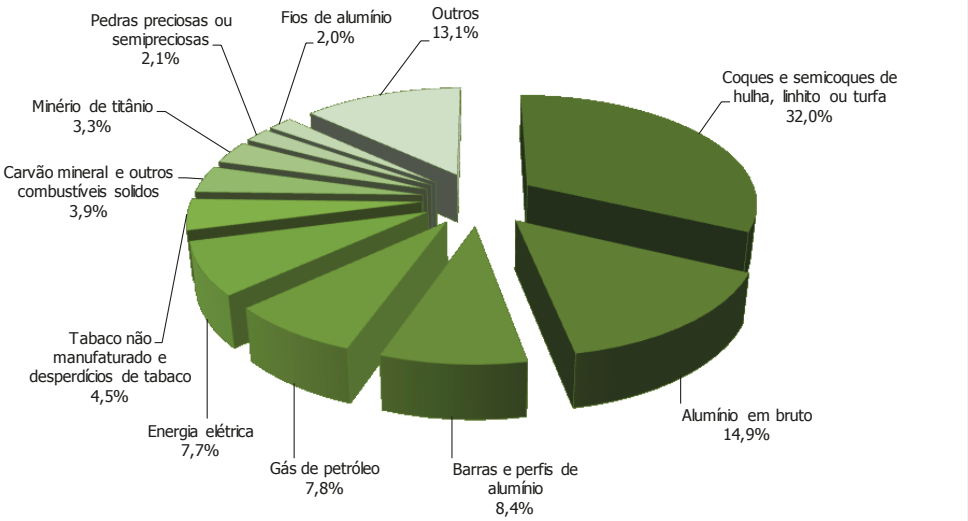


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações de Moçambique (SH4)
US$ milhões

Grupos de Produtos	2017	Part.% no total
Coques e semicoques de hulha, linhito ou turfa	1.502	32,0%
Alumínio em bruto	700	14,9%
Barras e perfis de alumínio	396	8,4%
Gás de petróleo	365	7,8%
Energia elétrica	361	7,7%
Tabaco não manufaturado e desperdícios de tabaco	212	4,5%
Carvão mineral e outros combustíveis solidos	185	3,9%
Minério de titânio	157	3,3%
Pedras preciosas ou semipreciosas	98	2,1%
Fios de alumínio	95	2,0%
Subtotal	**4.071**	**86,9%**
Outros	**616**	**13,1%**
Total	**4.687**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.



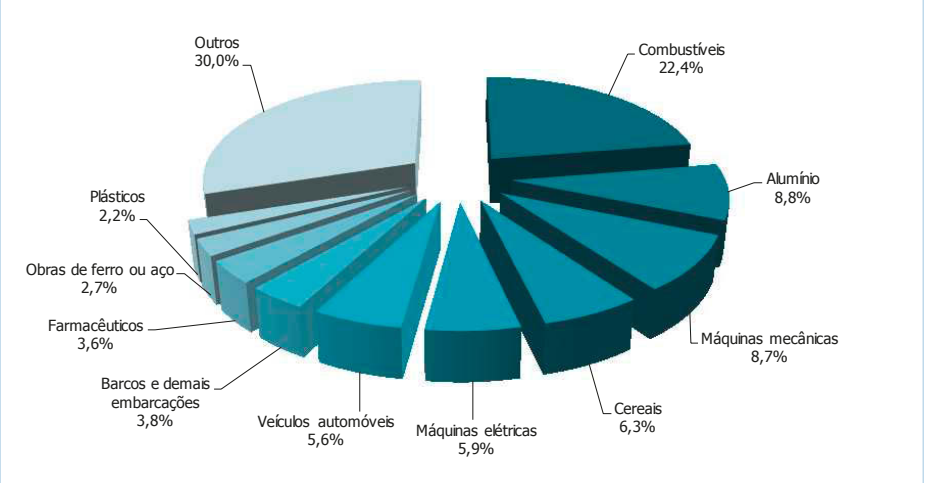
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações de Moçambique (SH2)
US$ milhões

Grupos de produtos	2017	Part.% no total
Combustíveis	1.293	22,4%
Alumínio	505	8,8%
Máquinas mecânicas	504	8,7%
Cereais	365	6,3%
Máquinas elétricas	340	5,9%
Veículos automóveis	325	5,6%
Barcos e demais embarcações	217	3,8%
Farmacêuticos	205	3,6%
Obras de ferro ou aço	153	2,7%
Plásticos	125	2,2%
Subtotal	**4.032**	**70,0%**
Outros	**1.730**	**30,0%**
Total	**5.762**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

10 principais grupos de produtos importados



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

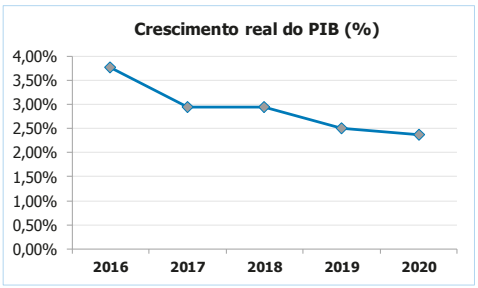
Principais indicadores socioeconômicos de Moçambique

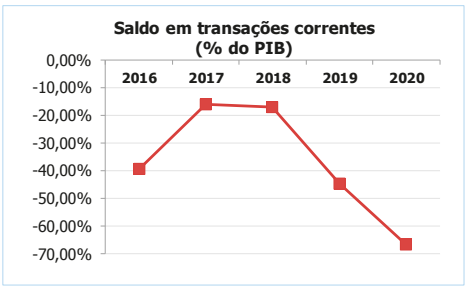
Indicador	2016	2017	2018[1]	2019[1]	2020[1]
Crescimento real do PIB (%)	3,76%	2,95%	2,96%	2,50%	2,37%
PIB nominal (US$ bilhões)	11,27	12,68	14,32	15,02	15,70
PIB nominal "per capita" (US$)	392	429	472	482	491
PIB PPP (US$ bilhões)	35,05	36,73	38,68	40,51	42,28
PIB PPP "per capita" (US$)	1.219	1.244	1.275	1.300	1.322
População (milhões habitantes)	28,75	29,54	30,34	31,16	31,99
Inflação (%)[2]	21,10%	7,16%	6,50%	5,50%	5,50%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-39,25%	-16,08%	-16,93%	-44,62%	-66,64%
Dívida externa (US$ bilhões)	10,29	10,26	10,52	10,82	11,40
Câmbio (MT / US$)[2]	71,40	59,00	65,42	68,49	69,90
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			24,3%		
Indústria			23,0%		
Serviços			52,8%		

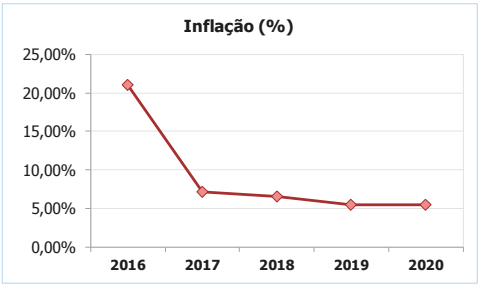
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2018 e do World Factbook/Cia.gov.

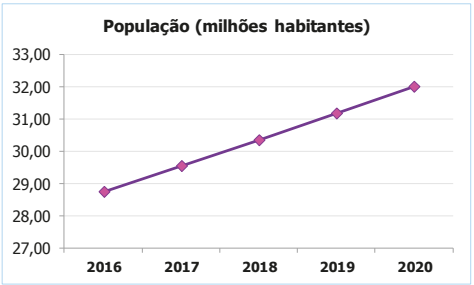
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de periodo.









ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da África
DIAAL

eSwatini (antiga Suazilândia)





ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



OSTENSIVO
Junho de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS SOBRE ESWATINI	
NOME OFICIAL:	Reino de eSwatini
GENTÍLICO:	suázi
CAPITAL:	Mbabane
ÁREA:	17.364 km^2
POPULAÇÃO (2013, BM):	1,25 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Inglês e Suázi
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Sionismo Cristão (40%); Catolicismo (20%); Islamismo (10%); Outras (30%, incluindo Anglicanismo, Baha'i, Metodista, Mórmon, Judaísmo).
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia Absoluta
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral, consistindo em Assembleia Nacional (65 assentos, sendo 55 eleitos e 10 indicados pelo Rei) e Senado (30 assentos, sendo 10 indicados pela Assembleia Nacional e 20 indicados pelo Rei).
CHEFE DE ESTADO:	Rei Mswati III (desde 25 de abril de 1986)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro Ministro Barnabas Sibusiso Dlamini (desde 4 de novembro de 2008)
CHANCELER:	Mgwagwa Gamedze (desde 4 de novembro de 2013)
PIB:	US$ 3,842 bilhões (2014, FMI Est.)
PIB PPP:	US$ 8,672 bilhões (2014, FMI Est.)
PIB *PER CAPITA*:	US$ 3.475 (2014, FMI Est.)
PIB PPP *PER CAPITA*:	US$ 7.843 (2014, FMI Est.)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	2,1% (2014); 2,7% (2013); 1,8% (2012); -0,6% (2011)
IDH (2013):	0,530 (148ª posição entre 187 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	49,0 anos (PNUD, relatório de 2013)
ALFABETIZAÇÃO:	87,8% (PNUD, relatório de 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	28,2% (PNUD, relatório de 2013)
UNIDADE MONETÁRIA:	Lilangeni
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Njabuliso Gwebu (Embaixadora residente em Washington, desde outubro de 2016; cumulatividade)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há cidadãos brasileiros registrados

Brasil → eSwatini	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Intercâmbio	**2.233**	**2.434**	**22.749**	**20.994**	**4.386**	**1.895**	**885**	**568**	**2.429**	**932**
Exportações	2.055	873	2.988	3.604	695	1.362	526	361	1.699	796

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Importações	178	1.560	19.761	17.390	3.691	532	358	207	730	136
Saldo	1.877	-687	-16.773	-13.786	-2.995	830	167	154	968	659

PERFIS BIOGRÁFICOS

MSWATI III
REI



Nascido **Makhosetive** ("Rei das Nações") em 19 de abril de 1968, o rei de eSwatini sucedeu seu pai, Sobhuza II, em 1986. Era o segundo dos 67 filhos do monarca e filho único de *Inkosikati* LaTfwala. Tornou-se príncipe herdeiro em setembro de 1983 e foi coroado rei em 25 de abril de 1986, com a idade de 18 anos e 6 dias. O rei, que adotou o nome de Mswati III, e sua mãe, que possui o título de *Indovukazi* (A Grande Elefanta), regem juntos. Possui 15 esposas.

BARNABAS SIBUSISO DLAMINI
PRIMEIRO MINISTRO



Nascido em 15 de maio de 1942, Barnabas S. Dlamini formou-se em Química pela Universidade de Wisconsin, em 1969, e, em 1976, em Economia e Contabilidade pela Universidade da África do Sul. Possui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mestrado em Administração pela Universidade de Nova York. Foi Ministro das Finanças de 1983 a 1992. De 1992 a 1996, foi membro do Conselho Executivo do FMI, representando 20 países africanos. Foi Primeiro-Ministro e Membro do Parlamento, de 1996 a 2003, quando passou a exercer a função de conselheiro real. Nomeado novamente Primeiro-Ministro, encontra-se no cargo desde 2008.

RELAÇÕES BILATERAIS

No dia 19 de abril, em cerimônia de celebração dos 50 anos da independência da Suazilândia, o rei Mswati III anunciou que o nome oficial do país passou a ser o do **Reino de eSwatini**. O termo eSwatini significa, na língua suázi (siSwati), "lugar dos Suázis" e deve sua origem a Mswati II, que, durante seu reinado (1840-1868), expandiu e unificou o país. Suazilândia é versão anglicizada do termo. À diferença de muitos países do entorno, a Suazilândia não modificou seu nome quando da independência do país, em 1968. A ideia de restituir ao país seu nome original não era nova e volta e meia foi debatida após a independência. Em 2015, legisladores discutiram a possibilidade de mudança, ao passo que o próprio rei já havia empregado o nome em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2014 e na abertura do ano parlamentar suázi em 2017.

As relações com o Brasil foram formalmente estabelecidas em 1978, ano em que foi criada a Embaixada do Brasil junto ao Reino da Suazilândia, com residência em Maputo. Em setembro de 1993, o Príncipe Mbilini Dlamini, então Ministro de Obras e Construção, visitou o Brasil e manteve encontros com os Ministros das Relações Exteriores e dos Transportes. Delegação suázi, chefiada pelo Ministro da Educação Wilson M. Ntshangase participou da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada de 1 a 4 de dezembro de 2009, em Belém do Pará. Em maio de 2010, o Ministro da Agricultura Clement Dlamini participou do Diálogo Brasil-África em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, realizado em Brasília. Em 2012, o Rei Mswati III participou da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Cooperação Técnica

As relações na área da cooperação entre Brasil e eSwatini têm como marco jurídico o Acordo de Cooperação Técnica, firmado em 25 de janeiro de 2008, ratificado pelo Brasil em 23 de dezembro de 2008, mas ainda não em vigor por falta de ratificação de eSwatini. Registrou-se, em 2011, o interesse suázi em cooperar na área de HIV/Aids, tendo em vista que o país tem um dos maiores índices de prevalência de HIV no mundo (26%). Também houve demanda na área de agricultura. Entretanto, não há, no momento, nenhuma atividade de cooperação em curso com o governo daquele país.

Assuntos Consulares

Não há registro de brasileiros na Suazilândia. O atendimento consular eventualmente necessário é prestado pelo Setor Consular da Embaixada brasileira em Maputo, Moçambique.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há créditos da Suazilândia sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

POLÍTICA INTERNA

A então Suazilândia tornou-se independente do Reino Unido em 1968, tendo assumido a chefia do Estado o Rei Sobhuza II. Em 1973, o soberano decretou estado de emergência, anulou a constituição, baniu as agremiações políticas e concentrou poderes absolutos nas mãos do Chefe de Estado. Em 1986, ascendeu ao trono o Rei Mswati III – aos 18 anos de idade -, responsável pela introdução de importantes reformas políticas no país, que permitiram a reabertura do Parlamento e a realização de eleições, mas que não foram capazes de garantir, até o momento, o florescimento do multipartidarismo político.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não obstante a existência de um Chefe de Governo, eleito pelo parlamento, o Chefe de Estado detém considerável poder político nas decisões governamentais. A peculiar situação geográfica da Suazilândia e o peso da África do Sul na economia do país fazem que as diretrizes emanadas de Mbabane guardem estreito relacionamento com o ambiente político em Pretória.

A cada cinco anos, realizam-se eleições parlamentares. Segundo o sistema suázi, conhecido como "tinkhundla system", 55 candidatos à Assembleia Nacional são nomeados por cada tribo ("chiefdom") para representar cada um dos 55 distritos administrativos ("tinkhundla"). Após as nomeações, os candidatos são eleitos por voto direto em dois turnos eleitorais (na tribo e, posteriormente, em cada um dos 55 distritos administrativos). Completam a Assembleia Nacional 10 candidatos nomeados pelo Rei. Além da Assembleia Nacional, há um Senado no país, composto por 30 membros, dos quais nenhum é eleito diretamente: 20 são indicados pelo Rei e 10 são escolhidos pela Assembleia Nacional.

Após longo processo de negociação, foi promulgada, em 2006, a nova Constituição do país que, embora estabeleça a liberdade de associação, mantém a proibição de partidos políticos, exigindo que os candidatos a pleitos políticos sejam independentes. A mesma constituição atribui ao monarca imunidade contra qualquer tipo de processo civil ou criminal.

Em 2008, foram realizadas as primeiras eleições parlamentares desde a promulgação da Constituição de 2006. O pleito se deu sem maiores incidentes, e a missão observadora da Southern African Development Community (SADC) considerou as eleições "livres e limpas", embora a União Africana e o Parlamento Pan-Africano tenham criticado a ausência de partidos políticos. Apesar da relativa tranquilidade do pleito, os períodos anterior e posterior às eleições foram conturbados, marcados por manifestações, bloqueios de fronteiras e demandas por reformas políticas. O evento mais grave ocorreu dois dias após a eleição, quando duas pessoas morreram na explosão acidental de bomba que seria colocada em uma ponte junto ao palácio real. Uma das vítimas era membro da People´s United Democratic Movement (PUDEMO), a outra da Swaziland Solidarity Network (SSN). Ambos os grupos anunciaram apoio ao ato, sem assumir responsabilidade pelo planejamento do atentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em resposta, o governo Suázi aprovou legislação antiterror, o Swaziland Suppression of Terrorism Act (SSTA), que dá ao governo o poder de deter, por até sete dias, em regime incomunicável, ou de expulsar do país sem julgamento, pessoas suspeitas de terrorismo.

Em setembro de 2013, realizaram-se novas eleições parlamentares. O pleito transcorreu sem incidentes e em "ambiente tranquilo e pacífico", segundo relatório da missão observadora da União Africana. Os resultados eleitorais explicitaram a vontade popular de renovação das lideranças: 44 deputados, incluindo seis ministros, foram derrotados em seus distritos. A oposição tem-se tornado crescentemente vocal na defesa de reformas políticas, em particular no que diz respeito à adoção de um sistema multipartidário.

A missão observadora da União Africana às eleições de 2013 reconheceu a necessidade de aperfeiçoamento da democracia no país e instou o governo suázi a garantir os direitos de liberdade de expressão e de livre associação, em conformidade com o direito internacional e com os princípios que devem reger eleições democráticas em países da União Africana.

POLÍTICA EXTERNA

O Reino de eSwatini mantém relações internacionais de pequena envergadura, havendo apenas quatro Embaixadas sediadas em Mbabane: os vizinhos África do Sul e Moçambique, além de EUA e Taiwan.

Embora formalmente tivesse sustentado posição neutra no campo das relações internacionais, a Suazilândia teve, historicamente, sua ação externa claramente alinhada ao bloco ocidental. Até o fim da Guerra Fria, o país manteve poucos vínculos com os países do bloco soviético, ao mesmo tempo em que desenvolveu relacionamento dinâmico com Israel e Taiwan (atualmente, eSwatini é o único país africano a manter relações diplomáticas com Taiwan). Daí resulta a simpatia de que o Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

suázi desfrutou no passado junto às potências capitalistas, que apoiaram financeiramente os programas de segurança e desenvolvimento do país, visto então como uma força moderadora nos processos de consolidação nacional em curso na África Austral. Os Estados Unidos, em especial, consideraram a estabilidade da Suazilândia, ao longo de todo o desenrolar da luta anti-apartheid na África do Sul, uma garantia à estabilidade da sub-região.

O relacionamento com a América Latina é pouco intenso, não dispondo o país de qualquer representação residente na região. Da mesma maneira, os países latino-americanos são representados por intermédio de suas Embaixadas em Pretória (Argentina, México, Peru, Colômbia, Venezuela, Uruguai) e Maputo (Brasil e Cuba).

África do Sul

A África do Sul mantém bom relacionamento com o país, o que lhe garante a posição de principal parceiro internacional de eSwatini, graças à forte dependência da economia suázi em relação ao vizinho. Além de destinatário de 60% das exportações suázis e origem de 90% das importações do país, a África do Sul é também essencial para a política monetária suázi, uma vez que eSwatini adota a paridade entre sua moeda (lilangeni) e a sul-africana (rand).

EUA

As relações com os EUA são, em geral, boas e remontam à independência do Reino em 1968. A principal área de cooperação é a de HIV/Aids, implementada conjuntamente pela USAID, CDC, Peace Corps, African Development Foundation e pelos Departamentos do Trabalho e Defesa. Além disso, o governo americano opera programas de apoio às pequenas e médias empresas, educação (programa de bolsas de pós-graduação e de especialização de curto-prazo), treinamento militar, desenvolvimento institucional e de recursos humanos, agricultura e capacitação na área de comércio internacional.

Em 2014, os EUA condicionaram a renovação do acesso preferencial da então Suazilândia ao mercado estadunidense oferecido ao amparo do US African Growth and Opportunity Act (AGOA) a emendas nas esferas laboral e de direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Embora o parlamento suázi tenha atualizado a legislação laboral do país, em novembro de 2014, a ausência de avanços no campo dos direitos humanos levou à suspensão da Suazilândia do AGOA a partir de janeiro de 2015; sua elegibilidade foi restaurada em 2017.

Taiwan

O Reino de eSwatini mantém relações diplomáticas com a República da China (Taiwan). Taiwan é um dos principais investidores no país, especialmente no setor têxtil.

Organismos internacionais e outros

No âmbito regional, eSwatini é membro da União Africana, do Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Aduaneira da África Austral (SACU). O impasse causado pela participação da Suazilândia na COMESA - que conflitava com seu status de membro da SACU -, chegou ao fim com o anúncio de que eSwatini permanecerá como membro da COMESA, mas não integrará a sua união alfandegária. O país continuará, contudo, a beneficiar-se do status de membro não-recíproco da Área de Livre Comércio da COMESA, podendo exportar seus bens com tarifas reduzidas, sem conceder acesso recíproco ao seu mercado.

No âmbito das Nações Unidas, o país luta para que as nações desenvolvidas continuem a atribuir tratamento preferencial aos produtos suázis e que a Suazilândia seja retirada da lista de países de renda média, o que a impede de beneficiar-se das iniciativas internacionais de redução da dívida.

Cumpre ainda mencionar que, em 2010, o país manifestou interesse em se tornar Observador Associado da CPLP, chegando a formalizar pedido de adesão à Comunidade. O interesse deve-se, sobretudo, à proximidade e afinidade com a República de Moçambique. Não houve, porém, continuidade do processo de negociação.

ECONOMIA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Panorama Econômico

Desde a independência, foram adotados princípios de livre mercado, com o intuito de atrair investimentos estrangeiros. As reduções tarifárias acordadas em diversos instrumentos da SACU, os compromissos assumidos na OMC, bem como os acordos de comércio entre África Austral e UE tornaram a diversificação crucial para a Suazilândia, visto que reduziram as receitas alfandegárias que, em 2006/2007, chegaram a representar 66% da renda total.

Devido à paridade do lilangeni ao rand sul-africano, a livre movimentação de fundos no âmbito da Área Monetária Comum (CMA) implica que as taxas de juros devem ser semelhantes às sul-africanas, com exceção do prêmio de risco, caso contrário, haveria uma fuga de capitais para a RAS.

O estreito relacionamento com a África do Sul no âmbito da SACU e da CMA restringe a autonomia em matéria de política monetária e fiscal. A abertura e a pequena dimensão da economia, bem como as limitações da base exportadora, tornam a economia suázi vulnerável a choques externos. No período de 2009 a 2012, uma rápida redução das receitas alfandegárias oriundas da SACU produziu déficits anuais na faixa de 8%. Posteriormente, o nível das receitas alfandegárias da SACU recuperou-se, representando hoje cerca de 50% da renda do país.

Em 2014, os dados do FMI mostram que eSwatini alcançou crescimento de 2,1%, índice que elevou o PIB nominal do país ao nível de US$ 3,842 bilhões e o PIB *per capita* a US$ 3,475 mil. Entre os pilares da economia estão agricultura e a indústria agroalimentar. O setor agrícola, que abriga 70% da força de trabalho, carece, porém, de ganhos de competitividade e de escala. Na visão do FMI, o Reino deverá continuar mantendo taxas positivas de expansão.

A readmissão de eSwatini no âmbito do AGOA, em 2017, pode fazer com que a balança comercial com os Estados Unidos se torne positiva em 2018, a favor de eSwatini depois de ter sido negativa nos últimos três anos.

Agricultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Devido ao grau de abertura da economia e à importância das exportações agrícolas, o PIB real da Suzilândia é fortemente influenciado tanto pelas condições climáticas quanto pelas oscilações de mercado. Baixos índices pluviométricos e a queda dos preços internacionais das *commodities* agrícolas exportadas pelo país (como, por exemplo, açúcar e frutas cítricas) fizeram com que o crescimento do PIB se tornasse mais lento desde 2000. No entanto, a melhora das condições climáticas, juntamente com o aumento da demanda por gêneros alimentícios, ajudaram o país a ter uma pequena aceleração do crescimento em meados da década (3,5% em 2007). A crise internacional de 2008-2009, somada à perda de vantagens obtidas por preferências tarifárias (do açúcar no mercado europeu e dos têxteis, graças à extensão das preferências a países asiáticos) modificou novamente esse cenário. O índice de crescimento do PIB voltou a níveis baixos, chegando a registrar índice negativo de 0,6% em 2011, seguido por alguma recuperação nos anos subsequentes (1,8% em 2012; 2,7% em 2013; e 2,1% em 2014).

À época da independência, a agricultura respondia por cerca de um terço do PIB; essa participação caiu para apenas 7,5% em 2011, graças ao crescimento do setor agroindustrial (especialmente o têxtil e de processamento da cana-de-açúcar, correspondentes a 47,7% do PIB) e de serviços (sobretudo públicos, 44,8%).

A produção agrícola processa-se em propriedades coletivas (Swazi Nation Lands, SNLs) ou em propriedades escrituradas (Title Deed Lands, TDLs). Enquanto as últimas respondem por 40% do total das terras e são utilizadas para produção comercial – cana-de-açúcar, frutas cítricas, algodão e abacaxi, além da pecuária –, recebendo maiores investimentos, com grandes extensões irrigadas e caracterizadas por alta produtividade, as propriedades coletivas empregam 75% da população em regime de produção de subsistência e sofrem de baixa produtividade e investimento. São ainda responsáveis por 90% da produção de milho, o alimento básico da população.

No que diz respeito às culturas de valor comercial, o governo vem incentivando o cultivo de algodão, considerado de boa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

qualidade. A integração vertical foi planejada juntamente com a indústria têxtil local, para atender compromissos assumidos sob o AGOA com relação à origem de insumos. Setores como o de concentrados para refrescos, produtos alimentícios e de celulose encontram-se em expansão.

Indústria

Até meados dos anos 1980, o processamento de açúcar, polpa de madeira, frutas cítricas, abacaxi, algodão e carne respondiam por cerca de 80% do total da produção manufatureira. Desde 1986, quando a Coca-Cola transferiu suas instalações da África do Sul para a Suazilândia, desenvolveu-se fortemente a produção baseada em açúcar, aproveitando o baixo preço do insumo local. Mais recentemente, tem havido uma maior diversificação do setor manufatureiro, principalmente pelo desenvolvimento da indústria têxtil e de vestuário, como forma de aproveitar o acesso ao mercado norte-americano proporcionado pelo AGOA.

Comércio Bilateral

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pela Divisão de Inteligência Comercial, entre 2007 e 2017 o comércio bilateral entre o Brasil e a Suazilândia passou por grandes oscilações, com corrente comercial de apenas US$ 568 mil, em 2015, e pico de US$ 22.750 mil, em 2010. Houve recuo do comércio em 2014, principalmente, devido à diminuição das exportações brasileiras para esse mercado (-61,4%). Em 2010, 2011 e 2012, o Brasil experimentou os piores déficits com a Suazilândia: US$ 16,8 milhões (de uma corrente total de US$ 22.749.000); US$ 13,8 milhões (corrente total de US$ 20.994.000); e US$ 2,9 milhões (corrente total de US$ 4.386.000), respectivamente. De 2013 a 2017, o Brasil acumulou superávits da ordem de US$ 831 mil (2013); US$ 168 mil (2014); US$ 154 mil (2015); US$ 968 mil (2016); e US$ 659 mil (2017).

Entre 2016 e 2017, as exportações brasileiras para eSwatini recuaram de US$ 1.699 mil para US$ 932 mil. Houve queda na exportação de bombas de ar ou de vácuo (principal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

produto dessa corrente), e o Brasil passou a exportar ovos de aves (item que não compunha a pauta em 2015 e 2016). Os principais produtos exportados em 2017 foram: *(i)* bombas de ar ou de vácuo (valor de US$ 320 mil, equivalentes a 40,2% do total); *(ii)* óleos essenciais (US$ 195 mil; ou 24,5%); *(iii)* ovos de aves (US$ 177 mil; ou 22,2%); *(iv)* ácidos carboxílicos (US$ 40 mil; ou 5%); e *(v)* instrumentos e aparelhos de regulação ou controle, empatados com calçados com sola de borracha/plástico e parte superior de couro natural (US$ 19 mil; ou 2,4% do total, para cada grupo de produtos).

Entre 2016 e 2017, as importações brasileiras originárias de eSwatini caíram de US$ 730 mil para US$ 136 mil. Em 2017, os principais produtos importados foram: (*i)* aparelhos para interrupção, proteção, ligação ou conexão de circuitos elétricos (US$ 98 mil, equivalentes a 71,9% do total); (*ii)* açúcar (US$ 20 mil; ou 14,7%); (*iii)* aparelhos para projetar, pulverizar líquidos (US$ 7 mil; ou 5,1%); e (*iv)* partes e acessórios de veículos automóveis (US$ 4 mil; ou 2,9%); *(v)* correias transportadoras ou de transmissão de borracha (US$ 3 mil; ou 2,2%).

O Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU, aprovado pelo Congresso Nacional no final de 2010, é um instrumento que, quando em vigor, deverá contribuir para o incremento das trocas comerciais entre Brasil e eSwatini.

Investimentos

O Banco Central do Brasil não dispõe de registro de investimentos brasileiros diretos em eSwatini, nem de capitais oriundos de eSwatini no Brasil.

Cronologia Histórica

Séc. XVI	O povo suázi, sob a hegemonia do clã Dlamini, se separa do conjunto de bantos que migravam para o sul e se estabelece na região entre os rios Pongola e Usutu.
Séc. XIX	Migração em direção ao norte por parte do povo suázi e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	expansão da ocupação branca na região.
1836	Morte do rei Sobhuza I, sucedido por Mswati (Mswazi) II, que deu seu próprio nome à tribo.
1888	Consentimento suázi em estabelecer um governo provisório, formado por representantes do governo britânico, sul-africano e suazi.
1889	Estabelecimento da administração sul-africana anexando o território suázi.
1903	Os suázis passam a ser administrados pelo governador do Transvaal, após a Guerra dos Bôeres e a instituição do controle britânico sobre a região.
1949	Negado, pelos britânicos, o pedido de incorporação da Suazilândia pela União-Sul-Africana.
1963	É promulgada constituição que concede autonomia limitada aos suázis.
1967	É proclamado o Reino da Suazilândia sob proteção britânica.
1968	A Suazilândia torna-se independente do Reino Unido. O Rei Sobhuza II assume a chefia do Estado.
1973	Decretação de estado de emergência, com anulação da constituição, banimento das agremiações políticas e concentração de poderes absolutos nas mãos do Chefe de Estado.
1986	Ascensão do Rei Mswati III ao trono suázi e introdução de importantes reformas políticas no país.
2006	Promulgação da nova Constituição.
2008	Realização das primeiras eleições parlamentares sob a nova Constituição.
2013	Realização de eleições parlamentares.
2018	Mudança do nome do país para Reino de eSwatini.

Cronologia das Relações Bilaterais

1978	É estabelecida a Embaixada do Brasil junto ao então Reino da Suazilândia, com residência em Maputo, Moçambique.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1993	O Príncipe Mbilini Dlamina, então Ministro de Obras e Construção, realiza visita oficial ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes.
2009	Delegação suázi, chefiada pelo Ministro da Educação da Suazilândia, Wilson M. Ntshangase, participa da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada em Belém do Pará.
2010	O Ministro da Agricultura da Suazilândia, Clement Dlamini participa do Diálogo Brasil-África em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, realizado em Brasília.
2012	O Rei Mswati III visita o Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20.
2018	Cerimônia de celebração dos 50 anos da independência da Suazilândia, da qual participou o chefe do posto, embaixador Rodrigo de Lima Baena Soares. Na ocasião, o rei Mswati III anunciou que o nome oficial do país passou a ser Reino de eSwatini.

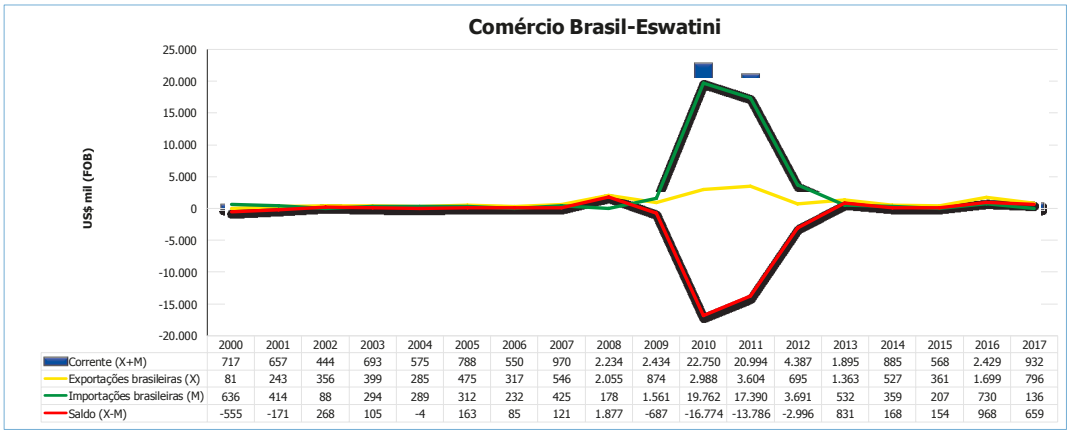
Atos Bilaterais

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Suazilândia	25/01/2008	Em ratificação da outra parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dados Econômico-Comerciais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente (X+M)	717	657	444	693	575	788	550	970	2.234	2.434	22.750	20.994	4.387	1.895	885	568	2.429	932
Exportações brasileiras (X)	81	243	356	399	285	475	317	546	2.055	874	2.988	3.604	695	1.363	527	361	1.699	796
Importações brasileiras (M)	636	414	88	294	289	312	232	425	178	1.561	19.762	17.390	3.691	532	359	207	730	136
Saldo (X-M)	-555	-171	268	105	-4	163	85	121	1.877	-687	-16.774	-13.786	-2.996	831	168	154	968	659

2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mai)	549	63	611	486
2018 (jan-mai)	82	58	140	24

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Junho de 2018.

67

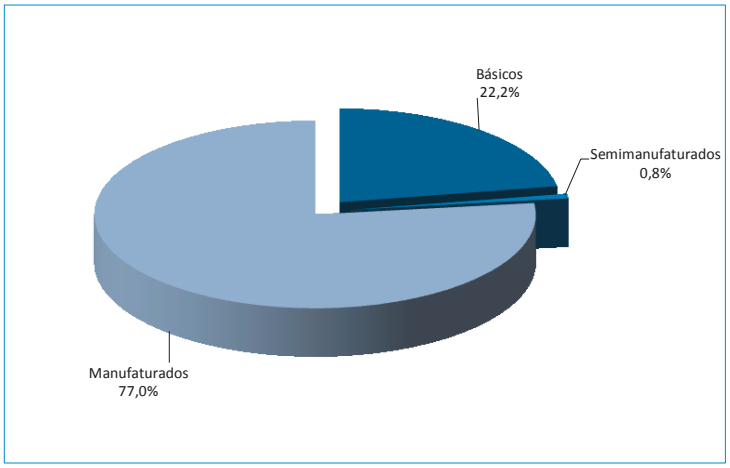
Parte integrante do Avulso da MSF nº 61 de 2018.

Página 70 de 109

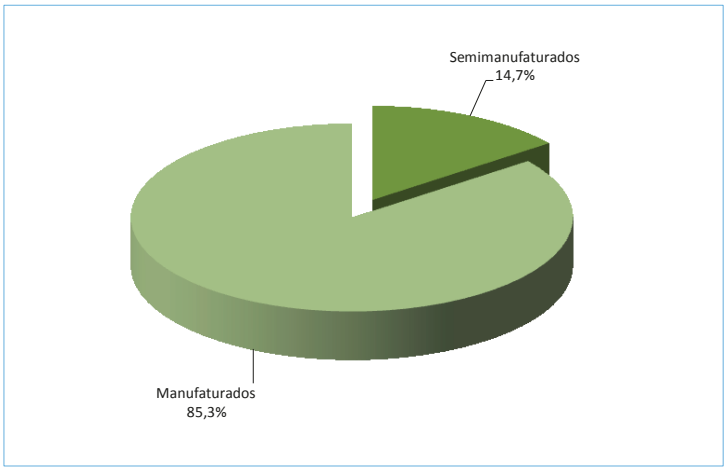
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Junho de 2018.

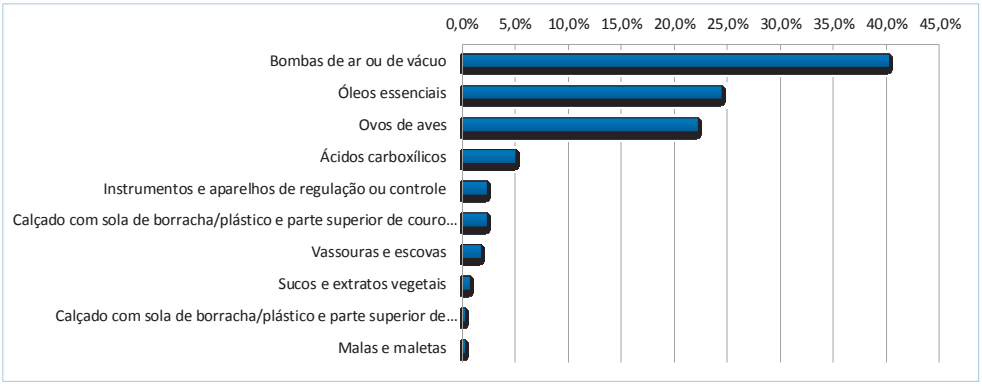
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações brasileiras para Eswatini (SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Bombas de ar ou de vácuo	150	41,6%	1.260	74,2%	320	40,2%
Óleos essenciais	0	0,0%	193	11,4%	195	24,5%
Ovos de aves	0	0,0%	0	0,0%	177	22,2%
Ácidos carboxílicos	31	8,6%	40	2,4%	40	5,0%
Instrumentos e aparelhos de regulação ou controle	21	5,8%	30	1,8%	19	2,4%
Calçado com sola de borracha/plástico e parte superior de couro natural	15	4,2%	10	0,6%	19	2,4%
Vassouras e escovas	0	0,0%	14	0,8%	14	1,8%
Sucos e extratos vegetais	0	0,0%	0	0,0%	6	0,8%
Calçado com sola de borracha/plástico e parte superior de matérias têxteis	1	0,3%	1	0,0%	2	0,3%
Malas e maletas	1	0,3%	1	0,1%	2	0,3%
Subtotal	**219**	**60,7%**	**1.549**	**91,2%**	**794**	**99,8%**
Outros	**142**	**39,3%**	**150**	**8,8%**	**2**	**0,2%**
Total	**361**	**100,0%**	**1.699**	**100,0%**	**796**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017



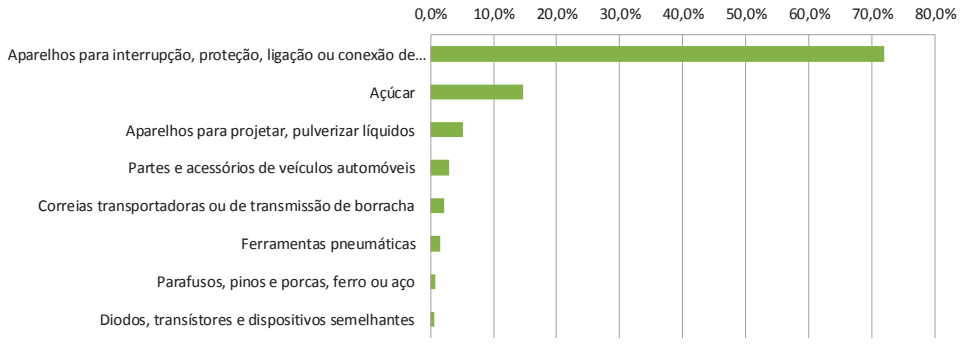
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações brasileiras originárias de Eswatini (SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aparelhos para interrupção, proteção, ligação ou conexão de circuitos elétricos	90	43,4%	73	10,0%	98	71,9%
Açúcar	73	35,2%	62	8,5%	20	14,7%
Aparelhos para projetar, pulverizar líquidos	0	0,0%	0	0,0%	7	5,1%
Partes e acessórios de veículos automóveis	0	0,0%	0	0,0%	4	2,9%
Correias transportadoras ou de transmissão de borracha	0	0,0%	0	0,0%	3	2,2%
Ferramentas pneumáticas	0	0,0%	0	0,0%	2	1,5%
Parafusos, pinos e porcas, ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	1	0,7%
Diodos, transístores e dispositivos semelhantes	22	10,6%	0	0,0%	1	0,6%
Impressoras	0	0,0%	577	79,0%	0	0,0%
Instrumentos de medida ou controle	0	0,0%	12	1,6%	0	0,0%
Subtotal	**185**	**89,3%**	**724**	**99,2%**	**136**	**99,7%**
Outros	**22**	**10,7%**	**6**	**0,8%**	**0**	**0,3%**
Total	**207**	**100,0%**	**730**	**100,0%**	**136**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

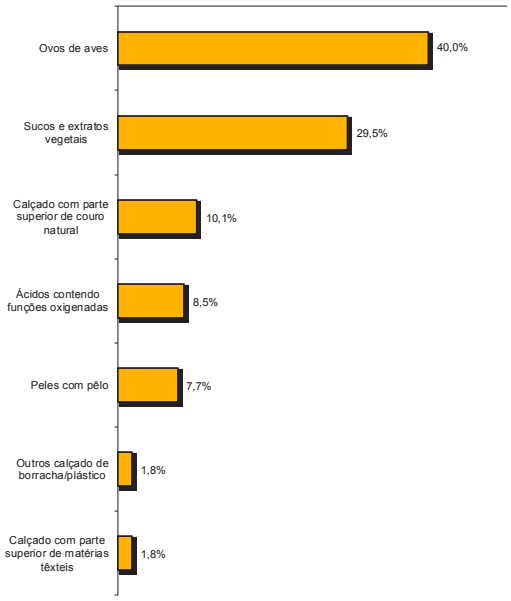


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil

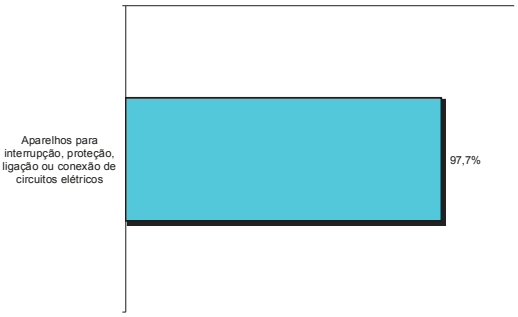
Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-mai)	Part. % no total	2018 (jan-mai)	Part. % no total
Exportações				
Ovos de aves	0	0,0%	33	40,0%
Sucos e extratos vegetais	0	0,0%	24	29,5%
Calçado com parte superior de couro natural	0	0,0%	8	10,1%
Ácidos contendo funções oxigenadas	19	3,5%	7	8,5%
Peles com pêlo	0	0,0%	6	7,7%
Outros calçado de borracha/plástico	0	0,0%	2	1,8%
Calçado com parte superior de matérias têxteis	0	0,0%	2	1,8%
Bombas de ar ou de vácuo	32	5,8%	0	0,0%
Óleos essenciais	195	35,5%	0	0,0%
Vassouras e escovas	14	2,6%	0	0,0%
Subtotal	**260**	**47,4%**	**82**	**99,4%**
Outros	**289**	**52,6%**	**0**	**0,6%**
Total	**549**	**100,0%**	**82**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018



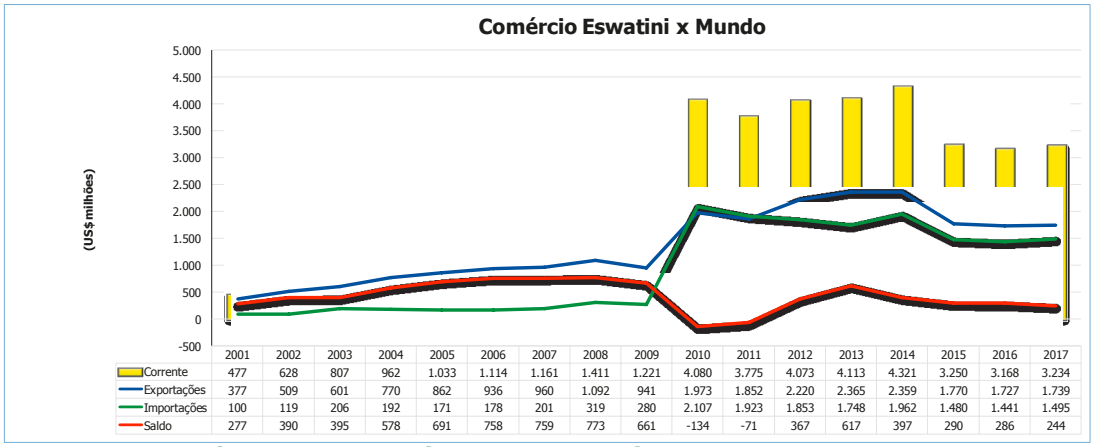
Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-mai)	Part. % no total	2018 (jan-mai)	Part. % no total
Importações				
Aparelhos para interrupção, proteção, ligação ou conexão de circuitos elétricos	37	59,5%	57	97,7%
Açúcar	7	11,2%	0	0,0%
Aparelhos para projetar, pulverizar líquidos	7	11,2%	0	0,0%
Subtotal	**51**	**81,8%**	**57**	**97,7%**
Outros produtos	**11**	**18,2%**	**1**	**2,3%**
Total	**63**	**100,0%**	**58**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente	477	628	807	962	1.033	1.114	1.161	1.411	1.221	4.080	3.775	4.073	4.113	4.321	3.250	3.168	3.234
Exportações	377	509	601	770	862	936	960	1.092	941	1.973	1.852	2.220	2.365	2.359	1.770	1.727	1.739
Importações	100	119	206	192	171	178	201	319	280	2.107	1.923	1.853	1.748	1.962	1.480	1.441	1.495
Saldo	277	390	395	578	691	758	759	773	661	-134	-71	367	617	397	290	286	244

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

eSwatini não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

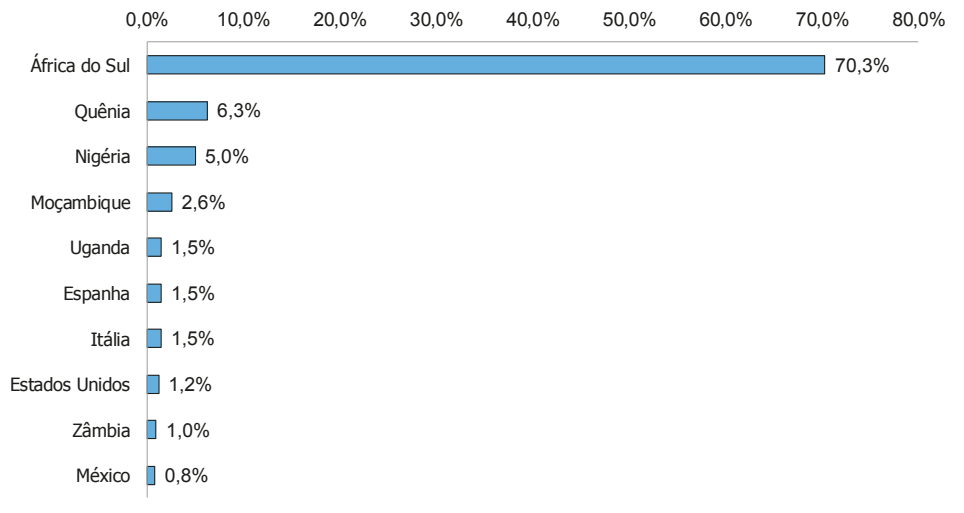
72
Página 75 de 109 Parte integrante do Avulso da MSF nº 61 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais destinos das exportações de Eswatini
US$ bilhões

Países	2017	Part.% no total
África do Sul	1.223	70,3%
Quênia	109	6,3%
Nigéria	87	5,0%
Moçambique	45	2,6%
Uganda	26	1,5%
Espanha	26	1,5%
Itália	26	1,5%
Estados Unidos	21	1,2%
Zâmbia	17	1,0%
México	14	0,8%
...		
Brasil (54º lugar)	**0,1**	***0,0%***
Subtotal	**1.594**	**91,7%**
Outros países	**145**	**8,3%**
Total	**1.739**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.
eSwatini não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

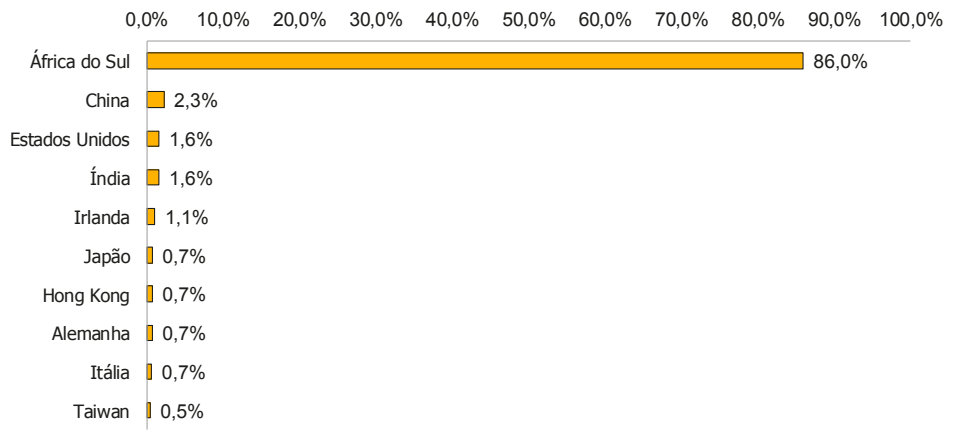


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais origens das importações de Eswatini
US$ bilhões

Países	2017	Part.% no total
África do Sul	1.285	86,0%
China	34	2,3%
Estados Unidos	24	1,6%
Índia	24	1,6%
Irlanda	16	1,1%
Japão	11	0,7%
Hong Kong	11	0,7%
Alemanha	11	0,7%
Itália	10	0,7%
Taiwan	7	0,5%
...		
Brasil (32º lugar)	***1***	***0,1%***
Subtotal	**1.434**	**95,9%**
Outros países	**61**	**4,1%**
Total	**1.495**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.
eSwatini não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

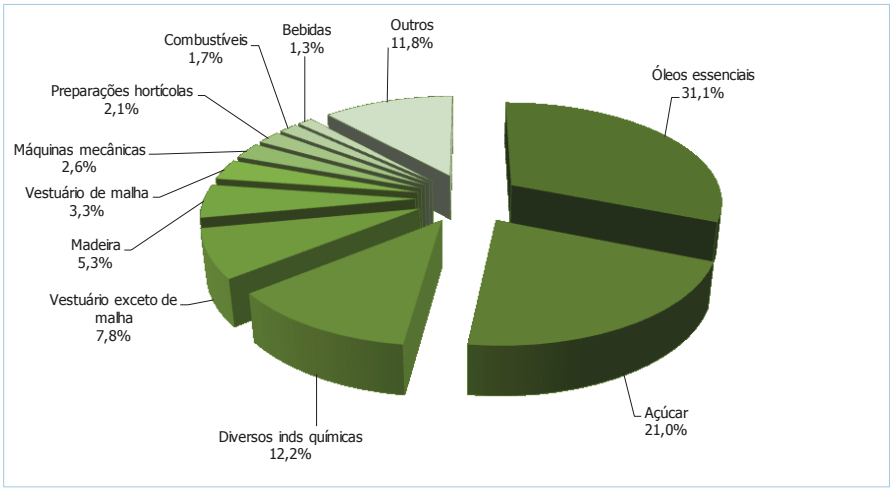
Composição das exportações de Eswatini (SH4)
US$ bilhões

Grupos de Produtos	2017	Part.% no total
Óleos essenciais	540	31,1%
Açúcar	365	21,0%
Diversos inds químicas	212	12,2%
Vestuário exceto de malha	135	7,8%
Madeira	92	5,3%
Vestuário de malha	57	3,3%
Máquinas mecânicas	45	2,6%
Preparações hortícolas	36	2,1%
Combustíveis	29	1,7%
Bebidas	23	1,3%
Subtotal	**1.534**	**88,2%**
Outros	**205**	**11,8%**
Total	**1.739**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

eSwatini não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos exportados



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

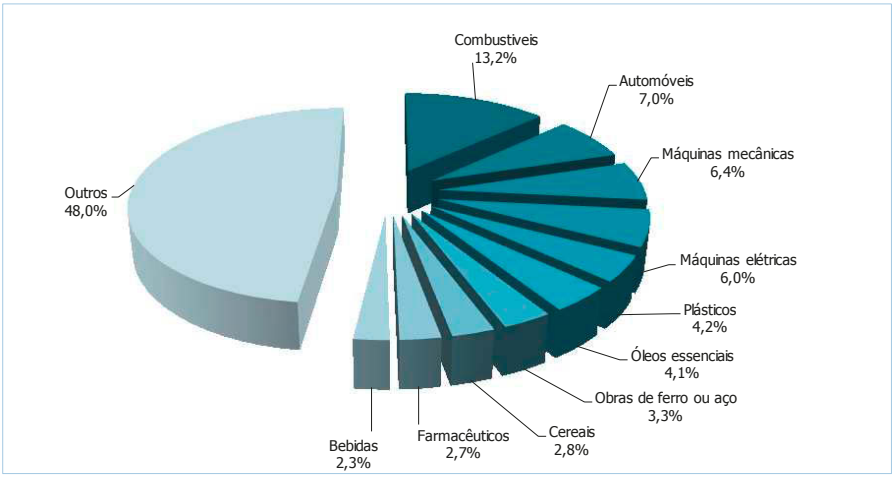
Composição das importações de Eswatini (SH4)
US$ bilhões

Grupos de produtos	2017	Part.% no total
Combustiveis	198	13,2%
Automóveis	105	7,0%
Máquinas mecânicas	95	6,4%
Máquinas elétricas	89	6,0%
Plásticos	63	4,2%
Óleos essenciais	62	4,1%
Obras de ferro ou aço	49	3,3%
Cereais	42	2,8%
Farmacêuticos	40	2,7%
Bebidas	34	2,3%
Subtotal	**777**	**52,0%**
Outros	**718**	**48,0%**
Total	**1.495**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

eSwatini não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos importados



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais indicadores socioeconômicos de Eswatini

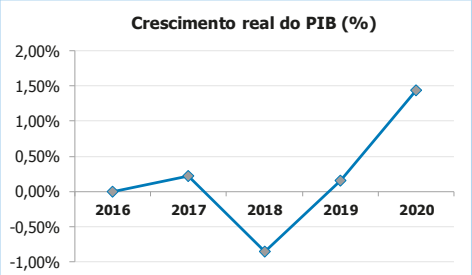
Indicador	2016	2017	2018[1]	2019[1]	2020[1]
Crescimento real do PIB (%)	-0,01%	0,22%	-0,86%	0,15%	1,44%
PIB nominal (US$ bilhões)	3,85	4,49	4,57	4,64	4,77
PIB nominal "per capita" (US$)	3.398	3.915	3.934	3.946	3.999
PIB PPP (US$ bilhões)	11,11	11,34	11,50	11,76	12,17
PIB PPP "per capita" (US$)	9.814	9.884	9.864	9.994	10.204
População (milhões habitantes)	1,13	1,15	1,16	1,18	1,19
Desemprego (%)					
Inflação (%)[2]	8,95%	4,68%	6,00%	4,90%	6,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	16,67%	14,64%	15,38%	14,96%	16,83%
Dívida externa (US$ bilhões)	0,50	0,50	n.d.	n.d.	n.d.
Câmbio (E / US$)[2]	14,70	13,30	12,64	14,05	n.d.
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			6,5%		
Indústria			45,0%		
Serviços			48,5%		

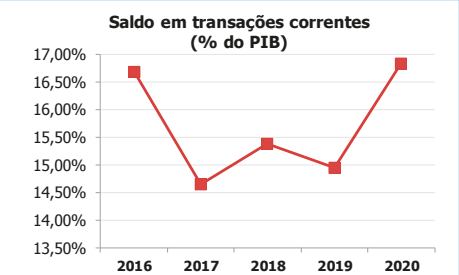
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 2nd Quarter 2018 e da Cia.gov/World Factbook.

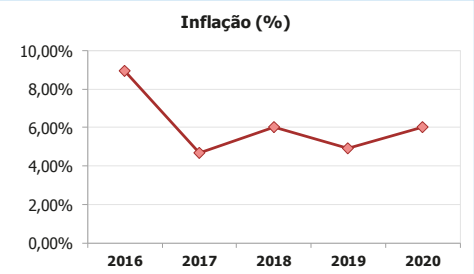
(n.d.) Dado não disponível.

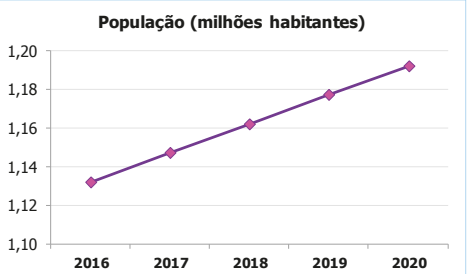
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.





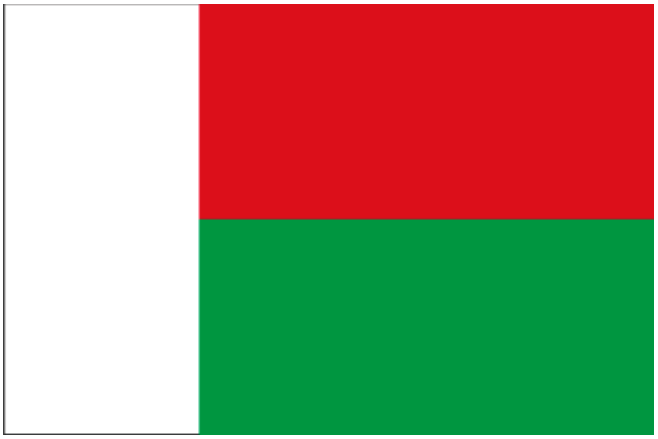




ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MADAGASCAR





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República de Madagascar
GENTÍLICO:	Malgaxe
CAPITAL:	Antananarivo
ÁREA:	587.041 km^2
POPULAÇÃO:	26.291 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Malgaxe, Francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestante, Católica, Crenças Tradicionais
SISTEMA DE GOVERNO:	República Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral. Assembleia Nacional Malgaxe composta de 151 membros eleitos para mandatos de 5 anos. Senado composto por 33 membros, sendo 22 eleitos nas províncias e 11 indicados pelo presidente, para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO:	Hery Rajaonarimampianina (desde 25 de janeiro de 2014)
CHEFE DE GOVERNO:	Christian Ntsay (desde 6 de junho de 2018)
CHANCELER:	Eloi Alphonse Maxime Dovo (desde 11 de junho de 2018)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US$ 11,46 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US$ 39,73 bilhões
PIB *PER CAPITA* (2017)	US$ 448
PIB PPP *PER CAPITA* (2017)	US$ 1.551
VARIAÇÃO DO PIB	4,09% (2017); 4,18% (2016); 3,1% (2015)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,510 (154ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	64,7 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	64,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	2,13% (https://tradingeconomics.com/)
UNIDADE MONETÁRIA:	Ariary (MGA)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Eric Andriamihaja Robson (residente em Washington)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Brasil → Madagascar	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	22.902	35.252	19.189	24.621	24.765	31.365	64.906
Exportações	21.901	33.129	18.240	23.970	22.734	30.392	63.053
Importações	1.001	2.122	949	651	2.031	973	1.853
Saldo	20.900	31.006	17.290	23.319	20.703	29.419	61.201

APRESENTAÇÃO

A República de Madagascar localiza-se no sudeste do continente africano e seu território ocupa uma extensa ilha (a quarta maior do mundo, excluindo-se a Austrália) banhada pelo Oceano Índico. Historicamente, foi habitada por povos austronésios, povos bantos e outros grupos étnicos que se estabeleceram na ilha ao longo dos séculos, sendo o grupo dos Merinas o majoritário. No final do século XIX, a França derrotou os nobres de etnia merina e estabeleceu uma colônia na ilha, que só recuperaria a independência em 1960.

Dado o caráter insular do território, estima-se que 90% da vida selvagem do país seja exclusiva, não sendo encontrada em nenhum outro lugar do planeta. O avanço da ocupação humana tem gerado efeitos danosos no meio ambiente, sendo elevado o número de espécies em risco de extinção.

Nos últimos anos, Madagascar passou por intensas crises políticas, culminando com um golpe de estado em 2009. Em 2013, novas eleições foram realizadas, e o ex-ministro das Finanças e do Orçamento Hery Rajaonarimampianina venceu o pleito, tomando posse em janeiro de 2014. Novas eleições estão previstas para o final de 2018.

PERFIL BIOGRÁFICO

Hery RAJAONARIMAMPIANINA – *Presidente da República*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Nascido em 6 de novembro de 1958, Hery Rajaonarimampianina tem origem modesta. Nasceu e passou sua infância e juventude no vilarejo de Antsofi-nondry, na comuna de Sabotsy Namehana, situada 15 km ao norte da capital Antananarivo. Em 1982, concluiu mestrado em administração na Universidade de Antananarivo. Mudou-se para o Canadá, onde seguiu seus estudos e obteve diploma de pós-graduação (DEA) em Contabilidade no ano de 1986. Em 1991, retornou a Madagascar e passou a trabalhar como contador. Em Antananarivo, tornou-se diretor de estudos do National Institute for Business Administration and Accounting Science (INSCAE) e Professor-Assistente na Universidade de Antananarivo. Em 1995, fundou a empresa de contabilidade Auditeurs Associés – C.G.A, em Antananarivo, contando com 50 associados e prestando serviços para empresas nacionais e estrangeiras do setor privado. Em 2009, Rajaonarimampianina assumiu o cargo de Ministro das Finanças e do Orçamento do governo do ex-presidente Andry Rajoelina, que havia chegado ao poder naquele ano mediante golpe de Estado. Sem apoio da comunidade internacional, em razão da ilegitimidade do governo malgaxe, e em um ambiente econômico global desfavorável, Rajaonarimampianina logrou conter a inflação e manter a estabilidade do Ariary malgaxe, a moeda nacional. Em 2013, com o apoio do então presidente Rajoelina, ele estruturou a coalizão política Hery Vaovao hoan'i Madagasikara (Novas Forças para Madagascar) e concorreu à presidência juntamente com outros 32 concorrentes. Ele venceu as eleições no segundo turno, com 53,5% dos votos e tomou posse em 25 de janeiro de 2014, para um mandato de cinco anos.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Madagascar foram estabelecidas oficialmente em 7 de outubro de 1996. Desde então, o Brasil mantém Embaixada cumulativa com a Missão em Maputo.

A primeira atividade de cooperação técnica bilateral Brasil-Madagascar teve lugar entre 13 e 29 de setembro de 2008, no âmbito da parceria ABC/ JICA (Programa JBPP). Delegação de seis profissionais de saúde malgaxes participou de curso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

treinamento em saúde materno-infantil no Brasil, com vistas à melhoria dos serviços de saúde materno infantil e neonatal em Madagascar. O curso incluiu visitas e treinamento no Hospital Sofia Feldman, em Belo Horizonte (MG), além de maternidades em Caruaru (PE) e em São Sebastião (DF).

Durante a crise política vivida por Madagascar entre 2009 e 2013 (ver a seção de política interna), o Brasil, em sintonia com a posição da União Africana e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), não reconheceu o governo resultante do golpe de estado de 2009. Dessa forma, missão da ABC que esteve prevista para ocorrer em 2009 não se concretizou. Em setembro de 2009, durante a 64ª Assembleia Geral da ONU, o Brasil, como membro do Comitê de Credenciais, votou contra a realização de discurso do Presidente *de facto*, Andry Rajoelina, no Debate Geral, o que suscitou agradecimentos por parte da liderança da diáspora malgaxe nos EUA.

Com a realização de eleições no final de 2013 e a inauguração de um governo legítimo e internacionalmente reconhecido em 2014, as relações bilaterais foram normalizadas.

Em setembro de 2017, o embaixador do Brasil em Madagascar, residente em Maputo, participou da Feira Internacional de Agricultura, realizada em Antananarivo. À margem do evento, foi recebido pelo presidente Hery Rajaonarimampianina, que solicitou apoio do Brasil para o desenvolvimento da agropecuária malagaxe.

Assuntos Consulares

Não há registros de cidadãos brasileiros em Madagascar. O Setor Consular da Embaixada em Maputo, Moçambique, detém a jurisdição consular brasileira para o país.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há créditos de Madagascar sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

POLÍTICA INTERNA

Tendo servido como entreposto comercial para árabes, desde o século VII d.C,. Madagascar passou a servir de entreposto também para europeus, a partir do século XVII, com a França

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

assumindo o controle absoluto sobre o território em 1895-96. Revoltas nacionalistas iniciadas em 1947 provocaram a reforma das instituições, em 1956, sob a Lei de Reforma de Ultramar, e Madagascar caminhou pacificamente em direção à independência, obtida em 1960.

Em 1972, um golpe militar estabeleceu um regime coletivista e, três anos depois, o capitão Didier Ratsiraka tomou o poder, governando o país entre 1975 e 1993.

Pressões da oposição forçaram Ratsiraka a promover a abertura política. Como resultado, em 1992 foi aprovada uma nova Constituição e realizaram-se eleições presidenciais, vencidas pelo oposicionista Albert Zafy. O novo governo desregulamentou a economia e iniciou privatizações para cumprir exigências do Fundo Monetário Internacional. Nas eleições de 1996, o ex-ditador Ratsiraka venceu Zafy e assumiu o poder no ano seguinte.

O crescimento da oposição ao regime liderado por Ratsiraka concentrou-se em torno do então prefeito de Antananarivo, Marc Ravalomanana. Em dezembro de 2001, ambos concorreram às eleições gerais.

O resultado da eleição presidencial foi controverso e ambos os candidatos reivindicaram a vitória. O Ministro do Interior declarou Ratsiraka vitorioso, mas seu opositor contestou os resultados. Em abril de 2002, a Corte Constitucional proclamou o prefeito da capital como vencedor. Em julho de 2002, Ratsiraka e vários de seus seguidores, sem apoio internacional, fugiram do país e exilaram-se na França.

Após o final da crise política de 2002, o Presidente Ravalomanana começou seu projeto de reformas econômicas, pelo qual pregava o "desenvolvimento rápido e duradouro" do país, e o lançamento da campanha de luta contra a corrupção. Em 2006, Ravalomanana reelegeu-se em primeiro turno para novo mandato de 5 anos.

Nova crise política teve início em janeiro de 2009, quando a oposição, liderada pelo prefeito da capital Antananarivo, Andry Rajoelina, lançou uma série de grandes manifestações e uma greve geral dirigidas contra o governo do Presidente Marc Ravalomanana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Antananarivo foi tomada por saques, incêndios e pânico, os quais, em seguida, se espalharam pelo país. Instalou-se sério impasse, que culminou com intervenção das Forças Armadas e a deposição do Presidente Marc Ravalomanana, que buscou refúgio na África do Sul. O poder foi passado a Rajoelina como chefe de uma “Autoridade Nacional de Transição” (HAT), ato convalidado pelo Parlamento e pela Corte Constitucional.

O novo governo malgaxe, porém, não foi reconhecido internacionalmente, tendo o país sido suspenso da SADC e da União Africana. Iniciou-se, então, longo período marcado por uma sucessão de tentativas de mediação internacional e nacional entre Rajoelina e seus principais opositores - os três ex-presidentes Marc Ravalomanana, Didier Ratsiraka e Albert Zafy.

O ex-Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, foi nomeado mediador da SADC. Após diversas tentativas, logrou-se consenso, em 2011, em torno de um "Mapa do Caminho", pelo qual as autoridades transitórias se comprometeram com a criação das condições necessárias para o retorno ao país de cidadãos malgaxes em exílio por razões políticas, inclusive o Presidente deposto, Marc Ravalomanana, bem como com a realização de eleições.

As eleições, inicialmente previstas para 2012, foram finalmente realizadas no final de 2013, após acordo pela retirada de candidaturas inicialmente apresentadas por Rajoelina, pela esposa de Ravalomanana e por Ratsiraka. Apoiado por Rajoelina, Hery Rajaonarimampianina (sem partido) venceu o segundo turno com 53,3% dos votos, contra 46,5% de Jean-Louis Robinson, apoiado por Ravalomanana. Nas eleições legislativas, o partido de Rajoelina, Miaraka Amin i Prezida Andry Rajoelina (MAPAR), ganhou 49 assentos; o Movimento Ravalomanana, do ex-Presidente deposto, ganhou 20 assentos; e os restantes assentos ficaram distribuídos entre independentes (25), o partido Vondrona Politika (13 assentos) e 25 outros pequenos partidos. Embora os resultados tenham sido contestados por Ravalomanana, as diversas missões internacionais de observação eleitoral (SADC, União Africana, União Europeia) coincidiram na avaliação de que as eleições foram livres, justas e pacíficas. Com o retorno à ordem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

constitucional, foram retiradas as suspensões que impediam a participação de Madagascar na União Africana e na SADC.

Ao longo do período de exceção, entre 2009 e final de 2013, Madagascar sofreu com a implementação de sanções por parte da comunidade internacional e viu retirados fundos externos que beneficiavam o país. O prolongamento da incerteza institucional levou à acentuada piora dos indicadores econômicos e sociais do país.

Não obstante a realização de eleições reconhecidas internacionalmente, persistem focos de tensão política. Em outubro de 2014, Marc Ravalomanana foi detido em Antananarivo, depois de retornar clandestinamente ao país e convocar conferência de imprensa na qual questionou a legitimidade do Governo eleito. Ravalomanana permaneceu em prisão domiciliar até maio de 2015. Depois de liberado, retornou às suas atividades empresariais, tendo sido posteriormente eleito para a presidência do partido Tiako I Madagasikara (TIM, “Eu amo Madagascar”). Ravalomanana já anunciou a intenção de participar do próximo pleito, previsto para o final de 2018.

Evolução recente e perspectivas

Embora a eleição de Rajaonarimampianina tenha colocado termo temporário à instabilidade institucional, nos últimos meses a situação política em Madagascar voltou a se deteriorar. Em abril, protestos violentos eclodiram na esteira da aprovação, por margem estreita, de três projetos de lei sobre as eleições gerais previstas para o fim de 2018. A oposição mostrou-se insatisfeita com o endurecimento das regras de revisão das listas eleitorais, e o surgimento de acusações de que o governo teria pagado propina a deputados indecisos contribuiu para que os ânimos se acirrassem. As manifestações deixaram pelo menos dois mortos e duas dezenas de feridos.

O presidente Rajaponarimanpianina reagiu em tom ameaçador, o que apenas contribuiu para que seus opositores denunciassem a falta de comedimento do dignitário malgaxe em permitir à polícia o uso da força para reprimir protestos – que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

também possuem elemento de insatisfação com a crescente pobreza no país, o desemprego e o aumento da violência urbana.

Em 3 de maio, a Alta Corte Constitucional de Madagascar (HCC) considerou inconstitucionais várias cláusulas da nova legislação eleitoral. Pela legislação malgaxe, o projeto deveria ter sido reencaminhado para o parlamento, mas o presidente Rajaonarimampianina fez alterações de forma unilateral e publicou a nova lei em 11 de maio. Os partidos de oposição, em resposta, apresentaram à Corte pedido de destituição do atual governo. Em 25 de maio, a Corte Constitucional atendeu ao pedido da oposição e deu prazo de dez dias para o presidente formar um novo governo de união nacional. O ministro da Defesa Nacional chegou a afirmar estarem as forças armadas prontas a intervir em caso de fracasso para a formação de um governo de consenso. Em 5 de junho, o primeiro-ministro aquiesceu e renunciou ao cargo. Em seu lugar, assumiu Christian Louis Ntsay, ex-ministro do turismo (2002 a 2003) no início da gestão do ex-presidente Marc Ravalomanana, tendo também ocupado por dez anos o posto de representante de Madagascar, Comores, Maurício e Seicheles na Organização Internacional do Trabalho.

A decisão da HCC e a nomeação de Ntsay representaram um golpe contra as aspirações eleitorais do presidente Rajaonarimampianina, que, no início, do ano, anunciara sua candidatura à reeleição no pleito previsto para o fim do ano. O novo gabinete ministerial que tomou posse em 11 de junho inclui aliados políticos dos ex-presidentes Andry Rajoelina e Marc Ravalomanana, fazendo com que as três principais lideranças políticas malgaxes, todas aspirantes à presidência, passem a compartilhar o poder no país.

Poder legislativo

Madagascar conta com um parlamento bicameral. A Assembleia Nacional é composta por 151 assentos, com membros eleitos pelo voto popular para mandatos de cinco anos, e o Senado composto por 33 membros, sendo 22 eleitos por cada uma das 22 regiões e os 11 restantes indicados pelo Presidente, também com mandatos de cinco anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

POLÍTICA EXTERNA

A partir de 1997, o processo de globalização encorajou o governo do Presidente Didier Ratsiraka a aderir a políticas econômicas liberais e a procurar uma inserção nos mercados mundiais. O relacionamento externo refletiu essa tendência, embora o isolamento físico de Madagascar e sua tradicional orientação insular limitaram suas atividades no âmbito das organizações econômicas regionais e nas relações com seus vizinhos da África Oriental.

Madagascar, historicamente percebida como estando à margem dos principais temas africanos, retornou à União Africana em julho de 2003, depois de um hiato de 14 meses, causado pela crise política de 2002. Desde a independência, o país goza de estreitas relações com seus vizinhos (Maurício, Reunião, Seicheles e Comores), além de sempre ter sido bem ativo no organismo regional, a Comissão do Oceano Índico. As relações com a França (seu principal parceiro, tanto político quanto econômico), Alemanha, Reino Unido e Suíça, bem como com a Rússia, Japão, Índia e China, também se caracterizam pela intensidade.

O advento da crise política em 2009 alterou os rumos da política externa malgaxe, dando início a 5 anos de sanções e intensa participação da União Africana e, sobretudo, da SADC nas negociações com vistas à normalização da política interna no país. As eleições de 2013 levaram ao levantamento de sanções e à retomada da participação nos organismos dos quais o país havia sido suspenso (União Africana, SADC, Organização Internacional da Francofonia). O FMI e a União Europeia retomaram o apoio financeiro ao país em meados de 2014 e os EUA restauraram, a partir de janeiro de 2015, a participação malgaxe no "African Growth and Opportunity Act" (AGOA), programa que oferece acesso preferencial ao mercado norte-americano para países africanos selecionados.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Conjuntura Econômico-Comercial

Um dos países mais pobres do mundo (IDH de 0,512 e renda per capita de cerca de 420 dólares), Madagascar não foge à regra de grande parte dos países da África subsariaana de economia baseada em commodities e com baixíssimo índice de desenvolvimento social. Os principais produtos produzidos no país são baunilha, tabaco, arroz, café e têxteis, além da indústria extrativa concentrada em cobalto e níquel. O maior investimento na exploração desses minerais é feito pela empresa Sherritt (com capital canadense, japonês e sul-coreano) na mina de Ambatovy e monta a 8 bilhões de dólares.

A infraestrutura do país encontra-se em estado muito débil, agravado pela passagem do ciclone Enawo em março de 2017 (o pior em 13 anos), que contribuiu também para uma perda de 30% na agricultura malgaxe no último ano. Apesar disso, o crescimento econômico em 2017 chegou a 4,1% (segundo o BM), alimentado pelo aumento do investimento público em obras de construção e reabilitação de infraestruturas e pela recuperação de preços de produtos exportáveis como baunilha e têxteis. A inflação situa-se em patamar razoável (8% anuais), levando-se em conta os choques de oferta sofridos pelo país em anos recentes. Muito embora com as dificuldades características de país com elevados níveis de pobreza, Madagascar tem conduzido uma política fiscal de controle de gastos, de acordo com o estabelecido no programa do FMI em vigor, e que possibilitou a concessão de 300 milhões de dólares, sob a forma de "*extended credit facility*". O endividamento malgaxe é considerado sustentável, com a relação dívida/PIB alcançando 29%, em parte em razão do fato de o país ter sido mantido à margem da comunidade internacional, entre 2009 e final de 2013, como resposta ao golpe de estado perpetrado contra o governo de Marc Ravalomanana.

O presidente Hery Rajaonarimampianina tem defendido, com grande ênfase, prioridade à agricultura, que representa atualmente 26% do PIB, mas que vive um período de estagnação, com baixo índice de produtividade e necessidade de importação de alimentos, até mesmo do arroz, cultura tradicional do país. 80% da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

população vive na zona rural, em condições muitas vezes bem precárias.

A economia do país é, em larga medida, baseada na agricultura, na criação de gado e na pesca. O setor agrícola ocupa aproximadamente 70% da força de trabalho da ilha e a agricultura carece de ganhos de competitividade e de escala em diversos setores. O país é muito dependente de doações externas. Antes do desencadeamento da crise política de 2009, cerca da metade das receitas governamentais provinham dessa fonte de recursos, reduzidas ou mesmo interrompidas pela crise institucional em Madagascar. O acesso privilegiado de mercadorias malgaxes a alguns mercados, como é o caso dos Estados Unidos, foi igualmente prejudicado após o golpe. A restauração do acesso preferencial ao mercado norte-americano em 2015, ao amparo do AGOA ("*African Growth and Opportunity Act*"), ajudou a revigorar as exportações de têxteis.

O turismo internacional vem ganhando importância econômica e, tendo mantido patamares expressivos mesmo ao longo da crise política iniciada em 2009, beneficia-se da recuperação econômica na Europa.

O setor petrolífero de Madagascar passa por processo de expansão, devido às reservas descobertas na última década. O país tem tentado atrair, nos últimos anos, investidores estrangeiros dispostos a investir em seus blocos onshore e offshore, esforço prejudicado, no entanto, pela instabilidade política e incertezas acerca da viabilidade econômica dos blocos petrolíferos. No momento, o grupo austríaco OMV e a norte-americana ExxonMobil desenvolvem atividades de exploração, ao passo que a Madagascar Oil iniciou a primeira fase de produção comercial em 2015.

Comércio

As exportações malgaxes mostraram evolução favorável na última década, considerando que passaram de US$1,343 bilhões em 2007 para o patamar de US$ 2,799 bilhões em 2017. Os principais destinos para as exportações globais de Madagascar, em 2017, foram: França (22,5% do total); Estados Unidos (18,8%);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Alemanha (7,3%); China (6,3%); Países Baixos (5,0%); Japão (3,8%); Índia (3,1%); África do Sul (3,0%). O Brasil foi o 70º destino para a oferta exportável do país, com participação de 0,01%. Com referência à estrutura da oferta, foram os seguintes os principais grupos de produtos da exportação global de Madagascar, em 2017: cravo da índia e outras especiarias (32,8% do total); artigos de vestuário (18,8%); níquel (12,9%); outros metais comuns (6,0%); pescados (4,9%); minérios (4,0%); pedras preciosas (3,9%); óleos essenciais (1,6%); gomas e resinas (1,5%).

No que concerne às importações, Madagascar comprou do mundo, em 2007, US$ 2,445 bilhões. Em 2017, o patamar elevou-se para US$ 3,664 bilhões. Os principais supridores das importações malgaxes, em 2017, foram: China (20,7% de participação); Emirados Árabes Unidos (7,6%); Índia (7,4%); França (6,7%); África do Sul (5,2%); Arábia Saudita (4,2%); Paquistão (3,9%); Estados Unidos (2,9%); Coreia do Sul (2,9%). O Brasil, com 1,6% de participação, foi o 16º fornecedor de bens para Madagascar. Os principais grupos de produtos da importação global do país, em 2017, foram: combustíveis e lubrificantes (14,8% do total geral); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (8,9%); automóveis (7,9%); cereais (6,9%); máquinas e instrumentos elétricos (5,2%); óleos vegetais (3,8%); lã (3,9%); sal, enxofre, pedras e cimento (3,5%); manufaturas de plástico (3,3%); produtos farmacêuticos (2,9%); e algodão (2,7%).

Vale ressaltar que a balança comercial do país é tradicionalmente deficitária. Nessas condições, em 2017, o déficit de Madagascar em suas transações comerciais alcançou US$ 865 milhões.

Relações Comerciais Bilaterais

De 2007 a 2017, o comércio bilateral entre o Brasil e Madagascar evoluiu de US$ 9,439 milhões para US$ 64,906 milhões. Em 2017, o intercâmbio registrou importante aumento, praticamente dobrando em comparação com 2016. O crescimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do comércio entre os dois países, em 2017, deu-se, principalmente, pelo aumento das exportações brasileiras de açúcar e de máquinas para terraplanagem. As importações brasileiras originárias de Madagascar têm pouca representatividade no total das trocas comerciais entre os dois países. O saldo comercial é, portanto, tradicionalmente favorável ao Brasil e, no último triênio, os superávits foram: US$ 20,7 milhões (2015); US$ 29,4 milhões (2016); e US$ 61,2 milhões (2017).

Nos últimos dez anos, as exportações brasileiras para Madagascar cresceram 91%, de US$ 12,6 milhões em 2005, para US$ 23,9 milhões em 2014. Além do açúcar e das máquinas para terraplanagem, as vendas brasileiras para Madagascar em 2017 foram marcadas pelos seguintes itens: produtos de confeitaria sem cacau (valor de US$ 1,386 milhão ou 2,2%); farelo de soja (valor de US$ 1,278 milhões ou 2,0%); pneus novos de borracha (valor de US$ 277 mil; ou 0,4%); ovos de aves (US$ 260 mil, ou 0,4%).

No que se refere às importações, as compras brasileiras originárias de Madagascar evoluíram de de US$ 204 mil, em 2007, para US$ 1,853 milhão, em 2017. Os principais produtos importados do parceiro africano pelo Brasil em 2017 foram: *(i)* mates de cobalto (valor de US$ 730 mil, ou 39,4% do total); *(ii)* camisas masculinas (valor de US$ 457 mil; ou 24,7%); *(iii)* nióbio, tântalo e zircônio (US$ 248 mil, ou 13,4%); e baunilha (US$ 137 mil, ou 7,4%).

Investimentos Brasileiros

O Banco Central do Brasil não dispõe de registro de investimentos brasileiros em Madagascar. Não há, tampouco, registro de capitais oriundos de Madagascar no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1880-1905	França consolida seu domínio sobre Madagascar.
1910-20	Cresce o nacionalismo malgaxe.
1946	Madagascar se torna Território Ultramarino.
26/06/1960	Independência. Philibert Tsiranana presidente.
Junho de 1975	O Comandante Didier Ratsiraka é nomeado chefe de Estado após golpe. O país é renomeado República Democrática de Madagascar e Ratsiraka é eleito presidente.
1992	Sob pressão popular, Ratsiraka introduz reformas democráticas. Nova Constituição é aprovada por referendo.
1993	Albert Zafy eleito presidente.
1996	Impedimento de Zafy. Ratsiraka retorna à presidência.
Maio de 2001	Senado volta a funcionar depois de 29 anos.
Dezembro de 2001	Após o primeiro turno das eleições, o candidato da oposição, Marc Ravalomanana, proclama sua vitória e afirma não haver necessidade de segundo turno.
Fevereiro de 2002	Ravalomanana declara-se presidente. Ratsiraka não admite derrota.
Abril de 2002	A Corte Constitucional declara Ravalomanana vitorioso nas eleições de dezembro, após recontagem dos votos. Ratsiraka não acata decisão judicial.
Julho de 2002	Ratsiraka exila-se na França, terminando o impasse político.
Dezembro de 2002	O partido de Ravalomanana consegue maioria parlamentar.
Outubro de 2004	O BM e o FMI cancelam cerca de metade da dívida de Madagascar (US$ 2 bilhões).
Dezembro de 2006	Marc Ravalomanana reelege-se presidente.
Julho de 2007	O Presidente Ravalomanana dissolve o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Parlamento.
Março de 2009	Deposição de Ravalomanana pelas Forças Armadas. Rajoelina passa a exercer a Chefia de Estado enquanto cumpre a função de Presidente da Autoridade de Transição (HAT).
Out/Dez de 2013	Realização de eleições presidenciais e legislativas
Janeiro de 2014	Inauguração do mandato do Presidente Hery Rajaonarimampianina
Abril/Maio de 2018	Fortes protestos forçam a renúncia do primeiro-ministro e a formação de novo gabinete de ministros

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Outubro de 1996	Estabelecimento de relações bilaterais. Brasil passa a manter Embaixada cumulativa com a missão em Maputo.
Janeiro de 2009	O Governo brasileiro não reconhece Governo instalado após golpe de estado.
Janeiro de 2014	Relações normalizadas, após a inauguração de Governo legítimo.

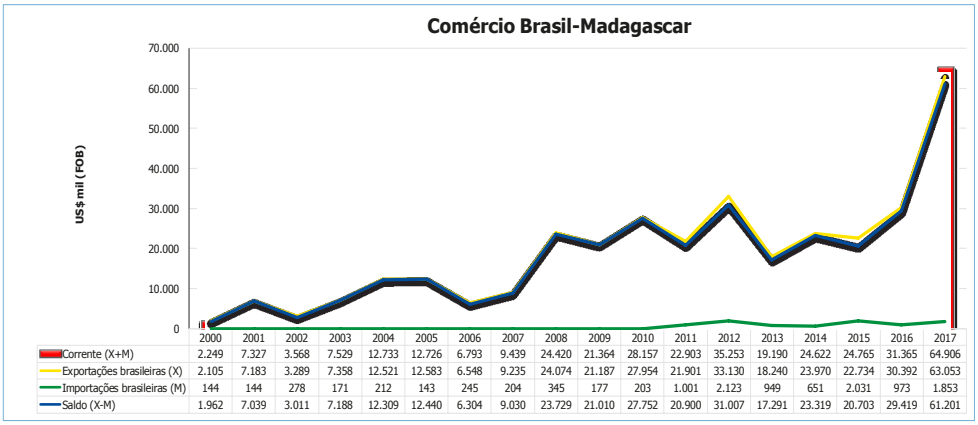
ATOS BILATERAIS

Não há atos bilaterais assinados entre Brasil e Madagascar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS COMERCIAIS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente (X+M)	2.249	7.327	3.568	7.529	12.733	12.726	6.793	9.439	24.420	21.364	28.157	22.903	35.253	19.190	24.622	24.765	31.365	64.906
Exportações brasileiras (X)	2.105	7.183	3.289	7.358	12.521	12.583	6.548	9.235	24.074	21.187	27.954	21.901	33.130	18.240	23.970	22.734	30.392	63.053
Importações brasileiras (M)	144	144	278	171	212	143	245	204	345	177	203	1.001	2.123	949	651	2.031	973	1.853
Saldo (X-M)	1.962	7.039	3.011	7.188	12.309	12.440	6.304	9.030	23.729	21.010	27.752	20.900	31.007	17.291	23.319	20.703	29.419	61.201

2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mai)	28.525	314	28.840	28.211
2018 (jan-mai)	10.270	1.328	11.598	8.942

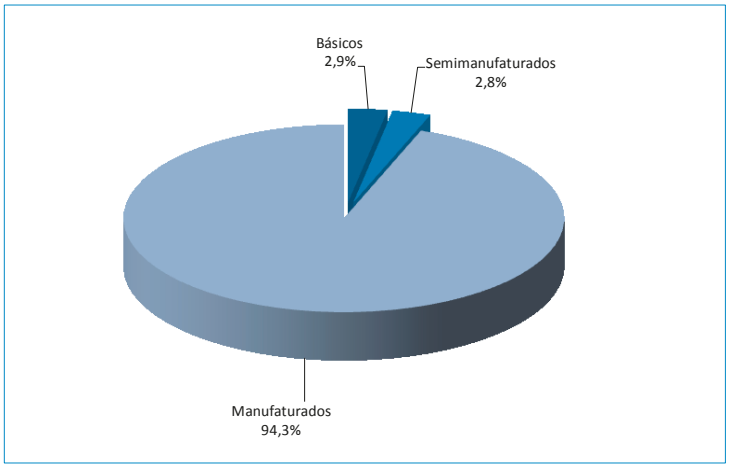
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Junho de 2018.

95
Parte integrante do Avulso da MSF nº 61 de 2018.
Página 98 de 109

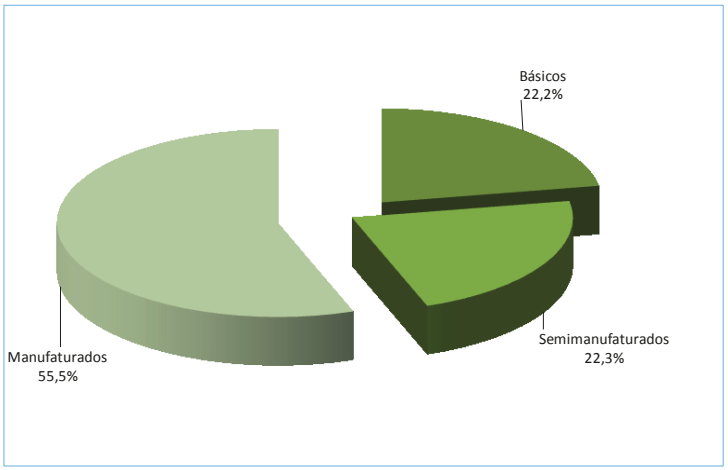
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Junho de 2018.

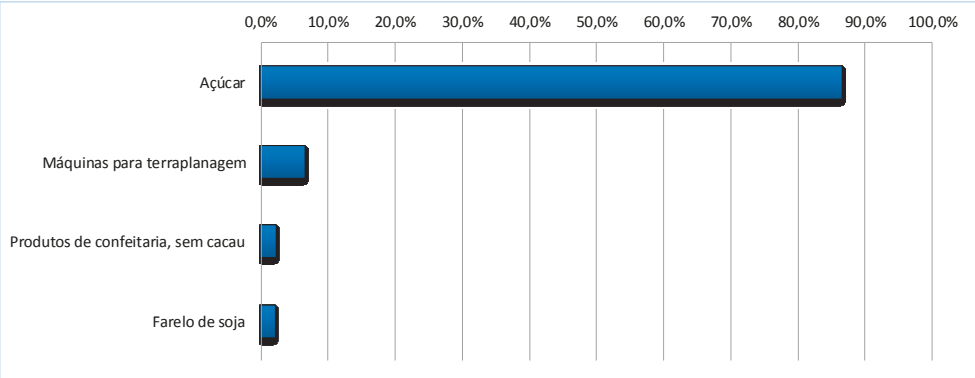
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações brasileiras para Madagascar (SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	15.846	69,7%	25.009	82,3%	54.489	86,4%
Máquinas para terraplanagem	0	0,0%	279	0,9%	4.070	6,5%
Produtos de confeitaria, sem cacau	240	1,1%	343	1,1%	1.386	2,2%
Farelo de soja	2.589	11,4%	3.403	11,2%	1.278	2,0%
Pneus novos	554	2,4%	290	1,0%	277	0,4%
Ovos de aves	0	0,0%	0	0,0%	260	0,4%
Galos, galinhas, perus, vivos	0	0,0%	0	0,0%	192	0,3%
Tratores	102	0,4%	0	0,0%	107	0,2%
Veículos para transporte de mercadorias	0	0,0%	247	0,8%	102	0,2%
Outros móveis de madeira	24	0,1%	49	0,2%	99	0,2%
Subtotal	**19.355**	**85,1%**	**29.620**	**97,5%**	**62.260**	**98,7%**
Outros	**3.379**	**14,9%**	**772**	**2,5%**	**793**	**1,3%**
Total	**22.734**	**100,0%**	**30.392**	**100,0%**	**63.053**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017



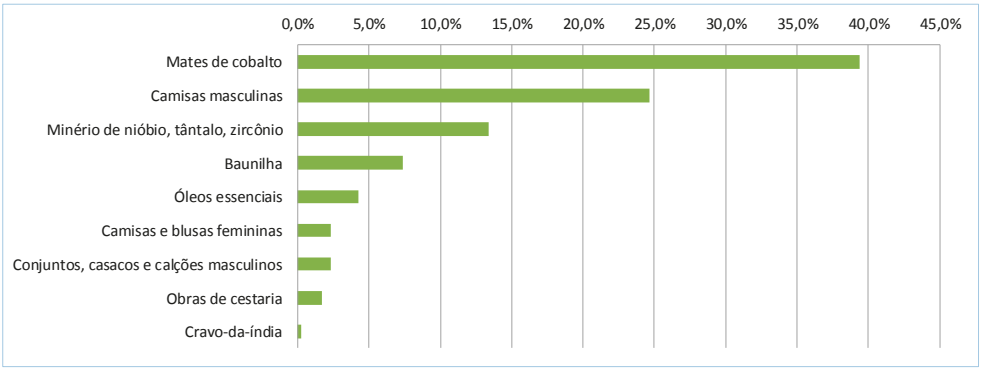
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações brasileiras originárias de Madagascar (SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Mates de cobalto	0	0,0%	0	0,0%	730	39,4%
Camisas masculinas	328	16,1%	386	39,7%	457	24,7%
Minério de nióbio, tântalo, zircônio	0	0,0%	0	0,0%	248	13,4%
Baunilha	17	0,8%	52	5,3%	137	7,4%
Óleos essenciais	22	1,1%	59	6,1%	79	4,3%
Camisas e blusas femininas	28	1,4%	30	3,1%	43	2,3%
Conjuntos, casacos e calções masculinos	27	1,3%	53	5,4%	43	2,3%
Obras de cestaria	9	0,4%	5	0,5%	32	1,7%
Cravo-da-índia	259	12,8%	215	22,1%	5	0,3%
Níquel em formas brutas	662	32,6%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	**1.352**	**66,6%**	**800**	**82,2%**	**1.774**	**95,8%**
Outros	**679**	**33,4%**	**173**	**17,8%**	**79**	**4,2%**
Total	**2.031**	**100,0%**	**973**	**100,0%**	**1.853**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

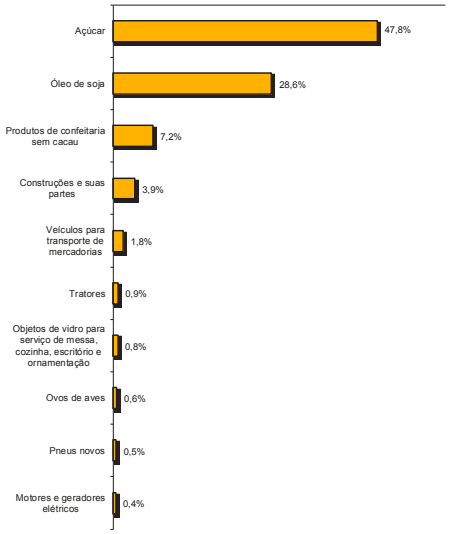


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil

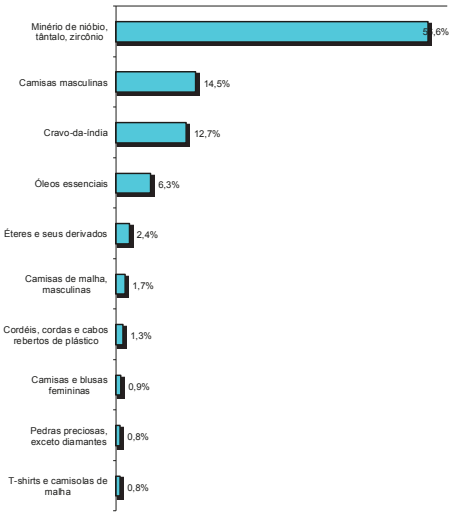
Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-mai)	Part. % no total	2018 (jan-mai)	Part. % no total
Exportações				
Açúcar	22.729	79,7%	4.912	47,8%
Óleo de soja	0	0,0%	2.938	28,6%
Produtos de confeitaria sem cacau	314	1,1%	735	7,2%
Construções e suas partes	0	0,0%	401	3,9%
Veículos para transporte de mercadorias	0	0,0%	188	1,8%
Tratores	107	0,4%	88	0,9%
Objetos de vidro para serviço de messa, cozinha, escritório e ornamentação	60	0,2%	82	0,8%
Ovos de aves	0	0,0%	65	0,6%
Pneus novos	182	0,6%	53	0,5%
Motores e geradores elétricos	0	0,0%	44	0,4%
Subtotal	**23.392**	**82,0%**	**9.506**	**92,6%**
Outros	**5.133**	**18,0%**	**764**	**7,4%**
Total	**28.525**	**100,0%**	**10.270**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018



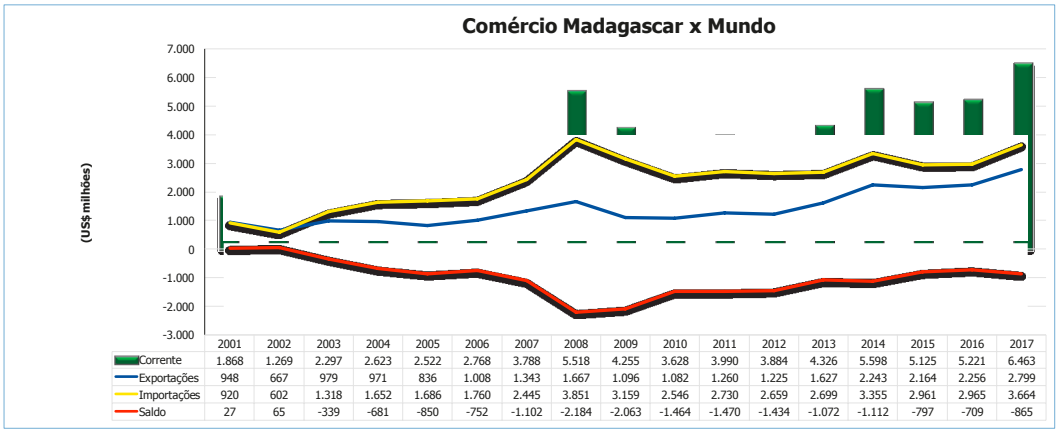
Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-mai)	Part. % no total	2018 (jan-mai)	Part. % no total
Importações				
Minério de nióbio, tântalo, zircônio	0	0,0%	752	56,6%
Camisas masculinas	176	56,0%	192	14,5%
Cravo-da-índia	3	1,0%	169	12,7%
Óleos essenciais	27	8,6%	84	6,3%
Éteres e seus derivados	0	0,0%	32	2,4%
Camisas de malha, masculinas	0	0,0%	22	1,7%
Cordéis, cordas e cabos rebertos de plástico	0	0,1%	17	1,3%
Camisas e blusas femininas	20	6,4%	12	0,9%
Pedras preciosas, exceto diamantes	2	0,6%	10	0,8%
T-shirts e camisolas de malha	3	1,0%	10	0,8%
Subtotal	**231**	**73,6%**	**1.300**	**97,9%**
Outros produtos	**83**	**26,4%**	**28**	**2,1%**
Total	**314**	**100,0%**	**1.328**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente	1.868	1.269	2.297	2.623	2.522	2.768	3.788	5.518	4.255	3.628	3.990	3.884	4.326	5.598	5.125	5.221	6.463
Exportações	948	667	979	971	836	1.008	1.343	1.667	1.096	1.082	1.260	1.225	1.627	2.243	2.164	2.256	2.799
Importações	920	602	1.318	1.652	1.686	1.760	2.445	3.851	3.159	2.546	2.730	2.659	2.699	3.355	2.961	2.965	3.664
Saldo	27	65	-339	-681	-850	-752	-1.102	-2.184	-2.063	-1.464	-1.470	-1.434	-1.072	-1.112	-797	-709	-865

2017 / 2018	Exportações	Importações	Corrente de comércio	Saldo
2016 (jan-mar)	669	792	1.460	-123
2017 (jan-mar)	776	951	1.727	-175

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

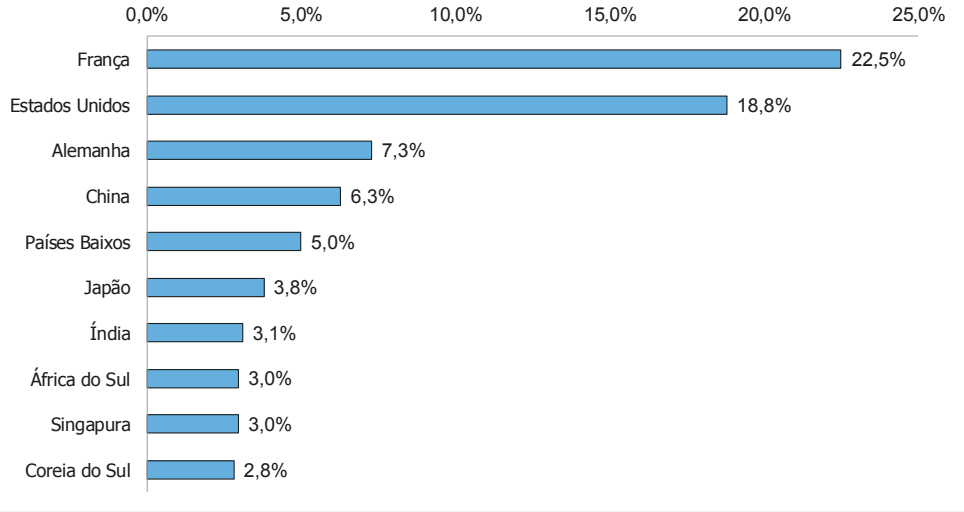
100
Parte integrante do Avulso da MSF nº 61 de 2018.
Página 103 de 109

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais destinos das exportações de Madagascar
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
França	630	22,5%
Estados Unidos	526	18,8%
Alemanha	204	7,3%
China	176	6,3%
Países Baixos	140	5,0%
Japão	106	3,8%
Índia	87	3,1%
África do Sul	83	3,0%
Singapura	83	3,0%
Coreia do Sul	79	2,8%
...		
Brasil (70º lugar)	**0,3**	***0,01%***
Subtotal	**2.114**	**75,5%**
Outros países	**685**	**24,5%**
Total	**2.799**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

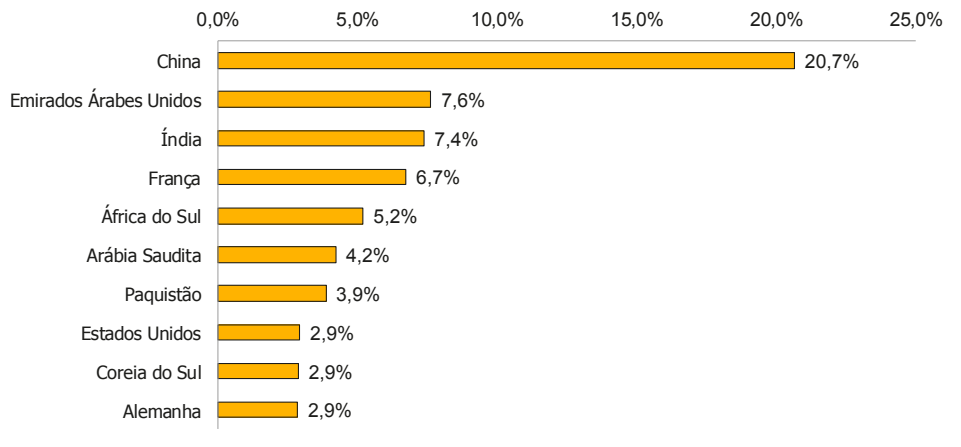


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais origens das importações de Madagascar
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
China	757	20,7%
Emirados Árabes Unidos	280	7,6%
Índia	271	7,4%
França	247	6,7%
África do Sul	191	5,2%
Arábia Saudita	155	4,2%
Paquistão	142	3,9%
Estados Unidos	108	2,9%
Coreia do Sul	106	2,9%
Alemanha	105	2,9%
...		
Brasil (16º lugar)	***60***	***1,6%***
Subtotal	**2.422**	**66,1%**
Outros países	**1.242**	**33,9%**
Total	**3.664**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.



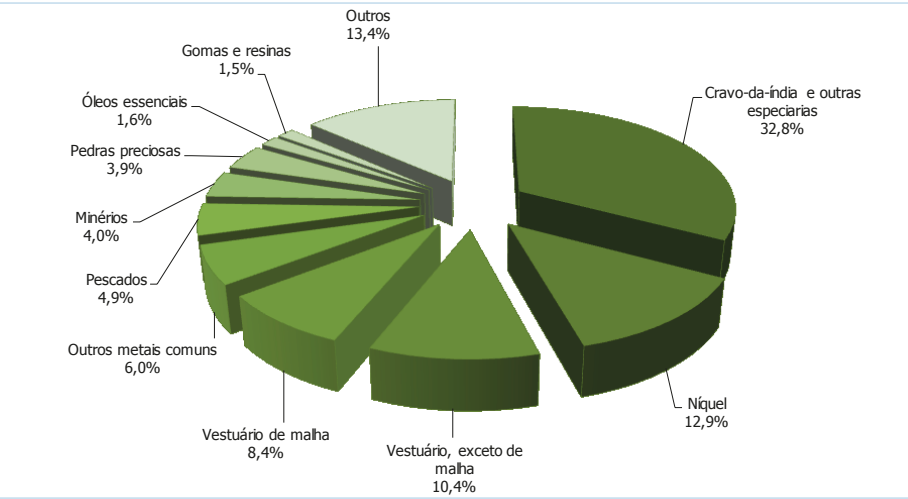
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações de Madagascar (SH2)
US$ milhões

Grupos de Produtos	2017	Part.% no total
Cravo-da-índia e outras especiarias	919	32,8%
Níquel	362	12,9%
Vestuário, exceto de malha	291	10,4%
Vestuário de malha	236	8,4%
Outros metais comuns	168	6,0%
Pescados	138	4,9%
Minérios	113	4,0%
Pedras preciosas	110	3,9%
Óleos essenciais	45	1,6%
Gomas e resinas	41	1,5%
Subtotal	**2.423**	**86,6%**
Outros	**376**	**13,4%**
Total	**2.799**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

10 principais grupos de produtos exportados



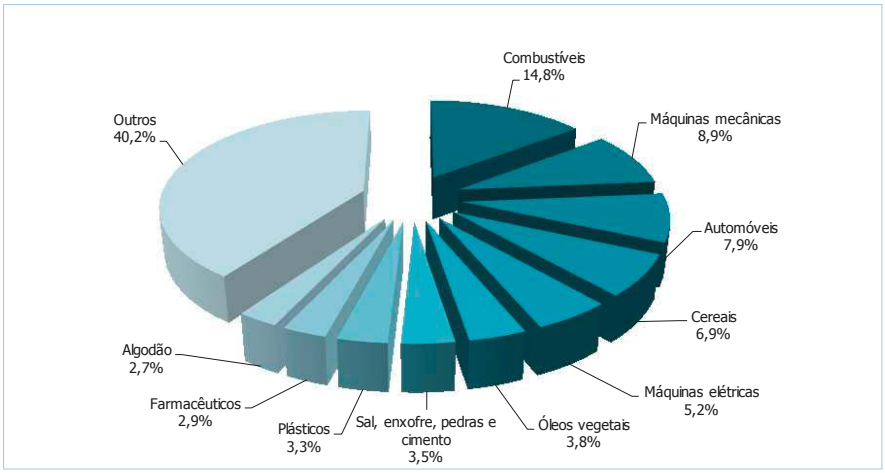
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações de Madagascar (SH2)
US$ milhões

Grupos de produtos	2017	Part.% no total
Combustíveis	541	14,8%
Máquinas mecânicas	325	8,9%
Automóveis	291	7,9%
Cereais	251	6,9%
Máquinas elétricas	190	5,2%
Óleos vegetais	139	3,8%
Sal, enxofre, pedras e cimento	127	3,5%
Plásticos	121	3,3%
Farmacêuticos	107	2,9%
Algodão	100	2,7%
Subtotal	**2.192**	**59,8%**
Outros	**1.472**	**40,2%**
Total	**3.664**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

10 principais grupos de produtos importados



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais indicadores socioeconômicos de Madagascar

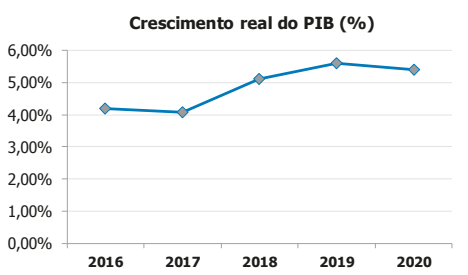
Indicador	2016	2017	2018(1)	2019(1)	2020(1)
Crescimento real do PIB (%)	4,18%	4,09%	5,10%	5,59%	5,40%
PIB nominal (US$ bilhões)	10,00	11,46	12,61	13,56	14,61
PIB nominal "per capita" (US$)	401	448	479	501	525
PIB PPP (US$ bilhões)	37,50	39,73	42,71	46,07	49,51
PIB PPP "per capita" (US$)	1.505	1.551	1.622	1.703	1.781
População (milhões habitantes)	24,92	25,61	26,33	27,06	27,80
Inflação (%)(2)	6,95%	8,08%	7,86%	6,17%	5,70%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	0,57%	-3,40%	-4,03%	-4,85%	-4,73%
Câmbio (AR / US$)(2)	3.176,5	3.116,1	3.177,5	3.247,3	n.d.
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			23,7%		
Indústria			16,0%		
Serviços			60,3%		

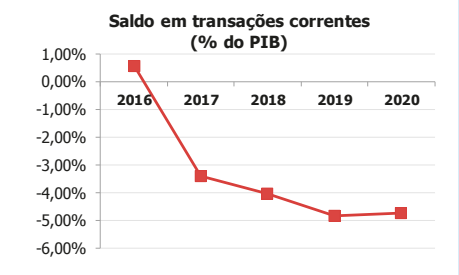
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 2nd Quarter 2018 e da Cia.gov/World Factbook.

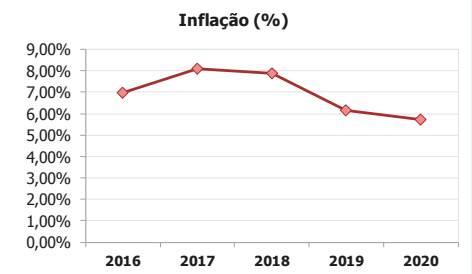
(n.d.) Dado não disponível.

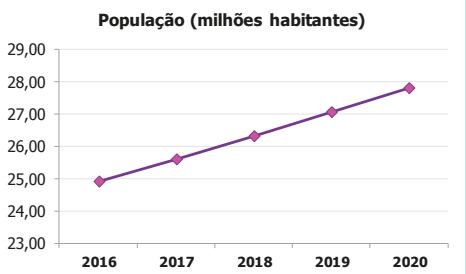
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.









ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aviso nº 322 - C. Civil.

Em 27 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 62, DE 2018

(nº 358/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO AUGUSTO MARTINS CESAR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na República Federal Islâmica das Comores e na República de Seicheles.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mensagem nº 358

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO AUGUSTO MARTINS CESAR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na República Federal Islâmica das Comores e na República de Seicheles.

Os méritos do Senhor Antonio Augusto Martins Cesar que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de junho de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EM nº 00156/2018 MRE

Brasília, 21 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANTONIO AUGUSTO MARTINS CESAR**, ministro de segunda classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na República Federal Islâmica das Comores e na República de Seicheles.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de **ANTONIO AUGUSTO MARTINS CESAR** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *ANTONIO AUGUSTO MARTINS CESAR*
CPF.: 024.354.989-00
ID.: 39279738 SSP/PR

1974	Filho de Jorge Augusto Cesar e Francis Elizabeth Cesar Martins, nasce 16 de outubro de 1974, em Umuarama, PR
Dados Acadêmicos:	
1996	Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, Paraná
1999	CAD - IRBr
2011	CAE - IRBr, Dez anos do Processo de Kimberley: elementos, experiências adquiridas e perspectivas para fundamentar a atuação diplomática brasileira
Cargos:	
1997	Terceiro-secretário
2003	Segundo-secretário
2007	Primeiro-secretário
2010	Conselheiro
2017	Ministro de segunda classe
Funções:	
1999	Embaixada em Caracas, estágio profissionalizante
1999	Divisão da Europa I, assistente
2000	Embaixada em São Salvador, terceiro-secretário
2003	Embaixada em Assunção, terceiro-secretário e segundo-secretário
2005	Embaixada em Windhoek, segundo-secretário, primeiro-secretário e conselheiro comissionado
2008	Divisão da África I, chefe, substituto
2008	Reuniões de Comissão Mista: Benin (2008), Marrocos (2008), República do Congo (2009), Senegal (2010) e Togo (2009), membro da delegação
2008	Reuniões do Processo de Kimberley em Nova Delhi, Windhoek, Swakopmund e Jerusalém, membro da delegação (2008-2010)
2010	Reunião Brasil-CEDEAO, Cabo Verde, membro da delegação
2010	Reunião de Consultas Políticas Brasil-Nigéria, membro da delegação
2011	Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2012	Embaixada em Lisboa, conselheiro
2016	Embaixada em Pretória, ministro-conselheiro, comissionado
2017	Embaixada em Pretória, ministro-Conselheiro
Condecorações:	
2012	Ordem de Rio Branco, Comendador

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TANZÂNIA







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS SOBRE A TANZÂNIA

NOME OFICIAL:	República Unida da Tanzânia
GENTÍLICO:	Tanzaniano(a)
CAPITAL:	Dodoma (capital oficial e sede do Legislativo); Dar es Salam (sede do Executivo e Judiciário)
ÁREA:	885.800 km²
POPULAÇÃO:	54 milhões (2017 est.)
IDIOMAS OFICIAIS:	Suaíli e Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES (CIA est. 2017):	Cristianismo (61%); Islamismo (35%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento unicameral (*Bunge*), 393 assentos. Mandatos de cinco anos. Do total, 264 são eleitos diretamente, 113 mulheres eleitas diretamente por votos de representação proporcional, 5 eleitos pela Casa dos Representantes de Zanzibar, 10 indicados pelo presidente e 1 assento reservado ao Procurador-Geral.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente John Magufuli (desde nov/2015)
CHANCELER:	Augustine Philip Mahiga (desde 2015)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (Banco Mundial, 2017):	US$ 47,5 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (Banco Mundial, 2016):	US$ 138,5 bilhões (2016, Banco Mundial)
PIB *PER CAPITA:*	US$ 879,6,6
PIB PPP *PER CAPITA:*	US$ 2564,8
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	6,8% (2017); 7,2% (2016); 7% (2015)
ÍND. DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH):	0,531 – 151º no ranking (PNUD, 2015)
EXPECTATIVA DE VIDA:	65,5 anos (PNUD, 2015)
ALFABETIZAÇÃO:	77,9% (CIA, est.2015)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	10,3% (CIA, est. 2014)
UNIDADE MONETÁRIA:	Shilling tanzaniano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Emmanuel John Nchimbi
BRASILEIROS NO PAÍS:	131 cidadãos brasileiros matriculados na jurisdição de Dar es Salam (Tanzânia, Comores e Seicheles)
EMBAIXADOR EM DAR ES SALAM:	Carlos Alfonso Iglesias Puente

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – TANZÂNIA (fonte: MDIC) **US$ milhões FOB**

BRASIL ➔ TANZÂNIA	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**
Intercâmbio	**5,64**	**6,5**	**4,7**	**14,4**	**17,9**	**31,3**	**66,1**	**24,2**	**16,8**	**29,9**
Exportações	5,6	6,5	4,7	14,1	17,9	31,28	66,1	24,2	16,8	29,8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Importações	-	-	0,01	0,3	-	0,035	0,008	0,001	0,02	0,05
Saldo	5,6	6,5	4,7	13,8	17,9	31,25	66,1	24,2	16,8	29,8

Informação elaborada em 18 de junho de 2018, pelo PS Augusto César Teixeira Leite (DIAOS). Revisada pelo Ministro Paulo Cypriano (chefe da DIAOS)

APRESENTAÇÃO

A Tanzânia constitui país populoso, com 56 milhões de habitantes, dotado de notável estabilidade política e institucional e que, apesar de ainda ser considerado país de menor desenvolvimento relativo (PMDR), tem se caracterizado por crescimento econômico contínuo, da ordem de 6 a 7% anuais, há mais de 15 anos. Embora essa realidade tenha permitido francos progressos em sua meta de atingir o status de país de renda média até 2025, o país ainda permanece diante de desafios sociais significativos.

Logo após a independência do Reino Unido, em 1961, Tanganica e Zanzibar formaram a República Unida da Tanzânia, em 1964. O partido governamental – CCM (Partido da Revolução) – está no poder desde a independência. Em 1985, foi implementado o multipartidarismo e a prática de eleições regulares em âmbito nacional (em 1995 ocorreram as primeiras eleições democráticas), sempre vencidas pelo CCM. Há limitação de mandatos presidenciais (é permitida uma única reeleição) e instituições consideradas democráticas, o que tem colocado a Tanzânia em posição singular no contexto regional e continental, onde sobressai como exemplo de estabilidade, sem a perpetuação de personalidades no comando do país.

A longa e duradoura estabilidade política tem-se mostrado fator essencial para atrair investimentos externos e contribuir para os avanços econômicos. A Tanzânia constitui, após o Quênia, a segunda maior economia da East African Community (EAC), que tem sede naquele país, em Arusha. Embora os índices de pobreza declinem em ritmo intenso (de 60% em 2007 para 47% em 2016), o número absoluto de pobres continua elevado (12 milhões de tanzanianos ainda vivem abaixo da linha de pobreza extrema), em função de taxas de crescimento populacional acima de 3% anuais: o país poderá abrigar quase 100 milhões de habitantes em 2050 e, mantidas as atuais taxas de natalidade, até 300 milhões em 2099.

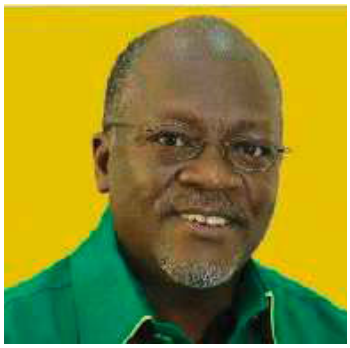
As credenciais de estabilidade política do país também contribuem para que a Tanzânia desempenhe papel construtivo na solução pacífica de impasses políticos e conflitos regionais, como no caso de sua atuação relativa à República Democrática do Congo (RDC) e ao Burundi. O país também é importante contribuinte de tropas para missões de paz no continente africano, em especial para a RDC (1135 militares para a MONUSCO), principal engajamento do país em missões de manutenção da paz das Nações Unidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No plano bilateral, a abertura da embaixada brasileira em Dar es Salam, em 2005, associada à visita do então presidente Lula à Tanzânia, em 2010, iniciou período de intensificação sem precedentes do relacionamento bilateral tanto no domínio econômico-comercial quanto no plano da cooperação. O diálogo político entre os dois países é fluido, o que se reflete no frequente apoio tanzaniano às candidaturas brasileiras a diversos cargos de importância em organismos internacionais.

PERFIS BIOGRÁFICOS

JOHN MAGUFULI
Presidente
Chefe de Estado e de Governo



John Magufuli nasceu em Chato, 1959. Formado em Química pela Universidade de Dar es Salam, foi eleito membro do parlamento tanzaniano em 1995. Dentre as funções exercidas, destacam-se: ministro das Terras e do Assentamento Humano, em 2006, ministro da Pecuária e Pesca, de 2008 a 2010, e ministro do Trabalho, de 2010 a 2015. Venceu as eleições presidenciais de 2015 pelo partido CCM (Chama Cha Mapinduzi, principal partido do país) e tomou posse em novembro do mesmo ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELAÇÕES BILATERAIS

Introdução

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Tanzânia em 1970. Em 1979, foi criada a embaixada residente brasileira em Dar es Salam, desativada em 1991. Em mar/2005, a representação brasileira foi reaberta. O governo tanzaniano estabeleceu sua embaixada em Brasília em 2007.

Incremento das relações bilaterais

A reabertura de Embaixada residente em Dar es Salam constituiu passo importante para a nova aproximação entre Brasil e Tanzânia. Logo em março de 2006, o então presidente Jakaya Kikwete transmitiu convite para que seu homólogo brasileiro visitasse a Tanzânia. Na ocasião, Kikwete mencionou três áreas de cooperação nas quais identificava boas perspectivas de adensamento do relacionamento bilateral: (i) incremento de investimentos brasileiros e da presença de bens e serviços do Brasil no mercado tanzaniano; (ii) uso de tecnologia brasileira para o desenvolvimento do setor agrícola da Tanzânia; e (iii) recrutamento de técnico brasileiro de futebol para treinar a equipe nacional. A terceira proposta, de interesse particular de Kikwete, concretizou-se em poucos meses, com a contratação do técnico brasileiro Márcio Máximo, que foi treinador da seleção da Tanzânia entre 2006 e 2010.

Em agosto de 2008, foi realizada, em Dar es Salam, a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Tanzânia (Comista). Ficou evidente a importância atribuída pelo lado tanzaniano à cooperação em agricultura com a designação do então Secretário Permanente do Ministério de Agricultura, Segurança Alimentar e Cooperativas da Tanzânia para chefiar a delegação de seu país. Outras áreas identificadas como prioritárias para o desenvolvimento da cooperação bilateral foram saúde (combate ao HIV/AIDS e à malária), esporte e educação. Estudou-se, igualmente, a possibilidade de cooperação na área de biocombustíveis (etanol). No encerramento da I Comista, foram assinados os seguintes atos bilaterais: Acordo de Cooperação Educacional; Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Esportes; Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico; e Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço.

Em set/2008, o então presidente Lula manteve encontro com seu homólogo, à margem da abertura do Debate Geral da Assembleia Geral da Organização das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nações Unidas (AGNU). Em 2009, o então ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Edson Santos, participou, como representante do então presidente Lula da Silva, da Cúpula Leon H. Sullivan, realizada em Arusha, sobre o tema "Turismo e Desenvolvimento de Infraestrutura".

Em 2010, em resposta às propostas de intensificação da cooperação esportiva entre os dois países, o Brasil apoiou a participação de quatro profissionais tanzanianos em Curso Internacional para Treinadores de Futebol realizado em São Paulo.

Em jul/2010, o então presidente Lula da Silva realizou visita histórica à Tanzânia, a primeira de chefe de estado brasileiro ao país. O programa da visita incluiu: encontro empresarial; visita à 34ª Feira Internacional de Comércio de Dar es Salam; e encontros na State House com o entao Presidente Kikwete, o então primeiro-ministro Mizengo Pinda e outras altas autoridades tanzanianas. A visita propiciou o aprofundamento dos contatos bilaterais em novas áreas, como biocombustíveis, agricultura, TV digital, investimentos em infraestrutura e mineração e comércio.

Na sequência, visitaram o Brasil, em menos de dois anos, o então chanceler Bernard Membe (set/ 2010), o então primeiro-ministro Pinda (out/ 2011) e o então presidente Jakaya Kikwete (abr/2012).

Acompanhado de delegação composta por representantes governamentais ligados a áreas como agricultura, energia e finanças, o então chanceler Membe cumpriu extensa agenda, que incluiu visitas à Embraer, à UNICA, ao BNDES, à Fiocruz, a Itaipu, à Petrobras, à FIESP e à Embrapa, além de encontros com autoridades dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, de Minas e Energia e dos Esportes.

Em sua visita, o então PM Pinda cumpriu agenda de encontros em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília. Em encontros com ministérios temáticos brasileiros, o PM tanzaniano manifestou o interesse de seu país em beneficiar-se da cooperação brasileira em áreas como desenvolvimento agrário, promoção da segurança alimentar e universalização do acesso à energia. Pinda mostrou-se convencido da importância, para o continente africano, da experiência brasileira no combate à fome e à pobreza e defendeu que o Brasil teria papel fulcral a desempenhar na capacitação de recursos humanos na Tanzânia, em particular no que diz respeito ao desenvolvimento da agricultura em seu país.

Em 2012, o então presidente Kikwete realizou visita de trabalho ao Brasil, no contexto de sua participação na Reunião Ministerial da Iniciativa para um Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aberto (OGP, no acrônimo em inglês). Na ocasião, o chefe de estado tanzaniano visitou o Centro de Hortaliças da EMBRAPA e o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA). Em São Paulo, manteve encontro com o ex-presidente Lula.

Desde meados de 2012, embora não tenha havido registro de visitas bilaterais de alto nível até abr/2018, o diálogo entre Brasil e Tanzânia permaneceu fluido e foram desenvolvidas iniciativas promissoras nos campos de agricultura, segurança alimentar, defesa, energia e comunidades expatriadas, entre outras.

A retomada das visitas de alto nível deu-se em abril de 2018, quando o Subsecretário-Geral da África e do Oriente Médio, embaixador Fernando José Marroni de Abreu, visitou Dar es Salam com intuito de redinamizar as relações bilaterais. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas entre Brasil e Tanzânia, ao abrigo do qual realizou-se a I Reunião de Consultas Políticas, copresidida pelo subsecretário brasileiro e pela vice-ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação com a África Oriental, Susan Alphonce Kolimba.

Entre as iniciativas de cooperação desenvolvidas nos últimos anos, sobressai o projeto regional de "Fortalecimento do Setor Algodoeiro na Bacia do Lago Victoria", também conhecido como projeto Cotton Victoria, cuja idealização remonta à visita ao Brasil do primeiro-ministro Mizengo Pinda, em 2011.

Projeto Cotton Victoria

Iniciado em dez/2016 o projeto envolve a melhoria da cadeia de produção de algodão no Quênia, Burundi e Tanzânia. Por contar com boas instalações e infraestrutura, a cidade de Mwanza, na Tanzânia, onde o Lake Zone and Agricultural Research and Development Institute, o LZARDI, mantém centro de pesquisas, foi escolhida para sediar o projeto.

Entre as ações previstas, destacam-se o desenvolvimento de sistemas de produção, a avaliação e a distribuição de sementes, o fortalecimento e adequação de infraestruturas físicas, a ampliação da capacidade institucional e o aperfeiçoamento de recursos humanos para melhor utilização e difusão de tecnologias de produção de algodão e de sementes. É digna de nota a preocupação com a análise da cadeia produtiva do algodão e de sua sustentabilidade econômico-financeira nos países envolvidos (Tanzânia, Burundi e Quênia).

Além do Cotton Victoria, também está em fase de implementação projeto triangular do Brasil na Tanzânia, com a participação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), intitulado "Cooperação Sul-Sul para promoção do trabalho decente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em países produtores de algodão na África e América Latina", firmado em 2015, com objetivo de contribuir para promoção do trabalho decente, com ênfase nos direitos e princípios fundamentais do trabalho e a melhoria das condições laborais em países em desenvolvimento produtores de algodão.

Cooperação na área de saúde

A ABC indicou a possibilidade de implementação, no futuro próximo, de duas iniciativas na área de saúde, em atendimento a demandas do governo tanzaniano. A primeira seria voltada para o tratamento da anemia falciforme, enfermidade responsável por elevado índice de mortalidade infantil. A segunda seria desenvolvida especificamente no arquipélago de Zanzibar e teria por foco cuidados materno-infantis, como forma de reduzir o índice de mortalidade infantil. As tratativas para o envio de missão prospectiva da ABC estão em curso.

ASSUNTOS CONSULARES

Em jun/2017, foi autorizada a criação de consulado honorário do Brasil em Zanzibar, único na Tanzânia.

A Embaixada do Brasil na Tanzânia também é responsável pela jurisdição de Comores e Seicheles.

COMUNIDADE BRASILEIRA

Com base nos registros de matrícula consular e nos serviços consulares prestados ao longo de 2017, na jurisdição de Dar es Salam (Tanzânia, Comores e Seicheles), existem 131 cidadãos brasileiros matriculados (em total estimado de 180). A comunidade brasileira é composta, majoritariamente, de missionários e funcionários de empresas brasileiras e estrangeiras com atividades na Tanzânia. Cerca de 3.000 brasileiros visitam a Tanzânia anualmente, em sua maioria na qualidade de turistas. Ainda em relação às estatísticas de 2017, não há registro de brasileiros presos na jurisdição de Dar es Salam.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

A Tanzânia, com dívida de US$ 236 milhões, decorrente de financiamento de exportações brasileiras de bens e serviços destinados à construção da Rodovia Morogoro-Dodoma, em 1979, ocupava a posição de terceiro maior devedor em atraso com o Brasil. Em setembro de 2016, o Senado Federal aprovou projeto de acordo para perdão de 86% da dívida da Tanzânia com o Brasil e reescalonamento dos restantes 14% em duas parcelas iguais de US$ 16,69 milhões, pagas em 15/11/2017 e 15/5/2018. O acordo foi assinado em setembro de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O equacionamento definitivo da questão da dívida constitui passo fundamental para normalizar as relações econômico-comerciais bilaterais, uma vez que permite a abertura de novos canais de financiamento de projetos que tenham a participação de empresas brasileiras, sobretudo na área de infraestrutura, incremento dos negócios e financiamento de exportações, o que deverá favorecer as trocas comerciais entre os dois países.

POLÍTICA INTERNA

Introdução

Como já observado, a Tanzânia distingue-se, na África Subsaariana, pela significativa estabilidade política que experimenta desde a independência, bem como pela maturidade de suas instituições. A Tanzânia foi um dos primeiros países africanos a aderir à Parceria para Governo Aberto (OGP), em setembro de 2011, integrando, ainda, o Comitê Diretor da iniciativa. O país tem, ademais, tradição de liberdade de imprensa e costuma ser bem qualificado em ranking elaborado pela ONG Repórteres sem Fronteiras.

Período pós-colonial e união entre Tanganica e Zanzibar

Em 1954, sob a liderança de Julius Nyerere (1922-1999), foi criada a União Nacional Africana da Tanganica (TANU), cujo principal objetivo era alcançar a soberania nacional para Tanganica. Em 1960, Nyerere tornou-se ministro do território da Tanganica, então administrado pelo Reino Unido. Em 1961, o território conquistou a independência, após processo de emancipação relativamente pacífico. Nyerere, então, tornou-se primeiro-ministro e instaurou regime de partido único.

Em 1963, líderes revolucionários proclamaram a independência do arquipélago de Zanzibar, ao depor a antiga dinastia omani, que, por séculos, exercera domínio sobre a costa oriental da África. Em 1964, Tanganica e Zanzibar uniram-se para formar a República Unida da Tanzânia. Nos termos da União de 1964, Zanzibar possui status de território autônomo e mantém poderes executivo, legislativo e judiciário próprios. O presidente de Zanzibar é considerado chefe de governo para assuntos relativos ao Arquipélago, o qual não dispõe, entretanto, de ministérios dos negócios estrangeiros e defesa, compartilhados com o continente.

Com a criação da Tanzânia, em 1964, Julius Nyerere tornou-se presidente. Nyerere manteve-se à frente da presidência até 1985 e dominou o cenário político do país enquanto permaceu vivo, com projeto que foi considerado por muitos como socialista. Considerado "Pai da Nação" (“Baba wa Taifa”, em suaíli), sua influência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ultrapassou as fronteiras do país, convertendo-o em referência na história da África contemporânea.

Reformas políticas e fim do unipartidarismo

Com a saída de Nyerere da Presidência, em 1985, a assunção do cargo de presidente da República coube a Ali Hassan Mwinyi. Mwinyi adotou reformas políticas que culminaram com a instituição do multipartidarismo em 1992. Desde então, todos os Presidentes da Tanzânia foram eleitos e reeleitos para mandatos de 5 anos, e nenhum foi reconduzido ao cargo por uma terceira vez. A nova situação deu ensejo a certa polarização da política tanzaniana: de um lado, como herdeiro legítimo da TANU e partido dominante, surgiu o Chama Cha Mapinduzi (CCM – Partido Revolucionário do Estado) e, como partidos de oposição, a Frente Cívica Unida (CUF), que tem base forte em Zanzibar; e o Partido da Democracia e do Desenvolvimento (CHADEMA). Não obstante sua saída formal do cargo que ocupava, Nyerere continuou como líder do CCM até 1990, e, com o início do multipartidarismo, todos os presidentes eleitos pertenceram aos quadros do CCM.

O sucessor de Mwinyi, Benjamin William Mkapa, eleito pelo CCM em 1995, promoveu a abertura da economia do país. Seu mandato resistiu a eventos desestabilizadores, entre os quais o atentado terrorista da Al-Qaeda contra a Embaixada dos EUA, em 1998, e a recusa da CUF a reconhecer os resultados eleitorais de 2000, quando Mkapa foi reeleito com 71% dos votos válidos.

Governo Kikwete

O sucessor de Mkapa, Jakaya Kikwete, eleito em dez/2005 com 80% dos votos, tomou posse em jan/2006. Em janeiro de 2008, seu governo passou por crise política deflagrada pela demissão do primeiro-ministro Edward Lowassa, implicado em acusações de contratação fraudulenta de empresa norte-americana fornecedora de energia elétrica. Lowassa foi substituído por Mizengo Pinda, que exercia anteriormente o cargo de ministro para a Administração Regional e Governo Local. Vale recordar, contudo, que na Tanzânia, embora constitucionalmente seja chamado de Chefe de Governo, o primeiro-ministro tanzaniano possui atribuições de coordenação das atividades de Governo, inclusive dos grandes programas implementados pelo Executivo, assemelhando-se, no Brasil, ao cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil.

Nas eleições nacionais de 2010, Jakaya Kikwete reelegeu-se no primeiro turno, com 61% de votos válidos, seguido de Willibroad Slaa, do CHADEMA, com 26%. Contudo, o comparecimento às urnas foi o mais baixo desde a introdução do multipartidarismo (43%, contra a média histórica superior a 72%), o que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

interpretado como desinteresse de setores importantes da população pelo processo eleitoral.

Por sua vez, as eleições para presidente do arquipélago de Zanzibar, realizadas igualmente em outubro de 2010, resultaram na vitória apertada do candidato do CCM, Ali Mohammed Shein, ex-vice-presidente da Tanzânia.

Apesar das críticas da oposição, que levou semanas para reconhecer a vitória de Kikwete, observadores internacionais apontaram apenas pequenos problemas no processo de registro eleitoral e na votação. No geral, a comunidade internacional demonstrou satisfação com a maneira pacífica com que o pleito foi realizado e, sem exceção, considerou as eleições livres e transparentes.

A intensificação da polarização política

Durante o segundo mandato de Kikwete, ficou claro para o CCM que o período de unipartidarismo com oposição mínima ficara para trás. O choque de realidade induzido pelo desempenho relativamente fraco (se comparado a eleições anteriores) do CCM nas eleições gerais de out/2010 foi o primeiro sinal de alerta de que o partido governista precisava renovar-se, com vistas a obter bons resultados nas eleições gerais de 2015.

Em 2011, em protesto contra o resultado das eleições indiretas para prefeito da cidade de Arusha vencidas pelo CCM, foram organizadas manifestações pelo CHADEMA, que, dado seu grande impacto, reforçaram a tensão entre o governo e os partidos de oposição. Além de dezenas de prisões, a repressão policial causou 3 mortes e deixou dezenas de feridos, entre os quais alguns deputados e a esposa do presidente do CHADEMA, Wilibroad Slaa. Arusha, segunda maior cidade do país, situada ao sopé do Kilimanjaro, constitui o principal reduto eleitoral do CHADEMA.

Revisão constitucional e formação de Assembleia Constituinte

O incidente em Arusha reacendeu no país debate sobre reforma constitucional. Inicialmente bandeira de campanha dos principais partidos de oposição, CHADEMA e CUF, a causa logo foi abraçada também por personalidades do CCM. Ratificada em 1977, a Constituição em vigor atualmente foi criada no período do unipartidarismo e é considerada, por analistas locais, como o principal fundamento da manutenção de um presidencialismo forte, com peso desbalanceado em favor do Executivo.

Diante dos clamores por revisão da Constituição, o governo procurou tomar a frente do debate. O presidente Kikwete logrou aprovar, em 2011, o "Ato de Revisão Constitucional", que criou uma comissão responsável por conduzir a reforma constitucional, a Comissão de Reforma Constitucional (CRC). Esperava-se que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nova Constituição fosse concluída até, no máximo, abril de 2014, quando se celebrou o 50º aniversário da União entre a Tanganica e Zanzibar.

Entretanto, a intensificação de tensões separatistas em Zanzibar e o desvelamento de casos de corrupção fortaleceram a oposição e tornaram todo o processo de revisão constitucional mais difícil. Decidiu-se que seria necessário criar nova Constituição, minutada por Assembleia Constituinte reunida para esse fim e aprovada por referendo popular.

Acirramento político em Zanzibar e a bandeira autonomista

Em Zanzibar, a vitória tradicional dos candidatos da CCM nas eleições tem suscitado contestações pela CUF e por outros grupos de oposição. Em janeiro de 2001, choques entre partidários da CUF e a polícia resultaram na morte de mais de 20 pessoas. Em 2010, foi aprovado, por referendo, novo arranjo institucional que determinou a formação de governo de união nacional no arquipélago. No contexto das eleições daquele ano, o presidente da CUF, Seif Sharif Hamad, o qual havia recebido o segundo maior número de votos, após Ali Mohammed Shein, foi nomeado vice-presidente de Zanzibar.

A formação do governo de união não logrou, contudo, arrefecer definitivamente as tensões em Zanzibar, que passaram, em alguma medida, a revestir-se de caráter separatista. Concomitantemente ao período que marcou o cinquentenário da independência de Zanzibar (1963-2013), bem como de sua união federativa com a Tanganica (1964-2014), intensificaram-se os protestos populares e as manifestações de lideranças políticas apregoando a independência do arquipélago.

As eleições de 2015 foram marcadas por novas tensões e contestações, após o primeiro resultado do pleito, em que Seif Sharif Hamad havia sido declarado vitorioso, ter sido anulado por suspeitas de irregularidades. As novas eleições não contaram com a participação da oposição, que decidiu boicotar o pleito por não reconhecer a legitimidade da decisão da comissão eleitoral, de modo que Ali Mohammed Shein foi reeleito com 91% dos votos. O episódio suscitou reação negativa, tanto no plano interno como no âmbito internacional, de modo que a imagem de solidez da democracia tanzaniana sofreu certo desgaste.

Adiamento do referendo da Constituição

Em out/2014, a Assembleia Constituinte concluiu o projeto de nova Constituição, que deverá ainda ser submetido a referendo popular, sem data definida. Logo ao final dos trabalhos de elaboração da nova Carta Magna do país, os partidos de oposição ameaçaram instruir as bases a boicotar o referendo, alegando que o CCM teria mudado sobremaneira as propostas da CRC, à revelia dos interesses da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

população. Uma das questões mais polêmicas do texto sugerido pela Assembleia foi o formato da união com Zanzibar. De um lado, o CCM defendia a fórmula de dois governos (Zanzibar e República Unida da Tanzânia). De outro, a CHADEMA, a CUF, entre outros grupos, apoiavam a introdução de sistema de três governos (Zanzibar, Tanganica e República Unida da Tanzânia). O argumento que a proposta de três governos teria sido adotada pela CRC, mas alterada pela coalizão governista durante os trabalhos da Assembleia Constituinte, foi uma das principais justificativas para que a oposição propugnasse o boicote à realização do referendo.

Finalmente programado para ocorrer em 30 de abril de 2015, o referendo foi, contudo, adiado pela Comissão Nacional Eleitoral, que alegou problemas com o novo sistema biométrico de registo de eleitores. Nenhuma nova data foi fixada.

Governo Magufuli

John Magufuli, saído dos quadros do CCM, venceu as eleições de 2015 e tornou-se presidente da Tanzânia. Sua administração tem sido caracterizada por transformações no cenário político-institucional e econômico tanzaniano em período relativamente curto. Segundo analistas internacionais, Magufuli, tem implementado “terapias de choque” na administração pública tanzaniana, com iniciativas ousadas e medidas de austeridade no uso do dinheiro público, por meio da eliminação de "desperdícios", do combate à corrupção e a práticas arraigadas de má gestão, além da cobrança direta de ação e resultados de seus subordinados.

Além do combate à corrupção, Magufuli tem elencado como prioridades de seu governo a implementação de programa de substituição de importações, com o favorecimento e incentivos à produção local agropecuária e, sobretudo, manufatureira; o combate ao contrabando; bem como a implementação de grandes projetos de infraestrutura, como a hidrelétrica de Stiegler's Gorge, a qual deverá tornar-se a maior da Tanzânia. Em 2017, Magufuli anunciou sua intenção de transferir o poder Executivo para a capital Dodoma, localizada a cerca de 453 km de Dar es Salam, em construção desde os anos 1970. Até o momento, apenas a sede do Parlamento foi transferida para a nova capital.

Alguns analistas internacionais acreditam que o estilo de governo de Magufuli tem inspiração na política de Julius Nyerere, da qual compartilha o viés nacionalista e autonomista. Além disso, Magufuli tem demonstrado contar com amplo apoio popular que conseguiu angariar - em particular junto à população rural e mais carente - desde os primeiros meses de mandato, ao surpreender com estilo de gestão diferenciado em relação aos antecessores, desafiando e revolucionando o "statu quo" e promovendo mudanças consideradas arrojadas e antes julgadas impossíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apesar dessa popularidade, a administração de Magufuli tem sido, nos últimos meses, objeto de denúncias de cerceamento de liberdades de imprensa e de violência contra opositores políticos. Devido a acusações de intimidação de jornalistas e interferência em veículos de comunicação, a ONG Repórteres Sem Fronteiras considera que a Tanzânia caiu 12 posições em liberdade de imprensa apenas em 2017. Em fevereiro de 2018, teve repercussão o desaparecimento e assassinato de políticos opositores, acusados pela CHADEMA de terem sido vítimas de perseguição pelo governo tanzaniano. Eventos como esses têm levado analistas políticos a alertarem para o risco de perda relativa das conquistas tanzanianas, consolidas ao longo das últimas décadas, nas áreas de direitos humanos, da liberdade de imprensa e do pluralismo de seu sistema democrático.

Poder Legislativo

O Poder Legislativo na Tanzânia é unicameral, e cada legislatura tem duração de 5 anos. A Assembleia Nacional ou Parlamento (Bunge), cuja sede está localizada em Dodoma, é composta por 393 assentos, dos quais 264 são reservados para representantes eleitos diretamente, 113 para representantes mulheres eleitas por voto proporcional, 5 para representantes da Câmara de Deputados de Zanzibar, 10 para membros nomeados pelo presidente e 1 assento reservado para o Procurador-Geral.

Além de aprovar leis nacionais, que se aplicam a toda a República, a Assembleia Nacional aprova legislação específica, que se aplica apenas ao continente (Tanganica). Zanzibar tem a sua própria Câmara dos Deputados (Baraza La Wawakilishi), composta de 82 parlamentares.

POLÍTICA EXTERNA

Introdução

Tradicionalmente, a política externa tanzaniana se caracteriza pela defesa da paz e do desenvovimento dos povos e pelos princípios de soberania, integridade territorial e "apropriação" africana. O país atua com discrição nos foros multilaterais e acompanha, em geral, no que diz respeito aos principais temas da agenda internacional, o consenso da União Africana (UA) e dos organismos regionais dos quais participa.

A Tanzânia privilegia as relações com seu entorno imediato. Além de ser membro fundador da Comunidade da África Oriental (EAC – bloco regional integrado pelos vizinhos Quênia, Uganda, Ruanda, Burundi e, mais recentemente, Sudão do Sul), o país também é parte da Comunidade para o Desenvolvimento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

África Austral (SADC). Com isso, a Tanzânia ocupa posição singular de ser membro de dois dos agrupamentos regionais mais importantes do continente africano.

Diplomacia econômica

No plano econômico-comercial, com a saída de Julius Nyerere da cena política, em 1985, foi-se construindo paulatinamente o arcabouço do que se convencionou chamar de "diplomacia econômica tanzaniana", que tem por objetivo a promoção dos interesses econômicos do país no plano externo, por meio de políticas de promoção de exportações, de captação de investimentos e de transferência de tecnologias.

A importância dessa "diplomacia econômica" se deve, entre outros fatores, à significativa dependência histórica em relação a ajuda externa para equilibrar as contas nacionais. Parte substancial (que já foi de 40%, situando-se mais recentemente na casa dos 20%, est 2016, segundo o Banco Mundial) do orçamento público tanzaniano é financiado por fontes externas, em geral dos parceiros para o desenvolvimento: países desenvolvidos ocidentais, capitaneados pelos EUA, Canadá e União Europeia, com destaque para o papel dos países escandinavos, aliados tanzanianos desde os tempos de Nyerere, e do Reino Unido, além do Japão e da Coreia do Sul. Dentre as prioridades do atual governo Magufuli destaca-se a redução da dependência de ajuda externa, em geral associada a condicionalidades.

Comunidade da África Oriental (EAC)

Trata-se, como já observado, de importante mecanismo regional que constitui atualmente uma união aduaneira. Além da Tanzânia, integram a EAC Quênia, Uganda, Ruanda, Burundi e Sudão do Sul. Criada em 2000, a EAC está sediada na Tanzânia, na cidade de Arusha. A comunidade abriga mais de 150 milhões de cidadãos (22% em áreas urbanas) espalhados por 1,8 milhão de km² e é responsável por um PIB de cerca de US$ 146 bilhões (est. da EAC para 2016). Analistas indicam que, desde a instauração da união aduaneira, em 2005, a Tanzânia tem sido o país que mais colhe benefícios com o incremento do comércio regional.

Estados Unidos da América (EUA)

Os EUA estabeleceram relações diplomáticas com a Tanzânia em 1961 (então Tanganica) e têm no país um de seus principais parceiros no continente, tanto em termos econômico-comerciais quanto políticos. Contribuem significativamente para a densidade das relações bilaterais a já aludida estabilidade política tanzaniana, além da tradicional imagem de país defensor da democracia e da liberdade no continente africano.

Apesar das boas relações, a anulação das eleições de 2015 em Zanzibar, e a subsequente realização de novo pleito em 2016 levou a desgaste político não somente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com os EUA, mas também com outros parceiros internacionais. Os EUA acusaram o certame de 2016 de não ter sido inclusivo nem representativo. Recentemente, o Departamento de Estado norte-americano tem tornado públicas críticas de que o espaço democrático tanzaniano tem encolhido e que acompanha com preocupação o crescimento no número de confrontos e o acirramento da violência politicamente motivada.

No que se refere à ajuda internacional, apesar dos mais recentes atritos políticos, os EUA contribuem com a Tanzânia, por meio de diversas iniciativas presidenciais e de agências governamentais, em áreas como educação, saúde e desenvolvimento econômico. O governo norte-americano figura entre os principais provedores de cooperação e ajuda internacional ao país.

O ponto alto mais recente do relacionamento bilateral foi a visita do Presidente Barack Obama, acompanhado de delegação de cerca de 500 empresários, à Tanzânia, em jul/2013, a terceira visita oficial de um chefe de estado estadunidense à Tanzânia em pouco mais de uma década (Bill Clinton, em 2000, e George W. Bush, em 2008).

Alemanha

Na última década, tem-se observado movimento de dinamização nas relações bilaterais entre Alemanha e Tanzânia, consubstanciado em trocas de visitas de alto-nível. Em 2015, o então presidente da Alemanha, Joachim Gauck, realizou visita de estado à Tanzânia, ocasião em que se fez acompanhar de numerosa missão empresarial. O foco da visita foi a promoção de relações econômico-comerciais. Gauck tornou-se o primeiro Chefe de Estado alemão a visitar a sede da EAC.

Em 2018, como forma de estimular as relações econômico-comerciais, a Associação das Câmaras de Comércio e de Indústria da Alemanha (DIHK, na sigla em alemão) abriu escritório em Dar es Salam com o nome AHK Services Eastern Africa Ltd. A iniciativa visa a criar ponto focal para companhias alemãs em busca de negócios na Tanzânia, e vice-versa. Segundo o Governo tanzaniano, há mais de 150 empresas alemãs instaladas no país com investimentos estimados em mais 300 milhões de euros. A Alemanha desempenha ainda importante papel como prestadora de cooperação e doadora de recursos à Tanzânia.

China

As relações sino-tanzanianas, que remontam a 1961, são intensas e diversificadas. A Tanzânia é hoje um dos principais recipiendários da ajuda e da cooperação chinesa na África. Desde 1964, a China vem financiando projetos de assistência à Tanzânia nas mais diversas áreas, com destaque para a "Tanzania-Zambia Railway" (TAZARA), obra de infraestrutura vital para o escoamento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

produção mineral dos dois países, que consumiu mais de US$ 500 milhões em sua construção e sua manutenção até hoje recebe recursos do governo chinês. No campo comercial, o intercâmbio bilateral somou cerca de US$ 3,5 bilhões em 2017, o que coloca os chineses entre os maiores parceiros comerciais da Tanzânia (terceiro, de acordo com os dados de 2017, após Índia e União Europeia).

Em 2013, o então novo presidente da China, Xi Jinping, realizou visita histórica à Tanzânia, país que foi escolhido como seu primeiro destino na África. O presidente chinês declarou, na ocasião, que a Tanzânia deveria tornar-se o novo hub de investimentos chineses no leste africano. Na sequência, desde 2014, segundo autoridades dos dois países, a Tanzânia tornou-se um dos principais destinos de investimentos chineses no continente africano, superando até mesmo a África do Sul.

Índia

A Índia é o principal parceiro comercial da Tanzânia, segundo dados de comércio referentes a 2017. Desde a visita da então ministra do Comércio e Indústria da Índia, Daggubati Purandeswari, a Tanzânia, em setembro de 2012, o comércio bilateral Índia-Tanzânia vem apresentando marcado crescimento. Dados de dezembro de 2017 indicam que a Índia é o destino de 13,8% das exportações tanzanianas, o que a coloca em segundo lugar entre os maiores compradores de produtos oriundos da Tanzânia. Do lado das importações da Tanzânia, a Índia responde por 18,1% do total de bens e serviços vendidos ao mercado tanzaniano, portanto segundo maior exportador para a Tanzânia. Em termos globais, isto é, no que diz respeito à corrente de comércio, a Índia é o maior parceiro comercial da Tanzânia.

Os valores da corrente de comércio são resultado de ofensiva comercial inédita de ambas as partes. Segundo o embaixador da Índia em Dar es Salam, Debnath Shaw, a Índia identifica complementaridades fortes entre as duas economias e tem como meta estimular os investimentos diretos indianos na Tanzânia em ramos como telefonia celular e siderurgia.

Após visita do Primeiro Ministro da Índia, Manmohan Singh, em maio de 2011, o Governo tanzaniano chegou a anunciar apoio à pretensão indiana de assento permanente ao Conselho de Segurança da ONU.

UA

A Tanzânia é membro fundador da UA e confere grande importância ao organismo, cujas posições com relação aos principais temas da agenda internacional e regional tende a acompanhar. O país advoga a integração e solidariedade entre as nações africanas desde os tempos de Julius Nyerere, que se tornou um dos principais ícones da descolonização da África.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No que se refere a resolução de conflitos, o discurso tanzaniano no âmbito da UA se caracteriza pela defesa da democracia, dos direitos humanos e do diálogo como melhor alternativa para se alcançarem soluções políticas duradouras.

Mediação de crises no continente (RDC, Sudão do Sul e Burundi

A Tanzânia tem atuado como mediador confiável em diversas crises regionais. Mais recentemente, os principais esforços tanzanianos de mediação têm-se concentrado na RDC, no Sudão do Sul e no Burundi. O país é um dos maiores receptores de refugiados advindos desses três países, em especial do Burundi e da RDC, razão pela qual o envolvimento tanzaniano em esforções de paz na sub-região dos Grandes Lagos afigura-se como imperativo irrenunciável.

Com relação aos desafios de segurança para a estabilização da RDC, a Tanzânia advoga tratar-se de problema que ultrapassa as fronteiras congolesas, e que afeta toda a região dos Grandes Lagos. Dar es Salam tem mantido participação ativa e construtiva nas reuniões conjuntas das organizações regionais que tratam do tema (EAC; e a Conferência Internacional Regional dos Grandes Lagos – CIRGL), ocasiões em que defende a formação de compromissos dos países vizinhos com o enfrentamento a grupos armados e com o fortalecimento da soberania RD congolesa. O país é o quinto maior contribuinte de tropas para a Missão da ONU para a Estabilização da RDC (MONUSCO), com 1.155 militares. Esse é o principal engajamento da Tanzânia em missões de manutenção da paz das Nações Unidas. Em dez/2017, 15 soldados tanzanianos foram mortos e 40 feridos em ataque de rebeldes contra as forças da MONUSCO, em Kivu do Norte, RDC. Trata-se da maior perda registrada de soldados tanzanianos integrantes de forças de paz da ONU e também o mais violento ataque contra "capacetes azuis" em 25 anos. Em 2015, dois soldados tanzanianos foram mortos na mesma região. Em 2018, no início de junho, mais um militar da Tanzânia foi morto.

Meses após o início do conflito civil no Sudão do Sul, o governo tanzaniano anunciou que faria parte do esforço de mediação do conflito, a pedido do presidente sul-sudanês, sem prejuízo de outras iniciativas regionais em curso. A mediação tanzaniana resultou na assinatura, em janeiro de 2015, de acordo voltado à reconciliação intrapartidária do Movimento de Libertação do Povo Sudanês (SPLM), cuja cisão, em dez/2013, está na origem do conflito. Essa reconciliação fortaleceria a formação de governo de união nacional, que, por sua vez, constitui o cerne para uma solução política para o conflito.

No que diz respeito ao Burundi, o ex-presidente tanzaniano Benjamin Mkapa foi nomeado pela EAC, em 2016, para coordenar a volta à normalidade no país e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

preservar o espírito dos Acordos de Arusha, que encerraram a longa guerra civil burundiana (1993-2003).

A Tanzânia é o país que mais acolhe refugiados oriundos do Burundi. De acordo com as estatísticas recentes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o país já recebeu mais de 250 mil refugiados burundianos. Em jul/2017, com a melhoria relativa da situação de segurança no Burundi, o presidente Magufuli exortou os nacionais burundianos a retornarem a seu país de origem.

O país é, a propósito, um dos que mais contribuem em escala global para o acolhimento dos refugiados. Em out/2010, a Tanzânia anunciou a concessão de cidadania a 150 mil refugiados. Em fev/2018, no entanto, o país recuou na sua política de acolhimento a refugiados, ao anunciar sua retirada do programa "Estratégia Integrada e Abrangente para Refugiados" (CRRF, em inglês) das Nações Unidas, por alegar não ter recebido o apoio necessário da comunidade internacional para continuar a iniciativa.

Malawi

Apesar de ter fronteiras com 8 países, o único diferendo fronteiriço da Tanzânia é relativo às águas do lago Niassa (ou Lago Malawi, como é conhecido no país vizinho). O Malawi entende ter direito a toda a extensão das águas do referido lago, segundo o Tratado de Heligoland, assinado entre a Alemanha imperial e o Império Britânico, em tempos coloniais. A Tanzânia refuta a interpretação e defende a divisão das águas pela linha mediana.

A União Africana tentou mediar a disputa, com o estabelecimento de uma comissão, composta por ex-presidentes da África do Sul, de Botsuana e de Moçambique, que ainda não produziu resultados concretos. O Malawi ameaça recorrer à Corte Internacional de Justiça para solucionar o pleito, medida que a Tanzânia considera extrema. O interesse de ambos os países aumentou desde a detecção de possíveis reservas de hidrocarbonetos no subsolo do lago.

ECONOMIA

Com a manutenção de um dos maiores índices de crescimento do PIB, em termos reais, de toda a África (e do planeta), a Tanzânia alcançou progressos sensíveis na melhoria das condições de vida de sua população, embora o país ainda tenha um dos menores índices de renda per capita do mundo. Após o Quênia, o país é a maior economia da África Oriental, região que mais cresce no continente. Ademais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a capital, Dar es Salam é o centro urbano com maior taxa de crescimento econômico de todo o continente africano.

A economia tanzaniana tem crescido com base em sua extensa riqueza natural, no turismo e em obras recentes na área de infraestrutura. Os investimentos maciços em transporte (rodovias, ferrovias e portos) e energia devem constituir o principal motor do crescimento econômico nos próximos anos, com a expectativa de taxa de formação de capital com média anual de 7,1% na próxima década.

A agricultura é responsável por cerca de 65% do emprego da população economicamente ativa, e gera algo em torno de 25% do PIB tanzaniano. A extração de ouro cresceu em anos recentes e se tornou importante item da pauta de exportação (representa 35% do total exportado pelo país). Apesar da importância do setor primário, a propriedade da terra é exclusivamente do governo da Tanzânia, que pode arrendá-la por até 99 anos. Propostas para tornar privada a propriedade da terra não contam com apoio popular.

Embora a produção atual de gás natural tanzaniano seja pequena, o país apresenta grande potencial de produção e exportação, na forma de gás natural liquefeito. As reservas comprovadas são da ordem de 650 milhões de metros cúbicos, mas a partir de 2010 consórcios de empresas europeias e norte-americanas fizeram descobertas em blocos marítimos que podem elevá-las de forma significativa. Pioneira em investimentos na exploração petrolífera e de gás natural *offshore*, a Petrobrás obteve concessão para exploração em 3 blocos *offshore* na Tanzânia, em parceria com a Shell e com a Statoil. Em junho de 2013, as operações da Petrobrás África foram transferidas para "joint venture" formada por Petrobrás e Banco BTG, dando origem à PETAN. O empreendimento foi descontinuado pela Petrobrás, após o insucesso nas operações de exploração, bem como em função de políticas de desinvestimento da empresa no exterior.

A política econômica do presidente John Magufuli se caracteriza pela orientação desenvolvimentista, com ênfase na substituição de importações, com vistas à promoção da indústria nacional e à autossuficiência em diversos setores. Em paralelo, o governo tanzaniano tem buscado gerar saldos orçamentários (redução de gastos correntes com salários, combate à evasão fiscal, controle das isenções fiscais), como forma de reduzir a dependência do país em relação à já aludida ajuda externa (que já chegou a representar 40% do orçamento e hoje se situa em torno de 20%). Os recursos gerados pelas medidas econômicas têm sido usados para projetos que estimulam o desenvolvimento do país. As medidas de ajuste adotadas levaram à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

contração da massa monetária circulante, o que desacelerou o crescimento em 2017, cerca de 6,8%, ainda assim um dos mais elevados da África.

Sob o ponto de vista macroeconômico, o país mantém fundamentos sólidos. A inflação segue sob controle, em torno de 5 a 5,5% no período de 2015 a 2017, o déficit nas contas públicas declinou de 4,2 % em 2015 para 3 % em 2017 e a moeda tanzaniana (shilling ou xélim) tem-se mantido relativamente estável nos últimos 3 anos. No longo prazo, a administração Magufuli tenciona manter a estabilidade cambial por meio de medidas tendentes a "desdolarizar" práticas comerciais, com a proibição de que o comércio varejista negocie em outras moedas que não a local, salvo poucas exceções como o setor turístico. O nível das reservas internacionais do país também registrou incremento notável nos últimos dois anos, e alcançou quase 5 bilhões de dólares em 2017 (contra 4,1 em 2015).

Contudo, o setor financeiro, em geral, e o sistema bancário local, em particular, também sofrem os efeitos da já mencionada retração da massa monetária e do meio circulante, em função das medidas de austeridade e de combate à evasão fiscal e à corrupção. Como resultado, tem sido observado o aumento da inadimplência e a diminuição dos depósitos bancários. Desde o final de 2017, o governo reduziu taxas de juros e ampliou o crédito, como forma de remediar a situação e afastar temores de risco sistêmico.

No plano multilateral, a Tanzânia é membro atuante da OMC, cujos princípios basilares defende, com ênfase voltada para as especificidades das nações em desenvolvimento, e dentre essas as de menor desenvolvimento relativo (PMDR). Da mesma forma, o governo tanzaniano participa de outros arranjos multilaterais econômicos como os acordos da ACP (África Caribe e Pacífico), além do Sistema Geral de Preferências (SGP).

Nas contas externas, a balança comercial da Tanzânia mostra resultados estruturalmente negativos, compensados por superávits na conta capital e financeira. A demanda interna por petróleo e bens de consumo responde por importações historicamente elevadas, que não são equilibradas pelas exportações. Contribui ainda para o elevado valor das compras externas a manutenção de robusto crescimento econômico, o que mantém aquecida a demanda interna, suprida, em grande medida, por bens importados, dada as limitações da oferta local. As importações tanzanianas cresceram a ritmo acelerado na última década: de US$ 3,25 bilhões, em 2005 passaram para mais de US$ 20 bilhões, em 2015, e caíram para cerca de US$ 12,6 bilhões, em 2016. Em que pesem as políticas destinadas à substituição de importações implementadas pela administração Magufuli, ainda é cedo para avaliar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se teve início tendência de reversão significativa das importações, mas é fato que o valor importado em 2016 caiu quase pela metade (US$ 7,9 bilhões).

Comércio bilateral

A balança comercial bilateral é historicamente favorável ao Brasil (as exportações da Tanzânia para o Brasil são praticamente inexistentes). O intercâmbio comercial, no entanto, ainda está aquém do potencial dos dois países, se forem considerados fatores objetivos, como o PIB tanzaniano e a porcentagem das trocas com o Brasil no intercâmbio total daquele país. A corrente de comércio bilateral chegou a experimentar período de crescimento notável, sempre crescente, de 2002 a 2012. O incremento das trocas pode ser explicado, entre outros fatores, pelo momento econômico favorável no Brasil e pela realização de missões empresariais, que se seguiram a visitas bilaterais de alto nível, especialmente entre 2010 e 2012, ano em que o Brasil exportou quase US$ 67 milhões para a Tanzânia. De 2013 a 2016, no entanto, o comércio entre os dois países passou por período de retração. Em 2017 (últmos dados disponíveis), registrou-se recuperação e o acumulado no ano chegou a quase US$ 30 milhões. O retraimento observado recentemente no fluxo de comércio com o Brasil é explicado por fatores, entre outros, como a crise econômica brasileira, além de maciços investimentos em promoção comercial no mercado tanzaniano por parte de outras economias emergentes, como Turquia, Coreia do Sul, China, Índia, Vietnã, África do Sul, Egito e países do Golfo, que têm ocupado espaço anteriormente preenchido pelo Brasil.

No comércio bilateral, o açúcar brasileiro tem participação significativa na pauta de importações da Tanzânia. O governo Magufuli planeja produzir em território tanzaniano a "commodity". Autoridades locais, de um lado, têm procurado a embaixada brasileira para solicitar investimentos no setor. A Embaixada da Tanzânia em Brasília, de outro lado, iniciou contato com empresas produtoras de cana-de-açúcar no Brasil.

Investimentos

Além do recente equacionamento da dívida tanzaniana com o Brasil, que permite a abertura de novos canais de financiamento de projetos que tenham a participação de empresas brasileiras, sobretudo na área de infraestrutura, incremento dos negócios e financiamento de exportações, o Brasil defende a assinatura de acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI) com a Tanzânia. Trata-se de modelo de acordo de investimentos desenvolvido pelo governo brasileiro, que busca fomentar a cooperação institucional e a facilitação dos fluxos mútuos de investimentos entre as partes, o que é realizado por meio do estabelecimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mecanismo intergovernamental bilateral para divulgação de oportunidades, intercâmbio de informações e lançamento de iniciativas de facilitação de negócios.

A empresa paranaense Green Best Solutions (GBS) integra consórcio responsável pela implementação de programa de tratamento de resíduos sólidos na área metropolitana de Dar es Salam, com a construção de dois aterros sanitários. Há, contudo, perspectivas para oportunidades de investimentos em escala maior, decorrentes dos grandes programas de infraestrutura idealizados pelo presidente Magufuli. Até o momento, duas construtoras nacionais demonstraram interesse em participar das licitações em curso, bem como das próximas, para a construção de usinas hidrelétricas e aeroportos.

A construção da hidrelétrica de "Stiegler´s Gorge", em especial, que será o maior complexo de produção de energia do país, com 2.100 MW (a capacidade instalada atualmente na Tanzânia é de 1500MW), representa a iniciativa de maior porte com potencial concreto de participação de empresa sediada no Brasil. A hidrelétrica de "Stiegler´s Gorge" será construída na reserva ambiental de "Seous Game", a segunda maior da África. O projeto tem gerado objeção internacional, inclusive da UNESCO, pois se trata de patrimônio da humanidade desde 1982, em razão do temor do impacto ambiental da empreitada. Apesar disso, o presidente Magufuli está determinado a manter o cronograma delineado.

Outra possibilidade de atrair investimentos brasileiros seria criada caso ocorresse a inclusão do etanol na matriz energética da Tanzânia. A UNIDO, em estudo-piloto realizado em Zanzibar, apontou o etanol como melhor combustível para substituição do carvão em fogões, o que reduziria o problema de dano ambiental causado pela queima de florestas. Além disso, o álcool em forma anidra pode ser adicionado à gasolina automotora e reduzir a dependência externa de petróleo.

O exitoso sistema nacional de produção e utilização do etanol, construído ao longo de 40 anos de progressos científicos nacionais tem sido levado a diversos países de clima tropical, que hoje não apenas produzem açúcar de maneira muito mais eficiente, mas, também, reduzem necessidades de importação de combustíveis fósseis (a Tanzânia importa quase todo o combustível de hidrocarbonetos que utiliza, exceto gás). O Brasil tem larga experiência, ainda, na produção de eletricidade a partir do bagaço da cana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1886	Alemanha mantém esfera de influência sobre o território da Tanganica continental e Inglaterra mantém protetorado sobre o sultanato de Zanzibar
1919	Após a 1ª Guerra Mundial, a Liga das Nações concede à Inglaterra protetorado sobre Tanganica
1961	Tanganica torna-se independente sob a liderança do primeiro-ministro Julius Nyerere
1962	Tanganica torna-se república sob a presidência de Nyerere
1963	Zanzibar torna-se independente
1964	Tanganica e Zanzibar unem-se para formar a Tanzânia, sob a presidência de Julius Nyerere
1977	Partido da Revolução (CCM) é criado pela fusão dos partidos Tanganyka African National Union e Zanzibar Afro-Shirazi e declarado partido único
1978	Uganda ocupa parte do território tanzaniano
1979	Tanzânia invade Uganda, ocupa a capital Kampala e auxilia na derrubada de Idi Amin
1985	Julius Nyerere aposenta-se e é substituído pelo vice-presidente Ali Mwinyi, oriundo de Zanzibar
1992	Emenda à constituição restabelece o multipartidarismo
1995	Benjamin Mkapa é eleito presidente no primeiro pleito multipartidário da Tanzânia
1999	Assinatura do acordo de constituição da EAC por Quênia, Tanzânia e Uganda
2000	Mkapa é reeleito com 72% dos votos
2001	Impasse político em Zamzibar atinge seu ápice com choque entre partidários da CUF e a polícia que resultam na morte de mais de 20 pessoas
2005	Jakaya Kikwete é eleito presidente com 80% dos votos
2005	Instituída a união aduaneira entre os países da EAC
2007	Ruanda e Burundi se unem à EAC
2009	Tanzânia, Quênia, Uganda, Ruanda e Burundi assinam acordo de mercado comum para a Comunidade da África Oriental. O mercado comum entra em vigor em 2010
2010/jul	Entra em vigor o acordo que criou a EAC
2010	O Presidente Jakaya Kikwete reelege-se com 61% dos votos válidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2010	Em Zanzibar, são realizadas eleições presidenciais locais de forma pacífica, após o acordo de reconciliação entre o CCM e a CUF. Vence Ali Mohammed Shein, do CCM
2011	Em Arusha, repressão policial a manifestações organizadas pelo CHADEMA, em protesto contra o resultado das eleições para prefeito da cidade, resulta na morte de 3 pessoas e deixa dezenas de feridos
2011	Todos os membros do Comitê Executivo Nacional do CCM pedem demissão de seus cargos, o que possibilita a Kikwete renovar os quadros dirigentes do partido
2011	Foi aprovado o "Ato de Revisão Constitucional", que criou a Comissão de Reforma Constitucional (CRC)
2013	A CRC concluiu primeira fase de consultas diretas à sociedade e reuniu propostas de revisão que seriam posteriormente analisadas pela Assembleia Constituinte
2014/jan	A Assembleia Constituinte foi instaurada
2014/out	A Assembleia Constituinte concluiu o projeto de nova Constituição, que deverá ainda ser aprovado em referendo popular
2015/abr	O referendo popular sobre o projeto de Constituição foi adiado *sine die*
2015/out	Ocorrem eleições parlamentares e presidenciais. John Magufuli é eleito presidente da Tanzânia
2016	O Sudão do Sul se torna o sexto membro da EAC

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1970	Estabelecimento das relações diplomáticas
1979	Abertura de Embaixada do Brasil residente em Dar es Salam
1980	Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro realiza visita de trabalho à Tanzânia
1981	Benjamin Mkapa, então ministro da Cultura e Informação, realiza visita de trabalho ao Brasil.
1991	Embaixada do Brasil é desativada temporariamente por motivos orçamentários
2004	Encontro entre o então presidente Lula da Silva e o então presidente da Tanzânia, Benjamin Mkapa em Xangai, à margem de reunião do Banco Mundial
2005	Reaberta a Embaixada do Brasil residente em Dar es Salam
2006	Visita a Brasília da então chanceler tanzaniana Asha-Rose Migiro
2006	Assinado Acordo Quadro de Cooperação Técnica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2006	Assinado acordo para criação de Comissão Mista bilateral
2008	Realização, em Dar es Salam, da I Reunião da Comissão Mista bilateral.
2010/maio	Visita ao Brasil dos então vice-ministros da Agricultura, Segurança Alimentar e Cooperativas, David Mathayo David, e do Desenvolvimento Pecuário, James Wanyancha, para participar do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural
2010/maio	Visita ao Brasil do então ministro de Energia e Minerais, William Ngeleja e reunião de trabalho com integrantes da Petrobras para análise de possibilidades de cooperação na área de energia e biocombustíveis
2010/julho	Visita do então presidente Lula à Tanzânia, acompanhada do MRE e comitiva empresarial
2010/julho	Missão técnica brasileira visita Dar es Salam com o objetivo de avaliar alternativas para reestruturação da dívida externa
2010/setembro	Visita ao Brasil do então ministro dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia, Bernard Membe
2011/março	Envio de missão da Fundação Getúlio Vargas a Dar es Salam para realização de estudo da viabilidade de produção de biocombustíveis na Tanzânia
2011/outubro	Visita ao Brasil do então primeiro-ministro da Tanzânia, Mizengo Pinda.
2012/abril	Visita ao Brasil do então presidente da Tanzânia, Jakaya Kikwete, por ocasião de sua participação na Reunião Ministerial da Iniciativa para um Governo Aberto (OGP).
2012/setembro	Início da cooperação na área de defesa, com a visita do Adido de Defesa e Naval em Pretória, CMG Paulo Cesar Demby Corrêa a Dar es Salam
2013/janeiro	Visita ao Brasil do então Diretor-Geral da Comissão Tanzaniana de Ciência e Tecnologia (COSTECH), professor Hassan Mshinda por ocasião da assinatura de Memorando de Entendimento entre aquela Comissão e a Fiocruz
2014/julho	Visita ao Brasil do então Chefe das Forças Populares de Defesa da Tanzânia (TPDF), General Davis Mwamunyange
2014/dezembro	Realização de missão da EMBRAPA no âmbito do projeto de cooperação *Cotton Victoria*
2017/junho	Criação de consulado honorário do Brasil em Zanzibar
2017/setembro	Assinatura do acordo bilateral de restruturação da dívida tanzaniana com o Brasil
2018/abril	Assinatura do Memorando de Entendimento para a criação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	mecanismo de consultas bilateral. Realização da I Reunião de Consultas Políticas Brasil- Tanzânia, em Dar es Salam

ACORDOS BILATERAIS

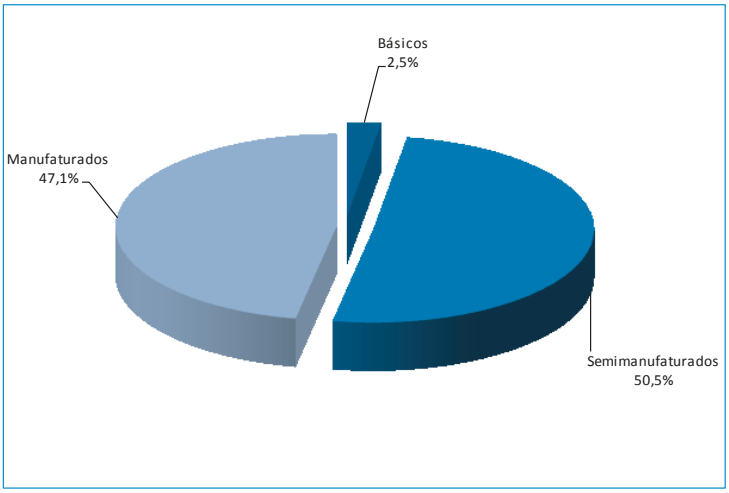
Título	Data de Celebração	Vigência	Publicação
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Tanzânia	15/05/2006	Em vigor	02/09/2010
Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente de Cooperação entre o Brasil e a Tanzânia	15/05/2006	Em vigor	22/05/2006
Acordo entre o Brasil e a Tanzânia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	22/08/2008	Em vigor	13/08/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	22/08/2008	Em vigor	10/06/2010
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia	22/08/2008	Em vigor	28/08/2008

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

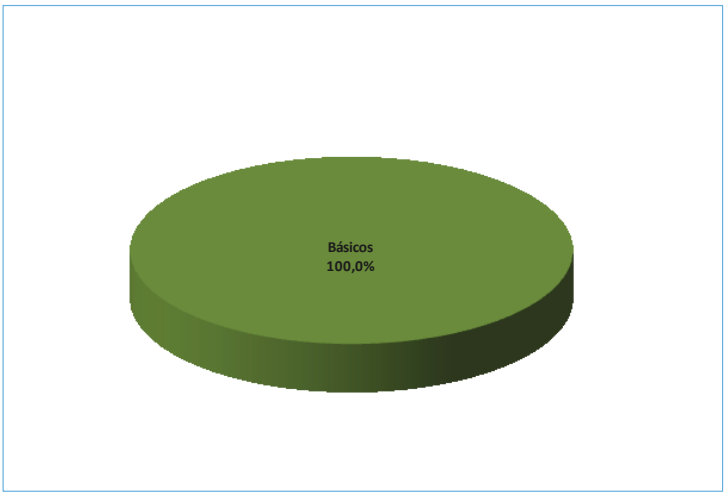
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Junho de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

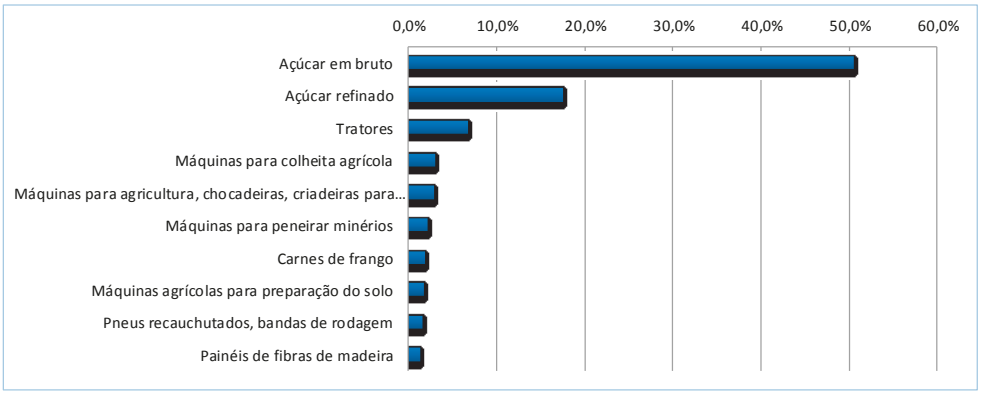
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações brasileiras para a Tanzânia (SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar em bruto	1.392	8,3%	3.626	20,2%	15.070	50,5%
Açúcar refinado	4.007	23,9%	5.185	28,8%	5.203	17,4%
Tratores	227	1,4%	209	1,2%	2.006	6,7%
Máquinas para colheita agrícola	2.905	17,3%	2.809	15,6%	868	2,9%
Máquinas para agricultura, chocadeiras, criadeiras para avicultura	4	0,0%	20	0,1%	850	2,8%
Máquinas para peneirar minérios	0	0,0%	0	0,0%	637	2,1%
Carnes de frango	537	3,2%	628	3,5%	541	1,8%
Máquinas agrícolas para preparação do solo	389	2,3%	272	1,5%	523	1,8%
Pneus recauchutados, bandas de rodagem	879	5,2%	603	3,4%	457	1,5%
Painéis de fibras de madeira	980	5,8%	386	2,1%	361	1,2%
Subtotal	**11.321**	**67,5%**	**13.737**	**76,4%**	**26.515**	**88,8%**
Outros	**5.459**	**32,5%**	**4.245**	**23,6%**	**3.330**	**11,2%**
Total	**16.779**	**100,0%**	**17.982**	**100,0%**	**29.845**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017



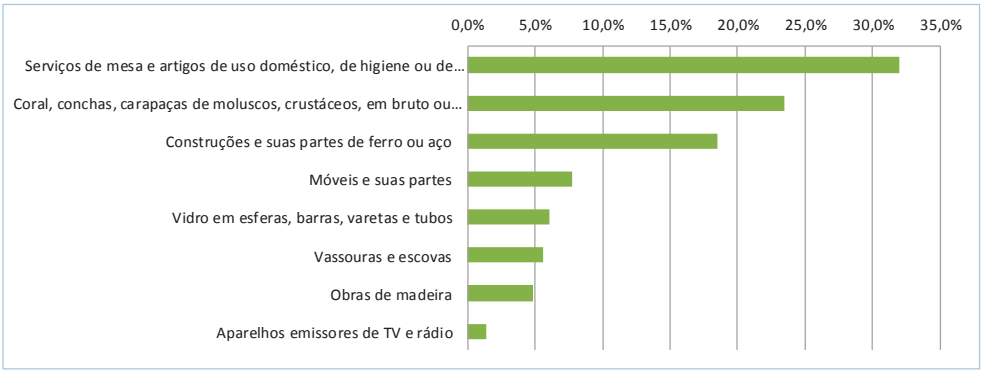
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações brasileiras originárias da Tanzânia (SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Serviços de mesa e artigos de uso doméstico, de higiene ou de toucador, de plástico	0	0,0%	0	0,0%	16,8	32,0%
Coral, conchas, carapaças de moluscos, crustáceos, em bruto ou preparados	10,4	51,7%	0	0,0%	12,3	23,4%
Construções e suas partes de ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	9,8	18,5%
Móveis e suas partes	0	0,0%	0	0,0%	4,1	7,7%
Vidro em esferas, barras, varetas e tubos	0	0,0%	0	0,0%	3,2	6,1%
Vassouras e escovas	0	0,0%	0	0,0%	2,9	5,6%
Obras de madeira	0	0,0%	0	0,0%	2,6	4,9%
Aparelhos emissores de TV e rádio	0	0,0%	0	0,0%	0,8	1,4%
Sementes e frutos oleaginosos	0	0,0%	34,9	43,5%	0,0	0,0%
Bombas para líquidos	0	0,0%	9,7	12,1%	0,0	0,0%
Subtotal	**10,4**	**51,7%**	**44,6**	**55,7%**	**52,5**	**99,6%**
Outros	**9,7**	**48,3%**	**35,5**	**44,3%**	**0,2**	**0,4%**
Total	**20,1**	**100,0%**	**80,0**	**100,0%**	**52,7**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

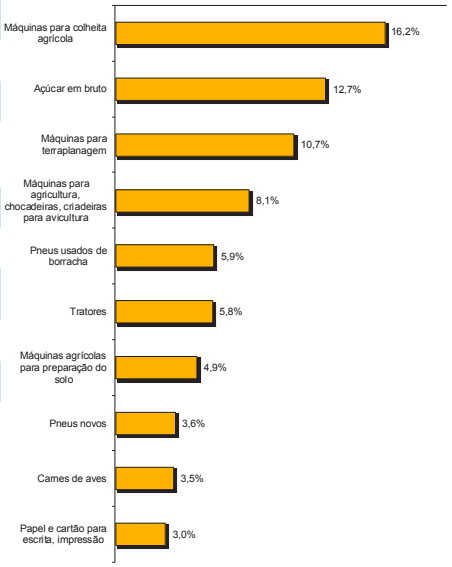


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil

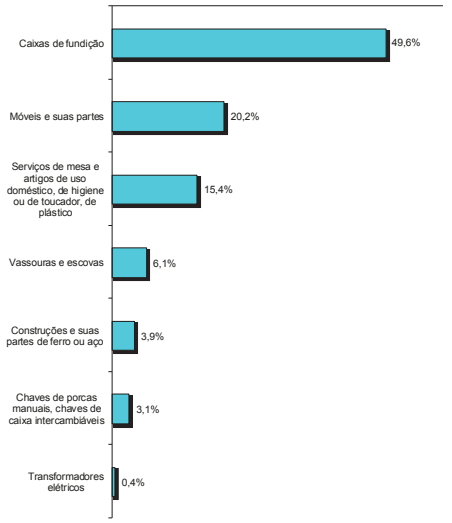
Grupos de produtos	2017 (jan-mai)	Part. % no total	2018 (jan-mai)	Part. % no total
Exportações				
Máquinas para colheita agrícola	503	3,4%	736	16,2%
Açúcar em bruto	10.214	68,7%	575	12,7%
Máquinas para terraplanagem	0	0,0%	487	10,7%
Máquinas para agricultura, chocadeiras, criadeiras para avicultura	63	0,4%	365	8,1%
Pneus usados de borracha	124	0,8%	269	5,9%
Tratores	1.817	12,2%	265	5,8%
Máquinas agrícolas para preparação do solo	203	1,4%	222	4,9%
Pneus novos	24	0,2%	163	3,6%
Carnes de aves	112	0,8%	159	3,5%
Papel e cartão para escrita, impressão	0	0,0%	137	3,0%
Subtotal	**13.060**	**87,8%**	**3.378**	**74,5%**
Outros	**1.809**	**12,2%**	**1.156**	**25,5%**
Total	**14.869**	**100,0%**	**4.534**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018



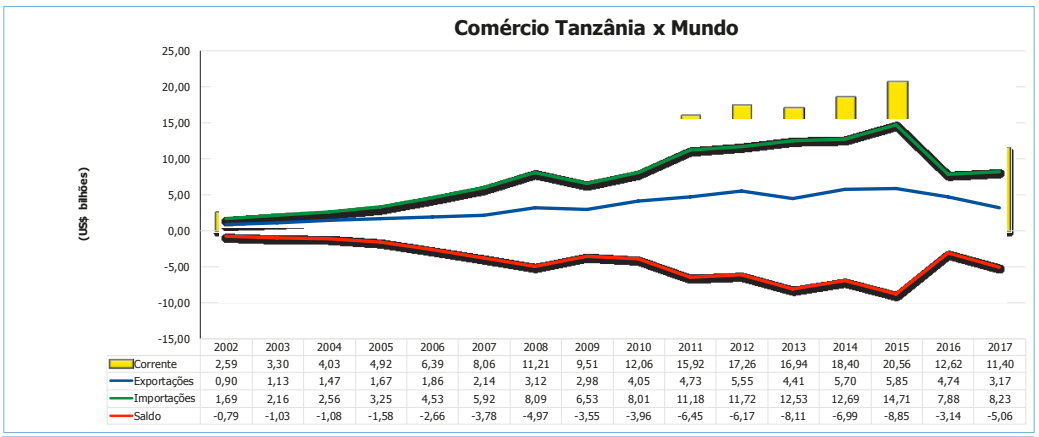
Grupos de produtos	2017 (jan-mai)	Part. % no total	2018 (jan-mai)	Part. % no total
Importações				
Caixas de fundição	0	0,0%	113	49,6%
Móveis e suas partes	0	0,0%	46	20,2%
Serviços de mesa e artigos de uso doméstico, de higiene ou de toucador, de plástico	0	0,0%	35	15,4%
Vassouras e escovas	0	0,0%	14	6,1%
Construções e suas partes de ferro ou aço	0	0,0%	9	3,9%
Chaves de porcas manuais, chaves de caixa intercambiáveis	0	0,0%	7	3,1%
Transformadores elétricos	0	0,0%	1	0,4%
Coral, conchas, carapaças de moluscos, crustáceos, em bruto ou preparados	12	69,0%	0	0,0%
Subtotal	**12**	**69,0%**	**225**	**98,7%**
Outros produtos	**5**	**31,0%**	**3**	**1,3%**
Total	**17**	**100,0%**	**228**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente	2,59	3,30	4,03	4,92	6,39	8,06	11,21	9,51	12,06	15,92	17,26	16,94	18,40	20,56	12,62	11,40
Exportações	0,90	1,13	1,47	1,67	1,86	2,14	3,12	2,98	4,05	4,73	5,55	4,41	5,70	5,85	4,74	3,17
Importações	1,69	2,16	2,56	3,25	4,53	5,92	8,09	6,53	8,01	11,18	11,72	12,53	12,69	14,71	7,88	8,23
Saldo	-0,79	-1,03	-1,08	-1,58	-2,66	-3,78	-4,97	-3,55	-3,96	-6,45	-6,17	-8,11	-6,99	-8,85	-3,14	-5,06

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

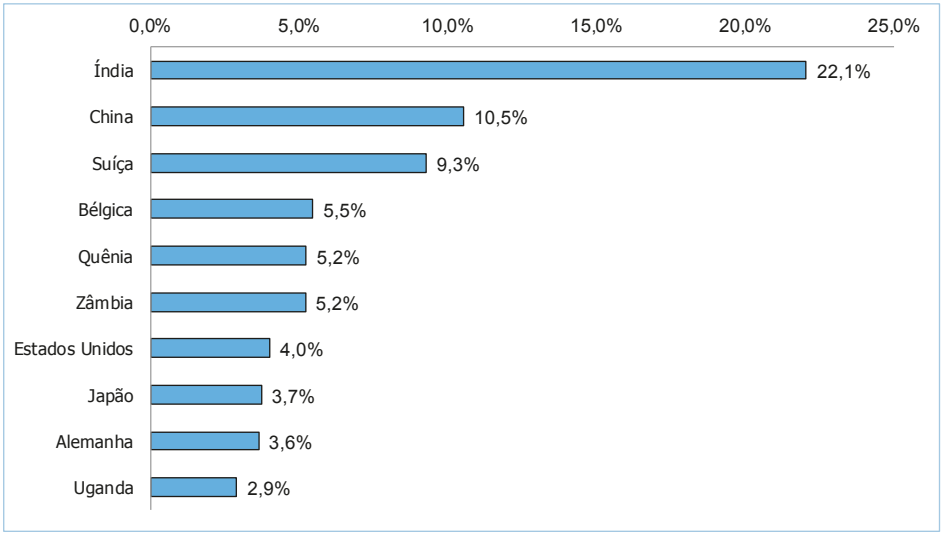
34
Parte integrante do Avulso da MSF nº 62 de 2018.
Página 37 de 94

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais destinos das exportações da Tanzânia
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
Índia	700	22,1%
China	334	10,5%
Suíça	294	9,3%
Bélgica	173	5,5%
Quênia	166	5,2%
Zâmbia	165	5,2%
Estados Unidos	127	4,0%
Japão	118	3,7%
Alemanha	115	3,6%
Uganda	92	2,9%
...		
Brasil (77º lugar)	**0,05**	***0,0%***
Subtotal	**2.284**	**72,0%**
Outros países	**890**	**28,0%**
Total	**3.174**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

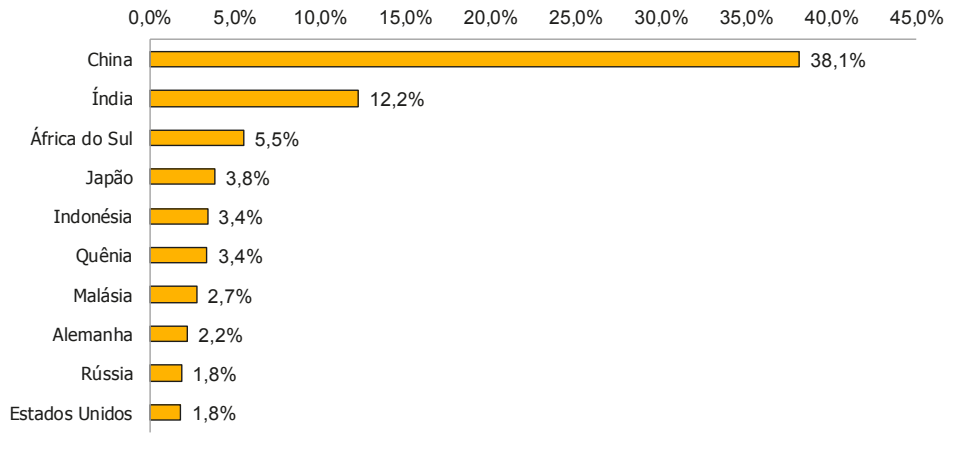


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais origens das importações da Tanzânia
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
China	3.136	38,1%
Índia	1.006	12,2%
África do Sul	452	5,5%
Japão	311	3,8%
Indonésia	277	3,4%
Quênia	276	3,4%
Malásia	225	2,7%
Alemanha	180	2,2%
Rússia	150	1,8%
Estados Unidos	149	1,8%
...		
Brasil (34º lugar)	***30***	***0,4%***
Subtotal	**6.192**	**75,2%**
Outros países	**2.039**	**24,8%**
Total	**8.231**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

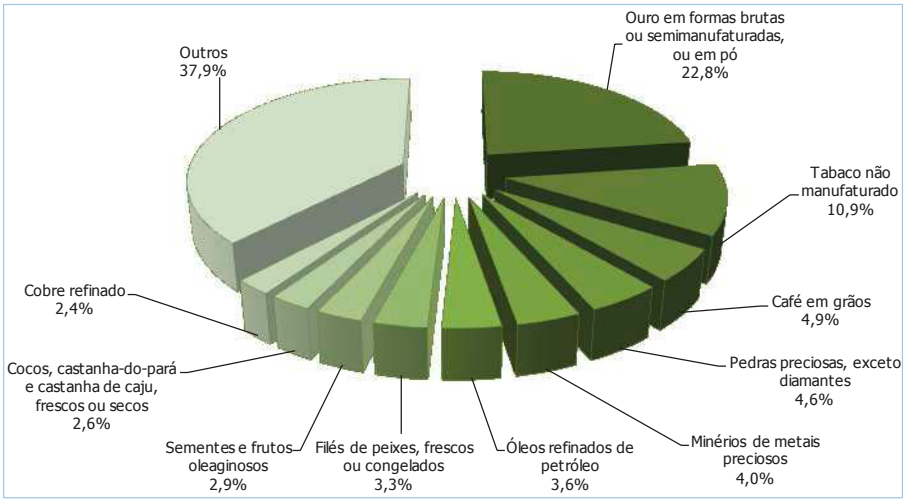


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações da Tanzânia (SH4)
US$ milhões

Grupos de Produtos	2017	Part.% no total
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	725	22,8%
Tabaco não manufaturado	345	10,9%
Café em grãos	157	4,9%
Pedras preciosas, exceto diamantes	147	4,6%
Minérios de metais preciosos	126	4,0%
Óleos refinados de petróleo	115	3,6%
Filés de peixes, frescos ou congelados	105	3,3%
Sementes e frutos oleaginosos	92	2,9%
Cocos, castanha-do-pará e castanha de caju, frescos ou secos	83	2,6%
Cobre refinado	75	2,4%
Subtotal	**1.970**	**62,1%**
Outros	**1.204**	**37,9%**
Total	**3.174**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.



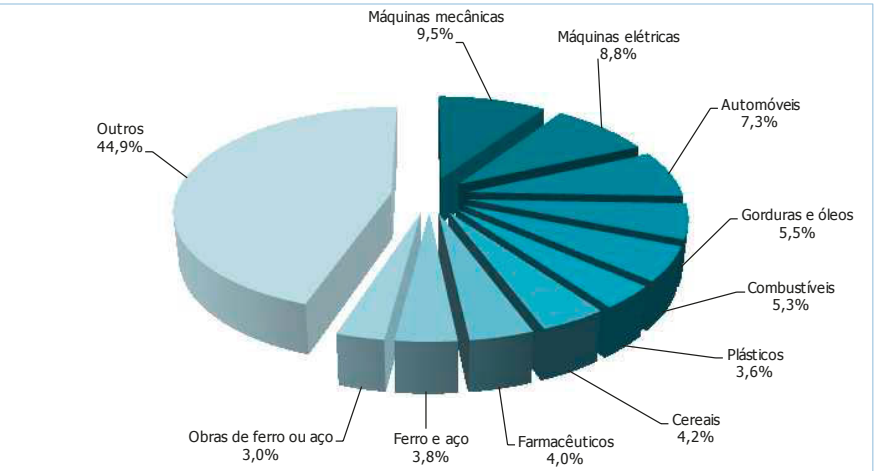
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações da Tanzânia (SH2)
US$ milhões

Grupos de produtos	2017	Part.% no total
Máquinas mecânicas	782	9,5%
Máquinas elétricas	723	8,8%
Automóveis	603	7,3%
Gorduras e óleos	452	5,5%
Combustíveis	436	5,3%
Plásticos	299	3,6%
Cereais	348	4,2%
Farmacêuticos	330	4,0%
Ferro e aço	314	3,8%
Obras de ferro ou aço	246	3,0%
Subtotal	**4.533**	**55,1%**
Outros	**3.698**	**44,9%**
Total	**8.231**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

10 principais grupos de produtos importados



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

COMORES







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS SOBRE COMORES

NOME OFICIAL:	União das Comores
GENTÍLICO:	Comoriano, comoriana
CAPITAL:	Moroni
ÁREA:	2.235 km²
POPULAÇÃO:	808.000 (est. julho 2017)
IDIOMAS OFICIAIS:	Árabe, francês e comoriano
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islâmica sunita (98%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia da União, composta por 33 membros que cumprem mandatos de cinco anos. Do total, 24 são eleitos por maioria absoluta e nove são selecionados indiretamente por assembleias das ilhas.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Azali Assoumani (desde maio 2016)
CHANCELER:	Mohamed El-Amine Souef (desde agosto 2017)
PIB NOMINAL (FMI, 2017):	US$ 652 milhões
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP) (FMI, 2017):	US$ 1,3 bilhão
PIB *PER CAPITA* (FMI, 2017):	US$ 869,01
PIB PPP *PER CAPITA* (FMI, 2017):	US$ 1588,277
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2017):	3% (2018); 2,5% (2017); 2,2% (2016); 1% (2015); 2%(2014); 3,5% (2013); 3% (2012); 2,2% (2011); 2,1% (2010)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH):	0,497 (160 ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	63,6 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO:	77,8% (CIA)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	19,6% (PNUD)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco comoriano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	A ser designado
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registro.
EMBAIXADOR EM COMORES:	Carlos Alfonso Iglesias Puente (cumulativo)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – COMORES (fonte: MDIC) **US$ mil FOB**

BRASIL → COMORES	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**
Intercâmbio	**1051,7**	**1142,5**	**1276,7**	**3215,5**	**2737,6**	**2095,8**	**4630,7**	**4274,7**	**2806,1**	**3499,3**
Exportações	64,0	44,7	153,7	384,3	501,2	714,1	1493,7	1199,4	993,0	1186,0
Importações	987,7	1097,7	1123,0	2831,1	2236,4	1381,6	3136,9	3074,8	1813,0	2313,3
Saldo	-923,7	-1053	-969,3	-2446	-1735	-667,4	-1643	-1874	-820,0	-1127,3

Informação elaborada em 20/6/2018, pelo PS Augusto César Teixeira Leite e pela TS Mariana da Silva Giafferi. Revisado pelo Ministro Paulo Rocha Cypriano, em 20/6/2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

APRESENTAÇÃO

A União das Comores é um Estado federativo de regime presidencialista da África Oriental, composto pelas Ilhas Grande Comore, Mohéli e Anjouan, e localizado entre a ilha de Madagascar e o norte da costa de Moçambique. Ex-colônia francesa, o país tornou-se independente, por meios pacíficos, em 1974. A quarta ilha do arquipélago das Comores, Mayotte, permanece sob administração francesa, conforme resultado de plebiscitos realizados em 1974, em 1976 e em 2009, e possui status, atualmente, de departamento francês de ultramar. A ilha constitui território reclamado pela União das Comores. Árabe, francês e comoriano são as línguas oficiais no arquipélago, cuja população, em sua quase totalidade (98%), professa a fé islâmica sunita. O país é membro da Liga Árabe, da União Africana, da Organização para a Cooperação Islâmica e da Organização Internacional da Francofonia.

Com PIB per capita de apenas US$ 869,01 (44ª posição entre os países africanos), Comores figura entre os países mais pobres do mundo, de modo que sua economia é muito carente de ajuda internacional. A economia do país tem apresentado taxas de crescimento econômico da ordem de 2% (2,5%, em 2017). O setor agrícola, incluída a pesca, representa cerca de 49,5% do PIB e fornece a maioria dos produtos exportados. Os principais itens de exportação são baunilha, cravo e ylang-ylang (essência para a indústria de perfumes). A dependência da importação de itens de primeira necessidade resulta em déficit estrutural na balança comercial comoriana.

Com área de 2.235 km², população estimada de 800 mil habitantes e PIB de US$ 652 milhões (2017), a União das Comores constitui, ademais, um dos menores países do continente africano em termos territoriais, populacionais e econômicos.

As relações do Brasil com a União das Comores são relativamente recentes (estabelecidas em 2005) e ainda carecem de densidade. Apesar disso, registram-se iniciativas no plano bilateral nos últimos anos. Consulado Honorário do Brasil em Comores foi inaugurado em maio de 2015. Em 2018, teve início projeto de cooperação técnica implementado pelo Fundo IBAS, com participação do Brasil. A conclusão do processo de ratificação do Acordo de Cooperação Técnica bilateral, assinado em 2011, deverá fornecer arcabouço jurídico para o desenvolvimento de ações cooperativas no plano bilateral. Em agosto de 2016, o vice-presidente da União das Comores, Djaffar Ahmed Said, realizou visita bilateral ao Brasil, no contexto dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. O comércio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bilateral é muito reduzido, em razão das dificuldades de transporte e comunicações, do tamanho do mercado local e da baixa renda da população comoriana.

PERFIS BIOGRÁFICOS

AZALI ASSOUMANI
Presidente da República
Chefe do Estado



Azali Assoumani nasceu em 1959, em Mitsoudjé, cidade da ilha de Grande Comore. Oficial , ocupou diversos postos nas Forças Armadas comorianas, entre eles o de chefe do Estado Maior do Exército Nacional de Desenvolvimento (1998-1999). Em 1999, esteve à frente do movimento que depôs o presidente interino Tadjidine Ben Said Massounde, tendo assumido, na sequência, a presidência do país. Nas eleições realizadas em 2001, no contexto da reconciliação política no arquipélago, Assoumani foi confirmado no cargo, no qual permaneceu até 2006. Em observância do sistema de rotação entre as ilhas para escolha do presidente da União, Assoumani, ligado politicamente à ilha de Grande Comore, pôde reapresentar-se como candidato à presidência em 2016, tendo sido eleito com 41% dos votos.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e a União das Comores são incipientes, tendo sido formalmente estabelecidas em 25 de março de 2005, em Marrakesh, por ocasião de Reunião Ministerial Preparatória à I Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA). Há, no entanto, margem para o desenvolvimento de diálogo e de cooperação bilaterais, o que se evidencia a partir de posições convergentes dos dois países em foros multilaterais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em 2009, o então presidente Ahmed Sambi manteve encontro com o então presidente Lula, à margem da II Cúpula América do Sul- África (ASA), em Isla Margarita, quando expressou o desejo de adensar as relações entre os dois países e examinar possibilidades de cooperação.

Em julho 2010, a representação brasileira cumulativa para as Comores foi transferida da Embaixada em Pretória para a Embaixada em Dar es Salam.

Em 2011, por ocasião da apresentação de credenciais do Embaixador brasileiro nas Comores, foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Comores. O acordo, ratificado pelo Brasil em 2018, aguarda apenas a conclusão do processo de ratificação pelo lado comoriano para entrar em vigor. Entre as áreas identificadas como prioritárias pelo governo de Comores para o desenvolvimento de projetos de cooperação bilateral estão a agricultura familiar, o desenvolvimento social e o fortalecimento de atividades pesqueiras.

Em junho de 2012, o Governo comoriano adquiriu duas aeronaves modelo "LET-410", junto à empresa brasileira NHT transportes aéreos. Os aviões e a tripulação brasileira que os conduziu foram recebidos em cerimônia com grande visibilidade local. As duas aeronaves permitiram a retomada das ligações aéreas regulares entre as três ilhas do arquipélago.

Em dezembro de 2013, ocorreu a primeira missão comercial brasileira em Comores, com a participação da Petrobrás, da Brasil Foods, da Green Best Solutions e da Brazafric. A missão, que foi recebida pelo então presidente Dhoinine, possibilitou os primeiros contatos de empresas brasileiras com grupos comerciais locais. Na ocasião, avançaram-se entendimentos para a retomada das vendas diretas de frangos congelados brasileiros ao país.

No início de 2015, Governo comoriano, por meio de seu representante permanente junto à ONU, expressou a intenção de designar Embaixador não residente de Comores no Brasil.

Em agosto de 2016, o vice-presidente da União das Comores, Djaffar Ahmed Said, realizou visita bilateral ao Brasil, no contexto dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Na ocasião, o vice-presidente comoriano manifestou a autoridades brasileiras o desejo de dinamizar o intercâmbio comercial bilateral, bem como de contar com investimentos brasileiros em seu país, em especial no setor de infraestrutura e agricultura. Durante a visita, também foi discutida a possibilidade de ser estreitada a cooperação entre academias diplomáticas dos dois países.

Em outubro de 2017, foi assinado memorando de entendimento para cooperação no treinamento de diplomatas entre o Ministério das Relações Exteriores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional de Comores.

Em janeiro de 2018, foi lançado projeto de cooperação para aperfeiçoamento da capacidade agícola em Comores, desenvolvido pelo Fundo IBAS, que compreende o Brasil, a Índia e a África do Sul.

A diretora-geral da Agência Comoriana de Cooperação Internacional (ACCI), instituição criada em 2017, encontra-se convidada a visitar o Brasil, no segundo semestre de 2018, a fim de manter encontros com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e discutir possibilidades de ampliação da cooperação bilateral.

ASSUNTOS CONSULARES

Consulado Honorário do Brasil em Comores foi inaugurado em maio de 2015. O titular é o comoriano Djamil Mahamoud. Embora não haja significativa comunidade brasileira em Comores, a criação do Consulado se justifica tanto pelas difíceis condições de vida e das comunicações das ilhas, sujeitas a desastres naturais de toda a sorte, bem como para o apoio a missões brasileiras ao arquipélago.

Com base nos registros de matrícula consular e nos serviços consulares prestados ao longo de 2017, na jurisdição de Dar es Salam (Tanzânia, Comores e Seicheles), existem 131 cidadãos brasileiros matriculados (em total estimado de 180).

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos oficiais brasileiros concedidos a Comores.

POLÍTICA INTERNA

Em seu período pré-colonial, as ilhas do arquipélago foram ocupadas por povos provenientes da costa leste da África, do Golfo Pérsico, da Malásia e de Madagascar. Os imigrantes de origem árabe-shirazi tiveram grande influência na formação cultural do país nos séculos XV e XVI, consolidando a identidade árabe das ilhas e o islamismo sunita como religião predominante no arquipélago.

A partir do século XVI, as ilhas Comores consolidaram-se como importante escala na rota de comércio entre Europa e Ásia. O arquipélago passou a fornecer provisões para entrepostos coloniais europeus na África Oriental (Moçambique, Quênia e Tanzânia). A partir de meados do século XIX, no auge da disputa de poder no Oceano Índico, a França estabeleceu, progressivamente, seu domínio colonial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sobre as quatro ilhas do arquipélago, o qual durou até a segunda metade do século XX.

Durante a década de 1960, no contexto do processo da descolonização afro-asiática, os movimentos internos a favor da independência de Comores ganharam ímpeto. Em 1974, realizou-se referendo no qual a maior parte da população de três das quatro ilhas do arquipélago (Grande Comore, Mohéli e Anjouan) optaram pela independência. A população da ilha de Mayotte, contudo, escolheu permanecer sob a administração francesa.

Controvérsias quanto ao processo de descolonização e, em especial, quanto ao destino da Ilha de Mayote, levaram à proclamação unilateral da independência de Comores (inclusive da Ilha de Mayote), em julho de 1975, pelo Presidente do então Conselho do Governo das Comores, Ahmed Abdala. Embora a França tenha se retirado das três ilhas que votaram a favor da autonomia, e reconhecido a independência de Comores ainda naquele ano, o país europeu manteve sua administração sobre Mayote.

A declaração unilateral de independência suscitou críticas de lideranças do processo de descolonização comoriano. Nos dias que se seguiram à independência, em agosto de 1975, Abdala foi deposto pelo movimento de oposição "Frente de União Nacional", com o auxílio de grupo de mercenários liderados pelo francês Bob Denard. A ocorrência de golpes de Estado, com o envolvimento do francês e de seu grupo constitui marca importante da vida política comoriana em seus primeiros vinte anos.

Com o apoio de Denard, Ali Soilih torna-se, em janeiro de 1976, presidente das Comores. Ainda naquele ano, novo referendo sobre o status da ilha de Mayotte confirmou a opção da população por permanecer sob administração francesa (99% da população da ilha, na ocasião, votou contra a independência). Nos dois anos em que governou Comores, Soilih adotou uma série de políticas de viés socializante e isolacionista, o que levou a choque com Denard e seus apoiadores.

Em 1978, novo golpe liderado por Denard depôs e executou Soilih, reinstalando em seu lugar Ahmed Abdala. O segundo governo de Abdala foi marcado pela adoção de viés islamista. O país foi renomeado, ainda naquele ano, República Federal Islâmica de Comores e, em 1982, adotou-se regime de partido único. Nomeado Chefe da Guarda Presidencial comoriana, Denard estabeleceu lucrativa rede de contrabando de armamentos em direção à África do Sul, então sob sanções internacionais em consequência do regime de apartheid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Abdala permaneceu no comando do país até 1989, quando, em contexto de novo golpe de Estado, realizado pelas Forças Armadas comorianas, foi morto. Em seu lugar, assumiu o então Presidente da Suprema Corte comoriana, Said Mohamed Djohar, que foi confirmado no cargo em eleições realizadas em 1990. O período Djohar foi marcado por profunda crise econômica (o desemprego chegou a afetar mais de 20% da população) e perseguição ao grupo de Denard. Em 1995, nova tentativa de golpe liderada por Denard foi frustrada, desta vez, pela ação de tropas francesas. O mercenário foi detido e colocado em prisão domiciliar na França.

Em março de 1996, elegeu-se Presidente Mohamed Abdulkarim, cujo governo foi marcado pela tentativa de secessão das Ilhas de Ajouan e Mohéli, no ano seguinte. O gesto foi criticado pela comunidade internacional e, sobretudo, pela Organização da Unidade Africana (OUA). Em nome do princípio da intangibilidade das fronteiras coloniais, inscrito na Carta da Organização, estabeleceu-se boicote comercial e de comunicação às ilhas separatistas.

Em meio à crise secessionista, o presidente Abdulkarim veio a falecer, em 1998. No ano seguinte, o coronel Azali Assoumani, em novo golpe de Estado, assumiu a Presidência. A chegada ao poder do coronel Azali marcou o início de processo de paulatina estabilização das Comores. Com o apoio da União Africana, estabeleceram-se bem-sucedidas negociações entre Moroni e as ilhas secessionistas. Como resultado, foram assinados, entre 2000 e 2001, os “Acordos de Fomboni”, pelos quais foi definido um esquema de compartilhamento de poder, no qual a Presidência da Federação passou a ser rotativa entre nativos das três ilhas e cada ilha mantém seu governo local. As disposições dos Acordos foram incorporadas, ainda em 2001, a nova Constituição, que estabeleceu a "União das Comores".

Azali Assoumani venceu as eleições presidenciais de 2002 e governou até 2006, quando Mohammed Abdallah Sambi, nativo da ilha de Anjouan, foi eleito Presidente. Tratou-se da primeira passagem de poder pacífica na história de Comores. Em 2007, no contexto de eleições regionais para a presidência das ilhas, novo confronto secessionista iniciou-se com a ilha de Anjouan. A crise foi superada, em 2008, com o auxílio de forças da União Africana, apoiadas pela França, que lograram consolidar a autoridade de Moroni sobre a ilha.

Após a consolidação da unidade comoriana, o Presidente Sambi conduziu o país ao referendo de maio de 2009, que aprovou a reforma constitucional que ratificou os princípios dos Acordos de Fomboni, reduziu o peso da burocracia no orçamento, transformou os cargos de presidentes das ilhas em governadores e estendeu o mandato presidencial de 4 para 5 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em 2010, foram realizadas novas eleições, que transcorreram de maneira pacífica e nas quais foi eleito o candidato da situação, Ikililou Dhoinine, então vice-presidente representando a ilha de Mohéli, conforme previsto no sistema de rotatividade consagrado nos Acordos de Fomboni.

Entre janeiro e fevereiro de 2015, Comores realizou eleições legislativas que transcorreram de modo pacífico. O pleito resultou em vitória relativa do partido de Dhoinine e marcou o retorno à cena política dos ex-presidentes Sambi e Assoumani, cujos partidos obtiveram votação relevante, embora não constituam a maioria. Os dois ex-mandatários, contudo, não puderam concorrer à Presidência em 2016, uma vez que há proibição a que ex-presidentes concorram novamente ao cargo.

As eleições presidencias de 2016 foram caracterizadas por denúncias de irregularidades e fraudes, e foram objeto de recurso tanto pelo candidato vitorioso, Azali Assoumani, como por seu principal concorrente, Mohamed Ali Soilihi. Após os resultados do segundo turno serem anulados, foi organizado terceiro turno, em que Azali Assoumani foi eleito com 41,3% dos votos.

Poder legislativo

Conforme a Constituição de 2001, o poder legislativo de Comores é unicameral, sendo exercido pela "Assembleia", que conta com 33 deputados, 24 eleitos em sufrágio universal direto e nove nomeados por representantes das ilhas (3 representantes por ilha). As três ilhas do arquipélago (Grande Comore, Anjouan e Mohéli) têm parlamentos próprios, com diferentes números de representantes.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa comoriana tem priorizado as relações com a África, com o mundo árabe, com os países da Conferência Islâmica e da Francofonia. Mantém, ademais, o princípio norteador de recuperação da integridade territorial do país, por meio da reintegração da ilha de Mayotte, atualmente administrada pela França, a ex-metrópole. Apenas seis países mantêm, atualmente, missões diplomáticas residentes em Moroni (França, China, Arábia Saudita, África do Sul, Tanzânia e Sudão).

Apesar da disputa em torno de Mayotte, a política externa comoriana tem buscado, de maneira pragmática, aprofundar relações com a França. A antiga potência colonial constitui, nesse contexto, o principal parceiro comercial e maior doador bilateral. Essa tendência acentuou-se com a visita oficial do Chefe de Estado comoriano à França em junho de 2013. Na ocasião, os dois países firmaram a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

"Declaração de Paris sobre a Amizade e a Cooperação entre a França e as Comores", que tem orientado as iniciativas de cooperação e o diálogo político franco-comoriano.

Além dos laços econômicos, a França abriga grande comunidade de imigrantes comorianos, estimados em cerca de 200 mil. A ilha de Mayotte, considerada departamento ultramarin francês, tem constituído destino de cerca de metade desses imigrantes.

O relacionamento com a China é considerado da mais alta prioridade pelo governo comoriano. A China tem constituído um dos principais provedores de obras de infraestrutura no arquipélago e de cooperação. Entre as obras realizadas pelo país asiático, destacam-se a ampliação do aeroporto de Moroni, implantação de adutora de águas em Moroni, além da construção de edifícios administrativos nas três ilhas que compõem o país.

Com vistas a alavancar seu desenvolvimento, as Comores também têm buscado atrair investimentos externos e cooperação com outros parceiros relevantes. Nesse contexto, Moroni tem conferido prioridade ao relacionamento com os países do Golfo. Países como Kuwait e Arábia Saudita vêm-se constituindo como importantes doadores a projetos no arquipélago, em especial nas áreas de saúde e educação.

Essa aproximação com os países do Golfo também se reflete no plano político, como demonstra a implicação do arquipélago na crise diplomática do Golfo desencadeada em junho de 2017. Na esteira da decisão tomada por Arábia Saudita, Egito, EAU e o Bahrein, o governo das Comores anunciou, naquele mês, o rompimento de suas relações diplomáticas com o Catar. Em janeiro de 2016, o governo comoriano também havia rompido relações com o Irã, após a mesma decisão ter sido tomada pela Arábia Saudita, no contexto dos ataques à Embaixada saudita em Teerã, em reação à execução do clérigo xiita e opositor do regime saudita Nimr al-Nimr.

Anteriormente a esses episódios, tanto Irã como Catar mantinham boas relações com as Comores e possuíam embaixadas residentes em Moroni, de modo que o rompimento de relações pelo governo comoriano se explica por interesses estratégicos mais amplos no âmbito da política externa comoriana em relação aos países do Golfo e no âmbito da Liga dos Estados Árabes.

O relacionamento com os Estados Unidos, historicamente distante do arquipélago, tem ganhado relevância nos últimos anos, em especial em sua vertente de segurança. Para o governo norte-americano, a intensificação das relações com Comores insere-se no contexto do combate à pirataria e ao terrorismo no Oceano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Índico. Nesse contexto, os EUA vêm cooperando para o fortalecimento das forças de defesa comorianas, em especial sua marinha.

No âmbito multilateral, Comores tem defendido, nas Nações Unidas, a necessidade de reforma e de revitalização da organização para que esta melhor represente os interesses dos países em desenvolvimento, em particular dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês). Comores tem buscado, em foros multilaterais, chamar a atenção para a vulnerabilidade desses países, em especial às mudanças climáticas.

No plano regional, Comores tem mantido intenso relacionamento com os Estados Insulares do Leste Africano (Seicheles, Madagascar e Maurício), bem como com a Tanzânia.

Em 2014, destaca-se a realização, em Moroni, da IV Cúpula da Comissão do Oceano Índico (organização que congrega Comores, Madagascar, Maurício, Seicheles e a Ilha de Reunião, departamento ultramarino francês). Trata-se do primeiro evento internacional de peso realizado nas Comores após a estabilização política, o qual contou com a presença do então presidente da França, François Hollande.

Questão de Mayotte

Com a independência das Comores ante a França, realizaram-se dois referendos em que a ilha Mayotte decidiu permanecer ligada à metrópole. Em março de 2009, o Governo francês organizou um novo referendo sobre o status da ilha de Mayotte. 95% dos votantes escolheram que a ilha se transformasse em departamento ultramarino da França, ao que se deu efeito em março de 2011.

A posição das Comores com relação à questão de Mayotte baseia-se, contudo, no entendimento de que a França assumira, durante o processo de descolonização, o compromisso de respeitar os resultados dos referendos no Arquipélago como um todo, e não ilha por ilha.

A questão de Mayotte encontra-se na agenda das Nações Unidas desde a década de 1970. A Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), nas resoluções que aprovou sobre o processo de descolonização do arquipélago das Comores, afirmou a necessidade de se respeitar a unidade e a integridade territorial comoriana. Ao aprovar o ingresso das Comores como membro da ONU, em 1975, a AGNU reafirmou essa necessidade e expressamente descreveu o arquipélago como composto pelas ilhas de "Anjouan, Grande-Comore, Mayotte e Mohéli". Essas resoluções

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

contaram com o apoio do Brasil. A França vetou todas as tentativas de aprovar resoluções com esse teor no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Com um PIB nominal estimado em cerca de US$ 652 milhões, em 2017, Comores figura entre os países mais pobres do mundo. Em termos de PIB per capita, segundo o Banco Mundial, o país posiciona-se em 44º no ranking dos 54 países africanos. A ausência de recursos naturais conhecidos, bem como deficiências de infraestrutura, sobretudo em matéria de transportes, energia elétrica e telecomunicações, constituem os principais entraves ao desenvolvimento comoriano.

A economia comoriana, nesse contexto, é fortemente dependente de remessas de expatriados, que responderam por cerca de 21% do PIB, em 2017. A ajuda oficial ao desenvolvimento, por sua vez, representou cerca de 8,5% do PIB, em 2017.

O setor agrícola, incluída a pesca, representa cerca de 49,5% do PIB e fornece a maioria dos produtos exportados. A renda das exportações é altamente dependente de três produtos: baunilha, cravo e ylang-ylang (essência para a indústria de perfumes). Os maiores compradores dos produtos agrícolas do país foram Índia, França, Indonésia e Alemanha, em 2017. Apesar da preponderância da agricultura na economia comoriana, o país é vulnerável a oscilações no preço internacional dos alimentos, uma vez que importa grande quantidade dos mantimentos consumidos, em especial carnes e cereais. Os maiores fornecedores para as Comores foram China, França, Paquistão e Índia, em 2017.

A dependência da importação de itens de primeira necessidade resulta em déficit estrutural na balança comercial comoriana, estimado em US$ 145 milhões, em 2017, representando cerca de 22% do PIB do país. As remessas estrangeiras e a ajuda oficial têm coberto, em parte, o déficit comercial. O déficit em transações correntes foi da ordem de 4,89% do PIB, em 2017.

Apesar da fragilidade de sua economia, Comores vem obtendo, nos últimos anos, taxas de crescimento econômico da ordem de 2% (2,5%, em 2017) e inflação sob controle, no patamar de 3%. Previsões de organismos internacionais estimam que, se a estabilidade política permanecer, as taxas de crescimento devem continuar estáveis.

Comércio bilateral e investimentos

O comércio bilateral com o Brasil é muito reduzido, tendo atingido seu pico em 2007, quando o fluxo comercial superou os US$ 3 milhões, amplamente superavitário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em favor das exportações brasileiras (carne bovina e aves). Em 2011, as importações comorianas de frango congelado foram drasticamente reduzidas, o que levou as exportações brasileiras a registrarem o menor volume desde 2003. Desde então, registra-se sensível melhora do volume de produtos comercializados, tendo o fluxo de comércio alcançado US$ 2,7 milhões em 2017.

As exportações brasileiras para Comores concentram-se em produtos alimentícios, como carnes, açúcares, artefatos para construção, café solúvel, além de uma pequena parcela de exportações de madeira e carvão vegetal. Não há registro de investimentos brasileiros em Comores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

~500	Início da ocupação territorial por grupos africanos e árabes.
1505	Início da presença portuguesa nas ilhas.
1832	Mayotte é conquistada pelo rei de Madagascar.
1841	Mayotte é comprada pelos franceses.
1886	Estabelecimento de protetorados franceses sobre as outras ilhas.
1912	O arquipélago torna-se província francesa, submetida ao Governador-Geral em Madagascar.
1961	Concedida autonomia interna ao arquipélago
1974	Organizado referendo sobre a independência de Comores. A ilha de Mayotte vota por permanecer sob administração francesa.
1975	Comores torna-se independente, sem a ilha de Mayotte.
1975	Ahmed Abdallah, primeiro presidente, é deposto em golpe assistido pelo mercenário francês Bob Denard.
1976	Ali Soilih torna-se presidente do país.
1978	Novo golpe militar, apoiado por Bob Denard, reinstala Ahmed Abdallah no poder.
1989-90	Golpe contra Ahmed Abdallah, que é morto. Assume Said Mohamed Djohar. Bob Denard deixa o país.
1995	Deposição de Djohar (setembro), com auxílio de Denard e de seus mercenários. É realizada operação francesa para a prisão de Denard (outubro).
1996	Eleição de Mohamed Taki Abdoulkarim como presidente.
1997	Tentativa de secessão de Anjouan e de Mohéli.
1998	Morte de Mohamed Taki Abdoulkarim. Tadjidine Ben Said Massounde assume a presidência interinamente.
1999	O Coronel Azali Assoumani depõe o Presidente Massounde.
2000-01	Acordos de Fomboni restabelecem a unidade de Comores. País passa a denominar-se União das Comores.
2002	Realizam-se eleições presidenciais. Assoumani é confirmado no cargo.
2006	Ahmed Abdallah Mohamed Sambi é eleito Presidente do país.
2007	Início da crise de secessão de Anjouan.
2008	É realizada a operação "Democracia em Comores", da União Africana, com apoio francês, que intervém militarmente em Anjouan, pondo fim à crise separatista.
2009	Novo referendo sobre o status de Mayotte é realizado. 95% dos eleitores votam pela transformação de Mayotte em departamento ultramarino francês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2011	Ikililou Dhoinine é eleito presidente.
2014	IV Cúpula da Comissão do Oceano Índico, é realizada em Moroni. Primeiro grande evento internacional realizado no país.
2016	Azali Assoumani é eleito presidente.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Estabelecimento de relações diplomáticas.
2009	Encontro, à margem da II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo América do Sul-África, dos então presidentes Lula e Ahmed Sambi.
2011	Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores.
2013	Reestabelecimento de linhas aéreas regulares entre as ilhas do arquipélago com aeronaves adquiridas no Brasil.
2013	Primeira missão comercial brasileira a Comores.
2016	Visita ao Brasil do vice-presidente de Comores, Djaffar Ahmed Said, por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.
2017	Assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Treinamento de Diplomatas entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional de Comores.
2018	Ratificação, pelo Brasil, do Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Comores.
2018	Lançamento do projeto de cooperação "Aprimoramento da Capacidade Agrícola na União das Comores", desenvolvido pelo Fundo IBAS

ACORDOS BILATERAIS

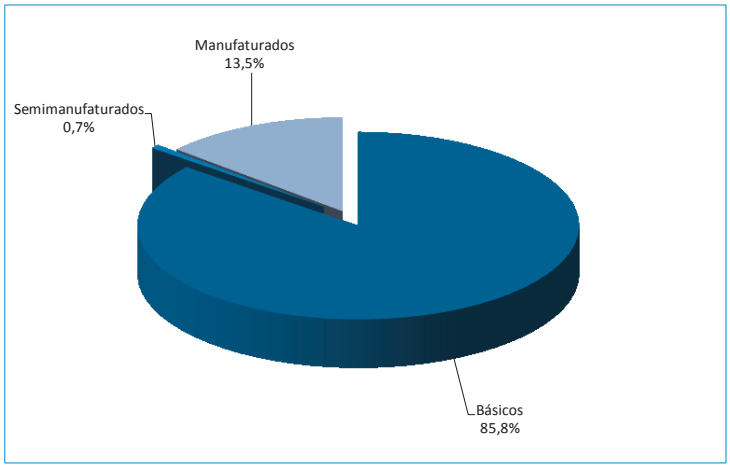
TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	STATUS
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores	21/11/2011		Em ratificação pela outra Parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

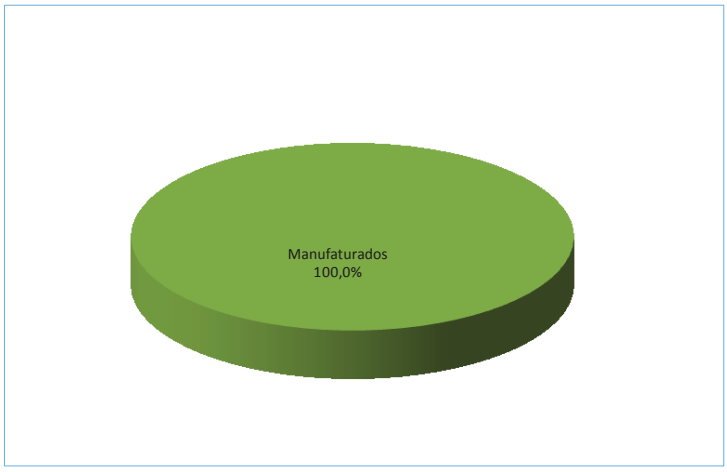
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Junho de 2018.

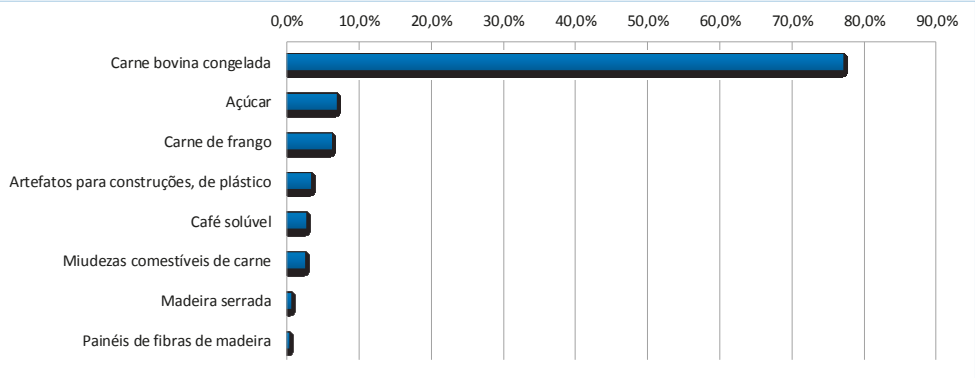
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações brasileiras para Comores (SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carne bovina congelada	429	49,3%	1.682	88,0%	2.042	77,1%
Açúcar	87	10,0%	0	0,0%	183	6,9%
Carne de frango	101	11,6%	75	3,9%	164	6,2%
Artefatos para construções, de plástico	0	0,0%	0	0,0%	90	3,4%
Café solúvel	64	7,4%	141	7,4%	71	2,7%
Miudezas comestíveis de carne	57	6,6%	0	0,0%	66	2,5%
Madeira serrada	0	0,0%	0	0,0%	18	0,7%
Painéis de fibras de madeira	11	1,3%	8	0,4%	9	0,3%
Subtotal	**749**	**86,2%**	**1.906**	**99,7%**	**2.643**	**99,8%**
Outros	**120**	**13,8%**	**6**	**0,3%**	**6**	**0,2%**
Total	**869**	**100,0%**	**1.912**	**100,0%**	**2.649**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017



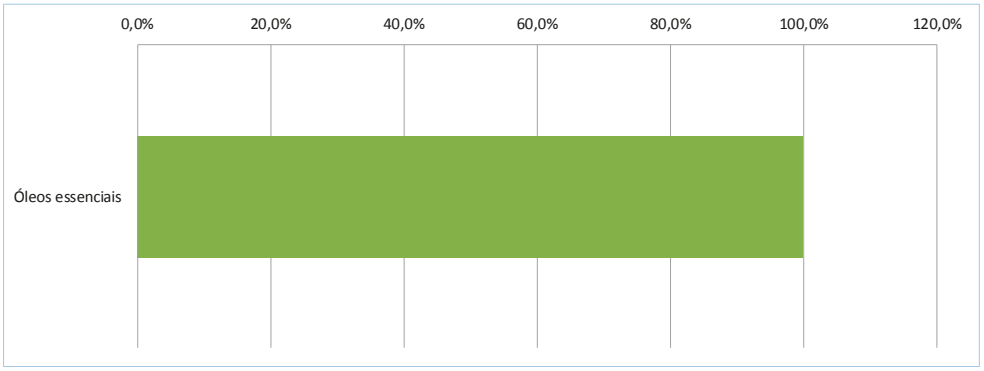
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações brasileiras originárias de Comores (SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Óleos essenciais	31	100,0%	41	100,0%	23	100,0%
Subtotal	**31**	**100,0%**	**41**	**100,0%**	**23**	**100,0%**
Outros	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**
Total	**31**	**100,0%**	**41**	**100,0%**	**23**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

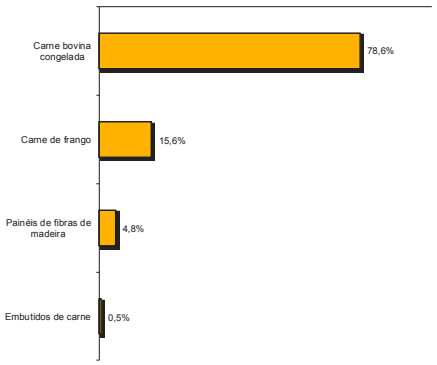


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil

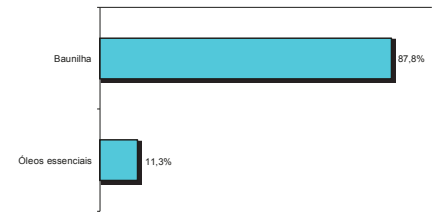
Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-mai)	Part. % no total	2018 (jan-mai)	Part. % no total
Exportações				
Carne bovina congelada	410	77,2%	520	78,6%
Carne de frango	0	0,0%	103	15,6%
Painéis de fibras de madeira	0	0,0%	32	4,8%
Embutidos de carne	0	0,0%	3	0,5%
Miudezas comestíveis, de carnes	40	7,5%	0	0,0%
Café solúcel	38	7,2%	0	0,0%
Subtotal	**488**	**91,9%**	**658**	**99,4%**
Outros	**43**	**8,1%**	**4**	**0,6%**
Total	**531**	**100,0%**	**662**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018



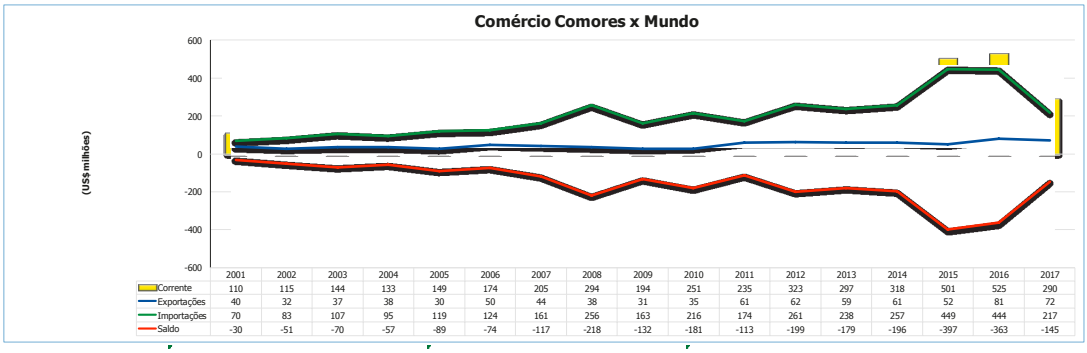
Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-mai)	Part. % no total	2018 (jan-mai)	Part. % no total
Importações				
Baunilha	0	0,0%	78	87,8%
Óleos essenciais	12	98,5%	10	11,3%
Subtotal	**12**	**98,5%**	**88**	**99,1%**
Outros produtos	**0**	**1,5%**	**1**	**0,9%**
Total	**12**	**100,0%**	**89**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente	110	115	144	133	149	174	205	294	194	251	235	323	297	318	501	525	290
Exportações	40	32	37	38	30	50	44	38	31	35	61	62	59	61	52	81	72
Importações	70	83	107	95	119	124	161	256	163	216	174	261	238	257	449	444	217
Saldo	-30	-51	-70	-57	-89	-74	-117	-218	-132	-181	-113	-199	-179	-196	-397	-363	-145

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

Comores não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

58

Parte integrante do Avulso da MSF nº 62 de 2018.

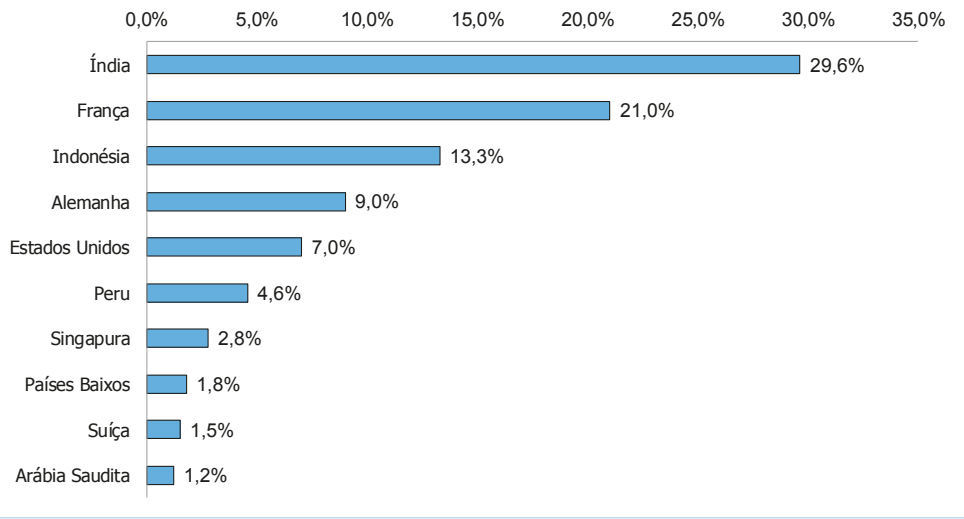
Página 61 de 94

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais destinos das exportações de Comores
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
Índia	21,44	29,6%
França	15,21	21,0%
Indonésia	9,62	13,3%
Alemanha	6,52	9,0%
Estados Unidos	5,09	7,0%
Peru	3,31	4,6%
Singapura	2,02	2,8%
Países Baixos	1,31	1,8%
Suíça	1,11	1,5%
Arábia Saudita	0,89	1,2%
...		
Brasil (40º lugar)	**0,02**	***0,03%***
Subtotal	**66,54**	**92,0%**
Outros países	**5,77**	**8,0%**
Total	**72,31**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.
Comores não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

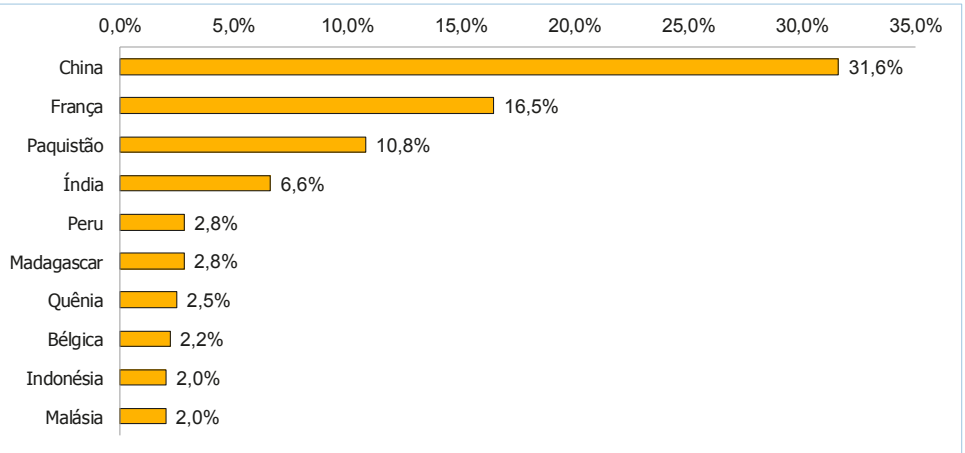


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais origens das importações de Comores
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
China	68,66	31,6%
França	35,75	16,5%
Paquistão	23,48	10,8%
Índia	14,38	6,6%
Peru	6,12	2,8%
Madagascar	6,10	2,8%
Quênia	5,42	2,5%
Bélgica	4,75	2,2%
Indonésia	4,42	2,0%
Malásia	4,35	2,0%
...		
Brasil (16º lugar)	***2,65***	***1,2%***
Subtotal	**176,08**	**81,1%**
Outros países	**41,14**	**18,9%**
Total	**217,22**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.
Comores não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

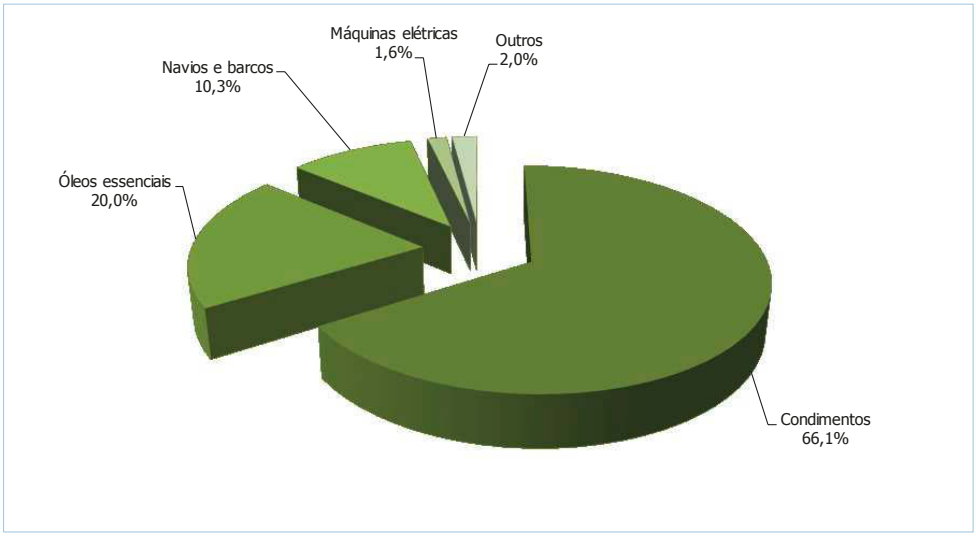
Composição das exportações de Comores (SH2)
US$ milhões

Grupos de Produtos	2017	Part.% no total
Condimentos	47,80	66,1%
Óleos essenciais	14,48	20,0%
Navios e barcos	7,41	10,3%
Máquinas elétricas	1,14	1,6%
Subtotal	**70,84**	**98,0%**
Outros	**1,48**	**2,0%**
Total	**72,31**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

Comores não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos exportados



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

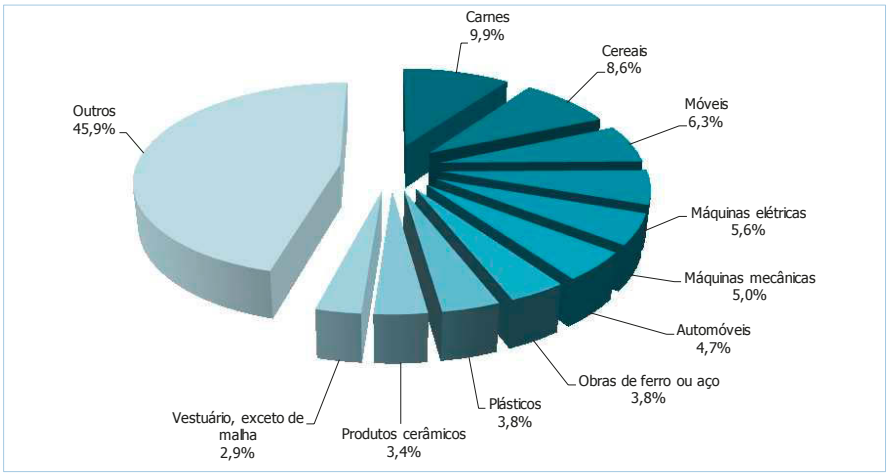
Composição das importações de Comores (SH2)
US$ milhões

Grupos de produtos	2017	Part.% no total
Carnes	21,60	9,9%
Cereais	18,63	8,6%
Móveis	13,61	6,3%
Máquinas elétricas	12,15	5,6%
Máquinas mecânicas	10,86	5,0%
Automóveis	10,31	4,7%
Obras de ferro ou aço	8,29	3,8%
Plásticos	8,29	3,8%
Produtos cerâmicos	7,47	3,4%
Vestuário, exceto de malha	6,41	2,9%
Subtotal	**117,60**	**54,1%**
Outros	**99,62**	**45,9%**
Total	**217,22**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

Comores não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos importados



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SEICHELES







ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE A REPÚBLICA DAS SEICHELES	
NOME OFICIAL:	República das Seicheles
GENTÍLICO:	Seichelense
CAPITAL:	Vitória
ÁREA:	455 km²
POPULAÇÃO:	94.000 (est. 2017)
LINGUAGEM OFICIAL:	Inglês, francês e seichelense (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo (82,2%); Anglicanismo (6,4%); outras denominações cristãs (4,5%); Hinduísmo (2,1%); Islamismo (1,1%); Budismo (1%); outras (2%);
SISTEMA DE GOVERNO:	República Unitária Presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional (unicameral), composta por 35 membros eleitos para mandatos de cinco anos, dos quais, 25 são eleitos diretamente por maioria simples e 10 por votos de representação proporcional.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Danny Faure (desde 2016)
CHANCELER:	Vincent Meriton (desde 2016)
PIB NOMINAL:	US$ 1,5 bilhão (2017, FMI)
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP):	US$ 2,8 bilhões (2017, FMI)
PIB *PER CAPITA*:	US$ 15685,96 (2017, FMI)
PIB PPP *PER CAPITA*:	US$ 28778,77 (2017, FMI)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI,2017):	4,2% (2017); 4,5% (2016); 5% (2015);4,5% (2014); 6,62% (2013); 6,04% (2012); 7,9% (2011); 5,95% (2010)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2013):	0,782 – 63º no ranking (PNUD, 2016)
EXPECTATIVA DE VIDA:	73,3 anos (PNUD, 2016)
ALFABETIZAÇÃO:	95,2% (PNUD, 2016)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	14% (CIA, 2018)
UNIDADE MONETÁRIA:	Rúpia seichelense
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Marie-Louise Potte, não residente
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registro.

INTERCÂMBIO BRASIL-SEICHELES (US$ milhões FOB) (fonte: MDIC)									
Brasil→Seicheles	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**
Intercâmbio	0,55	0,39	0,74	2,16	54,7	6,85	18,57	8,41	9,58
Exportações	0,55	0,39	0,74	1,70	54,60	6,33	18,4	7,70	9,46
Importações	-	-	-	0,46	0,1	0,52	0,14	0,7	0,1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Saldo	0,55	0,39	0,74	1,24	54,5	5,81	18,28	7,00	9,34

Informação elaborada em 21 de junho de 2015, pelo PS Augusto César Teixeira Leite (DIAOS). Revisada pelo Ministro Paulo Cypriano (chefe da DIAOS).

APRESENTAÇÃO

Menor país da África, o território da República das Seicheles tem 455 km² espalhados por 115 ilhas no oceano Índico. O arquipélago, desabitado até a chegada dos franceses no século XVII, passou por longo período de disputa entre franceses e britânicos. Em 1814, derrotada nas guerras napoleônicas, a França cedeu o controle da região para o Reino Unido.

Na esfera política, Seicheles alcançou sua independência em 1976. O país passou por período sob regime de partido único, entre 1977 até o início da década de 1990, quando nova Constituição foi promulgada e garantiu a realização de eleições multipartidárias livres. Desde então todos os presidentes seichelenses são eleitos para períodos de 5 anos, com possibilidade de ocuparem o cargo por, no máximo, três mandatos. Em caso de renúncia, assume o vice-presidente, a quem cabe terminar o mandato presidencial.

No domínio econômico, a renda *per capita* cresceu cerca de 7 vezes desde a independência e alcançou cerca de US$ 29.000 (est. 2017/CIA). O significativo crescimento das Seicheles foi capitaneado pelo setor turístico, que emprega cerca de 26% da população economicamente ativa e responde, de forma direta e indireta, por mais de 55% do PIB, segundo dados do *CIA Worldfactbook*. Também de importância para o PIB é a pesca de atum. Apesar dos avanços conquistados, o país ainda terá, contudo, de enfrentar desafios para superar o elevado nível de pobreza (est. 39%, em 2013).

No âmbito multilateral, Seicheles elenca como uma das prioridades de sua política externa o combate ao aquecimento global. Trata-se de pequeno país insular com concentração populacional em áreas costeiras, o que torna o arquipélago particularmente vulnerável aos potenciais efeitos da mudança climática, em especial nas áreas econômica (depende do turismo e da pesca) e ambiental.

No plano bilateral, Seicheles e Brasil estabeleceram relações diplomáticas em 1986, quando a Embaixada do Brasil em Dar es Salam passou a tratar, cumulativamente, dos temas relacionados àquele país. O diálogo político bilateral,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pouco denso, é, em geral, fluido. Nos foros internacionais, Seicheles apresenta posições convergentes com as brasileiras nas áreas de mudança do clima, desenvolvimento sustentável, redução da pobreza e promoção de comércio internacional mais justo.

PERFIS BIOGRÁFICOS

DANNY FAURE
Chefe de Estado e de Governo



Danny Faure nasceu em Kilembe, Uganda, em 1962, filho de pais seichelenses. Pós-graduado em ciências politicas em Cuba, serviu no gabinete do ministério da Educação entre 1998 e 2006. Foi líder do governo na Assembleia Nacional (1993 a 1998). Em 2006, foi nomeado ministro das Finanças, cargo no qual permaneceu até assumir a vice-presidência do país em 2010. Em 2016, após a renúncia do então presidente James Alix Michel, assumiu a presidência do país. Pela Constituição, Faure deverá terminar o mandato de seu antecessor, que se encerraria em 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELAÇÕES BILATERAIS

A República das Seicheles e o Brasil estabeleceram relações diplomáticas em 1986, quando a Embaixada do Brasil em Dar es Salam assumiu cumulativamente os temas relacionados àquele país. Em set/1987, o embaixador José Ferreira Lopes foi o primeiro a apresentar credenciais em Vitória. Com o fechamento da embaixada na capital da Tanzânia em 1991, a cumulatividade com Seicheles foi transferida para a embaixada em Maputo. Em 2010, a cumulatividade da embaixada brasileira em Vitória foi transferida novamente para a embaixada em Dar es Salam, que havia sido reaberta em 2005.

O diálogo político com o país, apesar de pouco denso, tende a ser fluido. Nos foros internacionais, Seicheles apresenta posições convergentes com as brasileiras, como já observado, nas áreas de mudança do clima, de desenvolvimento sustentável, de redução da pobreza e de promoção de comércio internacional mais justo. O Brasil conseguiu o apoio das Seicheles na quase totalidade dos pedidos realizados em favor de suas candidaturas e causas. Digno de nota foi o apoio do país, em 2011, à candidatura de José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Em 2013, país também apoiou, na Assembleia Geral das Nações Unidas, o projeto de resolução brasileiro intitulado "O Direito à Privacidade na Era Digital".

No que diz respeito a acordos bilaterais, em 2008 foi assinado, em Vitória, Acordo de Cooperação Educacional, já em vigor, que permite a estudantes seichelenses participarem de cursos de graduação e pós-graduação em universidades brasileiras (programas PEC-G e PEC-PG). Seicheles tem particular interesse na cooperação em favor de alunos de pós-graduação, recém-formados na Universidade de Seicheles, fundada em 2009. Além disso, o país já demonstrou interesse na formação de diplomatas no Instituto Rio Branco.

Em dezembro de 2011, foi celebrado o Acordo de Isenção Parcial de Vistos, também já em vigor. O ato assinado permitiu o aumento do fluxo de turistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Brasil para aquele país. Durante o ano de 2017, foi registrado o recorde de cerca de 1.900 brasileiros que foram às Seicheles em viagem de turismo. As autoridades seichelenses estimam haver potencial para incrementos, tendo em vista as novas possibilidades de conexão aérea abertas via África do Sul, Etiópia e Emirados Árabes. Com essa mesma finalidade, o Acordo Bilateral de Serviços Aéreos encontra-se em tramitação no Congresso Nacional.

Em junho de 2014, o então secretário de estado dos Negócios Estrangeiros de Seicheles, embaixador Barry Faure (irmão do atual presidente do país, Danny Faure), encontrou-se, em Brasília, com o então Secretário-Geral das Relações Exteriores, embaixador Eduardo dos Santos, no contexto de gestões em favor da candidatura do país a um assento rotativo no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Desde então, não há registro de visitas de alto nível entre os países. O governo seichelense sugeriu a instituição de mecanismos de consultas políticas bilaterais como forma de promover contatos bilaterais regulares.

No que diz respeito ao comércio bilateral, apesar de diminuto, as exportações brasileiras são quase completamente responsáveis pela corrente entre os dois países. O Brasil vende principalmente pescado congelado, carnes de frango, porco e bovina (dados de 2017). As Seicheles, com o objetivo de incrementar as negociações entre os dois países propuseram o exame da possibilidade celebração de acordo para evitar a dupla tributação. Outra proposta existente se refere à negociação de acordo-quadro de cooperação que englobe investimentos e turismo.

ASSUNTOS CONSULARES

Com base nos registros de matrícula consular e nos serviços consulares prestados ao longo de 2017, na jurisdição de Dar es Salam (Tanzânia, Comores e Seicheles), existem 131 cidadãos brasileiros matriculados. Cerca de 1.900 brasileiros visitaram a Tanzânia em 2017, como turistas.

Em 2017 foi criado o consulado honorário do Brasil em Seicheles, o que poderá promover maior aproximação não apenas em matéria consular, mas também em temas de cooperação econômica, política e de candidaturas.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos oficiais brasileiros concedidos a Seicheles.

POLÍTICA INTERNA

As ilhas que compõem o arquipélago de Seicheles permaneceram desabitadas até meados do século XVII, quando foram progressivamente ocupadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pela França. Após a derrota francesa nas guerras napoleônicas, no início do século XIX, o controle do arquipélago passou a ser exercido pela Grã-Bretanha. Foi permitido aos colonos franceses, contudo, a permanência nas ilhas.

Sob a administração britânica, a economia de Seicheles estruturou-se em torno da plantação das culturas de açúcar, milho e coco. Escravos libertos pela marinha britânica foram levados para Seicheles, onde passaram a trabalhar nas plantações, em troca de salários e rações.

Na primeira metade do século XX, o arquipélago passou a gozar de relativa autonomia. Em 1903, a administração colonial do arquipélago foi separada da das ilhas Maurício e, em 1948, foram realizadas as primeiras eleições locais.

Durante a década de 1960, a questão da condição do arquipélago em relação à Grã-Bretanha passou a ser o principal tema do debate político interno. Em 1964, foi criado o Partido da Unidade do Povo de Seicheles (SPUP), de viés socialista, que defendia, sob a liderança de France-Albert René, a independência completa do arquipélago. No mesmo ano, foi criado o Partido Democrático de Seicheles (SDP), que congregava, sob a liderança de James Mancham, os produtores rurais e empresários seichelenses. O SDP propunha maior integração de Seicheles ao Reino Unido e foi o principal vencedor das eleições locais de 1966 e 1970.

Sob a justificativa de poucos avanços nos esforços de integração com o Reino Unido, o SDP aliou-se ao SPUP na reivindicação pela independência do arquipélago, no início da década de 1970. A independência de Seicheles foi concedida formalmente pelo Reino Unido em junho de 1976. James Mancham, líder do SDP, tornou-se o primeiro presidente do país e France-Albert René assumiu o cargo de primeiro-ministro.

Uma vez obtida a independência, contudo, a coalizão entre o SDP e o SPUP, desfez-se rapidamente. Em junho de 1977, durante viagem do presidente Manchan ao exterior, apoiadores de France-Albert René, com apoio tanzaniano, anunciaram a deposição de Manchan e instalaram René na presidência. A então recém promulgada Constituição do país foi suspensa e o legislativo, dissolvido. Em 1979, foi promulgada nova Constituição, a qual previa a adoção de sistema político de partido único, representado pela Frente Popular Progressista de Seicheles (SPPF), nova denominação do SPUP.

O regime de partido único vigorou até dezembro de 1991, quando, em virtude das mudanças trazidas pelo final da Guerra Fria e em razão da pressão de movimentos contestatórios internos e de países doadores, adotou-se emenda constitucional que permitiu o registro de novos partidos políticos. Seguiram-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

eleições para a formação de Comissão Constituinte, cujo texto final foi aprovado, em referendo popular, em junho de 1993. No mês seguinte, realizaram-se as primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias sob a nova Constituição. Na ocasião, France-Albert René foi confirmado no cargo, com a derrota no pleito do ex-presidente James Mancham, do Partido Nacional de Seicheles (SNP), de orientação liberal.

Em abril de 2004, após quase 27 anos no poder, o presidente René, então com 68 anos de idade, anunciou sua renúncia à presidência das Seicheles. Foi substituído por James Alix Michel, seu principal herdeiro político e que, desde 1996, ocupava a vice-presidência do país. Nas eleições de julho de 2006, o presidente Michel foi confirmado no cargo, eleito para mandato de cinco anos. O SPFF obteve, igualmente, maioria nas eleições legislativas de 2007.

Ao final de 2008, como consequência da crise financeira internacional, o governo passou a enfrentar grandes dificuldades no plano econômico. Exaurido de suas reservas internacionais, o país declarou moratória no pagamento de sua dívida externa e, ao final de 2009, a inflação anual atingiu o patamar de 37%. Como resultado de acordo celebrado com o FMI naquele ano, foi empreendida ampla reforma administrativa e ministerial, com vistas a reduzir gastos governamentais e aumentar a eficiência dos serviços públicos.

Ainda em 2009, o SPPF, partido no poder desde 1977, passou a denominar-se "Parti Lepep" - PL (Partido Popular, em criolo seichelense), e ganhou novamente as eleições realizadas em 2011. No pleito, Michel foi reeleito para novo mandato de 5 anos na presidência do país. Em protesto pela não realização de reformas eleitorais e em contestação ao resultado do pleito, o SNP passou a boicotar as sessões do Parlamento. O impasse levou à dissolução da Assembleia Nacional e à convocação de eleições legislativas antecipadas, as quais foram igualmente boicotadas pelo SNP. Como resultado, o partido governista passou a ocupar 31 das 35 cadeiras da Assembleia Nacional.

Em dez/2015, Michel vence novamente as eleições para presidente do país. Esse seria o último mandato de Michel, uma vez que há limitação constitucional a três mandatos consecutivos. O SNP, que formou coalizão com mais três partidos de oposição (Linyon Demokratik Seselwa – LDS), foi vencido no pleito para presidente. Nas eleições legislativas de 2016, no entanto, a coalizão de oposição foi vitoriosa e acabou com 4 décadas de domínio político do partido governista ao conquistar 19 assentos dos 35 existentes. Ainda em 2016, o presidente Michel renunciou e foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

substituído por seu vice-presidente, Danny Faure, que deverá terminar seu mandato em 2020.

PODER LEGISLATIVO

O Poder Legislativo de Seicheles é unicameral, exercido pela Assembleia Nacional, composta por 35 membros, 25 dos quais eleitos por voto direto e 10 por sistema de representação proporcional baseado nos votos recebidos por cada partido político. Os representantes são eleitos para mandatos de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

Seicheles tem atuado de forma ativa no cenário internacional, principalmente na agenda de desenvolvimento sustentável e no combate ao aquecimento global. A prioridade máxima da política externa do país é a defesa dos interesses dos Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês). O Governo de James Michel chegou a afirmar, em foros internacionais, que as mudanças climáticas (cujos efeitos constituem ameaça à própria existência das pequenas nações insulares) poderiam ser consideradas crime contra a humanidade, pois estariam entre as maiores causas das emigrações nos próximos 50 anos, quando deverá formar-se uma imensa comunidade de "refugiados ambientais".

Como forma de defender os interesses dos SIDS de forma mais abrangente, Seicheles lançou, em 2012, sua candidatura a um assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biênio 2017-2018 (o país retirou sua candidatura em 2016). O país deseja afirmar sua posição de porta-voz da agenda e das preocupações desses pequenos países. Entre os principais pontos dessa agenda, estão a criação de um índice de vulnerabilidade dos SIDS, que representaria o principal parâmetro para a concessão de ajuda externa e de empréstimos concessionais, em substituição ao parâmetro atual, que leva em consideração o nível de renda do país. Os SIDS acreditam ser duplamente penalizados pelos critérios atuais, pois boa parte deles são países de renda média ou alta – sem receber, portanto, tratamento preferencial de boa parte dos doadores –, ao mesmo tempo em que sofrem agudamente com os efeitos das mudanças do clima, praticamente sem terem contribuído para suas causas.

O conceito de "Economia Azul" tem respaldado o discurso de Seicheles no combate ao aquecimento global. A expressão se refere à defesa do desenvolvimento do potencial econômico dos recursos marinhos de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sustentável. Por suas características territoriais, (455km2 do território estão em terra firme e 1,3 milhão km2, no oceano), a economia de Seicheles está fortemente centrada em suas águas, com destaque para as atividades de turismo e pesca. Atualmente, a maior parte dos investimentos nas águas marinhas – não só em Seicheles, mas também na maior parte dos países costeiros da África – baseia-se na extração de petróleo e da pesca. Nesse contexto, o país defende a mudança da perspectiva meramente exploratória dos recursos marinhos para nova perspectiva que promova o desenvolvimento sustentável, o que tem caracterizado Seicheles como forte defensor da adoção dos objetivos globais para a proteção e uso sustentável dos oceanos.

Apesar da diminuição do número de casos relatados nos últimos anos, o combate à pirataria no Oceano Índico também é questão de importância para a política externa seichelense. Juntamente com o Quênia, o país tem recebido o reconhecimento internacional por seu compromisso na luta contra a pirataria na região. Exemplo disso, foi a decisão da "South Asia and Africa Regional Port Stability Cooperative" (SAARPSCO) de instalar, no início de 2010, sua sede mundial em Vitória. A SAARPSCO foi criada em 2008 pela Guarda Costeira norte-americana, em parceria com diversas nações africanas e do Sul da Ásia, com o objetivo principal de combater a pirataria e promover a segurança marítima e dos portos.

No âmbito regional, uma das principais plataformas de atuação seichelense é a Comissão do Oceano Índico (COI). Criada em 1982 por Maurício, Madagascar e Seicheles, com a adesão da França e de Comores em 1986, a COI tem como objetivo a cooperação político-diplomática e econômico-comercial, o desenvolvimento sustentável em contexto de globalização, bem como o fortalecimento da identidade cultural regional. Originalmente, a Organização buscava a promoção do comércio e do turismo, mas, nos últimos anos, tem priorizado a preservação dos recursos marinhos e o manejo dos recursos pesqueiros. Além disso, o organismo regional tem tido atuação relevante na promoção da conectividade aérea e marítima entre os países, o que representa importante catalisador para o crescimento do turismo e do comércio na região.

Após alguns anos afastado da União Africana (UA), por razões orçamentárias, o país tem trabalhado para aproximar-se mais da organização. Em 2010, Seicheles conseguiu colocar em dia as contribuições financeiras à UA. Em 2012, abriu embaixada em Adis Abeba. Nos últimos anos, o país tem participado das Cúpulas da UA. O discurso seichelense é também voltado para os interesses dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

países insulares, como a segurança do espaço marítimo, a promoção de conexões por meio dos oceanos e a exploração, de forma sustentável, dos recursos marinhos.

No âmbito multilateral, cumpre ressaltar que Seicheles aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC), em abril de 2015, após vinte anos de negociações, em um dos processos mais longos da história daquela organização. O país solicitou a condição de membro em mai/1995, mas o assunto ficou praticamente parado até 2008, devido à limitada capacidade e experiência do país em matéria de negociações comerciais. Além disso, os custos de acessão e de preparação dos empresários locais para competir no mercado global eram considerados elevados. A partir de 2008, contudo, o governo seichelense obteve avanços significativos na identificação das mudanças legais e nas adaptações internas necessárias, o que possibilitou sua acessão àquele organismo internacional.

Ainda no âmbito multilateral, Seicheles defende, a exemplo do Brasil, reformas na governança de alguns organismos internacionais, com vistas a garantir que aquelas instituições reflitam os princípios de inclusão, parceria e igualdade. O país entende que a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) é essencial para refletir as novas realidades do século XXI. Como membro da UA, o país apoia, contudo, o Consenso de Elzuwini, adotado em 2005.

Seicheles tem buscado fortalecer as relações bilaterais com parceiros tradicionais e com potências emergentes. Apenas nove países mantêm Embaixada residente em Vitória (Índia, França, Reino Unido, Rússia, China, Cuba, Sri Lanka, Líbia e Emirados Árabes Unidos). Seicheles, por sua vez, tem representação diplomática em onze países, quais sejam: Bélgica, China, Etiópia, França, Índia, África do Sul, Sri Lanka, Suíça, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos.

A China é importante parceiro de cooperação de Seicheles. O Governo chinês financiou a construção de projetos de desenvolvimento no arquipélago e presta sistematicamente cooperação em áreas como capacitação, agricultura, pesca e saúde. Além disso, a China é parceiro de destaque no combate à pirataria no Oceano Índico.

O relacionamento com os Estados Unidos é igualmente relevante, principalmente em razão do papel dos norte-americanos na luta contra a pirataria também no Oceano Índico. Por fim, cumpre notar que os países europeus são importantes parceiros econômico-comerciais de Seicheles, com destaque para França e Reino Unido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Seicheles é uma das vinte menores economias do mundo, segundo dados do Banco Mundial. Apesar disso, conta com a segunda maior renda per capita da África e o melhor índice de IDH do continente. Estima-se que, em 2017, o PIB seichelense tenha sido da ordem de US$1,5 bilhão, com crescimento acima de 4% em relação a 2016. O país alcançou a maior parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, principalmente aqueles relacionados a educação, saúde, erradicação da pobreza e meio ambiente. Fortemente baseada no setor terciário, a economia seichelense é caracterizada pela grande dependência das atividades de turismo e de pesca e pela vulnerabilidade às mudanças no cenário econômico internacional.

Apesar de o setor de turismo ser o principal motor da economia seichelense, o país tem buscado diversificar sua economia. Em termos de política econômica, atualmente a preocupação maior é com consolidação fiscal e redução do débito. Em 2017, o número de visitantes bateu recorde histórico, com quase 350 mil turistas (mais que três vezes a população do arquipélago) provenientes, principalmente, da Alemanha, da França, da Itália, da Rússia, dos Emirados Árabes, da China e do Reino Unido. Os europeus representaram mais de 50% dos visitantes, e estima-se que sejam os que trazem maior retorno financeiro ao país, tanto no que diz respeito ao tempo de estada quanto aos recursos monetários deixados nas ilhas. Há atenção ao fato, o que levou as autoridades locais a investirem, em anos recentes, na diversificação da origem dos visitantes, por meio da inauguração de novas linhas aéreas para Ásia, Oriente Médio e África.

O setor pesqueiro é o segundo mais importante para a economia das Seicheles. A contribuição anual da atividade para o PIB do país varia entre 8 e 20%, além de empregar em torno de 17% da população economicamente ativa. A concessão de licenças de pesca constitui importante fonte de recursos para o governo seichelense. A *Indian Ocean Tuna Factory* é a maior empregadora do país, com mais de 2.500 empregados. A pesca é de fundamental importância para o equilíbrio da balança comercial, e chegou a representar quase 95% do total exportado em 1994. O grande mercado consumidor do pescado seichelense é a Europa.

Em 2008, Seicheles entrou em "default", como consequência da crise econômica global, que gerou drástica redução do número de turistas, principalmente daqueles provenientes da Europa. O crescimento do PIB de 10,4%, em 2007, foi abruptamente interrompido, contraindo-se em -2,14%, em 2008, e -1,1%, em 2009.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em novembro de 2008, o país assinou um acordo de Stand-By com o FMI, que garantiu o acesso a US$26,1 milhões de dólares. Em 2009, o país assinou outro acordo com o Fundo (o Extended Fund Facility), para apoiar o programa econômico do governo entre 2010-2012. Como contrapartida, Seicheles iniciou programa de reforma econômica, com a adoção de câmbio flutuante, a eliminação das restrições comerciais e a implementação de políticas fiscais e monetárias contracionistas, com o objetivo de gerar superávit primário, para equilibrar as contas do país.

Em fevereiro de 2015, Seicheles assinou um acordo com o Clube de Paris e a África do Sul para a recompra de US$30 milhões da dívida do país, com um desconto de 5%, o qual será convertido em um fundo de mitigação da mudança climática e proteção marítima. A elegibilidade de Seicheles para o programa de recompra, com taxas menores do que as praticadas no mercado, foi reflexo da solidez das reformas econômicas implementadas no país desde 2008. Ainda em 2015, Seicheles tornou-se membro da OMC.

Além das reformas implementadas, o país se beneficiou do crescimento robusto no fluxo de turistas que, em 2017, como já aludido, alcançou recorde histórico. Também significativos foram os resultados alcançados no combate à extrema pobreza e ao desemprego formal, que apresentam índices baixos. Apesar do gerenciamento macroeconômico elogiado pelo Banco Mundial e FMI, Seicheles permanece estruturalmente vulnerável à demanda externa e a choques de preços de produtos importados.

Comércio bilateral e investimentos

O comércio bilateral entre o Brasil e Seicheles cresceu quase dezessete vezes entre 2005 e 2014, passando de US$ 750 mil, para US$ 12,570 milhões de 2005 a 2014. De 2015 a 2017, o intercâmbio registrou, todavia, diminuição e se encontra na faixa dos 9,5 milhões de dólares. Essa retração se deve à redução das exportações brasileiras, que historicamente representaram a quase totalidade do comércio entre os dois países. O saldo comercial, portanto, sempre foi favorável ao Brasil, exceto no ano de 2008 (déficit de US$ 1,9 milhão).

Os produtos mais exportados do Brasil para Seicheles, no ano de 2017, foram: peixe congelado, carnes de frango, bovina e suína. Os principais produtos adquiridos pelo Brasil de Seicheles, em 2017, foram: embalagens de plástico, mós para moer, aparelhos elétricos para telefonia e bijuterias.

Embora não haja registro de investimentos brasileiros em Seicheles, o governo seichelense tem manifestado interesse em contar com a atuação de empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

brasileiras nos setores de energia e de infraestrutura. Em 2013 realizou-se missão empresarial brasileira a Seicheles, na qual participaram representantes da Petrobrás, Queiroz Galvão e Green Best Solutions (GBS). Desde então, não houve registro de novas missões de parte a outra.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1756	Início da ocupação de Seicheles pelos franceses
1814	O controle do arquipélago passa a ser exercido pelos britânicos
1902	Administração colonial de Seicheles é separada da administração das ilhas Maurício
1948	Realização das primeiras eleições locais
1964	Criação do Partido da Unidade do Povo de Seicheles (SPUP) e do Partido Democrático de Seicheles (SDP)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1976	Seicheles se torna independente e passa a ser governada por uma coalizão, com James Mancham (SDP) como presidente e France-Albert René (SPUP) como primeiro-ministro
1977	Apoiadores de René organizam um golpe contra o Presidente. René assume a Presidência
1979	René outorga nova Constituição, transformando Seicheles em estado unipartidário
1991	Emenda constitucional restaura a democracia pluripartidária
1993	Aprovada a nova Constituição de Seicheles. Realizam-se as primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias, com vitória de René e de seu partido
1998	René é reeleito
2001	Presidente René é reeleito para 3º mandato, com 54% dos votos, vencendo o candidato da oposição, Wavel Ramkalawan, do Partido Nacional de Seicheles (SNP)
2004	Presidente René renuncia à presidência, e é substituído pelo vice-presidente James Michel
2006	Presidente Michel vence as eleições presidenciais, ao derrotar Wavel Ramkalawan do SNP
2008	Em consequência da crise financeira global, Seicheles declara "default"
2011	Michel é reeleito, ao vencer novamente Ramkalawan
2011	O SNP, de Ramkalawan, boicota as eleições legislativas
2014	Criação, pelo Presidente Michel, do Foro Consultivo Nacional (FCN), com vistas a dialogar com a sociedade civil
2015	Seicheles adere à Organização Mundial do Comércio.
2015	Presidente Michel é reeleito para seu terceiro mandato
2016	Vitória da oposição nas eleições legislativas
2016	Presidente Michel renuncia ao cargo de presidente
2016	Assume a presidência do país o então vice-presidente Danny Faure

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1986	Estabelecimento de relações diplomáticas.
2008	Assinatura do Acordo de Cooperação Educacional entre o Brasil e a Seicheles
2011	Assinatura de Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos entre Brasil e Seicheles
2014	Visita ao Brasil do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Barry Faure.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

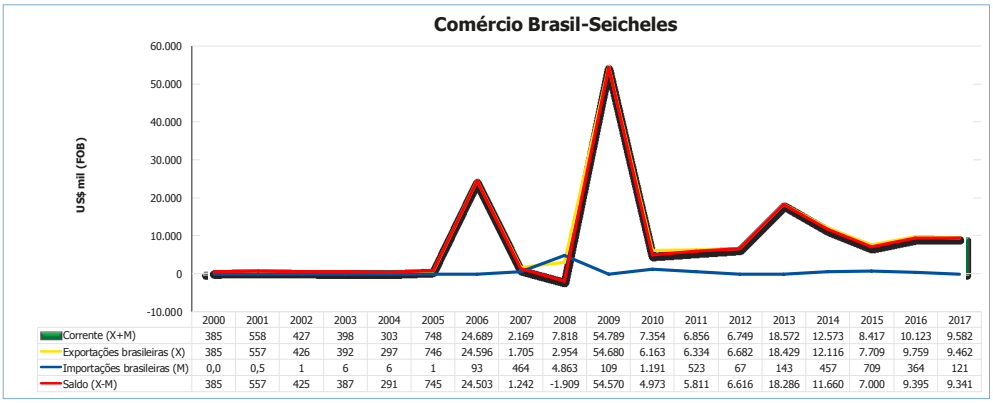
2015	Assinatura de Acordo sobre Serviços Aéreos entre Brasil e Seicheles

ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles sobre	16/09/2008	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles sobre Isenção Parcial de Vistos	13/12/2011	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles sobre Serviços Aéreos	19/05/2015	Em tramitação no Congresso Nacional

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente (X+M)	385	558	427	398	303	748	24.689	2.169	7.818	54.789	7.354	6.856	6.749	18.572	12.573	8.417	10.123	9.582
Exportações brasileiras (X)	385	557	426	392	297	746	24.596	1.705	2.954	54.680	6.163	6.334	6.682	18.429	12.116	7.709	9.759	9.462
Importações brasileiras (M)	0,0	0,5	1	6	6	1	93	464	4.863	109	1.191	523	67	143	457	709	364	121
Saldo (X-M)	385	557	425	387	291	745	24.503	1.242	-1.909	54.570	4.973	5.811	6.616	18.286	11.660	7.000	9.395	9.341

2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mai)	4.708	56	4.765	4.652
2018 (jan-mai)	2.398	88	2.487	2.310

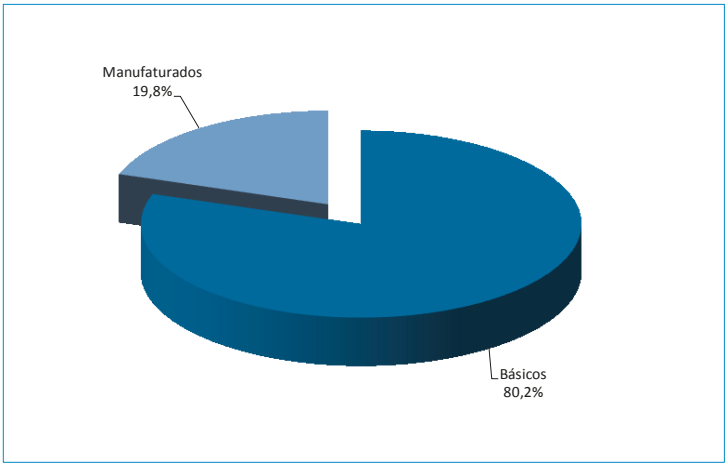
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Junho de 2018.

Página 82 de 94 Parte integrante do Avulso da MSF nº 62 de 2018. 79

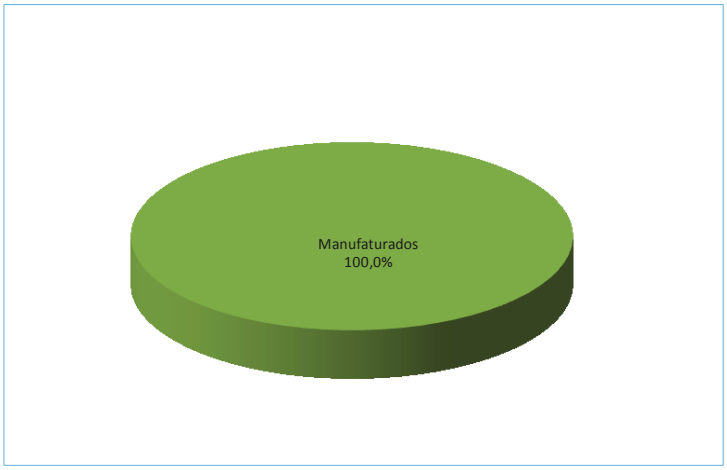
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Junho de 2018.

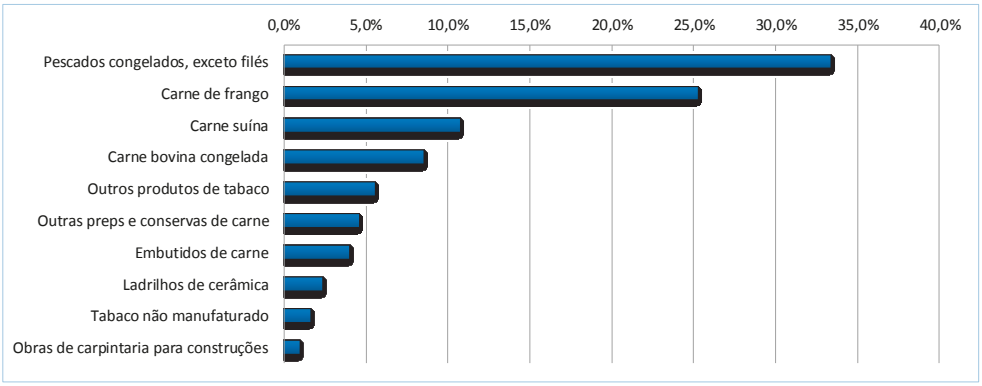
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações brasileiras para Seicheles (SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pescados congelados, exceto filés	2.380	30,9%	4.823	49,4%	3.159	33,4%
Carne de frango	2.661	34,5%	1.980	20,3%	2.392	25,3%
Carne suína	545	7,1%	410	4,2%	1.016	10,7%
Carne bovina congelada	532	6,9%	574	5,9%	808	8,5%
Outros produtos de tabaco	0	0,0%	0	0,0%	523	5,5%
Outras preps e conservas de carne	620	8,0%	636	6,5%	433	4,6%
Embutidos de carne	311	4,0%	205	2,1%	376	4,0%
Ladrilhos de cerâmica	0	0,0%	0	0,0%	222	2,3%
Tabaco não manufaturado	66	0,9%	107	1,1%	153	1,6%
Obras de carpintaria para construções	42	0,5%	67	0,7%	93	1,0%
Subtotal	**7.157**	**92,8%**	**8.802**	**90,2%**	**9.175**	**97,0%**
Outros	**552**	**7,2%**	**957**	**9,8%**	**287**	**3,0%**
Total	**7.709**	**100,0%**	**9.759**	**100,0%**	**9.462**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017



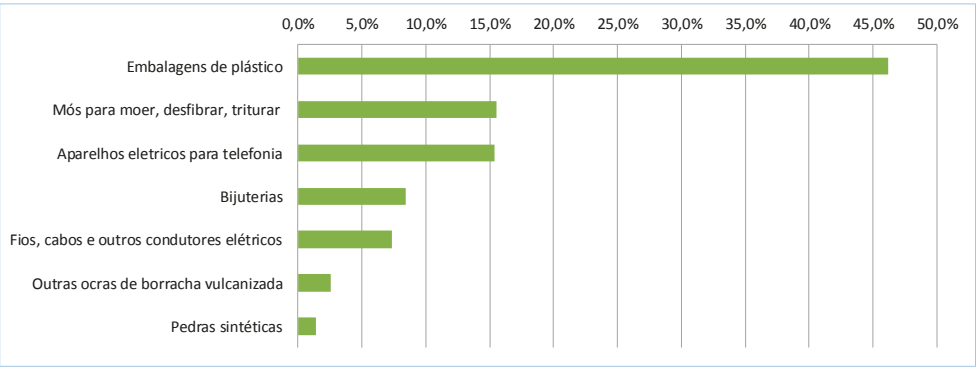
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações brasileiras originárias de Seicheles (SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Embalagens de plástico	0,0	0,0%	28,4	7,8%	55,7	46,2%
Mós para moer, desfibrar, triturar	0,0	0,0%	0,0	0,0%	18,7	15,5%
Aparelhos eletricos para telefonia	12,6	1,8%	94,1	25,9%	18,5	15,3%
Bijuterias	0,0	0,0%	0,0	0,0%	10,2	8,5%
Fios, cabos e outros condutores elétricos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	8,9	7,4%
Outras ocras de borracha vulcanizada	0,0	0,0%	0,0	0,0%	3,1	2,6%
Pedras sintéticas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1,7	1,4%
Partes e acessórios de automóveis	50,8	7,2%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária	386,9	54,6%	123,8	34,0%	0,0	0,0%
Derivados halogenados dos hidrocarbonetos	39,6	5,6%	76,5	21,0%	0,0	0,0%
Subtotal	**489,9**	**69,1%**	**322,8**	**88,8%**	**116,8**	**96,9%**
Outros	**218,7**	**30,9%**	**40,9**	**11,2%**	**3,7**	**3,1%**
Total	**708,5**	**100,0%**	**363,7**	**100,0%**	**120,6**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

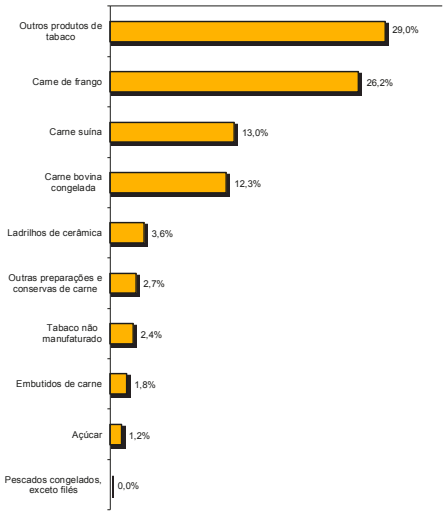


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil

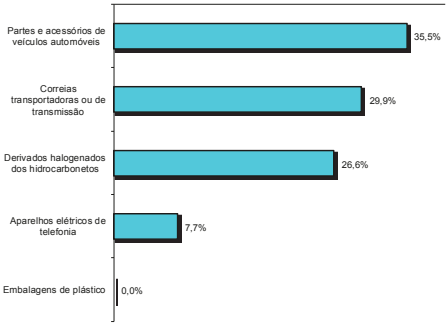
Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-mai)	Part. % no total	2018 (jan-mai)	Part. % no total
Exportações				
Outros produtos de tabaco	349	7,4%	696	29,0%
Carne de frango	864	18,3%	628	26,2%
Carne suína	454	9,6%	313	13,0%
Carne bovina congelada	243	5,2%	294	12,3%
Ladrilhos de cerâmica	149	3,2%	86	3,6%
Outras preparações e conservas de carne	168	3,6%	65	2,7%
Tabaco não manufaturado	102	2,2%	58	2,4%
Embutidos de carne	128	2,7%	42	1,8%
Açúcar	0	0,0%	28	1,2%
Pescados congelados, exceto filés	2.123	45,1%	0	0,0%
Subtotal	**4.578**	**97,2%**	**2.211**	**92,2%**
Outros	**131**	**2,8%**	**188**	**7,8%**
Total	**4.708**	**100,0%**	**2.398**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018



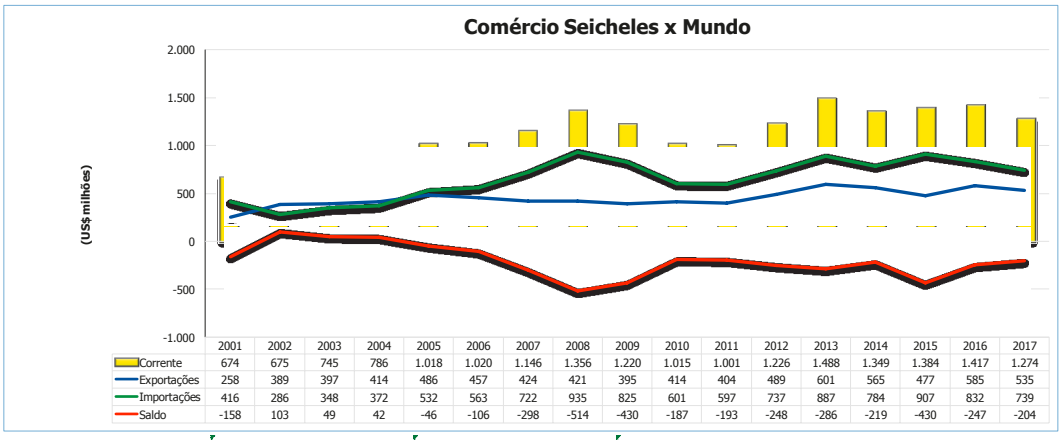
Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-mai)	Part. % no total	2018 (jan-mai)	Part. % no total
Importações				
Partes e acessórios de veículos automóveis	0	0,0%	31	35,5%
Correias transportadoras ou de transmissão	0	0,0%	26	29,9%
Derivados halogenados dos hidrocarbonetos	0	0,0%	23	26,6%
Aparelhos elétricos de telefonia	0	0,0%	7	7,7%
Embalagens de plástico	56	98,8%	0	0,0%
Subtotal	**56**	**98,8%**	**88**	**99,6%**
Outros produtos	**1**	**1,2%**	**0**	**0,4%**
Total	**56**	**100,0%**	**88**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente	674	675	745	786	1.018	1.020	1.146	1.356	1.220	1.015	1.001	1.226	1.488	1.349	1.384	1.417	1.274
Exportações	258	389	397	414	486	457	424	421	395	414	404	489	601	565	477	585	535
Importações	416	286	348	372	532	563	722	935	825	601	597	737	887	784	907	832	739
Saldo	-158	103	49	42	-46	-106	-298	-514	-430	-187	-193	-248	-286	-219	-430	-247	-204

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

Seycheles não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

84

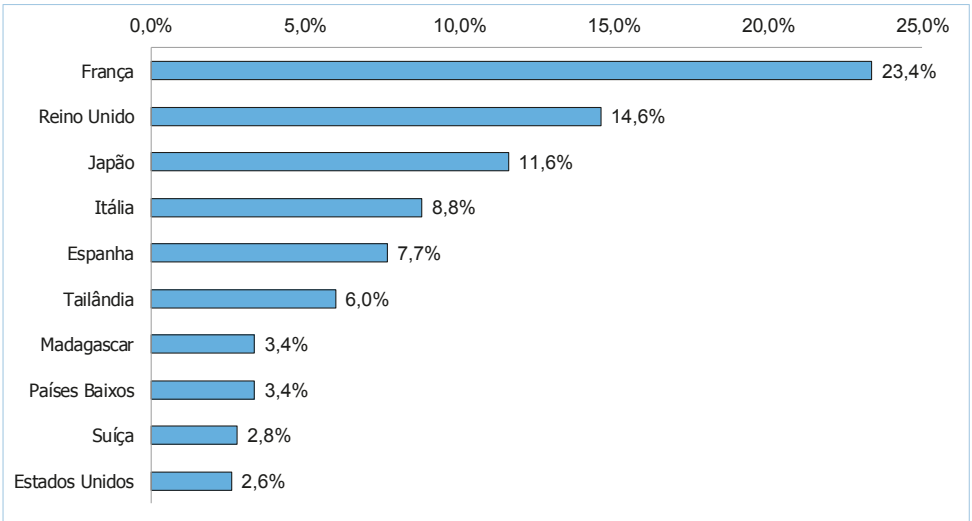
Página 87 de 94 Parte integrante do Avulso da MSF nº 62 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais destinos das exportações de Seicheles
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
França	125	23,4%
Reino Unido	78	14,6%
Japão	62	11,6%
Itália	47	8,8%
Espanha	41	7,7%
Tailândia	32	6,0%
Madagascar	18	3,4%
Países Baixos	18	3,4%
Suíça	15	2,8%
Estados Unidos	14	2,6%
...		
Brasil (51º lugar)	**0,1**	***0,02%***
Subtotal	**450**	**84,1%**
Outros países	**85**	**15,9%**
Total	**535**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.
Seycheles não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

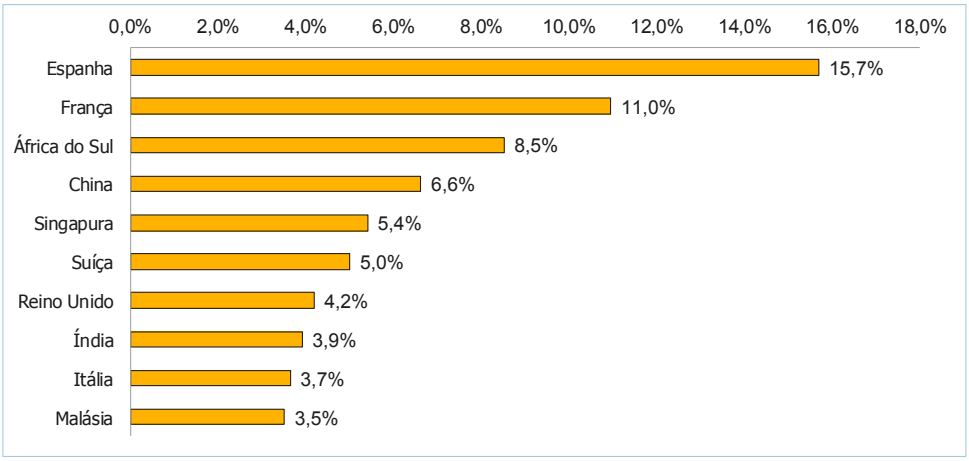


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais origens das importações de Seicheles
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
Espanha	116	15,7%
França	81	11,0%
África do Sul	63	8,5%
China	49	6,6%
Singapura	40	5,4%
Suíça	37	5,0%
Reino Unido	31	4,2%
Índia	29	3,9%
Itália	27	3,7%
Malásia	26	3,5%
...		
Brasil (18º lugar)	***9***	***1,2%***
Subtotal	**508**	**68,7%**
Outros países	**231**	**31,3%**
Total	**739**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.
Seycheles não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

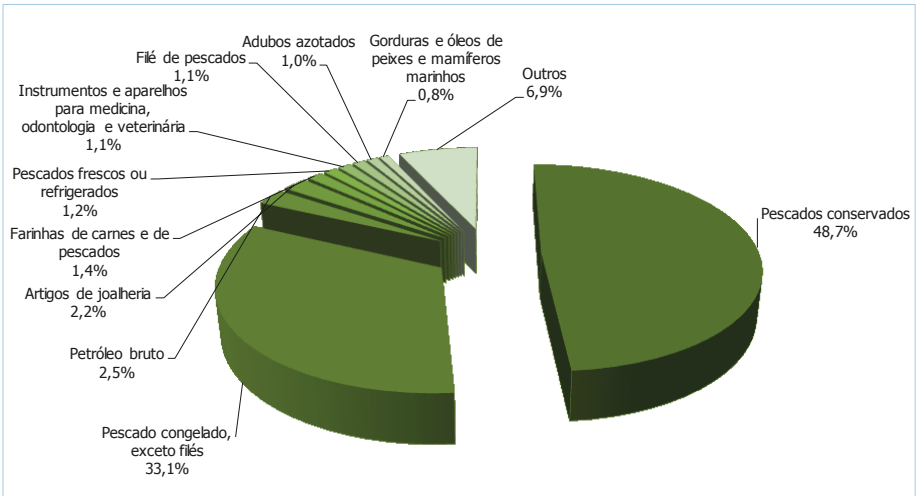
Composição das exportações de Seicheles (SH4)
US$ milhões

Grupos de Produtos	2017	Part.% no total
Pescados conservados	261	48,7%
Pescado congelado, exceto filés	177	33,1%
Petróleo bruto	14	2,5%
Artigos de joalheria	12	2,2%
Farinhas de carnes e de pescados	7	1,4%
Pescados frescos ou refrigerados	6	1,2%
Instrumentos e aparelhos para medicina, odontologia e veterinária	6	1,1%
Filé de pescados	6	1,1%
Adubos azotados	5	1,0%
Gorduras e óleos de peixes e mamíferos marinhos	4	0,8%
Subtotal	**498**	**93,1%**
Outros	**37**	**6,9%**
Total	**535**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

Seycheles não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos exportados



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

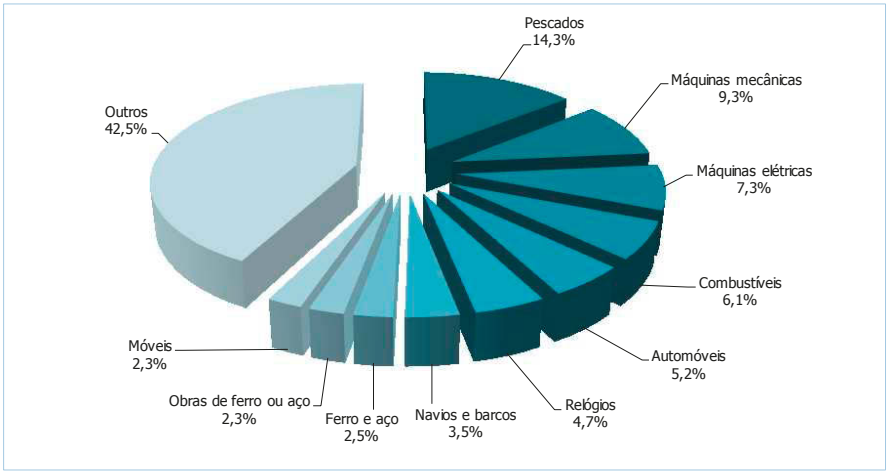
Composição das importações de Seicheles (SH2)
US$ milhões

Grupos de produtos	2017	Part.% no total
Pescados	105	14,3%
Máquinas mecânicas	68	9,3%
Máquinas elétricas	54	7,3%
Combustíveis	45	6,1%
Automóveis	39	5,2%
Relógios	35	4,7%
Navios e barcos	26	3,5%
Ferro e aço	19	2,5%
Obras de ferro ou aço	17	2,3%
Móveis	17	2,3%
Subtotal	**425**	**57,5%**
Outros	**314**	**42,5%**
Total	**739**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

Seycheles não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos importados



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

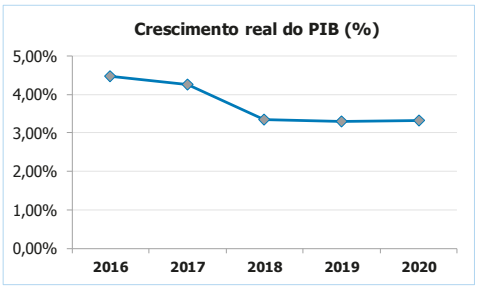
Principais indicadores socioeconômicos de Seicheles

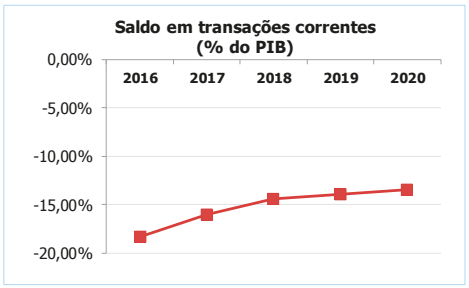
Indicador	2016	2017	2018(1)	2019(1)	2020(1)
Crescimento real do PIB (%)	4,48%	4,25%	3,34%	3,30%	3,32%
PIB nominal (US$ bilhões)	1,43	1,48	1,57	1,66	1,75
PIB nominal "per capita" (US$)	15.234	15.686	16.428	17.208	17.993
PIB PPP (US$ bilhões)	2,56	2,72	2,87	3,03	3,19
PIB PPP "per capita" (US$)	27.308	28.779	30.084	31.451	32.860
População (mil habitantes)	94	94	95	96	97
Desemprego (%)	2,68%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Inflação (%)(2)	-0,22%	3,48%	3,76%	3,30%	3,19%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-18,26%	-15,98%	-14,36%	-13,88%	-13,44%
Câmbio (SRs / US$)(2)	13,32	13,64	13,79	13,97	n.d.
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			2,5%		
Indústria			13,8%		
Serviços			83,7%		

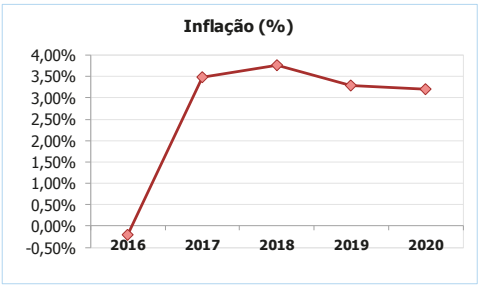
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

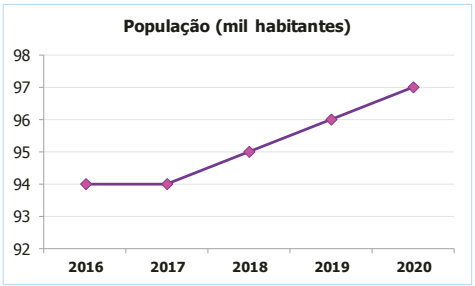
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.









ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aviso nº 323 - C. Civil.

Em 27 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO AUGUSTO MARTINS CESAR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na República Federal Islâmica das Comores e na República de Seicheles.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 63, DE 2018

(nº 359/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

Mensagem nº 359

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

Os méritos do Senhor Sérgio Eduardo Moreira Lima que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de junho de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EM nº 00160/2018 MRE

Brasília, 22 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA*
CPF.: 268.656.107-68
ID.: 5119 MRE

1949	Nasce em 19 de abril, filho de Everardo Moreira Lima e Maria Eudóxia Moreira Lima, no Rio de Janeiro/RJ.
Dados Acadêmicos:	
1972	Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
2009	Mestre Direito Internacional Público Universidade de Oslo
Cargos:	
1973	Terceiro-secretário
1977	Segundo-secretário
1980	Primeiro-secretário
1986	Conselheiro
1993	Ministro de segunda classe
2001	Ministro de primeira classe
Funções:	
1973	Divisão da América Meridional I, assistente
1974	Gabinete do Ministro de Estado, oficial de Gabinete e assessor
1979	Embaixada em Washington, segundo e primeiro-secretário
1983	Embaixada em Lisboa, primeiro-secretário e encarregado de negócios
1987	Divisão de Privilégios e Imunidades do Cerimonial, chefe
1987	Cerimonial, chefe substituto
1989	Missão junto às Nações Unidas, Nova York, conselheiro
1992	Departamento Econômico, coordenador-executivo
1992	Divisão de Agricultura e Produtos de Base, chefe
1993	Departamento de Política Comercial, chefe substituto
1995	Embaixada do Brasil em Londres
1999	Secretaria de Controle Interno, secretário
2003	Embaixada em Tel Aviv, embaixador
2004	Embaixada em Chipre, embaixador cumulativo
2007	Embaixada em Oslo, embaixador
2007	Embaixada junto à Islândia, embaixador, cumulativo
2011	Embaixada em Budapeste, embaixador
2013	Função Alexandre de Gusmão
Condecorações:	
1974	Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro
1974	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
1975	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1976	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
1976	Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
1977	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Oficial
1978	Ordem Militar de Cristo, Portugal, Oficial
1978	Ordem do Mérito, França, Cavaleiro
1987	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
1998	Ordem de Victoria, Grã-Bretanha, Comandante
1999	Ordem Nacional, Côte d`Ivoire
2007	Ordem Real de Santo Olavo da Noruega, Grã- Cruz
2013	Ordem do Mérito da Hungria

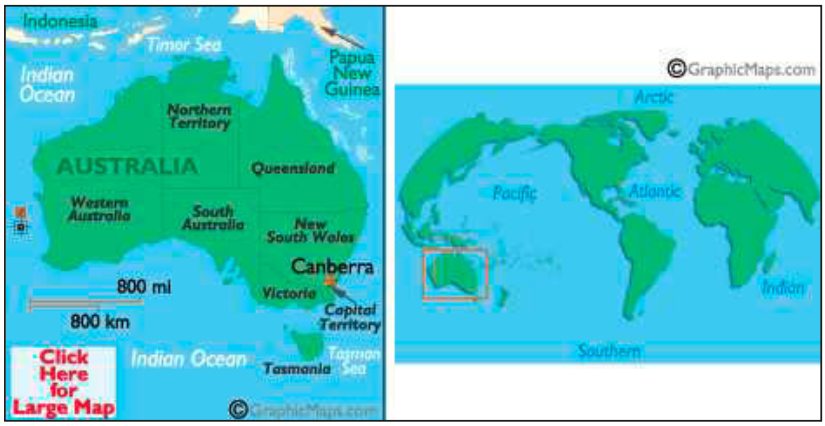
ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

AUSTRÁLIA





INFORMAÇÃO OSTENSIVA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Junho de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE A AUSTRÁLIA

NOME OFICIAL	Comunidade da Austrália
ADJETIVO GENTÍLICO	australiano
CAPITAL	Camberra
ÁREA	7.692 km^2
POPULAÇÃO (2012)	22,9 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos (25,8%), Anglicanos (18,7%), Metodistas (5,7%), Presbiterianos (3%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; Senado e Câmara dos Deputados ("House of Representatives")
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral General Peter Cosgrove (desde março de 2014)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Malcolm Turnbull (desde setembro de 2015)
CHANCELER	Julie Bishop (desde setembro de 2013)
PIB nominal (2017)[1]	US$ 1,932 trilhão
PIB PPP (2017)[1]	US$ 1,228 trilhão
PIB nominal *per capita* (2017) [1]	US$ 78,896
PIB PPP *per capita* (2017)[1]	US$ 50,175
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2017)[1]	2,3%
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano 2015[2]	0,939 (2ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015)[3]	82,5 anos
MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO (2015)[3]	13,2 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)[4]	5,6%
UNIDADE MONETÁRIA	dólar australiano
EMBAIXADOR EM CAMBERRA	Manuel Innocencio de Lacerda Santos Junior
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	John Richardson
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 27 mil brasileiros residentes na Austrália

(1) Dados do FMI – http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/01/weodata/weoselgr.aspx
(2) Dados do United Nations Development Programme – disponíveis em http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/AUS
(3) Dados disponíveis em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_Table1.pdf
(4) Dados da OCDE – disponíveis em https://data.oecd.org/australia.htm

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões FOB) - ***Fonte: MDIC***

Brasil → Austrália	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**
Intercâmbio	**494**	**512**	**598**	**1.092**	**1.390**	**1.336**	**2.762**	**1.614**	**1.453**	**1.827**
Exportações	242	247	305	464	614	492	803	450	400	464
Importações	252	265	292	628	775	844	1.958	1.163	1.052	1.363
Saldo	-9	-17	12	-164	-161	-351	-1.154	-712	-652	-898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

APRESENTAÇÃO

Federação de seis ex-colônias britânicas, o país formou-se em 1901, sob o nome de Comunidade da Austrália. País de proporções continentais, o sexto maior do mundo, a Austrália tem-se tornado, nas últimas décadas, um país internacionalmente competitivo e uma avançada economia de mercado, sobretudo em razão das reformas econômicas adotadas na década de 1980 e de sua localização em uma das regiões de maior crescimento da atualidade. Tem uma população de 23 milhões de habitantes concentrada, nas costas do país. A Austrália abriga 10% da biodiversidade do planeta.

PERFIS BIOGRÁFICOS

General Sir Peter Cosgrove

Governador-Geral da Austrália, representando a Rainha Elizabeth II



Sir Peter Cosgrove, nascido em julho de 1947, tornou-se o 26° Governador-Geral da Austrália em março de 2014, após sua indicação pelo Primeiro-Ministro Tony Abbott ser aceita pela Rainha Elizabeth II.

Provém de família militar e ingressou no exército australiano em 1965. No começo de sua carreira, serviu em combate na Guerra do Vietnã e recebeu altas condecorações como a Cruz Militar em 1971 e a medalha nacional em 1980. Ganhou fama nacional ao comandar as forças internacionais de manutenção da paz em Timor Leste, em 1999. Em 2000 tornou-se comandante do exército e, em 2002, chefe das forças armadas australianas. Após completar o mandato máximo de 3 anos como chefe das forças armadas em 2005, foi selecionado para liderar a força-tarefa para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

reconstrução de comunidades arrasadas por ciclone no estado de Queensland. Desde 2005, já aposentado das forças armadas, participou da diretoria de diversas empresas, entre as quais a da Qantas, principal empresa aérea australiana, e foi reitor da Universidade Católica Australiana.

Malcolm Bligh Turnbull
Primeiro-Ministro da Austrália



Malcolm Bligh Turnbull, nasceu em Sydney, em outubro de 1954. É formado em direito pela Universidade de Sydney. Com bolsa do programa Rhodes, também estudou na Universidade de Oxford, onde obteve bacharelado em direito civil. Durante as décadas de 80 e 90, Turnbull trabalhou como jornalista, advogado e investidor, especialmente na área de capital de risco. Como "venture capitalist", apoiou empresas provedoras da internet nos primórdios da rede mundial de computadores. Ao lado de sua mulher, teve sucesso considerável nos negócios e a fortuna familiar é estimada em cerca de AU$ 200 milhões (US$ 148 milhões). Turnbull tem interesse pela política desde a época em que frequentava a Universidade de Sydney. Há relatos publicados na imprensa local de que teria manifestado intenção de ser Primeiro-Ministro aos 21 anos de idade. Já em 1981, concorreu pelo Partido Liberal, sem sucesso, à vaga de deputado federal pelo distrito de Wentworth, na região de Sydney.

Entre 1993 e 2000, Turnbull foi líder do Movimento Republicano da Austrália. Em 2004, foi eleito para a Câmara de Representantes pelo distrito de Wentworth e reeleito nas três eleições federais subsequentes (2007, 2010 e 2013). Durante o governo da Coalizão Liberal-Nacional do Primeiro-Ministro John Howard (março de 1996 a dezembro de 2007), assumiu, por breve período, o Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (entre janeiro e dezembro de 2007). Após a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

derrota eleitoral da Coalizão em 2007, Turnbull foi "shadow Minister" do Tesouro e, em setembro de 2008, conquistou a liderança do Partido Liberal. Pouco mais de um ano depois, em 1º de dezembro de 2009, foi derrotado por Tony Abbott, por apenas um voto (42 votos a 41), em nova disputa pela liderança do Partido Liberal. Na ocasião, Turnbull perdeu parte do apoio do Partido por defender as metas de redução de emissão de carbono propostas pelo governo Trabalhista.

Apesar de ter feito toda sua carreira política no Partido Liberal, Turnbull tem posições, em temas como política ambiental, casamento entre pessoas do mesmo sexo e forma de governo, menos conservadoras do que a média dos integrantes da agremiação. Suas posições têm causado dificuldades políticas, em especial, com a liderança do Partido Nacional, parceiro júnior da Coalizão, de base ruralista e conservadora. Possui, ainda, laços com a China, tendo participado da criação de uma das primeiras "joint-ventures" de mineração entre empresas ocidentais e chinesas, em 1994.

Após perder a liderança do Partido Liberal e cogitar abandonar a política, Turnbull foi "shadow Minister" das Comunicações sob a liderança de Abbott. Com a vitória do Partido Liberal nas eleições de 2013, Turnbull tornou-se Ministro das Comunicações do governo Abbott, entre setembro de 2013 e setembro de 2015, quando renunciou para novamente pleitear a liderança do Partido. Malcolm Turnbull assumiu a chefia do governo australiano em 15 de setembro de 2015.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália foram estabelecidas em 1945. A Representação diplomática australiana, a primeira na América Latina, foi instalada no Rio de Janeiro em 1946 e no mesmo ano foi criada a Legação brasileira em Camberra. Apesar de bastante cordiais, as relações entre Brasil e Austrália estiveram largamente confinadas, durante todo o século XX, ao aspecto multilateral, onde as afinidades de perfis das economias brasileira e australiana fizeram com que recorrentemente os países defendessem as mesmas posições em fóruns internacionais. A falta de prioridade das relações bilaterais é facilmente percebida pela escassez de acordos firmados entre os dois países até 1990, quando foi estabelecido o Mecanismo de Consultas Políticas entre altos funcionários das chancelarias dos dois países.

Em virtude dos contatos proporcionados pelas reuniões de consultas políticas, o aspecto bilateral das relações Brasil-Austrália foi sendo valorizado a partir dos anos 1990. A criação do "Council on Australia-Latin America Relations"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(COALAR), no âmbito do *Department of Foreign Affairs and Trade (*DFAT), em 2001, durante o governo liberal de John Howard, ressaltou o interesse australiano em desenvolver as relações com os países latino-americanos, e com o Brasil em particular, mas apenas durante os governos trabalhistas de Rudd e Gillard as relações bilaterais com a Austrália tomaram maior impulso político, em especial com a visita do então Ministro Celso Amorim ao país, em 2008.

Nessa ocasião, o Brasil propôs o estabelecimento de um Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada, que foi assinado por ambos os Chanceleres em setembro de 2010, em Nova York, à margem da 65ª AGNU. Esse documento previa, além da manutenção do mecanismo de consultas entre os dois países, cooperação nas áreas científica, tecnológica, cultural, desportiva, cooperação técnica trilateral e articulação sobre temas multilaterais.

A iniciativa teve por objetivo criar uma nova arquitetura para aprofundar as relações bilaterais, com a proposta de ações em todas as áreas prioritárias do relacionamento Brasil-Austrália, e o estabelecimento de mecanismos de alto nível para fortalecer o diálogo e a coordenação de posições em temas da agenda internacional de mútuo interesse. Como resultado dos esforços para implementar o Plano de Ação, foram assinados, durante a visita do então Chanceler Kevin Rudd ao Brasil (Foz do Iguaçu, 15-17 de dezembro de 2010), o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica para o Desenvolvimento em Terceiros Países e o Memorando sobre Cooperação em Eventos Esportivos de Grande Porte.

Visitas e Encontros de Alto Nível

A visita da então Primeira-Ministra Julia Gillard ao Brasil por ocasião da Cúpula Rio+20, em junho de 2012, e a realização de reunião bilateral de trabalho com a então Presidente Dilma Rousseff resultaram na elevação do relacionamento ao nível de Parceria Estratégica.

A Austrália vê com interesse a intensificação dos laços com o Brasil e espera, no âmbito da Parceria Estratégica, a realização regular de encontros bilaterais entre os Chefes de Governo e o intercâmbio de visitas de nível ministerial.

Durante as Olimpíadas de 2016, em agosto, o Governador-Geral da Austrália, Sir Peter Cosgrove, visitou o Brasil. Em setembro, Sir Peter Cosgrove retornou ao Brasil para acompanhar a abertura dos Jogos Paralímpicos.

Visitas e encontros de Ministros das Relações Exteriores e do Comércio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O então Ministro Celso Amorim foi o primeiro Ministro das Relações Exteriores brasileiro a visitar a Austrália, o que fez em duas oportunidades (1994 e 2008). Por ocasião da visita oficial em agosto de 2008, o ex-Chanceler brasileiro manteve encontro com o então Primeiro-Ministro Kevin Rudd, com o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith, e com o então Ministro do Comércio Exterior, Simon Crean. No encontro com Stephen Smith, os Ministros examinaram a evolução da agenda bilateral e saudaram a coincidência de posições de ambos os países nos foros multilaterais. Com vistas a elevar as relações entre o Brasil e a Austrália, acordaram o lançamento de um Plano de Ação para concretizar a ideia de uma "Parceria Reforçada".

Em agosto de 2009, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Stephen Smith, visitou o Brasil. Após suceder Stephen Smith como Chanceler, Kevin Rudd manteve encontro com o ex-Ministro Amorim em Nova York, à margem da 65ª AGNU em setembro de 2010, quando foi assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada entre os dois países. No mesmo mês, Kevin Rudd visitou o Brasil. Além de ser sido recebido, em Foz do Iguaçu, pelo então Presidente Lula e pelo então Chanceler Celso Amorim, participou, como convidado especial, da XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (Foz do Iguaçu, 16 de dezembro de 2010).

O então Ministro do Comércio da Austrália, Simon Crean, visitou o Brasil em abril de 2010. Em reunião de trabalho, em Brasília, foi assinado o Acordo bilateral de Serviços Aéreos. O então Chanceler Celso Amorim e o ex-Ministro do Comércio australiano mantiveram encontros à margem da reunião ministerial da OCDE (Paris, junho de 2009), e à margem do Fórum Econômico Mundial (Davos, janeiro de 2010), ocasiões em que foram abordados temas afetos à Rodada Doha e ao relacionamento econômico-comercial bilateral.

Seu sucessor como Ministro do Comércio da Austrália, Craig Emerson, manteve encontros com o então Ministro Antonio Patriota em janeiro de 2011, à margem do Fórum Econômico Mundial, em Davos, e visitou o Brasil a frente de uma delegação empresarial em abril de 2012. Embora a maior parte de seus compromissos tenha sido em São Paulo, o Ministro Craig Emerson foi a Brasília no dia 16 de abril de 2012, quando manteve encontro com o Ministro Antonio Patriota no Palácio do Itamaraty.

Em novembro de 2014, por ocasião da Cúpula do G20 em Brisbane, houve encontro do então Ministro de Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sua contraparte australiana, Julie Bishop. Na ocasião, foi assinado o Acordo sobre Cooperação em Matéria Penal.

Em julho de 2015, Julie Bishop realizou visita a Brasília e São Paulo. A Ministra Julie Bishop foi recebida em Brasília pelo então Chanceler, com quem celebrou o aniversário de 70 anos das relações Brasil-Austrália, e pelo Ministro da Educação, ocasião em que foi renovado Memorando de Entendimento em Educação, além de manter encontros em São Paulo com empresários e estudantes australianos e brasileiros.

Em agosto de 2016, Julie Bishop retornou ao Brasil, em caráter privado, para acompanhar os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Em outubro de 2017, o Ministro Aloysio Nunes participou de café da manhã para os Ministros do Grupo de Cairns oferecido pelo Ministro de Investimento da Austrália, Steven Ciobo, às margens da Reunião Informal de Ministros da OMC, em Marrakesh.

Consultas Políticas Bilaterais e Plano de Ação

O Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Austrália, criado em 1990, constitui foro de análise e intercâmbio de ideias sobre assuntos de interesse comum.

O Memorando de Entendimento que estabelece a Parceria Reforçada e dá formato ao Plano de Ação Brasil-Austrália que se pretende desenvolver entre os dois países, foi assinado em 21 de setembro de 2010, em Nova York, ao final do encontro do ex-Chanceler Celso Amorim com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Kevin Rudd, à margem da 65ª Assembléia Geral da ONU. O documento criou uma nova arquitetura para aprofundar as relações bilaterais ao propor ações em todas as áreas prioritárias do relacionamento Brasil-Austrália (Comércio e Investimentos, Ciência e Tecnologia, Agricultura e Assuntos Sanitários e Fitossanitários, Cooperação para o Desenvolvimento, Mineração e Energia, inclusive Biocombustíveis, Esportes, Educação e Treinamento, Serviços Financeiros, Vistos, Cultura, Cooperação Jurídica, Segurança Regional, Meio Ambiente e Questões Multilaterais), e estabeleceu mecanismos de alto nível para fortalecer o diálogo e a coordenação de posições em temas da agenda internacional de mútuo interesse.

A última Reunião de Consultas Políticas foi a 10ª edição do encontro, realizada em Brasília em 2017.

Outras visitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em fevereiro de 2016, o governador de Goiás, Marconi Perillo, realizou missão empresarial a Sydney. A visita incluiu reuniões com altas autoridades governamentais do estado de Nova Gales do Sul, visitas a centros de inovação tecnológica e universidades, evento empresarial e entrevista concedida à radio SBS.

Em novembro de 2017, o Ministro do Turismo, Marx Beltrão, realizou visita a Sydney, onde promoveu evento de anúncio do novo sistema de visto eletrônico para detentores de passaportes australianos.

Relações parlamentares

Em junho de 2016, o Grupo Parlamentar Brasil-Austrália foi reinstalado, no Congresso Nacional, para o biênio 2016-2018. O Grupo fora originalmente criado em 1994, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da Comunidade da Austrália. O grupo é formado por 70 deputados e 31 senadores. A presidência, durante o atual biênio, está a cargo da senadora Ana Amélia. O Parlamento australiano também conta com Grupo Parlamentar sobre o relacionamento bilateral, presidido pelo deputado Damian Drum (Partido Nacional).

Em abril de 2018, delegação parlamentar australiana visitou o Brasil. A delegação foi chefiada pelo Presidente do Senado, senador Scott Ryan, e integrada pelos seguintes parlamentares: deputada Julie Collins, senador David Bushby, senador Alex Gallagher, deputado Matt Thistlethwaite e deputado Andrew Laming. A missão incluiu visita ao Rio de Janeiro e a Brasília.

Em Brasília, a delegação cumpriu extensa agenda, que envolveu visitas ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e ao Senado Federal. O principal interesse da delegação australiana foi o de conhecer as reformas nos sistemas trabalhista e previdenciário, além das mudanças em normas de regulação econômica.

Acordo Mercosul-CER (*Closer Economic Relations*)

Mercosul e Austrália/Nova Zelândia estabeleceram Diálogo Econômico em 1994. Em 2010, representantes dos dois países da Oceania e os do Mercosul apoiaram a criação de foro de encontros periódicos sobre temas como promoção de acesso a mercados em bens e serviços, entre outros, consubstanciado em Diálogo Comercial Mercosul-CER. Desde 2016, a Nova Zelândia vem sinalizando maior interesse em aprofundar o diálogo comercial com o Brasil.

Em maio de 2017, realizou-se, em Buenos Aires, a última reunião do Diálogo Econômico Mercosul-CER. Os sócios tinham por objetivo promover o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diálogo a uma nova etapa, reconhecendo que, em eventual negociação, os maiores desafios a serem superados se encontrariam no setor de lácteos e carnes, mas que não seriam intransponíveis. Na reunião, a delegação australiana mostrou estar já mais alinhada com o objetivo neozelandês de avançar no exercício de diálogo.

Em visita a São Paulo, em março de 2018, Steven Ciobo, Ministro australiano do Comércio, Turismo e Investimentos, afirmou em entrevista que "o próximo passo é provavelmente, com o tempo, ver se é possível um acordo de livre-comércio entre Mercosul e Austrália", mas que caberia "ver o que acontece com o acordo com a UE, que vai servir como referência e ponto de partida".

Acordo em Ciência, Tecnologia e Inovação

Após um longo período de negociações, o acordo foi assinado na Embaixada do Brasil em Camberra em 7 de setembro de 2017, com a presença do Ministro australiano para Indústria, Inovação e Ciência, Arthur Sinodinos. O PM Malcolm Turnbull anunciou, em novembro passado, que o Brasil integra o grupo de parceiros prioritários para o desenvolvimento de inovação na Austrália.

Tratado de Auxílio Jurídico em Matéria Penal

O acordo foi assinado em novembro de 2014. O acordo encontra-se, no momento, em análise, no Ministério da Justiça, desde abril de 2017, faltando-lhe tanto o parecer jurídico como o de mérito.

Assuntos consulares

Atualmente, estima-se que haja em torno de 37 mil cidadãos brasileiros na Austrália, sendo oito mil e quinhentos residentes (os números excluem o estado da Tasmânia, para o qual o censo não forneceu dados). A rede consular está coberta pela Embaixada do Brasil em Camberra e pelo Consulado-Geral do Brasil em Sydney. O principal destaque é a educação, uma vez que o Departamento de Educação registrou 35 mil matrículas de estudantes brasileiros em instituições australianas em 2017, sendo a sexta maior fonte de estudantes estrangeiros do país.

No que tange a não residentes, em 2017, 54.900 brasileiros visitaram o país, dos quais 18 mil (33%) são por motivos de férias, 16 mil (30%) por motivos de estudos, 13 mil (24%) para visitas a familiares e amigos e 3.800 (7%) a negócios.

Empréstimos e financiamentos oficiais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano da Austrália.

POLÍTICA INTERNA

A Austrália é um Estado Federal, composto pelos Estados da Nova Gales do Sul, Vitória, Queensland, Austrália Ocidental, Austrália do Sul, Território do Norte e Tasmânia. O país é uma Monarquia Constitucional com um sistema de governo parlamentar. A Chefe de Estado é a Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral General Sir Peter Cosgrove. O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro, líder do governo formado pelo partido com o apoio da maioria na Câmara dos Deputados.

Há dois grupos políticos principais que formam o governo, a nível federal e estadual: o Partido Trabalhista e a Coalizão, formada pelo Partido Liberal e pelo Partido Nacional, seu parceiro menor. Partidos menores - o Partido Verde, o Partido Democrata, o Partido Primeiro a Família e o Partido Uma Nação – e deputados independentes também estão representados no Parlamento.

Os liberais estiveram no poder de 1949 a 1972 (Robert Menzies, Harold Holt, John McEwen, John Gorton e William McMahon). Com a exceção do governo de John Fraser (1972 a 1975), os trabalhistas dominaram a política australiana de 1972 a 1996 (Edward Whitlam, Robert Hawke e Paul Keating). John Howard, da Coalizão Liberal-Nacional, esteve à frente do governo australiano por 4 mandatos consecutivos, em um total de 11 anos (1996 a 2007), tendo sido o segundo Primeiro-Ministro a ficar mais tempo no cargo, atrás apenas de Robert Menzies.

Kevin Rudd, do Partido Trabalhista, foi Primeiro-Ministro de dezembro de 2007 a junho de 2010; entre junho de 2010 e junho de 2013 foi sucedido no cargo por Julia Gillard, também do Partido Trabalhista, e em junho de 2013 foi reconduzido à liderança de seu partido e a novo e breve mandato como Primeiro-Ministro. Durante as eleições gerais de setembro de 2013, a Coalizão Nacional-Liberal derrotou o Partido Trabalhista e Tony Abbott tornou-se o novo Primeiro-Ministro da Austrália. Em setembro de 2015, Abbott perdeu a liderança do Partido Liberal para seu ex-Ministro das comunicações, Malcolm Turnbull, que desde essa data ocupa a posição de Primeiro-Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nas eleições de julho de 2016, uma das mais concorridas eleições australianas, o Primeiro-Ministro Malcolm Turnbull foi vitorioso. Em junho de 2017, o governo Turnbull logrou nova vitória, ocasião em que conseguiu aprovar pacote de financiamento ao setor educacional no valor de AUD 23,5 bilhões (US$ 17,4 bilhões) para os 10 anos seguintes. Apesar das sucessivas vitórias parlamentares, as pesquisas de opinião de junho de 2017 apontaram para preferência de 53% do eleitorado pelo Partido Trabalhista contra 47% da coalizão entre os partidos Liberal e Nacional, o que alimentou especulações quanto a divergências internas no Partido Liberal e à solidez da liderança de Malcolm Turnbull. O Partido Trabalhista, por sua vez, mostrou-se confortável com o quadro de relativa inércia que parece ter dominado as preferências do eleitorado.

Em abril de 2018, foi divulgada nova pesquisa eleitoral que mostra, novamente, a coalizão liberal atrás do Partido Trabalhista, além de terem diminuído expressivamente os índices de popularidade pessoal de Turnbull. Contudo, as análises políticas em Camberra coincidem em que não há, no momento, risco de movimentação dentro do Partido Liberal para a substituição de Turnbull, inclusive porque não haveria candidatos óbvios que pudessem angariar nível suficiente de apoio dentro do partido. Isso não significa, entretanto, que esse quadro permanecerá inalterado caso não haja reversão da atual tendência favorável aos Trabalhistas.

POLÍTICA EXTERNA

Desafio permanente que a Austrália enfrenta, desde a independência, em 1901, é o de conciliar sua origem ocidental com sua geografia asiática, de forma a forjar sua identidade nacional. Assim, ao longo da sua história, a Austrália se confrontou com a necessidade de superar a noção de ser um país ocidental isolado em sua própria região. As preocupações da Austrália com seu contexto geopolítico imediato explicam, por um lado, a prioridade concedida à defesa e segurança nacional e regional, amparada por forte tradição militar em parceria com os Estados Unidos, e por outro, a aproximação gradual - econômica e militar - com os países da Ásia e do Pacífico.

Essas relações tornaram-se mais efetivas a partir de 1983, nos governos trabalhistas de Bob Hawke e Paul Keating, à luz dos elementos do novo desenho de forças na região, a saber: a parceria econômica com o Japão desde os anos 50, a abertura da China a partir do início dos anos 70 e a necessidade de atenção constante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no relacionamento bilateral com a Indonésia, historicamente o mais importante dentre os países do Sudeste Asiático para a Austrália.

Daí o ativo papel desenvolvido pela Austrália no estabelecimento da APEC, entidade regional que congrega, em um único foro, os Estados Unidos, o Canadá e países do sudeste e leste da Ásia, e constitui, assim, convergência dos dois principais focos de interesse da política externa australiana. Sua primeira reunião realizou-se em Camberra, em 1989. Registre-se que China, Japão e Coréia do Sul tornaram-se os principais mercados para as exportações da Austrália, seguidos dos Estados Unidos.

Diante de suas circunstâncias geopolíticas, a inserção internacional da Austrália estaria baseada nos seguintes desafios estratégicos:

> (1) Responder às ameaças de nuclearização da Ásia e à guerra contra o terrorismo é uma preocupação estratégica ampla da Austrália, que conta com a estreita aliança com os Estados Unidos.
>
> (2) Busca de boas relações com os EUA e a China, de forma a neutralizar a complexa dualidade EUA-Ásia.
>
> (3) Fortalecimento da cooperação com a Indonésia e com o Pacífico (Timor Leste, Papua Nova Guiné, Fiji, Ilhas Salomão).

Nesse contexto, note-se a importância da Nova Zelândia – aliado natural com herança comum anglo-saxã –, que tem contribuído com tropas, assistência técnica e recursos em missões no Timor Leste e Ilhas Salomão. O fluxo migratório em ambos os sentidos, as relações nos planos comercial e de defesa, a competição no campo esportivo e as relações entre as populações são fatores que favorecem o sentimento de proximidade e a construção da ideia de uma identidade regional. No nível governamental, as relações com a Nova Zelândia são muito desenvolvidas, com inúmeros mecanismos de consulta e concertação entre os dois governos (encontros regulares entre os Primeiro Ministros, os Ministros da Economia, Comércio, Defesa e Relações Exteriores). No plano multilateral, a Nova Zelândia tem atuado em sintonia com a Austrália em diversos organismos – Organização Mundial do Comércio e Grupo de Cairns (temas agrícolas), APEC, Foro de Segurança regional da Associação do Sudeste Asiático, Foro das Ilhas do Pacífico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Austrália e EUA têm uma forte aliança de segurança que pauta o relacionamento bilateral há décadas. Os contornos da política externa australiana têm tradicionalmente como ponto de partida a aliança estratégica e militar com os Estados Unidos e o "guarda-chuva" nuclear por ela fornecido. Além da saída dos EUA da TPP, houve um polêmico incidente envolvendo refugiados asiáticos. Durante a gestão Obama, os EUA concluíram um acordo pelo qual receberiam parte dos refugiados em solo australiano, de maioria iraquiana e iraniana. Ao assumir, Donald Trump anunciou que reveria o acordo fechado pela administração Obama.

Ao lado dos EUA, a China tem-se revelado fator central para a política externa australiana. Há uma vertente que propugna uma orientação da política externa australiana pelo objetivo de auferir os melhores resultados possíveis de um relacionamento construtivo com a China, ainda que isso possa implicar no futuro algum grau de afrouxamento dos compromissos estratégicos com os EUA.

Sucessivos governos australianos têm adotado postura de engajamento pragmático com Pequim. Esse pragmatismo é revelado na cautela da Austrália no tocante à questão do mar do sul do China, mas não tem impedido posicionamento crítico australiano quanto à capacidade da China de exercer liderança na região sem um regime político democrático. A Chanceler Julie Bishop reuniu-se com seu homólogo chinês à margem da ministerial do G20, em Buenos Aires, em maio de 2018, com intuito de reaproximar os dois governos e rebater as críticas sobre o "congelamento" imposto pela China às relações diplomáticas bilaterais, em razão do desagrado chinês com declarações do governo Tunbull. Enquanto Bishop declarou à imprensa que a conversa foi positiva, o porta-voz da chancelaria chinesa afirmou que, para a relação entre os dois países funcionar, seria necessário que a Austrália se livrasse do "pensamento tradicional" e enxergasse o desenvolvimento chinês positivamente.

Com a incerteza de Camberra sobre a permanência do compromisso norte-americano com a região, reforça-se na Austrália sentido de urgência quanto à importância de estreitamento de laços e intensificação da agenda diplomática com os diferentes países da ASEAN, começando pela Indonésia, e também com a Coreia do Sul e o Japão.

Digna de nota é a decisão do Conselho da União Europeia de autorizar o início das negociações para a celebração de acordo de livre-comércio com a Austrália, que aguarda a visita da Comissária de Comércio europeia, ainda durante o mês de junho de 2018, para o lançamento formal das negociações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por fim, em novembro de 2017, foi lançado o Livro Branco de Política Externa do governo australiano. Trata-se do primeiro documento abrangente de diretrizes da política externa do país desde 2003. O Primeiro Ministro Malcolm Turnbull afirmou que o documento constitui "arcabouço para o país enfrentar com confiança os desafios de um futuro incerto".

Há presença relativamente marginal da América Latina e da Europa no documento. As menções à região latino-americana surgem mais claramente com relação ao plano econômico comercial, havendo referência ao interesse no aprofundamento das relações com o Mercosul. O Secretário de Defesa australiano, Greg Moriarty, afirmou que, por ser a América Latina uma região pacífica e distante da Austrália, não haveria uma "disposição natural" australiana com relação a ela. Contudo, afirmou que o país estaria "open for business" e que, em Camberra, caberia aos representantes latino-americanos apresentarem propostas concretas e vantajosas de engajamentos bilaterais.

Há poucas citações ao Brasil no Livro Branco. Na parte referente aos desafios apresentados pela nova governança global, o Brasil é enquadrado entre os poderes emergentes que dariam novo dinamismo ao sistema internacional, ao lado da China, da Indonésia, da Índia e da Nigéria. Na parte de negociações comerciais, o Brasil é citado como membro do Mercosul, com o qual a Austrália busca aprofundar o comércio e o investimento. Na seção de educação, o Brasil é elencado como a sexta maior fonte de estudantes estrangeiros na Austrália, além de ser o país fora da região Ásia-Pacífico que mais envia estudantes para a Austrália.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Austrália apresenta taxas positivas de crescimento econômico há vários anos, o que tem permitido ao país ocupar posição de destaque em "rankings" internacionais. Em 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,27% e somou US$ 1,38 trilhão. Por conseguinte, nesse mesmo ano, o PIB *per capita* do país somou US$ 55,707. Apesar de a economia da Austrália ter-se destacado como uma das mais bem gerenciadas, permanecendo à margem dos efeitos da crise financeira global, o país sofreu, no ano de 2015, queda de sua atividade econômica, provocada pela retração do mercado chinês e pelas consequências advindas dessa conjuntura, que se refletiram na queda do poder de compra da moeda australiana, no aumento do desemprego, e na diminuição dos negócios no setor de varejo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A Austrália é um dos maiores produtores e exportadores de produtos minerais, atividade que tem grande peso na composição do PIB local. Possui abundantes reservas de carvão, ferro, cobre, ouro, gás natural e urânio, que, além de sua importância na pauta, também atraem grandes investimentos para o país. É também um dos maiores produtores e exportadores de diversos produtos agrícolas, tais como carnes, trigo, cevada e lã. O segmento de manufaturas inclui empresas de processamento de gêneros alimentícios, além de empresas de alta tecnologia.

O país tem mantido postura agressiva em negociações de liberalização comercial. Em episódio recente, diante da resistência japonesa em reduzir as taxas para a entrada da carne australiana naquele país, o Ministro da Agricultura ameaçou abandonar as negociações para ALC com o Japão, afirmando que "na China há demanda suficiente por carne australiana".

Em 2017, as exportações do país somaram US$ 230 bilhões, havendo aumento de 17,4% em relação a 2016. Os principais produtos ofertados pelo país foram minérios de ferro, carvão mineral e outros combustíveis sólidos, gases de petróleo, ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, óxido de alumínio, trigo e óleos brutos de petróleo. Os principais mercados de destino foram China (29,6%), Japão (10,3%), Coreia do Sul (5,5%), Índia (4,4%) e Hong Kong (4,0%). Em 2017, o Brasil foi o 25º comprador de produtos australianos, com participação de 0,4%.

As importações australianas somaram US$ 221 bilhões em 2017, um aumento de 14,5% em relação ao ano anterior. Os principais produtos geralmente adquiridos pela Austrália foram veículos automóveis, máquinas mecânicas, combustíveis, máquinas elétricas, produtos farmacêuticos, instrumentos de ótica, embarcações flutuantes, ouros e pedras preciosas, plásticos e móveis. Os principais fornecedores do mercado australiano foram China (21,9%), Estados Unidos (10,3%), Japão (7,2%), Coreia do Sul (7,1%) e Tailândia (4,9%). Em 2017, o Brasil foi a 37º fornecedor de produtos para a Austrália, com participação de 0,3%.

O fortalecimento da atividade exportadora havia permitido à Austrália, até 2014, reverter seu déficit comercial. Desde 2010, o país registrava superávits em suas transações comerciais – US$ 10 bilhões em 2010, US$ 35 bilhões em 2011, US$ 6 bilhões em 2012, US$ 20 bilhões em 2013 e US$ 13 bilhões em 2014, tendo os resultados mais expressivos sido registrados no comércio com a China. Contudo, em 2015, o país registrou déficit de US$ 12 bilhões. Em 2017, houve superávit de US$ 8 bilhões.

Comércio bilateral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com base nos dados estatísticos fornecidos pelo MDIC, entre 2008 e 2017 o comércio entre o Brasil e a Austrália recuou 26,3%, passando de 2,482 bilhões para 1,828 bilhões. O fluxo comercial bilateral é majoritariamente composto por importações brasileiras da Austrália, uma vez que as exportações brasileiras para esse país representaram, em 2017, 25,4% do total do intercâmbio. O saldo comercial, portanto, é tradicionalmente desfavorável ao Brasil. Nos últimos três anos os déficits foram: US$ 653 milhões (2015); US$ 410 milhões (2016); e US$ 899 milhões (2017).

Entre 2008 e 2017, as exportações decresceram 62,9%, de US$ 1,253 bilhões em 2008 para US$ 465 milhões em 2018. As vendas em 2017 aumentaram 9,7% em relação ao ano anterior. Esse aumento pode ser explicado pela elevação das vendas de café (18,3%) e de máquinas de terraplanagem (23,6%). Os principais produtos exportados em 2017 foram: *(i)* café em grãos (valor de US$ 60 milhões, equivalentes a 12,9% do total); *(ii)* máquinas para terraplanagem (valor de US$ 55 milhões, equivalentes a 11,8% do total); *(iii)* sucos de frutas (valor de US$ 32 milhões, equivalentes a 6,8% do total); *(iv)* calçados (valor de US$ 20 milhões, equivalentes a 4,3% do total); e *(v)* medicamentos em doses (valor de U$ 19 milhões, equivalentes a 4,2% do montante total). Em termos de fator agregado, 69,4% do total das exportações é de manufaturados, 21,8% de produtos básicos e 8,8% de semimanufaturados.

Ainda segundo os dados do MDIC, entre 2008 e 2017 as importações brasileiras originárias da Austrália cresceram 9,8%, de US$ 1,229 bilhão para US$ 1,363 bilhão. Entre 2017 e 2016, as compras aumentaram 39,2%, em razão basicamente da elevação nas importações de carvão mineral (48,3%). Os principais produtos adquiridos pelo Brasil procedentes da Austrália, em 2017, foram: *(i)* carvão mineral (valor de US$ 1,121 bilhões, equivalentes a 82,3% do total); *(ii)* alumínio em formas brutas (valor de US$ 58 milhões, equivalentes a 4,3% do total); *(iii)* óleos brutos de petróleo (valor de US$ 23 milhões, equivalentes a 1,7% do total); *(iv)* carvão betuminoso e carvão de retorta (valor de US$ 14 milhões, equivalentes a 1,0% do total); *(v)* carnes bovinas (valor de US$ 13 milhões, equivalentes a 0,9% do montante total). Em termos de valor agregado, 86,8% das exportações é de produtos básicos, 8,8% de manufaturados e 4,4% de semimanufaturados.

Investimentos

De acordo com dados do "Bureau of Statistics" (2016), a Austrália recebe cerca de AU$ 3 trilhões (US$ 2,23 trilhões) em investimento estrangeiro por ano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sendo os Estados Unidos o maior investidor (US$ 617,1 bilhões, ou 28%), seguido de Reino Unido (US$ 371,5 bilhões, ou 17%), Bélgica (US$ 176,9 bilhões, ou 8%), Japão (US$ 148,3 bilhões, ou 7%) e Cingapura (US$ 72,8 bilhões, ou 3%). A China aparece com somente US$ 34 bilhões, ou 1,54% do total.

Os EUA e o Reino Unido permanecem como principais fontes de investimento estrangeiro na Austrália. Nos últimos anos, entretanto, tem havido aceleração nos fluxos de capitais da Ásia, o que reflete a maior aproximação da Austrália às economias da região. Destacam-se, nesse sentido, os investimentos crescentes da China no país e os aportes provenientes de Cingapura.

Grande parte dos investimentos estrangeiros na Austrália está concentrada nos seguintes setores: *software* e serviços de TI, serviços prestados a empresas, serviços financeiros, petróleo e gás natural, comunicações e carvão. Deve-se destacar que, desses setores, o que tem maior potencial de crescimento é o de gás natural. Os investimentos estrangeiros, nesse sentido, têm alimentado o elevado crescimento presenciado, nos últimos anos, na economia australiana na área de exploração de recursos naturais, especialmente minerais e energéticos. Com referência aos investimentos australianos no exterior, deve-se ressaltar que os fundos de pensão privada do país estão capitalizados em mais de US$ 1 trilhão, investindo 20% desse montante no exterior, normalmente em projetos de infraestrutura de longo prazo.

Existe uma tendência do *Foreign Investment Review Board* (FIRB) de dificultar a entrada de investimentos chineses, sobretudo para aquisição de setores de infraestrutura australianos, que parece estar se consolidando desde 2015, com a proibição à compra do Porto de Darwin pela "Landbridge", de capital chinês. Em 2016, a chinesa "Dakan Australia Holding" tentou também adquirir terras da empresa australiana "Kidman", do setor de carne bovina, tendo sido barrada pelo FIRB.

O investimento estrangeiro direto (IED) na Austrália tem sido fortemente influenciado pelas alterações recentes de produção na economia do país. Neste sentido, com a saída das montadoras Ford em 2016, e da Holden e da Toyota em 2017, todos os novos automóveis na Austrália serão importados, aumentando a dependência do país no setor primário, sobretudo na extração de recursos naturais. Entre os principais fatores que explicam o fim da produção de automóveis, e consequentemente de toda a cadeia de fornecedores, estariam os altos custos de produção, baixa economia de escala e o alto valor do dólar australiano. Além disso, o setor automotivo, assim como outros na economia australiana, é extremamente aberto e competitivo, em razão dos diversos acordos de livre-comércio firmados pelo país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Oportunidades de investimentos

A Austrália está expandindo seus investimentos em energia eólica, solar e geotérmica, uma vez que tem poucas possibilidades de ampliar o reduzido potencial remanescente de energia hidrelétrica. O uso da energia renovável apresenta-se como opção, embora ainda cara, de grande potencial de crescimento na matriz energética do país.

No que se refere à produção de biocombustíveis, a Austrália dispõe de cana-de-açúcar, concentrada no estado de Queensland, mas os produtores relutam em avançar na produção de biocombustíveis, e mesmo de etanol, cuja mistura autorizada na gasolina é de apenas 10%. O governo vê com otimismo as perspectivas dos biocombustíveis de segunda geração.

O país tem importante exploração de petróleo e gás natural "offshore", localizada, sobretudo, no estado de Western Australia. Com a perspectiva de intensificação da exploração da área do Pré-Sal e o crescente e necessário interesse da Petrobras pelo tema, há amplo espaço para troca de informações e importante potencial para aprofundamento da cooperação bilateral. Os avanços brasileiros na exploração energética "offshore" são reconhecidos e a Austrália divide com o Brasil a mesma preocupação com uma exploração limpa.

As maiores oportunidades de investimento, porém, concentram-se no setor de gás natural liquefeito (GNL). Em Gladstone, no estado de Queensland, estão sendo construídas três novas plantas de GNL, que começaram a ser construídas em 2011 e custarão ao todo mais de US$ 30 bilhões. Todo o gás desses projetos será utilizado para exportação, principalmente para os mercados da Ásia. Com isso, o país, que já é o maior exportador mundial de carvão, se tornará um dos maiores exportadores de GNL, possivelmente atrás apenas do Catar.

Perfil dos Investimentos

Parte considerável dos investimentos da Austrália no Brasil concentra-se nos setores de metalurgia e mineração, que constituem a base da economia australiana, ao lado do agronegócio. Apesar disso, recentemente, tem-se verificado certa diversificação dos investimentos australianos no Brasil. Novas áreas de interesse para os australianos incluem T.I., biotecnologia, transporte, telecomunicações, seguros, gás e petróleo, energia, infraestrutura e construção civil.

As maiores empresas australianas com presença no Brasil são a BHP Billiton, Macquarie, Pacific Hydro, Rio Tinto e Westfield, entre outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na área de mineração, a BHP Billiton possui participação na mineradora Samarco (minério de ferro, MG), na Mineração Rio Norte (bauxita, PA) e atua, ainda, na exploração de petróleo e gás natural. Há também "pool" de empresas que investem na exploração de fosfato: Taylor Collison, Aguia Resources e The Sentient Group (que controla a subsidiária brasileira Potássio do Brasil).

As mineradoras australiana BC Iron e Cleveland Mining Company anunciaram, em 2013, negociação para conjuntamente adquirir participação em três projetos de extração de minério de ferro, nos Estados de Bahia e Minas Gerais, da empresa BAHMEX. Em fevereiro de 2015, contudo, a BC Iron anunciou o fim de sua joint venture no Brasil, em razão do declínio nos preços do minério de ferro.

O setor de serviços brasileiro também conta com participação de empresas do país. O Macquarie Bank, com escritório em São Paulo, vem atuando no setor de empréstimos corporativos. A QBE, do setor de seguros e resseguros, também está presente no Brasil. Em 2013, o serviço australiano de vendas de carro on-line Carsales adquiriu 30% do site brasileiro Webmotors. Além disso, a rede SUMOSALAD, especializada na venda de saladas, inaugurou sua primeira loja, em São Paulo, em janeiro de 2014.

A australiana Karoon Gas, presente no Brasil desde 2007, fez descoberta de coluna de petróleo na Bacia de Santos. A abertura de segundo poço de exploração "Kangaroo 2" deu-se em dezembro de 2014, seguida da abertura dos poços Kangaroo West-1 (março de 2015) e Echidna-1 (abril de 2015). Em setembro de 2017, foi concedido à Karoon bloco exploratório ao sul da Bacia de Santos, em Santa Catarina.

O relacionamento bilateral inclui ainda cooperação no setor de ferrovias. Neste sentido, foi realizada missão à Austrália, em abril de 2014, integrada por representantes da EPL, VALEC, assim como do Ministério dos Transportes e da ANTT, a fim de conhecer o modelo australiano de exploração ferroviária.

Com referência às empresas brasileiras com presença na Austrália, as principais são: JBS, VALE, WEG, Natura e Marcopolo.

Em 2012, a empresa fabricante de ônibus Marcopolo adquiriu 75% da empresa australiana manufatureira de ônibus de alta qualidade australiana Volgren, a maior produtora de ônibus australiana. Em abril de 2017, anunciou a aquisição dos 25% restantes da Volgren, o que significou importante passo para a expansão geográfica da Marcopolo na região da Ásia-Pacífico.

A VALE, presente desde 2002 no país, realiza atividades de estudo e desenvolvimento mineral no país e possui escritório central em Brisbane. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mineradora atua nos Estados de Queensland e Nova Gales do Sul. Produz carvão térmico e metalúrgico, além de níquel e potássio.

Caso Samarco

O rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, em Mariana (MG), da empresa Samarco (controlada pela VALE e pela australiana BHP Billiton), foi o maior desastre socioambiental do país no setor de mineração, com o lançamento de 34 milhões de metros cúbicos de rejeitos no meio ambiente.

Segundo informado pelo IBAMA, não há cooperação técnica com a Austrália no que diz respeito à recuperação da região de Mariana. O principal interesse australiano na matéria seria acompanhar as ações indenizatórias e assegurar a pronta retomada das atividades da Samarco, de maneira a estancar o prejuízo que a sócia australiana vem sofrendo. Já o interesse brasileiro é a reconstrução da região afetada, o mais rapidamente possível, objetivo facilitado por maior colaboração das empresas envolvidas, que, como se verá adiante, já se comprometeram com o ressarcimento das vítimas.

A mineradora australiana BHP teria sofrido perdas de US$ 4,3 bilhões no último semestre de 2015, sendo que mais de um bilhão de dólares estaria diretamente relacionado ao rompimento da barragem. Em 02 de abril de 2016, a empresa informou à Embaixada em Camberra que, desde o desastre em Mariana, teria mais que triplicado o número de seus funcionários no Brasil, de 8 para 30. De acordo com o CEO da BHP, Andrew Mackenzie, a empresa teria tido US$ 6,4 bilhões de prejuízo em 2016, o maior de sua história.

A ação civil pública contra a Samarco, a Vale S.A. e a BHP Billiton Brasil Ltda. (processo 0400.15.004335-6), com objetivo de ressarcir os danos patrimoniais e morais aos sobreviventes e parentes de vítimas, ajuizada em 5 de novembro de 2015, encontra-se, atualmente, em fase de cumprimento do acordo para implementação do ressarcimento dos atingidos em área já definida e de formulação do cadastro para levantamento de danos. Em 23 de novembro de 2015, foi homologado acordo coletivo nessa ação, para atendimento de demandas emergenciais, Em decorrência dele, as empresas rés vêm arcando com antecipação de indenização, renda mensal, pagamento de aluguel e transferência de residência das vítimas.

Ademais, as empresas rés sofreram bloqueio de quantia de R$ 300 milhões por meio de processo cautelar (processo 0400.15.003989-1), para garantir o ressarcimento integral dos danos. A ação tramita na comarca de Mariana, por decisão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Superior Tribunal de Justiça, que definiu ser o caso de competência da Justiça Comum.

Em seu relatório de atividades de 2017, a Fundação Renova (criada pelas rés para o ressarcimento das vítimas) destaca que, desde novembro de 2015, R$ 3,2 bilhões foram investidos em 42 programas de recuperação. Esse valor corresponde a 26% do total previsto até 2030 (R$ 12,1 bilhões). Do montante investido até o momento, R$130 milhões foram direcionados para a indenização de mais de 200 mil pessoas.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1770	O Capitão James Cook, a bordo do Endeavour, chega a Botany Bay, hoje Sydney, na costa oriental da Austrália, e estabelece o início do domínio britânico.
1851	Tem início a corrida do ouro em Balthurst, New South Wales.
1868	Os últimos prisioneiros britânicos são transportados para a Austrália continental.
1901	Constitui-se a Comunidade da Australia (*Commonwealth of Australia*).
1914-1918	Tropas australianas combatem na Primeira Guerra Mundial.
1920	QANTAS começa a operar serviços aéreos.
1927	O primeiro Parlamento Federal reúne-se em Camberra.
1933	A região da Austrália Ocidental convoca *referendum* propondo a secessão do Reino Unido, mas o Parlamento rejeita a proposta.
1942	A Austrália adota o Estatuto de Westminster, com efeitos retroativos para 1939, que encerra, formalmente, com a maioria das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	ligações constitucionais entre Austrália e Reino Unido.
1939-1945	Tropas australianas combatem na Segunda Guerra Mundial.
1965	Tropas australianas são enviadas ao Vietnã.
1996	John Howard (Partido Liberal) é eleito Primeiro-Ministro.
1999	Os australianos decidem, em plebiscito, pela manutenção da monarquia.
2000	Jogos Olímpicos de Sydney.
2004	O governo australiano faz a maior doação às vítimas do tsunami.
2006	Força militar australiana é enviada a Timor Leste para ajudar na estabilização do país.
2007	Kevin Rudd (Partido Trabalhista) é eleito Primeiro-Ministro.
2008	O governo australiano ratifica o Protocolo de Kyoto. Kevin Rudd anuncia a retirada das tropas australianas do Iraque. O Estado australiano faz um pedido formal de desculpas aos povos aborígenes da Austrália pelas injustiças cometidas, no passado, pela colonização europeia.
2010	Em julho, Julia Gillard é escolhida como nova líder do Partido Trabalhista e Primeira-Ministra, substituindo Kevin Rudd.
2012	Em fevereiro, Julia Gillard derrota Kevin Rudd em eleição interna na cúpula do partido trabalhista e se mantêm como líder do partido e Primeira-Ministra.
2013	Em março, partidários de Kevin Rudd conseguem reconduzi-lo à liderança do Partido Trabalhista e ao cargo de Primeiro-Ministro. Em setembro a Coalizão Nacional-Liberal vence as eleições e Tony Abbott torna-se novo primeiro-Ministro.
2015	Abbott perde a liderança do Partido Liberal para seu ex-Ministro das Comunicações, Malcolm Turnbull, que passa a ocupar a posição de Primeiro-Ministro.
2016	Nas eleições de julho, o Primeiro-Ministro Malcolm Turnbull declara vitória, após o líder do partido trabalhista da oposição, Bill Shorten, admitir derrota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1945	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália.
1946	Instalação, no Rio de Janeiro, da primeira representação diplomática da Austrália na América Latina e da legação do Brasil em Camberra.
1978	Assinatura de Acordo Comercial entre o Brasil e a Austrália.
1990	Criação do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Austrália
1994	Visita à Austrália do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Na ocasião, é assinado Tratado de Extradição entre os dois países.
2001	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer. Criação do Conselho para Relações Austrália-América Latina (COALAR).
2004	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio e Vice Primeiro-Ministro, Mark Vaile, que participou da XI Sessão da UNCTAD em São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2006	Segunda visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer.
2008	Visita a Camberra do Ministro Celso Amorim. Visita a São Paulo do Ministro das Finanças, Wayne Swan, que participa da Reunião Ministerial do G-20F. Encontro do Presidente Lula com o Primeiro-Ministro Kevin Rudd, em Washington.
2009	Encontro do Presidente Lula com o Primeiro-Ministro Kevin Rudd, em L'Aquila, à margem da Cúpula do G8+G5. Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith.
2010	Assinatura do Plano de Ação Brasil-Austrália (Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada). Assinatura dos Memorandos de Entendimento sobre cooperação em eventos esportivos de grande porte e de cooperação trilateral para desenvolvimento internacional.
2011	Visita ao Brasil de missão parlamentar australiana chefiada pelo Presidente da Câmara da Austrália, Harry Jenkins. Encontro da Presidente Dilma Rousseff e da Primeira-Ministra Julia Gillard à margem da cúpula do G-20, em Cannes.
2012	No mês de junho a Primeira-Ministra Julia Gillard realiza primeira visita de chefe de governo australiano ao Brasil e mantém reunião de trabalho com a Presidente Dilma Rousseff à margem da Rio+20, no Rio de Janeiro. Brasil e Austrália elevam as relações bilaterais ao nível de relação estratégica.
2014	Em novembro, a Presidente Dilma Rousseff realiza primeira viagem de mandatário brasileiro à Austrália, por ocasião da cúpula do G-20 (Brisbane).
2015	Visita da Ministra dos Negócios Estrangeiros, Julie Bishop, a Brasília e São Paulo, quando manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e com o Ministro da Educação. Na ocasião, foi renovado "Memorando de Entendimento em Educação, Pesquisa e Formação Profissional".
2016	Visita do Governador-Geral da Austrália, Peter Cosgrove, ao Rio de Janeiro, para a abertura dos Jogos Olímpicos (agosto) e Paralímpicos (setembro).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2017	X Reunião de Consultas Políticas (Brasília), com a participação da subsecretária australiana Penny Williams (abril).
2018	Visita de Comitiva Parlamentar australiana, em abril, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, Gestão e Finanças e ao Senado Federal.

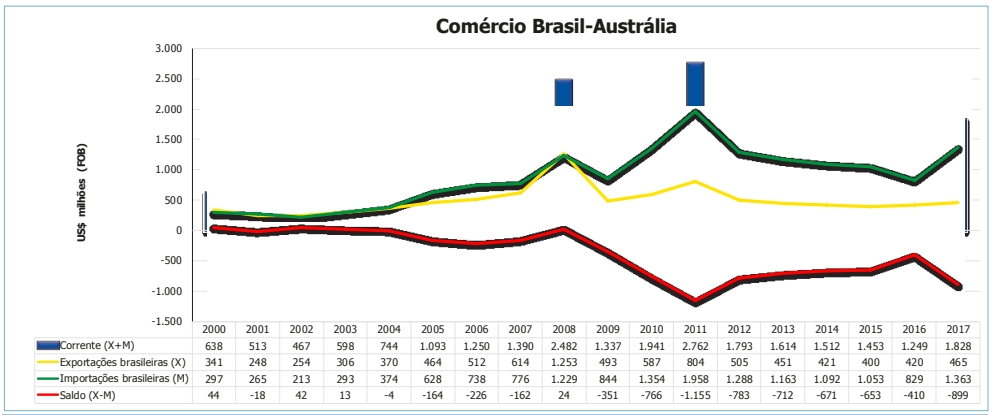
ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Ajuste para Entrega de Desertores de Navios Mercantes.	30/07/1888	30/07/1888	9992	08/08/1888
Convenção de Arbitragem.	18/06/1909	06/05/1911	8720	10/05/1911
Tratado para o Estabelecimento de uma Comissão de Paz.	04/04/1919	11/03/1921	14723	16/03/1921
Acordo Comercial.	23/02/1978	25/08/1978	82561	01/11/1978
Acordo, por troca de Notas, sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependente do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	22/08/1994	01/12/1995	1710	22/11/1995
Tratado sobre Extradição.	22/08/1994	01/09/1996	2010	23/09/1996
Acordo de Serviços Aéreos	21/04/2010			
Acordo de Cooperação em Matéria Penal	15/11/2014			

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia	07/09/2017			

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente (X+M)	638	513	467	598	744	1.093	1.250	1.390	2.482	1.337	1.941	2.762	1.793	1.614	1.512	1.453	1.249	1.828
Exportações brasileiras (X)	341	248	254	306	370	464	512	614	1.253	493	587	804	505	451	421	400	420	465
Importações brasileiras (M)	297	265	213	293	374	628	738	776	1.229	844	1.354	1.958	1.288	1.163	1.092	1.053	829	1.363
Saldo (X-M)	44	-18	42	13	-4	-164	-226	-162	24	-351	-766	-1.155	-783	-712	-671	-653	-410	-899

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

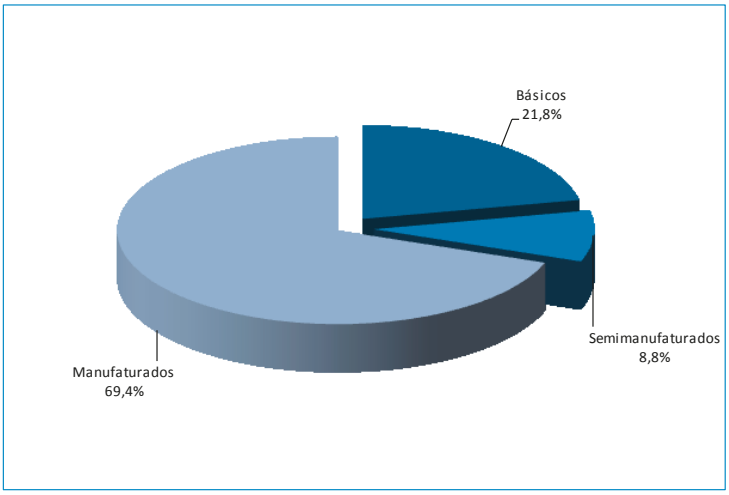
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	97	454	550	-357
2018 (jan-mar)	116	190	306	-74

30
Parte integrante do Avulso da MSF nº 63 de 2018.
Página 33 de 147

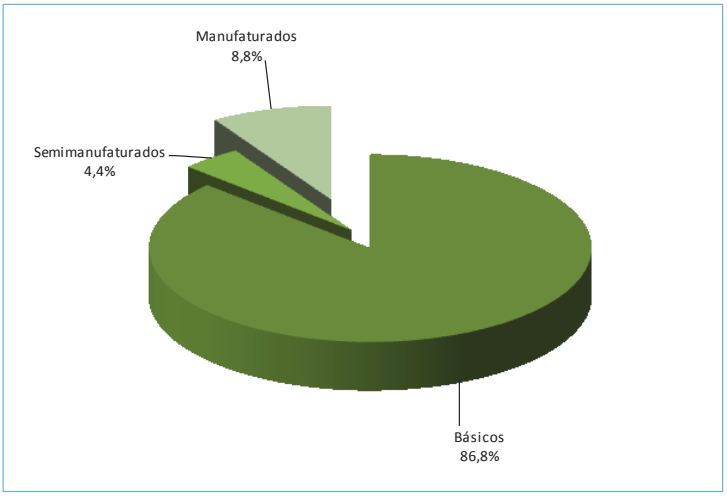
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

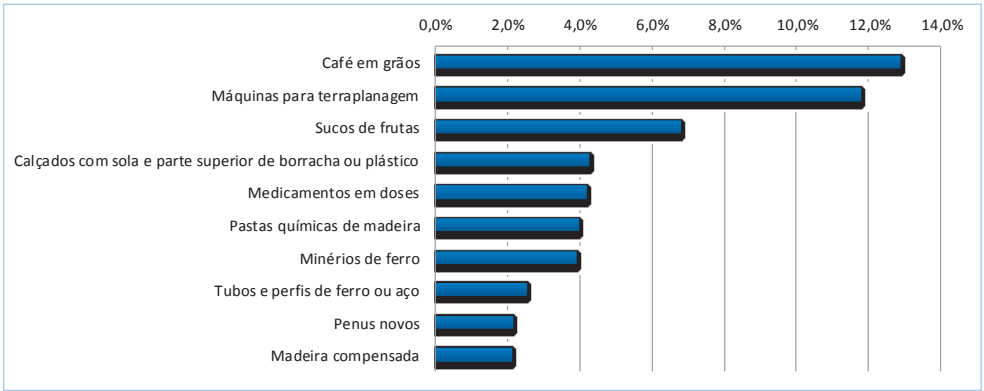
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações brasileiras para a Austrália (SH4)
US$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Café em grãos	49	12,1%	49	11,8%	60	12,9%
Máquinas para terraplanagem	29	7,1%	42	10,1%	55	11,8%
Sucos de frutas	29	7,2%	28	6,8%	32	6,8%
Calçados com sola e parte superior de borracha ou plástico	22	5,4%	14	3,3%	20	4,3%
Medicamentos em doses	21	5,1%	18	4,2%	19	4,2%
Pastas químicas de madeira	9	2,2%	16	3,8%	19	4,0%
Minérios de ferro	0	0,0%	5	1,1%	18	3,9%
Tubos e perfis de ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	12	2,5%
Penus novos	10	2,4%	8	2,0%	10	2,1%
Madeira compensada	6	1,4%	4	0,9%	10	2,1%
Subtotal	**173**	**43,1%**	**184**	**43,9%**	**254**	**54,6%**
Outros	**228**	**56,9%**	**236**	**56,1%**	**211**	**45,4%**
Total	**400**	**100,0%**	**420**	**100,0%**	**465**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017



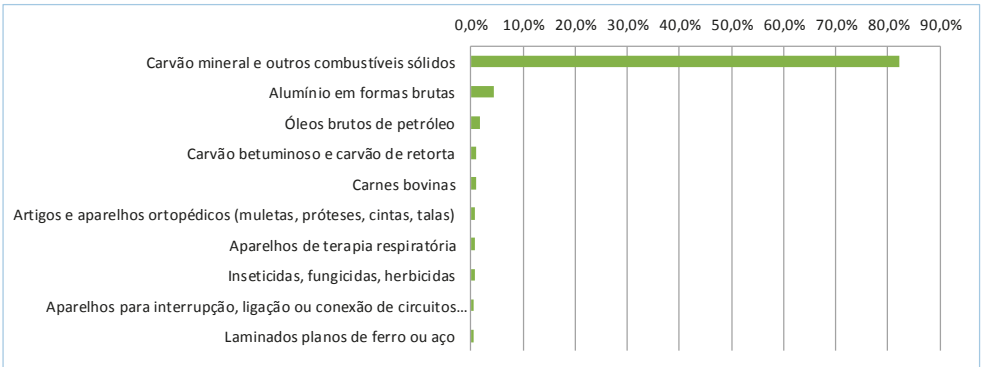
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações brasileiras originárias da Austrália (SH4)
US$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carvão mineral e outros combustíveis sólidos	584	55,5%	580	69,9%	1.121	82,3%
Alumínio em formas brutas	16	1,5%	6	0,7%	58	4,3%
Óleos brutos de petróleo	202	19,2%	60	7,2%	23	1,7%
Carvão betuminoso e carvão de retorta	0	0,0%	0	0,0%	14	1,0%
Carnes bovinas	26	2,4%	7	0,9%	13	0,9%
Artigos e aparelhos ortopédicos (muletas, próteses, cintas, talas)	11	1,0%	9	1,1%	12	0,9%
Aparelhos de terapia respiratória	10	0,9%	14	1,7%	10	0,8%
Inseticidas, fungicidas, herbicidas	3	0,3%	6	0,7%	9	0,7%
Aparelhos para interrupção, ligação ou conexão de circuitos elétricos	10	0,9%	6	0,8%	8	0,6%
Laminados planos de ferro ou aço	13	1,2%	4	0,5%	7	0,5%
Subtotal	**873**	**82,9%**	**691**	**83,3%**	**1.276**	**93,6%**
Outros	**180**	**17,1%**	**138**	**16,7%**	**88**	**6,4%**
Total	**1.053**	**100,0%**	**829**	**100,0%**	**1.363**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

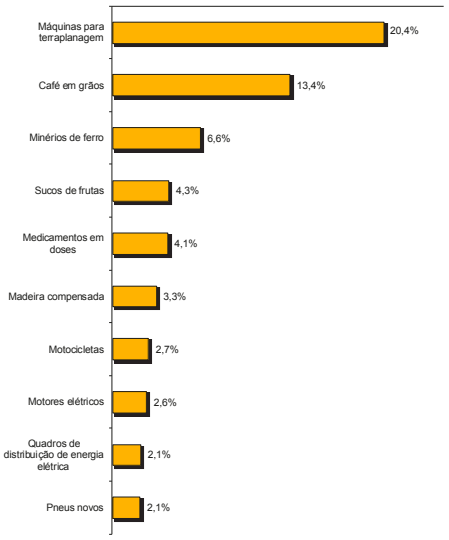


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

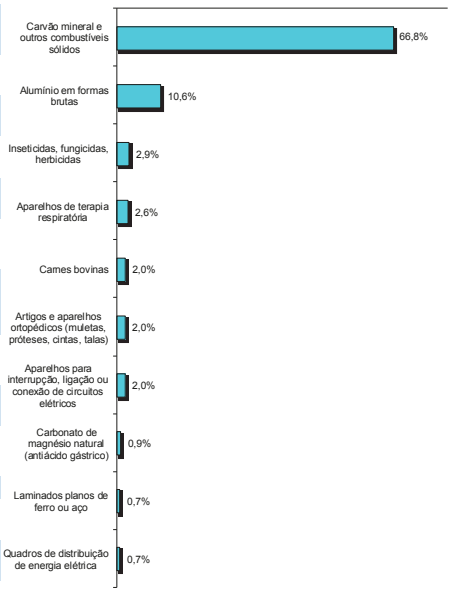
Grupos de produtos	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Máquinas para terraplanagem	13	13,9%	24	20,4%
Café em grãos	16	16,1%	15	13,4%
Minérios de ferro	0	0,0%	8	6,6%
Sucos de frutas	4	3,7%	5	4,3%
Medicamentos em doses	4	3,7%	5	4,1%
Madeira compensada	1	0,9%	4	3,3%
Motocicletas	1	1,2%	3	2,7%
Motores elétricos	2	1,8%	3	2,6%
Quadros de distribuição de energia elétrica	0	0,0%	2	2,1%
Pneus novos	3	3,0%	2	2,1%
Subtotal	**43**	**44,3%**	**71**	**61,7%**
Outros	**54**	**55,7%**	**44**	**38,3%**
Total	**97**	**100,0%**	**116**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018



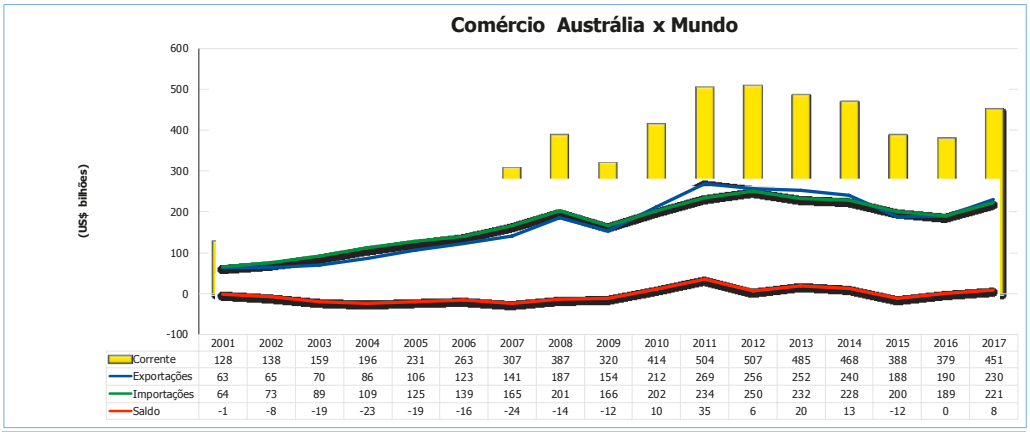
Grupos de produtos	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total
Importações				
Carvão mineral e outros combustíveis sólidos	389	85,8%	127	66,8%
Alumínio em formas brutas	10	2,1%	20	10,6%
Inseticidas, fungicidas, herbicidas	4	0,8%	6	2,9%
Aparelhos de terapia respiratória	2	0,4%	5	2,6%
Carnes bovinas	2	0,4%	4	2,0%
Artigos e aparelhos ortopédicos (muletas, próteses, cintas, talas)	3	0,6%	4	2,0%
Aparelhos para interrupção, ligação ou conexão de circuitos elétricos	1	0,3%	4	2,0%
Carbonato de magnésio natural (antiácido gástrico)	1	0,1%	2	0,9%
Laminados planos de ferro ou aço	1	0,1%	1	0,7%
Quadros de distribuição de energia elétrica	2	0,3%	1	0,7%
Subtotal	**413**	**91,1%**	**174**	**91,3%**
Outros produtos	**40**	**8,9%**	**16**	**8,7%**
Total	**454**	**100,0%**	**190**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente	128	138	159	196	231	263	307	387	320	414	504	507	485	468	388	379	451
Exportações	63	65	70	86	106	123	141	187	154	212	269	256	252	240	188	190	230
Importações	64	73	89	109	125	139	165	201	166	202	234	250	232	228	200	189	221
Saldo	-1	-8	-19	-23	-19	-16	-24	-14	-12	10	35	6	20	13	-12	0	8

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.

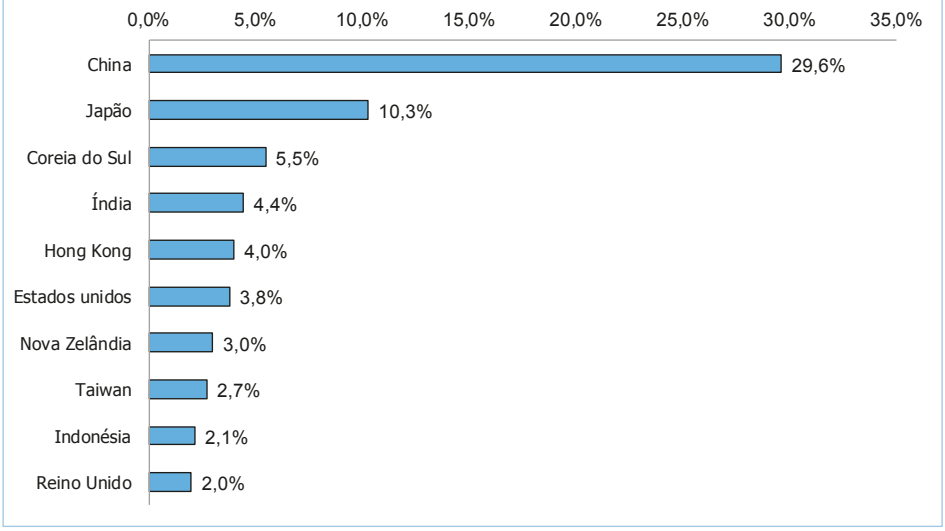
35
Parte integrante do Avulso da MSF nº 63 de 2018.
Página 38 de 147

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais destinos das exportações da Austrália
US$ bilhões

Países	2017	Part.% no total
China	68,0	29,6%
Japão	23,6	10,3%
Coreia do Sul	12,5	5,5%
Índia	10,2	4,4%
Hong Kong	9,1	4,0%
Estados unidos	8,6	3,8%
Nova Zelândia	6,9	3,0%
Taiwan	6,2	2,7%
Indonésia	4,9	2,1%
Reino Unido	4,6	2,0%
...		
Brasil (25º lugar)	**1,0**	***0,4%***
Subtotal	**155,6**	**67,7%**
Outros países	**74,1**	**32,3%**
Total	**229,7**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.

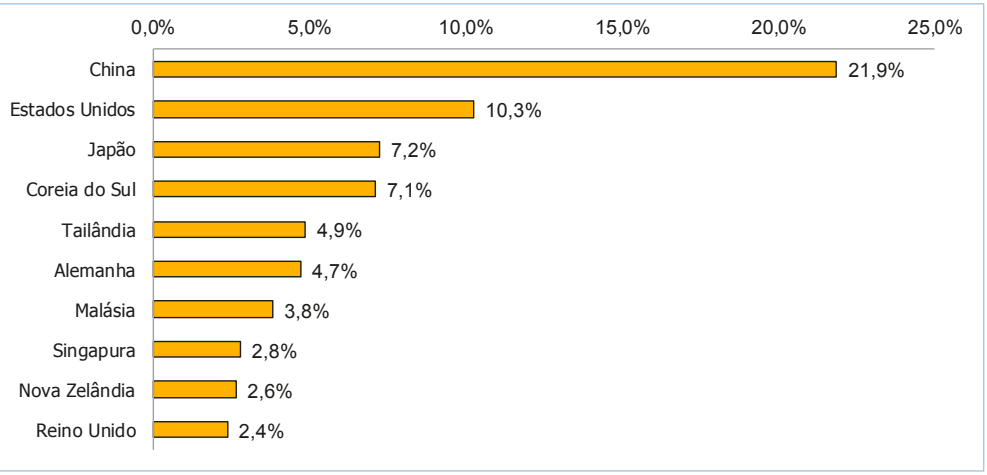


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais origens das importações da Austrália
US$ bilhões

Países	2017	Part.% no total
China	48,4	21,9%
Estados Unidos	22,7	10,3%
Japão	16,0	7,2%
Coreia do Sul	15,7	7,1%
Tailândia	10,8	4,9%
Alemanha	10,4	4,7%
Malásia	8,5	3,8%
Singapura	6,2	2,8%
Nova Zelândia	5,9	2,6%
Reino Unido	5,2	2,4%
...		
Brasil (37º lugar)	***0,6***	***0,3%***
Subtotal	**150,3**	**67,9%**
Outros países	**71,0**	**32,1%**
Total	**221,4**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.

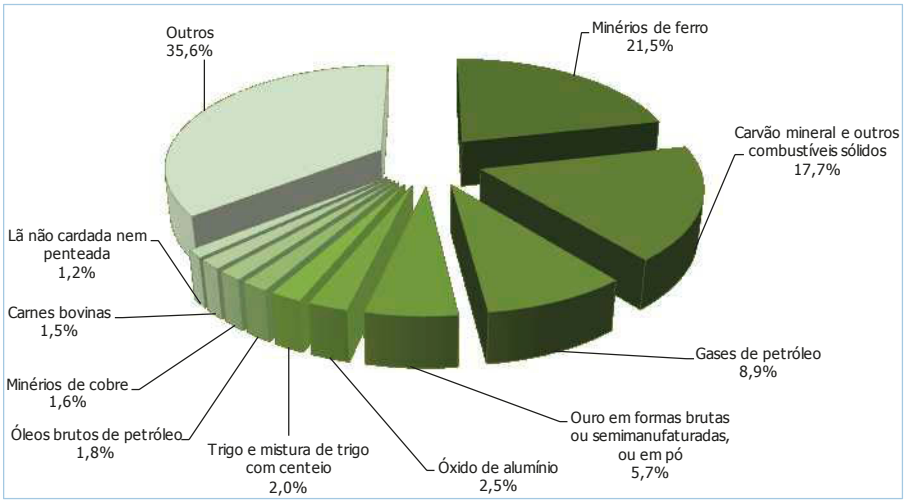


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações da Austrália (SH4)
US$ bilhões

Grupos de Produtos	2017	Part.% no total
Minérios de ferro	49,3	21,5%
Carvão mineral e outros combustíveis sólidos	40,6	17,7%
Gases de petróleo	20,5	8,9%
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	13,1	5,7%
Óxido de alumínio	5,8	2,5%
Trigo e mistura de trigo com centeio	4,7	2,0%
Óleos brutos de petróleo	4,0	1,8%
Minérios de cobre	3,6	1,6%
Carnes bovinas	3,5	1,5%
Lã não cardada nem penteada	2,9	1,2%
Subtotal	**147,9**	**64,4%**
Outros	**81,9**	**35,6%**
Total	**229,7**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.



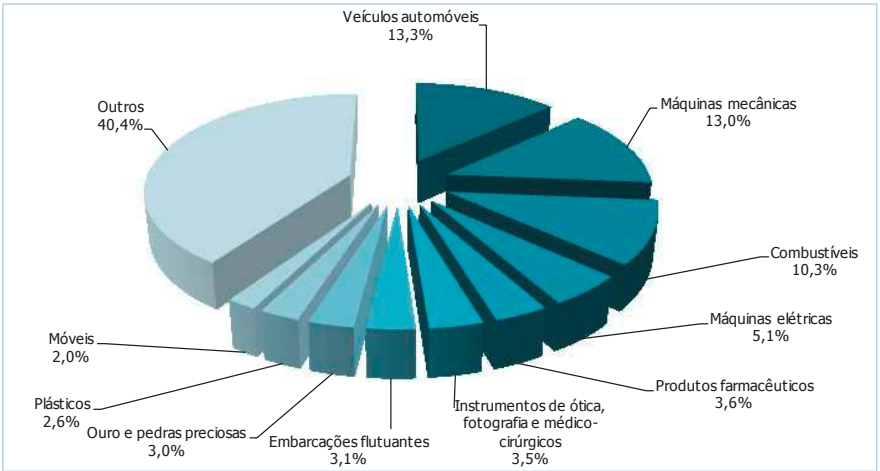
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações da Austrália (SH2)
US$ bilhões

Grupos de produtos	2017	Part.% no total
Veículos automóveis	29,4	13,3%
Máquinas mecânicas	28,8	13,0%
Combustíveis	22,8	10,3%
Máquinas elétricas	11,3	5,1%
Produtos farmacêuticos	7,9	3,6%
Instrumentos de ótica, fotografia e médico-cirúrgicos	7,8	3,5%
Embarcações flutuantes	7,0	3,1%
Ouro e pedras preciosas	6,6	3,0%
Plásticos	5,8	2,6%
Móveis	4,4	2,0%
Subtotal	**131,9**	**59,6%**
Outros	**89,5**	**40,4%**
Total	**221,4**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.

10 principais grupos de produtos importados



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

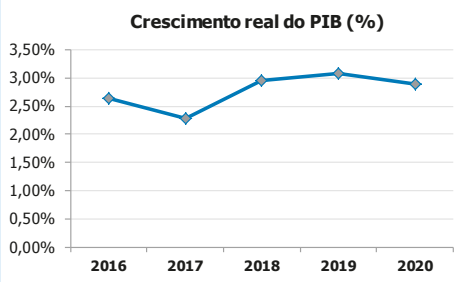
Principais indicadores socioeconômicos da Austrália

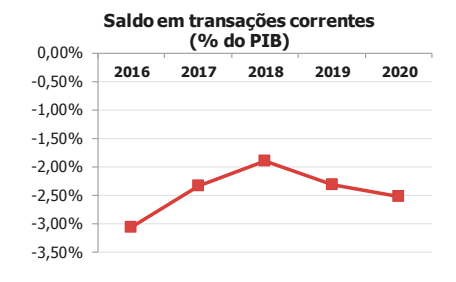
Indicador	2016	2017	2018[1]	2019[1]	2020[1]
Crescimento real do PIB (%)	2,65%	2,27%	2,96%	3,08%	2,89%
PIB nominal (US$ trilhões)	1,26	1,38	1,50	1,58	1,67
PIB nominal "per capita" (US$)	51.873	55.707	59.655	61.940	64.265
PIB PPP (US$ trilhões)	1,20	1,25	1,31	1,38	1,45
PIB PPP "per capita" (US$)	49.096	50.334	52.191	54.127	55.918
População (milhões habitantes)	24,39	24,76	25,15	25,54	25,94
Desemprego (%)	5,71%	5,60%	5,25%	5,16%	4,95%
Inflação (%)[2]	1,39%	2,00%	2,32%	2,45%	2,56%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,06%	-2,34%	-1,89%	-2,32%	-2,52%
Dívida externa (US$ bilhões)	1,55	1,71	1,69	1,65	1,63
Câmbio (A$ / US$)[2]	1,38	1,28	1,29	1,25	1,30
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			3,6%		
Indústria			26,1%		
Serviços			70,3%		

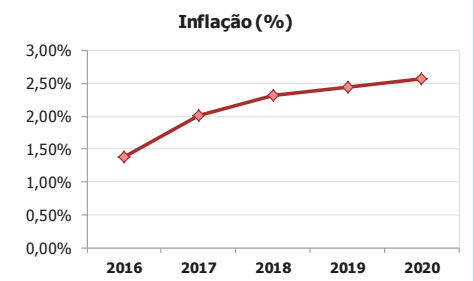
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2018 e da Cia.gov.

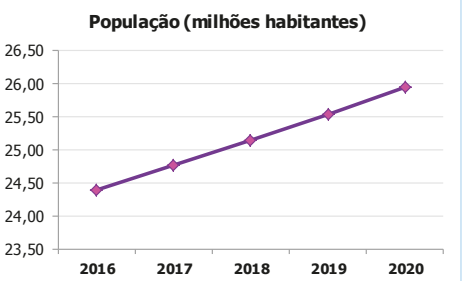
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.







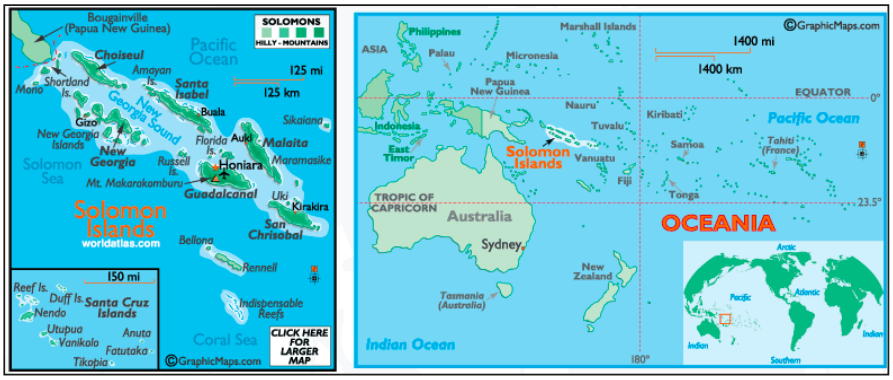


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ILHAS SALOMÃO





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Ilhas Salomão
ADJETIVO GENTÍLICO	salomônico
CAPITAL	Honiara
ÁREA	28.900 Km² (mais de 922 ilhas)
POPULAÇÃO (2012)	635 mil habitantes
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Anglicanos 35%, Católicos 19%, Evangélicos 17%, Adventistas 11%
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento Nacional (National Parliament); Parlamento unicameral, composto por 50 membros, eleitos para mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador General Frank Ofagioro Kabui (desde julho de 2009).
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Rick Hou (desde novembro de 2017).
CHANCELER	Milner Tozaka (desde dezembro de 2014)
PIB NOMINAL (2017)[1]	US$ 1,28 bilhão (2017)
PIB PPP (2017)[1]	US$ 1,32 bilhão (2017)
PIB NOMINAL *per capita* (2017)[1]	US$ 2,081(2017)
PIB PPP *per capita* (2017)[1]	US$ 2.157 (2017)
VARIAÇÃO DO PIB (%)[1]	3,24% (2017)
IDH[2]	0,506 (156° posição)
EXPECTATIVA DE VIDA[2]	75,3 anos (2013)
ALFABETIZAÇÃO (2017)[3]	84,1% (2017)
ÍNDICE DE DESEMPREGO[4]	4,6%
UNIDADE MONETÁRIA	dólar das Ilhas Salomão
EMBAIXADOR EM HONIARA (cumulativa com Camberra)	Manuel Innocencio de Lacerda Santos Junior
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há embaixador no Brasil.
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registro de brasileiros residentes nas Ilhas Salomão.

(1) Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base nos dados da EIU (*Economist Intelligence Unit*)
(2) Dados do Relatório 2013 PNUD
(3) Dado do CIA World Factbook 2017, indisponível no relatório 2013 PNUD e no Banco Mundial
(4) Dado do Banco Mundial – disponíveis em http://databank.worldbank.org/data

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhares FOB) - ***Fonte: MDIC***

BRASIL⇒ ILHAS SALOMÃO	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	28	---	---	20	168	370	362	266	50	325	86
Exportações	27	---	---	20	168	370	362	266	50	325	86
Importações	1,3	---	---	---	---	---	---	---	0,4	---	---
Saldo	25	---	---	20	168	370	362	266	49	325	86

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

APRESENTAÇÃO

As Ilhas Salomão são um pequeno arquipélago ao sul do Oceano Pacífico. Antigo protetorado do Império Britânico (estabelecido na década de 1890), as Ilhas Salomão foram palco de algumas das batalhas mais violentas da Segunda Guerra Mundial. Em 1978, o país alcançou independência política do Reino Unido, passando a integrar a *Commonwealth*. Desde então, as ilhas enfrentaram turbulência política, violência étnica e crise econômica. Como as demais ilhas do Pacífico, as Ilhas Salomão sofrem com aumento populacional, recursos escassos e suscetibilidade a desastres naturais e ao aquecimento global.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Frank Utu Ofagioro Kabui

Governador-Geral das Ilhas Salomão, representando a Rainha Elizabeth II



Nascido em 1946, foi o primeiro cidadão das Ilhas Salomão a graduar-se em direito, obtendo seu bacharelado na Universidade de Papua Nova Guiné em 1975. Foi Juiz da Alta Corte das Ilhas Salomão e Procurador-Geral. Em julho de 2009, sua indicação pelo Parlamento à função de governador-geral foi ratificada pela Rainha Elizabeth II.

Rick Hou

Primeiro-Ministro das Ilhas Salomão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Rick Houenipwela, mais conhecido como Rick Hou, nasceu em 1958. Tem graduação em contabilidade e serviu como governador do Banco Central das Ilhas Salomão por mais de 15 anos. Posteriormente, tornou-se conselheiro sênior do Diretor Executivo do Banco Mundial, o que lhe possibilitou visibilidade para entrar na carreira política.

Em agosto de 2010, foi eleito para o Parlamento como membro do Partido Democrático. Após a renúncia do então Primeiro Ministro Danny Philip, em novembro de 2011, Rick Hou foi designado Ministro das Finanças pelo novo primeiro-ministro, Gordon Darcy Lilo. Em novembro de 2017, assumiu o cargo de primeiro-ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com as Ilhas Salomão em 2 de agosto de 2005, por meio de Troca de Notas. No primeiro semestre daquele ano foi realizada a primeira missão oficial do Brasil às Ilhas Salomão, chefiada pelo embaixador Frederico Cézar de Araújo (que também visitou Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu).

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o Representante Permanente (RP) de Ilhas Salomão junto à ONU, Collin Beck, bem como os RPs de Fiji, Samoa, Nauru, Tuvalu, Vanuatu, Marshall, e Micronésia, visitaram o Brasil, a convite do Governo brasileiro. Os RPs fizeram visita de cortesia ao Ministro de Estado, interino, Samuel Pinheiro Guimarães, e realizaram visitas a federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Decreto nº 7.202, de 2 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Honiara, Ilhas Salomão, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Não há atos bilaterais firmados. Encontra-se em negociação proposta de Acordo de Cooperação Técnica com as Ilhas Salomão.

Em maio de 2011, durante a visita do Embaixador brasileiro em Camberra a Honiara, na qualidade de Emissário Especial da Senhora Presidente da República, autoridades locais demonstraram interesse específico obter em cooperação do Brasil em matéria de futebol, café, cacau, florestas, cana-de-açúcar e etanol.

Em junho de 2012 o primeiro-ministro Gordon Darcy Lilo foi o primeiro chefe de governo das Ilhas Salomão a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro. Na ocasião o primeiro-ministro não manteve encontros com autoridades brasileiras.

Em março de 2017, o embaixador Manuel Innocencio apresentou suas credencias em Honiara. Foi recebido pelo Governador-Geral, interino, das Ilhas Salomão, Jasper Nasiu, na Residência Oficial do Chefe de Estado. Estavam presentes na ocasião o primeiro-ministro em exercício do país, Manasseh Maelanga.

Em discurso, o Embaixador saudou as relações diplomáticas entre o Brasil e as Ilhas Salomão e destacou a visão comum quanto ao combate ao aquecimento global. Salientou, ainda, a perspectiva de possíveis cooperações nas áreas de esporte e agricultura. Mencionou os esforços dos dois países na implementação do Acordo de Paris. Mencionou também o potencial de cooperação bilateral em biocombustíveis, nas culturas de café e cacau e no intercâmbio de profissionais do futebol.

Em sua exposição, o Governador-Geral interino referiu-se ao Brasil como uma das grandes economias do mundo, ressaltando os "vibrantes setores industrial e agrícola" do país. Nasiu recordou o perfil rural da população solomonense, dependente de agricultura, pesca e extrativismo. Salientou também o entusiasmo do povo solomonense pelo futebol, destacando o exitoso trabalho de técnico brasileiro à frente da seleção nacional de futebol de salão. Nesse contexto, mencionou que o país teria em alta estima eventual assistência brasileira nos setores agrícola e esportivo.

Assuntos Consulares

Não há informações sobre brasileiros residentes nas Ilhas Salomão.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Ilhas Salomão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

POLÍTICA INTERNA

As Ilhas Salomão emanciparam-se politicamente em 1978, quase um século depois de terem-se tornado um protetorado inglês. Após a independência, o arquipélago passou a integrar a "Commonwealth" e a ter a Rainha Elizabeth II como Chefe de Estado, representada por um Governador-Geral. O Parlamento é unicameral e composto por cinquenta membros eleitos para um mandato de quatro anos. O Primeiro-Ministro é eleito por uma maioria simples de parlamentares, mantendo-se no cargo enquanto tiver seu respaldo.

Entre 1998 e 2003, as Ilhas Salomão passaram por um período de instabilidade, em que eclodiram conflitos civis motivados por antigas rivalidades étnicas na principal ilha do arquipélago, Guadalcanal. A situação levou o governo a requisitar ajuda externa para manter a ordem civil no país. Nesse contexto, o Fórum das Ilhas do Pacífico e, posteriormente, o Parlamento das Ilhas Salomão aprovaram o "Regional Assistance Mission to Solomon Islands" (RAMSI), um pacote de ajuda internacional, cujo principal colaborador é a Austrália, que consiste no fornecimento de forças policiais e militares e de técnicos civis, visando à criação de condições necessárias para o retorno à estabilidade, à paz e ao crescimento econômico no arquipélago. O RAMSI chegou ao fim em junho de 2017.

Após o fim da missão RAMSI, um dos desafios do governo é promover uma descentralização do poder político que seja satisfatória aos diferentes setores da população. Há uma proposta de emenda à Constituição que institui o sistema federativo de governo.

Em 2014, Manasseh Sogarave foi eleito primeiro-ministro das Ilhas Salomão, mantendo-se no cargo até 2017. Em novembro de 2017, na sequência da queda do primeiro-ministro Manasseh Sogarave, derrotado em votação de confiança realizada no parlamento solomonense, Ricky Nelson Houenipwela (Rick Hou), do partido Aliança Democrática (Democratic Alliance Party), foi eleito primeiro-ministro das Ilhas Salomão.

O primeiro-ministro eleito já foi presidente do Banco Central, ministro dos Serviços Públicos e ministro das Finanças das Ilhas Salomão, tendo também trabalhado no Banco Mundial, em Washington. Hou é considerado homem público qualificado, bem reputado interna e internacionalmente, além de ter histórico de boas relações de trabalho com as autoridades australianas. Rick Hou indicou que sua prioridade número um seria estabilizar a situação fiscal crítica do país e formular um orçamento sustentável e crível para 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação aos direitos humanos, na revisão periódica universal do CDH de 2016, o país recusou todas as recomendações sobre o tema LGBT. Por outro lado, a aprovação, em 2014, de lei que criminaliza violência doméstica foi reconhecida como avanço.

POLÍTICA EXTERNA

As Ilhas Salomão são membros das Nações Unidas e de organizações internacionais como o Foro das Ilhas do Pacífico, a Comunidade do Pacífico, e o *Melanesia Spearhead Group*, iniciativa de integração econômica e coordenação política que engloba Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu, além da Nova Caledônia.

Em 2003, o 34º Foro das Ilhas do Pacífico, em Auckland, reafirmou a importância da chamada "Missão de Assistência Regional às Ilhas Salomão" (RAMSI), então em seu estágio inicial. Tanto o Comunicado Conjunto do Foro quanto a Declaração sobre o assunto (*Forum Declaration on Solomon Islands*) reafirmam a importância da intervenção, composta por policiais e militares de cinco países-membros (Austrália, Fiji, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné e Tonga), com o objetivo de restaurar a lei e a ordem, fortalecer o sistema judiciário, recuperar a economia e restabelecer os serviços básicos.

A linguagem adotada nos documentos oficiais do Foro denota clara preocupação em demonstrar a legitimidade da missão. Ambos assinalam que a RAMSI foi concebida com base na Declaração de Biketawa (assinada em 2000, prevê iniciativas conjuntas para lidar com crises que afetem a segurança regional); sublinham a anuência do Governo das Ilhas Salomão com a iniciativa; ressaltam a composição plurilateral da missão; e acolhem com satisfação a declaração do SGONU em apoio à RAMSI.

Como país de menor desenvolvimento relativo (*Least Developed Country*) e pequeno estado insular em desenvolvimento (*Small Island Developing State*), as Ilhas Salomão apresentam extrema vulnerabilidade aos efeitos das mudanças do clima. O aumento do nível do mar, as alterações das marés, as tempestades mais frequentes e enchentes têm causado mortes, danos à infraestrutura e sérias ameaças à segurança alimentar.

As Ilhas Salomão são membros da *Association of Small Island States* (AOSIS) e sua participação nas negociações sobre mudanças do clima no âmbito das Nações Unidas se pautam pela AOSIS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na AGNU de 2015, o então primeiro-ministro das Ilhas Salomão, Manasseh Sogavare, defendeu um processo transparente e democrático na escolha do Secretário-Geral da ONU. Afirmou que as missões de manutenção da paz da ONU utilizariam mais recursos em segurança do que em desenvolvimento. Defendeu um assento no CSNU para Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e manifestou apoio à resolução da Assembleia-Geral sobre o direito à auto-determinação das pessoas da Polinésia francesa.

Na AGNU de 2016, Manasseh Sogavare cobrou mais recursos para a implementação da Agenda 2030 e apoio mais efetivo aos SIDS para lidar com os efeitos da mudança do clima. Após criticar o imobilismo nas negociações para a reforma do CSNU, defendeu a criação de assento não permanente para os SIDS. Tecendo comentários sobre descolonização, pediu que o C24 realize visita à Polinésia Francesa, recordou que a Nova Caledônia decidirá seu destino político em 2018 e condenou supostas violações aos direitos humanos dos melanésios residentes em Papua Ocidental (que é parte do território da Indonésia).

Em outubro de 2017, as Ilhas Salomão foram admitidas na Interpol.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

As Ilhas Salomão são um país que enfrenta sérios desafios econômicos. A maior parte da população vive de subsistência, e menos de um quarto possui trabalho assalariado. A indústria madeireira é responsável por cerca de 40% dos ganhos com exportação e é uma fundamental fonte de renda para o governo, mas deve haver um declínio na produção ao longo do tempo. Em abril de 2014, fortes enchentes inundaram a capital, Honiara, e áreas próximas. Elas danificaram infraestrutura e causaram a suspensão das operações da Mina *Gold Ridge*.

Com PIB nominal de US$ 1,28 bilhão e crescimento de 3,24% em 2017, as Ilhas Salomão posicionaram-se como a 175ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 58,1% do PIB, seguido do setor de agricultura, com 34,3% e do setor industrial, com 7,6%.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e as Ilhas Salomão é muito pequeno e apenas em um sentido, uma vez que as exportações brasileiras respondem por praticamente todas as trocas comerciais dos últimos anos. Entre 2013 e 2017, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou aumento de 41,7%, de US$ 50 mil para US$ 86 mil. Nesse período, as exportações reduziram-se em 41,7%. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US$ 86 mil em 2017.

As exportações brasileiras para as Ilhas Salomão são compostas, em sua totalidade, por produtos manufaturados, com destaque para a vendas de produtos de confeitaria sem cacau (63,9%), produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de biscoitos (9,3%), pás, picaretas e enxadas (9,3%), artefatos de higiene ou de toucador de ferro ou aço (3,5%) e artefatos de uso doméstico, de higiene ou de toucador, de alumínio (3,5%).

Na III Revisão de Política Comercial, em 2016, os membros da OMC em geral mencionaram apoio às Ilhas Salomão em face de recente terremoto naquele país; saudaram a reforma legislativa em prol do ambiente de negócios; e opinaram que o processo de liberalização comercial deve ser aprofundado. Apreciaram o plano do país de aceder à Organização Mundial da Propriedade Intelectual e elogiaram os esforços em prol da melhoria de procedimentos alfandegários e a legislação de implementação do Acordo de Valoração Aduaneira.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1893	Estabelecimento de Protetorado Britânico.
1978	Ilhas Salomão obtêm emancipação política, opta por continuar com a Monarquia e membro da Commonwealth.
1998-2003	Tensões étnicas levam país a estado de Guerra Civil, Fórum das Ilhas do Pacífico envia missão de manutenção de paz.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

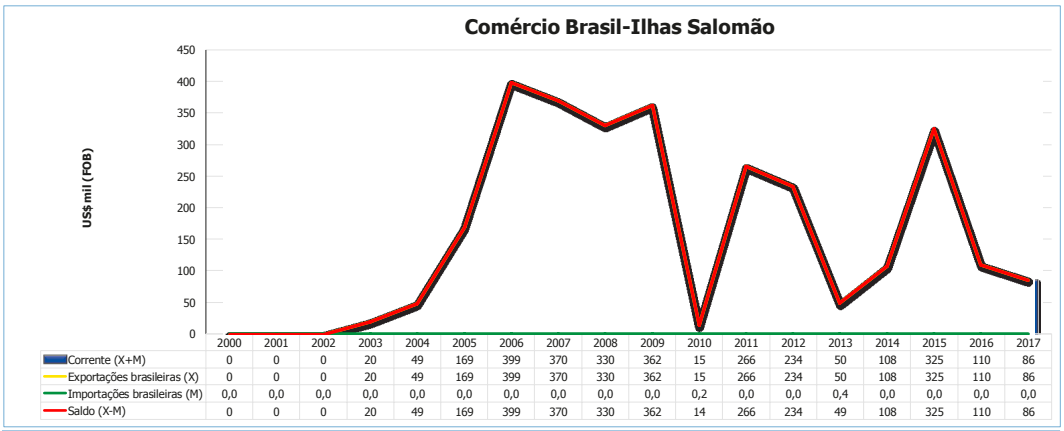
2005	Estabelecimento de relações diplomáticas.
2011	Visita do embaixador do Brasil em Camberra, Rubem Barbosa a Honiara.
2012	Visita do Primeiro-Ministro Gordon Darcy Lilo ao Brasil, durante Rio+20.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ACORDOS BILATERAIS

Não há acordos bilaterais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

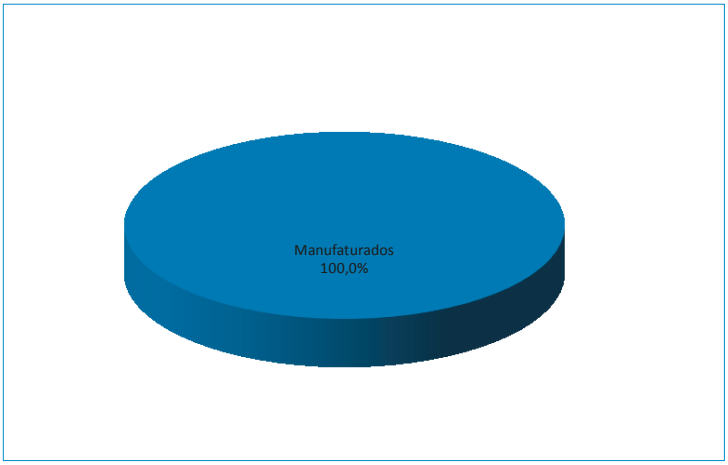
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	21,1	0,0	21,1	21,1
2018 (jan-mar)	0,0	0,0	0,0	0,0

51
Parte integrante do Avulso da MSF nº 63 de 2018.
Página 54 de 147

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017

Exportações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

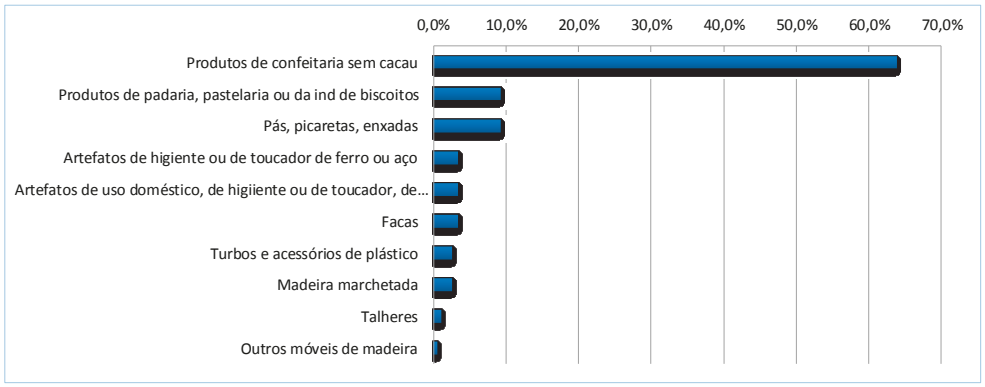
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações brasileiras para as Ilhas Salomão (SH4)
US$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Produtos de confeitaria sem cacau	191	58,9%	72	65,4%	55	63,9%
Produtos de padaria, pastelaria ou da ind de biscoitos	0	0,0%	0	0,0%	8	9,3%
Pás, picaretas, enxadas	19	5,9%	3	2,7%	8	9,3%
Artefatos de higiente ou de toucador de ferro ou aço	20	6,2%	21	19,1%	3	3,5%
Artefatos de uso doméstico, de higiiente ou de toucador, de alumínio	1	0,2%	0	0,0%	3	3,5%
Facas	1	0,2%	0	0,0%	3	3,5%
Turbos e acessórios de plástico	2	0,5%	2	1,4%	2	2,6%
Madeira marchetada	0	0,0%	0	0,0%	2	2,6%
Talheres	0	0,0%	0	0,0%	1	1,2%
Outros móveis de madeira	0,3	0,1%	0	0,0%	0,5	0,6%
Subtotal	**233**	**71,9%**	**98**	**88,5%**	**86**	**99,8%**
Outros	**91**	**28,1%**	**13**	**11,5%**	**0**	**0,2%**
Total	**325**	**100,0%**	**110**	**100,0%**	**86**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

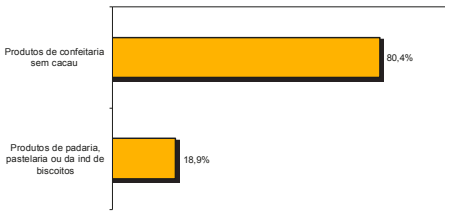


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Produtos de confeitaria sem cacau	17	80,4%	0	0,0%
Produtos de padaria, pastelaria ou da ind de biscoitos	4	18,9%	0	0,0%
Subtotal	**21**	**99,3%**	**0**	**0,0%**
Outros	**0**	**0,7%**	**0**	**0,0%**
Total	**21**	**100,0%**	**0**	**0,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2017



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais indicadores socioeconômicos das Ilhas Salomão

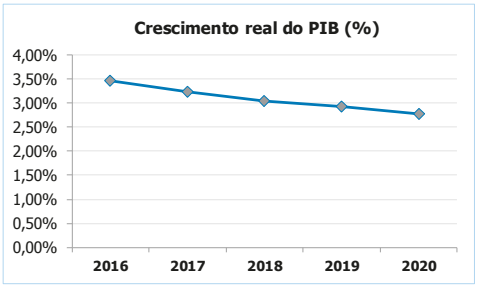
Indicador	2016	2017	2018(1)	2019(1)	2020(1)
Crescimento real do PIB (%)	3,46%	3,24%	3,05%	2,92%	2,77%
PIB nominal (US$ bilhões)	1,24	1,28	1,38	1,46	1,56
PIB nominal "per capita" (US$)	2.057	2.081	2.195	2.282	2.375
PIB PPP (US$ bilhões)	1,26	1,32	1,40	1,47	1,54
PIB PPP "per capita" (US$)	2.097	2.157	2.224	2.288	2.346
População (mil habitantes)	601,00	614,00	627,00	641,00	655,00
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-4,00%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Dívida externa (US$ bilhões)	240,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Câmbio (SI$ / US$)(2)	7,95	8,01	8,07	8,12	n.d.
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			34,3%		
Indústria			7,6%		
Serviços			58,1%		

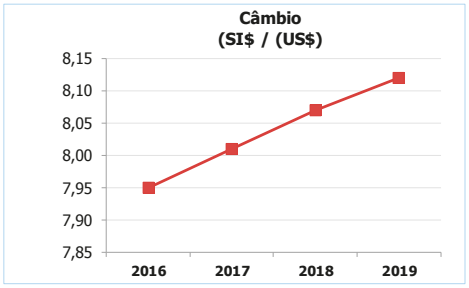
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

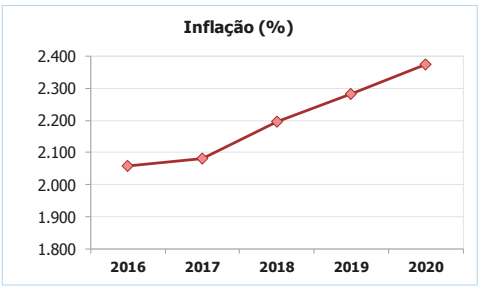
(n.d.) Dado não disponível.

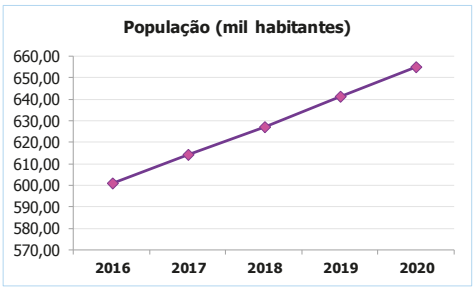
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.







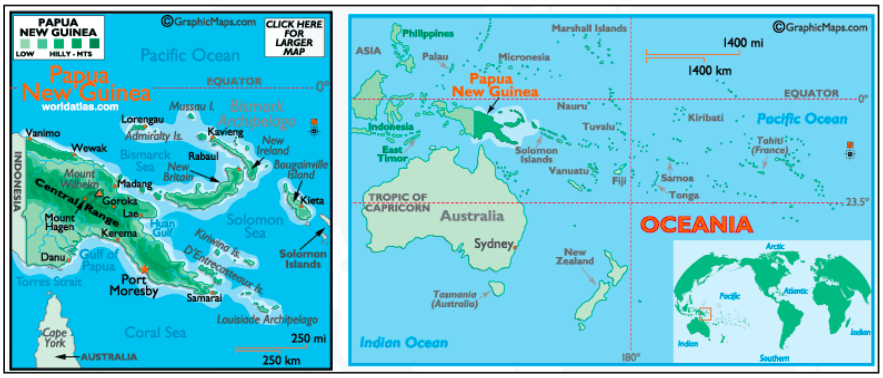


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PAPUA NOVA-GUINÉ





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estado Independente de Papua Nova Guiné
ADJETIVO GENTÍLICO	papuásio
CAPITAL	Port Moresby
ÁREA	462.840 km²
POPULAÇÃO (jul/14)	7.476 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês, Tok Pisin e Hiri Motu
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos (27%), Luteranos (19,5%), Igreja Unida (11,5%), Adventistas (10%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento Nacional (National Parliament); Parlamento unicameral, composto por 111 membros, eleitos para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador Geral Bob Dadae (desde de fevereiro de 2017)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Peter O'Neil (desde Agosto de 2012)
CHANCELER	Rimbink Pato (desde Agosto de 2012)
PIB NOMINAL (2017)[1]	US$ 23,26 bilhões
PIB PPP (2017)[1]	US$ 30,33 bilhões
PIB NOMINAL *per capita* (2017)[1]	US$ 2.861
PIB PPP *per capita* (2017)[1]	US$ 3.675
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2017)[1]	2,47%
IDH[2]	0,491 (157º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA[2]	62,42 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO [2]	60,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2012)[3]	2,3%
UNIDADE MONETÁRIA	kina
EMBAIXADOR EM PORT MORESBY (cumulativa com Camberra)	Manuel Innocencio de Lacerda Santos Junior
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não Há
BRASILEIROS NO PAÍS	Não há registro dos números de brasileiros residentes na Papua Nova-Guiné

(1) Elaborado pelo MRE/DPR/DIC com base nos dados do IMF. (2) Dados PNUD 2013
(3) Dados do Banco Mundial – disponíveis em http://databank.worldbank.org/data

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhares FOB) - ***Fonte: MDIC***

BRASIL⇒ PAPUA NOVA GUINÉ	**1997**	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**
Intercâmbio	2.126	1.261	815	785	1.885	3.143	4.026	6.645	7.016	3.335	3.074
Exportações	2.126	1.261	815	785	1.884	3.143	4.026	6.642	7.016	3.335	3.067
Importações	---	---	---	---	0,2	---	---	3	---	793	6
Saldo	2.126	1.261	815	785	1.884	3.143	4.026	6.638	7.016	3.334	3.061

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

APRESENTAÇÃO

Papua Nova Guiné é um conjunto de ilhas localizado na Oceania, ao sul do Oceano Pacífico. Tem população de 6,9 milhões de pessoas, distribuídas em muitos agrupamentos étnicos. Estima-se que, além das três línguas oficiais (inglês, tok pisin e hiri motu), sejam falados 839 idiomas indígenas, com menos de 1000 falantes cada. Com isso, Papua Nova Guiné, sozinha, concentra 12% das línguas faladas no planeta. A população é sobretudo concentrada na área rural, com apenas13,2% da população vivendo em áreas urbanas.

A parte oriental do país foi dividida entre Alemanha e Reino Unido em 1885. A parcela britânica foi cedida para a Austrália em 1902, que ocupou a porção setentrional durante a Primeira Guerra Mundial e continuou a administrar as áreas da ilha até sua independência, em 1975. Atualmente, discute-se a independência da ilha de Bougainville, com previsão de um referendo, após histórico de décadas de luta secessionista.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Bob Dadae

Governador-Geral de Papua Nova Guiné, representando a Rainha Elizabeth II



Nasceu em 1961. Completou graduação em comércio (*Bachellor of Commerce*) pela Universidade da Papua Nova Guiné em 1988, tendo alcançado MBA pela Universidade Griffith em 1995. Foi eleito para o Parlamento Nacional da Papua Nova Guiné em 2002, como membro do Partido Unido (*United Party*), tornando-se o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vice-líder do partido após a eleição. Foi reeleito em 2007 e serviu como ministro da Defesa entre 2007 e 2011. Após a deposição de Somare, em 2011, mudou-se para o People´s National Congress, partido pelo qual se reelegeu em 2012. Em fevereiro de 2017, assumiu o cargo de Governador-Geral da Papua Nova Guiné.

Peter O'Neill
Primeiro-Ministro



Nasceu em 1965, filho de um oficial do governo australiano e de mãe natural de Papua Nova Guiné.

Graduou-se na Universidade Papua Nova Guiné no bacharelado de contabilidade e comércio em 1986, e antes de ingressar na política atuou como empresário.

Em 2002 foi eleito para o Parlamento e tornou-se Ministro do Trabalho e Indústria. Em 2004 tornou-se líder da oposição e, com a eleição de Michael Somare para primeiro-ministro em 2007, passou a fazer parte do governo. Enquanto Somare estava afastado do governo por motivos de saúde, juntou-se aos parlamentares da oposição para derrubar o primeiro-ministro interino Sam Abal. Em agosto de 2011 foi investido no cargo de primeiro-ministro.

Sua posição no cargo de primeiro-ministro foi ameaçada pela decisão da Suprema Corte no dia 12 de dezembro de 2011 de reconduzir Michael Somare à posição de primeiro-ministro. Em janeiro de 2012 seu governo debelou uma revolta militar incitada por soldados que aderiram à causa de Somare. Em agosto de 2017, foi reeleito para um mandato de mais cinco anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Papua Nova Guiné estabeleceram relações diplomáticas em 1989. A Embaixada em Camberra trata, cumulativamente, dos assuntos atinentes à Papua Nova Guiné. As relações bilaterais são pouco densas e não há acordos bilaterais.

Houve visita de missão da ABC a Papua Nova Guiné em novembro de 2005 e de delegação papuásia ao Brasil em setembro de 2006. Em março de 2008, o Secretário do Departamento do Comércio e da Indústria de Papua Nova Guiné, Anton Kulit, encaminhou comunicado em que manifestava interesse em retomar os contatos com a ABC e o SENAI. Em abril de 2008, o Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Governo de Papua Nova Guiné, Ruben Kapily, reiterou a solicitação, atribuindo grande importância à iniciativa como forma de adensar o relacionamento com o Brasil.

Em março de 2009, o Representante Permanente de Papua Nova Guiné nas Nações Unidas não pôde participar de visita de um grupo de representantes dos SIDS (Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento) ao Brasil para discutir projetos de cooperação com a ABC. Contudo, o representante papuásio manifestou a expectativa de poder visitar o Brasil futuramente.

Em junho de 2012, a delegação de Papua Nova Guiné à conferência Rio+20 foi chefiada pelo vice-ministro de florestas e mudanças climáticas, Sr. Ronald Asik. Durante sua estadia no Rio de Janeiro o vice-ministro não manteve encontro com autoridades brasileiras.

É de interesse do governo papuásio receber cooperação em agricultura, mormente nas culturas de café e cacau, na prevenção e no tratamento da AIDS, no futebol, na preservação do meio ambiente e na aquicultura.

Assuntos Consulares

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Papua Nova Guiné.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Papua Nova Guiné.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

POLÍTICA INTERNA

Papua Nova Guiné foi administrada por holandeses (na parte oeste, a partir de 1828), alemães (no nordeste, de 1884-1914), britânicos (no sul, de 1884-1945), japoneses (no norte, de 1941-5) e australianos (de 1945-75). Tornou-se independente da Austrália em 1975. O cenário político do país é caracterizado por intensa e recorrente instabilidade.

A Chefe de Estado, Rainha Elizabeth II, é representada, em Papua Nova Guiné, pelo Governador-Geral, eleito por membros do Parlamento Nacional para um mandato de cinco anos. O Governador-Geral exerce, *grosso modo*, funções protocolares.

O Parlamento Nacional é unicameral e constituído por 109 membros, eleitos por sufrágio universal para um mandato de 5 anos. O primeiro-ministro, indicado pelo Parlamento, é aceito ou rejeitado pelo Governador-Geral. O Gabinete Ministerial, por sua vez, é indicado pelo Governador-Geral com base na recomendação do Primeiro-Ministro.

A Constituição de Papua Nova Guiné impede que o Congresso Nacional impetre moção de desconfiança nos primeiros 18 meses de governo. Uma vez expirada essa moratória e persistindo o desejo de retirar o governante, um novo Primeiro-Ministro é indicado pelo Parlamento sem a necessidade de eleições (a não ser que a moção de desconfiança se dê nos últimos 12 meses do mandato de 5 anos). Com exceção da legislatura de 2002-2007, moções de desconfiança têm sido corriqueiras na política do país desde sua independência.

Em agosto de 2011, o Parlamento aprovou uma moção de desconfiança que encerrou o governo de Michael Somare. Peter O'Neill tornou-se o novo primeiro-ministro. Em dezembro de 2011 uma decisão da Suprema Corte considerou que Somare foi derrubado irregularmente e determinou sua recondução ao cargo de primeiro-ministro. O Parlamento e o comandante das forças de Defesa, Francis Agwi, rejeitaram a decisão e apoiaram a manutenção de Peter O'Neill. Somare, agindo como primeiro-ministro, nomeou o coronel aposentado Yaura Sasa como comandante das forças de defesa e o incumbiu de cumprir a decisão da Suprema Corte. Na madrugada do dia 26 de janeiro de 2012, cerca de 20 soldados iniciaram um motim contra Agwi e oficiais leais a O'Neill. Na noite do dia 26, entretanto, O'Neill declarou publicamente que o motim estava sob controle. No dia 28, Sasa foi preso sob acusação de incitação de motim e no dia 30, após o governo O'Neill prometer anistia, os soldados amotinados se renderam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em maio de 2012, a Alta Corte de Justiça em Port Moresby pela segunda vez declarou que a ascensão ao poder do Primeiro-Ministro Peter O'Neill havia ocorrido de maneira ilegal, o que agravou a crise política. Em resposta à Corte, o Parlamento da Papua-Nova Guiné aprovou estado de emergência, dando poderes ao governo para manter a ordem na capital e nas províncias de Hela e Enga, inclusive mediante o uso das Forças Armadas. Nessas duas províncias, distúrbios interromperam os trabalhos em importante projeto de gás liquefeito e em mina de ouro naquele país.

Diante da crise constitucional, foram realizadas eleições gerais durante 3 semanas entre 23 de junho e 6 de julho de 2012. A contagem de votos estendeu-se durante todo o mês de julho, porém antes do término da apuração Somare surpreendentemente declarou apoio ao pleito de Peter O´Neill ao cargo de primeiro-ministro. Essa decisão pode ter sido provocada pelo fato de seu Partido da Aliança Nacional, já enfraquecido durante os meses de crise política, ter se fragmentado durante o processo eleitoral, evidenciando o enfraquecimento de Somare mesmo antes do fim da contagem de votos. A reconciliação dos dois rivais foi decisiva para o fim da crise constitucional. No começo de agosto de 2012 foi divulgado o resultado da eleição dando à coligação formada pelos partidários de O´Neill e Somare ampla maioria no Parlamento. A indicação de Peter O'Neill para Primeiro-Ministro foi aceita pelo Parlamento com 94 votos favoráveis e 12 contrários e, em 4 de agosto de 2012, O'Neill tornou-se indiscutivelmente o Primeiro-Ministro de Papua Nova Guiné, com mandato até 2017.

Em dezembro de 2014, O`Neill buscou assegurar a investidores estrangeiros que, apesar da crescente participação de seu governo em projetos extrativos no país, este não busca controlar o desenvolvimento do setor de exploração de recursos minerais e energéticos. O`Neill assegurou que a percepção por parte da comunidade empresarial de que sua intenção é a de adotar um enfoque mais nacionalista na condução econômica de seu país seria infundada.

Protestos violentos eclodiram após o anúncio dos primeiros resultados das eleições de julho de 2017. Após sua confirmação pelo também eleito presidente da Câmara ("Speaker of the House"), Job Pomat, O'Neill fez juramento ao Governador-Geral, Sir Bob Dadae, e assumiu as funções para mandato de cinco anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa de Papua Nova Guiné está voltada, primordialmente, para a região da Ásia-Pacífico. O país é membro das Nações Unidas, da OMC, da "Commonwealth" e da APEC, além de ser observador da ASEAN. Por ser o maior estado insular na região, exerce papel protagônico no Fórum das Ilhas do Pacífico. É, igualmente, membro central do bloco sub-regional "Melanesian Spearhead Group" (MSG).

Em função dos laços históricos e da proximidade geográfica, Papua Nova Guiné e Austrália possuem constantes e intensas relações. O vizinho australiano é o principal parceiro comercial e fornece, atualmente, mais de 80% da ajuda externa recebida por Papua Nova Guiné. Há diversos programas de cooperação entre os dois países, especialmente nas áreas de desenvolvimento e defesa. Apesar de não ser do interesse de nenhuma das partes um afastamento, Papua Nova Guiné tem buscado alternativas em suas relações internacionais para minimizar sua dependência da Austrália.

As relações com a Nova Zelândia, apesar de não tão intensas, abrangem um grande leque de assuntos, como consultas políticas e programas de cooperação nas áreas de defesa e desenvolvimento. As visitas de alto nível entre os dois países são bastante regulares.

A partir da intensificação das relações com a China, nos últimos anos, o governo do país tem recebido substanciais ajuda e investimento de Pequim. Um dos vice-primeiros-ministros chineses, Li Keqiang, realizou uma visita oficial a Papua Nova-Guiné em novembro de 2009, reafirmando na ocasião a importância das relações sino-papuenses. O comércio com a China tem aumentado nos últimos anos.

Em março de 2014, o Primeiro-Ministro da Austrália, Tony Abbott, realizou visita a Papua-Nova Guiné. Na ocasião, Abbott e Peter O`Neill mantiveram encontro durante o qual trataram da intensificação dos laços econômicos entre os dois países, da assistência ao desenvolvimento fornecida pela Austrália e da situação do campo de processamento de refugiados em Manus Island. Durante a visita, foi assinado acordo de cooperação econômica, que visa ao fortalecimento dos laços comerciais e empresariais entre os dois países. Além disso, significativa delegação empresarial australiana acompanhou Abbott a Papua-Nova Guiné.

A questão dos chamados "asylum seekers" e a situação do campo de processamento de refugiados em Manus Island, no entanto, foram os temas mais destacados pela imprensa durante a visita. A retomada da chamada "Pacific Solution"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e a reabertura do campo, em 2012, tiveram por objetivo diminuir o fluxo de imigrantes indocumentados à Austrália e Abbott reiterou, em Papua-Nova Guiné, a posição de que nenhum desses imigrantes, inclusive aqueles que forem eventualmente reconhecidos como refugiados, serão assentados na Austrália. Em novembro de 2017, o campo de processamento em Manus Island foi desativado.

A Austrália é o maior parceiro comercial de Papua-Nova Guiné. A corrente de comércio bilateral atingiu AU$ 7,5 bilhões em 2012. Os investimentos australianos no país, concentrados no setor de mineração (ouro, petróleo e gás), somam AU$ 19 bilhões, quase o mesmo valor investido na China. A Austrália também é o mais importante fornecedor de ajuda ao desenvolvimento à Papua-Nova Guiné (segundo maior receptor após a Indonésia).

Em agosto de 2014, Durante o 45º Fórum das Ilhas do Pacífico, Dame Meg Taylor, que já ocupou o cargo de Embaixadora de Papua Nova Guiné nos EUA, foi eleita Secretária-Geral do Fórum. A Ministra dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Julie Bishop, divulgou nota na qual congratulou Taylor pela eleição, afirmando que a nova Secretária-Geral é "notável representante de Papua Nova Guiné no Pacífico e no cenário internacional" e tem atuado como "pioneira na promoção do fortalecimento da posição econômica da mulher".

Na 69ª AGNU, em setembro de 2014, o Chanceler Rimbink Pato abordou a importância da agenda de desenvolvimento pós-2015. Ressaltou que a mudança climática continuaria a representar ameaça para os países insulares. Instou os "grandes países" a acompanhar os pequenos na mitigação da mudança do clima. Ao apoiar a Conferência do Clima convocada pelo SGNU, conclamou a comunidade internacional a alcançar acordo vinculante sobre o tema em Paris em 2015. Notou a importância do financiamento do desenvolvimento sustentável para o seu país.

Por ocasião da Cúpula do G-20 em Brisbane, em 2014, o Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, realizou encontro com líderes de Papua Nova Guiné e de outros países do Pacífico Sul, durante o qual anunciou medidas de apoio à região, como a criação de fundo de US$ 1 milhão para adaptação à mudança climática e a elevação do auxílio anual concedido para cada país de US$ 125 para US$ 200 mil.

Na mesma ocasião, o Presidente da China, Xi Jinping, encontrou-se bilateralmente com o Primeiro-Ministro de Papua Nova Guiné, Peter O'Neill. Xi anunciou o estabelecimento de "parceria estratégica" com Papua Nova Guiné e com outros sete países da região, e assegurou que a China tenciona aprofundar a cooperação nas áreas de comércio, agricultura, pesca, energia, infraestrutura e outras. Destacou que Pequim irá oferecer tarifa-zero para 97% dos produtos importados dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

países da região, financiará 2000 bolsas de estudos nos próximos cinco anos, enviará equipes médicas e irá encorajar o turismo chinês.

Na AGNU de 2016, o Ministro dos Serviços Públicos da Papua Nova Guiné, Puka Temu, enviado especial do primeiro-ministro, começou seu discurso tratando da atual crise de refugiados e migrantes, lembrando, em particular, que nenhum país está imune às suas consequências. Manifestou a disposição de seu país de trabalhar em conjunto com a comunidade internacional, a fim de encontrar soluções para as causas dessas crises e também para prover melhor assistência às vítimas e aos países afetados. Demonstrou preocupação com a incapacidade da comunidade internacional de lidar, de forma efetiva, com os conflitos econômicos, sociais, religiosos, bem como com o terrorismo. A esse respeito, sublinhou a importância de regular o comércio de armas. Expressou forte oposição de seu país à existência, teste e uso de armas nucleares e outras armas de destruição em massa. Ainda sobre a questão nuclear, demonstrou profunda preocupação com os recentes testes nucleares conduzidos pela Coreia do Norte. Relatou os esforços de seu país de introduzir os ODS na agenda de desenvolvimento nacional e ressaltou a importância da conservação dos mares e oceanos.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Com PIB nominal de US$ 23,62 bilhões e crescimento de 2,47% em 2017, a Papua Nova Guiné posicionou-se como a 107ª economia do mundo. O setor industrial é o principal ramo de atividade e respondeu por 42,9% do PIB, seguido de serviços com 35% e do agrícola com 22,1%. O saldo da balança comercial de bens foi superavitário em US$ 6,38 bilhões.

O comércio exterior da Papua Nova Guiné apresentou, em 2017, crescimento de 11,06% em relação a 2003, de US$ 9,2 bilhões para US$ 15,9 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, a Papua Nova Guiné figurou como o 114º mercado mundial, sendo o 112º exportador e o 105º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se superavitário em todo o período sob análise, exceto em 2012, quando apresentou saldo negativo de US$ 79,35 bilhão.

Individualmente, a Austrália foi o principal destino das vendas de Papua Nova Guiné, com 24,2% do total em 2017. Seguiram-se: Japão (23%); China (19,6%); Taiwan (7,9%); Filipinas (3,4%) e Países Baixos (3,3%). O Brasil figura em 50º lugar, com 0,0001% do total. A Austrália foi também o principal fornecedor de bens para Papua Nova Guiné, com 32,5% do total. Seguiram-se: China (18,8%);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Singapura (11,1%); Malásia (8,1%); Indonésia (4,2%); e Japão (4,2%). O Brasil posicionou-se no 28º lugar entre os fornecedores do mercado de Papua Nova Guiné, com 0,1% do total.

Gás de petróleo e ouro foram os principais itens da pauta de exportações de Papua Nova Guiné. Em 2017, gás de petróleo representou 26,6% do total e ouro, 18,7%. Seguiram-se: madeira em bruto, com 6,4%; óleo bruto de petróleo, com 6,2% e minério de cobre, com 4,0%. Seguiram-se: óleo de palma (3,7%); óleo refinado de petróleo (2,7%); prata (2,3%); pescados congelados (2,2%); e mates de níquel (1,9%). A pauta de importações de Papua Nova Guiné apresentou-se concentrada em bens com alto valor agregado e combustíveis. Em 2017, as máquinas mecânicas (bombas, refrigeradores, congeladores, máquinas para terraplanagem) foram o principal item da pauta e representaram 16,9% do total. Seguiram-se: combustíveis (óleo bruto de petróleo, óleo refinado, gás de petróleo) com 12,1%; e máquinas elétricas com 6,9%. Seguiram-se: automóveis (5,1%); cereais (4,3%); e obras de ferro ou aço (4,2%).

Entre 2013 e 2017, o intercâmbio comercial brasileiro com o país diminuiu 56,18%, de US$ 7,016 milhões para US$ 3,074 milhões. Nesse período, as exportações diminuíram 56,18%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US$ 3,061 milhões em 2017. Pás, picaretas, enxadas e machados foram o principal grupo de produtos brasileiros exportados para Papua Nova Guiné. Em 2013, esse grupo somou 40,8% do total, seguido de máquinas agrícolas, com 11% e elementos de vias férreas (de ferro ou de aço) com 9,1%. Seguiram-se: facas (8,7%), artefatos de uso doméstico (higiene ou toucador) (3,7%) e assentos e suas partes (3,6%). A pauta das importações brasileiras originárias de Papua Nova Guiné é concentrada em tecidos de algodão. Em 2017, esses produtos representaram 81,5% da pauta, seguidos de aparelhos elétricos de telefonia (13,8%) e diodos, transístores e outros com semicondutores elétricos (4%).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1828-1945	Território papuásio é alternadamente ocupado por holandeses, alemães, britânicos e japoneses
1945	Papua Nova Guiné torna-se protetorado da Austrália
1975	Independência da Austrália, ingresso na Commonwealth
2011	Suprema Corte considera irregular cassação de ex-primeiro-ministro Michael Somare e inicia-se crise política após Parlamento manter apoio ao primeiro-ministro em exercício Peter O'Neill
2012	Peter O'Neill vence eleições gerais e encerra-se crise política

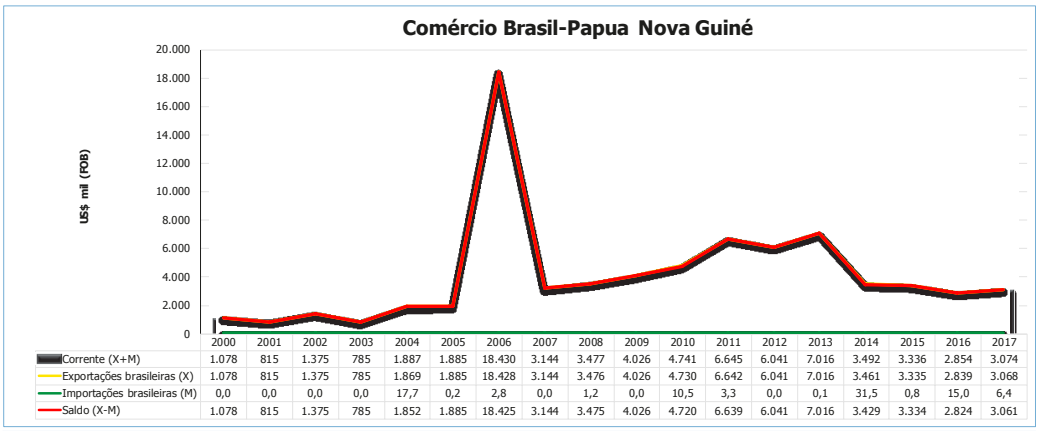
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1989	Abertura de relações diplomáticas
2005	Visita de missão da Agência Brasileira de Cooperação a Papua Nova Guiné
2012	Visita de delegação papuásia ao Brasil durante Rio+20

ACORDOS BILATERAIS

Não há acordos bilaterais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente (X+M)	1.078	815	1.375	785	1.887	1.885	18.430	3.144	3.477	4.026	4.741	6.645	6.041	7.016	3.492	3.336	2.854	3.074
Exportações brasileiras (X)	1.078	815	1.375	785	1.869	1.885	18.428	3.144	3.476	4.026	4.730	6.642	6.041	7.016	3.461	3.335	2.839	3.068
Importações brasileiras (M)	0,0	0,0	0,0	0,0	17,7	0,2	2,8	0,0	1,2	0,0	10,5	3,3	0,0	0,1	31,5	0,8	15,0	6,4
Saldo (X-M)	1.078	815	1.375	785	1.852	1.885	18.425	3.144	3.475	4.026	4.720	6.639	6.041	7.016	3.429	3.334	2.824	3.061

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

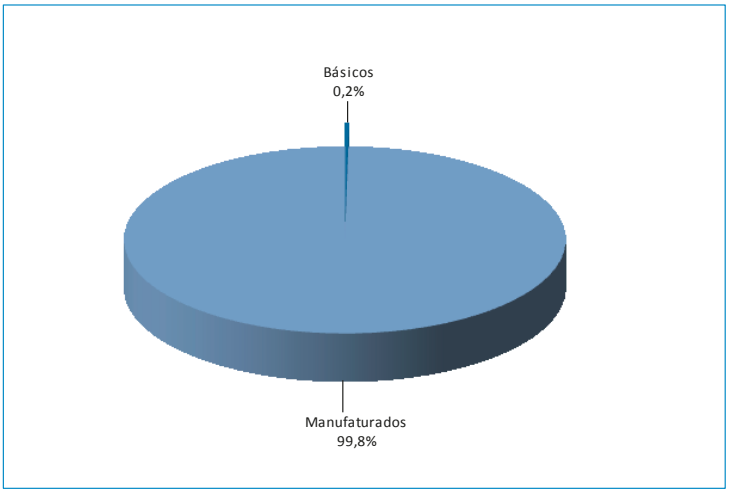
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	485	2	487	483
2018 (jan-mar)	820	92	912	728

68
Parte integrante do Avulso da MSF nº 63 de 2018.
Página 71 de 147

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

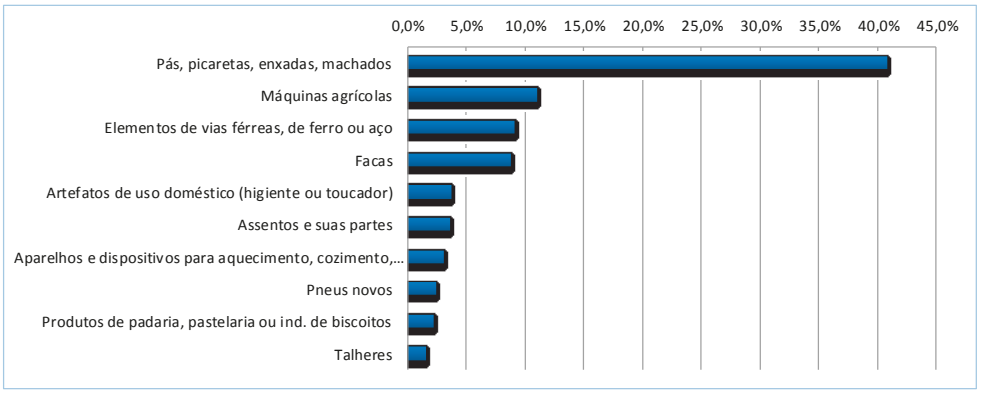
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações brasileiras para Papua Nova Guiné (SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pás, picaretas, enxadas, machados	1.309	39,2%	1.255	44,2%	1.253	40,8%
Máquinas agrícolas	352	10,6%	99	3,5%	337	11,0%
Elementos de vias férreas, de ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	279	9,1%
Facas	141	4,2%	167	5,9%	268	8,7%
Artefatos de uso doméstico (higiente ou toucador)	171	5,1%	90	3,2%	113	3,7%
Assentos e suas partes	131	3,9%	139	4,9%	111	3,6%
Aparelhos e dispositivos para aquecimento, cozimento, torrefação	40	1,2%	381	13,4%	94	3,1%
Pneus novos	241	7,2%	51	1,8%	73	2,4%
Produtos de padaria, pastelaria ou ind. de biscoitos	138	4,1%	46	1,6%	68	2,2%
Talheres	78	2,3%	99	3,5%	48	1,6%
Subtotal	**2.601**	**78,0%**	**2.327**	**82,0%**	**2.644**	**86,2%**
Outros	**734**	**22,0%**	**512**	**18,0%**	**424**	**13,8%**
Total	**3.335**	**100,0%**	**2.839**	**100,0%**	**3.068**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017



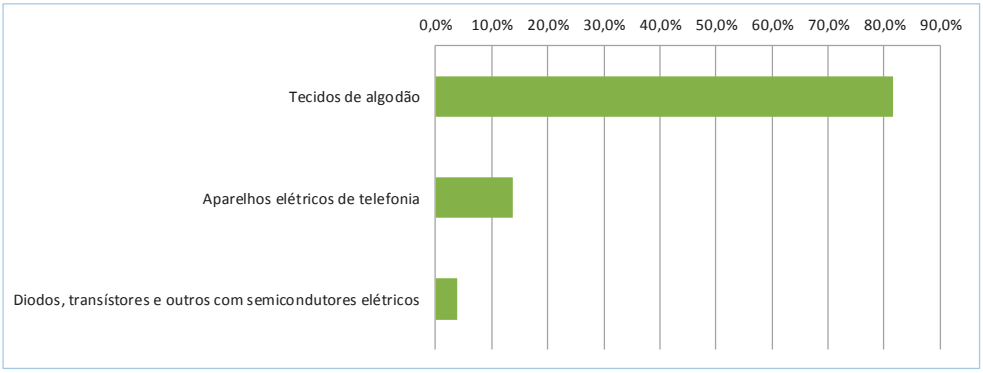
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações brasileiras originárias de Papua Nova Guiné (SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Tecidos de algodão	0,0	0,0%	0,0	0,0%	5,2	81,5%
Aparelhos elétricos de telefonia	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,9	13,8%
Diodos, transístores e outros com semicondutores elétricos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,3	4,0%
Baunilha	0,0	0,0%	15,0	100,0%	0,0	0,0%
Tubos de borracha vulcanizada	0,8	100,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	**0,8**	**100,0%**	**15,0**	**100,0%**	**6,3**	**99,3%**
Outros	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,7%**
Total	**0,8**	**100,0%**	**15,0**	**100,0%**	**6,4**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

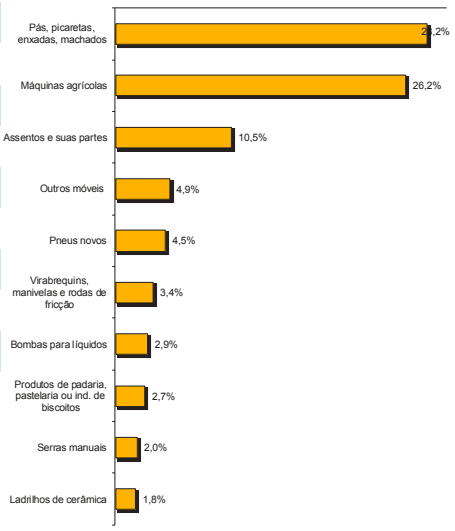


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil

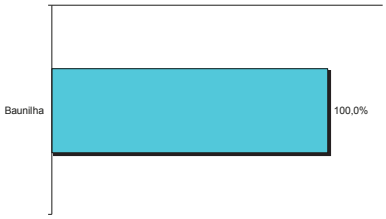
Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Pás, picaretas, enxadas, machados	68	14,0%	231	28,2%
Máquinas agrícolas	219	45,2%	215	26,2%
Assentos e suas partes	23	4,7%	86	10,5%
Outros móveis	0	0,0%	40	4,9%
Pneus novos	0	0,0%	37	4,5%
Virabrequins, manivelas e rodas de fricção	0	0,0%	28	3,4%
Bombas para líquidos	0	0,0%	24	2,9%
Produtos de padaria, pastelaria ou ind. de biscoitos	0	0,0%	22	2,7%
Serras manuais	0	0,0%	16	2,0%
Ladrilhos de cerâmica	0	0,0%	15	1,8%
Subtotal	**310**	**64,0%**	**714**	**87,1%**
Outros	**175**	**36,0%**	**106**	**12,9%**
Total	**485**	**100,0%**	**820**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018



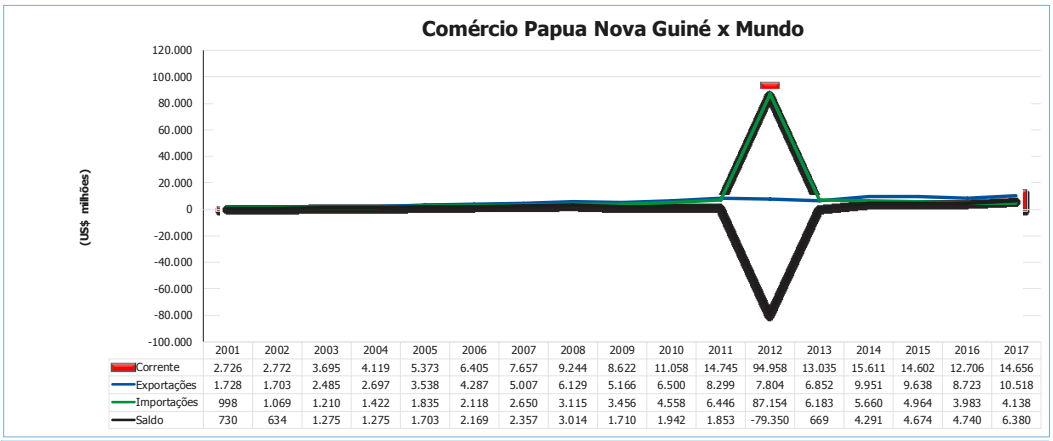
Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total
Importações				
Baunilha	0,0	0,0%	92,0	100,0%
Tecidos de algodão	1,9	100,0%	0,0	0,0%
Subtotal	**1,9**	**100,0%**	**92,0**	**100,0%**
Outros produtos	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**
Total	**1,9**	**100,0%**	**92,0**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente	2.726	2.772	3.695	4.119	5.373	6.405	7.657	9.244	8.622	11.058	14.745	94.958	13.035	15.611	14.602	12.706	14.656
Exportações	1.728	1.703	2.485	2.697	3.538	4.287	5.007	6.129	5.166	6.500	8.299	7.804	6.852	9.951	9.638	8.723	10.518
Importações	998	1.069	1.210	1.422	1.835	2.118	2.650	3.115	3.456	4.558	6.446	87.154	6.183	5.660	4.964	3.983	4.138
Saldo	730	634	1.275	1.275	1.703	2.169	2.357	3.014	1.710	1.942	1.853	-79.350	669	4.291	4.674	4.740	6.380

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

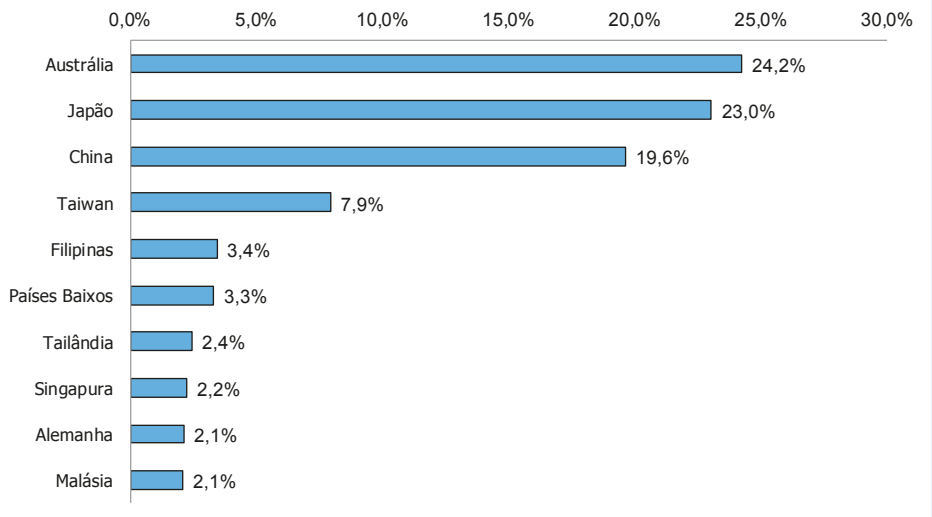
73
Parte integrante do Avulso da MSF nº 63 de 2018.
Página 76 de 147

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais destinos das exportações de Papua Nova Guiné
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
Austrália	2.549	24,2%
Japão	2.423	23,0%
China	2.064	19,6%
Taiwan	834	7,9%
Filipinas	360	3,4%
Países Baixos	348	3,3%
Tailândia	256	2,4%
Singapura	235	2,2%
Alemanha	223	2,1%
Malásia	218	2,1%
...		
Brasil (50º lugar)	**0,006**	***0,0001%***
Subtotal	**9.510**	**90,4%**
Outros países	**1.008**	**9,6%**
Total	**10.518**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

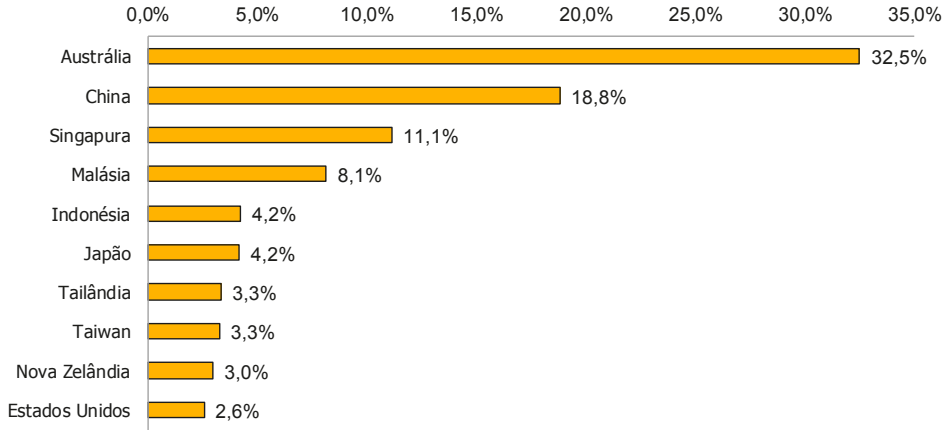


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais origens das importações de Papua Nova Guiné
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
Austrália	1.345	32,5%
China	778	18,8%
Singapura	461	11,1%
Malásia	337	8,1%
Indonésia	175	4,2%
Japão	173	4,2%
Tailândia	138	3,3%
Taiwan	135	3,3%
Nova Zelândia	123	3,0%
Estados Unidos	106	2,6%
...		
Brasil (28º lugar)	***3***	***0,1%***
Subtotal	**3.774**	**91,2%**
Outros países	**364**	**8,8%**
Total	**4.138**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



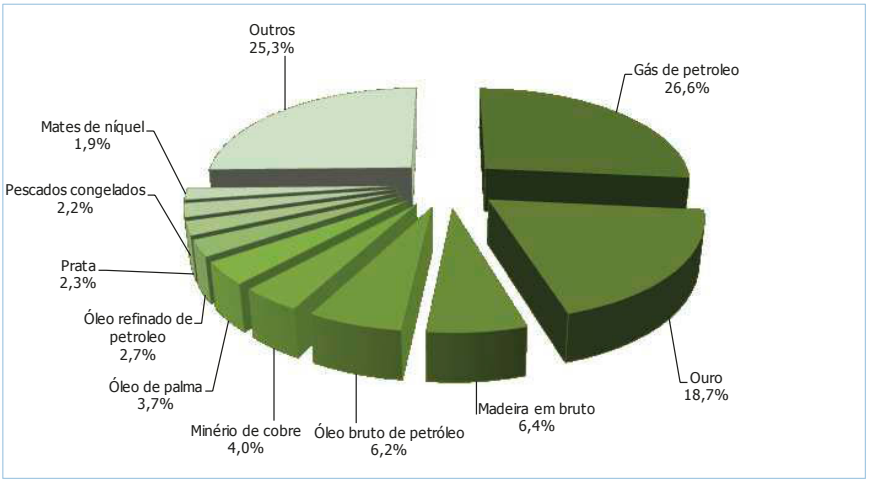
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações de Papua Nova Guiné (SH4)
US$ milhões

Grupos de Produtos	2016	Part.% no total
Gás de petroleo	2.795	26,6%
Ouro	1.972	18,7%
Madeira em bruto	672	6,4%
Óleo bruto de petróleo	647	6,2%
Minério de cobre	419	4,0%
Óleo de palma	390	3,7%
Óleo refinado de petroleo	284	2,7%
Prata	238	2,3%
Pescados congelados	236	2,2%
Mates de níquel	201	1,9%
Subtotal	**7.854**	**74,7%**
Outros	**2.664**	**25,3%**
Total	**10.518**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

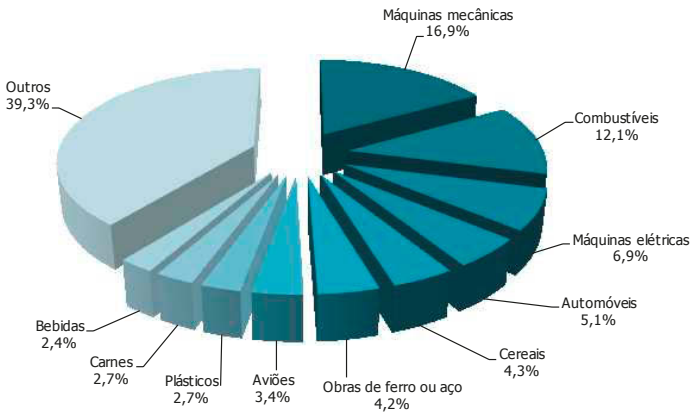
Composição das importações de Papua Nova Guiné (SH2)
US$ milhões

Grupos de produtos	2016	Part.% no total
Máquinas mecânicas	699	16,9%
Combustíveis	501	12,1%
Máquinas elétricas	287	6,9%
Automóveis	209	5,1%
Cereais	178	4,3%
Obras de ferro ou aço	173	4,2%
Aviões	141	3,4%
Plásticos	113	2,7%
Carnes	110	2,7%
Bebidas	101	2,4%
Subtotal	**2.512**	**60,7%**
Outros	**1.626**	**39,3%**
Total	**4.138**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos importados



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

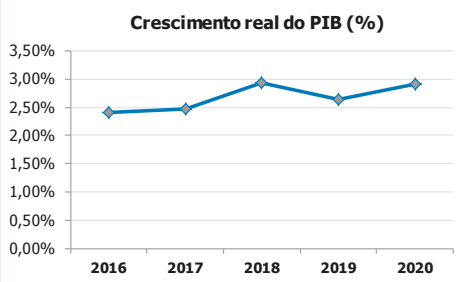
Principais indicadores socioeconômicos de Papua Nova Guiné

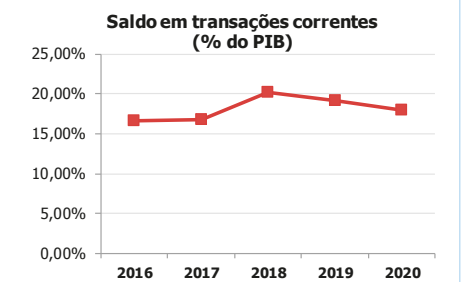
Indicador	2016	2017	2018(1)	2019(1)	2020(1)
Crescimento real do PIB (%)	2,41%	2,47%	2,93%	2,64%	2,91%
PIB nominal (US$ bilhões)	22,57	23,62	26,31	27,41	28,68
PIB nominal "per capita" (US$)	2.791	2.861	3.123	3.187	3.267
PIB PPP (US$ bilhões)	29,08	30,33	31,93	33,48	35,13
PIB PPP "per capita" (US$)	3.597	3.675	3.789	3.893	4.001
População (milhões habitantes)	8,09	8,25	8,43	8,60	8,78
Inflação (%)(2)	6,61%	3,90%	2,65%	2,50%	2,40%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	16,69%	16,79%	20,19%	19,23%	17,99%
Dívida externa (US$ bilhões)	19,69	17,94	16,59	15,68	15,50
Câmbio (Kina / US$)(2)	3,17	3,23	3,64	3,67	3,65
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			22,1%		
Indústria			42,9%		
Serviços			35,0%		

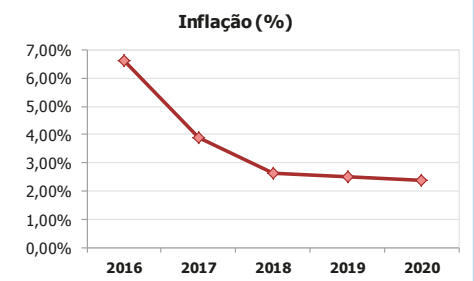
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2018 e da Cia.gov.

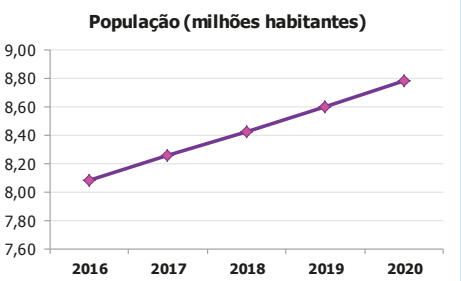
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.







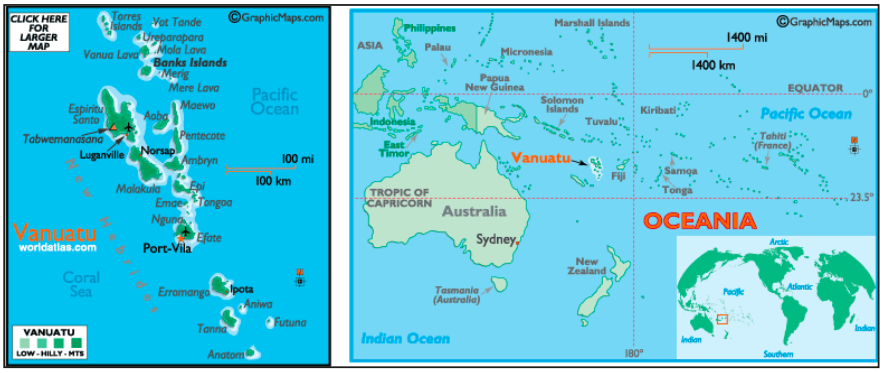


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

VANUATU





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Vanuatu
ADJETIVO GENTÍLICO	vanuatense
CAPITAL	Port Vila
ÁREA	12.189 Km²
POPULAÇÃO (2014)	266.937 habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS	Bislama, inglês e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Presbiterianos (31,4%), Anglicanos (13,4%), Católicos (13,1%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento (Parliament/Parlement) Parlamento unicameral, composto por 52 membros, eleitos para mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO	Presidente Tallis Obed Moses (desde julho de 2017)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Charlot Salwai (desde fevereiro de 2016)
CHANCELER	Ralph Regenvanu (desde dezembro de 2017)
PIB NOMINAL (2017)[1]	US$ 870 milhões
PIB PPP (2017)[1]	US$ 770 milhões
PIB NOMINAL *per capita* (2017)[1]	US$ 3.094
PIB PPP *per capita* (2017)[1]	US$ 2.739
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2017)[1]	4,2%
IDH[2]	0,616 (131º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA[2]	71,63 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO[2]	82,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO[3]	1,7% (1999)
UNIDADE MONETÁRIA	vatu
EMBAIXADOR EM PORT VILA (cumulativa com Camberra)	Manuel Innocencio de Lacerda Santos Junior
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há
BRASILEIROS NO PAÍS	Não há registro de brasileiros residentes em Vanuatu

(1) Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base nos dados do FMI.
(2) Dados do Relatório 2013 PNUD
(3) CIA World Factbook (não há dados mais recentes).

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC*

BRASIL⇒ VANUATU	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	40	2,6	17,1	2,3	7,3	22	96	186	156	223	176.4
Exportações	40	2,6	0,9	2,3	4	22	5	185	145	220	176,2
Importações	---	---	16,2	---	3,3	---	90	0,975	10	2	0,2
Saldo	40	2,6	-15	2,3	0,6	22	-84	184	134	218	175.9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

APRESENTAÇÃO

Grupo de ilhas localizado entre o Havaí e a Austrália, no sul do Oceano Pacífico, conhecido no passado como Novas Hébridas, Vanuatu foi administrado tanto pela Inglaterra como pela França. O país tornou-se independente em 30 de julho de 1980. Os últimos 15 anos foram marcados pela instabilidade política, com várias coalizões tendo governado o país. Possui um total de 282 mil habitantes, com um espectro linguístico de aproximadamente cem línguas locais, tendo como idiomas oficiais o bislama, o inglês e o francês. Como os demais estados peninsulares em desenvolvimento do Pacífico, Vanuatu sofre com aumento populacional, recursos escassos e suscetibilidade a desastres naturais e ao aquecimento global.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Tallis Obed Moses
Presidente de Vanuatu



Nasceu em 1954. É pastor graduado no *Sydney Missionary and Bible College*, em 1981. Tem diploma em teologia no Centro de Treinamento Pastoral de Talua, onde estudou em 1985 e 1986. Foi escolhido entre 16 candidatos, pelo Colégio Eleitoral, para suceder Baldwin Lonsdale, que faleceu no cargo, em julho de 2017.

Charlot Salwai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Primeiro-Ministro de Vanuatu



Nasceu em 1963. Francófono, teve experiências em cargos comissionados como Ministro do Comércio e Indústria, Ministro da Propriedade e Recursos Naturais, Ministro da Educação, Ministro da Finança e Gestão Econômica e Ministro de Assuntos Domésticos. Também serviu como Presidente do Comitê de Finanças Públicas e vice-líder da oposição. É atual líder dos Movimentos de Reunificação pela Mudança. Foi eleito Primeiro-Ministro de Vanuatu em fevereiro de 2016.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Vanuatu mantêm relações diplomáticas desde 1986. A representação brasileira junto à Vanuatu é cumulativa com a Embaixada do Brasil em Camberra. No primeiro semestre de 2005, o embaixador Frederico Cézar de Araújo realizou a primeira missão oficial do Brasil à Vanuatu (que também incluiu Ilhas Salomão, Nauru e Papua Nova Guiné).

O então Assessor Especial para a Ásia, Embaixador João Gualberto Marques Porto, fez missão à Port Vila, em fevereiro de 2008, ocasião em que se entrevistou com o Vice-Ministro das Relações Exteriores de Vanuatu, Jonas Cullwick, com a Chefe da Divisão para África, Europa, Oriente Médio e Américas, Marie-Antoinette Nirua, e com o Chefe, interino, do Departamento das Nações Unidas, Serge Alain Mahe.

Entre abril e maio de 2009, o Representante Permanente (RP) de Vanuatu junto à ONU, Donald Kalpokas, bem como os Representantes Permanentes de Fiji, Samoa, Salomão, Nauru, Tuvalu, Marshall, e Micronésia, visitaram o Brasil, a convite do governo brasileiro. Os Representantes Permanentes fizeram visita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

protocolar ao Ministro de Estado, interino, Samuel Pinheiro Guimarães, participaram de palestras com outros chefes da casa e realizaram visitas a federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Vanuatu copatrocinou o projeto de resolução do G-4 sobre reforma do Conselho de Segurança, mas não se manifestou publicamente sobre a candidatura brasileira a assento permanente no CSNU.

Em março de 2012, estava prevista a realização de missão de prospecção da ABC a Fiji e a Vanuatu, que teria como objetivo analisar possíveis projetos de cooperação técnica nas áreas de pesca artesanal marítima, preservação e exploração sustentável de floresta e agropecuária. Por razões orçamentárias, a missão foi adiada e realizou-se apenas em agosto de 2013.

Em junho de 2012 o Primeiro-Ministro Sato Kilman foi o primeiro chefe de governo de Vanuatu a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro. Na ocasião o Primeiro-Ministro não manteve encontros com autoridades brasileiras.

Em março de 2013, o então Embaixador do Brasil em Camberra, Rubem Barbosa, esteve em Vanuatu para apresentar credenciais e fazer gestões em prol da candidatura do embaixador Roberto Azevêdo à direção-geral da OMC. Em vista da vacância do cargo de Primeiro-Ministro, a apresentação de credenciais não foi realizada. Durante sua estadia a Port Vila manteve encontros com o Diretor-Geral do Ministério de Negócios Estrangeiros, Johnny Koanapo e com o Diretor do Departamento de Comércio Exterior, Sumbe Antas. Durante esses encontros, foi reiterada ao embaixador Rubem Barbosa a demanda de Vanuatu por cooperação com o Brasil no setor de agricultura.

Realizou-se, em agosto de 2013, missão da ABC a Vanuatu, chefiada pelo Diretor da Agência, Embaixador Fernando Abreu. Na ocasião foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica (que entrou em vigor em março de 2018) e identificadas as prioridades para cooperação nas áreas de agricultura, pecuária, florestas, pesca e aquicultura. Foram elaboradas as seguintes atividades, que envolveram o envio de técnicos de Vanuatu para cursos de capacitação no Brasil: "Treinamento em Sistemas de Produção de Hortaliças e Arroz com vistas à Segurança Alimentar"; "Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Pecuária de Corte com vistas à Integração Lavoura-Pecuária-Floresta"; e "Capacitação em Boas Práticas na Manipulação do Pescado e em Cultivo de Tilápias".

Em dezembro de 2014, o Embaixador Rubem Barbosa, então Chefe da Embaixada em Camberra, encontrou-se com o Alto Comissário de Vanuatu em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Camberra a fim de tratar da reeleição de José Graziano para a direção da FAO. O Alto Comissário manifestou entusiasmo pela candidatura brasileira. Referiu-se à visita de missão do Senhor Diretor da ABC ao seu país, em 2013, e aos avanços na cooperação alcançados desde então, para ressaltar que não via como, diante do estágio das relações bilaterais, o governo de seu país pudesse deixar de apoiar a candidatura de José Graziano.

Assuntos Consulares

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Vanuatu.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Vanuatu.

POLÍTICA INTERNA

O Presidente de Vanuatu tem mandato de 5 anos e é eleito por um colégio eleitoral integrado pelo Parlamento e pelos seis governos provinciais. Vanuatu tem um Parlamento unicameral, com 52 membros, eleitos para um mandato de 4 anos por voto direto.

Em setembro de 2008, Edward Natapei foi eleito Primeiro-Ministro, por apenas 2 votos, na primeira reunião do Parlamento. O governo de Natapei era sustentado por tênue maioria no Parlamento, o que ocasionou, à falta de um sistema partidário sólido, coalizões partidárias instáveis, o que, aliás, é nota característica do sistema político de Vanuatu. Natapei enfrentou seis moções de desconfiança no Parlamento, derrubando-as às custas de modificações em seu gabinete e na composição partidária de seu governo.

Em dezembro de 2010, no entanto, Natapei foi finalmente derrubado do cargo de Primeiro-Ministro por uma moção de desconfiança, sendo sucedido por Sato Kilman, seu vice-Primeiro-Ministro. Kilman ocupou o cargo pela maior parte do primeiro semestre de 2011, foi removido em abril por uma moção de desconfiança, mas retornou em maio após a eleição de Serge Vohor ter sido considerada inválida. A sucessão de Natapei só foi finalmente decidida em junho de 2011, quando Sato Kilman foi formalmente eleito pelo parlamento para a posição de Primeiro-Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sato Kilman também foi alvo de diversas moções de desconfiança durante seu mandato. Em março de 2013, antes da votação da sétima moção de desconfiança apresentada contra ele, dessa vez apoiada pela maioria do Parlamento, Sato Kilman renunciou ao cargo de Primeiro-Ministro. Após a renúncia, o Presidente da Câmara declarou recesso parlamentar de oito dias, mas atendendo à petição da oposição, o Supremo Tribunal determinou o retorno imediato dos parlamentares para eleição de novo Primeiro-Ministro. Em março de 2013, Moana Carcasses, antigo Ministro das Finanças e líder do partido verde, foi eleito com 34 votos no parlamento como novo Primeiro-Ministro de Vanuatu, porém seu mandato perdurou por pouco mais de um ano até ser derrubado por uma moção de desconfiança em maio de 2014. Após a queda de Carcasses, o Parlamento aprovou a candidatura, única, de Joe Natuman à posição de Primeiro-Ministro. Substituindo Natuman, Charlot Salwai foi eleito Primeiro-Ministro de Vanuatu em fevereiro de 2016.

Em setembro de 2014, Baldwin Lonsdale foi eleito o Presidente de Vanuatu em uma eleição indireta por um colégio eleitoral formado por membros do parlamento e governadores de províncias. Seu primeiro discurso como Presidente ressaltou a importância da província de Torba. Manifestou que sua prioridade era respeitar a Constituição do país. Em julho de 2017, o pastor Tallis Obed Moses foi escolhido Presidente do país por um Colégio Eleitoral, sucedendo Baldwin Lonsdale, que faleceu no cargo.

POLÍTICA EXTERNA

Vanuatu mantém relações diplomáticas com 74 países. Há, atualmente, 5 Embaixadas residentes em Port Vila: Austrália, França, Nova Zelândia, China e a União Europeia. Vanuatu, por sua vez, possui 4 representações no exterior: Nova York (ONU), Pequim, Bruxelas (EU) e Noumea (Nova Caledônia), além de alguns consulados honorários. Membros das Forças Armadas de Vanuatu já serviram em Missões de Paz da ONU no Timor Leste, Haiti, Sudão e Bosnia; no Grupo de Monitoramento em Bougainville; e na Missão Regional de Assistência às Ilhas Salomão.

Vanuatu passou a fazer parte da Commonwealth e do Fórum das Ilhas do Pacífico após a independência em 1980. Vanuatu também é membro da Comunidade da Francofonia, da ONU e de várias de suas agências especializadas, do Movimento dos Países Não-alinhados, do FMI, Banco Mundial, Banco de Desenvolvimento da Ásia e do Grupo ACP, o que rende ao país relacionamento especial com a União

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Européia, e tem interesse em fazer parte da OMC. Vanuatu é um entusiasta do "Melanesian Spearhead Group" cujo Secretariado se localiza em Port Vila, e cujos objetivos incluem o estabelecimento de uma área de livre comércio entre seus membros. Tem também grande interesse na questão da Papua do Oeste.

As relações com Camberra são muito importantes para Vanuatu. O governo australiano deu claros sinais de endurecimento contra o governo do país sob o Primeiro-Ministro Serge Vohor, com ameaças de redução do nível do relacionamento e corte na ajuda externa, caso as autoridades não tomassem medidas eficazes contra corrupção e crime, de modo a satisfazer os interesses de Camberra.

Por ocasião da Cúpula do G-20 em Brisbane, em 2014, o Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, realizou encontro com líderes de Vanuatu e de outros países do Pacífico Sul, durante o qual anunciou medidas de apoio à região, como a criação de fundo de US$ 1 milhão para adaptação à mudança climática e a elevação do auxílio anual concedido para cada país de US$ 125 para US$ 200 mil.

Na mesma ocasião, o Presidente da China, Xi Jinping, encontrou-se bilateralmente com o Primeiro-Ministro de Vanuatu, Joe Natuman. Xi anunciou o estabelecimento de "parceria estratégica" com Vanuatu e com outros sete países da região, e assegurou que a China tenciona aprofundar a cooperação nas áreas de comércio, agricultura, pesca, energia, infraestrutura e outras. Destacou que Pequim iria oferecer tarifa-zero para 97% dos produtos importados dos países da região, financiaria 2000 bolsas de estudos nos cinco anos seguintes, enviaria equipes médicas e encorajaria o turismo chinês a Vanuatu.

Em setembro de 2014, durante a 69ª sessão da AGNU, o então Primeiro-Ministro de Vanuatu, Joe Natuman, expressou preocupação com o terrorismo e com a epidemia de ebola. Saudou as eleições democráticas em Fiji. Mencionou que seu país deixou de integrar o grupo de Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs) por ter sido graduado e, atualmente, integra o SIDS (*Small Island Developing States*, ou Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento). Em vista disso, solicitou assistência internacional aos esforços de construção de resiliência e adaptações para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Mencionou o documento final da Rio+20 ("The Future We Want") e defendeu os meios de implementação que constam no relatório do Grupo de Trabalho Aberto sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável. Assinalou ainda haver disputa territorial com a França (ilhas Umaenupne e Leka). Reiterou a importância da Terceira Década para a Erradicação do Colonialismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na 70ª AGNU, em 2015, o Primeiro-Ministro, Meltek Sato Kilman Livtuvanu, recordou a interdependência entre paz, segurança e direitos humanos. Destacou, nesse contexto, a necessidade de prestar-se maior assistência aos refugiados. Ressaltou, ainda, a contribuição de seu país a operações de paz, com o envio de tropas a Haiti e Côte d'Ivoire. Como esperado, o discurso também conferiu ênfase à mudança do clima e ao seu impacto maior e mais imediato nos SIDS, ressaltando a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial os Objetivos 13 (mudança do clima) e 14 (conservação dos oceanos).

Na AGNU de 2016, o Primeiro-Ministro de Vanuatu, Charlot Salwai Tabimasmas, afirmou que os ODS foram incorporados aos planos nacionais de desenvolvimento de seu país e cobrou avanços na reforma do CSNU, de modo a torná-lo apto a lidar com o panorama atual da segurança internacional. Pediu apoio da comunidade internacional ao processo de adaptação da economia e do cotidiano de seu país à mudança do clima. Disse-se satisfeito com o apoio da ONU ao processo eleitoral na Nova Caledônia e, assim como o Primeiro Ministro das Ilhas Salomão, afirmou que a questão de direitos humanos em Papua Ocidental (território pertencente à Indonésia) é preocupante.

Em abril de 2018, o país foi assolado por dois desastres naturais consecutivos: a erupção do vulcão Ambae, na província de Penae, e o ciclone tropical Hola, na província de Malampa. Em decorrência dos desastres naturais, Port Vila decretou estado de emergência naquelas regiões e publicou plano de ação contendo iniciativas de emergência, além de fazer pedidos de ajuda financeira à comunidade internacional.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Com PIB nominal de US$ 870 milhões e crescimento de 4,2% em 2017, Vanuatu posicionou-se como a 180ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 63,9% do PIB, seguido da agricultura com 27% e da indústria com 9,1%. O saldo da balança comercial foi deficitário em US$ 76 milhões. O comércio exterior de Vanuatu apresentou, em 2017, retração de 58,74% em relação a 2013, de US$ 1.258 bilhão para US$ 519 milhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, Vanuatu figurou como o 185º mercado mundial, sendo o 177º exportador e o 185º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário em todo o período sob análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Individualmente, a Mauritânia foi o principal destino das vendas de Vanuatu com 31,7% do total em 2017. Seguiram-se: Japão (31,1%); Filipinas (8,4%); Tailândia (6,6%); China (6,4%) e Coreia do Sul (3,9%). O Brasil posicionou-se no 13º lugar entre os compradores de Vanuatu, com 0,0% do total. Individualmente, a China foi o principal fornecedor de bens para Vanuatu, com 22,2% do total. Seguiram-se: Austrália (20,2%); Japão (10,7%); Singapura (9,7%); Nova Zelândia (9,1%); e Malásia (7,8%). O Brasil posicionou-se no 28º lugar entre os fornecedores do mercado de Vanuatu, com 0,1% do total.

Rebocadores/barcos para empurrar outras embarcações foram os principais produtos exportados por Vanuatu e representaram 40,2% da pauta em 2016. Seguiram-se: peixes congelados (31,5%); transatlânticos (4,8%); copra (4,6%); e barcos de pesca (3,4%). A pauta de importações de Vanuatu apresentou-se concentrada em embarcações flutuantes, que representaram 8,7% do total em 2017. Seguiram-se: máquinas elétricas, com 8,4%; combustíveis, com 8%; máquinas mecânicas (7,3%); veículos automóveis (5,7%); aviões (5,6%); e obras de ferro ou aço (3,7%).

Entre 2013 e 2017, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 73,09%, de US$ 47.467 para US$176.412. Nesse período, as exportações cresceram 17,27% e as importações reduziram-se 98,0%. O saldo da balança comercial registrou superávit de US$ 175 mil em 2017. Produtos de confeitaria sem cacau foram os principais produtos brasileiros exportados para Vanuatu. Em 2017, somaram 39% do total, seguidos de ferramentas de gume, com 12,8%. Na pauta das importações brasileiras originárias de Vanuatu, torneiras e válvulas corresponderam à totalidade em 2017.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1906	França e Reino Unido assumem conjuntamente a administração de Vanuatu
1980	Independência, Vanuatu torna-se membro tanto da Commonwealth Britânica quanto da Francophonie Francesa
1996	Tentativa de golpe por grupo paramilitar fracassa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

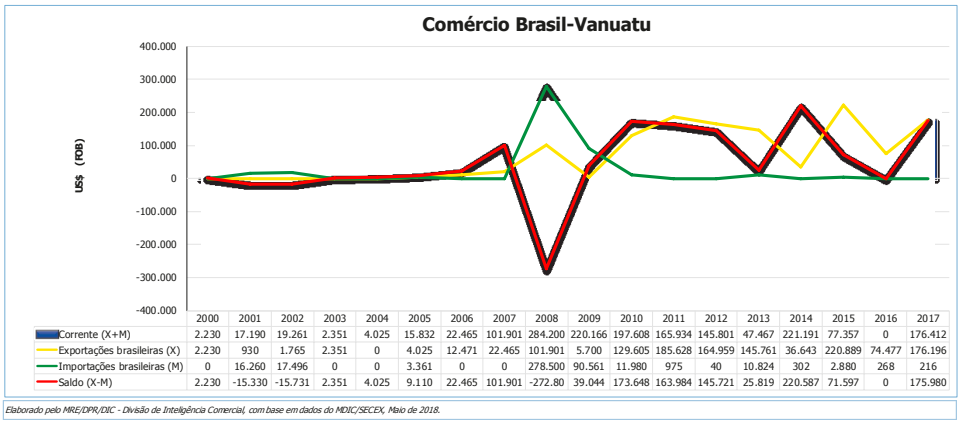
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1986	Estabelecimento de relações diplomáticas
2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Vanuatu
2012	Primeiro-Ministro Sato Kilman visita Brasil durante Rio+20
2013	Missão da Agência Brasileira de Cooperação a Vanuatu; celebração do Acordo de Cooperação Técnica.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu	29/08/2013	29/03/2018	---	---

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente (X+M)	2.230	17.190	19.261	2.351	4.025	15.832	22.465	101.901	284.200	220.166	197.608	165.934	145.801	47.467	221.191	77.357	0	176.412
Exportações brasileiras (X)	2.230	930	1.765	2.351	0	4.025	12.471	22.465	101.901	5.700	129.605	185.628	164.959	145.761	36.643	220.889	74.477	176.196
Importações brasileiras (M)	0	16.260	17.496	0	0	3.361	0	0	278.500	90.561	11.980	975	40	10.824	302	2.880	268	216
Saldo (X-M)	2.230	-15.330	-15.731	2.351	4.025	9.110	22.465	101.901	-272.80	39.044	173.648	163.984	145.721	25.819	220.587	71.597	0	175.980

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

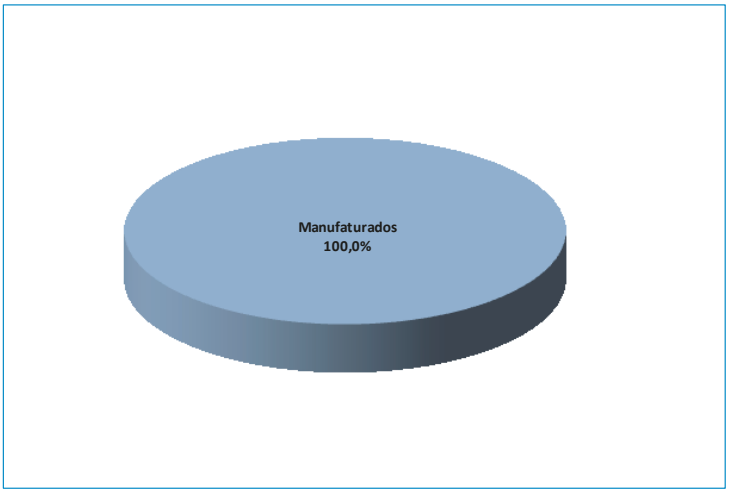
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	3.873	0	3.873	3.873
2018 (jan-mar)	0	0	0	0

90
Parte integrante do Avulso da MSF nº 63 de 2018.
Página 93 de 147

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

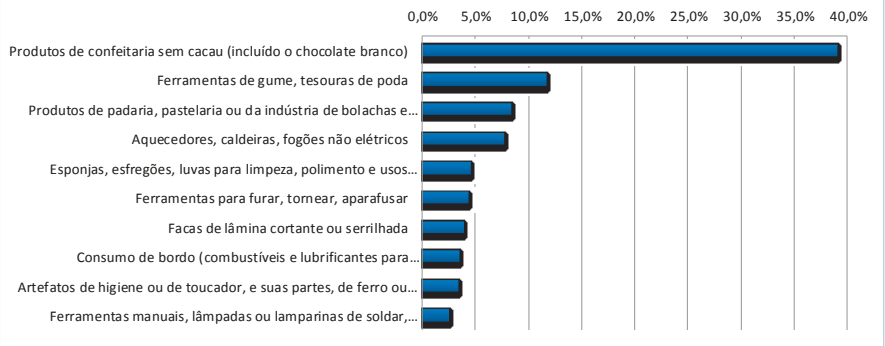
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações brasileiras para Vanuatu (SH4)
US$

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o chocolate branco)	32.826	14,9%	28.181	37,8%	68.743	39,0%
Ferramentas de gume, tesouras de poda	20.618	9,3%	4.908	6,6%	20.584	11,7%
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	569	0,3%	502	0,7%	14.620	8,3%
Aquecedores, caldeiras, fogões não elétricos	0	0,0%	11.600	15,6%	13.590	7,7%
Esponjas, esfregões, luvas para limpeza, polimento e usos semelhantes, de alumínio	5.898	2,7%	2.938	3,9%	8.084	4,6%
Ferramentas para furar, tornear, aparafusar	0	0,0%	0	0,0%	7.658	4,3%
Facas de lâmina cortante ou serrilhada	4.584	2,1%	0	0,0%	6.779	3,8%
Consumo de bordo (combustíveis e lubrificantes para embarcações e aeronaves)	2.048	0,9%	7.899	10,6%	6.086	3,5%
Artefatos de higiene ou de toucador, e suas partes, de ferro ou aço	2.340	1,1%	8.658	11,6%	5.832	3,3%
Ferramentas manuais, lâmpadas ou lamparinas de soldar, tornos de apertar	1.555	0,7%	561	0,8%	4.458	2,5%
Subtotal	**70.438**	**31,9%**	**65.247**	**87,6%**	**156.434**	**88,8%**
Outros	**150.451**	**68,1%**	**9.230**	**12,4%**	**19.762**	**11,2%**
Total	**220.889**	**100,0%**	**74.477**	**100,0%**	**176.196**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017



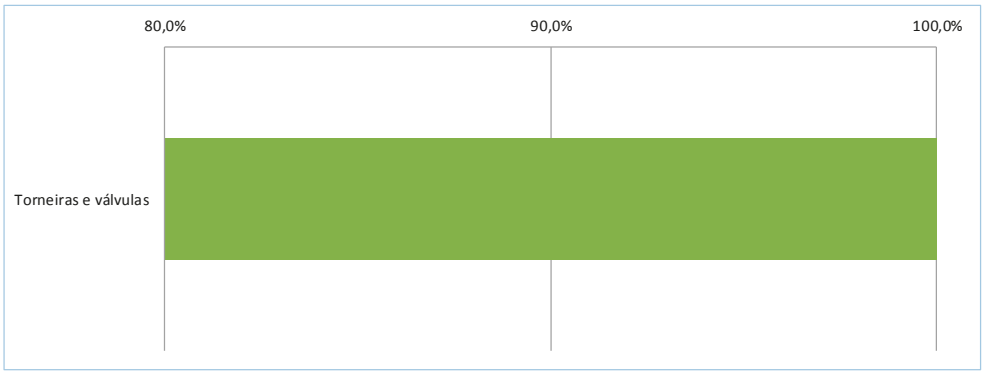
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações brasileiras originárias de Vanuatu (SH4)
US$

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Torneiras e válvulas	0	0,0%	0	0,0%	216	100,0%
Parafusos e artefatos semelhantes de ferro ou aço	0	0,0%	205	76,5%	0	0,0%
Obras de borracha vulcanizada não endurecida	0	0,0%	63	23,5%	0	0,0%
Serviços de mesa e artigos de uso doméstico, de higiene ou de toucador, de plástico	2.880	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	**2.880**	**100,0%**	**268**	**100,0%**	**216**	**100,0%**
Outros	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**
Total	**2.880**	**100,0%**	**268**	**100,0%**	**216**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

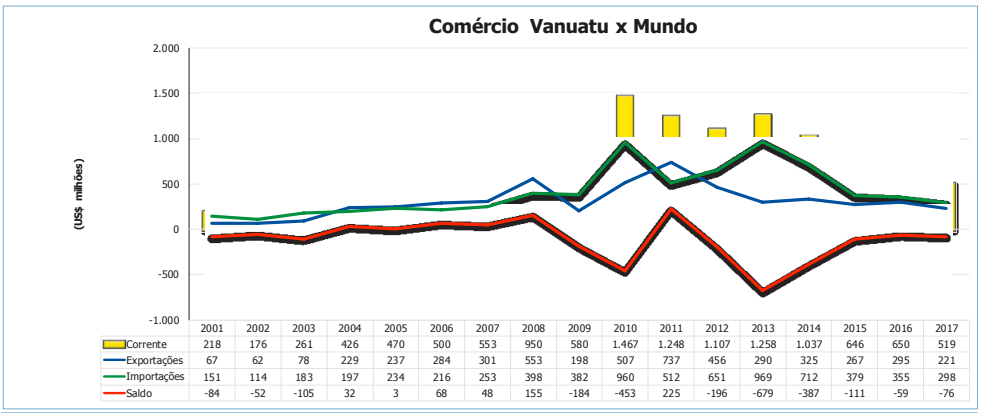
Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Consumo de bordo (combustíveis e lubrificantes para embarcações e aeronaves)	3.873	100,0%	0	100,0%
Subtotal	**3.873**	**100,0%**	**0**	**100,0%**
Outros	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**
Total	**3.873**	**100,0%**	**0**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2017



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente	218	176	261	426	470	500	553	950	580	1.467	1.248	1.107	1.258	1.037	646	650	519
Exportações	67	62	78	229	237	284	301	553	198	507	737	456	290	325	267	295	221
Importações	151	114	183	197	234	216	253	398	382	960	512	651	969	712	379	355	298
Saldo	-84	-52	-105	32	3	68	48	155	-184	-453	225	-196	-679	-387	-111	-59	-76

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Vanuatu não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

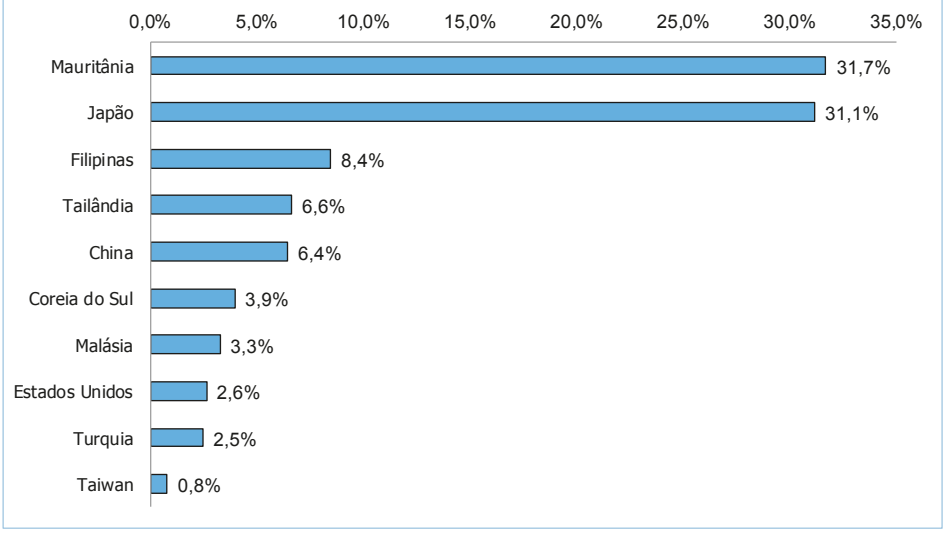
95
Parte integrante do Avulso da MSF nº 63 de 2018.
Página 98 de 147

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais destinos das exportações de Vanuatu
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
Mauritânia	70	31,7%
Japão	69	31,1%
Filipinas	19	8,4%
Tailândia	15	6,6%
China	14	6,4%
Coreia do Sul	9	3,9%
Malásia	7	3,3%
Estados Unidos	6	2,6%
Turquia	5	2,5%
Taiwan	2	0,8%
...		
Brasil (13º lugar)	**0**	***0,0%***
Subtotal	**216**	**97,4%**
Outros países	**6**	**2,6%**
Total	**221**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
Vanuatu não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

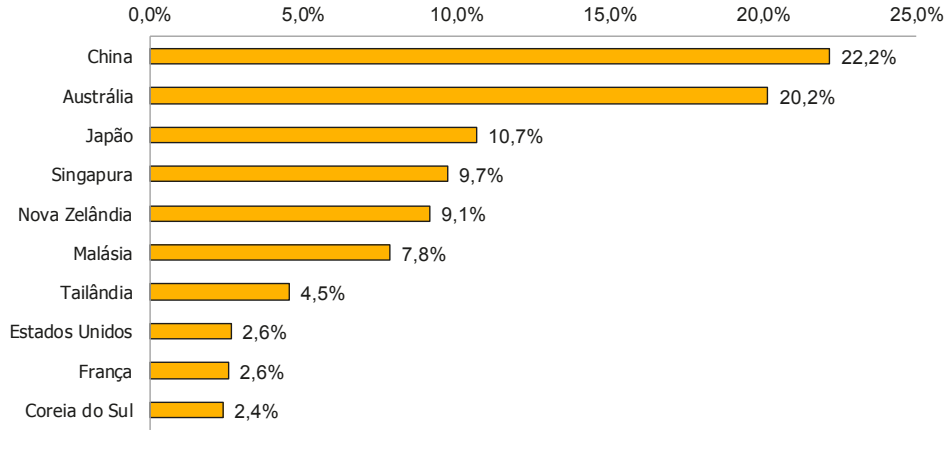


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais origens das importações de Vanuatu
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
China	66	22,2%
Austrália	60	20,2%
Japão	32	10,7%
Singapura	29	9,7%
Nova Zelândia	27	9,1%
Malásia	23	7,8%
Tailândia	14	4,5%
Estados Unidos	8	2,6%
França	8	2,6%
Coreia do Sul	7	2,4%
...		
Brasil (28º lugar)	***0***	***0,1%***
Subtotal	**274**	**91,9%**
Outros países	**24**	**8,1%**
Total	**298**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
Vanuatu não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

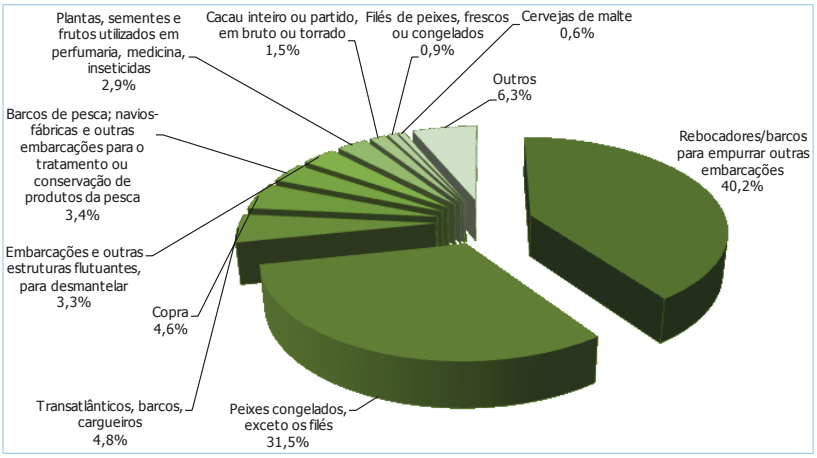
Composição das exportações de Vanuatu (SH4)
US$ milhões

Grupos de Produtos	2016[(1)]	Part.% no total
Rebocadores/barcos para empurrar outras embarcações	119	40,2%
Peixes congelados, exceto os filés	93	31,5%
Transatlânticos, barcos, cargueiros	14	4,8%
Copra	14	4,6%
Barcos de pesca; navios-fábricas e outras embarcações para o tratamento ou conservação de produtos da pesca	10	3,4%
Embarcações e outras estruturas flutuantes, para desmantelar	10	3,3%
Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas	9	2,9%
Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado	5	1,5%
Filés de peixes, frescos ou congelados	3	0,9%
Cervejas de malte	2	0,6%
Subtotal	**277**	**93,7%**
Outros	**18**	**6,3%**
Total	**295**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Vanuatu não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

(1) Última posição disponível em maio/2018.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações de Vanuatu (SH2)
US$ milhões

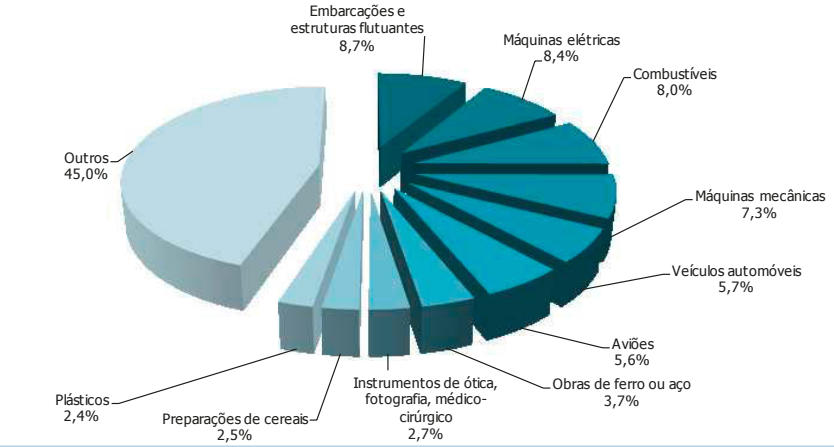
Grupos de produtos	2016[(1)]	Part.% no total
Embarcações e estruturas flutuantes	31	8,7%
Máquinas elétricas	30	8,4%
Combustíveis	28	8,0%
Máquinas mecânicas	26	7,3%
Veículos automóveis	20	5,7%
Aviões	20	5,6%
Obras de ferro ou aço	13	3,7%
Instrumentos de ótica, fotografia, médico-cirúrgico	10	2,7%
Preparações de cereais	9	2,5%
Plásticos	8	2,4%
Subtotal	**195**	**55,0%**
Outros	**160**	**45,0%**
Total	**355**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Vanuatu não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

(1) Última posição disponível em maio/2018.

10 principais grupos de produtos importados



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais indicadores socioeconômicos de Vanuatu

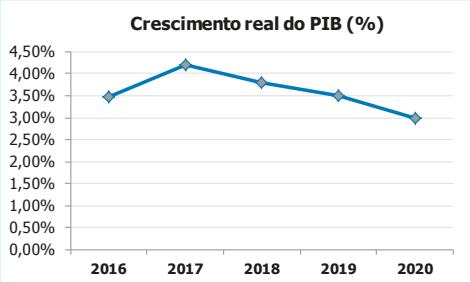
Indicador	2016	2017	2018[1]	2019[1]	2020[1]
Crescimento real do PIB (%)	3,47%	4,20%	3,80%	3,50%	3,00%
PIB nominal (US$ milhões)	798	870	957	1.024	1.090
PIB nominal "per capita" (US$)	2.905	3.094	3.328	3.480	3.621
PIB PPP (US$ milhões)	726	770	817	864	908
PIB PPP "per capita" (US$)	2.642	2.739	2.843	2.938	3.017
População (mil habitantes)	275	281	288	294	301
Inflação (%)[2]	2,14%	3,80%	4,57%	3,42%	2,97%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-4,06%	-9,00%	-9,15%	-8,62%	-7,95%
Dívida externa (US$ bilhões)	213,40	201,30	198,40	193,90	n.d.
Câmbio (Vt / US$)[2]	108,48	107,74	108,51	109,52	n.d.
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			27,0%		
Indústria			9,1%		
Serviços			63,9%		

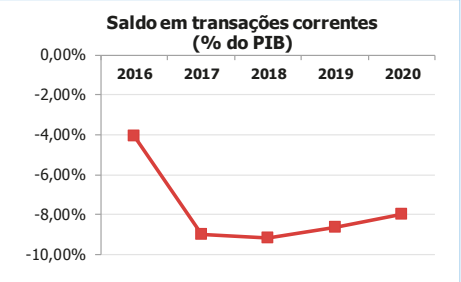
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

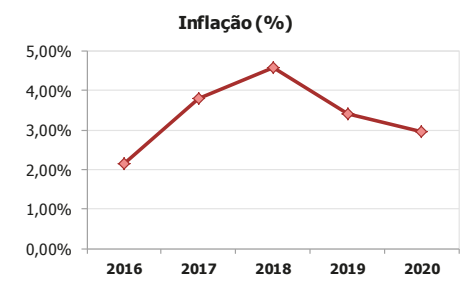
(n.d.) Dado não disponível.

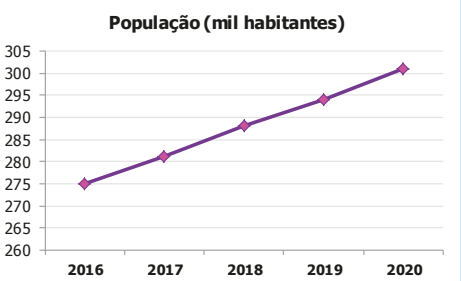
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.





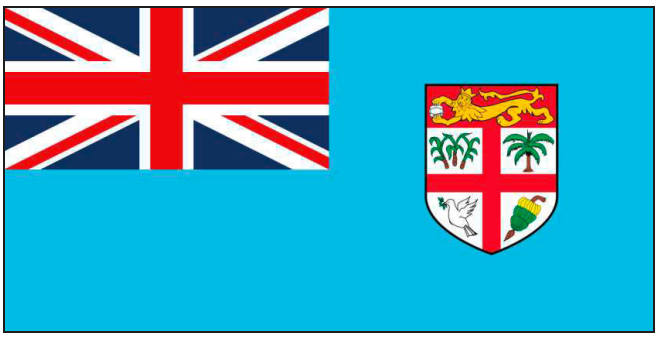


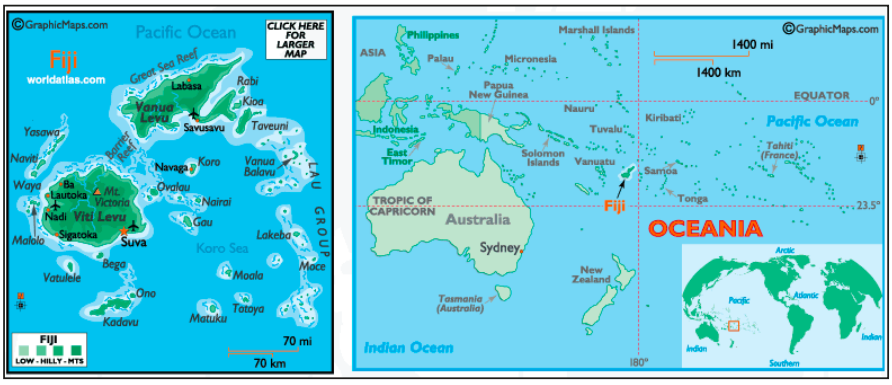


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

FIJI





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS SOBRE FIJI

NOME OFICIAL	República das Ilhas Fiji
ADJETIVO GENTÍLICO	fijiano
CAPITAL	Suva (llha Viti Levu)
ÁREA	18 274 km² (332 ilhas)
POPULAÇÃO (2017)	885 mil
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês e fijiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Metodista (34,6%), Hinduísmo (27,9%), Catolicismo (9,1%), Islamismo (6,3%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento de Fiji (Parliament of Fiji); Parlamento unicameral, composto por 50 membros, eleitos para mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO	Presidente George Konrote (desde novembro de 2015)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Comodoro Josaia Voreqe (Frank) Bainimarama (desde janeiro de 2007)
CHANCELER	Primeiro-Ministro Josaia Voreqe Bainimarama (desde setembro de 2016)
PIB NOMINAL (2017)[1]	US$ 5,08 bilhões (2017)
PIB PPP (2017)[1]	US$ 8,65 bilhões (2017)
PIB *PER CAPITA* (2017)[1]	US$ 5.740 (2017)
PIB PPP *PER CAPITA* (2017)[1]	US$ 9.777 (2017)
VARIAÇÃO DO PIB [1]	3,8% (2017)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014)[2]	0,727 (90º posição)
EXPECTATIVA DE VIDA (2013)[2]	70 anos
ALFABETIZAÇÃO (2017)[3]	93,7
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)[1]	4,5%
UNIDADE MONETÁRIA	dólar fijiano
EMBAIXADOR EM SUVA (cumulativa com Camberra)	Manuel Innocencio de Lacerda Santos Junior
EMBAIXADOR NO BRASIL	Cama Tuiqilaqila Tuiloma
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registro de brasileiros residentes em Fiji.

(1) Elaborado por MRE/DPR/MDIC, com base em dados do FMI.
(2) Dados do Relatório 2013 PNUD
(3) Dado do CIA World Factbook 2017, indisponível no relatório PNUD e no Banco Mundial

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC*

BRASIL⇒ FIJI	**2007**	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**
Intercâmbio	801	429	383	1.086	1.128	1.131	3.695	659	1.021	1.038	1.251
Exportações	779	429	375	1.081	1.034	1.124	3.686	649	1.012	1.032	1.187
Importações	22,4	0	7,5	5,5	94,3	6,1	8,4	9,8	9	6,3	63,9
Saldo	757	429	368	1.075	939	1.118	3.678	639	1.003	1.026	1.123

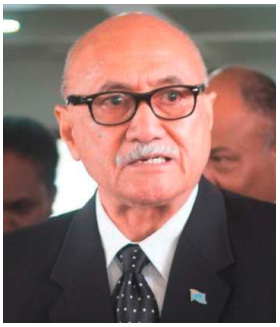
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

APRESENTAÇÃO

Fiji é um grupo de ilhas de pequeno território localizado no Oceano Pacífico, entre a Nova Zelândia e o Havaí, contando com uma população de 920 mil pessoas. Tornou-se independente em 1970, depois de quase um século de colonização britânica. A democracia foi interrompida em dois golpes militares em 1987. Em 1997, promulgou-se nova constituição, que garantiu a realização de eleições pacíficas e livres em 1999. Outro golpe em 2000, contudo, levou o país a um período de turbulência política, que só se encerrou em 2014, quando ocorreram eleições legislativas que foram consideradas críveis por observadores internacionais. Como as demais ilhas do Pacífico, Fiji sofre com aumento populacional, recursos escassos e suscetibilidade a desastres naturais e ao aquecimento global.

PERFIS BIOGRÁFICOS

George Konrote
Presidente



Jioji Konousi Konrote, mais conhecido como George Konrote, nasceu em dezembro de 1947. É presidente de Fiji desde 2015.

Konrote é general reformado do exército fijiano. Após comandar tropa auxiliar em missão de paz no Líbano, Konrote serviu como alto comissário de Fiji para a Austrália de 2001 a 2006, como Ministro de Estado pela Imigração em 2006 e como Ministro do Trabalho, Produtividade e Relações Industriais, de 2014 e 2015. É o primeiro Presidente a ser eleito pelo Parlamento – anteriormente, os Presidentes eram escolhidos pelo Grande Conselho de Chefes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Josaia Voreqe (Frank) Bainimarama

Primeiro-Ministro

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional



O Comodoro Josaia Voreqe (Frank) Bainimarama nasceu em 1954, em Kiuva, Fiji. Alistou-se na Marinha fijiana em 1975. Serviu na América do Sul, na Nova Zelândia e nos Estados Unidos, além de ter tomado parte na Missão de Paz das Nações Unidas no Sinai, entre 1986 e 1987. Foi nomeado Chefe do Estado Maior em 1997.

Foi personagem chave na crise política de 2000, quando assumiu a presidência do país por alguns dias, como chefe do governo militar interino, até a formação de um novo governo civil. Sua relação com outros integrantes do novo governo deteriorou-se gradativamente, tendo sido cogitada sua deposição em 2006, quando Bainimarama se encontrava em missão no exterior. Só não foi deposto por conta da hesitação de seu substituto interino. Ao voltar ao país, desfez o governo, assumindo o poder com o título de Primeiro-Ministro interino e prometendo a realização de eleições em 2010. Retrocedeu em sua promessa sob a justificativa de que as reformas necessárias para o retorno à democracia não tinham sido atingidas e postergou as eleições. Finalmente, nas eleições realizadas em setembro de 2014, seu partido, Fiji First, foi vitorioso e ele foi reconduzido ao cargo de Primeiro-Ministro. Em 2016, assumiu, igualmente, a pasta de Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELAÇÕES BILATERAIS

No primeiro semestre de 2005, o embaixador Arnaldo Carrilho conduziu a primeira missão oficial do Brasil às Ilhas Fiji. Pouco tempo depois, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República das Ilhas Fiji, em fevereiro de 2006. O então Assessor Especial para a Ásia do Itamaraty, Embaixador João Gualberto Marques Porto, fez missão a Suva, em março de 2008, ocasião em que se entrevistou com o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Fiji, Ratu Epeli Nailatikau.

O governo de Fiji anunciou, em julho de 2008, decisão de abrir Embaixada residente em Brasília. O Ministro interino das Indústrias Primárias, Joketani Cokanasiga, fez a primeira visita de autoridade fijiana ao Brasil, em outubro de 2008.

O Decreto nº 7.207, de 11 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Suva, na República das Ilhas Fiji, cumulativa com a Embaixada em Camberra. Em março de 2011, o Dr. José Graziano da Silva, candidato brasileiro ao cargo de Diretor-Geral da Organização da Alimentação e Agricultura, visitou Suva. Na ocasião, encontrou-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ratu Inoke Kubuabola e com o Secretário Permanente para a Agricultura, Mason Smith.

Em maio de 2011, o Secretário Permanente da Chancelaria fijiana, Solo Mara, chefiou missão ao Brasil com o principal objetivo de tratar, junto ao Cerimonial do Itamaraty, das providências relacionadas à abertura da missão residente em Brasília. Mara apontou a decisão da abertura da Embaixada em Brasília como prova do empenho de seu governo em estreitar o relacionamento bilateral. Foi a primeira missão fijiana na América Latina, e o Brasil foi escolhido "em razão do reconhecimento da crescente importância e do papel de liderança que o país tem exercido na promoção das relações sul-sul".

Em julho de 2011, o governo brasileiro comunicou a Fiji o seu *agréement* à indicação do Sr. Cama Tuiqilaqila Tuiloma como o primeiro Embaixador de Fiji em Brasília. Em setembro de 2011, o Primeiro-Ministro Voreqe Bainimarama visitou Brasília para inaugurar oficialmente a Embaixada de Fiji, tendo sido recebido pelo Ministro da Agricultura e pelo Secretário-Geral do Itamaraty. O Itamaraty esteve representado na cerimônia de abertura da Embaixada pela Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, Subsecretária-Geral Política II. O Embaixador Cama Tuiloma entregou suas cartas credenciais à Presidente Dilma Rousseff em fevereiro de 2012. Durante a Rio+20, em junho de 2012, o Primeiro-Ministro Voreqe Bainimarama visitou o Brasil novamente, porém não manteve encontro com nenhuma autoridade brasileira durante sua estadia no Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ainda em junho de 2012, o Embaixador do Brasil em Camberra, Rubem Antônio Corrêa Barbosa, esteve em Fiji para apresentar cartas credenciais como embaixador não residente. Durante essa visita, ele manteve encontro com o Presidente de Fiji, Ratu Epeli Nailatikau, e com o chanceler Ratu Inoke Kubuabola. Em março de 2013, a Embaixadora Fontenele Reis esteve em Fiji para realizar gestões em favor da candidatura do embaixador Roberto Azevêdo a Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio e manteve encontro com o Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, Amena Yauvoli (o Ministro Ratu Inoke Kubuabola estava em licença médica), além de encontrar-se com outros ministros do gabinete fijiano.

Em novembro de 2013, o Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral, o Acordo de Cooperação Técnica. Há interesse fijiano de cooperação técnica em matéria de açúcar, etanol e pesca; as autoridades fijianas consideraram que o Brasil poderia ser um parceiro importante para ajudar na modernização da agricultura daquele país, permitindo o desenvolvimento de indústrias agrícolas sustentáveis para atender ao mercado interno e aos potenciais de exportação.

O então Presidente da República das Ilhas Fiji, Sr. Ratu Epeli Nailatikau, realizou visita ao Brasil em junho de 2014, ocasião em que manteve encontros com diversas autoridades brasileiras, entre elas o então Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, o então Secretário de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa, e o Comandante da Força Aérea Brasileira, Brigadeiro Juniti Saito.

Em julho de 2014, foi assinado memorando de entendimento político. Em agosto de 2016, o Primeiro-Ministro de Fiji, Josaia Voreqe Bainimarama, visitou o Brasil durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Fiji ganhou sua primeira medalha olímpica da história no Rio, ouro na modalidade *rugby sevens* masculino.

Durante o período de Cama Tuiloma à frente da Embaixada em Brasília, Fiji apoiou as diversas candidaturas apresentadas ao Brasil, como na OMC e FAO, bem como as posições brasileiras em fóruns internacionais. Em 2016, Fiji indicou cônsules honorários em São Paulo e Rio de Janeiro.

Em junho de 2017, o Embaixador Manuel Innocencio de Lacerda Santos Jr. realizou visita oficial a Suva para entregar cartas credenciais ao Chefe de Estado e Presidente fijiano, Jioji Konusi Konrote. Após a entrega das credenciais, o Embaixador manteve conversa com Presidente Konrote, em que foi mencionada a iminência da entrada em vigor dos acordos de isenção de vistos para dependentes do pessoal diplomático, que foram assinados em maio de 2017 a ainda aguardam ratificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em setembro de 2017, o Ministro das Relações Exteriores consultou o interesse fijiano em negociar acordo de cooperação em matéria de defesa e acordo de informações classificadas. Por sua parte, Fiji aguarda resposta do lado brasileiro sobre possíveis memorandos de entendimento nas áreas de esporte, educação e cultura.

Assuntos Consulares

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Fiji, embora se saiba que há cidadãos brasileiros trabalhando nas indústrias do turismo e no setor primário.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Ilhas Fiji.

POLÍTICA INTERNA

Quando da sua independência, em 1970, as Ilhas Fiji – que eram protetorado britânico desde 1874 – adotaram o modelo inglês de democracia constitucional como forma de governo. Fiji tem um parlamento bicameral, formado por um Senado nomeado, uma Câmara dos Deputados eleita e um Gabinete presidido pelo Primeiro-Ministro. Há também um Conselho de Chefes Tribais (Bose Levu Vakaturaga), o qual se reúne ao menos uma vez ao ano para discutir questões de interesse da população.

A Câmara Alta, que é o Senado, funciona apenas como instância de revisão e é composta por 32 senadores, 14 indicados pelo Conselho de Chefes, 9 pelo Primeiro-Ministro, 8 pelo líder da oposição e 1 pelo Conselho de Rotuma, um território dependente de Fiji. Todos são empossados pelo Presidente. A Câmara Baixa, Câmara dos Deputados, concentra a maior parte do poder legislativo, é composta por 71 membros eleitos para mandatos de 5 anos, 25 eleitos por sufrágio universal e os demais 46 eleitos de maneira reservada pelas comunidades étnicas fijianas. No processo de reformulação constitucional ora em curso essa divisão étnica da Câmara dos Deputados é bastante criticada.

Em dezembro de 2006, sob pretexto de acabar com a corrupção, o Comandante das Forças Militares de Fiji, Comodoro Frank Bainimarama, derrubou o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

governo constitucionalmente eleito e assumiu como novo "Primeiro-Ministro interino nomeado pelo Presidente". Essa mudança de governo foi condenada imediatamente pela comunidade internacional. Os governos da Nova Zelândia, Austrália, Estados Unidos e Reino Unido anunciaram várias sanções até que fosse restabelecida a normalidade democrática.

O Fórum das Ilhas do Pacífico, organização regional que congrega todos os países soberanos da Oceania, exortou o país a retornar ao regime democrático. Ao final da 42ª sessão do Fórum das Ilhas do Pacífico realizada em Auckland, em setembro de 2011, a decisão de manter o afastamento de Fiji enquanto não fosse restaurada a normalidade constitucional foi tomada por unanimidade. Em maio de 2012 delegação do grupo ministerial do Fórum, liderada pelos chanceleres da Austrália e da Nova Zelândia realizou visita a Fiji para acompanhar o comprometimento do governo em realizar eleições gerais em 2014. Após impressão favorável auferida pelo grupo ministerial, e tendo em vista o progresso dos trabalhos da Comissão Constitucional de Fiji, os países do Fórum concordaram em reduzir o peso das sanções sobre Fiji.

O otimismo quanto à perspectiva de retorno à democracia em Fiji que imperou durante o segundo semestre de 2012, entretanto, foi prontamente afastado no início de 2013, quando o Presidente de Fiji realizou pronunciamento com fortes críticas ao projeto de nova Constituição. O governo de Fiji também divulgou decreto sobre a criação de partidos que restringe a atividade política no país. Ainda assim, diante da manutenção das eleições programadas para 2014 e de novas sinalizações positivas ao longo de 2013 quanto à disposição do governo interino de garantir o retorno à ordem democrática, a Austrália e a Nova Zelândia suspenderam boa parte das sanções sobre Fiji.

Finalmente, em setembro de 2014 foram realizadas eleições gerais consideradas isentas pela equipe de observadores internacionais e copresidida por Austrália e Fiji. O Brasil foi convidado a enviar observador para as eleições e a Ministra Luciana Christina Guimarães Rossi foi designada pelo Tribunal Superior Eleitoral para compor a missão internacional. Com o êxito do processo eleitoral, tem ocorrido a perspectiva da normalização das relações exteriores de Fiji. Em outubro de 2014, o Fórum das Ilhas do Pacífico retirou a suspensão de Fiji.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O pleito marcou a redemocratização de Fiji e abriu caminho para a normalização da inserção internacional do país. O Partido "Fiji First", liderado por Josaia Voreqe Bainimarama, obteve 59,20% dos votos e elegeu 32 dos 50 representantes do Parlamento. Ao longo dos últimos anos, Bainimarama tem procurado enfraquecer as divisões étnicas no país e o Partido "Fiji First" assumiu discurso nacionalista e de representação multiétnica. Os fijianos de origem indiana, que de acordo com algumas estimativas constituem cerca de 40% da população de 900 mil habitantes, tiveram, pela primeira vez, direito ao voto sem restrições.

POLÍTICA EXTERNA

É notável o empenho de Fiji em exercer papel cada vez mais relevante no sistema internacional, assumindo a condição de líder dos países-ilha do Pacífico. É o único país da região com Embaixada no Brasil.

Fiji é membro das Nações Unidas, da Organização Mundial do Comércio, do Banco Mundial, da Comunidade do Pacífico (SPC) e do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). Mantém fortes laços políticos e de comércio com Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu através do Melanesian Spearhead Group (MSG) e é um dos países incluídos no grupo ACP (África-Caribe-Pacífico), a que a União Europeia concede preferências comerciais. O Melanesian Spearhead Group constitui iniciativa de integração econômica e concertação política entre os países membros (Fiji, Papua Mova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu). Seus objetivos incluem o estabelecimento de uma área de livre-comércio

Contando com localização privilegiada no Pacífico Sul e economia e infraestrutura relativamente bem desenvolvidas, as Ilhas Fiji são sede do Secretariado do principal mecanismo regional, o Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). Em Suva também se encontram a Universidade do Pacífico Sul e a maioria das agências do sistema das Nações Unidas para o Pacífico.

O país tem contribuído em Missões de Paz da ONU e um número significativo de ex-militares serviu no Iraque após a invasão americana de 2003. Fiji faz parte da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS), que reúne 43 países com desafios similares de desenvolvimento e preocupações ambientais relacionadas, sobretudo, à sua vulnerabilidade aos efeitos adversos da mudança do clima.

A atual política externa de Fiji segue dois desenvolvimentos paralelos: a normalização das relações com parceiros tradicionais e a diversificação dos laços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

internacionais do país. No primeiro plano, houve a retomada, em 2015, dos contatos militares de Fiji com a Austrália e a Nova Zelândia, interrompidos desde 2006. No segundo, nota-se maior assertividade da política externa de Fiji nos últimos anos, com a abertura de novas embaixadas, entre as quais a representação no Brasil, a aproximação com a China, a Presidência do G-77 + China e a participação no Movimento dos Não Alinhados.

Os dois movimentos são complementares e Fiji deverá manter tanto política externa ativa e multipolar quanto os esforços de reaproximação com a Austrália. Em alguns aspectos, no entanto, as duas vertentes não serão facilmente conciliáveis, como mostram as divergências entre Suva e Camberra em torno da arquitetura regional. Fiji reingressou no Fórum de Ilhas do Pacífico (FIP) após as eleições de 2014, mas o Primeiro-Ministro Josaia Voreque Bainimara não compareceu à Cúpula do FIP em Port Moresby e tem mantido os esforços pelo fortalecimento da FDIP e por arquitetura regional mais independente da Austrália e da Nova Zelândia.

Em junho de 2016, a Assembleia Geral da ONU elegeu o Representante Permanente de Fiji junto às Nações Unidas, Embaixador Peter Thomson, ao cargo de Presidente da Assembleia Geral (PGA) para sua 71ª Sessão. Thomson disputou com o cipriota Andreas Mavroyianniso. Em seu breve discurso inaugural, agradeceu ao governo de Fiji, aos países do grupo de "Small Islands Developing States" (SIDS) e a membros do grupo Ásia-Pacífico pelo apoio recebido, fundamental para que um representante de uma pequena ilha pudesse assumir o cargo de PGA, o que – ressaltou – ocorria pela primeira vez na história das Nações Unidas.

Mencionou explicitamente apenas dois temas aos quais pretenderia, durante sua presidência, dar especial ênfase: a questão da mudança do clima e temas ligados aos oceanos ("issues related to oceans"). Sublinhou ainda o grande desafio da implementação dos ODS, para a qual seria necessário "transformar o sistema e superar as barreiras administrativas" nas Nações Unidas. Thomson deixou claro que suas prioridades para a 71ª Sessão da AGNU seriam a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a mudança do clima. Afirmou seu compromisso em contribuir para a implementação de todos os 17 ODS – porém deu especial ênfase ao ODS 14, relativo aos oceanos.

Após reconhecer a necessidade de tornar a ONU mais eficaz e adequada a seus propósitos ("fit for purpose"), sublinhou que a reforma do CSNU é "área que merece atenção especial". Disse ser imperativo contar com um Conselho de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Segurança "estruturado para poder lidar com os novos desafios" - o que, segundo Thomson, "inclui enfrentar a dimensão securitária da mudança do clima".

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Os principais setores econômicos fijianos são: i) agricultura (destaque para o açúcar); ii) pesca; iii) produtos florestais, e iv) turismo. A economia local já conta sete anos de crescimento ininterrupto. Fiji pode ser considerado um "hub" do Pacífico, contando com boa infraestrutura de transporte e força de trabalho qualificada. Com um PIB de US$ 5,08 bilhões (2017), Fiji é um dos países que mais se destaca economicamente na região do Pacífico, tendo registrado crescimento de 0,38% (2016) e 3,8% (2017).

Os Estados Unidos foram o principal destino das vendas das Ilhas Fiji, com 18,1% do total em 2016. Seguiram-se: Austrália (15%); Nova Zelândia (7%), China (5,1%) e Tonga (4,2%). O Brasil posicionou-se em 92º lugar entre os destinos das exportações do país. Combustíveis (óleo de petróleo refinado) são o principal item da pauta de exportações das Ilhas Fiji, com 18,4% do total (ou US$170 milhões), seguidos de pescados (peixes, crustáceos e moluscos), bebidas, ouro e pedras preciosas e açúcar.

Em 2016, a Nova Zelândia foi o principal fornecedor de bens às Ilhas, com 17,4% do total. Seguiram-se: Austrália (17,4%); Singapura (15,4%); China (15,3%) e Japão (6,9%). O Brasil posicionou-se no 45º lugar entre os fornecedores do mercado das Ilhas Fiji. Combustíveis (óleo de petróleo refinado, gás de petróleo, betumes e asfaltos, naturais; xistos e areias betuminosos; asfaltitas e rochas asfálticas) foram o principal item da pauta, com 15,1% do total (ou US$ 351 milhões). Seguiram-se: máquinas mecânicas, automóveis de passageiros, máquinas elétricas, plásticos, pescados e cereais.

Entre 2013 e 2017, o intercâmbio comercial brasileiro com Fiji aumentou 18,4%, de US$ 1,021 bilhão para US$ 1,25 bilhão. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US$ 1,12 bilhão em 2017. As exportações brasileiras para o país são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, com destaque para a venda de calçados, representando 24,6% das vendas brasileiras para o país. O produto foi seguido de ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor, caixotes, produtos de padaria, pastelaria ou da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

indústria de bolachas e biscoitos e aparelhos para pulverizar ou projetar líquidos ou pós. No mesmo ano, canetas e lapiseiras foram os principais produtos importados pelo Brasil das Ilhas Fiji (58%).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1874	Ilhas Fiji tornam-se protetorado britânico
1970	Independência e proclamação de República parlamentarista
2006	Militares estabelecem governo provisório
2014	Realizadas eleições gerais consideradas isentas pela equipe de observadores internacionais, abrindo caminho para a normalização internacional do país.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

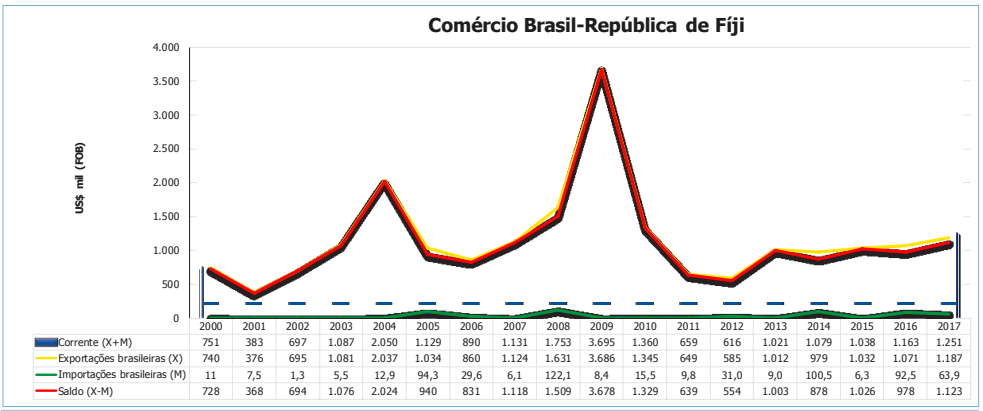
2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Fiji
2006	Estabelecimento de relações diplomáticas
2011	Abertura de embaixada em Brasília e primeira visita do Primeiro-Ministro interino Bainimarama
2012	Segunda visita do Primeiro-Ministro interino Bainimarama, durante Rio+20.
2013	Missão da Agência Brasileira de Cooperação a Fiji; Celebração do Acordo de Cooperação Técnica
2014	Visita ao Brasil do Presidente da República das Ilhas Fiji, Sr. Ratu Epeli Nailatikau
2016	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Bainimarama, durante os Jogos Olímpicos.

ACORDOS BILATERAIS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji	01/11/2013		
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji sobre Isenção de Visto para Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais.	30/05/2017		

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente (X+M)	751	383	697	1.087	2.050	1.129	890	1.131	1.753	3.695	1.360	659	616	1.021	1.079	1.038	1.163	1.251
Exportações brasileiras (X)	740	376	695	1.081	2.037	1.034	860	1.124	1.631	3.686	1.345	649	585	1.012	979	1.032	1.071	1.187
Importações brasileiras (M)	11	7,5	1,3	5,5	12,9	94,3	29,6	6,1	122,1	8,4	15,5	9,8	31,0	9,0	100,5	6,3	92,5	63,9
Saldo (X-M)	728	368	694	1.076	2.024	940	831	1.118	1.509	3.678	1.329	639	554	1.003	878	1.026	978	1.123

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

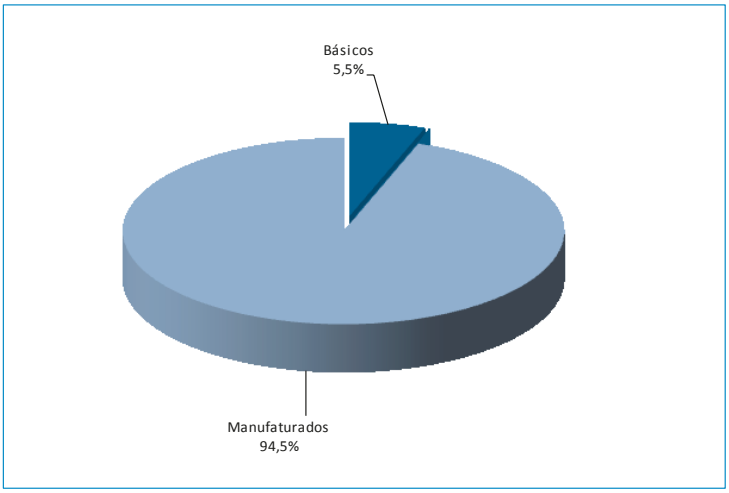
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	286	2	288	284
2018 (jan-mar)	232	15	247	218

114
Parte integrante do Avulso da MSF nº 63 de 2018.
Página 117 de 147

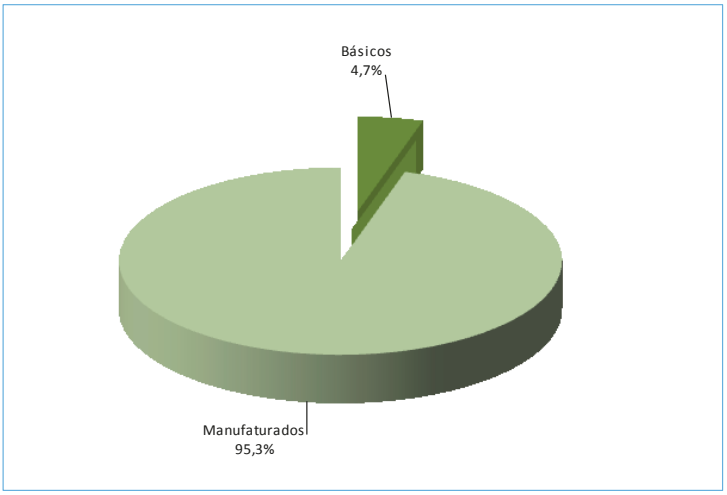
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

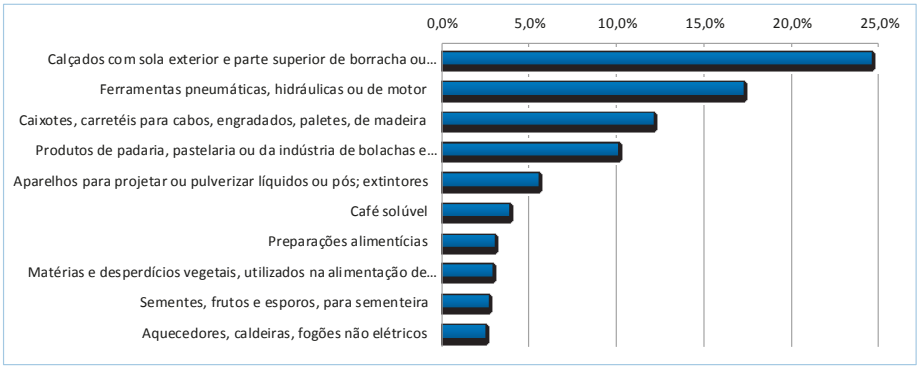
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações brasileiras para a República de Fíji (SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Calçados com sola exterior e parte superior de borracha ou plásticos	204	19,8%	162	15,2%	292	24,6%
Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor	47	4,5%	176	16,5%	205	17,3%
Caixotes, carretéis para cabos, engradados, paletes, de madeira	143	13,9%	190	17,8%	144	12,1%
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	101	9,8%	110	10,3%	119	10,0%
Aparelhos para projetar ou pulverizar líquidos ou pós; extintores	36	3,5%	27	2,5%	65	5,5%
Café solúvel	95	9,2%	76	7,1%	45	3,8%
Preparações alimentícias	24	2,3%	57	5,3%	36	3,0%
Matérias e desperdícios vegetais, utilizados na alimentação de animais	35	3,4%	52	4,8%	34	2,9%
Sementes, frutos e esporos, para sementeira	44	4,3%	45	4,2%	31	2,6%
Aquecedores, caldeiras, fogões não elétricos	49	4,7%	0	0,0%	29	2,5%
Subtotal	**777**	**75,3%**	**895**	**83,6%**	**1.000**	**84,3%**
Outros	**255**	**24,7%**	**175**	**16,4%**	**186**	**15,7%**
Total	**1.032**	**100,0%**	**1.071**	**100,0%**	**1.187**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017



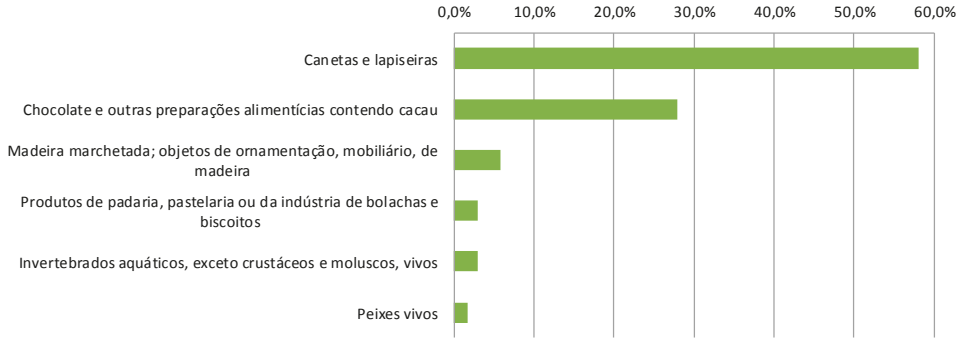
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações brasileiras originárias da República de Fíji (SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Canetas e lapiseiras	0	0,0%	0	0,0%	37	58,0%
Chocolate e outras preparações alimentícias contendo cacau	0	0,0%	0	0,0%	18	27,9%
Madeira marchetada; objetos de ornamentação, mobiliário, de madeira	0	0,0%	0	0,0%	4	5,8%
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	0	0,0%	0	0,0%	2	3,0%
Invertebrados aquáticos, exceto crustáceos e moluscos, vivos	3	43,9%	1	1,4%	2	3,0%
Peixes vivos	3	44,8%	1	0,6%	1	1,7%
Peças isolantes para máquinas, aparelhos e instalações elétricas	0	0,0%	80	86,6%	0	0,0%
Tubos e seus acessórios (por exemplo: juntas, cotovelos, flanges, uniões), de plástico	0	0,0%	10	11,3%	0	0,0%
Subtotal	**6**	**88,7%**	**93**	**100,0%**	**64**	**99,4%**
Outros	**1**	**11,3%**	**0**	**0,0%**	**0**	**0,6%**
Total	**6**	**100,0%**	**93**	**100,0%**	**64**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

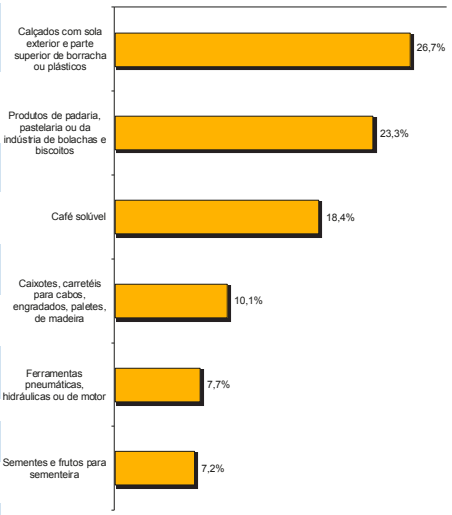


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil

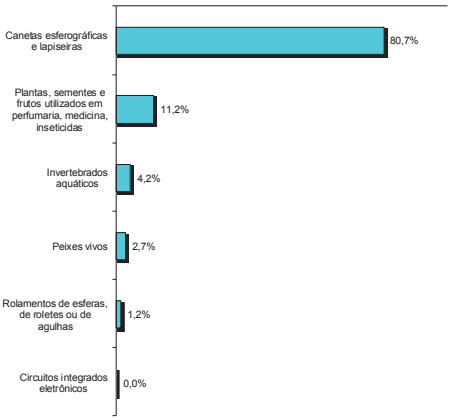
Grupos de produtos	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Calçados com sola exterior e parte superior de borracha ou plásticos	102	35,8%	62	26,7%
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	33	11,7%	54	23,3%
Café solúvel	0	0,0%	43	18,4%
Caixotes, carretéis para cabos, engradados, paletes, de madeira	0	0,0%	24	10,1%
Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor	70	24,4%	18	7,7%
Sementes e frutos para sementeira	8	2,9%	17	7,2%
Partes e acessórios para instrumentos de precisão	0	0,0%	4	1,9%
Subtotal	**214**	**74,8%**	**221**	**95,3%**
Outros	**72**	**25,2%**	**11**	**4,7%**
Total	**286**	**100,0%**	**232**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018



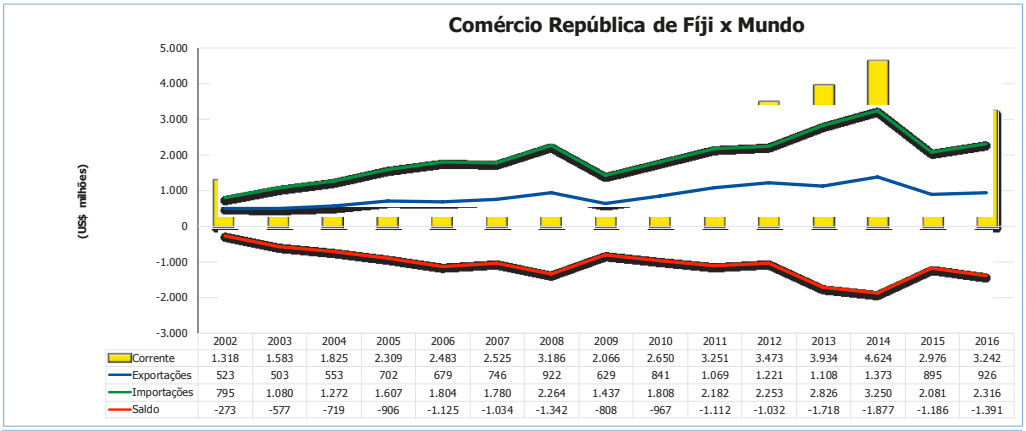
Grupos de produtos	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total
Importações				
Canetas esferográficas e lapiseiras	0,0	0,0%	12,0	80,7%
Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas	0,0	0,0%	1,7	11,2%
Invertebrados aquáticos	1,2	56,9%	0,6	4,2%
Peixes vivos	0,5	25,0%	0,4	2,7%
Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas	0,0	0,0%	0,2	1,2%
Circuitos integrados eletrônicos	0,4	18,2%	0,0	0,0%
Subtotal	**2,1**	**100,0%**	**14,8**	**100,0%**
Outros produtos	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**
Total	**2,1**	**100,0%**	**14,8**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Corrente	1.318	1.583	1.825	2.309	2.483	2.525	3.186	2.066	2.650	3.251	3.473	3.934	4.624	2.976	3.242
Exportações	523	503	553	702	679	746	922	629	841	1.069	1.221	1.108	1.373	895	926
Importações	795	1.080	1.272	1.607	1.804	1.780	2.264	1.437	1.808	2.182	2.253	2.826	3.250	2.081	2.316
Saldo	-273	-577	-719	-906	-1.125	-1.034	-1.342	-808	-967	-1.112	-1.032	-1.718	-1.877	-1.186	-1.391

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

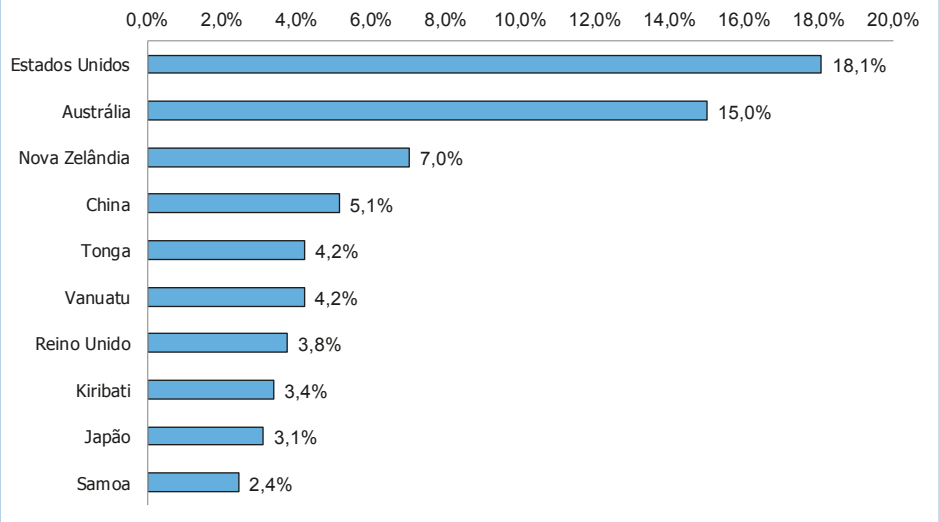
119
Parte integrante do Avulso da MSF nº 63 de 2018.
Página 122 de 147

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais destinos das exportações da República de Fíji
US$ milhões

Países	2016	Part.% no total
Estados Unidos	167	18,1%
Austrália	139	15,0%
Nova Zelândia	65	7,0%
China	48	5,1%
Tonga	39	4,2%
Vanuatu	39	4,2%
Reino Unido	35	3,8%
Kiribati	31	3,4%
Japão	29	3,1%
Samoa	23	2,4%
...		
Brasil (92º lugar)	**0,01**	***0,0%***
Subtotal	**614**	**66,3%**
Outros países	**312**	**33,7%**
Total	**926**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

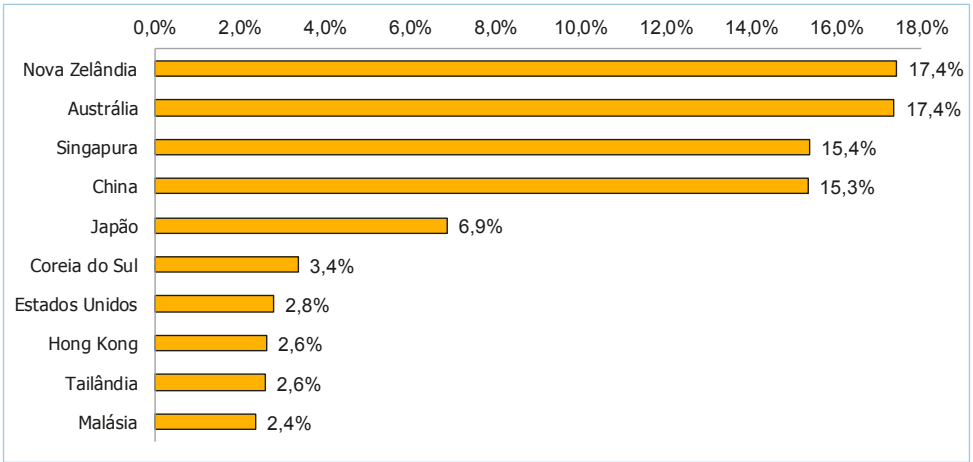


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais origens das importações da República de Fíji
US$ milhões

Países	2016	Part.% no total
Nova Zelândia	404	17,4%
Austrália	402	17,4%
Singapura	356	15,4%
China	355	15,3%
Japão	159	6,9%
Coreia do Sul	78	3,4%
Estados Unidos	65	2,8%
Hong Kong	61	2,6%
Tailândia	60	2,6%
Malásia	55	2,4%
...		
Brasil (45º lugar)	***1,1***	***0,0%***
Subtotal	**1.995**	**86,1%**
Outros países	**321**	**13,9%**
Total	**2.316**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

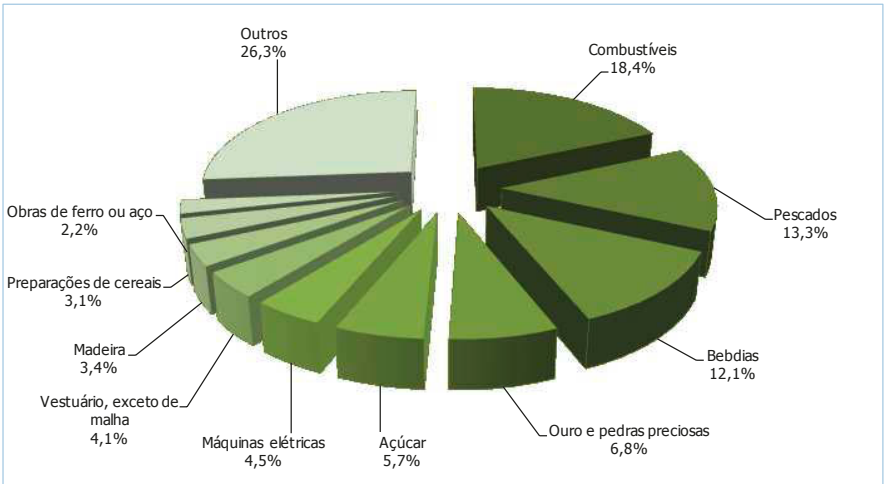


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações da República de Fíji (SH2)
US$ milhões

Grupos de Produtos	2016	Part.% no total
Combustíveis	170	18,4%
Pescados	123	13,3%
Bebdias	112	12,1%
Ouro e pedras preciosas	63	6,8%
Açúcar	52	5,7%
Máquinas elétricas	42	4,5%
Vestuário, exceto de malha	38	4,1%
Madeira	31	3,4%
Preparações de cereais	29	3,1%
Obras de ferro ou aço	20	2,2%
Subtotal	**683**	**73,7%**
Outros	**243**	**26,3%**
Total	**926**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



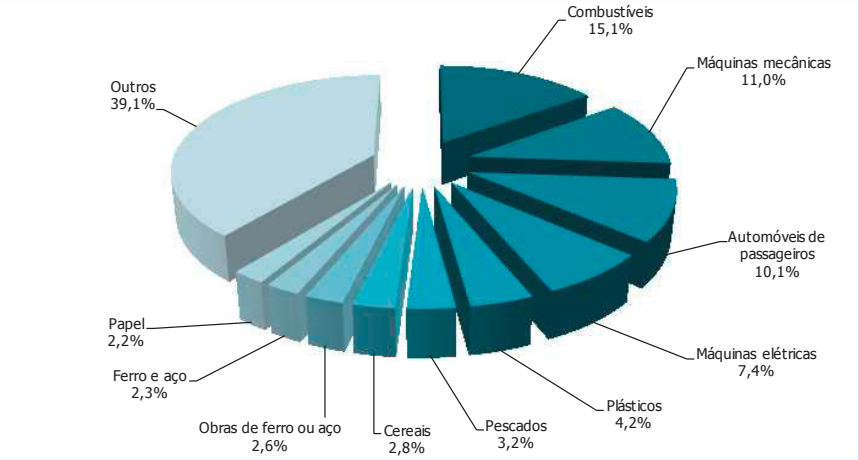
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações da República de Fíji (SH2)
US$ milhões

Grupos de produtos	2016	Part.% no total
Combustíveis	351	15,1%
Máquinas mecânicas	254	11,0%
Automóveis de passageiros	234	10,1%
Máquinas elétricas	171	7,4%
Plásticos	98	4,2%
Pescados	73	3,2%
Cereais	64	2,8%
Obras de ferro ou aço	60	2,6%
Ferro e aço	53	2,3%
Papel	52	2,2%
Subtotal	**1.411**	**60,9%**
Outros	**906**	**39,1%**
Total	**2.316**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

10 principais grupos de produtos importados



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais indicadores socioeconômicos da República de Fíji

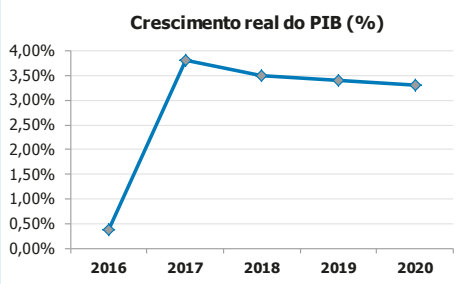
Indicador	2016	2017	2018(1)	2019(1)	2020(1)
Crescimento real do PIB (%)	0,38%	3,80%	3,50%	3,40%	3,30%
PIB nominal (US$ bilhões)	4,67	5,08	5,44	5,79	6,17
PIB nominal "per capita" (US$)	5.343	5.740	6.120	6.490	6.881
PIB PPP (US$ bilhões)	8,19	8,65	9,16	9,68	10,19
PIB PPP "per capita" (US$)	9.375	9.777	10.304	10.837	11.364
População (mil habitantes)	873	885	889	893	897
Desemprego (%)	5,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Inflação (%)(2)	3,93%	2,81%	3,30%	3,00%	3,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-5,01%	-4,49%	-5,20%	-4,50%	-4,00%
Dívida externa (US$ milhões)	867,80	681,40	n.d.	n.d.	n.d.
Câmbio (F$ / US$)(2)	2,09	2,06	2,10	2,11	n.d.
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			10,6%		
Indústria			17,9%		
Serviços			71,5%		

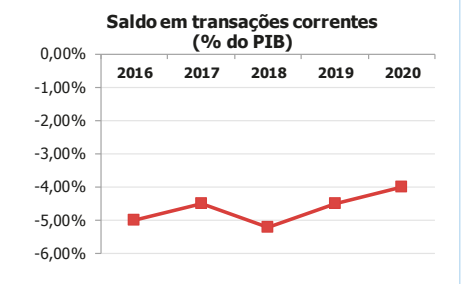
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

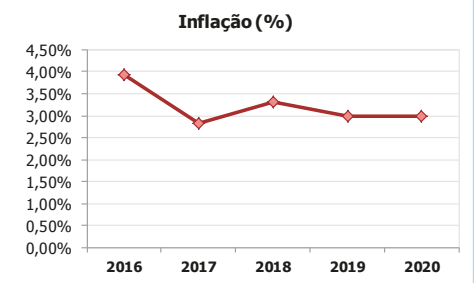
(n.d.) Dado não disponível.

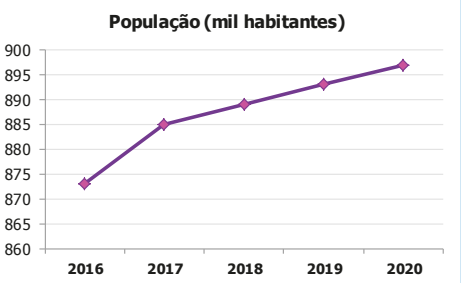
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.





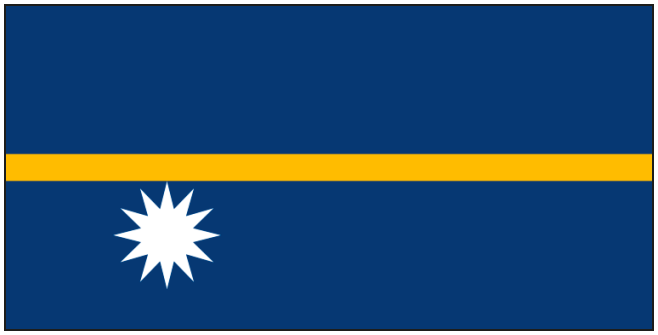


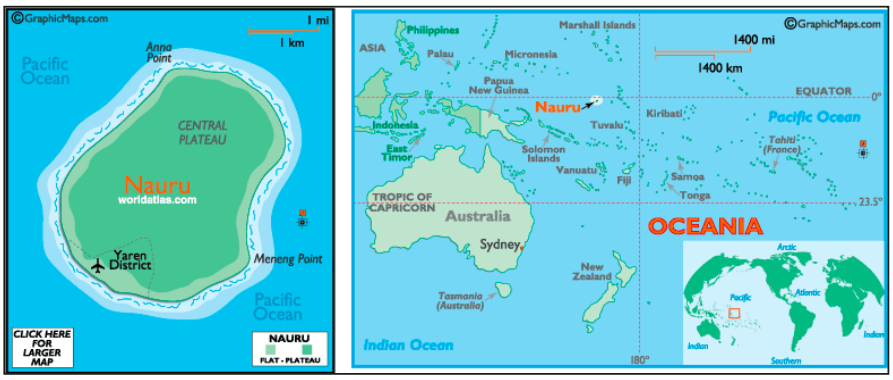


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

NAURU





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Nauru
ADJETIVO GENTÍLICO	nauruano
CAPITAL	Não há capital oficial. Escritórios do governo encontram-se no distrito de Yaren
ÁREA	21 km²
POPULAÇÃO (2017)[1]	13 mil habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS	Nauruano e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantes (66%) e católicos (34%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento de Nauru (Parliament of Nauru); Parlamento unicameral, composto por 19 membros, eleitos para mandatos de 3 anos.
CHEFE DE ESTADO	Presidente Baron Waqa
CHANCELER	Presidente Baron Waqa (cargo acumulado)
PIB NOMINAL (2017)[1]	US$ 114 milhões
PIB PPP (2017)[1]	US$ 159 milhões
PIB NOMINAL *per capita* (2017)[1]	US$ 8.575
PIB PPP *per capita* (2017)[1]	US$ 12.002
VARIAÇÃO DO PIB (2017)	3,96%
IDH[2]	Não há medida de IDH pelo PNUD
EXPECTATIVA DE VIDA[2]	80 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	Dado indisponível
ÍNDICE DE DESEMPREGO[3]	23% (2011)
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar australiano (AUD)
EMBAIXADOR EM NAURU (cumulativa com Camberra)	Manuel Innocencio de Lacerda Santos Junior
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há
BRASILEIROS NO PAÍS	Não há registro do número de brasileiros residentes em Nauru

[1]Não há dados econômicos mais recentes
[2] Dados do Relatório 2013 PNUD
[3] Dado do Cia World Factbook, não há dado mais recente.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC*

BRASIL⇒ NAURU	**1997**	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**
Intercâmbio	0	0	0,4	0	0	86.9	4.5	7	0.2	0.083	0.006
Exportações	0	0	0,4	0	0	86.9	0	0	0	0	0
Importações	0	0	0	0	0	0	4.5	7	0.2	0.083	0.006
Saldo	0	0	0,4	0	0	86.9	-4.5	-7	-0.2	-0,08	-0.006

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

APRESENTAÇÃO

Nauru é um dos menores países do mundo, com apenas 21 km² de extensão e uma população de cerca de 13 mil habitantes. O Presidente é sempre um parlamentar, eleito pelo próprio Parlamento, que é unicameral e composto por 19 membros. Desde 2003, Nauru teve 11 Presidentes da República. O atual, Baron Waqa, assumiu o governo do país em 2013.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Baron Waqa

Presidente e Ministro das Relações Exteriores de Nauru



Nascido em dezembro de 1959, foi eleito em maio de 2003 para o Parlamento de Nauru e serviu dois períodos como Ministro do Interior e da Educação. Em junho de 2013 era apoiador do presidente Sprent Dabwido; após o então presidente decidir não participar do pleito, concorreu e venceu as eleições, realizadas no Parlamento, contra o candidato da oposição. Seu governo enfrentou uma crise no início de 2014 em razão da expulsão e cancelamento de vistos de dois nacionais australianos residentes em Nauru. Baron Waqa foi capaz de resistir ao voto de não confiança do Parlamento e permanece no cargo.

RELAÇÕES BILATERAIS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas em 2 de novembro de 2005, por Troca de Notas.

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o Representante Permanente (RP) de Nauru junto à ONU, Marlene Moses, bem como os RPs de Fiji, Samoa, Salomão, Tuvalu, Vanuatu, Marshall, e Micronésia, visitaram o Brasil, a convite do Governo brasileiro. Os RPs mantiveram encontro com o Ministro das Relações Exteriores, interino, Samuel Pinheiro Guimarães, e realizaram visitas a federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. O Decreto nº 7.206, de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Yaren, na República de Nauru, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

O Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 270, de junho de 2009, publicado no Diário Oficial nº 110, de junho de 2009, o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru. O acordo foi assinado em maio de 2006, em Nova York, à margem da XIV Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O instrumento entrará em vigor na data do recebimento da última notificação (no caso, a notificação de Nauru).

O governo de Nauru manifestou interesse em identificar atividades de cooperação bilateral nas áreas: médico-hospitalar; tecnologia da informação; água e saneamento básico.

Depois de um período em que o intercâmbio comercial entre Brasil e Nauru consistiu apenas em importações brasileiras por aquele país, a balança passou a ser negativa para o Brasil desde 2009, embora os valores exportados por Nauru sejam irrisórios (máximo de US 7 mil, em 2011, US$ 6 mil em 2017). O ano que registrou maior intercâmbio foi 2007, quando as exportações brasileiras atingiram US$ 86 mil, um valor 200 vezes maior que o registrado em 2001. Os principais produtos brasileiros exportados para Nauru foram, em 2016, máquinas para peneirar minérios.

Assuntos Consulares

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros nas Ilhas Salomão.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Nauru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

POLÍTICA INTERNA

Nauru foi anexado ao Império Alemão em 1888. Com exceção do período em que serviu de base aérea aos japoneses, durante a Segunda Guerra Mundial, o país esteve sob a tutela conjunta de Austrália, Reino Unido e Nova Zelândia (1914-1942 e 1947-1968). Tornou-se independente em 1968. Desde fins dos anos de 1980, com o declínio dos preços do fosfato, a ilha vem apresentando cenário de instabilidade política. De 1989 a 2008, houve vinte mudanças no cargo presidencial.

O Presidente da República, escolhido pelo Parlamento, acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. O Gabinete de Ministros é composto por cinco parlamentares escolhidos pelo presidente. O Parlamento nauruano é unicameral e formado por 18 membros, eleitos por voto popular. Os mandatos, tanto do presidente quanto dos parlamentares, são de três anos. Uma vez que não há partidos políticos em Nauru, os candidatos, independentes, disputam as eleições com base nos laços pessoais e familiares.

A partir de 2004, medidas foram tomadas para melhorar a situação econômico-financeira do país. Em 2006, consultas populares foram feitas, visando a reformas constitucionais. No entanto, debates parlamentares e subsequente referendo ainda precisam ser realizados para que a Constituição nauruana seja, de fato, modificada.

Em fins de 2007, após moção de desconfiança, o então Presidente Ludwig Scotty foi deposto e Marcus Stephen assumiu o cargo em dezembro de 2007. Stephen foi reeleito pelo Parlamento em novembro de 2010 mas renunciou em 10 de novembro de 2011 em meio a alegações de corrupção. Em seu lugar assumiu, com margem de apenas um voto na eleição do Parlamento, Frederick Pitcher, porém poucos dias depois, em novembro de 2011, o parlamentar Sprent Dabwido passou para a oposição, que passou a ter vantagem numérica e conseguiu aprovar uma moção de desconfiança. Sprent Dabwido foi nomeado candidato da oposição à presidência e foi eleito em eleição subsequente do parlamento por um resultado de 9 votos a seu favor e 8 contra. Dabwido permaneceu na presidência até junho de 2013, quando decidiu não concorrer à reeleição e foi sucedido por seu aliado Baron Waqa.

POLÍTICA EXTERNA

Desde 1999, Nauru é membro da “Commonwealth” e das Nações Unidas, onde demonstra interesse nos temas relacionados a meio ambiente. Tem participação em várias organizações regionais, como o Foro do Pacífico Sul, a Comunidade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Pacífico e a Comissão Econômica e Social para Ásia e Pacífico (ESCAP, sigla em inglês).

Nauru mantém relações diplomáticas intensas com a Austrália, parceira fundamental no comércio, na construção de infraestrutura, na melhoria dos serviços e nos programas de desenvolvimento e investimento. Além da Austrália, a república nauruana mantém representações oficiais em Fiji, Taiwan, Bangkok e Nova York (ONU). Ademais, possui Cônsules Honorários em Cingapura, Londres, Auckland, Bruxelas e Kaohsiung (sul de Taiwan).

Em setembro de 2014, na 69ª sessão da AGNU, o Presidente de Nauru, Baron Divavesi Waqa, lembrou a realização em Samoa, no início daquele mês, da III Conferência Internacional sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, promovida em conjunto com as Nações Unidas. A ONU deve ser, segundo Waqa, o *locus* preferencial para resolução de controvérsias e para o enfrentamento dos grandes desafios mundiais, como o aquecimento global.

Por ocasião da Cúpula do G-20 em Brisbane, em 2014, o Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, realizou encontro com líderes de Nauru e de outros países do Pacífico Sul, durante o qual anunciou medidas de apoio à região, como a criação de fundo de US$ 1 milhão para adaptação à mudança climática e a elevação do auxílio anual concedido para cada país de US$ 125 para US$ 200 mil.

Na 70ª AGNU, o Presidente de Nauru, Baron Waqa, realizou intervenção coerente com as prioridades dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS). Avaliou que a Agenda 2030 constitui passo importante para o fortalecimento da legitimidade das Nações Unidas, ao estabelecer uma abordagem mais adequada às necessidades e circunstâncias específicas dos diferentes países. Defendeu que sejam adotadas medidas mais abrangentes de desenvolvimento humano, que não estejam centradas apenas no PIB e renda per capita. Denunciou a realização de pesca ilegal nas águas territoriais do seu país e rogou que a renda da pesca seja direcionada aos reais proprietários dos recursos.

Em abril de 2016, Nauru tornou-se o 189º membro do Fundo Monetário Internacional.

Direitos Humanos

Como dito, a Austrália é o parceiro comercial mais importante, além de fornecer a maior parte da ajuda externa que constitui o orçamento de Nauru. Essa relação especial permitiu a criação, em Nauru, de centro de processamento de pessoas que buscavam asilo na Austrália. O centro funcionou de 2001 a 2008, e foi peça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

central na política "Pacific Solution", do governo conservador do então Primeiro-Ministro australiano John Howard. O centro foi reaberto em 2012 pelo governo trabalhista australiano e continua em funcionamento na atual administração liberal-nacionalista. Em 2013, foi assinado acordo bilateral pelo qual Nauru também reassentaria alguns dos imigrantes que tivessem seus pedidos de refúgio aceitos. O centro de processamento tem sido objeto de escrutínio dos observadores internacionais. Desde 2012, o centro tem sido duramente criticado pela Anistia Internacional.

Nauru não tem legislação sobre violência doméstica, sexual, assédio ou família, ou qualquer outra legislação que aborde tráfico de seres humanos ou o turismo sexual. Há pouca documentação sobre violência doméstica contra mulheres e crianças e as estatísticas de criminalidade não são desagregadas por sexo da vítima.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Nos anos 1970 e 80, o país teve o maior PIB per capita do mundo, devido às suas reservas de fosfato. Desde os anos 1990, no entanto, Nauru tornou-se uma nação empobrecida, devido à exaustão daquelas reservas. Aproximadamente 70% do orçamento nacional provem de assistência externa, sobretudo da Austrália. O desemprego atinge 23% da população e o governo é responsável por 95% dos empregos no país.

Com PIB PPP estimado em US$ 159 milhões em 2017, Nauru é uma das menores economias do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade (turismo), seguido da indústria (minério de fosfato e produtos derivados do coco) e agricultura (coco). O comércio exterior do país apresentou, em 2017, retração de 30,2% em relação a 2013, de US$ 225 milhões para US$ 68 milhões. No ranking da ONU de 2012, o país figurou como o 210º mercado mundial, sendo o 189º exportador e o 223º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário entre 2013 e 2017, totalizando saldo negativo de US$ 18 milhões em 2017.

Em 2017, o Japão foi o principal destino das vendas de Nauru com 26,5% do total. Seguiram-se: Austrália (23,5%); Coreia do Sul (19%); e Nova Zelândia (9,2%). A Austrália foi o principal fornecedor de bens à Ilha, com 74,9% do total. Seguiram-se: Índia (9%), Singapura (6%), Nova Zelândia (3,8%) e China (0,9%). O comércio com o Brasil foi irrisório, tanto em termos de importações como de exportações. Fosfatos de cálcio naturais foram os principais produtos exportados por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nauru (71,4%), seguidos de aparelhos elétricos para telefonia (3,5%), aparelhos para iluminação (2,2%), óculos para correção (2%) e vestuário de couro natural (1,5%). A pauta de importações de Nauru apresentou-se menos concentrada, sendo os principais produtos importados carnes (7,8%), máquinas elétricas (7,6%), máquinas mecânicas (7,2%), móveis (5,5%) e veículos automóveis (5%).

Entre 2013 e 2017, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou queda de US$ 261 para US$ 6, valor referente à importação, pelo Brasil, de pequeníssima quantidade de um único produto de Nauru: resistências elétricas fixas.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1888	Ilha de Nauru é anexada pela Alemanha.
1918	Posta sob tutela do Reino Unido.
1942	Capturada pelo Japão e usada como base aérea na II Guerra.
1947	Posta sob tutela conjunta de Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia.
1968	Independência, grande prosperidade econômica advinda da exportação de fosfato.
1989	Queda no preço do fosfato, início de declínio econômico e instabilidades políticas.
2006	Realização de consultas populares para reforma constitucional.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Estabelecimento de relações diplomáticas
2006	Celebração do Acordo de Cooperação Técnica

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de	Entrada	Promulgação

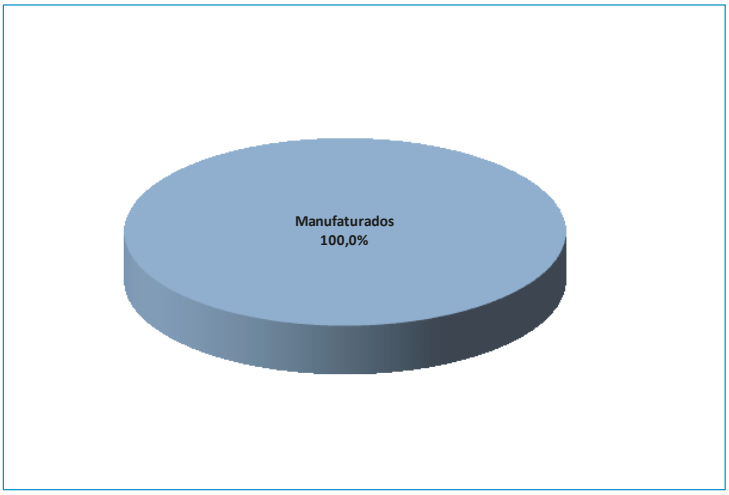
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	celebração	em vigor	Decreto nº	Data
Acordo Básico de Cooperação Técnica.	11/05/2006	---	---	---

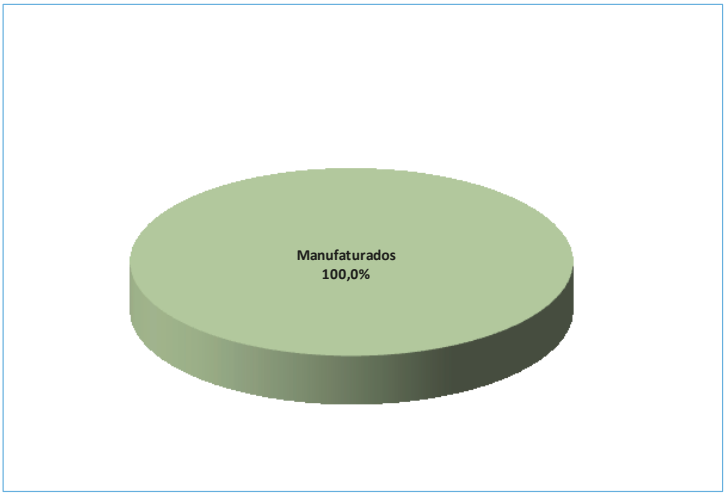
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2016

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

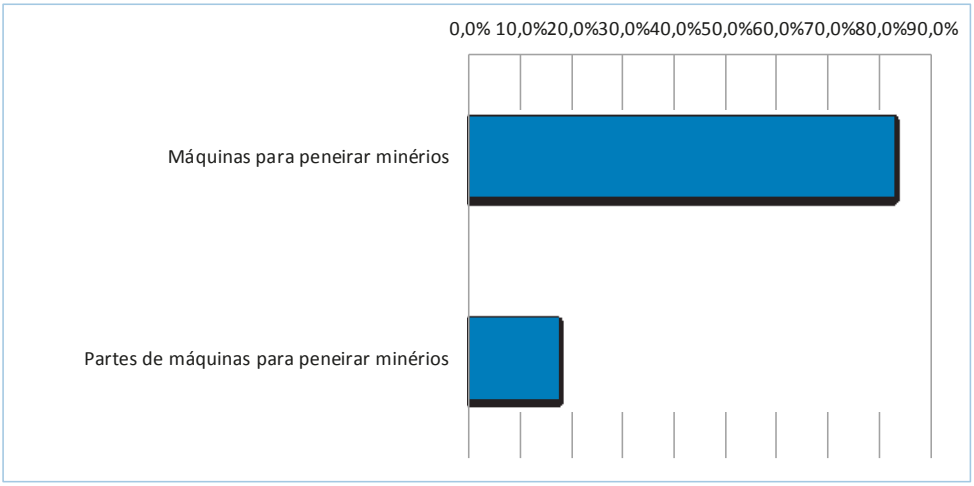
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações brasileiras para Nauru (SH8)
US$

Grupos de produtos	2016	
	Valor	Part.% no total
Máquinas para peneirar minérios	3.332	82,7%
Partes de máquinas para peneirar minérios	697	17,3%
Subtotal	**4.029**	**100,0%**
Outros	**0**	**0,0%**
Total	**4.029**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016



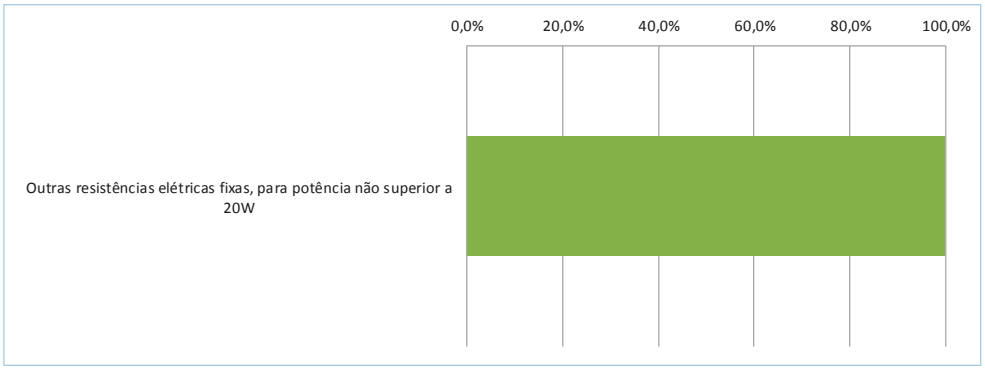
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações brasileiras originárias de Nauru (SH4)
US$

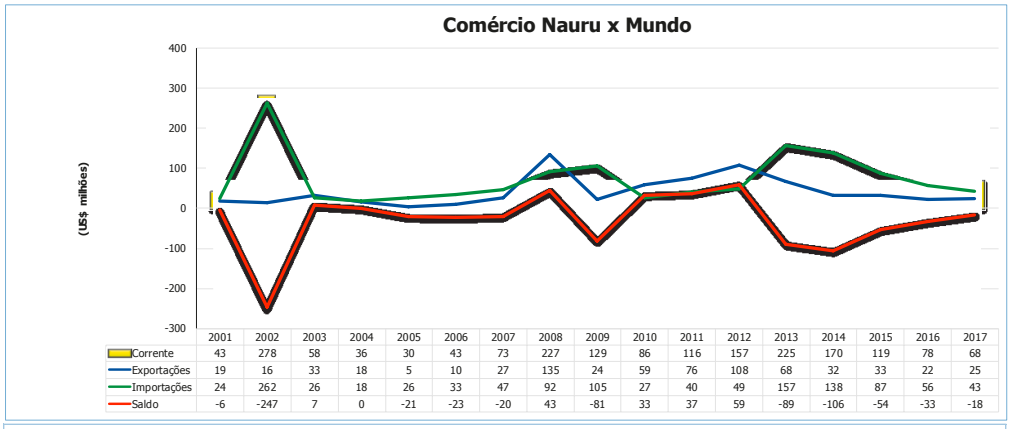
Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Outras resistências elétricas fixas, para potência não superior a 20W	0	0,0%	0	0,0%	6	100,0%
Volantes de direção para veículos automóveis	0	0,0%	2.991	100,0%	0	0,0%
Acumuladores elétricos de íon de lítio	83	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	**83**	**100,0%**	**2.991**	**100,0%**	**6**	**100,0%**
Outros	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**
Total	**83**	**100,0%**	**2.991**	**100,0%**	**6**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente	43	278	58	36	30	43	73	227	129	86	116	157	225	170	119	78	68
Exportações	19	16	33	18	5	10	27	135	24	59	76	108	68	32	33	22	25
Importações	24	262	26	18	26	33	47	92	105	27	40	49	157	138	87	56	43
Saldo	-6	-247	7	0	-21	-23	-20	43	-81	33	37	59	-89	-106	-54	-33	-18

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Nauru não informou suas estatísticas comerciais ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

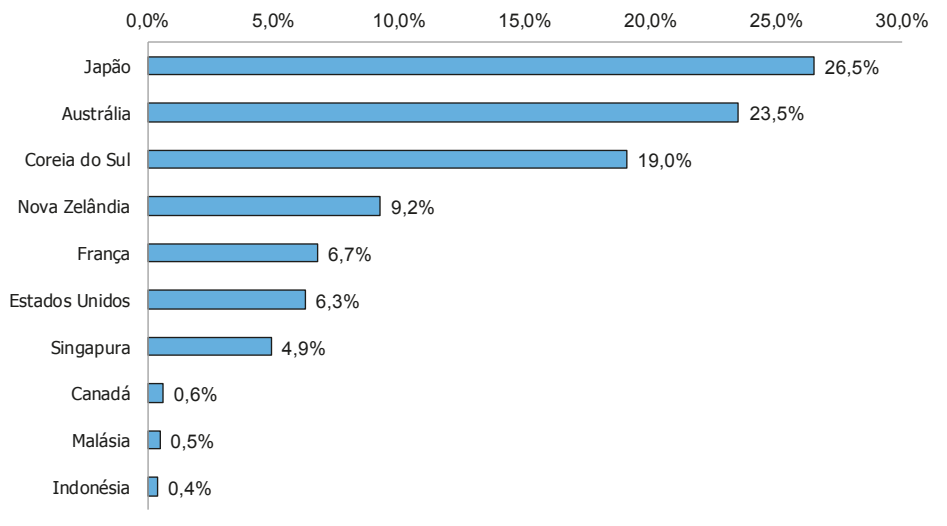
137
Parte integrante do Avulso da MSF nº 63 de 2018.
Página 140 de 147

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais destinos das exportações de Nauru
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
Japão	6,65	26,5%
Austrália	5,90	23,5%
Coreia do Sul	4,78	19,0%
Nova Zelândia	2,32	9,2%
França	1,69	6,7%
Estados Unidos	1,57	6,3%
Singapura	1,23	4,9%
Canadá	0,15	0,6%
Malásia	0,12	0,5%
Indonésia	0,09	0,4%
...		
Brasil (36º lugar)	**0,00**	***0,0%***
Subtotal	**24,50**	**97,6%**
Outros países	**0,60**	**2,4%**
Total	**25,10**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
Nauru não informou suas estatísticas comerciais ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros

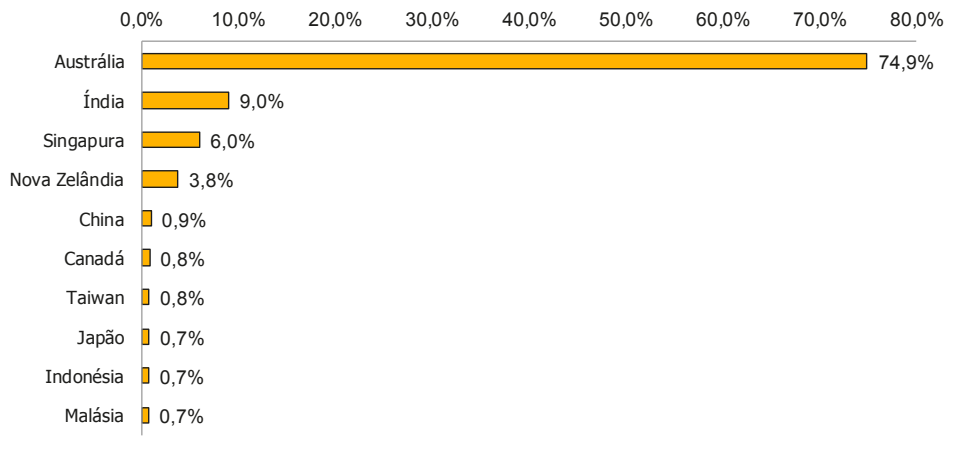


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais origens das importações de Nauru
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
Austrália	32,09	74,9%
Índia	3,85	9,0%
Singapura	2,55	6,0%
Nova Zelândia	1,61	3,8%
China	0,40	0,9%
Canadá	0,34	0,8%
Taiwan	0,32	0,8%
Japão	0,32	0,7%
Indonésia	0,30	0,7%
Malásia	0,30	0,7%
...		
Brasil (25º lugar)	***0,00***	***0,0%***
Subtotal	**42,08**	**98,2%**
Outros países	**0,77**	**1,8%**
Total	**42,85**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
Nauru nao informou suas estatisticas comerciais ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informaçao dos parceiros

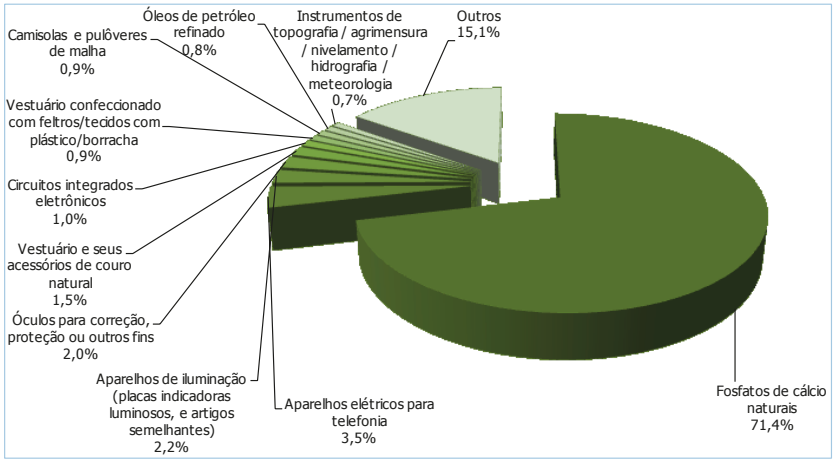


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das exportações de Nauru (SH4)
US$ milhões

Grupos de Produtos	2016[(1)]	Part.% no total
Fosfatos de cálcio naturais	16,01	71,4%
Aparelhos elétricos para telefonia	0,78	3,5%
Aparelhos de iluminação (placas indicadoras luminosos, e artigos semelhantes)	0,50	2,2%
Óculos para correção, proteção ou outros fins	0,44	2,0%
Vestuário e seus acessórios de couro natural	0,34	1,5%
Circuitos integrados eletrônicos	0,23	1,0%
Vestuário confeccionado com feltros/tecidos com plástico/borracha	0,20	0,9%
Camisolas e pulôveres de malha	0,19	0,9%
Óleos de petróleo refinado	0,19	0,8%
Instrumentos de topografia / agrimensura / nivelamento / hidrografia / meteorologia	0,17	0,7%
Subtotal	**19,05**	**84,9%**
Outros	**3,39**	**15,1%**
Total	**22,44**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
Nauru não informou suas estatísticas comerciais ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.
(1) Última posição disponível em maio de 2018.



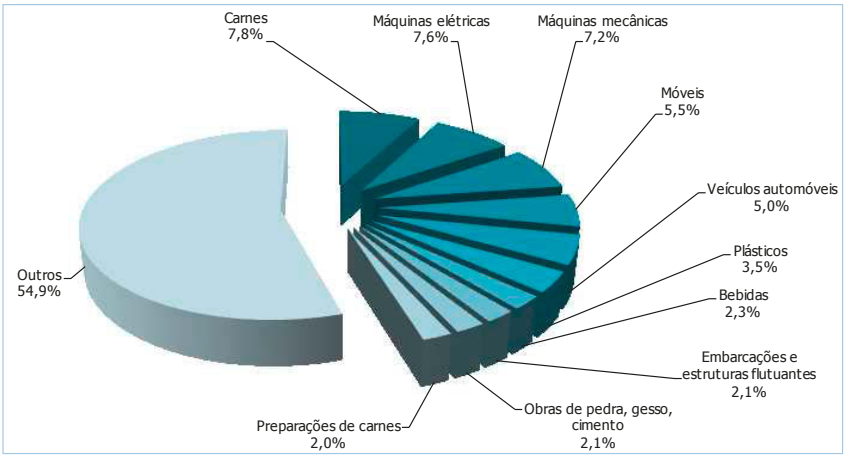
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Composição das importações de Nauru (SH2)
US$ milhões

Grupos de produtos	2016[(1)]	Part.% no total
Carnes	4,38	7,8%
Máquinas elétricas	4,27	7,6%
Máquinas mecânicas	4,04	7,2%
Móveis	3,06	5,5%
Veículos automóveis	2,78	5,0%
Plásticos	1,96	3,5%
Bebidas	1,26	2,3%
Embarcações e estruturas flutuantes	1,18	2,1%
Obras de pedra, gesso, cimento	1,15	2,1%
Preparações de carnes	1,13	2,0%
Subtotal	**25,22**	**45,1%**
Outros	**30,64**	**54,9%**
Total	**55,86**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
Nauru não informou suas estatísticas comerciais ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.
(1) Última posição disponível em maio de 2018.

10 principais grupos de produtos importados

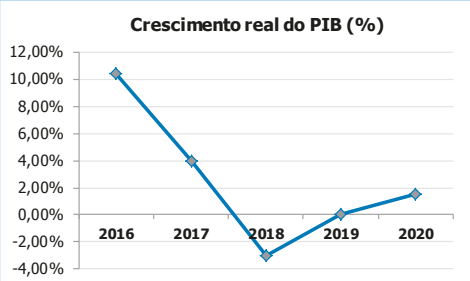


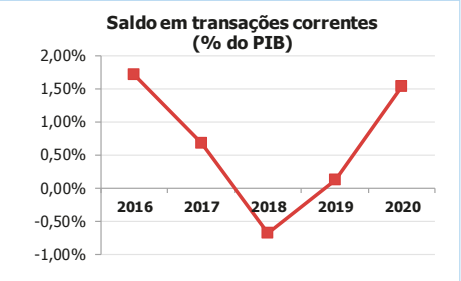
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

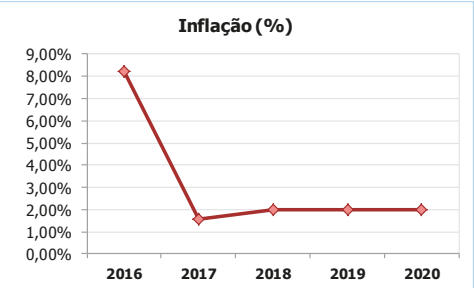
Principais indicadores socioeconômicos de Nauru

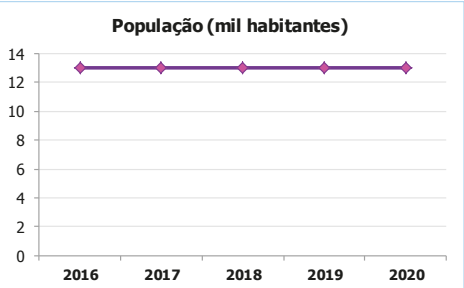
Indicador	2016	2017	2018[1]	2019[1]	2020[1]
Crescimento real do PIB (%)	10,40%	3,96%	-3,00%	0,00%	1,54%
PIB nominal (US$ milhões)	102	114	114	114	117
PIB nominal "per capita" (US$)	7.824	8.575	8.800	8.711	8.868
PIB PPP (US$ milhões)	151	159	158	162	167
PIB PPP "per capita" (US$)	11.540	12.002	12.220	12.350	12.634
População (mil habitantes)	13	13	13	13	13
Inflação (%)[2]	8,22%	1,58%	2,00%	2,00%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,71%	0,68%	-0,68%	0,12%	1,54%
Origem do PIB (2009 Estimativa)					
Agricultura			6,1%		
Indústria			33,0%		
Serviços			60,8%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018 e da Cia.gov.
(1) Estimativas FMI.
(2) Média do período.









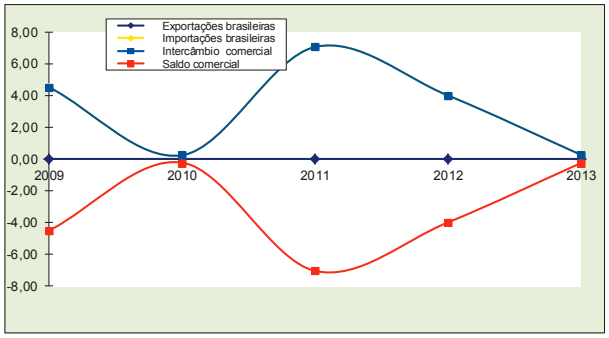
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US$ mil, fob

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2013 (jan-mar)	2014 (jan-mar)	VAR. % 2009-2013
Exportações brasileiras	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,0%**
Variação em relação ao ano anterior	-100,0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-100,0%	n.a.	
Importações brasileiras	**4,51**	**0,24**	**7,05**	**4,00**	**0,26**	**0,00**	**0,00**	**-94,2%**
Variação em relação ao ano anterior	n.a.	-94,8%	(+)	-43,4%	-93,5%	-100,0%	n.a.	
Intercâmbio comercial	**4,51**	**0,24**	**7,05**	**4,00**	**0,26**	**0,00**	**0,00**	**-94,2%**
Variação em relação ao ano anterior	-99,9%	-94,8%	2901,7%	-43,4%	-93,5%	-100,0%	n.a.	
Saldo comercial	**-4,51**	**-0,24**	**-7,05**	**-4,00**	**-0,26**	**0,00**	**0,00**	**n.c.**

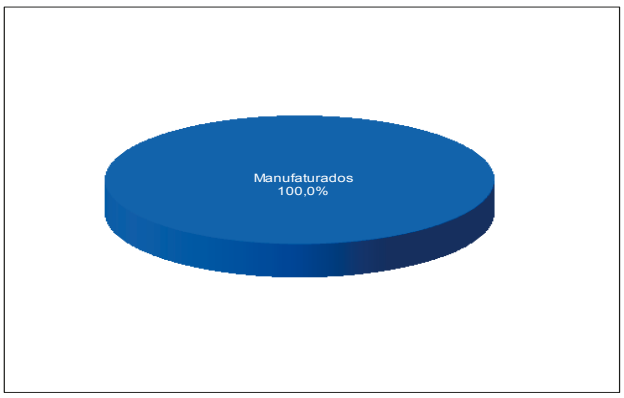
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.a.) Dado não aplicável.
(n.c.) Dado não calculado.

Nauru foi o 234º parceiro comercial brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou queda de 94,2%, de US$ 4,51 mil para US$ 261. Nesse período, não houve exportações para o país e as importações caíram 94,2%. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil em todo o período, registrou déficit de US$ 261 em 2013.



Importações brasileiras por fator agregado
2013

Importações



Os produtos manufaturados totalizaram a pauta importadora em 2013, representados pela compra de outras partes para motores de explosão e outras partes de bombas para líquidos.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX.

Composição das importações brasileiras
US$ mil, fob

Descrição	2011	2012	2013 Valor	2013 Part. % no total
Máquinas mecânicas	3,57	3,42	0,26	100,0%
Subtotal	**3,57**	**3,42**	**0,26**	**100,0%**
Outros produtos	**3,49**	**0,57**	**0,00**	**0,0%**
Total	**7,05**	**4,00**	**0,26**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Máquinas mecânicas (outras partes para motores de explosão e outras partes de bombas para líquidos) foram os únicos produtos importados daquele país em 2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aviso nº 324 - C. Civil.

Em 27 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ofício da Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 105/2018/PS-GSE

Brasília, 28 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de PL à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, o Projeto de Lei nº 7.752, de 2017, do Senado Federal (PLS nº 212, de 2016), que "Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 27.06.2018.

Atenciosamente,

Deputado GIACOBO
Primeiro-Secretário

24.579 (AGO/16)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ofício do Ministro de Estado da Fazenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S"
Nº 30, DE 2018

Encaminha, em cumprimento ao art. 3º da Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, do Senado Federal, Relatório do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, referente ao mês de maio de 2018.

AUTORIA: Ministério da Fazenda

DOCUMENTOS:

- Texto do ofício

DESPACHO INICIAL: À CAE.

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria da Dívida Pública
Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública
Coordenação de Suporte ao Controle da Dívida Pública
Gerência de Informação e Estatística da Dívida Pública
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Ed. Sede do Ministério da Fazenda - 2º andar - GAB/STN - Setor Central
70048-900 - Brasília - DF
(61) 3412-2222 (61) 3412-1717 (61) 3412-2215 gab.df.stn@tesouro.gov.br

Ofício SEI nº 2/2018/GEEST/COSCD/CODIV/SUDIP/STN-MF

Brasília, 15 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
Senado Federal, 1º Andar – Edifício Principal
CEP 70.165-900 – Brasília (DF)

Assunto: **Encaminhamento de informações ao Senado Federal.**

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.104982/2018-98.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. No contexto do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, de que trata a Resolução do Senado Federal n° 20, de 16 de novembro de 2004, e em cumprimento ao seu art. 3°, encaminho a Vossa Excelência o Relatório do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, referente ao mês de maio de 2018.

Respeitosamente,

Documento assinado eletronicamente

Mansueto Facundo de Almeida Junior

Secretário do Tesouro Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Documento assinado eletronicamente por **Mansueto Facundo de Almeida Junior**, **Secretário(a) do Tesouro Nacional**, em 21/06/2018, às 18:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0774510** e o código CRC **3C560052**.

Processo nº 17944.104982/2018-98. SEI nº 0774510

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria da Dívida Pública
Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública
Coordenação de Suporte ao Controle da Dívida Pública
Gerência de Informação e Estatística da Dívida Pública

RELATÓRIO Nº 5

Brasília, 15 de junho de 2018.

Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior

ASSUNTO: RELATÓRIO DE EXECUÇÃO EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 3º DA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 20, DE 16/11/2004.

No amparo da Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, do Senado Federal, que autoriza a União a realizar emissões de títulos e operações de administração de passivos, de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior, a Secretaria do Tesouro Nacional deu continuidade, no mês de maio de 2018, à estratégia definida no Plano Anual de Financiamento – PAF[1], qual seja, a de aperfeiçoamento do perfil da Dívida Pública Federal externa – DPFe.

2. Em atendimento ao artigo 3º da referida Resolução, relatamos que no mês de maio do ano corrente foram liquidadas operações de administração de passivos no âmbito do Programa de Resgate Antecipado de títulos da Dívida Externa, no montante de US$ 45,28 milhões, em valor de face, correspondendo ao valor financeiro total de US$ 53,73 milhões (Quadro 1). O volume recomprado no período representa 0,80% do estoque[2] em mercado dos títulos que foram alvo do Programa.

Quadro 1: Recompras efetuadas em maio/2018, por título.

US$

Ativo	Preço Limpo Médio	Valor de Face	Juros	Ágio	Pagamento Total
Global 2084	122,15%	29.620.000	744.952	6.560.260	36.925.212
Global 2087	112,23%	10.000.000	217.708	1.222.500	11.440.208
Global 2041	92,95%	5.658.000	108.740	- 398.889	5.367.851
Total		**45.278.000**	**1.071.400**	**7.383.871**	**53.733.271**

Fonte: Tesouro Nacional – CODIP/CODIV

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3. Os títulos listados no Quadro 1 foram objeto de recompra antecipada por não se constituírem mais como referência de financiamento para República. Assim, a atuação do Tesouro Nacional corrobora a estratégia de direcionar a liquidez do mercado para os *benchmarks,* melhorando o perfil do passivo externo e consolidando a curva de juros soberana.

---

[1] Trata-se de um instrumento de gestão fiscal que define os objetivos e diretrizes da administração da Dívida Pública Federal - DPF. Por meio do PAF, o Tesouro Nacional expressa seu compromisso com a redução dos custos, o monitoramento dos riscos e o planejamento estratégico da DPF, contribuindo, assim, para aumentar a confiança dos investidores.

[2] Considerando o saldo devedor em 30 de abril de 2018.

Documento assinado eletronicamente

André Proite

Coordenador-Geral de Controle e Pagamento da Dívida Pública

José Franco Medeiros de Morais

Subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional

Mansueto Facundo de Almeida Júnior

Secretário do Tesouro Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Documento assinado eletronicamente por **Jose Franco Medeiros de Morais**, **Subsecretário(a) da Dívida Pública**, em 19/06/2018, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Mansueto Facundo de Almeida Junior**, **Secretário(a) do Tesouro Nacional**, em 21/06/2018, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Andre Proite**, **Coordenador(a)-Geral de Controle da Dívida Pública**, em 22/06/2018, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0774234** e o código CRC **ED17D3BC**.

Referência: Processo nº 17944.104982/2018-98. SEI nº 0774234

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Término de prazos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

Encerrou-se em 28 de junho o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 580, de 2015; e aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 57, 59 e 72, de 2018.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 580, de 2015. A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

Aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 57 e 59, de 2018, foram apresentadas as Emendas nº 1-Plen, do Senador Hélio José. As matérias tramitam em regime de urgência e serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2018, que consta da pauta da Ordem do Dia de 3 de julho.

São as seguintes as emendas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PDS 57/2018
00001

EMENDA Nº 1 - PLEN

(ao PDS nº 57, de 2018)

SF/18327.32013-68

Acrescente-se ao Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 4 de junho de 2018, onde couber, o seguinte artigo:

"....

Art. XXX. Os créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), decorrentes dos produtos classificados nas posições 2106.90.10 *Ex 01* e *Ex 02*, ambos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), oriundos de estabelecimentos que tenham projetos aprovados pela SUFRAMA, somente poderão ser compensados na apuração do IPI de produtos classificados na posição 2202 da TIPI."

JUSTIFICAÇÃO

As grandes corporações do setor de refrigerantes aproveitam o crédito de IPI, sobre as matérias-primas adquiridas com isenção, favorecendo-se de uma "estratégia" de produção e comercialização do insumo concentrado proveniente da Zona Franca de Manaus (ZFM).

Ao produzirem o concentrado na ZFM e, posteriormente, repassarem o insumo para as engarrafadoras situadas por todo o território nacional, as grandes corporações minimizam os impactos da carga tributária sobre suas atividades, obviamente, à custa da sociedade.

Cumpre destacar que, tanto a fábrica produtora do concentrado quanto as engarrafadoras espalhadas pelo país, fazem parte de uma mesma corporação, de um complexo sistema produtivo cuja intenção central consiste em minimizar a carga tributária. Assim, a prática de superfaturar o concentrado não gera custos adicionais à empresa que o adquire.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No médio e longo prazo, por sua vez, quem perde são os concorrentes (as pequenas empresas regionais) e os consumidores, que possuem poucas opções de sabores de refrigerantes à disposição e, inevitavelmente, a preços fixados em patamares "monopólicos".

A emenda inclui, portanto, dispositivo que dispõe que os créditos dos tributos decorrentes da aquisição de extratos concentrados para elaboração de bebidas refrigerantes, produzidos com os benefícios da ZFM, somente poderão ser utilizados para abatimentos de débitos decorrentes da comercialização dos produtos elencados no parágrafo único do art. 14 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015 (águas, refrigerantes, energéticos, isotônicos e outros não alcoólicos), impedindo, assim, a compensação de débitos para cervejas e outras bebidas alcoólicas (compensação cruzada).

É importante ressaltar que o consumo excessivo de álcool faz com que o país gaste 7,3% do PIB com medidas governamentais de combate às consequências danosas do consumo de álcool. Segundo estatísticas oficiais, no ano de 2014, foram gastos no Brasil R$ 372 Bilhões com todo tipo de despesas, sem contar as perdas de produtividade das empresas e a destruição do patrimônio e das famílias dos consumidores compulsivos.

Portanto, esta emenda visa apenas buscar o equilíbrio da carga tributária incidente sobre as grandes corporações do setor de refrigerantes face às empresas regionais, haja vista que estas não estão inseridas na engenharia tributária, e, coincidentemente se mostra como medida que reafirma política pública de saúde.

Por essas razões apresento a emenda.

Sala das Sessões,

Senador HÉLIO JOSÉ

SF/18327.32013-68

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PDS 59/2018
00001

EMENDA Nº 1 - PLEN

(ao PDS nº 59, de 2018)

SF/18706.12107-21

Acrescente-se ao Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 5 de junho de 2018, onde couber, o seguinte artigo:

"....

Art. XXX. Os créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), decorrentes dos produtos classificados nas posições 2106.90.10 *Ex 01* e *Ex 02*, ambos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), oriundos de estabelecimentos que tenham projetos aprovados pela SUFRAMA, somente poderão ser compensados na apuração do IPI de produtos classificados na posição 2202 da TIPI."

JUSTIFICAÇÃO

As grandes corporações do setor de refrigerantes aproveitam o crédito de IPI, sobre as matérias-primas adquiridas com isenção fiscal, favorecendo-se de uma "estratégia" de produção e comercialização do insumo concentrado proveniente da Zona Franca de Manaus (ZFM).

Ao produzirem o concentrado na ZFM e, posteriormente, repassarem o insumo para as engarrafadoras situadas por todo o território nacional, as grandes corporações minimizam os impactos da carga tributária sobre suas atividades, obviamente, à custa da sociedade.

Cumpre destacar que, tanto a fábrica produtora do concentrado quanto as engarrafadoras espalhadas pelo país, fazem parte de uma mesma corporação, de um complexo sistema produtivo cuja intenção central consiste em minimizar a carga tributária. Assim, a prática de superfaturar o concentrado não gera custos adicionais à empresa que o adquire.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No médio e longo prazo, por sua vez, quem perde são os concorrentes (as pequenas empresas regionais) e os consumidores, que possuem poucas opções de sabores de refrigerantes à disposição e, inevitavelmente, a preços fixados em patamares "monopólicos".

A emenda inclui, portanto, dispositivo que dispõe que os créditos dos tributos decorrentes da aquisição de extratos concentrados para elaboração de bebidas refrigerantes, produzidos com os benefícios da ZFM, somente poderão ser utilizados para abatimentos de débitos decorrentes da comercialização dos produtos elencados no parágrafo único do art. 14 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015 (águas, refrigerantes, energéticos, isotônicos e outros não alcoólicos), impedindo, assim, a compensação de débitos para cervejas e outras bebidas alcoólicas (compensação cruzada).

É importante ressaltar que o consumo excessivo de álcool faz com que o país gaste 7,3% do PIB com medidas governamentais de combate às consequências danosas do consumo de álcool. Segundo estatísticas oficiais, no ano de 2014, foram gastos no Brasil R$ 372 Bilhões com todo tipo de despesas, sem contar as perdas de produtividade das empresas e a destruição do patrimônio e das famílias dos consumidores compulsivos.

Portanto, esta emenda visa apenas buscar o equilíbrio da carga tributária incidente sobre as grandes corporações do setor de refrigerantes face às empresas regionais, haja vista que estas não estão inseridas na engenharia tributária, e, coincidentemente se mostra como medida que reafirma política pública de saúde.

Por essas razões apresento a emenda.

Sala das Sessões,

Senador HÉLIO JOSÉ

SF/18706.12107-21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

REQUERIMENTOS DE LICENÇA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 13

RQM nº 455/2018	Vicentinho Alves	RISF Art. 43, II	De 23/06/2018 a 27/06/2018	Licença Particular.
RQM nº 456/2018	Sérgio Petecão	RISF Art. 13	De 26/06/2018 a 28/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 457/2018	Ângela Portela	RISF Art. 13	26/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 458/2018	Eduardo Lopes	RISF Art. 13	21/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 459/2018	Marta Suplicy	RISF Art. 13	21/06/2018	Atividade parlamentar. Visita às instalações da ação de ordenamento da fronteira Brasil-Venezuela, em Pacaraima, Roraima, na comitiva oficial do Presidente Michel Temer.
RQM nº 460/2018	Roberto Requião	RISF Art. 13	05/07/2018	Atividade parlamentar. Participar de reunião com a Diretoria do Sindepetro PR/SC, em Curitiba-PR.
RQM nº 461/2018	Humberto Costa	RISF Art. 13	21/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 462/2018	Ataídes Oliveira	RISF Art. 13	20/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 463/2018	Magno Malta	RISF Art. 13	20/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 464/2018	Randolfe Rodrigues	RISF Art. 13	20/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 465/2018	José Maranhão	RISF Art. 13	De 12/06/2018 a 14/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 466/2018	Romero Jucá	RISF Art. 13	De 19/06/2018 a 22/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 467/2018	Pedro Chaves	RISF Art. 13	26/06/2018	Atividade parlamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Requerimentos de Missão sem Ônus. Total:

Requerimento	Parlamentar	Dispositivo	Período	Evento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

Maioria-MDB - Edison Lobão*
Maioria-MDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Maioria-MDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Maioria-MDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Maioria-MDB - Airton Sandoval* (S)
Maioria-MDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Maioria-MDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Rodrigues Palma* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

Maioria-MDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PSD - Raimundo Lira* (S)
Maioria-MDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PODE - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PODE - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Maioria-MDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Maioria-MDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Maioria-MDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Maioria-MDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Maioria-MDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
Maioria-MDB - Waldemir Moka*
Maioria-MDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
Maioria-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Reditario Cassol* (S)
Maioria-MDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PDT - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
Maioria-MDB - Romero Jucá*
Bloco-PV - Rudson Leite** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 19
MDB-18 / PROS-1

Airton Sandoval. . . . . MDB / SP
Dário Berger. . . . . MDB / SC
Edison Lobão. . . . . MDB / MA
Eduardo Braga. . . . . MDB / AM
Eunício Oliveira. . . . . MDB / CE
Fernando Bezerra Coelho. . . . . MDB / PE
Garibaldi Alves Filho. . . . . MDB / RN
Hélio José. . . . . PROS / DF
Jader Barbalho. . . . . MDB / PA
João Alberto Souza. . . . . MDB / MA
José Maranhão. . . . . MDB / PB
Marta Suplicy. . . . . MDB / SP
Renan Calheiros. . . . . MDB / AL
Roberto Requião. . . . . MDB / PR
Romero Jucá. . . . . MDB / RR
Simone Tebet. . . . . MDB / MS
Valdir Raupp. . . . . MDB / RO
Waldemir Moka. . . . . MDB / MS
Zeze Perrella. . . . . MDB / MG

Bloco Social Democrata - 17
PSDB-12 / DEM-5

Aécio Neves. . . . . PSDB / MG
Antonio Anastasia. . . . . PSDB / MG
Ataídes Oliveira. . . . . PSDB / TO
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB / PB
Dalirio Beber. . . . . PSDB / SC
Davi Alcolumbre. . . . . DEM / AP
Eduardo Amorim. . . . . PSDB / SE
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB / PA
José Agripino. . . . . DEM / RN
José Serra. . . . . PSDB / SP
Maria do Carmo Alves. . . . . DEM / SE
Paulo Bauer. . . . . PSDB / SC
Ricardo Ferraço. . . . . PSDB / ES
Roberto Rocha. . . . . PSDB / MA
Ronaldo Caiado. . . . . DEM / GO
Tasso Jereissati. . . . . PSDB / CE
Wilder Morais. . . . . DEM / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 13
PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1
PODE-5 / PV-1

Alvaro Dias. . . . . PODE / PR
Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB / SE
Cristovam Buarque. . . . . PPS / DF
Elmano Férrer. . . . . PODE / PI
João Capiberibe. . . . . PSB / AP
José Medeiros. . . . . PODE / MT
Lídice da Mata. . . . . PSB / BA
Lúcia Vânia. . . . . PSB / GO
Randolfe Rodrigues. . . . . REDE / AP
Romário. . . . . PODE / RJ
Rose de Freitas. . . . . PODE / ES
Rudson Leite. . . . . PV / RR
Vanessa Grazziotin. . . . . PCdoB / AM

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12
PT-9 / PDT-3

Acir Gurgacz. . . . . PDT / RO
Ângela Portela. . . . . PDT / RR
Fátima Bezerra. . . . . PT / RN
Gleisi Hoffmann. . . . . PT / PR
Humberto Costa. . . . . PT / PE
Jorge Viana. . . . . PT / AC
José Pimentel. . . . . PT / CE
Kátia Abreu. . . . . PDT / TO
Lindbergh Farias. . . . . PT / RJ
Paulo Paim. . . . . PT / RS
Paulo Rocha. . . . . PT / PA
Regina Sousa. . . . . PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11
PP-6 / PSD-5

Ana Amélia. . . . . PP / RS
Benedito de Lira. . . . . PP / AL
Ciro Nogueira. . . . . PP / PI
Gladson Cameli. . . . . PP / AC
Lasier Martins. . . . . PSD / RS
Omar Aziz. . . . . PSD / AM
Otto Alencar. . . . . PSD / BA
Raimundo Lira. . . . . PSD / PB
Reditario Cassol. . . . . PP / RO
Roberto Muniz. . . . . PP / BA
Sérgio Petecão. . . . . PSD / AC

Bloco Moderador - 8
PTB-1 / PR-4 / PRB-2 / PTC-1

Armando Monteiro. . . . . PTB / PE
Eduardo Lopes. . . . . PRB / RJ
Fernando Collor. . . . . PTC / AL
Magno Malta. . . . . PR / ES
Pedro Chaves. . . . . PRB / MS
Rodrigues Palma. . . . . PR / MT
Vicentinho Alves. . . . . PR / TO
Wellington Fagundes. . . . . PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe. . . . . DF

Bloco da Maioria	19
Bloco Social Democrata	17
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania	13
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	11
Bloco Moderador	8
S/Partido	1
TOTAL	81

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
Airton Sandoval* (Maioria-MDB-SP)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
Dário Berger** (Maioria-MDB-SC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
Edison Lobão* (Maioria-MDB-MA)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)
Eduardo Braga* (Maioria-MDB-AM)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)
Elmano Férrer** (Bloco-PODE-PI)
Eunício Oliveira* (Maioria-MDB-CE)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
Fernando Bezerra Coelho** (Maioria-MDB-PE)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
Garibaldi Alves Filho* (Maioria-MDB-RN)
Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
Hélio José* (Maioria-PROS-DF)
Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
Jader Barbalho* (Maioria-MDB-PA)
João Alberto Souza* (Maioria-MDB-MA)
João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
José Maranhão** (Maioria-MDB-PB)
José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)
José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
Kátia Abreu** (Bloco-PDT-TO)
Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)
Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
Marta Suplicy* (Maioria-MDB-SP)
Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
Raimundo Lira* (Bloco-PSD-PB)
Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Reditario Cassol* (Bloco-PP-RO)
Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Reguffe** (-S/Partido-DF)
Renan Calheiros* (Maioria-MDB-AL)
Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Roberto Requião* (Maioria-MDB-PR)
Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Rodrigues Palma* (Bloco-PR-MT)
Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Romero Jucá* (Maioria-MDB-RR)
Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Rose de Freitas** (Bloco-PODE-ES)
Rudson Leite** (Bloco-PV-RR)
Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Simone Tebet** (Maioria-MDB-MS)
Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Valdir Raupp* (Maioria-MDB-RO)
Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Waldemir Moka* (Maioria-MDB-MS)
Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Zeze Perrella* (Maioria-MDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (MDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (MDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (MDB-MG)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco da Maioria (MDB/PROS) - 19	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 17	Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11
Líder **Simone Tebet - MDB** (142,162) ..... **Líder do MDB - 18** **Simone Tebet** (142,162) Vice-Líder do MDB Valdir Raupp (141) **Líder do PROS - 1** **Hélio José** (42,48,86,155)	**Líder** **Eduardo Amorim - PSDB** (70,103,140) Vice-Líderes Davi Alcolumbre (74,87,131,150) Ataídes Oliveira (75) ..... **Líder do PSDB - 12** **Paulo Bauer** (100) Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,112,160) Roberto Rocha (37,54,111,158,159) **Líder do DEM - 5** **Ronaldo Caiado** (104) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)	**Líder** **Ciro Nogueira - PP** (165) Vice-Líderes Benedito de Lira (106) Otto Alencar (49) ..... **Líder do PP - 6** **Benedito de Lira** (106) **Líder do PSD - 5** **Omar Aziz** (45,101) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 12	**Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE/PV) - 13**	**Bloco Moderador (PTB/PR/PRB/PTC) - 8**
Líder **Lindbergh Farias - PT** (28,59,62,89,125,134,135) Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34) ..... **Líder do PT - 9** **Lindbergh Farias** (28,59,62,89,125,134,135) Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,126) **Líder do PDT - 3** **Acir Gurgacz** (8,26,116) Vice-Líder do PDT Ângela Portela (139,163)	**Líder** **João Capiberibe - PSB** (1,11,113,153,154) Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,156) Vanessa Grazziotin (17,22,157) ..... **Líder do PSB - 4** **Antonio Carlos Valadares** (52,71,146,164) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (13,19,145,166) **Líder do PCdoB - 1** **Vanessa Grazziotin** (17,22,157) **Líder do REDE - 1** **Randolfe Rodrigues** (20,23,91,156) **Líder do PPS - 1** **Cristovam Buarque** (64) **Líder do PODE - 5** **Alvaro Dias** (16,65,136) Vice-Líder do PODE Romário (137,152) **Líder do PV - 1** **Rudson Leite** (167)	**Líder** **Wellington Fagundes - PR** (43,46,109) ..... **Líder do PTB - 1** **Armando Monteiro** (97) **Líder do PR - 4** **Vicentinho Alves** (105) Vice-Líder do PR Magno Malta (108) **Líder do PRB - 2** **Eduardo Lopes** (81,95) **Líder do PTC - 1** **Fernando Collor** (5,6,67,69)
Governo	**Minoria**	
Líder **Romero Jucá - MDB** (119) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,129,144) Davi Alcolumbre (74,87,131,150) Flexa Ribeiro (132,151) Sérgio Petecão (10,133,148) Wilder Morais (39,122,128,147)	**Líder** **Humberto Costa - PT** (15,21,50,53,79,90,114)	

Notas:
1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi desiganda 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi desigando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi desigando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-lider do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
105. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
106. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
107. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
115. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Morais foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi desigando 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romario foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-líderença do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDEI).
162. Em 04.04.2018, a Senadora Simone Tebet foi designada líder do PMDB e da Maioria (Of. nº 40/2018-GLPMDB)
163. Em 04.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada vice-líder do PDT (Memo nº 1/2018-GLDPDT).
164. Em 04.04.2018, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado líder do PSB (Of. nº 9/2018-GLPSB).
165. Em 10.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Bloco Democracia Progressista (Of. S/N/2018-Bl.DPROG)
166. Em 09.05.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada vice-líder do PSB (Memo nº 17/2018-GLDPSB).
167. Em 06.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado líder do PV (Memo. 1/2018-GRSLEITE).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017
Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018
Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018
Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018
Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Dário Berger (3)	1. Senador Eduardo Braga (3)
Senador Fernando Bezerra Coelho (3)	2. Senador Valdir Raupp (3)
Senador Roberto Requião (3)	3. Senador Airton Sandoval (6)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) (1)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) (5)	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (2)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (2)

Notas:
1. Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
2. Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
3. Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
4. Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
5. Em 06.02.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
6. Em 27.02.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Felipe Geraldes / Diogo Peixoto
Telefone(s): 3303-4854 / 3510
E-mail: coceti@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (MDB-PB)

Designação: 22/06/2016
Leitura: 13/07/2016
Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)
Senador José Maranhão (MDB-PB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lasier Martins (PSD-RS)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Hélio José (PROS-DF)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:
*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).
**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).
***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).
1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 61 - 3303 3514
E-mail: coceti@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (4)

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (4)

Instalação: 23/05/2018

MEMBROS

Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)
Senador Airton Sandoval (MDB-SP) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (1)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (2)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3,5)

Notas:

1. Em 08.05.2018, os Senadores Eduardo Braga, Airton Sandoval, Acir Gurgacz, Armando Monteiro e Roberto Rocha foram designados membros da comissão (Of. 31/2018-GSEBRA).
2. Em 08.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro da comissão (Of. 22/2018-BLOMOD).
3. Em 10.05.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro da comissão (Of. 35/2018-BLPRD).
4. Em 23.05.2018, os Senadores Eduardo Braga e Pedro Chaves foram eleitos presidente e relator, respectivamente (Memo 1/2018-CTPAR)
5. Em 12.06.2018, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro da comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 43/2018-BLPRD).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR AS CONDIÇÕES EM QUE SE ENCONTRA O EX-PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Finalidade: Verificar in loco as condições em que se encontra o Ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba - PR.

Requerimento nº 196, de 2018

Número de membros: 12

PRESIDENTE:

MEMBROS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS - 2016

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016
Prazo final: 22/12/2016
Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (1)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:
1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)
Telefone(s): 33034854
E-mail: coceti@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2.
	3. Senador Romário (PODE-RJ)

Notas:
*. Em 24.04.2018, os Senadores Rose de Freitas e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Eduardo Lopes, membros suplentes, para compor o colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins (Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (1)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (1)	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	4.

Notas:
1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

9) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:
*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.
**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
**********. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
**********. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
**********. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
**********. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
**********. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
**********. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.
**********. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.
**********. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

11) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO - 2015

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques
VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro
RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015
Instalação: 02/09/2015
Prazo final: 11/04/2016
Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS
Mauro Campbell Marques
José Antonio Dias Toffoli
Paulo Rabello de Castro
João Geraldo Piquet Carneiro
Ives Gandra Martins
Otavio Luiz Rodrigues Junior
Aristóteles de Queiroz Camara
Mary Elbe Queiroz
Eumar Roberto Novacki
Gabriel Rizza Ferraz
Antonio Helder Medeiros Rebouças
Daniel Vieira Bogéa Soares
Luciana Leal Brayner
Marcello Augusto Diniz Cerqueira
Everardo de Almeida Maciel
Eduardo Maneira
Heleno Taveira Torres
Paulo Ricardo de Souza Cardoso
Cleide Regina Furlani Pompermaier
Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:
*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.
**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.
***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.
****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.
*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.
******. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

*******. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.
********. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 33033501
E-mail: coceti@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (2)
RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) (2)

Leitura: 25/04/2017
Instalação: 09/08/2017
Prazo final: 22/12/2017
Prazo final prorrogado: 18/08/2018

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senadora Simone Tebet (MS) (3)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (5)
Senadora Marta Suplicy (SP) (3)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (6)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (1)	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (4)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:
*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.
1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).
2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)
3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titutares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).
4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).
6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela
Telefone(s): 3303-3492

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

2)CPI DA ELETROBRAS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades envolvendo o processo de privatização das Centrais Elétricas do Brasil (Eletrobras).

Requerimento nº 316, de 2018

Número de membros: 10 titulares e 10 suplentes

Leitura: 23/05/2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4)CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO - 2018

Finalidade: Investigar os juros extorsivos cobrados pelas empresas operadoras de cartão de crédito.

Requerimento nº 107, de 2018

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (8)
VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) (8)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8)

Leitura: 14/03/2018
Instalação: 17/04/2018
Prazo final: 28/10/2018

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (MDB, PROS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (6)	1. Senador Zeze Perrella (MDB-MG) (6,7,9)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (6,7)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (4)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (11)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (5,12)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (5)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Reditario Cassol (PP-RO) (1,10,13)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (1)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (2)	

Notas:
1. Em 11.04.2018, os Senadores Wilder Morais e Lasier Martins foram designados membro titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 28/2018-BLDPRO).
2. Em 11.04.2018, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. nº 21/2018-BLOMOD).
3. Em 11.04.2018, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 29/2018-GLBPDC).
4. Em 11.04.2018, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata (Of. 27/2018-GLPSDB).
5. Em 11.04.2018, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro titular, e a Senadora Regina Sousa, suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. nº 23/2018-BLPRD).
6. Em 11.04.2018, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Romero Jucá foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 42/2018-GLPMDB).
7. Em 13.04.2018, o Senador Dário Berger deixou a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá, que passou a ocupar vaga de suplente (Of. 45/2018-GLPMDB).
8. Em 17.04.2018, os Senadores Ataídes Oliveira, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram escolhidos para ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator da comissão, respectivamente (Memo. 1/2018-CPICC).
9. Em 17.04.2018, o Senador Zeze Perrella foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 48/2018-GLPMDB).
10. Em 23.04.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. nº 04/2018-BLDPRO).
11. Em 25.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 35/2018-GLPSDB).
12. Em 12.06.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. nº 042/2018-BLPRD).
13. Em 19.06.2018, o Senador Reditario Cassol foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. nº 36/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima
Telefone(s): 3303-3508
E-mail: coceti@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (6)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) (6)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Raimundo Lira (PSD-PB) (5,25)	1. Senador Eduardo Braga (5,8)
Senador Roberto Requião (5,8)	2. Senador Romero Jucá (5)
Senador Garibaldi Alves Filho (5)	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (5)
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (5,20)	4. Senador Waldemir Moka (5)
Senadora Simone Tebet (5)	5. Senador Airton Sandoval (16,19,24)
Senador Valdir Raupp (5)	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho (19)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1,28)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador José Pimentel (PT-CE) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (1,12,14)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (3)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (3)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (3,21,22,27)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (3,22,23,26,27)
Senador José Serra (PSDB-SP) (3)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (3)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (5)
Senador José Agripino (DEM-RN) (5)	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) (2)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (2)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (15)	1. Senador Rudson Leite (PV-RR) (18,30)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. (7,15)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (4)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (4)	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (4,9,10,32)
VAGO (4,13,31)	3. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (4,29)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves(Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).
28. Em 25.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. 34/2018-BLPRD).
29. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)
30. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 45/2018-GLBPDC).
31. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 45/2018-GLBPDC).
32. Em 19.06.2018, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (OF. nº 45/2018-BLOMOD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (1)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:
1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) (13)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (13)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) (8)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (8)
Senador Waldemir Moka (8,11)	2. Senador Valdir Raupp (8)
Senadora Marta Suplicy (8)	3. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (8,14)	4. Senador Edison Lobão (8)
Senador Airton Sandoval (8,12)	5. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (14)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (1)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (6)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (6)	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (6,18,19,20,21)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (9)	3. Senador José Agripino (DEM-RN) (9)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (9)	4. Senador Wilder Morais (DEM-GO) (9,24)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3,15,16)	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (10,22)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (4)	1. Senador Romário (PODE-RJ) (4)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (5)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (7,23)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (7)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (7)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (7)

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).
22. Em 17.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, pelo Bloco Democracia Progressista, na comissão (Memo. 3/2018-BLDPRO).
23. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)
24. Em 06.06.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 17/2018-GLDEM)

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 33034608
E-mail: cas@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (MDB-MS) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (2)
RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (3)

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (MDB-MS) (1)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1)
Senador Airton Sandoval (MDB-SP) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (1)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (1)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (1)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (1)	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (1)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (1)

Notas:
1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Dalírio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)
2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalírio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).
3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).
*. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 33034608
E-mail: cas@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (MDB-MA) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (8)

TITULARES	Suplentes
Maioria (51)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1)	1. Senador Roberto Requião (MDB-PR) (1)
Senador Edison Lobão (MDB-MA) (1)	2. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,55)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)	3. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,50,53)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (1)	4. Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) (1)
Senador Valdir Raupp (MDB-RO) (1)	5. Senador Waldemir Moka (MDB-MS) (1)
Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) (1)	6. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (1)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (1)	7. Senador Dário Berger (MDB-SC) (1,44,49)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (6)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) (6)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (6)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) (6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (6)	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (3,12,35,36,37,47)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (3)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (3)
Senador Wilder Morais (DEM-GO) (9,48)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (9,48)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (9)	5. Senador José Serra (PSDB-SP) (20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (5)	1. Senador Reditario Cassol (PP-RO) (5,56)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5,14)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (5,46,57)	3. VAGO (5,39,57)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (32)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (4,38,41,52)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) (4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (4)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (4)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (2)	1. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (2,16,54)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) (2)	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz(Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado(Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado(Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspenso de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPDC).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD)
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).
48. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado e este, suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 6/2018-GLDEM).
49. Em 18.04.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 49/2018-GLPMDB).
50. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
51. Em 25.04.2018, o Bloco da Maioria cedeu uma vaga de membro suplente ao PSDB (Of. 54/2018-GLPMDB).
52. Em 25.04.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Memo. 33/2018-GLBPDC).
53. Em 26.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Of. 36/18-GLPSDB).
54. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)
55. Em 12.06.2018, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, para compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 75/2018-GLPMDB).
56. Em 19.06.2018, o Senador Reditario Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
57. Em 19.06.2018, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 38/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 61-3303-3972
Fax: 61-3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (PSD-PB) (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2,16,22,23,26,27)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Rudson Leite (PV-RR) (3,25,28)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 17.04.2018, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania para compor a comissão (Memo. 30/2018-GLBPDC).
28. Em 20.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 42/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Willy da Cruz Souza
Telefone(s): 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Willy da Cruz Souza
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (13)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (19)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) (11)	1. Senador Airton Sandoval (11,14)
Senador Romero Jucá (11,23,24)	2. Senador Dário Berger (11)
Senador João Alberto Souza (11)	3.
Senador Valdir Raupp (11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (6)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (6)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (6)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (6)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (6)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (6)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (4)	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (4)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (1)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (1)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (20)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)	2. Senador Rudson Leite (PV-RR) (2,21,27)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5,15)	1. VAGO (5,17,18,26)
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (5,25)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalírio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
23. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
24. Em 25.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para integrar o colegiado (Of. 55/2018-GLPMDB).
25. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)
26. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 46/2018-GLBPDC).
27. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo. 46/2018-GLBPDC)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: cma@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
MDB (21)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4,30,32)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4,28,29,33)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (1,8,19)	1.
Senador José Medeiros (PODE-MT) (1,11,25)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (20)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (23)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (16,31)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (18,27)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (5,34)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,26)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata(Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).
27. Em 10.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Memo. nº 28/2018-GLBPDC).
28. Em 11.04.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 24/2018-BLPRD).
29. Em 17.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 25/2018-BLPRD).
30. Em 17.04.2018, o Senador José Pimentel foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ângela Portela, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 28/2018-BLPRD).
31. Em 17.04.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo 31/2018-GLBDPC).
32. Em 25.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada membro titular, em substituição ao Senador José Pimentel, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 29/2018-BLPRD).
33. Em 25.04.2018, a Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 30/2018-BLPRD).
34. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:
1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Valdir Raupp (2)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (2)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) (1)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (2)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)

Notas:
1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
*. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
**. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
	1. Senador Hélio José (PROS-DF)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
Senador Romário (PODE-RJ)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR)
	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR)	

Notas:

*. Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Angela Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resitência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) (9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) (9)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Edison Lobão (7)	1. Senador Airton Sandoval (7,13,25,26)
Senador João Alberto Souza (7)	2. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Roberto Requião (7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Romero Jucá (7)	4. Senadora Marta Suplicy (17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho (21)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (5)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (5)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (5,16,24)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) (5)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (5)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (5)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (2)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (2)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (2)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (8)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)
Senador José Agripino (DEM-RN) (8)	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (12)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (6)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (6)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (6)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (6)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (20)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (4)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)
Senador Rudson Leite (PV-RR) (4,18,27)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (3)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (3)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
24. Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
25. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
26. Em 28.05.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo MDB (Of 67/2018-GLPMDB).
27. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 42/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)	3.
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (1,3)	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (1)	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (1)	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (1)	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) (1)	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (1)	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)	13.
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (1)	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) (1)	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	17.

Notas:
1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Anélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).
2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).
3. Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).
*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Garibaldi Alves Filho (7,30,35)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senador Romero Jucá (7,9,10,23,29)
Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Valdir Raupp (7,27)	5. VAGO (10,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11,19,20,24,25)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) (6,28)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,28,36)	2. Senador Reditario Cassol (PP-RO) (4,34)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1,21)
Senador Rudson Leite (PV-RR) (1,16,32)	2.
VAGO (14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (5,22)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. VAGO (5,12,13,33)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5,26,31)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12,2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).
26. Em 10.04.2018, o Senador Pedro Chaves deixou de compor o colegiado pelo Bloco Moderador (Of. nº 25/2018-BLOMOD).
27. Em 17.4.2018, o Senador Valdir Raupp deixou de ocupar a vaga de suplente para ocupar a vaga de titular na comissão, pelo PMDB, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 46/2018-GLPMDB).
28. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2018-GLDEM).
29. Em 18.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 50/2018-GLPMDB).
30. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
31. Em 08.05.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº32/2018-BLOMOD).
32. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2018-GLBPDC).
33. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 43/2018-GLBPDC).
34. Em 19.06.2018, o Senador Reditario Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
35. Em 21.06.2018, o Senador Garibaldi Alves Filho foi designado membro titular, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 78/2018-GLPMDB).
36. Em 21.06.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 37/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (MDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:
*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (9)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (13)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) (8,14)	1. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (8)	2. Senadora Simone Tebet (8,14)
Senador Waldemir Moka (8,10)	3. Senador Valdir Raupp (8)
Senador João Alberto Souza (8)	4. Senador Dário Berger (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (5)
VAGO (5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (11)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (3)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3)	2. Senador Roberto Muniz (PP-BA) (17,27)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (20)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (19,22,23,26,30)
Senador Rudson Leite (PV-RR) (2,18,28)	2.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (6)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (6)
VAGO (6,16,25,29)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (6)

Notas:

1. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
9. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
10. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
11. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
12. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
13. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 08.05.2018, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. nº 6/2018-BLDPRO).
28. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 43a/2018-GLBPDC).
29. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 43a/2018-GLBPDC).
30. Em 19.06.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 48/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: cdr@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (MDB-RO) (8)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Waldemir Moka (6)	1. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (6)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (6)	2. Senador Romero Jucá (6)
Senador Valdir Raupp (6)	3.
Senador Dário Berger (6)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (4)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (4)	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (3)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (3)
Senador Ivo Cassol (PP-RO) (3)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (12)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,10,11)
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (5,13)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
13. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (MDB-MS)

TITULARES	Suplentes
MDB (22)	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airton Sandoval (10)
VAGO (8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (11)
Senador Valdir Raupp (8)	3. Senador Dário Berger (16)
Senador João Alberto Souza (8)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1,14,23)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1,23)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4,20)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Reditario Cassol (PP-RO) (2,24)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. VAGO (3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
VAGO (5,13,19,21)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado(Memo. nº006/2017-BLSDEM).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
7. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
9. Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
10. Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
11. Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
12. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
23. Em 24.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor o colegiado como membro titular (Of. 32/2018-BLPRD).
24. Em 19.06.2018, o Senador Reditario Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima
Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -
Telefone(s): 61 33031120
E-mail: cct@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Hélio José (PROS-DF) (8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (8)

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Valdir Raupp (3)	1. VAGO (6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) (3)	2.
Senador João Alberto Souza (3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
VAGO (7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (11)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (11)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (13)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. VAGO (5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
13. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
14. Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 61 33034440

E-mail: csf@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (12)

VICE-PRESIDENTE: Senador Airton Sandoval (MDB-SP) (12)

TITULARES	Suplentes
MDB	
VAGO (10,21)	1. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Airton Sandoval (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (18)
Senador Dário Berger (10)	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (18)
Senador Romero Jucá (10)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (5)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (9)	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (17)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (9)	2. Senador Wilder Morais (DEM-GO) (17)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (19)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (8,15,16,22)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (16)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,14)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (23)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalírio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
22. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)
23. Em 22.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 35/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior
Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 33033519
E-mail: ctfc@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:
1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (MDB-MA) (8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (8)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995
2ª Eleição Geral: 30/06/1999
3ª Eleição Geral: 27/06/2001
4ª Eleição Geral: 13/03/2003
5ª Eleição Geral: 23/11/2005
6ª Eleição Geral: 06/03/2007
7ª Eleição Geral: 14/07/2009
8ª Eleição Geral: 26/04/2011
9ª Eleição Geral: 06/03/2013
10ª Eleição Geral: 02/06/2015
11ª Eleição Geral: 30/05/2017

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Airton Sandoval (SP)	1. Senador Jader Barbalho (PA)
Senador João Alberto Souza (MA)	2. Senador Eduardo Braga (AM)
Senador Romero Jucá (RR)	3. VAGO (15)
Senador Hélio José (PROS-DF) (16)	4. (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (10,11)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)	

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER,lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
REDE
PRB
PTC
PODE
PRTB
PROS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Atualização: 08/02/2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
MDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:
1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 31/01/2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258
Fax: 3303.5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 18/10/2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 20/12/2013
2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS
PRTB

Atualização: 11/11/2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	MDB
VAGO	MDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61) 3303-5255
Fax: (61) 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014
5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
MDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

Atualização: 29/11/2016

Notas:
*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255
Fax: (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

16) COMENDA ZILDA ARNS

(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL

Número de membros: 19 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
DEM
MDB
PCdoB
PDT
PPS
PP
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
REDE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR

(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
MDB
PP
PPS
PR
PRB
PSB
PSD
PSDB
PT
PTB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.086338/2018-50

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Anexo II, térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

20) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
DEM
MDB
PCdoB
PDT
PPS
PP
PRB
PROS
PSD
PSB
PTB
PTC
PV
PR
PSDB
PT
PODE
REDE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

21) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA

(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8846CB8C00256535.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.